




O TAMOYO
&
SENTINELLA
DA LIBERDADE
À BEIRA MAR
DA PRAIA GRANDE.



*Coletânea de jornais que levaram à dissolução
da Assembleia Constituinte de 1823*



edições
câmara

CÂMARA DOS DEPUTADOS

57ª Legislatura | 2023-2027

Presidente

Arthur Lira

1º Vice-Presidente

Marcos Pereira

2º Vice-Presidente

Sóstenes Cavalcante

1º Secretário

Luciano Bivar

2ª Secretária

Maria do Rosário

3º Secretário

Júlio Cesar

4º Secretário

Lucio Mosquini

Suplentes de secretários

1º Suplente

Gilberto Nascimento

2º Suplente

Pompeo de Mattos

3º Suplente

Beto Pereira

4º Suplente

André Ferreira

Secretário-Geral da Mesa

Luís Otávio Veríssimo Teixeira

Diretor-Geral

Celso de Barros Correia Neto

**Comissão especial curadora destinada
a elaborar e viabilizar a execução das
comemorações em torno do tema “Os
200 anos da Câmara dos Deputados”**

Lafayette de Andrada (coordenador)

Aécio Neves

Afonso Motta

Arlindo Chinaglia

Caroline de Toni

Joaquim Passarinho

Laura Carneiro

Luiz Philippe de Orleans e Bragança

Mauro Benevides Filho

Orlando Silva

Patrus Ananias

Paulo Magalhães

Roberta Roma

Roseana Sarney

Soraya Santos

O TAMOYO & SENTINELLA DA LIBERDADE À BEIRA MAR DA PRAIA GRANDE

*Coletânea de jornais que levaram à dissolução
da Assembleia Constituinte de 1823*

Prefácio de **Lafayette de Andrada**

Introdução de **José Theodoro Mascarenhas Menck**



edições
câmara

Câmara dos Deputados

Diretoria-Geral: Celso de Barros Correia Neto

Consultoria-Geral: Wagner Primo Figueiredo Júnior

Consultoria Legislativa: Geraldo Leite

Centro de Documentação e Informação: João Luiz Pereira Marciano

Coordenação Edições Câmara: Ana Lígia Mendes

Edição: Rachel De Vico

Preparação de originais: Seção de Revisão/Coedi

Revisão: Seção de Revisão

Projeto gráfico: Leandro Sacramento

Diagramação: Leandro Sacramento e Luiz Eduardo Maklouf

2023, 1ª edição.

Linha Legado.

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)

Coordenação de Biblioteca. Seção de Catalogação.

Bibliotecária: Débora Machado de Toledo – CRB1: 1303

O Tamoyo & Sentinella da Liberdade à Beira Mar da Praia Grande [recurso eletrônico]: coletânea de jornais que levaram à dissolução da Assembleia Constituinte de 1823 / prefácio de Lafayette de Andrada; introdução de José Theodoro Mascarenhas Menck. – 1. ed. -- Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2023.

Versão e-book.

Modo de acesso: livraria.camara.leg.br

Disponível, também, em formato impresso.

ISBN 978-85-402-0951-0

1. Brasil. Assembleia Geral, Constituinte e Legislativa (1823). 2. Jornal, Brasil, 1823, coletânea. 3. Imprensa, Brasil, 1823.

CDU 342.4(81)"1823"

ISBN 978-85-402-0950-3 (impresso)

ISBN 978-85-402-0951-0 (e-book)

Direitos reservados e protegidos pela Lei 9.610, de 19/2/1998.

Nenhuma parte desta publicação pode ser reproduzida por qualquer meio sem prévia autorização da Edições Câmara, exceto nos casos de breves citações, desde que indicada a fonte.

Venda exclusiva pela Edições Câmara.

Câmara dos Deputados

Centro de Documentação e Informação – Cedi

Coordenação Edições Câmara – Coedi

Palácio do Congresso Nacional – Anexo 2 – Térreo

Praça dos Três Poderes – Brasília (DF) – CEP 70160-900

Telefone: (61) 3216-5833

livraria.camara.leg.br

Sumário

O TAMOYO

- N. 1 – Terça-feira, 12 de agosto de 1823 • 29
- N. 2 – Terça-feira, 19 de agosto de 1823 • 35
- N. 3 – Sexta-feira, 22 de agosto de 1823 • 41
- N. 4 – Terça-feira, 26 de agosto de 1823 • 47
- N. 5 – Terça-feira, 2 de setembro de 1823 • 53
- N. 6 – Quinta-feira, 4 de setembro de 1823 • 61
- N. 7 – Sábado, 6 de setembro de 1823 • 67
- N. 8 – Terça-feira, 9 de setembro de 1823 • 73
- N. 9 – Quinta-feira, 11 de setembro de 1823 • 79
- N. 10 – Sábado, 13 de setembro de 1823 • 85
- N. 11 – Terça-feira, 16 de setembro de 1823 • 91
- N. 12 – Quinta-feira, 18 de setembro de 1823 • 97
- N. 13 – Sábado, 20 de setembro de 1823 • 103
- N. 14 – Terça-feira, 23 de setembro de 1823 • 109
- N. 15 – Quinta-feira, 25 de setembro de 1823 • 115
- N. 16 – Sábado, 27 de setembro de 1823 • 121
- N. 17 – Terça-feira, 30 de setembro de 1823 • 127
- N. 18 – Quinta-feira, 2 de outubro de 1823 • 133
- N. 19 – Sábado, 4 de outubro de 1823 • 143
- N. 20 – Terça-feira, 7 de outubro de 1823 • 149

- N. 21 – Quinta-feira, 9 de outubro de 1823 • 155
- N. 22 – Sábado, 11 de outubro de 1823 • 161
- N. 23 – Terça-feira, 14 de outubro de 1823 • 167
- N. 24 – Quinta-feira, 16 de outubro de 1823 • 175
- N. 25 – Sábado, 18 de outubro de 1823 • 181
- N. 26 – Terça-feira, 21 de outubro de 1823 • 187
- N. 27 – Quinta-feira, 23 de outubro de 1823 • 193
- N. 28 – Sábado, 25 de outubro de 1823 • 199
- N. 29 – Terça-feira, 28 de outubro de 1823 • 205
- N. 30 – Quinta-feira, 30 de outubro de 1823 • 211
- N. 31 – Segunda-feira, 3 de novembro de 1823 • 221
- N. 32 – Terça-feira, 4 de novembro de 1823 • 227
- N. 33 – Quinta-feira, 6 de novembro de 1823 • 233
- N. 34 – Sábado, 8 de novembro de 1823 • 239
- N. 35 – Terça-feira, 11 de novembro de 1823 • 247
- N. 35 (Suplemento) – Terça-feira, 11 de novembro de 1823 • 253

SENTINELLA DA LIBERDADE À BEIRA MAR DA PRAIA GRANDE

- N. 1 – Terça-feira, 5 de agosto de 1823 • 259
- N. 2 – Quinta-feira, 7 de agosto de 1823 • 265
- N. 3 – Sábado, 9 de agosto de 1823 • 269
- N. 4 – Quinta-feira, 14 de agosto de 1823 • 275
- N. 5 – Segunda-feira, 18 de agosto de 1823 • 281

N. 6 – Quarta-feira, 20 de agosto de 1823 •	287
N. 7 – Sexta-feira, 22 de agosto de 1823 •	293
N. 8 – Terça-feira, 26 de agosto de 1823 •	299
N. 9 – Quarta-feira, 27 de agosto de 1823 •	305
N. 10 – Sexta-feira, 29 de agosto de 1823 •	311
N. 11 – Segunda-feira, 1º de setembro de 1823 •	317
N. 12 – Quarta-feira, 3 de setembro de 1823 •	323
N. 13 – Sexta-feira, 5 de setembro de 1823 •	329
N. 14 – Quarta-feira, 10 de setembro de 1823 •	335
N. 15 – Sábado, 13 de setembro de 1823 •	341
N. 16 – Terça-feira, 16 de setembro de 1823 •	349
Extraordinária – Sexta-feira, 19 de setembro de 1823 •	355
N. 17 – Terça-feira, 23 de setembro de 1823 •	365
N. 19 – Terça-feira, 7 de outubro de 1823 •	371
N. 20 – Quinta-feira, 9 de outubro de 1823 •	389
N. 21 – Sábado, 11 de outubro de 1823 •	395
N. 22 – Terça-feira, 14 de outubro de 1823 •	401
N. 23 – Quinta-feira, 16 de outubro de 1823 •	407
N. 24 – Sábado, 18 de outubro de 1823 •	415
N. 25 – Terça-feira, 21 de outubro de 1823 •	421
N. 26 – Quinta-feira, 23 de outubro de 1823 •	427
N. 27 – Sábado, 25 de outubro de 1823 •	433

Apresentação

Em comemoração dos 200 anos de instalação da primeira Assembleia Constituinte do Brasil, a Câmara dos Deputados promove um trabalho de recuperação de documentos históricos que servem como fonte de pesquisa e de informação sobre um período determinante para a consolidação do Brasil como nação independente e soberana.

Nesta publicação, estão reproduzidos os exemplares de dois relevantes periódicos que circularam no Rio de Janeiro, nos meses em que a primeira composição do Parlamento brasileiro esteve reunida para elaborar a nossa Carta Magna.

A obra, de iniciativa da Comissão especial curadora destinada a elaborar e viabilizar a execução das comemorações em torno do tema “Os 200 Anos da Câmara dos Deputados”, soma-se a outras produções editoriais, culturais e educativas que revisitam passagens emblemáticas da história do Brasil, com o intuito de reafirmar o protagonismo do Poder Legislativo na construção de nossas bases democráticas.

A leitura dos periódicos *O Tamoyo* e *Sentinella da Liberdade à Beira Mar da Praia Grande* revela fatos e acontecimentos marcantes sobre os trabalhos conduzidos pelos primeiros legisladores do Brasil. Evidencia, também, as tensões que permeavam as relações entre os constituintes e o imperador D. Pedro I, que, por fim, dissolveu a Assembleia eleita em sufrágio para nomear o Conselho de Estado que viria a redigir nossa primeira Constituição, outorgada em 1824.

Com a publicação desta obra, ratifica-se a missão institucional que compete à Câmara dos Deputados desde 1824, quando foi oficialmente criada: ser a arena dos grandes debates nacionais. Examinando o passado e compreendendo os percursos palmilhados até o presente, tornamo-nos mais capazes para enfrentar os grandes desafios da nação.

Arthur Lira

Presidente da Câmara dos Deputados

Nota da Editora

Caro leitor, com esta edição dos periódicos *O Tamoyo* e *Sentinella da Liberdade à Beira Mar da Praia Grande*, a Edições Câmara oferece a você a possibilidade de revisitar os dois jornais de maior circulação no período dos trabalhos da Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil, em 1823.

Os fascículos de *O Tamoyo* e de *Sentinella da Liberdade à Beira Mar da Praia Grande* foram retirados do acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Para *O Tamoyo*, também serviu de fonte de consulta a edição de Zélio Valverde, de 1944, disponível na Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados.

O objetivo desta publicação é disseminar o conteúdo desses periódicos e torná-los mais acessíveis aos leitores de hoje. Realizou-se a atualização do texto às normas ortográficas atuais, com o cuidado de se preservar a essência do conteúdo original e o estilo dos autores. Substituições de palavras foram evitadas e a autenticidade da obra, respeitada. Algumas poucas palavras ilegíveis no original aparecem acompanhadas de [?] ou foram substituídas por esse mesmo sinal.

Cabe um alerta: alguns trechos dos jornais, escritos em 1823, contêm expressões racistas ou linguagem ofensiva. É crucial reconhecer que tais conteúdos são inaceitáveis e perpetuadores de estereótipos danosos à sociedade civilizada. Assim, é importante que essas obras sejam lidas com sensibilidade histórica. O racismo deve ser veementemente condenado e, nesse sentido, a Edições Câmara busca promover a reflexão sobre o progresso que ainda precisa ser alcançado em termos de igualdade racial no Brasil.

Esperamos que esta edição permita maior compreensão dos acontecimentos e movimentos históricos decorrentes do processo de Independência do nosso país.

Edições Câmara

Prefácio

Na comemoração dos 200 anos da Assembleia Constituinte de 1823, como parte dos festejos do bicentenário da Câmara dos Deputados a se realizar em 2026, a Edições Câmara nos brinda com a publicação da coleção dos jornais *O Tamoyo* e *Sentinella da Liberdade à Beira Mar da Praia Grande* acompanhados de interessante estudo do historiador José Theodoro Menck sobre ambos.

Os dois periódicos, criados após a queda dos Andradas do chamado Ministério da Independência, o primeiro ministério que se formou logo após o “Fico”, tiveram uma vida breve e circularam apenas entre agosto e novembro de 1823. A importância desses periódicos se deve ao fato de terem sido, na época, acusados textualmente, pelo ministro do Império em nome do imperador, de ser os responsáveis pela crise política de então, que culminou na dissolução da Constituinte em 12 de novembro de 1823.

José Bonifácio, o patriarca da Independência, nos primeiros dias depois do “Fico”, em janeiro de 1822, havia sido nomeado ministro do Reino e dos Negócios Estrangeiros, uma espécie de primeiro-ministro que acumulava também o cargo de chanceler. Nesse posto, ao lado de D. Pedro e de Da. Leopoldina comandou todo o complexo processo que culminou na separação do Brasil de Portugal e conduziu um projeto de nação nos trópicos. Tinha ao seu lado o próprio irmão, também formado em Coimbra, como ministro da Fazenda, o austero Martim Francisco. Juntos, os irmãos fizeram todo tipo de sacrifícios na luta pela causa da Independência.

Em maio de 1823, a Constituinte iniciara seus trabalhos com grande pompa, cercada de simpatias e entusiasmo generalizados. José Bonifácio estava à frente do ministério e havia perfeita harmonia entre a Assembleia e o Governo. A Assembleia tinha naqueles dias grande respeito e popularidade junto à sociedade, e representava, aos olhos dos brasileiros, a concretização da nossa Independência de Portugal, que se ia conquistando a duras penas.

Porém, as coisas mudaram no ambiente político em julho de 1823. Os Andradas, atritados com o imperador, se demitiram do governo e D. Pedro I formou novo ministério composto, em sua maioria, de ministros portugueses. A nomeação desses ministros foi uma decisão impopular, exatamente num momento de grande rivalidade entre brasileiros e lusos, decorrente dos conflitos que envolviam o processo de Independência. Estava ainda em curso a busca

pela consolidação do rompimento dos laços com Portugal, que não reconhecia nossa Independência.

Todavia, por trás de decisões politicamente equivocadas de D. Pedro I, via-se a influência de Da. Domitila de Castro e Melo, sua amante, futura marquesa de Santos, e também de Francisco Gomes da Silva, o Chalaça, amigo íntimo do imperador, seu colega de farras e aventuras.

D. Pedro I havia conhecido Domitila em viagem a São Paulo em setembro do ano anterior e apaixonou-se por ela. Em 1823 ele a instalou no Rio de Janeiro e desde então ela passou a influenciá-lo fortemente. Domitila aliou-se a Chalaça, ambos se aproximaram dos portugueses absolutistas, inimigos dos Andradas, e juntos começaram uma guerra de intrigas contra José Bonifácio, que reprovava aquele romance. O projeto de nação e austeridade de Bonifácio estava bem distante dos interesses da elite econômica portuguesa e da própria Domitila.

José Bonifácio tinha grande apreço pela imperatriz Leopoldina e havia entre ambos afinidade e admiração mútua derivadas da elevada cultura que possuíam, bem acima da média dos que os cercavam.

O romance ostensivo de D. Pedro I com Domitila fez deteriorar aos poucos a sincera amizade que havia entre o imperador e os Andradas. A presença de Domitila junto ao soberano paulatinamente ia se impondo, mesmo publicamente, em afronta escandalosa à imperatriz tão querida pelos brasileiros. Por fim, José Bonifácio e Martim Francisco deixaram o governo em 17 de julho de 1823 e tomaram assento nos debates da Constituinte.

Medidas impopulares do novo ministério em favor dos portugueses começaram a repercutir mal perante a sociedade e a Assembleia. Paradoxalmente, a situação havia se invertido, já que os portugueses residentes no Brasil estavam empoderados e prestigiados em detrimento das correntes políticas brasileiras, defensoras da Independência, agora na oposição. Naturalmente os ânimos entre brasileiros e portugueses se acirraram. Cresceram a oposição ao governo e a animosidade contra os portugueses.

Com a saída dos Andradas do governo e com a nomeação de seus principais adversários portugueses ao ministério, surgiram em agosto de 1823, os dois principais veículos de oposição ao novo governo e principalmente aos portugueses: *O Tamoyo* e *Sentinella da Liberdade à Beira Mar da Praia Grande*. Com fervorosa linha editorial nacionalista em favor da Independência, alcançaram grande prestígio junto à população. A Assembleia também assumiu postura antilusitana em defesa dos brasileiros, liderada pelos Andradas, e aos poucos foi-se exaltando e subindo o tom em suas críticas ao governo.

No início de novembro de 1823 um episódio, que poderia ser visto em tempos normais como algo sem muita importância, causou grande repercussão

e veio a mudar os destinos da Constituinte. O boticário David Pamplona foi espancado de noite, na rua, por dois militares portugueses. Pamplona havia sido confundido com o autor de uma carta agressiva contra os portugueses, publicada no *Sentinella da Liberdade* e assinada por Um Brasileiro Resoluto. O agredido reportou o fato à Assembleia e pediu providências.

Em vista do ambiente de hostilidades entre brasileiros e lusos, os debates naquele congresso em torno do episódio tomaram enormes proporções. Irromperam discursos inflamados em defesa da nacionalidade brasileira e contra os portugueses. As galerias repletas de populares aplaudiram e vibraram com cada discurso nacionalista e antilusitano. Os ânimos se inflamaram, Martim Francisco e Antônio Carlos, o grande líder da Constituinte, fizeram eloquentes discursos que agitaram as galerias repletas.

Antônio Carlos: “[...] Foi o cidadão ultrajado e espancado por ter ofendido os indivíduos agressores, ou foi por ser brasileiro, e ter aferro e afinco à Independência do seu país, e não amar o bando de inimigos, que por descuido nosso se têm apoderado das nossas forças? [...]”.

Martim Francisco: “Infames! [...] Assim agradecem o ar que respiram, o alimento que os nutre, a casa que os abriga, e o honorífico encargo de nossos defensores, a que indiscretamente os elevamos! Que fatalidade, brasileiros! Vivem entre nós estes monstros, e vivem para nos devorar! [...]”.

Houve um tumulto generalizado na sessão, o presidente suspendeu os trabalhos e convocou nova sessão para o dia seguinte. Antônio Carlos e Martim Francisco foram levados sobre os ombros pela multidão. Seguiu-se então uma onda de xenofobia antilusitana que acirrou ainda mais os ânimos no Rio de Janeiro.

Iniciou-se a partir de então um movimento intenso de tropas nas ruas da capital que assustou a população. Ao se reiniciarem os trabalhos da Assembleia no dia seguinte, 11 de novembro, questionou-se nos debates a razão dos constantes movimentos de tropas. Chegou então à Assembleia um ofício do Governo assinado pelo ministro do Império, em nome do imperador, informando que a alta oficialidade portuguesa, fiel ao soberano, se sentira agredida pelos jornais e por determinados discursos e solicitara ao imperador que se suspendesse a circulação desses jornais agressivos contra o Governo e que se expulsassem certos deputados agitadores responsáveis pela circulação de tais periódicos.

A Assembleia debateu o conteúdo do ofício e, no calor das discussões, foi aprovada a proposta de Antônio Carlos de se declarar a Assembleia em sessão permanente, “enquanto durarem as inquietações na cidade e que se solicitem ao Governo os motivos dos estranhos movimentos militares que perturbam a tranquilidade da capital”. Essa sessão varou a madrugada do dia 11 para o dia 12 e passou para a história como “A Noite da Agonia”.

Deliberou-se ainda naquela madrugada convocar-se o ministro do Império para dar à Assembleia explicações mais detalhadas sobre o conteúdo daquele ofício. Comparecendo à Assembleia às 11 horas da manhã do dia 12 de novembro, o ministro do Império Francisco Vilela Barbosa explicou que a reivindicação das tropas era no sentido de que a Assembleia determinasse o fechamento dos dois principais jornais de oposição, citando textualmente *O Tamoyo* e o *Sentinella da Liberdade*, e que fossem expulsos da Constituinte os irmãos Andradas, “autores do primeiro e influenciadores no segundo”. Ouviram-se vozes de protesto a exigir que o imperador fosse declarado fora da lei. Após uma saraivada de questionamentos e respostas evasivas, o ministro se retirou.

Pouco depois, por volta de uma hora da tarde, as tropas cercaram o prédio da Cadeia Velha, onde se reunia a Assembleia, e um oficial entregou ao presidente o decreto do imperador pelo qual dissolvia a Constituinte. D. Pedro I acompanhou pessoalmente, junto com a tropa, do lado de fora, a saída dos deputados do prédio. Embora contrariados, todos, um a um, ao sair, fizeram um gesto de reverência, cumprimentando o imperador quando passaram por ele. Antônio Carlos não o cumprimentou, mas, em vez disso, fez uma saudação ao canhão que estava ao lado de D. Pedro I. Os três irmãos Andradas e seus amigos mais próximos foram presos e, poucos dias depois, deportados com suas famílias. Da mesma forma, com a dissolução da Constituinte, foram presos os editores e encerraram-se também a circulação dos dois periódicos, que, em certa medida, foram elementos de importância central naqueles acontecimentos.

Assim terminaram os trabalhos da nossa primeira Assembleia Constituinte sem concluir suas importantes obrigações. O texto redigido por Antônio Carlos, entretanto, serviu de base e espinha dorsal à Constituição de 1824, imposta por D. Pedro I.

Em boa hora, portanto, a Edições Câmara presenteia seus leitores com a coleção completa de *O Tamoyo* e do *Sentinella da Liberdade à Beira Mar da Praia Grande*. É uma contribuição importantíssima para historiadores e estudiosos do tema que queiram conhecer com profundidade a atmosfera que predominava naqueles dias longínquos que, há 200 anos, levaram o imperador D. Pedro I ao gesto extremo de interromper os trabalhos daquela augusta Assembleia Constituinte, dissolvendo-a definitivamente.

Lafayette de Andrada

Coordenador da comissão especial curadora destinada a elaborar e viabilizar a execução das comemorações em torno do tema “Os 200 anos da Câmara dos Deputados”.

Introdução

Em 1823, durante a Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil, dois periódicos desempenharam importantes papéis à época: *O Tamoyo* e *Sentinella da Liberdade à Beira Mar da Praia Grande* – este último, popularmente conhecido como *Sentinella da Praia Grande* ou *Sentinella da Liberdade*.

A importância desses dois jornais se justifica pelo fato de, nas sessões de 11 e 12 de novembro de 1823, terem sido citados, pelo governo de D. Pedro I, artigos publicados nesses dois periódicos como razão para o surgimento da crise política que levou à dissolução da Assembleia Constituinte.

Na noite de 10 de novembro de 1823, houve uma movimentação generalizada das tropas na cidade do Rio de Janeiro, quando foram todas convocadas para o Campo de São Cristóvão. Tomada de surpresa por tão inopinada movimentação, que assustou também os moradores da cidade, a Assembleia decidiu, no dia seguinte, que se manteria em sessão permanente até que fosse esclarecida a razão da movimentação das tropas e seu agrupamento no Palácio de São Cristóvão.

A Assembleia estava reunida quando chegou ao plenário o ofício do ministro do Império, expondo o motivo: uma petição em que vários oficiais se declaravam ofendidos, “sendo a origem de tudo certos redatores de periódicos e seu incendiário partido”. Por meio de ofício, a Assembleia indagou ao ministro acerca de quem seriam os redatores e quais os periódicos que incidiram na ira dos oficiais por lhes haver ofendido. A resposta chegou a 1 hora da manhã:

Desejando, porém, o mesmo senhor [o imperador] satisfazer em tudo à literal requisição da mesma Assembleia: manda declarar que os periódicos a que se refere a representação mencionada são os denominados *Sentinella da Praia Grande* e *O Tamoyo*, atribuindo-se na mesma representação aos Exmos. deputados Andrada Machado [Antônio Carlos], Ribeiro de Andrada [Martim Francisco] e Andrada e Silva [José Bonifácio] a influência naquele e a redação neste; o que muito custa a crer a S. M. Imperial; sendo a consequência de suas doutrinas produzir partidos incendiários [...].¹

1 BRASIL. **Annaes do Parlamento Brasileiro**. Assembleia Constituinte, 1823. Rio de Janeiro, Typographia da Viúva Pinto & Filho, 1884. Tomo sexto, p. 294.

A alegação de que publicações daqueles periódicos teriam desencadeado a crise política foi reiterada na manhã seguinte, por volta das 11 horas, de viva voz, pelo ministro do Império Francisco Villela Barboza *in verbis*:

[...] Queixavam-se os oficiais dos insultos que se lhe faziam em alguns periódicos, atacando-os na sua honra e probidade; e mui particularmente das injúrias dirigidas contra sua majestade e da falta de decoro e respeito para com sua augusta pessoa, sendo até ameaçada a sua existência física e política no periódico intitulado *O Tamoyo*.²

Exigiam-se, por conseguinte, duas coisas:

[...] primeira, que se coibisse imediatamente a liberdade da imprensa; segunda (já que me obrigam a referir nomes de pessoas que aliás prezo), que fossem expulsos da Assembleia os Srs. Andradas como redatores do *Tamoyo* e colaboradores da *Sentinella*.³

A Assembleia pôs-se a deliberar sobre as respostas apresentadas pelo ministro do Império quando, repentinamente, soube-se que a tropa se deslocava em sua direção. O prédio foi cercado e um oficial entregou aos deputados um decreto por meio do qual D. Pedro dissolvia a Assembleia Constituinte.

Conforme se constata, o objetivo maior era afastar do momento político os três irmãos Andradas, silenciando, igualmente, os dois periódicos, veículos pelos quais se comunicavam com o público.

Os Andradas, ainda antes da dissolução da Assembleia, negaram a responsabilidade pela direção dos dois periódicos, embora não negassem partilhar de seus valores. José Bonifácio também nunca negou que os redatores de *O Tamoyo*, Antônio de Menezes Vasconcelos de Drummond e o desembargador Francisco da França Miranda, fossem seus grandes amigos.

Ao analisar o contexto em que circularam os dois periódicos e no qual foi dissolvida a Assembleia Constituinte, é preciso citar os acontecimentos ocorridos em Portugal relacionados à volta do absolutismo régio de D. João VI, com a reinstalação da plenitude dos poderes do Estado na figura do rei, em maio de 1823. Essas notícias, no entanto, somente chegaram ao Rio de Janeiro em agosto do referido ano; desta forma, os jornais começaram a se manifestar contra a possibilidade da volta do Reino Unido ao poder brasileiro. *Sentinella da Liberdade* começou a circular no dia 5 de agosto de 1823, e *O Tamoyo*, no dia 12 do mesmo mês.

2 BRASIL. **Annaes do Parlamento Brasileiro**. Assembleia Constituinte, 1823. Rio de Janeiro, Typographia da Viúva Pinto & Filho, 1884. Tomo sexto, p. 300.

3 *Ibidem*, p. 300-301.

A retomada do absolutismo em Portugal levou D. João VI a buscar *incontinenti* reatar os laços com o Brasil, aceitando, inclusive, os termos propostos pelos deputados brasileiros nas cortes de Lisboa que haviam sido rejeitados pelos deputados lusos. Com a finalidade de recompor o Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, D. João VI enviou dois emissários ao Brasil com correspondência privada para seu filho e para D. Leopoldina. Todavia, os dois emissários não puderam desempenhar suas missões, uma vez que, para encontrá-los, D. Pedro exigiu que declarassem ter plenos poderes para reconhecerem a Independência do Brasil, o que não tinham.

Por ter o primeiro emissário enviado por D. João VI, marechal Luiz Paulino, chegado moribundo ao Rio de Janeiro, foi-lhe concedido desembarcar e hospedar-se na residência de um cunhado seu, onde viria a falecer, sob escolta de dois oficiais. Esses dois oficiais foram justamente os que, posteriormente, se envolveriam no caso da surra dada ao boticário David Pamplona Corte Real. Logo grassou a desconfiança de que D. Pedro teria sido informado do conteúdo das mensagens que D. João teria enviado por intermédio do marechal, e que estas seriam tendentes à reconstrução do antigo Reino Unido. A Independência estaria, por consequência, ameaçada. Neste quadro, também repercutiu pessimamente a incorporação ao Exército brasileiro de oficiais e soldados portugueses derrotados na Bahia que optaram por permanecer no Brasil, bem como a surra que o boticário David Pamplona levou de oficiais nascidos em Portugal ao ser confundido com o *Brasileiro Resoluto*, autor da correspondência publicada no *Sentinella da Liberdade* que teria ofendido os militares de origem portuguesa.

O Tamoyo

O *Tamoyo* era um jornal de pequeno formato, com quatro páginas, impresso na tipografia de Silva Porto & Cia. Circulava, de início, às terças-feiras, mas, dada sua aceitação, passou a publicar duas edições semanais, às terças e sextas-feiras, e, em seguida, três edições por semana: às terças e quintas-feiras e aos sábados. O jornal foi dirigido por dois amigos de José Bonifácio: Antônio de Menezes Vasconcelos de Drummond e o desembargador Francisco da França Miranda.

O jornal surgiu quando os Andradas deixaram o ministério. O ministro José Bonifácio enfrentara violentamente a oposição dos liberais radicais, a quem descrevia como sendo demagogos, por entender que colocavam em risco a unidade e estabilidade do jovem Império. Em sua administração, chegou a fechar o *Reverbero Constitucional Fluminense*, de Joaquim Gonçalves Ledo e do cônego Januário da Cunha Barbosa, e o *Correio do Rio de Janeiro*, de João da Silva Lisboa, exilando seus diretores.

Uma vez fora do governo, José Bonifácio passou a ser alvo dos ataques de todos aqueles que antagonizava. Em entrevista dada ao *Tamoyo*, possivelmente

a primeira entrevista concedida a um periódico no Brasil, José Bonifácio declarou que pregava:

A independência e liberdade do Brasil, mas uma liberdade justa e sensata debaixo das formas tutelares da monarquia constitucional, único sistema que poderia conservar unida e sólida esta peça majestosa e inteiriça de arquitetura social, desde o Prata ao Amazonas.

Afirmou, ainda, que seu maior erro como ministro fora “ter sido brando e piedoso em demasia”.

O *Tamoyo*, surgido um mês após os Andradas deixarem o governo, fora criado para enfrentar os ataques dos opositores dos Andradas. O próprio nome do jornal era uma provocação, pois homenageava os mais acérrimos inimigos indígenas opositores aos portugueses na região do Rio de Janeiro. A provocação não passou despercebida, de maneira que o *Diário do Governo*, em artigo que Gondin da Fonseca atribui ao imperador,⁴ retrucou dizendo que o redator de *O Tamoyo*:

[...] não tem vergonha nem reverência à humanidade, sendo paulista, em tomar o título, não só de selvagem, mas de canibal, afetando pertencer à tribo dos tamoios, que eram antropófagos, e não menos cruéis bebedores de sangue que os botocudos.⁵

O jornal e seus redatores foram recebidos com uma saraivada de insultos pelo *Correio do Rio de Janeiro*, cujo redator, João Soares Lisboa, fora preso por decisão do então ministro José Bonifácio. Em resposta, *O Tamoyo* declarou que os Andradas deveriam tê-lo feito “dançar na corda” (isto é, tê-lo enforcado) e descreveu João Soares Lisboa como “um bojudo tonel, metamorfoseado de matéria morta em matéria viva e semirracional, porém grosseira, hoje conhecido pelo nome de gordo redator do *Correio do Rio*”.⁶

Ainda que violento e sem poupar palavras, Aristheu Achilles⁷ escreve que *O Tamoyo* chamou a atenção pela amenidade e elegância do estilo e pela habilidade com que discorria. Além de manter polêmicas com outros jornais,

4 Apud MOLINA, Matias M. **História dos jornais no Brasil**: da era colonial à regência (1500-1840). São Paulo: Cia. das Letras, 2015, p. 217.

5 *Idem*.

6 Ainda que inimigo ferrenho e declarado dos irmãos Andradas, João da Silva Lisboa reconheceu e escreveu que eles queriam o bem do Brasil, sua independência e felicidade, e não duvidava que fossem incorruptíveis. O orgulho e a arrogância os teriam levado a escolher os meios que ele, João da Silva Lisboa, julgava errados. Apud MOLINA, Matias M. **História dos jornais no Brasil**: da era colonial à regência (1500-1840). São Paulo: Cia. das Letras, 2015, p. 206-207.

7 ACHILLES, Aristheu. **Os jornais na Independência**. Brasília: Thesaurus, MEC, 1976, p. 110.

O Tamoyo fez forte oposição ao governo, mas sempre preservou a figura do imperador. Seu principal alvo eram os nascidos em Portugal instalados no Brasil e agora também no governo, posto que cercaram D. Pedro com todo apoio e manobras da amante Domitila, futura marquesa de Santos, quando os Andradas deixaram o ministério, contribuindo, assim, para acirrar as paixões do momento.

A este respeito, Nelson Werneck Sodré diz que o jornal, ao fazer oposição ao governo, ressaltando o imperador, encontrou espaço para uma ampla receptividade, pelas condições do tempo, pois assentava-se “no puro jacobinismo, atacando os portugueses em linguagem desabrida”.⁸

O Tamoyo, ao defender o fim da escravidão e a civilização dos indígenas, apresentava um projeto de nação ao Brasil, porém não era igualitarista, uma vez que declara não nascerem iguais todas as pessoas. Teve grande influência, ainda que tenha circulado por apenas três meses – de agosto a novembro de 1823 –, fechando com a dissolução da Assembleia Constituinte e com o desterro dos Andradas.

Em 1944, a Editora Zélio Valverde, sob direção de Rubens Borba de Moraes, fez uma reprodução fac-similar d'*O Tamoyo*, que contou com uma introdução de Caio Prado Júnior.

No período regencial, em 1833, o periódico ressurgiu sob o nome *O Tamoyo Constitucional*, quando os Andradas passaram a defender a volta de D. Pedro I ao Brasil. Nesta sua segunda fase, o jornal era, nas palavras de Hélio Vianna, “nitidamente andradista, se não orientado ou redigido pelos irmãos Andradas” e era mais bem “escrito que os outros da mesma época”. Já Evaristo da Veiga atribuiu a autoria do segundo *O Tamoyo* ao português João Batista de Queiroz. Desta sua segunda fase só nos chegou um único exemplar.⁹

Acerca de *O Tamoyo*, Antônio de Meneses Vasconcelos de Drummond, um dos redatores do periódico, deixou em suas *Anotações à sua biografia* interessante depoimento. Ditado já em idade provecta, nos deu sua versão dos fatos. O texto é longo e derramado, mas, como testemunho de alguém que viveu plenamente os eventos, merece ser reproduzido *in litteris*:

Foi nesta conjuntura em que a Independência se achava ameaçada e sem defensores oficiais, que o desembargador Francisco da França Miranda e eu, depois da saída de José Bonifácio e Martim Francisco do ministério,

8 SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. São Paulo/Porto Alegre: Intercom/Edipucrs, 2011, p. 124.

9 Hélio Vianna declarou que encontrou o único exemplar na coleção do Sr. Francisco Marques dos Santos, sendo uma falta da coleção da Biblioteca Nacional, que não continha exemplares. **Contribuição à história da imprensa brasileira**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945, p. 268-272.

empreendemos a publicação de um periódico a fim de esclarecer o povo e defender a Independência, tão gravemente ameaçada.

Esta tarefa nos pertencia de direito. O desembargador França Miranda tinha sido redator do famoso papel – *O Despertador Brasileiro* – que deu o primeiro alerta para a Independência no Rio de Janeiro, e eu, que era então um moço ardente, não ambicionando senão a independência de minha pátria e que já me achava na vanguarda dos seus primeiros soldados, combinamos e concertamos a política que devíamos seguir na redação do periódico; decidimos que fosse intitulado *O Tamoyo*, redigimos o primeiro número, e depois de impresso, mas antes de ser publicado, é que fomos mostrá-lo a José Bonifácio e pedir a sua aprovação. José Bonifácio fez, ao princípio, algumas ponderações contra o nosso projeto, mas cedeu enfim, exigindo somente que mudássemos a epígrafe, para que dela se não pudesse tirar alusões pessoais.

[...] Antônio Carlos e Martim Francisco aprovaram e prometeram a sua colaboração, mas muito pouco escreveram para *O Tamoyo*. Martim Francisco, segundo minha lembrança, só dois artigos fez e Antônio Carlos com pouco mais contribuiu. José Bonifácio fez também dois ou três artigos, mas não os redigiu ele mesmo, era conversando sobre as questões vertentes que França Miranda ou eu apanhávamos as ideias e ali mesmo José Bonifácio corrigia os artigos que assim havíamos França Miranda ou eu organizado. Se a minha memória não me falha nesta ocasião, indico como sendo de José Bonifácio, mas escrito pela forma acima referida, com aqueles acrescentamentos que Francisco Miranda ou eu julgávamos a propósito fazer, o artigo do *Tamoyo* nº 5 [...].

Passado algum tempo, que a minha memória não pode agora precisar, uniu-se a nós na redação do *Tamoyo* Antônio José Pereira Guedes, que acabava de ser redator do *Diário do Governo*. Fomos, pois, nós três: França Miranda e eu, os fundadores do *Tamoyo*, e Antônio José de Paiva Guedes, o redator que se nos juntou depois. Ninguém mais, à exceção do pouco que para ele contribuíam os Andradas, teve parte na redação do referido periódico desde o princípio até o fim de sua publicação.

Havíamos convencionado que, no caso de ser o jornal chamado a juízo por abuso de liberdade de imprensa, o autor do artigo incriminado não declinaria a responsabilidade, antes se apresentaria para defender-se em juízo. Excetuamos desta regra a José Bonifácio, não porque ele recusasse responder pelos seus atos, mas em razão de não serem seus artigos redigidos, no rigor da palavra, por ele mesmo. Na minha defesa, que mandei de Paris em... para se juntar aos autos da infame (e não informe, certamente) devassa a que se procedeu por ocasião da dissolução da Assembleia Constituinte, e na qual fui pronunciado à prisão e livramento, declarei isso mesmo dizendo que, se havia

abuso de liberdade de imprensa na redação do *Tamoyo*, estávamos prontos, eu e os Andradas, cada um a responder pelas suas obras perante o tribunal competente. Uma casualidade fez cair em minhas mãos uma cópia de minha letra da mencionada defesa, que ajuntarei a estas notas.

Os novos ministros que entraram em 17 de julho de 1823 satisfizeram logo a vontade do imperador, anistiando os réus políticos de São Paulo e do Rio de Janeiro. O *Tamoyo* não combateu este ato do ministério, mas foi inexorável combatendo o outro, pelo qual o mesmo ministério mandou vir da Bahia os soldados portugueses prisioneiros de guerra para assentarem praça nos regimentos do Rio de Janeiro. O Brasil estava em guerra com Portugal, e o governo brasileiro queria armar e entregar a defesa da Independência aos soldados portugueses prisioneiros de guerra que acabavam de combater contra essa mesma Independência! As provas estavam tiradas; e mediana reflexão bastava para prever a que fim se dirigia essa medida dos novos ministros.

Parece-me que foi em 27 de maio que se dissolveram as Cortes Gerais em Portugal e que o rei D. João VI, segundo a frase do tempo, reassumiu os seus inauferíveis direitos. Desde logo, tratou o novo governo português de conciliar-se com o Brasil. Entendia que, tendo desaparecido a causa da separação, que era o governo representativo, não havia já motivo que impedisse a união. O conde de Suberra, ministro assistente ao despacho e muito influente, estava capacitado que, com algumas concessões que fizesse ao Brasil, facilmente aplanaria as dificuldades criadas pelo tempo e pelas circunstâncias. Acreditava que o imperador se prestaria a tudo que tivesse por fim a grandeza de sua Casa, da qual era o primogênito e herdeiro presuntivo.

O que acabo de expor não é uma suposição, é uma realidade. Tais eram as crenças políticas do conde de Suberra, que me foram comunicadas por Manuel José Maria da Costa e Sá, oficial da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha, confidente do conde de Suberra e redator das ordens e instruções com que passaram ao Rio de Janeiro o conde de Rio Maior e Francisco José Vieira, a fim de tratarem da união.

El-rei D. João VI declarou positivamente que não havia sacrifício que lhe fosse custoso para evitar a separação do Brasil, durante a sua vida ao menos. “Depois de minha morte, que não está longe, façam o que quiserem, mas deixem-me morrer sem levar o coração transpassado de dor pela separação em minha vida!”. O rei previa que se aproximava a sua morte, e infelizmente não se enganou [...].

O *Tamoyo* redobrou então de atividade na defesa da Independência, tão gravemente ameaçada. As suas folhas ainda existem e nelas podem hoje admirar o zelo e o denodo com que combatia. O *Tamoyo* fez murchar muitas esperanças [...].

O Tamoyo, pois, prestou relevantíssimos serviços à causa da Independência e da liberdade do Brasil. Foi a sentinela vigilante que gritou alerta quando se formava o perigo, e gritou tão forte que não ousaram pôr em execução os planos que projetavam. Se os pusessem não venceriam, mas havia de custar caro ao Brasil reconquistar a sua Independência, e só Deus sabe por que modo isso se alcançaria! Talvez com a quebra da integridade do Império em porções disparatadas e rivais, que é o maior mal que lhe pode acontecer. Recorreram a outro meio, e foi este a dissolução pela força armada da Assembleia Geral Constituinte. Por este meio, se fosse feliz, se não abalasse as províncias, poderiam chegar, posto que mais lentamente, ao mesmo fim, de voltar ao governo absoluto e à união com Portugal.¹⁰

Sentinella da Liberdade à Beira Mar da Praia Grande

Hélio Vianna, em seu grande estudo sobre os periódicos brasileiros lançados entre 1812 e 1869,¹¹ nos diz que a maior prova da grande influência que a luta política de Cipriano José Barata de Almeida angariou junto ao mundo político brasileiro no século XIX foi a adoção do título de seus jornais (*Sentinella da Liberdade na Guarita* [...]) – o último nome variava conforme o local onde estivesse Cipriano Barata, o mais das vezes, preso) por vários outros periódicos brasileiros lançados entre 1823 e 1889.

Matias M. Molina nos cita entre os principais admiradores que os jornais de Cipriano Barata lhe granjearam e que adotaram também o nome *Sentinella*, como *Sentinella do Cerro*, de Teophilo Ottoni, e este que estamos a mencionar, *Sentinella da Liberdade à Beira Mar da Praia Grande*, do sardo José Estevão Grondona, “um antigo carbonário, cônsul de Nápoles e Roma no Rio”.¹² Grondona adotou uma linha ambígua e seu jornal pareceu, em algumas ocasiões, dar apoio aos Andradas, mas ele negou qualquer relação com eles ou com o jornal *O Tamoyo*: “não nos identificaremos nunca com outras doutrinas que não sejam as do nosso mestre *Sentinella de Pernambuco*”.¹³

Em seu livro, Hélio Vianna nos lembra que, antes de *Sentinella da Liberdade na Guarita de Pernambuco* (o primeiro dos jornais de Cipriano Barata com esse nome), já havia aparecido, na Bahia, aos 21 de junho de 1822, dirigido por Joaquim José da Silva Maia, um *Sentinella Bahiense*. O periódico fora parti-

10 DRUMMOND, Antônio de Meneses Vasconcelos de. **Anotações de Vasconcelos de Drummond à sua biografia**. Brasília: Senado Federal, 2012, p. 129-138.

11 VIANNA, Hélio. **Contribuição à história da imprensa brasileira (1812 – 1869)**. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1945.

12 MOLINA, Matias M. **História dos jornais no Brasil: da era colonial à regência (1500-1840)**. São Paulo: Cia. das Letras, 2015, p. 313.

13 *Idem*.

dário da manutenção da união com Portugal e teve 15 números, tendo sido o derradeiro aos 7 de outubro daquele mesmo ano.

O *Sentinella da Liberdade à Beira Mar da Praia Grande* – que, por sinal, foi publicado na cidade do Rio de Janeiro, e não na Vila Real da Praia Grande, a futura Niterói – circulou entre 5 de agosto e princípios de novembro de 1823, tendo tido 32 números. Como todos os jornais de seu tempo, tinha natureza opinativa, muito mais que informativa. Hélio Vianna classificou-o como sendo um pasquim.

O *Sentinella da Liberdade à Beira Mar da Praia Grande* foi o veículo que, ainda que involuntariamente, serviu de estopim para a crise que desaguou na dissolução da Constituinte de 1823, quando publicou a correspondência que se insurgia contra os militares nascidos em Portugal que foram admitidos nas fileiras do Exército brasileiro. A correspondência assinada pelo *Brazileiro Resoluto*, posteriormente identificado como Francisco Antônio Soares, deu nascimento ao caso do boticário David Pamplona Corte Real.

Importante ressaltar que um erro contido no *Catálogo da exposição de história do Brasil*, de 1881, que atribui a autoria deste *Sentinella* a Cipriano José Barata de Almeida, tem sido repetida por diversos historiadores e livros didáticos. É sabido que Cipriano José Barata de Almeida permaneceu em Pernambuco por quase todo o ano de 1823, redigindo sua primeira *Sentinella*, não podendo, por conseguinte, ser o autor da que corria simultaneamente no Rio de Janeiro. Ademais, já no primeiro número da *Sentinella* fluminense, o redator pede, logo na primeira linha, ao colega de Pernambuco que “passe a palavra ao Pão de Açúcar”.

O verdadeiro editor responsável teria sido, de acordo com as pesquisas de Hélio Vianna, o sardo ou genovês José Estevão Grondona, que fora quem, apresentado anteriormente por Cipriano Barata a José Bonifácio, forneceu ao último notas sobre as sociedades secretas carbonárias italianas, que teriam servido de base para a organização do Apostolado da Nobre Ordem dos Cavaleiros de Santa Cruz, ou simplesmente Apostolado, sociedade maçônica criada por Jose Bonifácio em oposição ao Grande Oriente.

Nelson Werneck Sodré declarou em seu livro sobre a história da imprensa que o jornal de Grondona, cuja existência coincide com a de *O Tamoyo*, secundou a campanha oposicionista levada à frente por este último, destacando-se apenas por usar de uma linguagem muito mais violenta.

Grondona, que, de acordo com Hélio Vianna na correspondência com o Ministério dos Negócios Estrangeiros, assinava seu nome em francês Joseph Etienne, nasceu em Gênova, ou Sardenha, em 1783. Chegou ao Brasil em 1818,

onde foi cônsul interino de seu país no Rio de Janeiro de 1820 a 1823. Evadiu-se para Buenos Aires depois da dissolução da Assembleia Constituinte e do consequente fim de seu jornal. Ali, redigiu um violento manifesto contra D. Pedro I, com o qual colaborou também Cipriano Barata.

Luís Augusto May, o redator da *Malagueta*, outro periódico engajado da época, em seu número 36, datado aos 3 de outubro de 1828, faz referência a José Estevão Grondona como autor da *Sentinella da Liberdade à Beira Mar da Praia Grande*.

Na presente reprodução dos *Sentinella da Liberdade à Beira Mar da Praia Grande* utilizamo-nos dos fascículos publicados na hemeroteca da Biblioteca Nacional. Ocorre que citada coleção está desfalcada do número 18 e encerra sua coleção no vigésimo sétimo exemplar, que saiu a luz aos 25 de outubro de 1823. Vale ressaltar que Hélio Vianna, em sua excepcional obra *História da Imprensa Brasileira*, nos declara textualmente que: “o jornal foi publicado entre 5 de agosto e princípio de novembro de 1823, [e] deu trinta e dois números.”¹⁴

A Câmara dos Deputados fez uma ampla pesquisa nos mais diversos arquivos e bibliotecas nacionais e internacionais. Somente conseguimos encontrar um único exemplar do número 18 nos arquivos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que, infelizmente, dado seu estado de deterioração, segundo informações do Instituto, não pode ser consultado ou reproduzido, razão pela qual não o transcrevemos. Os demais números do periódico, os de número 28 a 32, os cinco derradeiros, não foram localizados.

O texto da correspondência do *Brazileiro Resoluto*, que ofendia os oficiais portugueses e que deu origem ao Caso David Pamplona Corte Real, o estopim que levou D. Pedro I a dissolver a Constituinte de 1823, de acordo com o Conselheiro Vasconcellos de Drummond, foi publicado no número da *Sentinella* do dia 5 de novembro de 1823¹⁵. Ou seja, está entre os números não encontrados, mas referenciados por Hélio Vianna em sua já citada obra de 1945.

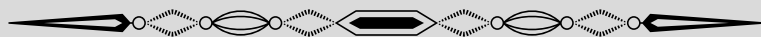
José Theodoro Mascarenhas Menck¹⁶

14 VIANNA, Hélio. Contribuição à história da imprensa brasileira (1812 – 1869). Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1945, p. 499.

15 DRUMMOND, Antônio de Meneses Vasconcelos de. Anotações de Vasconcelos de Drummond à sua biografia. Brasília: Senado Federal, 2012, p. 141.

16 Consultor legislativo da Câmara dos Deputados, bacharel e mestre em direito, mestre e doutor em história, membro dos Institutos Históricos e Geográficos do Distrito Federal e de São Paulo, do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano e do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.

O TAMOYO



O TAMOYO

TERÇA-FEIRA, 12 DE AGOSTO DE 1823

*Tu vois de ces tirans la fureur despotique;
Ils pensent que pour eux le Ciel fit l'Amerique.*VOLT. ALZIRE.



Segundo as relações de todos os viajantes nacionais ou estrangeiros, o vasto continente brasílico era, ao tempo da sua descoberta, habitado por pequenas tribos ou nações que, vivendo concentradas em densas e majestosas matas ou derramadas por uma extensa campina, não tinham outras necessidades senão as da natureza. O mar, os rios e lagoas, de que estavam cercadas, bem como seus imensos bosques, forneciam-lhes por meio da caça ou da pesca o necessário sustento. A sua agricultura, por extremo acanhada, limitava-se, quando muito, a certos grãos e raízes, que reduziam a farinha ou de que extraíam o suco para as suas bebidas. As suas casas consistiam em pequenas choupanas armadas sobre esteios e cobertas de folhas, ou de palmas, e duravam tanto quanto o rigor da estação ou a necessidade de existirem no mesmo terreno. As suas instituições sociais participavam da instabilidade da sua vida e da simplicidade de suas precisões; unidos quando convinha resistir ao inimigo comum, e não conhecendo o direito de propriedade, não reconheciam também entre si outra distinção, senão a que nascia do valor ou da experiência; e essa mesma só durava nas crises, em que era mister fazer uso de tais qualidades; fora disso todas eram igualmente livres, todas independentes, e a convicção íntima da sua liberdade era tão forte neles, que muitos preferiam a morte à bárbara escravidão europeia.

Eis aqui o estado deste país e de seus primeiros habitantes, quando por uma casualidade veio aportar às suas praias Pedro Álvares Cabral; recebido pelos inocentes indígenas com todas as mostras de prazer e de amizade, mandou cautelosamente examinar o terreno; e convencido de sua grandeza e importância, deu-lhe o nome de Santa Cruz (que depois se converteu no de Brasil) e passou imediatamente a tomar posse dele para a Coroa de Portugal, para onde mandou a notícia da sua descoberta. Esta novidade, certificada com a remessa de alguns dos frutos do país e de um dos seus habitantes, despertou

a curiosidade dos reis portugueses. Por ordem deles e debaixo dos seus auspícios, partiram sucessivamente diferentes esquadras a explorar as costas, rios e enseadas do novo continente, que logo depois foi distribuído por vários donatários em diversas porções, e com direitos e regalias consideráveis.

Não é do nosso intento seguir aqui passo a passo a marcha da povoação das diferentes colônias, o seu progresso mais ou menos lento e a história das causas que para isso influíram. Esta tarefa, que só pertence ao historiador imparcial, levar-nos-ia muito longe do nosso fim. E depois, que ganharíamos nisso? O quadro que debuxássemos, por mais favorecido que fosse, não seria por certo lisonjeiro a nossos progenitores. Debalde pretenderíamos corar com o zelo da religião e da felicidade dos povos os seus primeiros esforços nestas regiões; apesar de tudo, deixaria entrever-se nos aventureiros que as pisaram a sede insaciável do ouro, o roubo, a violência e atrocidade levadas ao seu cúmulo; a sincera hospitalidade dos inocentes indígenas remunerada por eles com a mais suja perfídia; o seu sangue derramado com frívolos pretextos; os seus cadáveres servindo de alicerce aos novos estabelecimentos; a sua liberdade impunemente atacada, e não achando abrigo nem nas próprias brenhas, que a natureza lhes dera por asilo, porque de lá mesmo os ia arrancar a cobiça europeia a título de resgate para serem reduzidos à mais dura e cruel escravidão – nova espécie de tirania, que, em vez de os matar sem fruto, matava-os com utilidade! E como se compadecem procedimentos tais com a causa que os pretextava?

Mas, enfim, não perturbemos o descanso de nossos maiores; não abramos feridas que a diuturnidade do tempo tem cerrado já, não profanemos a memória daqueles que nos fundaram a casa. É certo que eles praticaram crimes, e crimes horríveis; mas exprobrar-lhes nós seria ingratidão. Corramos, pois, a cortina a esses calamitosos tempos e sirva só de objeto à nossa contemplação a sorte das colônias já depois de incorporadas no domínio da Coroa.

Talvez pareça agora a nossos leitores que o Brasil vai mudar inteiramente de face; talvez se persuadam que o ministério português, convencido das vantagens que dele poderia tirar, vai cuidar em seus novos estabelecimentos e tomar todas as medidas possíveis para o seu aumento, grandeza e prosperidade. Mas, ah! Não foi jamais esse o espírito que dirigiu os atuais povos da Europa na formação de suas colônias; e como poderia então Portugal escapar nesta parte ao contagioso exemplo das mais nações? Como poderia o seu governo menos ilustrado do que os outros conhecer a este respeito os seus verdadeiros interesses? A fatal experiência do passado nos mostra sobejamente o contrário, e nós faremos aqui um ligeiro esboço dos males que então sofremos.

O Brasil, que nunca provocara a Portugal, que até ignorava a sua existência, e que tinha agasalhado a seus habitantes com a mais cordial hospitalidade, foi apesar disso considerado por eles como conquista, e houve de curvar-se ao

jugo de ferro que lhe quiseram impor. A pasmosa fertilidade do seu terreno, os seus novos e estimáveis frutos, a inexaurível riqueza das suas minas e a abundância de pedras preciosas com que a natureza o dotara só serviram de atizar mais e mais a cobiça do país conquistador. A sórdida avareza, o receio de perder um tão rico tesouro, foi constantemente quem ditou as leis da sua administração; leis tirânicas e absurdas, que em vez de prosperarem o nascente estabelecimento só tendiam a atrasá-lo e a tirar-lhe as forças. Em vão, a indústria brasileira quis por vezes desenvolver a sua energia em diferentes ramos; em todos ela encontrava tropeços, e tropeços tais que ou a faziam desmaiar de todo ou pelo menos diminuía muito a sua atividade. O ouro que do seio das montanhas ela desentranhava com indizível trabalho era absorvido em grande parte por onerosos tributos, que não tinham outro fim senão aumentar o luxo da metrópole, e o pouco que dele restava no país só servia para comprar a graça dos baxás europeus e livrar de suas violências. Os produtos de maior preço e valor estavam sujeitos ao mais odioso monopólio, e leis terríveis vigiavam em torno do seu tráfico e cultura. O seu comércio, agrilhado com impostos e privado do benefício da concorrência, não tinha outro mercado senão o de Portugal. Para ele só é que trabalhava o miserável colono, e o que mais é sem obter ao menos a consideração de que se fazia digno por seus trabalhos. Os postos militares e os empregos civis de maior monta só podiam ser ocupados por famintos europeus, que vinham aqui fazer a sua fortuna, e que pouco ou nenhum interesse tomavam pela do país. Arredados do poder supremo por milhares de léguas, revestidos alguns de uma autoridade sem limites, entregavam-se afoitamente a todo o gênero de extorsões, roubos e violências, que podiam sugerir-lhes o seu desmedido orgulho ou rasteira ambição; e coitado daquele que ousasse levantar a voz para implorar justiça contra tais despotismos. Os seus gemidos ou eram sufocados pelos amigos e parentes do déspota na Corte ou se por ventura tinham a fortuna de ser ouvidos só serviam de agravar mais a sua triste condição, e granjear-lhe o ódio implacável do tirano.

Eis o estado em que se achava o Brasil quando o monarca português e a sua Real Família, acossados pela invasão do grande déspota da Europa, vieram demandar suas praias. Com este inesperado sucesso, se antolhou aos sinceros brasileiros, que haviam cessado de todo seus infortúnios passados e que à triste imagem deles ia suceder brevemente a risonha perspectiva de um venturoso futuro; e, com efeito, ao princípio algumas providências se deram que pareceram confirmar estas suas esperanças. Mas quão depressa se desvaneceram elas! Os infames cortesãos que haviam acompanhado ao Sr. D. João VI, os íntimos criados de seu paço em paga do benigno acolhimento que tiveram, só nos retribuíram com insultos e injúrias as mais ofensivas que se podem imaginar. O direito da propriedade, o mais sagrado de todos na sociedade civil, foi impunemente calcado aos pés por estes vândalos. Cidadãos muito

respeitáveis foram obrigados a despejar suas casas para aposento deles; a outros tiraram-se quintas e fazendas por uma compra forçada ou aparente, e com promessas vãs de proteção, que nunca se verificaram. Estabeleceram-se tributos para a manutenção da nova Corte; criaram-se tribunais e ofícios novos só para empregar os emigrados, e acumularam-se os mais rendosos nas mãos de alguns que não tinham para isso outro direito senão o da sua incapacidade, baixaza ou impudência. Em todas as repartições reinou de então em diante a mais escandalosa imoralidade, e dela nasceram por consequência o roubo e a opressão dos povos. O governo, quase sempre frouxo e condescendente, se viu na necessidade de capitular muitas vezes com o crime, mormente quando ele era apoiado por algum dos infames válidos que cercavam o trono. Estes orgulhosos vizires eram os que dispunham de tudo a sabor da sua avareza ou de seus torpes apetites; e o mérito que recusava prostrar-se diante de tais ídolos, ou comprar as suas graças por tão custoso preço, jazia num total e ignominioso esquecimento.

Este estado de coisas não podia durar muito. A corrupção dos costumes tinha chegado ao seu auge, e sem eles de nada valiam as boas leis. O corpo moral da nação estava afetado de gangrena em todos os seus membros e caminhava a passos largos para a sua dissolução, quando alguns portugueses do antigo hemisfério conceberam o brioso projeto de salvá-lo da sua total ruína e proclamaram aos povos a sua urgente necessidade. O seu grito retumbou em todas as partes da monarquia, e em todas elas foi ouvido com aplauso extraordinário. O Brasil inteiro respondeu-lhe com entusiasmo; e seus cândidos e sinceros filhos, iludidos com os prestígios da apregoada liberdade, entregaram-se todos com a maior confiança que pode imaginar-se à discrição de seus intitulados “irmãos”. Desgraçados! Não prevíamos que, à sombra do afetado liberalismo e da fraternal igualdade com que éramos aflagados por estes monstros, se ocultava em seus corações a mais atroz e aleivosa perfídia.

Mas enfim nós conhecemos o erro, e ainda a tempo de remediar-se. Ao brado de indignação que primeiro ressoou das serras paulistanas, responderam uniformes quase todas as províncias. Foi um clamor geral que estávamos traídos; mas, coerentes sempre com os ditames da razão e da probidade, não podemos ainda crê-lo; nossos generosos corações quiseram tentar todos os meios para conservar os laços da antiga amizade; em nossos lábios se ouviu ainda o doce nome de irmãos; e as nossas justas e fundadas queixas não excederam jamais os termos da moderação. Tudo, porém, foi debalde. Os traidores descobertos dobraram contra nós a sua impotente raiva; e o que era noutro tempo rivalidade converteu-se neles em ódio e rancor manifesto. Os defensores de nossos direitos foram cobertos de injúrias e impropérios; os nossos representantes foram grosseiramente insultados por todo o povo; a despeito de seus clamores enviaram-se tropas para as nossas províncias a título de man-

ter nelas o sossego público, mas em verdade para subjugar-las. A malfadada Bahia, que com tanto amor e carinho as tinha acolhido, viu por elas derramar o sangue de seus filhos, seus campos devastados, seu comércio arruinado, suas propriedades arrasadas e sua capital entregue a todas as calamidades da guerra. Malvados! E assim é que pretendíeis plantar em nossos corações o vosso decantado sistema de liberdade! Ignoráveis por ventura que as instituições políticas só se podem manter e arraigar pela força da opinião, e não pela das baionetas? Ah! Desgraçadamente o estais conhecendo agora, e oxalá que o vosso exemplo sirva de lição a todo e qualquer déspota que delas quisesse servir-se para apoiar o deus despotismo.

Nós não pretendemos continuar aqui o quadro horrível das imensas injustiças, atrocidades e perfídias que o infame Portugal pôs em prática para reduzir-nos a seu jugo. Ainda se conserva muito fresca a memória de seus crimes; ainda soam em nossos ouvidos as ameaças contínuas *de ferro, de fogo e de veneno*; e tanto basta para gravar em nossa alma um profundo sentimento de indignação e rancor. Este seja o legado que deixemos a nossos filhos, a nossos netos e a toda a nossa posteridade; esta seja a nossa divisa e o mais firme baluarte da nossa existência política; e vós, Pedro I, augusto defensor de nossos direitos, modelai pelos mesmos princípios o vosso régio coração. Lembrai-vos que a balança do poder não tem outro apoio senão a opinião, e que a força dos que governam não é mais nem menos do que a força dos governados. Não queirais, portanto, escandalizar a maioria da nação, que tão decididamente se tem declarado por vós, e que do velho mundo nada mais necessita, nada mais quer, nada mais estima.

Brasileiros, vossos esforços e trabalhos infatigáveis debaixo das asas do anjo tutelar que os dirige tem levantado o majestoso edifício da vossa Independência, mas que importa isso? Ainda vos resta muito que fazer. Cumprir firmar-lhe a base e firmá-la de maneira que ele possa contrastar o furor dos partidos e a injúria dos tempos. A sua duração só depende da vossa força moral, e esta não pode obrar e desenvolver-se sem que as opiniões se concentrem e se encaminhem ao mesmo fim. E qual outro pode ser ele senão a vossa Independência e a vossa *justa liberdade*? Sem esta de nada valeria aquela; a vossa pátria deixaria de pertencer ao velho hemisfério, deixaria de obedecer a um poder estranho; mas nem por isso seríeis vós cidadãos, quero dizer, *homens livres e dignos de o serdes*. A vossa vida, a vossa honra, os vossos bens estariam penderes dos caprichos do monarca ou de qualquer um de seus validos, e raríssimas vezes aparece no trono um Pedro I. Aproveitai-vos, pois, das circunstâncias; e enquanto os sábios da nação no augusto recinto da Assembleia tratam de marcar os limites dos poderes que hão de governar-vos e de estabelecer entre eles a necessária e recíproca harmonia, vós, no entanto, de fora vigiai sobre as facções destruidoras dessa mesma harmonia, e a todo aquele

que quizer perturbá-la, seja europeu, seja brasileiro, opondo-lhe à mais forte resistência, sem isso vede que estais perdido.

Nós, da nossa parte, protestamos desde já contribuir com nossos fracos talentos para avigorar nos ânimos o amor à sagrada causa da nossa Independência e da nossa liberdade. A estes dois fins unicamente é que empreendemos agora a nossa redação de um periódico, de que sairá uma folha por semana. Nela se conterão: 1º Uma justa e comedida censura de todos os atos anticonstitucionais que emanarem de qualquer dos poderes estabelecidos, bem como o louvor daqueles que o merecem; 2º As notícias políticas da Europa e dos Estados do nosso continente, à proporção que forem chegando; 3º As cartas, reflexões ou escritos de qualquer outra natureza que nossos concidadãos se dignarem de comunicar-nos, uma vez que venham assinados e reconhecidos e que não contenham meras personalidades, porque nosso fim não é atacar a pessoa alguma nem prostituir-nos ao furor dos partidos; é sim reprimir a sua tendência por extremo funesta e combater as opiniões ou procedimentos que se não compadeçam com a justa liberdade.

O TAMOYO

TERÇA-FEIRA, 19 DE AGOSTO DE 1823

*Tu vois de ces tirans la fureur despotique;
Ils pensent que pour eux le Ciel fit l'Amerique.*

VOLT. ALZIRE.



Havíamos dito na primeira folha do nosso periódico que um dos fins a que ele se dirigia era censurar, com a devida imparcialidade e decência, todos os atos e determinações de qualquer dos poderes estabelecidos que nos parecessem contrários ao sistema de governo adotado pela nação; e muito desejaríamos não ter neste ponto motivo algum para cumprirmos a nossa promessa; mas desgrazadamente não sucede assim. Parece que, ao mesmo tempo que S.M. o Imperador se esforça por persuadir-nos da sua constitucionalidade e não cessa de dar-nos todas as provas dela, alguns dos seus ministros se esmeram em desmenti-lo, obrando na razão inversa de seus nobres e generosos sentimentos e o que mais é comprometendo na opinião pública o seu augusto nome. Esta acusação parecerá a princípio muito dura e até injusta, mas, desde já, rogamos a nossos leitores não precipitem o seu juízo em matéria de tanta consequência. Nós vamos a examinar os procedimentos de alguns desses ministros pelos princípios geralmente reconhecidos em todas as monarquias constitucionais: se estes não forem verdadeiros ou a sua aplicação não for feita com a devida exatidão, mostrem-nos o erro, que desde logo e de bom grado nos retrataremos.

Todos sabem que a nação brasileira, quando proclamou a sua Independência, e ao Sr. D. Pedro I, por seu imperador, declarou que não admitia outra forma de governo senão o monárquico constitucional; este foi o voto geral, ou ao menos da maioria de cada uma das províncias, e com ele se conformou S.M. o Imperador não só então, mas ainda muitas vezes depois, e sobretudo agora, em que, por um documento, o mais autêntico acaba de confessar-nos que tem gravado na sua alma o governo proclamado. Ora reconhecida a existência deste pela nação e pelo seu monarca, cumpre reconhecermos e adotarmos também todos os princípios que são essencialmente inerentes a este sistema ou forma de governo ou que dele se derivam, e tais são, entre outros, a

divisão dos poderes políticos e o religioso cuidado com que cada um deles deve conter-se dentro dos limites da sua esfera, porque, uma vez que os possa transgredir, e que essa transgressão realmente se verifique, temos logo a confusão dos mesmos poderes e o seu equilíbrio destruído; e daí nada menos resulta que ou o despotismo ou a anarquia. É isto uma verdade tão clara, tão evidente, e tantos são os exemplos, que a história nos fornece em prova dela que gastar tempo em demonstrá-la seria ofender a simples razão natural e senso comum dos nossos leitores.

Postos, pois, estes princípios, que são incontestáveis, examinemos a par deles o Decreto de 16 de julho próximo pretérito, que foi referendado pelo Exmo. Caetano Pinto de Miranda Montenegro e que é do teor seguinte:

Decreto

Sendo-me presente que os motivos que deram lugar à segunda devassa contra alguns habitantes da província de São Paulo, não incluídos na primeira a que se procedeu depois do dia 23 de maio de 1822, foram mais uma produção de rivalidades particulares do que tensão declarada contra a minha imperial pessoa e interesses da nação; e convindo remover toda a ideia de arbitrariedade em matéria tão grave como a liberdade civil, imunidade da casa do cidadão e direito de propriedade, hei, por bem, que a referida segunda devassa, da mesma sorte que a primeira, fique sem efeito algum, sendo postos em liberdade todos os que se acharem presos. Caetano Pinto de Miranda Montenegro, do meu Conselho de Estado, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Justiça, o tenha assim entendido e faça executar os despachos necessários.

Paço em 16 de julho de 1823.

Segundo da Independência e do Império.

Com a rubrica de S.M. o Imperador.

Caetano Pinto de Miranda Montenegro.

(*Diário do Governo*, 17 de julho, nº 15)

Diz S.Exa. logo no princípio deste decreto que os motivos que deram lugar à segunda devassa contra alguns habitantes de São Paulo foram mais uma produção de rivalidades particulares do que tensão declarada contra a sagrada pessoa de S.M.I. e os interesses da nação. E quem é que nos afiança a veracidade desta proposição?

O juízo só de S.Exa. não é para isso suficiente porque ainda que ser possa contraste na matéria, não se acha, todavia, autorizado pela lei para interpor nela o seu parecer, e muito menos com o tom decisivo com que o fez. Quanto mais que nós temos do contrário argumentos muito convincentes e tais são: primeiro, o conhecimento individual de alguns dos fatos compreendidos nessa devassa, os quais não podem jamais considerar-se sem o caráter de crimina-

lidade, e se for necessário sujeitá-los-emos ao juízo do público imparcial; segundo, a presunção que resulta da mesma devassa e da sua pronúncia, daquela, porque se não fosse tirada se o caso não fosse disso; desta, porque não é crível que o juiz que a proferiu fosse tão ignorante ou tão vil que tivesse a animosidade de pronunciar homens que não fossem realmente culpados, sabendo, aliás, ou devendo saber, que o fato só de os pronunciar o constituía na mais estrita responsabilidade. Entretanto, apesar de todas estas razões, quis S.Exa. que nós obedecêssemos cegamente ao seu juízo, que não era competente na matéria, e por ele qualificou estes fatos como meros efeitos de rivalidades particulares, estabelecendo por este modo um aresto perigosíssimo, qual é o de deverem-se considerar como tais todos os crimes da sociedade, pois, segundo a sua doutrina, nós não vemos por que razão um roubo, uma morte, um adultério se não devam contemplar como efeitos de rivalidade entre o roubado e o roubador; entre o morto e o matador; entre o adúltero e o ofendido.

Mas isto nada é em comparação do que se segue: parece que S.Exa. querendo, como diz, remover toda a ideia de arbitrariedade, não se lembrou de que nos deixava um monumento dela na disposição final deste decreto. Em verdade nós não sabemos que haja arbitrariedade maior do que por um simples rasgo de pena mandar o Exmo. Ministro que fique sem efeito a segunda devassa, e que sejam postos em liberdade todos aqueles que em virtude dela se achassem presos. Este seu procedimento é anticonstitucional por dois respei- tos: primeiro, porque foi uma invasão manifesta do Poder Legislativo, isto é, do poder soberano por excelência, a quem só competia lançar um véu sobre os crimes dos indivíduos pronunciados e suspender a espada da justiça pen- dente sobre suas cabeças; segundo, porque paralisou inteiramente a marcha do Poder Judiciário, sufocando na sua nascença um processo que, depois de começado, devia ultimar-se pelos meios legais; e, portanto, parece-nos que ele devera ser acusado perante a nossa Assembleia como uma infração perigosa dos princípios constitucionais universalmente reconhecidos.

Talvez o Exmo. Ministro queira desculpar-se agora com a vontade de S.M., dizendo-nos que ele fora quem mandara lavrar aquele decreto; nós, porém, não lhe admitimos a desculpa, porque S.Exa. bem sabe, ou deve saber, que nos governos como o nosso o monarca não é mais do que um poder neu- tro, rodeado de amor e de respeito, e posto no cume do edifício político para não invadir as atribuições dos outros poderes ou estorvar a sua marcha, mas sim para os manter e conservar nas suas respectivas órbitas e que nunca pode obrar em lugar deles sem evidente perigo da liberdade política. Ele sabe, ou deve saber, também, que os ministros de Estado em semelhantes governos são os que ficam responsáveis pelos atos que referendam; e, portanto, era da sua obrigação representar tudo isto a S.M., expor-lhe os inconvenientes que resultavam de semelhante decreto, não só em desabono da sua constitucio- nalidade, mas também da dele ministro, e quando este augusto senhor ainda

assim persistisse na sua resolução (o que muito duvidamos) devera então demitir-se do seu serviço como o meio único de salvar a sua reputação; e, uma vez que assim o não fez, deu-nos a entender que ele tão longe está de remover arbitrariedades que antes as pratica, ou que ao menos não tem a coragem precisa para fazer à sua consciência um generoso sacrifício de seus interesses; e, em qualquer dos casos, será S.Exa. capaz de ocupar o ministério na época presente? *Dicant Paduani.*

Não se pode também desculpar o Excelentíssimo ministro com dizer que aquele decreto nada mais contém do que um perdão, cuja concessão em todas as monarquias constitucionais pertence de ordinário ao Poder Executivo; pois, em primeiro lugar, respondemos-lhe que reduzir a nenhum efeito uma devassa já tirada e pronunciada nunca foi perdoar, foi sim impor silêncio à lei, sufocar a sua voz majestosa a respeito dos indivíduos nela compreendidos, faculdade esta que nunca competiu ao poder executor da mesma lei, mas tão somente ao que a faz. E demais, dado caso que pela identidade dos efeitos nós quiséssemos dar a um ato destes a alcunha do perdão, segue-se por ventura daí que o Poder Executivo pudesse conferi-lo a pessoas que ainda não tinham sido processadas e julgadas por sentença final? Não seguramente; porque todos sabem que o exercício desta bela prerrogativa do monarca só pode justificar-se quando assenta sobre uma pena já decretada, e por motivos particulares, ou talvez só por efeitos de clemência, vem adoçar o seu rigor; fora disso, longe de ser um bem, seria um ataque formal à justiça e à humanidade.

Nós sabemos perfeitamente que esta nossa censura não agradará aos senhores, que se acham compreendidos no indulto concedido por este decreto; porém, se é verdade que os fatos de que foram arguidos não denotam tensão decidida contra a sagrada pessoa de S.M. nem contra os interesses do Brasil, mas são tão somente um mero efeito de rivalidades particulares, como quer persuadir-nos o ministro da Justiça, então permitam-me dizer-lhes que não ganharam nada com semelhante graça; ela veio perpetuar a nódoa de que estavam manchados aos olhos dos seus concidadãos; ela veio justificar as suspeitas que bem ou mal fundadas existiam acerca de seus procedimentos, quando pelo método contrário, e o único legal, poderiam estas desvanecer-se e cederem o lugar ao triunfo da sua inocência.

Além de que a nós nada nos importa o conceito que havemos de merecer-lhes; mais cuidadosos do bem geral do que do bem particular só temos em vista manter ilesos os princípios do governo que adotamos e vigiar sobre os abusos das autoridades constituídas para evitar os males, que são consequências inevitáveis desses abusos; e se os não combatermos em tempo, não terão depois remédio, porque, segundo diz o eloquente autor das Cartas de Junio: “um exemplo traz outro. Imediatamente eles se acumulam e terminam por fazer lei. O que hoje não passa de um fato, amanhã se converterá em direito.

Os exemplos servem para justificar as medidas as mais perigosas, e, quando não quadram com as circunstâncias, vem logo a analogia suprir esse defeito”.

CORRESPONDÊNCIAS

Sr. Redator.

Dizem-me que estamos em tempos constitucionais; eu bem quisera crer, mas como acreditar o que quase tudo desmente? Serão dos tempos constitucionais um decreto referendado pelo ministro da Justiça em que o poder monárquico se arroga o poder de dispensar a lei? Será constitucional semelhante ato, que anula processos bem ou malfeitos? Serão ou não ataques ao sistema representativo portarias como as do ministro da Guerra,¹ que adianta dinheiros nacionais, e a do ministro da Fazenda, que manda dar livres contra a lei objetos sujeitos a direitos? Ignorará o ministro da Justiça, que esse *dispensing power* que ele ora faz o imperador arrogar-se, levou ao cadafalso Carlos I e expulsou Jacques II e todos os Stuarts do trono inglês? Desconhecerão os ministros de Guerra e de Fazenda que o mais seguro paládio da liberdade dos povos é o direito exclusivo de dispor dos dinheiros públicos conferido ao elemento popular dos governos representativos? Ah! Sr. Redator, que de absurdos vejo, e o pior é que não posso remediar! Ora, pois não será absurdo num governo constitucional papéis do governo sem serem referendados? Cuido eu que concordará comigo que as proclamações do imperador são papeis do governo e, todavia, elas não vêm referendadas; quando até o exemplo doméstico do rei de Portugal seu pai devia mostrar ao imperador a necessidade de tal referendamento. E advirta que isto faz o rei de Portugal mesmo quando se desprende do governo constitucional. É bom que o povo brasileiro reflita no perigo de semelhantes exemplos, e na sua contradição com os legítimos princípios do governo representativo. É impossível analisar doutrinas de uma fonte impecável, é impossível marcar a tendência desastrosa de atos que, procedendo de um poder inviolável, seria ousadia e contradição violá-los pela livre censura que merecem. Daqui o escárnio da responsabilidade; basta que um astuto ministro, sem aparecer, ponha na boca de S.M.I. máximas solapadoras de toda a ordem para furtar-se a responder pelo que é obra sua, coberto com o manto de glória que circunda o ato. Segundo os princípios representativos, o monarca é inviolável, porque não pode fazer o mal; mas, para que se verifique esta suposição, é mister que não possa obrar, se não autorizado por nome de quem, podendo pecar, pode ser castigado; por nome de quem, não tendo inerente o

1 Tem razão o nosso correspondente, e esta portaria será também um dos objetos da nossa censura em um dos nossos números se o alto poderio de S.Exa. Militar não esmagar antes disso o pobre e inocente *Tamoyo* por ter o arrojo de se meter a político, porque isto de saber falar das coisas e discorrer livremente é privilégio da classe europeia. O redator.

respeito, não pode tolher o olho da indagação nem escapar ao dente da justa e severa criminação. Ora, o contrário é o que se praticou nas duas proclamações de S.M.I. Aqui estou eu, que, desejando mostrar ao público algumas expressões perigosas, e outras inconsequentes, que saltam aos olhos, não o faço por não desbotar o lustre da pessoa de quem se dizem partos; quando a meu ver não são nem podiam ser senão da embotada cachola e nojentos hábitos de servilismo de homens da tempera velha. Digne-se, pois, Sr. Redator, publicar esta minha querimônia, a ver se não volta o mal que ora promove às minhas carpideiras, e que se me antolha ser da maior monta. Sou seu venerador.

O Constitucional às Direitas.

Srs. Redatores.

Ouvi dizer que na noite de 11 do corrente, estando o imperador no teatro e logo após dele Gordilho, Berquó e Valente, chegaram os ministros de Estado a cumprimentar a S.M. e ficaram no camarote por detrás daqueles Srs., o que irritou sumamente a todos os homens sisudos e de caráter. E com efeito o caso é escandaloso e ridículo. Escandaloso por mostrar até onde chega a altivez de Berquós e companhia, que querem arrogar a si uma preferência que lhes não compete a par de autoridades que formam o Poder Executivo da nação; ridículo porque inculca baixeza naqueles ministros, que não são capazes de manter as preeminências do seu cargo. E que se há de esperar deles na sua administração? Como sustentarão os direitos da nação e dignidade desta perante as nações estrangeiras?

Eu me envergonho por extremo destas coisas, e desejaria muito que se remediassem para o que rogo-lhes queiram publicar esta a ver se os homens se emendam, do que muito duvido, porque ninguém dá aquilo que não tem, nem mais do que tem.

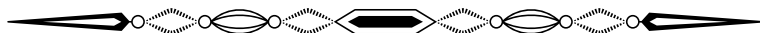
Seu reverente servo. O Analisador.

O TAMOYO

SEXTA-FEIRA, 22 DE AGOSTO DE 1823

*Tu vois de ces tirans la fureur despotique;
Ils pensent que pour eux le Ciel fit l'Amerique.*

VOLT. ALZIRE.



Depois de havermos censurado no nº 2 do nosso periódico o Decreto de 16 de julho do corrente ano como anticonstitucional e perigoso pelas suas consequências, deveríamos neste nº passar a fazer o mesmo a várias portarias dos atuais ministros, que padecem igual defeito se não fora mister combater primeiro os errados princípios da que foi dirigida na mesma data daquele decreto e pelo mesmo ministro da Justiça a Pernambuco e a todas as mais províncias do Império; para o que passamos a referi-la.

“Conhecendo-se que uma das armas que o governo de Portugal emprega contra o Império do Brasil é a intriga, somente para se tornarem rivais europeus e brasileiros; e sendo certo que a obediência às leis e a pacífica conduta constituem os bons cidadãos, sem que o lugar do nascimento tenha influência alguma para serem considerados de diversos modos: manda S.M. o Imperador, pela Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça, que a Junta Provisória do Governo da Província de Pernambuco tome as mais enérgicas medidas para atalhar uma intriga, que só pode ter resultados funestos ao aumento e prosperidade deste Império.

Palácio do Rio de Janeiro, em 16 de julho de 1823.

Caetano Pinto de Miranda Montenegro.”

Ora, eis aqui o teor da portaria que nós, para maior facilidade da nossa análise, dividiremos em três partes. Na primeira, quer S.Exa. atribuir à intriga manejada pelo governo de Portugal contra o Brasil a rivalidade que ora existe entre europeus e brasileiros; e será com efeito assim? Não seguramente. Todo o mundo sabe que essa intriga só começou a laborar depois que o governo português viu que nós tínhamos conhecido a perfídia com que ele nos tratava; receoso de que tomássemos a merecida vingança de tão horrível atrocidade,

e, não podendo pela sua fraqueza evitar o golpe por meios descobertos, tentou, desde então, empregar todos aqueles que o seu furor e a sua imoralidade podiam fornecer-lhe; mas isto não se remonta, quando muito, se não ao ano próximo passado ou fins do antecedente. Entretanto, a experiência mostra-nos que já antes dessa época e muitos anos antes havia uma notória rivalidade entre brasileiros e europeus; que a influência dela era mais ou menos enérgica no coração dos primeiros à proporção das suas luzes e da firmeza de seu caráter, e que os seus efeitos, bem que conhecidos em todas as províncias do Império, todavia em nenhuma se descortinavam melhor do que nas duas da Bahia e Pernambuco, onde os europeus eram geralmente designados com os nomes de “marotos” ou “marinheiros”.

Tudo isto sabe muito bem o Exmo. Ministro de Justiça, porque, além da sua longa residência no Brasil, governou muito tempo uma dessas províncias acima referidas, onde mais dominava esse espírito de rivalidade e, tanto assim, que ele concorreu em grande parte para a explosão de 1817. Estabelecida, pois, esta verdade incontestável, com que fundamento ousa S.Exa. imputar intriga de Portugal sentimentos que lhe eram anteriores? Não é isto querer que o efeito preceda à sua causa? Semelhante absurdo não se compadece com as luzes do benemérito ministro; se ele nos dissera que a intriga portuguesa contribuíra para desenvolver essa inveterada rivalidade até então abafada, e que em algumas partes até lhe fizera tomar o aspecto terrível do ódio e do rancor; nós seríamos também do seu parecer; mas dá-la como causa dessa mesma rivalidade é certamente no que não conviremos porque temos para afirmar o contrário o incontestável apoio da experiência.

Mas talvez, se nos perguntassem agora: qual é a causa dessa rivalidade a não ser a que aponta a portaria? A nosso ver, ela não procede de outro princípio senão da injustiça e orgulho português. O seu governo, por extremo cioso da prosperidade do Brasil, não fez mais do que tolher em todo o decurso da sua administração os agigantados passos deste vasto continente, persuadido de que a natureza o formara para seu patrimônio, quis por este mesquinho método conservá-lo sempre debaixo da tutela, e, para lhe tirar até o sentimento das suas forças, o sujeitou às extorsões e violências de infames baxás, que o governaram quase sempre com vara de ferro. Os mesmos particulares, que de lá vinham buscá-lo como abrigo da fome e da miséria, não cessavam, todavia, de olhar para o país que os vira nascer, do encarecer loucamente as suas vantagens com abatimento e menoscabo daquele que os fizera felizes, e o que mais é de enxovalhar com os epítetos de cabras e mulatos as mesmas famílias nele estabelecidas, cuja nímia bondade os tinha admitido em seu seio por meio de consórcios para eles muito vantajosos. Este quadro de injustiça, de ingratidão e de orgulho não podia deixar de despertar nos ânimos brasileiros uma espécie de indignação para com os autores de tantos insultos, a qual insensivel-

mente se foi generalizando e tornou-se em antipatia quase invencível. Se ela é justa ou não, ajuízem nossos leitores; o certo é que existe há muito tempo, e que as causas não podem ser outras senão as que ficam expostas. Por que motivo, pois, as não mencionou o Exmo. Ministro de Justiça? Porque eram sumamente odiosas, porque iam pôr-nos em guarda contra a preponderância europeia, que solapadamente se busca restabelecer; porque eram, enfim, contraditórias com a matéria da sua mesma portaria.

Mas concedamos por um momento que não são estas as verdadeiras causas da rivalidade existente entre brasileiros e europeus; concedamos por um momento que ela tenha a sua origem na intriga de Portugal. E quais foram os instrumentos por que se manejou essa intriga? Os brasileiros não, porque, não tendo ali relações estáveis de parentesco e de amizade, e até nem mesmo de comércio, não tinham interesse algum em servir às paixões do país intrigante com prejuízo do seu; outro tanto, porém, não se pode dizer dos europeus; as saudades da pátria, dos parentes, dos amigos, as conveniências do comércio a que estavam habituados e que só por ali julgavam vantajoso os habilitavam sobremaneira para serem os móveis dessa intriga e, de fato, eles o foram por muito tempo, se é que o não são ainda.

Logo estes é que foram os motores dessa rivalidade; contra eles é que S.Exa. devera positivamente mandar tomar medidas enérgicas; e, se não o fez, a razão é bem clara e todo mundo a vê: árvores transplantadas de um país estranho ou mirram-se ou, se por ventura chegam a produzir frutos, são sempre com o sabor de seu país natal.

Deixemos, porém, esta matéria e passemos à segunda parte da portaria. Nela estabelece S.Exa. duas proposições, e vem a ser primeira: que a obediência às leis e à pacífica conduta é que constitui os bons cidadãos; segunda: que o lugar do nascimento não tem influência alguma para serem considerados de diversos modos. E serão ambas verdadeiras? Parece-nos que não, ao menos em toda a sua extensão. É certo que obedecer às leis e o viver pacificamente constitui o caráter de bom cidadão, mas bastam só essas qualidades para adquirir esse título? Não seguramente: cumpre ter sobre isso uma generosidade tal que seja capaz de sacrificar, se necessário for, ao país a que pertence, os interesses pessoais, as relações de sangue e de amizade, os bens, a vida e até, digamo-lo assim, a própria liberdade, e destes sacrifícios bem poucos europeus serão capazes, mormente em benefício nosso e contra a sua pátria. Mas, enfim, a matéria é oleosa e, se nela tocamos, foi por honra da verdade. Passemos, pois, à outra posição.

Nesta quer S.Exa. inculcar-nos que o lugar do nascimento nada influi para ser qualquer considerado como mau cidadão. Nós, porém, o não acreditamos; a razão e a experiência nos convencem do contrário. Aquela fazendo-nos ouvir a voz imperiosa do sentimento que fala em nossos corações a favor

do lugar em que nascemos, e com tanta energia quanta pode inspirar-nos a memória sempre deliciosa de nossos primeiros anos, a recordação de nossos brincos e prazeres infantis, a saudade dos lugares que lhe serviram de teatro, as relações então contraídas e mil outras ideias lisonjeiras; esta apontando-nos exemplos da irresistível força que tal circunstância tem no coração humano. Themistocles havido nascido em Atenas e, depois de ter feito à sua pátria serviços importantíssimos, foi dela desterrado, perseguido e até obrigado a fugir para a Corte de Xerxes, o seu maior inimigo; este generoso rei acolhe-o em seu palácio, concede-lhe a sua amizade, acumula em suas mãos as honras e riquezas e, contudo, quando quer que ele tome as armas em seu serviço contra o país que o vira nascer, Themistocles esquece-se de todos os benefícios que recebera, e para eximir-se de cumprir as ordens de seu benfeitor, não duvida de matar-se com veneno. Ora, se o lugar do nascimento pôde influir tanto em uma alma como a de Themistocles, que o forçou a preferir a morte ao dever de prestar os ofícios de bom cidadão para com um país que o acolhera na sua desgraça, e para com um rei a quem devia imensas honras e fortunas, que influência não terá ele em almas de calibre muito inferior e onde só domina o simples e grosseiro instinto?

Mas não é necessário remontar-nos a exemplos antigos e estranhos; nós os temos bem modernos e domésticos. A Tropa de Avilez, depois de haver-nos ameaçado com hostilidades e horrores, é mandada retirar-se para a outra banda e a sua comunicação, proibida; entretanto, muitos europeus aqui estabelecidos correspondem-se com ela, vão visitá-la, mandam-lhe socorros de dinheiro e mantimento e até, segundo dizem, pólvora e bala. A fragata *União* (hoje *Piranga*) vai bloquear o porto da Bahia, e o seu comandante apenas chega e é obrigado a retirar-se a fim de não ser vítima da traição e perfídia que, contra o país a que servia, tinha maquinado a sua tripulação.

Um oficial da Marinha levanta-se com o brigue que ia levar petrechos de guerra ao general Lecor e entrega-o com tudo quanto tinha à divisão inimiga. Indivíduos da tropa e Marinha portuguesa fazem desconfiar ao lorde Cochrane e obrigam-no a compor a sua guarnição em grande parte de marinheiros e oficiais ingleses. E quem foi que motivou todos estes procedimentos? Não foi por ventura o lugar do nascimento? Sem dúvida. Logo, S.Exa. deve confessar-nos ou que a sua proposição não é verdadeira, ou que os procedimentos acima referidos são compatíveis com o caráter do bom cidadão, o que não é de esperar das suas luzes e probidade.

Passemos agora à disposição final da mesma portaria. Ela se reduz a que o governo de Pernambuco tome as mais enérgicas medidas para atalhar uma intriga que só pode ter resultados funestos ao aumento e prosperidade deste Império. Mas quais serão essas medidas? Nós não sabemos que possam haver outras mais enérgicas e da competência daquele governo, que não sejam os

castigos; mas castigos em tempos tais, e por uma mera rivalidade, por um sentimento involuntário e muitas vezes justíssimo, essa não esperávamos nós de S.Exa.! Dir-nos-á que a sua mente é castigar os efeitos dessa rivalidade quando são desastrosos, mas não a mesma rivalidade. Bem, mas nesse caso não era mister esta portaria, bastavam as leis existentes que todos os governos devem cumprir. E, demais, sobre quem hão de recair esses castigos? Provavelmente sobre os brasileiros, porque, não tendo a honra de serem do mesmo país que S.Exa., é justo que sofram toda a qualidade de insultos que o orgulho europeu lhes queira fazer; e que, se disso se doerem ou tomarem satisfação, sejam asperamente punidos. Santo Deus, a que absurdos nos arrasta o prejuízo do nascimento!

Finalmente, quais serão os resultados desta portaria? Nós não ousamos predizê-los. Basta-nos somente lembrar que os povos do Brasil estão muito ressentidos ainda das atrocidades contra eles praticadas pelos portugueses europeus, e a memória de seus crimes está ainda muito fresca mormente em algumas províncias; que Pernambuco ainda se recorda com horror das atrocidades cometidas por Luís do Rego e seus malvados Janisaros, que ainda imagina ver as cenas horrorosas do Bonito e Rodeador; as míseras crianças espetadas nas pontas das baionetas portuguesas, o fogo lavrando sem resistência e reduzindo a cinzas povoações inocentes e mil outras barbaridades; e um espetáculo desta natureza tem gravado na ideia de seus habitantes impressões muito dolorosas e muito profundas. Que medidas, pois, haverá que possam riscar da sua memória imagens tão fúnebres, ou arrancar do seu coração o sentimento que elas produziram? Ora, pois Deus queira que o remédio, em vez adoçar o mal, não vá exasperá-lo.

Uma coisa, decerto, podemos afirmar: e é que esta portaria ataca diretamente a opinião geral de todas as províncias, e legislação que não é fundada nesta base incontrastável antes pretende destruí-la, só serve para mostrar a ignorância e fraqueza do legislador, e para comprometer a sua autoridade. Que efeito produziu em Portugal a lei porque se extinguiu a diferença entre cristãos velhos e novos? Os povos não mudaram de opinião e a lei caiu por si mesma; e, contudo, ela tinha por autor um ministro despótico e de um caráter tão firme e vigoroso como nunca se conheceu nenhum outro naquele reino. Que sorte, pois, devemos esperar que tenha a portaria de S.Exa. que, além de ser um ministro constitucional, foi sempre notável pela sua indulgência e brandura de caráter? Deus a fade bem, ao menos este será sempre o nosso voto.

CORRESPONDÊNCIA

Sr. Redator.

Apesar do extremoso cuidado com que se procurou ocultar a matéria que fez ontem o objeto de uma sessão secreta na nossa Assembleia, têm, contudo, transpirado algumas notícias que me não parecem verdadeiras. Dizem que

alguns deputados ministros de Estado foram requerer aquela sessão para nela exigirem a revogação da lei, em que se nega a sanção a S.M.I. Esta medida, se é verdadeira, é, a meu ver, um dos maiores absurdos que pode imaginar-se, e o que mais é extremamente ofensiva ao caráter e sentimentos constitucionais de S.M.I. Não, Sr. Redator, por mais que digam, eu não posso crer que este augusto senhor tivesse a lembrança de querer tolher aos representantes da nação, aos respeitáveis defensores de seus direitos à liberdade de votar em coisas da sua competência, como entendem e assentam que convém ao bem geral. Semelhante tirania seria a mais escandalosa que dar-se pode, e o Poder Legislativo e Constituinte, o poder Soberano por excelência, em vez de ser o órgão da vontade geral, tornar-se-ia, por este modo, o canal de uma vontade particular, qual a do governo. Eis aqui, pois, as razões da minha incredulidade; eis aqui os motivos por que eu me inclino a crer que, se é verdade o que dizem, esse temerário passo não foi nascido de outro princípio senão do officioso cuidado com que os atuais ministros procuram lisonjear ao imperador. Mas, enfim, dado caso que isto não fosse obra deles, mas sim insinuação do mesmo imperador (o que sempre duvido), deverá por ventura a Assembleia cair na fraqueza de ceder a semelhante advertência? Terá acaso tão pouca coragem que não ouse defender a sua dignidade e a dos povos que nela depositarão a sua confiança? Que conceito se poderá fazer das suas opiniões, se ela não tiver a firmeza de sustentá-las? E que mudanças não se poderão exigir pelo tempo adiante, uma vez que esta se consiga? Mas, enfim, não adianto mais o meu juízo que nada vale na matéria; esperemos, Sr. Redator, pela sua decisão, que será sempre a mais justa, a mais digna e a mais convincente ao estado dos negócios e ao bem geral. O nosso dever é sujeitar-nos a ela qualquer que for, e com isto conclui o seu venerador.

O Liberal Sincero.

O TAMOYO

TERÇA-FEIRA, 26 DE AGOSTO DE 1823

*Tu vois de ces tyrans la fureur despotique;
Ils pensent que pour eux le Ciel l'Amerique.*

VOLT. ALZIRE.



NOTÍCIAS ESTRANGEIRAS

México

Proclamação publicada pelo Congresso Mexicano

Agostinho Iturbide, convencido da inutilidade de sua Proclamação e da incompatibilidade da sua vida política com a segurança e felicidade deste Império, atormentado pelos remorsos que lhe inspira seu ataque impotente contra nossas liberdades nacionais, implorou a generosidade desta nação magnânima, para que se lhe perdoassem seus grandes erros e se lhe permitisse ir procurar num país distante o sossego de sua consciência e esquecer, se possível fosse, os males com que ele oprimiu a humanidade.

Ilustres habitantes de Vera-Cruz, a aurora da liberdade raiou em nosso horizonte. O Congresso soberano marchará firme ao grande fim da nossa regeneração, principiada por vós e sustentada pelas armas do exército libertador. Congratulemo-nos reciprocamente pela cessação dos males que ocasionaram nossas dissensões interiores, e pela reunião de todos para a defesa da liberdade e da Independência da pátria.

O exército libertador reconheceu o antigo Congresso, que tão injustamente tinha sido dissolvido, e se empenha em executar seus decretos.

A 19 de abril, Agostinho Iturbide apresentou ao Congresso a sua abdicação. O exército libertador entrou no México. Um Conselho de Guerra unido ao imperador lhe tinha aconselhado que o devia repulsar pela força, mas ele não aprovou esta medida, alegando que não queria derramar sangue e que não desejava, senão, a felicidade do seu país.

Depois, ele apresentou ao exército as três seguintes proposições:

1º – Que o exército não decidisse de sua sorte, mas que o Congresso fosse disso encarregado.

2º – Que ele fosse escoltado pelo general Bravo e que, se lhe permitisse ir a Tulancingo, aonde tomaria medidas para se passar à Jamaica com sua família e suas riquezas.

3º – Que as tropas que estavam com ele fizessem parte do exército libertador.

Respondeu-se-lhe:

1º – Que se lhe não podia permitir ir a Tulancingo, nem à Jamaica.

2º – Que, se lhe facultasse ir para alguma parte, ele seria escoltado pelo general Bravo e suas tropas.

3º – Que se tomariam em consideração o modo por que se disporia das tropas de que falava.

Dizia-se no momento da saída do navio que trouxe estas notícias que Iturbide tinha sido envenenado e sua família, presa.

Courier.

CORRESPONDÊNCIA

Merses profundo, pulchrior evenit.

Hor. L. 4º Od. 4.

Sr. Redator.

Fez o acaso que deitasse os olhos ao *Correio do Rio de Janeiro*, apesar de não ter tempo de sobejo para perder na leitura das sandices, necessidades e insulsas chocarrices do gordo redator deste periódico; e confesso a vossa mercê que toda a minha gabada paciência estoica, com que até hoje hei escutado imóvel, e visto assoalhar as mais gratuitas e grosseiras calúnias contra distintos filhos do Brasil, falhou-me de todo ao ler a sacrílega carta assinada por um pseudoamante do Brasil. Sobrepuja a todo o descaramento a ousadia com que esse arrieiro (porque há arrieiros até nas classes mais eminentes), ajuntando o escárnio à injúria, se denomina amigo nosso, ao mesmo tempo que, pretendendo emporcalhar com a sua impura saliva varões exímios, honra e sustento do nome brasílico, se revela como encarniçado, bem que impotente inimigo do Brasil. Permita-me, Sr. Redator, analisar a inconsequente carta.

Pretende o seu escrevinhador que é falso querem os europeus a união com Portugal; mas de onde, então, a supressão da moeda² com o novo cunho do Império? De onde a introdução no exército, dos que mancharam de sangue o solo da Bahia, talaram as campinas e violaram as matronas e donzelas

2 Não há dúvida que, depois de pronta certa quantidade de moeda com o cunho do Império, houve proibição intimada pelo provedor da Casa da Moeda aos trabalhadores dela a respeito do seu giro; mas sabemos que está levantada a excomunhão. O redator.

daquela desditosa província? De onde a lembrança de chamar às nossas falanges as serpes lusitanas ainda ensopadas em todo o rancor do Madeira contra nós? De onde os desejos mal encobertos e os rumores espalhados à surdina, de mudar as cores e armas do Império? O que mais engraçado é que o estulto escrevinhador se descalça sem querer. Ele denomina os Andradas fraticidas, o que, a ter algum sentido, equivale a matadores de irmãos. E quem são os irmãos? Seguramente os portugueses, a quem cuida que os Andradas perseguiram. Ora, a fraternidade não é união? Por que os brasileiros chamaram irmãos aos portugueses, de quem só receberam ofensas e ultrajes? Fora com tais irmãos; são homens como os das outras nações, quando muito; e, se merecem do Brasil privilégios, são os odiosos. Não se enganou, pois, a *Sentinella* em atribuir aos ministros a pertença da união; quem se engana ou nos ilude de propósito é o autor da carta em insinuar que os Andradas perseguiram os portugueses e que os aborrecem. A espíritos superiores, como os seus, não se escurecem névoas de acanhada rivalidade; conhecem e prezam os portugueses de mérito; não aborrecem a ninguém pelo só acidente de ter nascido além do Atlântico, mas diversa coisa é estimá-los a entregar-lhes a administração, de que sempre abusaram e de que são os menos capazes, se não por outros defeitos, ao menos por lhes faltarem entranhas de brasileiro e não poderem entender e satisfazer as necessidades de um povo a quem eles detestam pela consciência do mal que lhe têm feito, e temor da justa retribuição que os aguarda na hora da vingança de um povo que os detesta pela lembrança das injúrias velhas, pelo sentimento dos gravames presentes e justo receio de futuros baldões.

Qualifica o Sr. Amante do Brasil os Andradas de infames? Que significação terá no seu dicionário a palavra “infame”? Se é ser infame ter inteireza, limpeza de mãos, pureza de vida, desprezo de honras vãs; ser bom filho, bom pai, bom marido, bom irmão, bom parente e bom amigo; se é ser infame erguer o abatido espírito nacional, restituir a esquecida dignidade de um povo inteiro como fez um desses; se é ser infame criar os recursos de um tesouro exaurido e fazer possível aparecer uma marinha e um exército, como fez outro; se é ser infame defender denodado a honra brasiliense e dar à Europa espantada uma ideia de que a coragem, luzes e patriotismos não eram estranhos nas plagas de Vespúcio, então infames, e mais infames, são os Andradas. Mas quantos na Europa culta lhes invejarão esta infâmia? Decerto ela não está ao alcance do autor da carta.

Continuemos a análise. Para que se precisam os Andradas? Para não renascer a hidra do patronato, para não se esgotar o tesouro, para não reviver o reinado impune dos ladrões, para que se consolide a Independência que eles criaram, para que se domestique a licença e a liberdade se abrace com a ordem, para que, enfim, não seja possível no Brasil nem a escravidão nem a anarquia. Sei que os filhos das trevas receiam que, com a volta dos Andradas, volte

também a satúrnica virgem, a severa justiça, que chegue o dia da retribuição, *inde irae, et lacrimae*; mas sosseguem esses desgraçados; os Andradas têm muito respeito ao seu caráter, muito afinho à consistência, para voltarem a tomar parte no ministério desacreditado, desonrado para sempre. Para que largá-lo, para cobiçá-lo de novo? Não, eu seguro ao alacaiado autor da carta que, se me não engano em caracteres, os Andradas jamais terão a inconsistência e baixeza de subir outra vez a eminência detestada e ignominiosa que só serviria de roubar-lhes a intacta reputação de probidade, desinteresse e independência que caluniosa mordacidade debalde lhes intenta arrancar. Nunca eles quererão ser objetos do justo ódio dos brasileiros, de envolta com os tigelinos, narcisos, rufinos e eutrópios; e os ineptos mottas, que enganam e conduzem ao abismo um inexperto e iludido príncipe; mas tremam os traidores e insensatos, o leão acordará; aí dos que tiverem abusado da sua boa-fé, ilaqueado a sua consciência. Mas tranquilizem-se, outra vez lhes repito, não querem voltar os Andradas ao escorregadio e desmoralizado posto de ministro; mormente nas quadras em que as paixões soltas abocanham com igual furor virtude e vício.

“Nec vera virtus, cum semel exidit,
Curat reponi deterioribus.”

Disse Horácio, que traduziu elegantemente o Sr. Corselti em italiano!

“Virtù vera, si dal pristino
Posto suo cade ingannata,
D'alme vile più non curasi.”

Graças dão eles a Deus, como Malesherbes, por terem salvado do naufrágio a sua probidade. É certo que não precisam de emendar-se, porque a consciência lhes não aponta crime; salvo se é crime ter servido a ingratos. Se os crimes dos Andradas merecem castigo, é o castigo que o filho de Sophronisco se arbitrou, é ser sustentado à custa do público no Prytaneo.

O que me tem feito dar volta ao miolo é o ponto de contato que achou o escrevinhador entre os Andradas e Catilinas; conheço que a palavrinha foi-lhe apontada, pois ele não parece ter-se dado ao trabalho de estudar, embora se abaixasse a escrever, Deus sabe como; mas aprenda por caridade que zombaram dele, que nada há de comum entre um conspirador e os açoites dos conspiradores; entre quem pretendeu aniquilar a Roma velha e os que trabalharam para erguer uma nova Roma, mas Roma imperial, mas Roma sem tribunos; enérgica, mas não revolta; livre, mas não exagerada. Passemos avante.

Não estão no ministério dois brasileiros sábios, providentes e de reconhecida probidade? Justo Deus! São quantidades comparáveis, podres esteios da carcomida arbitrariedade, que tiveram parte em todas as prevaricações velhas e válidas traves que sustentaram o puro edifício da liberdade e da ordem, livres de falhas antes e agora! Quantos pontos terá a craveira por que mede a

ciência o autor da carta? Se cabe aos atuais ministros o epíteto de sábios, bem em baixa-mar está a ilustração no Brasil. Previdentes ministros que nem uma polegada veem além do nariz! De reconhecida probidade! *Dicant Paduani*. Eu não desejo entrar em vidas particulares, mas a vida pública, que está entregue à nossa discussão, não condiz com a asserção. Não se é probo, quando no curto espaço de um mês, em que se empolgou o poder, tem-se violado as leis inumeráveis vezes como tem feito o ministro da Fazenda, e não por ignorância, apesar de eu lhe crer muita, mas por conhecido empenho de satisfazer as suas aderências.

Se difícil me foi conjecturar o que tinham de comum Andradas e Catilinas, a luz e as trevas, os faróis da ordem e o facho da discórdia, sem o trabalho adivinhei por que o escritor da carta os taxava de anarquistas. Foi pelo mesmo por que o *Correio do Rio* os chama déspotas. Trilharam o caminho médio odioso aos extremos; queriam a liberdade, mas a liberdade regulada e adstrita às formas da monarquia representativa; queriam a monarquia, mas detestavam e se opunham ao poder absoluto. Era natural, pois, que os republicanos os taxassem de déspotas e que aqueles que, como o autor da carta, conservam e fomentam perversas esperanças de despotismo os denominem anarquizadores. Como o grande Albuquerque ficou outrora mal com o rei por amor do povo e mal com o povo por amor do rei, assim os Andradas perderam as graças dos exagerados e dos servis; mas ganharam o respeito dos verdadeiros liberais, mas estão bem com Deus e com sua consciência. Que mais desejam?

Findarei esta pequena análise por segurar aos brasileiros todos que não são nem podem ser dos Andradas, nem por eles propagadas as doutrinas da *Sentinella*. A maneira de pensar e de exprimir-se dista tanto da deles, que só a pueril ignorância do escrevinhador da carta as pode confundir: só a bestunta de um noviço na arte de escrever, de um remendão em literatura, pode assimilar tão diversas naturezas. Apesar dos latidos do *Correio* e dos seus correspondentes, o Brasil olhará agradecido para os Andradas, como para seus libertadores; a fama desses inimitáveis cidadãos, ora grosseiramente caluniados, crescerá com a idade; pode cada um deles dizer afoitamente o que de si disse o lírico romano:

*“Nom omnis moriar, multaue pars mei
Vitabit Letibinam, usque ego postera
Crescam laude recens.”*

Digne-se, Sr. Redator, publicar esta pequena ensaboada à imunda carta inserida no *Correio do Rio* nº 19; pode ser útil para escarmentar a tempo o seu autor, e para que mude de novo, certo que os inimigos do Brasil não nos enganam ainda mascarados, *nulla frontis fides*. Sou seu venerador.

Um brasileiro.

Sr. Redator.

Consta-me que, havendo já muito dinheiro feito com o novo cunho do Império, o ministro da Fazenda proibira que saísse uma só moeda debaixo de um segredo inviolável, e com penas muito severas. Esta novidade tem feito em mim um extraordinário abalo. É possível que, depois de ter havido tanta demora no cunho da nova moeda, ainda haja esta proibição? E que fim terá ela? Será, porventura, para unirem as armas de Portugal às do Brasil ou substituir aquelas somente? Eu não sei para que seja; mas se assim é, como se atreve o ministro a praticar semelhante perfídia? Cuidará que não há por fora algumas moedas das novas? Engana-se. Eu não afianço que a ordem fosse do ministro, mas que em nome dele é que ela se publicou na Casa da Moeda é uma verdade. Brasileiros, alerta! Vigiai sobre a vossa Independência; e vossa mercê Sr. Redator, faça sobre isto algumas reflexões, se lhe parecer. Seu venerador.

Tapuia.

O TAMOYO

TERÇA-FEIRA, 2 DE SETEMBRO DE 1823

*Tu vois de ces tirans la fureur despotique;
Ils pensent que pour eux le Ciel fit l'Amerique.*

VOLT. ALZIRE.



Sr. Redator.

Como vossa mercê publica um periódico que eu muito prezo pelo puro brasileiro que nele brilha, e porque com muito boa filosofia combate coisas sem caluniar pessoas, julgo que me quererá fazer a mercê a mim e à nossa pátria de publicar no seu estimável papel uma conversação franca e amigável que anteontem tive com o raro paulista e ótimo patriota, o nosso velho do Rocio. Eu, Sr. Redator, em melhores eras também frequentei a *alma mater academia*, que hoje, não sei se com razão, praguentos e descontentadiços abocanham de decrepita ignorante e poluta; mas não querendo aumentar o número dos *Galopins* que atulhavam em Lisboa as antessalas dos secretários e ministros de Estado para alcançarem um minguido lugarzinho de Juiz de Fora, fui-me escafedendo para a terra do Pão de Açúcar e fiz-me roceiro, e há anos que com o meu trabalho vivo sossegado e com fartura; porém, de quando em quando, venho à cidade saber das novidades políticas do tempo e conversar com algum amigo que ainda conservo neste melhor dos mundos possíveis na frase do doutor Plangloss. Entre estes poucos amigos, conto desde Coimbra com este honrado cidadão, a quem o Brasil deve muito e muito. Logo que me chegou, pois, aos ouvidos uma notícia confusa de que ele tinha dado a sua demissão, bem como o seu digno irmão, o nosso grande financeiro, calcei as botas e vim rebolando para a cidade a saber da realidade e circunstâncias de tão ominoso sucesso. Cheguei e logo caí doente sem poder abraçá-lo, como desejava; entretanto, soube que ferviam pasquins contra os Andradas, e até me vieram às mãos várias folhas impressas cheias de infames mentiras e chocarices de moleque, em que os caluniavam a bel prazer. Ferveu-me o sangue de ler tanta miséria e tanta pouca vergonha; mas consolava-me, entretanto, a esperança de que o nosso velho lançasse mão da clava de Hércules para derribar de um golpe esses vis caluniadores, e estendesse sobre a banca anatômica seus

imundos escritos, para com o escalpelo da análise dissecá-los e esburgar-lhes os cariados ossos. Continuou a minha doença e passou-se mais de mês sem eu poder sair de casa, e o velho calado e sem responder. Enfim, pude enfiar o casacão e saí com tensão danada de ir ralhar com ele e exprobrar-lhe a sua falta de ânimo ou desleixo. Cheguei à porta, bati uma e mais vezes e ninguém aparecia que levasse recado; afinal, saiu um moleque que, em língua preta (língua que fala também muita gente branca em tribunais, dicastérios, etc.), me disse que o Sr. estava doente. – Não importa, vai dizer-lhe que aqui está F., e que deseja falar-lhe, ainda que esteja a expirar. – Mandou-me logo entrar, e o achei sentado em uma cama de campanha com uma mesinha defronte, muitos papéis espalhados e um livro grego aberto, que depois soube ser o *Periplon de Hannon*, que vossa mercê sabe muito bem, Sr. Redator, ser o primeiro roteiro do descobrimento e navegação, mandado fazer pelo Senado de Carthago ao longo das costas da África Ocidental. Recebeu-me mais esta vez com a mesma cordialidade antiga, e começando eu com muito fogo a dizer-lhe o porquê vinha vê-lo, deu uma risada e começou a sossegar-me com a sua costumada ironia socrática, que nunca deixa, senão quando se trata seriamente da honra e salvação da nossa cara pátria. Vou referir-lhe em substância o que lhe ouvi em toda a nossa longa conversação; porém deve vossa mercê desculpar-me se não for exato na narração, porque nunca campei por ter boa memória.

Continuando a replicar-lhe, disse: – Pois então está resolvido a sofrer com pachorra estoica todos os impropérios e calúnias que esses miseráveis quiserem vomitar contra você? – Sim, Sr., me respondeu, porque eles mostram nisso o que são, e eu faço o que devo. Quer vossa mercê, Sr. Doutor esquentado, que a lua se enfade contra todos os cães que lhe ladram? Não sabe vossa mercê que o telescópio do malvado faz-lhe ver manchas no sol onde as não há, e não as que ficam pegadas ao nariz? E então devo eu de pau alçado andar a quebrar óculos e ventas por todo esse mundo de Cristo? Decerto não nasci para isso; ora, sossegue, meu amigo; sente-se e ouça-me a sangue frio. – Eles não são os principais culpados, e vossa mercê saberá em pouco tempo quem é o autor de todo este ridículo espalhafato: *Pater, dimitte ei, nescit enim quid facit*. Meu bom amigo, sou já velho, tenho visto muito mundo dentro e fora da pátria, e conheço os homens e até por desgrça minha, sem nunca o desejar nem suspeitar, vim também a conhecer a boa gente desta nova Jerusalém do tempo dos imperadores.

Era impossível que não adquirisse no lugar que ocupei e nas circunstâncias atuais muitos inimigos, pois basta refletir que, quem não quer ou não pode ser virtuoso e honrado, deve forcejar que as almas grandes apareçam da mesma condição e nível que eles. Os niveladores em política também são em moral. Vossa mercê bem sabe que eu tive a desgrça de ser o primeiro brasileiro que cheguei a ser ministro de Estado; isto não podia passar pela goela

dos europeus, e o que é pior, nem pela de muitos brasileiros. Junte a isto que fui também o primeiro que trovejei das alturas da Pauliceia³ contra a perfídia das Cortes Portuguesas; o primeiro que preguei a Independência e liberdade do Brasil, mas uma liberdade justa e sensata, debaixo das formas tutelares da monarquia constitucional, único sistema que poderia conservar unida e sólida esta peça majestosa e inteiriça de arquitetura social desde o Prata ao Amazonas, qual a formara a mão onipotente e sábia da divindade. E nisto estou firme ainda agora, exceto se a salvação e Independência do Brasil exigir imperiosamente o contrário, o que Deus não permita. Acrescente, vossa mercê, que quando cheguei em 17 de janeiro do ano passado a esta cidade apenas tinha o príncipe, hoje imperador, escapado de ir preso para Lisboa; mas os Avilezes e Carretes apoiados pelo Partido Lusitano do Rio de Janeiro ainda ameaçavam furiosamente, e o pior é que os democratas assim o desejavam⁴ e, todavia, pelas medidas que se tomaram e em que tive muita parte, os Janisaros fugiram das nossas costas, assim como depois a nova expedição que vinha reforça-los. Quando o príncipe partiu para Minas a pacificar e converter os facciosos, os chumbeiros do Rio de Janeiro, junto com os anarquistas do Brasil procuraram aproveitar-se desta circunstância para o reduzirem a mero presidente da Junta Provisional, que desejava de novo levantar a cabeça do sepulcro. Eu, que então estava à testa do Conselho dos Ministros, penetrei seus mistérios, desfiz seus projetos e concorri para salvar mais esta vez a cidade e o Brasil.

Quando S.M. foi a S. Paulo ensinar e castigar brandamente alguns doidos, alucinados pelos mesmos partidos desorganizadores, bramiram de novo contra mim os facciosos de toda a ralé, e na sua volta, porém, trabalharam tanto, até que conseguiram iludi-lo com promessas vãs e bugigangas pueris; então vi-me forçado a dar a minha demissão, porque não queria nem deveria consentir que o reduzissem a mero imperador do Espírito Santo. Confesso que

3 Há zoilos que pretendem hoje em dia duvidar desta verdade atestada pelo mesmo imperador na sua fala do trono. E que outra coisa é a fala do Juiz de Fora presidente da Câmara, José Clemente, em 9 de janeiro de 1822, senão uma paráfrase da carta do governo de São Paulo de 24 de dezembro de 1821? O mesmo José Clemente confessa, além disso, que S. Paulo sobejamente tinha manifestado os sentimentos livres que possuía nas políticas instruções que ditou a seus ilustres deputados em 1821. Eis aqui, Sr. Redator, o primeiro *tocsin* dado contra o maquiavelismo das Cortes a favor da liberdade brasileira: tudo o mais foram consequências felizes e necessárias.

4 José Clemente, na sua citada fala de 9 de janeiro, diz ao imperador, então príncipe real, o seguinte: – Será possível que V.A.R. ignore que um partido Republicano, mais ou menos forte, existe semeado aqui e ali em muitas das províncias do Brasil, por não dizer em todas elas? Acaso os cabeças que intervieram na explosão de 1817 expiraram já? E, se existem, e são espíritos fortes e poderosos, como se crê que tenham mudado de opinião? Qual outra lhes parecerá mais bem-fundada que a sua? E não diz uma fama pública que “nesta cidade mesma” um ramo deste partido reverdeceu com a esperança da saída de V.A.R., que fez tentativas para crescer e ganhar forças?

errei em ceder à vontade do povo e do monarca, pois devia antever que quem fraqueja uma vez pode também fraquejar segunda. Vossa mercê soube que perto de 8.000 homens, com o Senado da Câmara e os procuradores-gerais das províncias à frente, designaram a 4 ou 5 desgraçados (entre os quais, alguns em melhor siso e tempo tinham feito seus serviços à causa do Brasil) como cabeças de desordem e anarquia, e pediram se mandasse tirar uma devassa para se conhecerem a fundo seus cúmplices e projetos; ao que anuiu o imperador, e o governo se viu na obrigação de tomar medidas sérias e gerais contra uma conspiração que se dizia, e era de crer, estava já ramificada em muitas das províncias, exigiu o sossego público e até a necessidade de salvá-los do furor popular que estes designados fossem interinamente mandados para fora do Império, conservando-se-lhes os seus soldos e ordenados. Se por efeito da devassa posterior saíram pronunciados alguns outros, devia eu e o ministério de S.M. parar o curso da Justiça e usurpar o Poder Judiciário: de nenhum modo. Então o partido dos anarquistas encolheu-se com medo, mas conservou *in pectore* a realização dos seus projetos para melhores tempos; os chumbeiros, porém, exacerbados com os sucessos da Bahia e com o denodo dos bons brasileiros, continuaram em seus planos infernais. Foi preciso, então, entrega-los a toda a vigilância da polícia e à vara rija da Justiça. O governo, autorizado com o Senatusconsulto romano – *providoaant consules, ne respublica aliquid detrimenti patiatur* –, redobrou de energia e providências. Se praticasse o contrário, seria traidor ao imperador e ao Império. Mas estas medidas de salvação pública, com que brandura não foram executadas? Eis aqui os meus crimes, e fui criminoso, confesso, não pelas ter aconselhado e mandado executar, mas por ter sido brando e piedoso em demasia. Com efeito, nada disto bastou. Instala-se a Assembleia Geral Constituinte, e os pés de chumbo, corcundas, áulicos e facciosos de todo o calibre aproveitaram-se dos exagerados da Assembleia e da incauta ignorância política que nela havia, como sempre houve e há de haver em todas as assembleias de qualquer nação que seja, presentes, passadas e futuras, formaram-se em falange cerrada e assestaram toda a sua infernal artilharia, e contra quem? Contra o ministério que tudo sabia e aprontava? Não; contra mim somente, e contra meu irmão, a quem só temiam (e com razão temiam), porque nunca soubemos ser falsos ao nosso dever e ao bem da nossa pátria. Eu não sei, meu amigo, o que será para o futuro, mas sei, decerto, que os facciosos e almas vis desta imunda cloaca, máxima dos romanos, conseguiram segunda vez enganar, deslumbrar e assustar o jovem imperador, que o céu não há de permitir, venha a ser somente o do Espírito Santo de Mataporcos. Ah! Não consinta o céu que o chefe do Império e a sua augusta família sejam obrigados (não sei por culpa de quem) a fugir um dia do Rio de Janeiro, a ir mendigar apoio pelas províncias agitadas e desconfiadas. Que triste fatalidade parece perseguir há tempos aos Braganças! Eu temo

que os facciosos não aproveitem habilmente esta ocasião para realizarem seus antigos projetos de desmembração; os clubes agitam-se em suas cavernas tenebrosas; uns proclamam já descaradamente o chumbismo e a destruição da nossa Independência; e outros querem o absolutismo antigo e as cebolas do Egito. Todos os partidos, enfim, forcejam por corromper e fascinar a opinião do povo ignorante e ainda verde para uma santa e justa liberdade. A gente boa da capital vacila e anda temerosa, mormente depois que uma nova proclamação sub-reptícia, contrária à verdade sabida, aos sentimentos das anteriores e até à fala solene de trono na abertura da Assembleia, tem espalhado, como era de temer, desconfianças. Disto saberão aproveitar-se os inimigos ocultos do Império, que agora só fazem cara de vociferar contra os Andradas. Pela minha parte, desprezo tão vis caluniadores e apelo para os documentos irrefragáveis que se acham impressos na *Gazeta* e *Diário do Governo* e em outras folhas do tempo, assim como nas secretarias de Estado; e estou certo que virá um dia em que os brasileiros honrados hão de fazer-nos justiça e estigmatizar com o ferrete da infâmia todos esses traidores, que pretenderam iludir de novo a mocidade inexperta e fogosa... Descanse a chusma, porque, logo que me permitir a Assembleia, deixarei para sempre esta malfadada Corte, irei cuidar da minha saúde arruinada no torrão pátrio, irei gozar de ares mais livres e puros, de estios mais macios e curtos, onde me parece que o sol rutila claro, mas não queima. Ali, no repouso do campo que sempre amei e que apenas encetei nos meus Oiteirinhos de Santos em 1820, gozarei, talvez, de melhor saúde e, pelo menos, de mais paz interna.

Aqui fez uma pausa o meu amigo; mas eu, que o queria incitar a continuar a conversação, lhe repliquei: – Então está você decidido a sofrer calado que um bando vil de abutres intrigantes e velhacos continue a se precipitar esfaimado sobre você, como se fosse um cadáver de esterqueira? – Sim, senhor, me respondeu ele; porque não quero alterar o meu sossego, que é a coisa mais substancial que há neste mundo *rem prorus substantialem*, já dizia Newton de si e no seu tempo. Enganam-se estas gralhas grasnadoras se pretendem fazer-me sair ao terreiro dos gladiadores; não quero dar nem receber novas cutiladas para divertimento da gentalha. Minha alma tem ainda elasticidade bastante para se não amolgar a calúnias nem acanhar-se à má fortuna dos tempos. A voz da minha consciência brada-me a todo o instante que, no desempenho de minhas obrigações públicas, se não fiz tudo o que queria, fiz tudo o que podia; se os zoilos me caluniam e se for julgado à revelia, tenho sangue frio bastante para desprezar injustiças e vilezas. Meu amigo, ainda há um juiz supremo que conhece os corações e que nos há de julgar com justiça imparcial. E quais são os fatos que contra mim alegaram e provam? Ignoro-os: são meras calúnias e ridicularias de que me rio; *sono piccole coglionerie*, que apenas me arranham a pele. Fiquem certos e consolados que, cansado de

sofrer tanta intriga e cabala vil, já deixei para sempre um lugar que há muito devera ter largado se, por desgraça minha, não tivera tanta bonomia. Não levo saudades dele porque nunca dei peso ao fumo das grandezas humanas, mormente com tal gente *E'un'ombra, anzi di un'ombra, un sogno*, dizia o Tasso. Todavia, sou sincero e devo confessar-lhe, Sr. Filósofo da roça, que me arrependo sinceramente de que fui tão fraco, que não soube dar ao povo e ao monarca um “não” redondo em 30 de outubro de 1822; iludi-me, pois cri que homens nascidos em certas classes eram capazes de amizade e singeleza; continuei a amar, e folgo ainda de o dizer, porque esta meiguice e condescendência não avilta, mas enobrece o coração. Cuidei que aqueles por quem me desvelava eram capazes de me reamarem, e paguei-lhes em retorno desta sonhada amizade e gratidão com moeda fina da fé pura, de estima verdadeira e de limpeza de alma. Quantas vezes dizia-lhes eu, em meu peito, o mesmo que o bom e honrado Sá de Miranda dizia e esperava dos amigos do seu tempo:

“A vontade de vós seja estimada,
Porque em tão baixo tempo, em que pureza,
E em que obras não há, deve ter preço.”

Mas enganei-me, torno a dizer, assim como creio, também, que se enganou o poeta, naquele melhor tempo. Querem estes meus bons amigos verem-se livres do medo da ressurreição da carne? Obtenham da Assembleia a minha carta de alforria; então não só sofrerei seus embustes e desaforos com paciência cristã, mas até lhes ficarei muito obrigado, e os olharei como meus benfeitores. Sr. Doutor da Roça, vossa mercê me conhece há muito tempo e sabe que uma amável e virtuosa companheira que tenho, um verdadeiro amigo (animal bem raro em nossos dias) e alguns bons livros são as únicas necessidades da vida que não posso ainda escusar. Acolher-me ao retiro dos campos e serras que me viram nascer e folhear ali algumas páginas do grande livro da natureza, que aprendi a decifrar com aturado e longo estudo, sempre foi uma das minhas mais doces e suspiradas esperanças, que praza ao céu possa eu ver de qualquer modo, contanto que seja bem cedo realizada. Fiquem sossegados esses Srs. que deixei para sempre o ministério e nunca mais serei juiz com tais alcaides, ainda que haja novos cataclismos políticos. Lá se avenham com seus botões. Cada vez mais me persuado que não nasci senão para homem de letras, e com roceiro como vossa mercê. No retiro do campo, meu bom amigo, terei tempo (que sempre até agora me tem fugido) de dar a última mão à redação das minhas longas viagens pela Europa, aos meus compêndios de metalurgia e de mineralogia, e a vários opúsculos e memórias de filosofia e literatura, frutos de larga e aturada aplicação que, se lhes não acudo já, estão em perigo de ser pasto de baratas e cupim. Se não servirem para o Brasil, como creio, servirão talvez para os doutos da Europa, que conheço e me conhecem. E que maior

consolação pode ter um amante das ciências e boas artes que comunicar suas ideias e pensamentos a quem pode entendê-los e aproveitá-los? É um prazer puro da alma espalhar pelo mundo o fruto de seus estudos e meditações, ainda sem outra remuneração que a consciência de fazer bem. O sábio despreza as sátiras e ingratidões de ânimos vis que não podem deixar de reputar-se, queiram ou não queiram, muito inferiores aos homens de virtude e de saber. Basta, Sr. Roceiro, estou cansado de falar, e a erisipela não deixa de incomodar-me.

Calou-se, então, e maquinalmente abriu o livro de que falei e pôs-se a ler; mas logo o fechou. Eu não ousei interromper o seu silêncio, porque o vi sério e reflexivo. Talvez alguma vista de olhos retrógrada sobre a paga de seus longos serviços feitos a Portugal e ao Brasil, durante a sua trabalhosa e afadigada vida, ocupava, então, sua imaginação. Passados, porém, alguns momentos abrindo um sorriso que me pareceu sardônico, me disse: – Amigo, então que pensa? Ainda ousará acusar-me de falta de ânimo e de desleixo? Quererá ainda que compareça, como réu, para defender-me perante o tribunal revolucionário dessa vil chusma de patifes e celerados que têm o luciferino gostinho de morder e atassalhar com raiva hidrofóbica a reputação de qualquer homem sábio ou virtuoso; e que, sem ter adquirido por merecimentos e serviços pessoais, por feitos extremados e insignes, o direito de julgar, ousam, todavia, chamar ao seu ridículo juízo toda a gente boa, que não pode deixar de desprezá-los e de mofar do seu pueril atrevimento? Os gregos, meu bom amigo, pais de todo o heroísmo, ciência e civilização, levantaram altares aos cidadãos beneméritos, e os romanos, seus discípulos, estátuas e troféus; mas a plebe da nossa terra só deseja levantar-lhes patíbulos e forcas.

Julguem-me como quiserem; brada-me a consciência dia e noite que fiz à minha pátria e ao povo desta cidade todo o bem que pude e estava ao meu alcance. Se me não foi possível dar a última mão de estuque ao magnífico Salão Nacional, ao menos embocei a parede. Se não achei fulcro sólido para apoiar a alavanca de Arquimedes – *Des ubi consistam, coelum, terramque movebo* –, paciência! Peço a Deus que faça aparecer homens mais ricos e mais bem-herdados em largueza de virtudes, energia e talentos, os quais talvez sejam mais bem-fadados do que eu fui; mas temam-se e vigiem-se dos leõezinhos, lobos e raposas, que andam às soltas e sem medo de montaria.

Fez aqui outra pausa, e o celeste lume do patriotismo que dentro o animava, transluzia em seus olhos e semblante. Admirando sua mansidão e filosofia, não podia, porém, tolerar que tais patifes ficassem impunes e sem resposta alguma. Não, meu Andrada, continuei eu ainda aceso em justa sanha, é obra de misericórdia castigar os que erram – *Oderunt peccare mali formidine poenae*, e no silêncio das leis, e na presente desaforada anarquia, creio que D. Camarão furibundo devia exercitar o seu ofício; pelo menos desejo que o porrete de Juvenal lhes dê quatro latagadas pelo toutiço para começo de ensino.

A isto me atalhou o nosso velho, e me disse: Não, meu bom amigo, seja mais humano e pachorrento. Desconhece-se de homem quem não sabe perdoar. Se o imperador Tito, bom pagão, não fazia caso, diz Xefelino, de injúrias e menoscabos, porque nada obrava que merecesse repreensão, e por isso desprezava as mentiras da maledicência; porque não deverá seguir tão generoso exemplo um caipira de S. Paulo, homem de bem e bom cristão que não é nem deseja ser imperador? Aqui lhe fui a mão e lhe disse: – Meu bom amigo, é debalde questionarmos mais, pois não convence a um pecador velho como eu, acostumado a surrar negros maus quando merecem. Pois bem, Sr. Doutor da Roça (me respondeu), também eu *homo sum*, e não anjo, e ainda conservo uma esperança de vingança digna de mim e útil aos outros. Quando eu, no meu retiro dos Oiteirinhos de Santos, ou em Monserrate na Parnaíba, entre os meus livros, pedras e reagentes químicos, repassar pela memória os honrados amigos que aqui deixo corcundas, pés de chumbo, anarquistas, ladrões, alcoviteiros e outras lesmas *utriusque sexus*, que se creem ser gente de polpa e muitos deles “luzes do mundo”, quando, na realidade, são a escuridade visível dele na frase de Milton, então me consolarei ao menos com a vingativa esperança de que, metamorfoseados no túmulo seus poucos miolos em matéria sebácea, segundo as observações do meu defunto Mestre Fourcroix, poderão tais figurões ser, ao menos depois de mortos, úteis para alguma coisa neste mundo, sequer para darem luz afogueada em alguma estribaria de bestas de alquilé. E será justo que, em vez da epígrafe infernal, que se lhes deveria pôr na campa *hic sempiternus horror inhabitat* se ponha logo – *fiat lux*. A isto dei uma grande gargalhada e abracei ao meu amigo cordialmente; despedi-me e vim logo escrever o que lhe tinha ouvido: mas não afianço, Sr. Redator, que as frases e pensamentos sejam em tudo e por tudo os mesmos que lhe ouvi; e pode ser que me sucedesse o que mesmo que, para bem de uns e mal de outros, sucede com as falas dos Srs. Deputados no *Diário da Assembleia*.

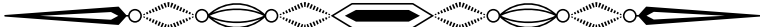
Seu venerador – Tapuia.

O TAMOYO

QUINTA-FEIRA, 4 DE SETEMBRO DE 1823

*Tu vois de ces tirans la fuerur despotique;
Ils pensent que pour eux le Ciel fit l'Amerique.*

VOLT. ALZIRE.



Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil

Sessão do 1º de setembro de 1823

Presidência do Sr. Bispo Capelão-Mor

Fez-se a chamada às 10 horas, acharam-se presentes 73 Srs. Deputados, faltando, com causa, 5.

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão.

O Sr. Secretário leu a ata da antecedente e foi aprovada. Entrou-se na Ordem do Dia. O Sr. Secretário Costa Aguiar leu o decreto redigido para os Srs. Deputados da presente Assembleia não exercerem outros empregos, havendo, porém, duas exceções já votadas, decididas e aprovadas na 3ª discussão pela Assembleia. Falaram alguns Srs. Deputados contra uma das exceções; outros combateram suas opiniões com vários fundamentos, sendo um deles o não ser admissível pelo regimento 4ª discussão em matéria já decidida, pois que, segundo o regimento, só devia sancionar a proposta com suas emendas ou rejeitá-la, e depois de viva discussão, apesar do disposto no regimento, foi reprovada uma das duas exceções e sancionado tudo o mais.

O Sr. Francisco Carneiro apresentou uma indicação sobre os impostos na carne verde e outros gêneros, que ficou adiada.

O Sr. Secretário Costa Aguiar leu o projeto de lei sobre a maneira por que se deviam passar cartas aos alunos da Academia Médico-Cirúrgica e às suas emendas; falou o Sr. Montezuma, e expondo o Sr. Gomide, que, na futura sessão à Comissão de Saúde Pública, tinha de apresentar um projeto sobre o estabelecimento em geral e reformas de tais academias do Império, ficou aquele adiado até a dita apresentação. O Sr. Andrada Machado, relator da Comissão de Constituição, apresentou o projeto de Constituição do Império; o Sr. Costa Aguiar o leu e mandou-se imprimir. Levantou-se a sessão às 2 horas da tarde.

O *Tamoyo*, acostumado pela educação de obediência que deram os jesuítas a toda a sua tribo, não duvida tomar em consideração o que lhe aponta o Sr. Anti-Tamoyo; mas, antes de acudir ao reclamo, humildemente como convém a um indígena, pede ao Magnate Anti-Tamoyo, permita-lhe algumas palavras de esclarecimentos e observações.

Declara o pobre *Tamoyo* à face do mundo, que toda a penetração de seu inimigo não pôde fazer que não tomasse, como o Ixion da fábula, a nuvem por Juno. Nada tem de comum o *Tamoyo* com ministros e doutores de alto voo. Mísera relíquia da exterminada tribo, que antigamente habitou as praias de Niterói e de Cabo Frio, ainda se lhe arrepiam os cabelos à vista dos mamelucos de Piratininga, em cujas veias corre mesclado o sangue dos cruéis exterminadores dos Tamoyos, os portugueses e Guayanazes. Sossegue, pois, o Sr. Anti-Tamoyo não é com sabichões, não é com excelências que entrou em luta; mas não sei se por isso levará melhor vida.

Observa o *Tamoyo* que, sendo ele tão novo como o peixinho de Philoxeno, não podia adivinhar as histórias passadas, sem que lhas narrasse o peixarrão do tirano de Syracusa, cujas vezes muito bem faz o Sr. Anti-Tamoyo.

Observa mais o *Tamoyo* que, apesar do descaramento do Sr. Anti-Tamoyo, quem não for tão ignorante como ele fará distinção do efeito de um ato e da forma porque este efeito é produzido; da ação sobre o interesse de um ou mais indivíduos à ação sobre os interesses da sociedade inteira. Podia, pois, o Decreto de 16 de julho próximo passado ser um ato benéfico e contudo ser ilegal à forma por que se fez o benefício; podia ter-se feito uma injustiça aos compreendidos na devassa e, contudo, ser outra injustiça o modo por que se pretendeu remediá-la. Se foram ou não justamente pronunciados os implicados na devassa, é o que não sabe o *Tamoyo*, nem mesmo o ministro que referendou o decreto. A devassa não foi à presença do ministro da Justiça, e ele não podia conhecer o seu conteúdo, salvo se lhe fosse revelado; o que cuida que não ousará afirmar ou se adivinhasse; o que me custaria muito a crer. É verdade que um velho da minha aldeia me assegurou que existe no homem uma faculdade de adivinhar, e que um doutorão lá nos nevoeiros cimérios, de nome Kant, de novo a apregoou; mas os Tamoyos, como todos os selvagens, são desconfiados e não pegam facilmente a isca. Demos, porém, que soubesse o ministro a injustiça do processo; era bom, para aliviar os sofrendores, meter-se a juiz e até passar a legislador? Não é perigoso o expediente? Se hoje a usurpação serviu de valer a inocência, não pode amanhã concorrer para oprimi-la? Na minha aldeia contaram-me que, numa cidade antiga (cuido que se chamava Roma), um poderoso, de nome Foão Sylla, pôs-se acima das leis, punindo ao princípio ou proscrevendo a seu arbítrio maus cidadãos; e todos os bons cidadãos incautos aplaudiram os seus atos; entrou-lhes depois por casa o tal figurão, e de envolta com os maus proscreveu os bons: *aplique el conto*. Sei que fez

muita conta aos implicados na devassa o modo pronto com que se escaparam do perigo; mas sei também que nenhuma conta fez à sociedade o exemplo de usurpação e invasão dos limites de poderes diversos e postergação das formas, que são a salvaguarda das sociedades; era melhor que indivíduos sofressem por mais um pouco, certos com o *Payaá* dos franceses, o Sr. Montesquieu – “*que les peines, les depenses, les longueurs, les dangers, même de la justice, sont le prix, que chaque citoyen donne pour sa liberté*”.

Admira o *Tamoyo* a engenhosa agudeza do Sr. Anti-Tamoyo; e que viva o Sr. Anti-Tamoyo! Homem tão engenhoso é pena que não alcançasse a voga dos anagramas, logogrifos, acrósticos, etc. Que não faria ele! Com um só esquema dos seus, derrubaria um edifício de razões. E que viva outra vez o Sr. Anti-Tamoyo! E que um novo Erasmo lhe guarde o devido lugar em outro – *Elogium moriae*; seria, porém, bom que trocasse em miúdos os epítetos de corcovado e estítico, com que mimoseia ao *Tamoyo*. “Fale em língua de Nossa Senhora”, como dizia um oficial da Bahia, e então talvez se volte o feitiço contra o feiticeiro.

Declara, por fim, o *Tamoyo* que, louvando como deve a intrepidez do seu inimigo, não se atreve a imitá-lo. O *Tamoyo*, indígena desvalido, teme visitas noturnas, não de leões generosos que ora se creem caídos, mas de tigres atraídos que não caíram. Os leões generosos não preiam de noite e ferve-lhes o sangue ao só nome de traição; os tigres estão no seu paraíso quando espedaçam quem lhes descobre as melgueiras e sorvem a longos tragos *il piacere degli Dei, la vendetta*. O nada que há de temer de um leão mostra a conduta de que ora se crê desusado; sofre com paciência evangélica (se não é blasfêmia atribuir o conhecimento do evangelho a um leão) os zunidos importunos dos pernilongos e as mordeduras dos percevejos, muquiranas e mais animalejos imundos, como Correios, Anti-Tamoyos, Amantes do Brasil e outros *ejusdem furfuris*; e nem sequer se digna de enxotá-los com a majestosa juba ou com a possante cauda. Talvez se capacite que ninguém o pode injuriar, e tenha na lembrança o que diz um tal Xiphilino – em Tito: “*Nemo me injuria afficere, vel insequi contumélia potest, propterea quod nihil ago, quod reprehendi mereatur; e a vero, que falso de me dicuntur, prorsus negligo*”. O Sr. Anti-Tamoyo traduz isto em linguagem, e não se maravilha que o leão se lembrasse do tal retalho, porque é animal lido. E como louvei a intrepidez do Sr. Anti-Tamoyo, sempre quero qualificar os gabos e dizer-lhe que se não enfune, pois é fácil afetar valentia contra perigos que não existem. Agora lhe venta em popa, e ao *Tamoyo* é o vento ponteiro, e contra ele agitam de mão comum ondas e ventos, os Eolos e Neptunos. Quando o Anti-Tamoyo e a outros da mesma ralé se suscitavam tormentas, era ao menos por potências diurnas, e não por filhos da noite. Ninguém melhor do que o próprio Anti-Tamoyo e os mesmos padecentes nas visitas noturnas devem saber que os leões, a que traidoramente elas se querem atribuir, eram muito nobres para se sujarem com tais infâmias.

Eis-me chegando, enfim, à análise comparativa das duas Portarias de 19 de novembro de 1822 e 6 de maio de 1823; não duvido entrar nela, apesar de estar fora do círculo que tinha marcado às minhas lucubrações. O *Tamoyo* tinha proposto um ponto de partida, do qual deveria avançar e não recuar; mas que não fará o *Tamoyo* para condescender com o engenhoso, agudo, ilustrado e polido Sr. Anti-Tamoyo? Entro em matéria. A Portaria de 19 de novembro de 1822 manda vir a Antonio Bernardes Machado à Corte para dar uma informação verbal que se tornava indispensável; aqui exclama o liberal Anti-Tamoyo: que inconstitucionalidade! Esbulhar um cidadão, sem culpa formada, dos direitos que goza à sombra da lei! Roubar a uma família numerosa e inocente o esteio que a sustenta! Devagar, meu doutor; repare que o chamamento é efeito de um ofício do mesmo Antonio Bernardes, e a requisição sua; e lembre-se da regra de direito – *Volenti, et consentienti, non fit injuria*. Mas vamos que ele não quisesse, onde está o esbulho de uma autoridade que se chama à Corte para ser ouvida? O *provideat, ne quid detrimenti respublica capiat* não legitimará as medidas de precaução tomadas pelo ministério do imperador, quando legalizava até as severidades dos cônsules em Roma? É pena a ordem de comparecer perante o chefe da administração um agente dessa administração? Advirta, Sr. Anti-Tamoyo, que o cidadão era membro do governo provisório do Rio Grande do Sul.

Mas grita o Anti-Tamoyo: há contradição entre esta Portaria e a de 6 de maio. Na de novembro, se mandava vir Antonio Bernardes para dar informações sobre alguns objetos, e na de maio se afirma que o fim de o mandar vir à Corte fora por constar na presença de S.M.I. que o dito Bernardes era desafeto e até inimigo da Independência; mas não advertiu o imparcial e profundo Anti-Tamoyo que a portaria de novembro se refere ao ofício do dito Bernardes, no qual pede lavar-se da inculpação de desafeição e inimizade à causa da Independência; e que, portanto, os objetos sobre que tinha de informar verbalmente eram a mesma arguição a ele imputada e que constava na presença de S.M.I., até pelo seu ofício. Onde está, pois, a contradição em dizer-se em uma portaria em geral que deve vir à Corte para dar sobre alguns objetos informações, e na outra especificar-se os objetos? O ofício do dito Bernardes é a chave do enigma; nele ver-se-á que os ataques de desafeição e inimizade à causa de Independência de que ele queria lavar-se eram os objetos que o traziam à Corte. Mas clama o rábula Anti-Tamoyo: “e mascarada traição a com que se arranca um empregado ao serviço público que ele desempenha com honra e zelo”. Ora, meu bom senhor, como é tão cego que chama traição o que é delicadeza? Se não se especifica na portaria de novembro a razão do chamamento, não vê que é por poupar a reputação do empregado? Traição supõe ignorância e boa-fé da parte do atraído e demonstração de amizade da do atraído, o que tudo falha neste caso: o empregado sabia muito bem, pela leitura da portaria que se referia ao seu ofício, o motivo verdadeiro do

seu chamamento; e o ministro lhe não mostrava amizade para o enganar; e o que fazia era não assoalhar arguições que podiam ser falsas, e que mesmo havia alguma presunção que o fossem pela requisição que fazia o mesmo criminado de as poder confutar. Se o empregado desempenhou ou não com zelo o seu emprego, ouça-se o Rio Grande e veremos que o dito Bernardes não fica bem. Contudo, triunfa o Anti-Tamoyo; é só no fim de cinco meses que se manda tirar um sumário e pôr um magistrado genro do presidente do governo, acusador do suposto inimigo do Império. Sim, Sr., porque só no fim de cinco meses é que o acusado requer ao ministério o sumário, e que, não tenho acudido ao chamamento que parecia exigir no primeiro officio, era de necessidade passar-se ao conhecimento da sua conduta pelo intermédio judicial, visto falhar o meio antes ordenado. Dirá que havia tempos que o dito Bernardes estava na Corte, e eu digo-lhe que o que me consta é que ele nunca aparece ao ex-ministro, o qual tinha dele tanta notícia, como daqueles que estão no seio de Abraão. Quanto à escolha de magistrado, a acusação contra o ministério desmascara a má-fé, ignorância do Anti-Tamoyo. Ora, ouça, meu rábula, a quem competia tirar um sumário da natureza daquele? Naturalmente, ao ministro mais condecorado do lugar, ao ouvidor da comarca. É natural que um ministro de Estado esteja senhor de todos os laços de consanguinidade ou afinidade que ligam as autoridades de qualquer lugar? Crê, vossa mercê Sr. Anti-Tamoyo, que os ministros de Estado têm tanto vagar que possam entrar em miudezas familiares e ainda lhes sobre para papaguear pateticas, como vossa mercê e outros paspalhões? Ademais, representou o dito Bernardes contra a nomeação do magistrado? E não sabe o Anti-Tamoyo que, se a ordenação não reconhece suspeição em ministro devassante, nem por isso tolhe que o devassado alegue a seu tempo as causas debilitantes da prova que o culpa, e que entre estas tem lugar a prevenção do juiz.

Creio que tenho obedecido ao seu reclamo, é certo que não como vossa mercê desejava; não é culpa minha que não descobrisse nas portarias o que elas não continham, e o que não sei por que mágica o desejo de vingança lhe fez lombrigar, ou antes criou para consolo seu.

Resta-me agora dar-lhe um conselho, que não é de inimigo. Capacite-se que não basta para maldizer e atacar a – luminária magna – envesgar os olhos, fazer caretas e torcer a boca. Não é com trejeitos que se persuadem absurdos e se degradam famas estabelecidas. É possível ficar-se branquíssimo de raiva, mas a raiva não dá razão. Ora, pois eu espero que, apesar da brancura do Anti-Tamoyo, falo-a ainda o *Tamoyo* avermelhar, acordando-lhe a sopita consciência.

*“Ense velut stricto, quoties Lucilius ardens
Infremuit, rubet auditor, cuifrigida mens est
Criminibus, tacita sudant proecordia culpo”*

O TAMOYO

SÁBADO, 6 DE SETEMBRO DE 1823

*Tu vois de ces tirans la fureur despotique;
Ils pensent que pour eux le Ciel fit l'Amerique.*

VOLT. ALZIRE.



Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil

Sessão de 2 de setembro de 1823

Presidência do Sr. Bispo Capelão-Mor

Fez-se a chamada às 10 horas, acharam-se presentes 69 Srs. Deputados, faltando 9.

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão.

O Sr. Secretário Fernandes Pinheiro leu a ata da antecedente e foi aprovada com breves reflexões de alguns Srs. Deputados.

O Sr. Secretário leu a correspondência a que se deu o competente destino. Chegaram mais dois Srs. Deputados.

Entrou-se na Ordem do Dia, e sendo a 1ª parte a nomeação da Mesa para o corrente mês, saíram eleitos: presidente, o Sr. Barão de Santo Amaro; vice-presidente, o Sr. Martim Francisco Ribeiro de Andrada; secretários, os Srs. João Severianno Maciel da Costa, Luiz José de Carvalho e Mello, D. Nuno Eugenio de Locio, José Feliciano Fernandes Pinheiro; suplentes, os Srs. José Antonio da Silva Maia, José Ricardo da Costa Aguiar; passou-se à segunda parte da Ordem do Dia. Leu o Sr. Secretário Costa Aguiar o parecer da Comissão de Fazenda, sobre o requerimento dos oficiais de Secretaria de Estado dos Negócios do Império e Justiça, em que pedem aumento de ordenado; no qual se julga a pretensão justa, mas que o seu deferimento se deve guardar para tempo oportuno, e falando sobre eles vários Srs. Deputados, foi aprovado.

Por esta ocasião, o Sr. Andrada Machado fez uma indicação para que a Comissão de Legislação proponha um projeto de lei para que haja uma só caixa de emolumentos de todas as secretarias, para serem divididos com igualdade, proporcionando-se o trabalho de todos os oficiais; foi apoiado.

Os Srs. Ribeiro d'Andrada e Araujo Lima propuseram que se officiasse ao governo para dar uma informação sobre o número dos oficiais atuais e dos que são precisos e cada uma secretaria, sobre os seus ordenados e emolumentos com os regimentos que os estabeleceram, e sobre o rendimento líquido do *Diário do Governo*; foi aprovada esta proposta.

O Sr. secretário França leu o parecer sobre o requerimento dos ajudantes de porteiro da Secretaria de Estado, que têm servido na Assembleia desde a sua instalação e que têm de ser despedidos pelo provimento dos novos, no qual pedem uma gratificação por motivos ponderosos; a comissão expôs que eram atendíveis as razões e que a cada um se devia dar a gratificação de cem mil réis por uma vez somete; foi aprovado o parecer.

O Sr. Calmon leu o decreto redigido sobre a forma dos governos provisórios; ficou adiada a sua sanção até a Comissão de Fazenda propor as diárias e ordenados das autoridades de que se trata no dito decreto; e o Sr. Ribeiro d'Andrada ficou de apresentar a proposta na 1ª sessão.

O Sr. Vasconcellos leu a proposta de lei da Comissão de Saúde Pública sobre as academias médico-cirúrgicas; ficou para 2ª leitura.

O Sr. Andrada Machado propôs que se imprimissem muitos exemplares do projeto de Constituição para se exporem à venda, a fim de ser a nação informada dos sentimentos da comissão que formou o dito projeto; foi aprovada a dita proposta.

O Sr. Ribeiro d'Andrada, expondo a falsidade de uma carta inserida no periódico *Correio do Rio de Janeiro*, em que é atacada a sua conduta como ministro da Fazenda, pede licença à Assembleia para propor as ações competentes ao autor da carta ou a quem convier; falaram alguns Srs. Deputados louvando os seus nobres sentimentos, e que não era necessária tal licença nos termos do regimento, que só vedava as ações civis, e que quando fosse necessário se lhe devia conceder. O Sr. Montezuma opôs-se a esta concessão por muitos fundamentos, sendo um deles o ser muito conhecida a probidade, honra e limpeza de mãos do Sr. Ribeiro d'Andrada; que não podia ser manchada a sua reputação por periódicos sem produzirem provas autênticas; e até por se opor isto na sua opinião à inviolabilidade dos deputados; e, por esta ocasião, expôs a sua opinião que os ministros não podiam ser deputados, porque a sua responsabilidade era impraticável; e, por fim, concluiu que, quando o ilustre deputado tivesse sentença, esta sentença nem sempre satisfaria a opinião pública, a qual, no caso no ilustre deputado, não precisava de auxílio algum para o reconhecer probo e íntegro como todos o reconheciam. Foi combatido o Sr. Montezuma pelo Sr. Andrada Machado, que mostrou 1º que o ilustre deputado não precisava de concessão da Assembleia para demandar um caluniador e, se pedia a licença, era por nímia delicadeza; 2º, que ainda quando não lhe fosse permitido pelo regimento, sempre a Assembleia lhe devia conceder a

licença pedida, porque o fim principal do chamamento do caluniador a juízo não era não lavar-se o ilustre deputado de imputações que todo o mundo conhecia por falsas, mas para punir o caluniador, e com este exemplo evitar que se renovasse infâmias tão nojentas. Mostrou que os deputados não eram invioláveis senão pelas opiniões emitidas na Assembleia, que em tudo mais eram tão justicáveis como todos os mais cidadãos e, por conseguinte, que a aparição do ilustre deputado em juízo em nada atava a sua inviolabilidade, mormente tendo por fim aclarar cada vez mais a pureza de sua conduta, sem a qual ele não merecia ser deputado. Mostrou mais, que a responsabilidade dos ministros era muito praticável com a inviolabilidade dos deputados, que uma não excluía a outra, visto versar-se sobre objetos diferentes. O deputado era inviolável pelas suas opiniões, e o ministro responsável pelos seus fatos como ministro. Se suceder que o ministro mereça pena até capital, é o deputado incluído na pena do ministro; assim como se sucedesse que o deputado como homem cometesse um crime que merecesse pena última, seria o deputado incluído na pena devida ao homem, e não por isso se confundem os diferentes estados do homem deputado e ministro. Por fim, disse que a sentença, em regra, decidia do conceito que devemos fazer dos sentenciados; que é verdade, porém, que muitas vezes a opinião pública se não curva à decisão do julgado, ou porque a sentença assenta sobre mera falta de prova, a qual, aliás, por ter algum outro do povo, ou porque não há confiança alguma na probidade e inteligência dos juizes que a dão; mas continuou o orador, estas exceções não destroem a regra geral e, felizmente, não pode interrogar no caso do ilustre deputado. Votou, portanto, que se lhe não podia negar a licença que pedia, ou porque não havia lei que proibisse, ou porque, ainda havendo, se devia derrogar a dita lei pelas razões que expôs.

Finalmente por serem duas horas, ficou a matéria adiada para a sessão futura. Levantou-se a sessão às 2 horas.

Sessão de 3 de setembro de 1823

Presidência do Sr. Barão de Santo Amaro

Fez-se a chamada às 10 horas, acharam-se presentes 67 Srs. Deputados, faltando 11.

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão.

O Sr. Secretário Carvalho e Mello leu a ata da antecedente e foi aprovada. Chegaram mais 2 Srs. Deputados. O Sr. Secretário Maciel da Costa deu parte que na Mesa estavam participações de 3 Srs. Deputados de se acharem doentes.

O Sr. Ribeiro d'Andrada propôs a necessidade da nomeação de um membro para a Comissão de Fazenda, e outro para a de Estatística, neste mês em

que o Sr. Presidente se achava impedido: foi nomeado o Sr. Araújo Lima para a 1ª, e o Sr. Teixeira de Vasconcellos para a 2ª; tendo antes o Sr. Presidente proposto à Assembleia se os membros da Comissão de Constituição podiam ser nomeados para outras, visto achar-se feita o projeto; resolveu-se que sim.

O Sr. Secretário Maciel da Costa leu o decreto redigido pela respectiva comissão sobre as sociedades secretas. O Sr. Carneiro da Cunha apresentou uma indicação para não se publicar lei alguma que prescreva pena de morte; alguns Srs. Deputados o combateram por ser objeto diverso da sanção a que estava exposto o dito decreto; posto este à votação, julgou-se finda a terceira discussão; alguns Srs. Deputados exigiram que se admitisse a sanção parcial, foram combatidos por ser contra o regimento; argumentou-se com o vencido na ata do dia 1º de setembro acerca da exceção de um decreto, e que igual sorte deviam ter os mais; alguns alegaram que a providência fora particular para esse; foram combatidos à vista da leitura que se fez dessa ata que falou em geral, e posto à votação se todos os casos estavam compreendidos nessa disposição, venceu-se que sim, e o Sr. Gomide apresentou, à vista de tal decisão, uma emenda para se abolir a pena de morte e ser suprida por outra, que apontou: lida esta pelo Sr. Secretário Maciel da Costa, o Sr. Andrada Machado disse que, como as mais penas fulminadas no decreto eram gradativas, seria preciso que o Sr. Gomide apresentasse nova gradação por ficar destruída a do decreto com tal emenda; o que foi aprovado, ficando, por isso, a matéria adiada.

Os Srs. Araújo Vianna, Henriques de Resende e Francisco Carneiro apresentaram novas indicações sobre a inteligência do vencido na ata do 1º de setembro e sobre as providências que em consequência disso se deviam dar; visto que se formava uma quarta votação, foram lidas 1ª vez, declarou-se urgente a matéria delas, e fez-se segunda leitura.

O Sr. Ribeiro d'Andrada, relator da Comissão de Fazenda, leu o parecer sobre os ordenados e diárias dos governadores de província, secretários e conselheiros; ficou adiada a decisão, por ser necessário que os Srs. Deputados à vista dele digam os seus sentimentos.

O Sr. Dias propôs que se convidasse a ilustre Comissão de Constituição para apresentar o parecer acerca dos negócios, que podiam ser decididos unicamente com o nº de 46 deputados, como já se havia recomendado em maio; e assim se deliberou.

O Sr. Lopes da Gama apresentou uma indicação para que se recomendasse ao ministério que estranhasse o procedimento do governo provisório da província de Alagoas, na proibição que fez ao coronel Francisco Manoel Martins Ramos e Manoel Marques Grangeiro, deputados que haviam sido às Cortes de Portugal de entrarem naquela província no seu regresso, com o fundamento de deverem vir a esta Corte responder pela sua conduta, quando eram invioláveis pelas suas opiniões emitidas naquele Congresso; falaram em

igual sentido os Srs. Accioli, Caldas e Sousa e Mello. O Sr. Andrada Machado disse que aqueles ex-deputados se tinham conduzido muito bem e que em nada atacaram positivamente os direitos do Brasil; o Sr. Carneiro de Campos expôs que pela Secretaria de Estado dos Negócios do Império se tinha expedido portaria permitindo-se o ingresso deles na província e estranhando-se o governo provisório por aquela medida; e, à vista de tal exposição, mandou-se que se inserisse na ata a indicação para que aqueles cidadãos e o público soubessem que a Assembleia vigiava sobre a guarda dos direitos dos cidadãos.

O Sr. Henriques de Resende propôs que se formasse uma lei sobre as penas e o processo dos que com a liberdade da imprensa atacassem os cidadãos em particular, visto que a atual não providenciava a este caso; o Sr. Rodrigues de Carvalho, membro da Comissão de Legislação, expôs que já havia um projeto de decreto quase redigido sobre este objeto e que brevemente seria apresentado; deliberou-se que se esperasse por ele, visto que assim estava satisfeito o fim da indicação.

O Sr. França leu uma indicação em que pede se remeta à Comissão de Constituição o officio de el-rei de Portugal dirigido proximamente ao governo de Pernambuco, e o edital do presidente do Senado do Porto sobre o Brasil, para que sejam combatidos na proclamação que se está a fazer; foi aprovada.

Levantou-se a sessão às 2 horas.

No *Diário do Governo* de 29 de agosto, encontra-se uma resposta ao provedor da Casa da Moeda a vários quesitos que lhe fez o Exmo. Ministro da Fazenda, na qual o dito provedor afirma que não proibira o giro da moeda que se tem cunhado com as armas do Império; desmentindo o que um dos correspondentes do *Tamoyo* affirmara em carta inserta em um dos números antecedentes deste periódico. Sinto muito ver-me na precisão de dizer que aquela resposta é contrária à verdade e que existe documento autêntico de que houve tal proibição.

O TAMOYO

TERÇA-FEIRA, 9 DE SETEMBRO DE 1823

*Tu vois de ces tyrans la fureur despotique;
Ils pensent que pour eux le Ciel fit l'Amerique.*

VOLT. ALZIRE.

Sr. Redator.

O físico que, metido no recinto do seu gabinete e sem estudar as leis que a natureza segue em sua marcha, pretendesse subordiná-la a teorias vãs, partos do orgulho de seu gênio, passaria no mundo apenas por um louco, mas o homem de Estado que, sem atenção aos prejuízos e opinião dominante dos povos, sem conhecimento dos recíprocos interesses que os ligam e sem respeito às leis do país, confiado à sua guarda pretendesse governá-lo por atos emanados da sua vontade, filhos do seu capricho e das suas paixões, não só encontraria mil estorvos e embaraços na execução das suas ordens, não só chamaria contra si a censura bem-merecida dos seus concidadãos, mas, até pelos males que causasse, tornar-se-ia, com o tempo, um objeto de execração pública; tal foi a minha opinião, tais os inevitáveis resultados, que eu pressaguei ao ministro da Justiça, depois de haver concluído a leitura das imparciais análises do Decreto de 16 de julho do corrente ano e portaria da mesma data, insertas nos seus n^{os} 2 e 3.

Com a mencionada leitura, não pude resistir à tentação de fazer as seguintes observações sobre as portarias do ministro da Fazenda, expedidas nas datas de 24 de julho e 6 de agosto, sobre os três decretos de 8 e 11 do mesmo mês e sobre outros procedimentos do mencionado ministro, que parecem ser prelúdios de futuras medidas, cada vez mais prejudiciais aos verdadeiros interesses do Brasil. Queira, pois, inseri-las no seu interessante periódico, se as julgar dignas da impressão; e queira o público, depois de convencido, que nem transpuz os limites da moderação e nem encareci os erros e ilegalidades apontadas, pronunciar, se com elas tive outra mira, que não fosse a de instruí-lo das aberrações ministeriais na gerência dos negócios financeiros e a de salvar o ministro ao ódio da nação, fazendo-o embicar na trilha dos seus deveres.

Pela Portaria de 24 de julho, manda o ministro que a junta do banco remeta aos seus correspondentes em Londres os três mil quintais de pau-brasil, ora existentes em Pernambuco, caso aqui não obtenha em praça única pelo menos o lance de 25 mil réis por quintal, procedendo previamente a segurá-los nesta ou naquela praça. A primeira nota que tenho a fazer é o lugar determinado para onde deve ser navegado, e onde, por consequência, deve ser vendido quando deverá deixar ao arbítrio da junta o fazê-lo transportar para aquela praça da Europa, que, pelas notícias recebidas, promettesse mais avultado preço; se para defender-se o ministro responder que não tolheu aos correspondentes de Londres a liberdade de o fazerem vender em outra qualquer praça de comércio, cometeu sempre o erro da duplicação de fretes, seguros e mais despesas e, por conseguinte, diminuiu a importância líquida de todo o gênero. Dirá o ministro que talvez nada disso aconteça, porque pode aqui vender-se pelo preço acima citado, ou em Londres por maior; respondo que não, 1º porque o preço médio de um quintal de pau-brasil em todas as vendas feitas nos anos de 1815, 1816, etc. nunca passou de 22 mil e tantos réis; 2º porque o preço obtido no mercado de Londres haverá 3 meses que andava pelo mesmo, depois de deduzidas as despesas do frete, corretagem, comissões, seguros, que agora devem ser mais caros em razão da entrada do inverno, armazenagem e outras despesas miúdas; 3º porque se esperava grande baixa, visto achar-se em Gibraltar um grande carregamento de pau-brasil sem valor e haverem chegado aproximadamente mais de 40.000 quintais de Pernambuco e Paraíba; 4º porque, a continuarem estas causas, é de esperar que haja grande mora na venda, o que também contribui a minorar o preço; 5º porque, havendo cessado anteriormente a gradual remessa que dele se fazia, por motivos que ignoro, e havendo a Europa descoberto meios de suprir esta falta pela combinação química de outras tintas, só com o tempo e arte poderá o governo fazer renascer a antiga necessidade deste gênero e contar com um acréscimo gradual de preço; 6º porque, ainda supondo possível que se efetue sem maiores delongas a venda desta remessa, deve contar-se com grande prejuízo no regresso do dinheiro pelo baixo câmbio atual e para o futuro cada vez mais desfavorável a nós, em razão de não haver confiança na estabilidade do Estado político do Brasil. À vista das razões expendidas não posso atinar ou eliminar a incógnita que induziu o ministro a desprezar o lance de 22 réis por quintal que obtivera em praça, segundo é constante; e pelas novas reflexões que passo a acrescentar, creio que a incógnita a eliminar é uma ignorância não equívoca dos interesses respectivos das duas nações em suas transações comerciais.

Se o ministro juntasse aos 22 réis os competentes direitos de saída, os juros de 6 por cento em um ano, tempo não suficiente para inteiro complemento de toda esta negociação, juros que semelhante valor devia necessariamente vencer se entrasse no giro mercantil, ou que deviam ser suprimidos se fosse apli-

cado ao pagamento de dívidas que os vencessem; se demais se lembrasse que a entrada imediata do valor total de três mil quintais de pau-brasil na circulação desta província influiria sobre os capitais e o crédito, e aviventaria o trabalho e a riqueza individual, único manancial da riqueza pública, então conheceria que os 22 réis por quintal equivaliam seguramente a mais de 24 réis, preço este que, nas atuais circunstâncias, não obterá no mercado de Londres, e neste caso não poderia recusar-se à ingênua confissão de haver errado.

Passemos à Portaria de 6 de agosto – Por esta, ordena o ministro ao administrador das diversas rendas nacionais arrecadadas na Mesa do Consulado que despache livre de direitos o café, açúcar, etc. para o fornecimento da fragata francesa *Astrea*, e outrossim que em casos idênticos não ponha embaraços que deem lugar a semelhantes representações. – Quantos erros em tão poucas linhas! 1º, viola o ministro o § 1º do Alvará de 25 de abril de 1818, que não exceptua as embarcações de guerra estrangeiras do pagamento de tais direitos, e não se dê por desculpa o desejo de manter boa harmonia com o governo francês, porque a inobservância das leis em um Estado novo é uma prova decisiva da sua frágil segurança, e para povos bem-constituídos um motivo demais para duvidarem da sua estabilidade; 2º, estranha de algum modo a conduta legal do administrador ou, em outros termos, amortece o louvável zelo que aquele empregado mostrou pela arrecadação da renda pública, virtude esta que muito se deveria animar, por isso mesmo que é agora tão rara entre nós; 3º, deixa ao arbítrio do administrador o conhecimento dos casos idênticos, e a faculdade de tais isenções, arbítrio que só pode contribuir a entibiar as consciências sãs a decidir para o crime as duvidosas e a tornar cada vez mais imprudentes as consciências depravadas; 4º e último, desperta a corrupção amortecida ou assustada dos traficantes, apontando-lhes o meio de extravaiarem os direitos sem receio de castigo.

Passemos aos três decretos que por acaso me vieram às mãos e, até o presente, têm sido subtraídos ao conhecimento público. Pelos dois primeiros, em data de 8 de agosto, houve S.M.I. por bem nomear a Venancio José de Azedo Bello 1º escriturário efetivo do Tesouro com o ordenado de 600 réis e escrivão da fábrica de lapidação dos diamantes, com o ordenado e ajuda de custo de 400 réis, dispensando-o do emprego de escrivão deputado da junta da Bahia, e ainda mais conservar-lhe a antiguidade que tinha de 1º escriturário graduado quando passou a exercer o precitado emprego, para nos futuros acessos poder entrar em concorrência com os outros primeiros escriturários.

Eu me abstenho de pronunciar sobre o mérito ou demérito deste empregado, porque não conheço sua aptidão e trabalhos, bem que a opinião de muitos da sua profissão lhe não seja vantajosa, esquecer-me-ei, ainda, das bem-fundadas suspeitas de grande patrocínio, de que ninguém pode esquivar-se vendo três mercês feitas a uma pessoa em um mesmo dia, e pela mesma

repartição para só considerar o que há de ilegal, incompetente ou injusto nos referidos decretos; 1º, viola a Lei da Criação do Tesouro, que dá somente um 1º escriturário para cada uma das contadorias; e como estes não estão vagos, e demais na tesouraria-mor há um 1º escriturário efetivo contra o disposto na lei citada. Cria um emprego novo e um novo ordenado, isto é, usurpa um poder só privativo da Assembleia Geral Constituinte e Legislativa, sem falar no indesculpável erro do acréscimo de uma despesa supérflua, quando não há com que acudir às necessárias. A segunda mercê tem um caráter incontestável de injustiça, por ser um roubo manifesto feito a oficiais beneméritos do Tesouro, ou que já tinham prestado alguns serviços na fábrica de lapidação. Não satisfeito o ministro de obsequiar o seu favorecido com a dádiva de dois empregos e seus respectivos ordenados, quis ainda estender a mais os seus benefícios, conservando-lhe a antiguidade que tinha de 1º escriturário graduado, quando passou a escrivão deputado da junta da Bahia para, deste modo, facilitar-lhe os seus futuros acessos com conhecido prejuízo dos outros 1ºs escriturários do Tesouro. Quando acabar o reinado dos favores, e com ele a enxurrada de iguais despachos, quando expirarem as causas que vedam as queixas de cidadãos tímidos, estou certo que os 1ºs escriturários sairão do silêncio a que hoje se veem condenados para altamente bradarem contra a injusta preterição que sofreram; então terei de acrescentar às suas razões a seguinte verdade, bem que terrível: ninguém é injusto impunemente, porque cedo ou tarde chega a hora das vinganças.

Pelo Decreto de 11 de agosto, S.M.I., atendendo à representação de Francisco Manoel da Cunha, 1º escriturário graduado do Tesouro da Corte, e aos bons serviços por ele prestado; nos diferentes empregos de Fazenda que ocupava, há, por bem, nomeá-lo para servir com o mesmo ordenado, que ora vence o emprego de provedor da Casa da Moeda da Bahia nos impedimentos do atual, e para entrar na plena propriedade do referido emprego e gozo do ordenado e competente logo que ele vagar. – Lendo este decreto, todo o homem de bom senso dirá consigo “quais são os serviços prestados por este cidadão? Este emprego é da competência do Poder Executivo e demais necessário? Por último, a pessoa nomeada tem os requisitos precisos para bem o desempenhar?”. E eu responderei a estes três quesitos na mesma ordem; 1º, este oficial foi mandado, como escrivão deputado, criar as juntas de Fazenda de Piauí e Espírito Santo, onde nada fez, nem sequer organizou a escrituração dos livros competentes; debaixo deste ponto de vista, os seus serviços são faltas notórias, e o ministro que asseverou o contrário cometeu, entre outros erros, o de haver comprometido a boa-fé iludida do monarca com a verdade sabida por todos; 2º, esta graça é verdadeiramente uma sobrevivência ou expectativa, e como tal violação das leis existentes, alheia das atribuições do Poder Executivo, e

manifesta usurpação do Poder Legislativo, é, além disto, desnecessária, porque os impedimentos do atual provedor podiam ser supridos pelo oficial imediato segundo a prática constante de tais repartições; 3º, para semelhantes empregos requer-se pessoa que possua perfeitamente os conhecimentos químicos tanto teóricos como práticos, e não um oficial do Tesouro, cujos conhecimentos nenhum parentesco têm com aqueles. Resumindo as minhas ideias, caiu o ministro nas seguintes faltas; abusou da confiança do monarca, enganando-o; invadiu poder alheio; e fez de um oficial de Fazenda um péssimo provedor de Casa de Moeda.

Sr. Redator, para não cansá-lo com a fastidiosa narração de outros muitos atos ilegais deste ministro, limitar-me-ei a referir-lhe um que fez muita sensação nos maus e bons cidadãos, e que, segundo o meu ver, pode influir na desgraça futura deste nascente Império. Em dias do mês próximo passado, apareceu pregada em uma das portas do Tesouro uma lista de certos credores de dívida antiga, na qual se aprazava o dia 19 do mesmo mês para o de seu pagamento, e com efeito assim se verificou. Com esta novidade, os parasitas do antigo regime, desfeitas as rugas do seu sombrio rosto, saudaram alegres o inesperado renascimento dos antigos abusos; os rebatedores saltaram de contentes, e em seu reconhecimento abençoaram o ente benéfico que lhes concedia a continuação do seu vergonhoso tráfico e sórdidos proveitos; os cidadãos honrados exclamaram em seu espanto, são chegados os dias aziagos da administração do Sr. D. João VI; e alguns destes até suspeitaram que tais medidas, além de odiosas pela preferência singular de poucos e forçosa exclusão da maior parte dos credores, tinham de mais o sinistro fim de exaurir as poucas reservas dos cofres particulares do Tesouro e justificar o projeto de um empréstimo que o ministério não tardaria em apresentar à Assembleia; com o que não me conformo, porque à vista da inconsistência e vacilação nas nossas opiniões e negócios políticos que decerto devem gerar a desconfiança nos capitalistas nacionais e estrangeiros, e não havendo, além disto, uma renda que se possa dispensar e hipotecar para segurança da amortização e juros, semelhante lembrança de empréstimo seria uma sentença de morte para o Brasil.

Tal é, Sr. Redator, a conduta do ministério neste ramo da sua administração: em toda ela eu só descubro desprezo da justiça, esquecimento do bem público, falta de vistas gerais, indiferença para a verdade, esquecimento do futuro e sujeição da política a combinações particulares, a interesses privados; e para cúmulo de males, vejo em algumas províncias monstros de figura humana, vomitados pelo inferno, pregando a imoralidade, a anarquia e a desordem, e solapando por esta forma as bases do majestoso edifício que se havia erigido para arrostar com o dente roedor do tempo. Neste perigo tão eminente que cobre minha alma de profunda tristeza, exaltado pelo mais ardente

patriotismo, pugnarei sem medo por manter a Independência e integridade do Império, e por obter uma Constituição fundada nos sãos princípios de uma justa liberdade, e quando venha a ser vítima de malogradas esperanças, voltarei ainda meus olhos já lânguidos de morte para este mesmo Império, ou retalhado ou escravo, e fechá-los-ei para sempre com as memoráveis palavras do grande Pitt: *Oh! My country!* Oh! minha pátria! – Adeus, Sr. Redator. Seu venerador.

Payaguá.

O TAMOYO

QUINTA-FEIRA, 11 DE SETEMBRO DE 1823

*Tu vois de ces tirans la fureur despotique;
Ils pensent que pour eux le Ciel fit l'Amerique.*

VOLT. ALZIRE.



Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil

Sessão de 4 de setembro de 1823

Presidência do Sr. Barão de Santo Amaro

Feita a chamada às 10 horas, acharam-se presentes 54 Srs. Deputados.

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão.

O Sr. Secretário D. Nuno Eugenio leu a ata da antecedente, que foi aprovada com algumas breves reflexões.

Finda a leitura, já se achavam mais 13 Srs. Deputados.

O Sr. Secretário Maciel da Costa leu um ofício do ministro e secretário de Estado dos Negócios do Império, em que declara ficar S.M.I. ciente das pessoas de que se compõem a atual Mesa.

Leu outro com a remessa do ofício da Junta de Fazenda de S. Paulo sobre o requerimento do irmão Joaquim, administrador de uma casa de educação em Itu, em que pede 200 réis anuais para manutenção da mesma casa: remeteu-se à Comissão de Educação Pública e Fazenda.

Leu um ofício do Sr. Deputado Araujo Gondim em que participa a continuação de sua moléstia e pede 30 dias de licença para medicar-se, se tanto durar a moléstia; foram-lhe concedidos. Entrou-se na Ordem do Dia. O Sr. Secretário Maciel da Costa leu o decreto redigido sobre as sociedades secretas; o Sr. Andrada Machado pediu adiamento, visto ser necessário tratar-se primeiro da indicação do Sr. Francisco Carneiro, de cuja decisão dependia a sanção daquele decreto; foi apoiado o adiamento, falaram pró e contra alguns Srs. Deputados, e posto à votação, foi aprovado.

O Sr. Secretário Maciel da Costa leu a dita indicação que se reduzia a não se poderem admitir emendas ou alterações nos decretos já aprovados na 3ª discussão, salvo nos dois únicos casos de antinomia ou absurdo manifesto,

declarada, assim, a deliberação tomada na ata do 1º de setembro; falaram contra alguns Srs. Deputados, e outros a favor.

O Sr. Ribeiro de Andrada propôs outra indicação, que ficasse em seu vigor o artigo 96 do Regimento, revogada a dita ata e não tendo lugar se pusesse à votação a indicação do Sr. Francisco Carneiro; foi lida aquela, falaram alguns Srs. Deputados e, julgando-se discutidas suficientemente ambas, foi posta à votação a 1ª parte do Sr. Ribeiro de Andrada, e não foi aprovada; pôs-se à votação a do Sr. Francisco Carneiro, e foi aprovada.

O Sr. Secretário Maciel da Costa leu a do Sr. Araújo Viana, que se reduzia a não poderem ser admitidas essas mesmas emendas ou alterações, senão no único caso de serem primeiramente apoiadas por 30 Srs. Deputados; falaram alguns Srs. Deputados; julgou-se suficientemente discutida a matéria, e posta à votação, foi aprovada.

Leu-se a indicação do Sr. Henriques de Resende que cada um Sr. Deputado só falaria sobre tais emendas e alterações uma única vez, ainda mesmo o autor delas; falaram alguns Srs. Deputados e julgada a matéria suficientemente discutida, posta à votação, foi aprovada. O Sr. Henriques de Resende pediu licença para se retirar por achar-se incomodado, foi-lhe concedida.

O Sr. Presidente pôs à consideração da Assembleia se, à vista das resoluções agora tomadas, era admissível a emenda que o Sr. Gomide oferecera no dia antecedente ao decreto redigido sobre as sociedades secretas; deliberou-se que não, e foi rejeitada. O Sr. Presidente pôs à votação se a Assembleia sancionava a deliberação do dia antecedente de julgar-se cerrada e finda a 3ª discussão sobre o dito decreto; venceu-se que sim. O Sr. Presidente propôs se a Assembleia sancionava o dito decreto, como se achava redigido. O Sr. Duarte Silva pediu votação nominal, que foi concedida. Alguns Srs. Deputados que tomaram assento depois de finda a 3ª discussão pediram licença para se retirarem da sala por não poderem votar, como permite o regimento; foi debatida esta matéria, e concedeu-lhes; retirando-se os mesmos.

Posta à votação a sanção do decreto, foi sancionado por 73 votos contra 13. Levantou-se a sessão às 2 horas.

Em uma nota ao nº 2º do nosso periódico, havíamos prometido analisar a portaria do Exmo. Ministro da Guerra com data de 22 de julho do corrente ano, e estávamos para cumprir a nossa promessa quando alguns dos nossos correspondentes nos remeteram vários escritos pedindo-nos os houvésemos de publicar com a brevidade possível. Examinamos a matéria deles e, conhecendo que uns eram tendentes a prevenir sucessos que se houvessem de realizar-se, seriam nimiamente fatais a nossa Independência, e outros a lavar as nódoas que infames caluniadores pretendiam sem pejo lançar na reputação de

cidadãos probos, e por tantos respeitos beneméritos da pátria, assentamos em publicar quanto antes uns e outros, persuadidos de que nisso não só faríamos um dever de justiça, mas também um serviço à nação. E com efeito não nos engamos em parte. A sua publicação contribuiu muito para que o ministério desvanecesse no conceito público algumas suspeitas, se não verdadeiras, ao menos bem-fundadas, como as que nasciam da supressão da moeda com as armas do Império e da incorporação das tropas inimigas no nosso Exército. Estas últimas, sobretudo, traziam-nos por extremo aflitos e inquietos, pois nenhum brasileiro honrado podia ver sem mágoa que monstros infames, que recebidos há pouco com amor e hospitalidade nas praias da Bahia tiveram a perfídia de profanar o seu terreno com o sangue de seus habitantes, de assolar as suas campinas, e de roubar as suas casas e até os próprios templos, viessem achar guarida em nossas praias e talvez, talvez, entrar no honrado corpo de nossos defensores. Que diriam de nós, se tal acontecesse, os nossos irmãos baianos? Não teriam, por ventura, razão para increpar-nos da mais atroz perfídia, da mais estúpida e criminosa indolência por metermos nas mãos de seus assassinos novamente as armas com que os sacrificaram? É assim (dir-nos-iam) que se tratam prisioneiros de guerra e de uma guerra justa e tão legítima como nunca se viu? Mas descansai, descendentes da bela Paraguaçu, que o paternal coração de S.M.I. tem provido já nos meios de arredar para longe de nós esses abutres esfaimados, que na sede insaciável de vosso sangue e das vossas riquezas pareciam sobrepujar as feras mais indômitas de vossas matas. Não, eles não terão tempo de pisar nosso terreno, de alardear entre nós os seus cruéis assassinios, os seus insultos feitos às vossas mulheres, filhas, amigos e parentes, nem tampouco os açoites que a sua insana vaidade vos tinha preparado. Graças sejam dadas por esta vez ao vigilante ministro da Guerra, que referendou a Portaria de 25 de agosto próximo pretérito. Ela veio dissipar o nevoeiro espesso que abafava nossos corações. Ela veio restituir-nos a paz e serenidade de espírito, que tão justos receios tinham perturbado; e agora só nos cumpre derramar imensas bênçãos sobre o ente que a ditou: conheça ele e conheça o público, que não é o baixo espírito de partido quem guia a nossa pena. Embora línguas viperinas queiram derramar sobre as nossas puras intenções o fel da sua alma. As páginas do nosso periódico desmentiram sobrejamente a sua mordacidade, e os homens sisudos e inteligentes conheceram por via delas que a nós nada nos importa este ou aquele indivíduo, esta ou aquela corporação, mas sim os seus atos ou procedimentos conforme a tendência que tem para o fim de nossos trabalhos. Tão francos seremos sempre em render a devida homenagem aos poderes da nação, quando trabalharem para firmar o nascente edifício da nossa Independência e justa liberdade, quão diligentes em aventar as minas que esses mesmos poderes surdamente cavarem para a sua ruína. E a prova será a censura que passamos a fazer da portaria seguinte:

“Tendo S.M. o Imperador mandado adiantar pela Tesouraria Geral das Tropas da Corte a alguns oficiais dos corpos desta guarnição, para arranjo dos novos uniformes, a cada um a quantia de cinquenta mil réis, para lhes ser ao depois descontada pela oitava parte dos seus soldos, manda pela Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra fazer esta participação ao ministro e secretário de Estado dos Negócios da Fazenda, e presidente do Tesouro Público, a fim de que possa habilitar o tesoureiro-geral das tropas com a soma necessária, à vista do seu pedido, para cumprimento daquela imperial determinação.

Paço, 22 de julho de 1823.

João Vieira de Carvalho”.

Ora, eis aqui nada menos que dois erros palmares do ministro que há pouco acabamos de louvar: o 1º e o mais grave de todos, consiste em sair S.Exa. fora de esfera das suas atribuições, arrogando a si um poder que lhe não compete, qual é o de dispor a seu livre arbítrio dos dinheiros públicos que só devem ser empregados naquelas despesas que estão determinadas por lei. Isto é uma infração evidente dos princípios constitucionais, que de modo nenhum se pode desculpar no Exmo. Ministro, porque ele sabia muito bem que a disposição de tais dinheiros e aplicações deles para casos que a lei não previu e determinou pertence privativamente ao Poder Legislativo; e tanto assim que a ele recorreu o mesmo Exmo. Ministro pelo Ofício de 29 de agosto para o autorizar na despesa que se havia de fazer com o regresso das tropas lusitanas, que brevemente se esperam neste porto. E por que então não teve a mesma cautela no caso da portaria acima referida? Seria, por ventura, em razão de ser menor a quantia que se mandou adiantar? Isso nada importa para a natureza do fato; ele será qualificado sempre como um abuso de jurisdição, qualquer que seja o seu objeto, pois não é a grandeza ou pequenez deste a que legitima ou justifica os atos do Poder Executivo, mas sim a conformidade dos mesmos com a lei; da mesma sorte que não deixam de ser crimes o furto de uma coisa insignificante ou o ferimento leve quando é praticado de propósito. É verdade que o Exmo. Ministro de Guerra, para corar a infração que cometera, nos inculca esquerdamente na sua portaria que S.M.I. havia mandado já adiantar os dinheiros de que nela se trata pela Tesouraria Geral das Tropas; mas nós já dissemos em outra parte que a pessoa sagrada do imperador não pode servir de escudo aos seus ministros, aliás, tornar-se-ia vã e quimérica a responsabilidade destes. E demais, por quem mandou S.M. fazer este adiantamento? Sem dúvida pelo Ministério de Guerra; logo, S.Exa. é que deve responder por esse abuso de poder.

Mas ainda não para por aqui o mal; não contente, S.Exa. não só invadiu nesta parte as atribuições do Poder Legislativo, mas também o direito de

derrogar leis que se acham em seu inteiro vigor. E, com efeito, nós não sabemos que outra coisa seja mandar descontar nos soldos dos oficiais, a quem se adiantaram os dinheiros de que se trata nesta portaria a oitava parte para pagamentos dos mesmos dinheiros, senão a revogar a Lei de 21 de outubro de 1763 no § 13, onde se ordena, debaixo de penas gravíssimas, que tais soldos sejam entregues “por inteiro e sem desconto algum” a seus donos, eximindo-os até das penhoras e execuções judiciais. E será isto compatível com as atribuições do Poder Executivo? Não seguramente; é, pelo contrário, um abuso, uma usurpação de jurisdição, que, se não for atalhada, poderá ter para o futuro consequências funestíssimas.

O que mais nos admira, porém, é que nenhum dos ilustres Srs. Deputados da nossa Assembleia se lembre de indicar e de acusar no seu augusto recinto estes e outros abusos semelhantes que deverão fazer os objetos dos seus desvelos e cuidados. Acaso a nação lhes confiou a defesa dos seus direitos para os deixarem atacar impunemente? Não terão eles a coragem necessária para contrastar as invasões do poder ministerial e opor à sua torrente um dique respeitável? Seja como quer que for; o seu silêncio neste ponto é muito desairoso, e talvez assaz prejudicial à causa da liberdade. Um abuso traz outro, e com a frequência deles cresce a afoiteza do poder, e por fim a divisão dos poderes é somente nominal e quimérica, e só existe em realidade o mais horrível despotismo.

ERRATA

No *Tamoyo* nº 8, de terça-feira, na 1ª coluna da 2ª página, onde se lê: “2º, porque o preço obtido no mercado de Londres, haverá três meses, andava pelo mesmo”, dever-se-á ler: “2º, porque o preço obtido no mercado de Londres, haverá três meses, andava por 23 mil e tantos réis”.

O TAMOYO

SÁBADO, 13 DE SETEMBRO DE 1823

*Tu vois de ces tirans la fureur despotique;
Ils pensent que pour eux le Ciel fit l'Amerique.*

VOLT. ALZIRE.



Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil

Sessão de 5 de setembro de 1823

Presidência do Sr. Barão de Santo Amaro

Feita a chamada às 10 horas, acharam-se presentes 58 Srs. Deputados.

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão.

O Sr. Secretário Fernandes Pinheiro leu a ata da antecedente e foi aprovada com uma breve reflexão feita pelo Sr. Francisco Carneiro.

Finda a leitura, já se achavam presentes mais de 8 Srs. Deputados.

O Sr. Secretário Maciel da Costa declarou não haver correspondência, e apenas uma carta do Sr. Deputado Ribeiro de Resende, em que participa a continuação de sua moléstia, ficou a Assembleia inteirada.

O Sr. Araujo Lima apresentou um requerimento da Comissão de Constituição, em que pede officie-se ao governo para que convide a D. Lucas José Obes a vir a este Paço para ser ouvido e informar sobre objetos da província Cisplatina acerca de sua representação; o que foi aprovado.

O Sr. Montezuma, em nome do cidadão tenente coronel Antônio Martins da Costa, apresentou os exemplares de sua justificação contra as injustiças do brigadeiro Pedro Labatut, que foram distribuídos pelos Srs. Deputados. O Sr. Presidente mandou entrar na Ordem do Dia. O Sr. Secretário Maciel da Costa leu o requerimento do Sr. Ribeiro d'Andrada, em que pede licença para chamar a juízo o autor da carta inserida no *Correio do Rio de Janeiro*, ou o redator, e vindicar as injúrias que ali lhe eram feitas; durante a discussão retirou-se o dito Sr. Deputado, falaram alguns Srs. Deputados, e declarando-se suficientemente discutida a matéria, decidiu-se que não era necessária, porque o regimento interno não tolhia a liberdade da proposição das ações criminais de que o Sr. Deputado podia usar.

O mesmo Sr. Secretário leu o projeto sobre o estabelecimento das universidades no Brasil e as suas emendas; falaram muitos Srs. Deputados sobre o artigo primeiro, que diz respeito ao número e local em que deviam ser fundadas, entre eles o Sr. Andrada Machado mostrou como nos locais apontados no artigo se obtinha tudo quanto se devia pretender quanto à localidade dos estabelecimentos de instrução; que neles havia barateza, salubridade, doçura de temperatura igualmente remota dos extremos de calor e de frio, ausência de distrações ruinosas, já pelo barulho, já pela dissolução, facilidade de acesso e equidistância entre os pontos das regiões de Norte e Sul, em que se divide o Império; desaprovou o local proposto na vizinhança da Bahia, por ser numa grande povoação, que por necessidade é cloaca de vícios e impurezas e teatro de distrações, o que se via até nesta capital.

O Sr. Ribeiro d'Andrada falou no mesmo teor e acrescentou mais algumas considerações, como a de acudir a povoações que não tinham outras fontes de prosperidades; e por ser chegada a hora, ficou adiado.

O Sr. Araujo Lima, relator da Comissão de Constituição, leu dois pareceres sobre requerimentos de indivíduos que se acham em Lisboa e pedem a prorrogação do termo marcado para o seu regresso a este Império, e é de opinião que se prorroguem mais 6 meses; foi aprovado.

O Sr. Maia, relator da Comissão de Legislação, leu um parecer sobre requerimentos de indivíduos, que pedem dispensa de habilitações para professarem na Ordem de Cristo, e dispensa de lapso de tempo para medições de Sesmarias, e opina que se autorize o governo para estas e semelhantes dispensas, enquanto o contrário se não determinar; ficou adiada a decisão.

O Sr. Ribeiro d'Andrada, relator da Comissão de Estatística, leu o parecer sobre a representação do Sr. Deputado Ribeiro de Campos, em que pedia a criação de vilas, comandante militar e juiz de fora na comarca de Pernambuco, e ficou adiada. Como relator da Comissão de Fazenda, leu outro parecer sobre o privilégio das fábricas do Império deverem ser isentas de direitos.

O Sr. Araujo Lima, relator da Comissão de Constituição, leu um parecer sobre o requerimento de um que pede licença para continuar um pleito com o Sr. Deputado Furtado de Mendonça, já negada pela Assembleia, e opina que se sustente a decisão, por não apresentar motivos novos; foi aprovado.

O Sr. Maia, relator da Comissão de Legislação, leu um parecer sobre um requerimento em que se queixa uma parte das decisões dadas na casa da suplicação em causa contra a viúva e herdeiros do brigadeiro Felicíssimo José Victorino, e de não se lhe haver concedido revista na Mesa do Desembargo do Paço; ficou adiada a decisão.

Leu outro sobre o requerimento de certos indivíduos da província de Minas Gerais que se queixam de serem incomodados pelos herdeiros do brigadeiro João Carlos Xavier da Silva Ferrão, que pretendem ou a sua expulsão

de certos terrenos, ou o pagamento do valor destes; e ficou igualmente adiada a decisão.

O Sr. Costa Barros, relator da Comissão de Marinha e Guerra, leu um parecer sobre a extinção do Regimento dos Estrangeiros, decidiu-se que voltasse à mesma comissão para reduzir o parecer a projeto de decreto.

O Sr. Lopes da Gama, relator da Comissão de Petições, leu o parecer sobre o requerimento de um soldado que pede baixa, e opina que não pertence à Assembleia; foi aprovado.

O Sr. Secretário Maciel da Costa deu conta que tinha chegado à Mesa um officio do ministro da Guerra, em que participa ter S.M.I. expedido as ordens convenientes para a remessa da tropa lusitana que se acha na Bahia e Pernambuco na forma da resolução da Assembleia; e o leu, ficou inteirada.

Leu outro do ministro da Justiça em que remete certos papéis e informação sobre o requerimento de Pantaleão de tal: remeteu-se tudo à competente comissão.

O Sr. Costa Barros apresentou uma indicação para ser declarado o dia 7 do corrente festa nacional por ser o 1º em que S.M.I. deu o primeiro grito da Independência do Brasil na província de S. Paulo, mandando-se uma deputação composta de tantos membros quantas fossem as províncias ora representadas à S.M.I. O Sr. Andrada Machado disse que o número devia precisamente ser o de 24 marcado no regimento, ficando ao cuidado do Sr. Presidente na escolha contemplar a todas as províncias.

O Sr. Araujo Lima disse que para tal declaração seria necessária uma lei; e, à vista destas reflexões, a Assembleia decidiu que, enquanto se não publicar a lei, ficava inteiramente declarado o dito dia de festa nacional, e que se mandasse a dita deputação, oficiando-se ao ministro do Império para se declarar o lugar e hora em que seria recebida a deputação.

Levantou-se a sessão às 2 horas.

Resenha analítica dos periódicos da Corte da semana passada

Quando o *Tamoyo* concebeu o plano do seu periódico, não deixou de antever várias castas de maquinações que haviam de pôr em prática os seus inimigos para enredá-lo na carreira que se propunha trilhar e desviá-lo, por este modo, do seu verdadeiro fim; ainda que rude e pouco penetrante em suas conjecturas, ele previu que uma daquelas maquinações seria a embicadela dos mais periódicos, pois que, devendo responder a eles, impossível lhe era continuar a mostrar ao público os atos anticonstitucionais que fosse observando nas diferentes autoridades, vindo, portanto, os seus adversários a conseguir o desejado intento. Com efeito, o *Tamoyo* não se enganou: chovem contra ele

as censuras, e para que nem pareça com o seu silêncio render-se às batarias que contra ele assestaram, nem se desvie do seu propósito, irá dando em um dos números de cada semana um pequeno artigo debaixo do título “Resenha analítica”, em que responda àquelas censuras menos importantes, reservando para tratar com maior sossego as que, pela gravidade da matéria, merecerem particular análise. Em consequência deste plano, passa o *Tamoyo* a dizer alguma coisa sobre o *Sentinella da Liberdade à Beira Mar da Praia Grande*.

No nº 11 do seu periódico, parece ressentir-se o *Sentinella* das ingênuas expressões do brasileiro autor da carta que se acha no nº 4 do *Tamoyo*, onde o dito brasileiro declara que não são, nem podem ser dos Andradas, nem por eles propagadas as doutrinas do *Sentinella*. O *Tamoyo* nada encontra nestas expressões que tenha sabor de ofensa; e muito se admira de que pretenda ser coerente com o pensar dos outros quem está em contradição consigo mesmo. Quanto à apologia que o *Sentinella* passa a fazer depois do seu periódico, condecorando-os com os muito honrosos, mas não sei se bem-merecidos epítetos de “inflexível”, “incomparável”, “improstituível”, o *Tamoyo* só tem que louvar a “modesta” antecipação e “bem-entendida vigilância” do *Sentinella*.

O que o *Tamoyo* não pode adivinhar é a razão pela qual o *Sentinella*, que tanto blasona de professar sentimentos brasileiros, empenhou com notável excesso o seu “valimento”, como diz no nº 12, para com alguns ilustres deputados, a fim de que não passasse o projeto do Sr. Moniz Tavares, quando qualquer homem de senso, contanto que despido de prevenções, perfeitamente conhece que tal projeto se encaminhava a estorvar que viessem da Europa portugueses entrar na fruição de direitos e empregos só devidos a quem abraçou, sustentou e defendeu a causa da nossa Independência. O *Tamoyo* crê que o projeto não estava bem-anunciado e que devia até passar por algumas alterações essenciais: mas reprovar inteiramente a forma e a matéria!

Juntando este fato ao “engenhoso” discurso com o que o nº 13 da *Sentinella* pretende indiretamente revelar a opinião das Cortes de Portugal, pintando-as tão afeiçoadas à nossa causa, enumerando os secretos trabalhos a que se davam em benefício nosso, a sua conduta parece, se não “flexível”, ao menos “inconsequente”. Não sei como o *Sentinella* não aconselha mandemos buscar os Srs. Moura, Borges Carneiro, José Liberato, Soares Franco e Miranda, de quem faz naqueles trabalhos especial menção para nos virem governar, visto que pararam as “obras” em Portugal! Não virá um dia em que o *Tamoyo* tenha a consolação de ver pendurados pelas árvores dessas estradas quantos aventais, compassos, esquadrias e mais ferramenta *ejusdem generis* há no mundo, abandonada ao riso dos viajantes e ao açoite dos ventos, e mandados os “obreiros” viajar à Nigricia, onde a humanidade tanto carece dos filantrópicos trabalhos?

O *Tamoyo* louva o zelo com que o *Sentinella* desperta a atenção dos povos contra as novas doutrinas de Portugal, que mal-intencionados pretendem sur-

damente introduzir entre eles, contanto que esse zelo se não converta em “inquisição política de Veneza”, o que é, muitas vezes, fácil de acontecer:

“In vitium ducit cupoe fuga, si caret arte.”

Passando agora ao *Sylpho*, expressa-se este a respeito do *Tamoyo* da maneira seguinte, logo no princípio do seu nº 9: “Quando havia suceder que um escritor se atrevesse a censurar atos ministeriais (como agora o *Tamoyo* o tem feito a benefício dessa ressurgida liberdade) que não fosse logo encarcerado a título de desafeto à causa do Brasil?” Podia perguntar ao *Sylpho* quando viu encarcerar e deportar escritores pelo simples fato de censurarem atos do governo no tempo dos ex-ministros, contra quem dirige as suas pontarias; porém deixando isso de parte; é galante o paralelo em que o *Sylpho* põe o *Tamoyo*, *Malaguetas* e *Correios*! Só não conhece a diferença que existe entre estes periódicos quem, como o *Sylpho*, não vê sem luneta um palmo adiante do nariz.

A carta do Martelo Constitucional que vem no *Sylpho* nº 10 é obra inegável de algum aprendiz de matemática, porque até principia por pôr uma linha matemática. Queixa-se aquele correspondente de que o brasileiro autor da carta inserta no nº 4 do *Tamoyo* só faz contra os novos ministros acusações vagas; mas se o tal Martelo ainda lê o *Tamoyo*, não terá agora que dizer. Quanto à proibição para não sair a nova moeda, ela torna-se tanto mais suspeitosa quanto maior empenho há em esconder aquele fato. Nega o provedor a pés juntos a existência da proibição, ao mesmo tempo que um documento incontestável a denuncia; e não há mistério nisto! *Credat Judeus Apela, non ego.*

Volvendo o *Tamoyo* os olhos ao *Correio* de 5 do corrente, ali vê os silogismos de um novo *raisonneur en régle*, com os quais pretende provar de uma maneira incontestável que os Andradas não são sábios, que são perversos e que não são patriotas! Grande infelicidade foi não viver esta *raisonneur* por excelência no dourado século de Aristóteles? Como classificará o *raisonneur* pela sua arte silogística aqueles que negam aos outros o que lhes é devido? Infalivelmente há de dizer que são ladrões:

“Aqui, o *raisonneur* nega aos Andradas o que lhes é devido:

Ergo o raisonneur é...”

Perdoe o *raisonneur* se O *Tamoyo* parece ofendê-lo; porém, o rigor silogístico é quem o obrigou a tirar a conclusão. Para desvanecer essa aluvião de imposturas e invectivas forjadas contra os Andradas, basta refletir que todas elas são obra daqueles sobre quem pesou, ainda que de leve, a vara da justiça no tempo do seu ministério; não lhes competindo, por consequência, servir de juizes nesta causa por amor da suspeição.

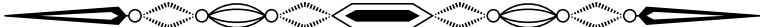
Quanto à carta do Sr. Simplício que se lê no nº do *Correio*, é matéria melindrosa, merece maior cuidado e, por isso, em outro número se tratará dela.

O TAMOYO

TERÇA-FEIRA, 16 DE SETEMBRO DE 1823

*Tu vois de ces tirans la fureur despotique;
Ils pensent que pour eux le Ciel fit l'Amerique.*

VOLT. ALZIRE.



Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil

Sessão de 6 de setembro de 1823

Presidência do Sr. Barão de Santo Amaro

Feita a chamada às 10 horas, acharam-se presentes 56 Srs. Deputados, faltando 22.

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão.

O Sr. Secretário Carvalho e Mello leu a ata da antecedente, e foi aprovada.

Neste ato já se achavam mais 8 Srs. Deputados.

O Sr. Secretário Maciel da Costa leu um ofício do ministro do Império em que participa que S.M. o Imperador receberá a deputação da Assembleia no dia 7 à 1 hora da tarde, no Paço desta cidade.

Entrou-se na Ordem do Dia.

O mesmo Sr. Secretário leu o art. 1º do projeto sobre a fundação das universidades e as suas emendas. O Sr. Silva Lisboa apresentou uma emenda. O Sr. Miguel Calmon apresentou outra e opinou a favor das capitais como sedes de universidades já por aumentarem os conhecimentos com o orçamento dos literatos que nelas se encontravam, já porque nelas não haviam tantas distrações, como se avançara; já porque nelas abundavam os modelos, cuja intuição concorria mais para instrução do que simples doutrinação. O Sr. Andrada Machado combateu o Sr. Calmon sustentando que as capitais eram impróprias para sedes de universidades, embora fossem próprio assento de academias; concordou que, para aumento de luzes, contribuía o orçamento das diversas opiniões, mas, para conservar-se e aprender-se o que já se sabia, era precisa aturada atenção e observação concentrada em um ponto, o que não podia haver nas capitais em que as distrações e passatempos atenuavam a atenção e a variedade de objetos impedia a concentração da observação. Confessou

que a intuição dava fácil e clara instrução, muito mais do que a mais exata exposição, mas que isto só diria respeito às ciências práticas, e não às teorias; e, demais, disse que em toda a universidade devia haver modelos que bem que se criassem escolas primárias nas capitais, nada tinha isto com as universidades. Num caso, obedecia-se à necessidade, no outro, não havendo tal necessidade, era loucura escolher mau local. Falaram mais alguns Srs. Deputados, e foi julgada a matéria suficientemente discutida. Passou-se ao 2º, que foi lido pelo Sr. Secretário e teve a mesma sorte. Passou-se ao 3º: o Sr. Vergueiro ofereceu uma emenda, que foi apoiada; o Sr. Gomide apresentou outra emenda, que também foi apoiada; e entrando o artigo e emendas em discussão, foi julgada a matéria suficientemente discutida.

Passou-se ao 4º artigo: o Sr. Montez ofereceu uma emenda, e tendo este com todas as emendas entrado em discussão, falaram vários Srs. e, por dar uma hora, ficou adiado.

Passou-se ao parecer da Comissão de Fazenda sobre os ordenados dos governadores provisórios, secretários e conselheiros, foi lido pelo mesmo Sr. Secretário; falaram sobre ele vários Srs. Deputados; o Sr. Pereira da Cunha ofereceu uma emenda que foi apoiada e depois de longa discussão foi adiada.

O Sr. Presidente nomeou 24 Srs. Deputados tirados de todas as províncias para cumprimentarem amanhã a S.M. o Imperador.

Levantou-se a sessão às 2 horas.

Sessão de 9 de setembro de 1823

Presidência do Sr. Barão de Santo Amaro

Feita a chamada às 10 horas, acharam-se presentes 69 Srs. Deputados, faltando 9.

O Sr. Secretário D. Nuno Eugenio leu a ata da antecedente, e foi aprovada.

O Sr. Secretário Maciel da Costa deu conta que na Mesa se achava a oração que a S.M.I. dirigiu o relator da deputação nomeada para lhe agradecer o primeiro brado da Independência do Império do Brasil dado na província de S. Paulo no dia 7 de setembro, e leu a dita oração.

Deu parte que se achava na Mesa igualmente a resposta que deu S.M.I., a qual também foi lida por ele e recebida pela Assembleia com muito especial agrado.

Leu mais um ofício do ministro e secretário de Estado dos Negócios da Marinha, em que participa ter chegado a este porto o brigue português 13 de maio, com bandeira parlamentar, trazendo a seu bordo o marechal de campo Luiz Paulino, que por causa de um temporal entrara fundeando entre as fortalezas, e que depois pedira água e outros provimentos por 30 dias, falaram

sobre este successo muitos Srs. Deputados, e julgando-se a matéria suficientemente discutida, decidiu a Assembleia que se officiasse ao governo acusando-se a recepção do dito officio, e exigindo-se com urgência todas as informações acerca da vinda de tal official para se tomarem as medidas necessárias contra as tentativas do governo português, que tiveram por fim atacar a Independência deste Império.

Entrou-se na Ordem do Dia.

Continuar-se-á.

Rio de Janeiro, 16 de setembro

Temos à vista o nº 31 da *Sentinella de Pernambuco*, e muito nos custa ver que haja um brasileiro tão desnaturalizado que procure a toda a força anarquizar as províncias, empregando para isto as mais grosseiras e revoltantes calúnias. Diz o Barata que homens de juízo e probidade afirmam que falta toda a liberdade à nossa Assembleia em razão do medo e de estar sempre ameaçada pelas armas do nosso imperador; e acrescenta que um sujeito de honra do Recife recebera carta de certo ilustre senhor deputado, na qual este diz que está vendo a hora em que são acometidos e despedaçados no Congresso. Quanto aos abonos que Barata faz ao caráter dos sujeitos que cita, lembrados daquele ditado *Similes cum similibus facile congregantur*, imaginamos que as pessoas sejam; quanto à carta, parece-nos que afoitamente podemos negar a sua existência. Nós conhecemos bem o caráter probo e verdadeiro dos nossos deputados, e devemos presumir que nenhum se quereria manchar com tão sórdida mentira. Toda a gente desta capital sabe a excelente harmonia em que marcham os supremos poderes da nação, o imperador e a Assembleia, toda ela conhece os sentimentos de um e a liberdade com que a outra discorre e delibera; nenhuma sombra de medo a preocupa, nem o mais leve indício de ameaças aparece, para que chama então aquela pérfida *Sentinella* as armas à nação, para que prega a revolta, amotina as províncias e acende o facho da guerra civil? Que documentos tem o Barata que comprovem a coação da Assembleia?

Não nos admira o desaforado descaramento com que o Barata mente e anarquiza os povos; admira-nos sim a “inalterável paciência” com que o sofre o governo de Pernambuco, talvez, ignorando ser responsável à nação pelos males que lhe vierem do desleixo do mesmo governo no desempenho dos seus deveres. Adoramos a liberdade da imprensa, e debaixo do seu sagrado escudo tem o *Tamoyo* censurado aberrações ministeriais; mas aborrecemos e detestamos o pernicioso abuso dela. O *Sentinella de Pernambuco* não dilucida questões políticas, não esclarece os representantes da nação sobre as necessidades do Estado, não dirige a opinião pública nem trata de fecundar nos

cidadãos os princípios da sociabilidade e da virtude; pelo contrário, só cuida em comunicar aos povos incautos a sua labareda revolucionária, sem propalar fatos, sem produzir razões; convida-os às escancaras para resistirem às ordens do supremo governo; ora, se isto não é crime, então nada há neste mundo que o seja. À vista destas poucas reflexões, que conceito merece a Junta de Pernambuco?

Outra circunstância notável desafia o nosso reparo. Trataram-se no *Diário do Governo* com a maior moderação algumas questões políticas; sentiu-se imediatamente ferida a nímia delicadeza de alguns Srs. Deputados, foram denunciados os escritos, oficiou-se ao governo para que mandasse proceder contra eles, houve um rebuliço que trouxe toda a gente espantada; Barata prega a revolução as bandeiras despregadas, ninguém o acusa, não se oficia ao governo, não há providências nenhuma (ao menos sabidas) a tal respeito.

Quando fazemos esta reflexão, não pretendemos dar com ela a entender que os nossos deputados participem das opiniões e favoreçam os escritos do Barata. Longe de nós semelhante ideia! Estamos, pelo contrário, bem persuadidos de que o seu silêncio nasce de considerarem tão vis aqueles escritos, que não merecem gastar com eles na Assembleia nem um minuto sequer; porém seja-nos permitido observar que, se são vis aqueles escritos na opinião do sábio, pode o ignorante reputá-los de outra sorte e ser por eles muito facilmente seduzido; se nos não iludem com as suas asquerosas invectivas, se nos rimos das suas trapças, porque, testemunhas oculares dos fatos, conhecemos o contrário de quanto eles dizem; não acontece o mesmo pelas províncias onde os povos, distantes do teatro dos acontecimentos e fáceis em ceder às primeiras impressões, são de ordinário levados por elas a graves erros.

Sentimos não podermos ocupar-nos por mais tempo neste nº com o imprópriamente apelidado *Sentinella da Liberdade*, sendo antes o apóstolo da anarquia; porém julgamos ter dito quanto é suficiente para destruir as suas escandalosas, perniciosas e intoleráveis invectivas. Os seus nºs bem-analisados dariam talvez matéria pelas galantarias e raridades que encerram para um grande *infolio*: mas para que gastar cera com tão mal defunto? Seria buscar arrancar da escuridade eterna a que será condenado este bufo e charlatão.

Sr. Redator.

Tenho lido os dois números do seu *Tamoyo* com aquela avidez de quem há muito cobiçava ver falar livremente um nosso patrício.

Quanto ao 1º nº *legi e perlegi maximá cum voluptate*; tanto mais que ele era um fiel transunto do excelente manifesto do imperador às outras nações, obra-prima de quem a meditou e desenvolveu; mas quanto ao 2º nº foi diversa a sensação que em mim produziu. Que vi eu? Atacados alguns áulicos

do imperador e todos os atuais ministros e secretários de Estado.⁵ Será justa a crítica? Será mesmo oportuna a sua publicidade? Deixará ela de incutir nos povos perigosos receios, saudades criminosas, azedume inútil, desconfianças eternas? Não seria acaso mais prudente que vossa mercê seguisse a opinião do velho e experiente Fontenelle, o qual dizia “que se tivera uma mão cheia de verdades dificultosamente a abriria toda?”⁶

Seja, pois, mais calado, Sr. *Tamoyo*, lembre-se que tem o pecado original de ser formado de barro americano,⁷ isto é, na frase europeia não se sabe a que classe de brutos animais vossa mercê pertence. Aceite o meu conselho, que ao menos é mais sincero do que o *Conselho da boa amizade*⁸ que há pouco foi impresso. Sou seu apaixonado.

Um pequeno Tamoyo.

5 Não tem razão, meu pequeno. *O Tamoyo*, ainda que saído há pouco de incultas brenhas, não é, todavia, tão rústico e grosseiro que não saiba guardar em seus escritos as leis da decência. Ele, até o presente, não tem atacado nem áulicos, nem secretários de Estado. Respeitando a uns e a outros como cidadãos ou funcionários públicos, só censurou seus erros ou defeitos; o que é livre fazer a qualquer pessoa. Se a sua crítica não foi justa, refutem-na; convençam-na de falsa com razões, porque se o fizerem com chulas ou injúrias, tremam da sua vingança, que ele os converterá em *fabulam, resumque populi*.

6 *O Tamoyo* respeita muito a autoridade do sábio Fontenelle; contudo, não é do seu parecer. A verdade nunca foi perigosa; nunca teve nem pode ter consequências funestas; e por isso longe de escassear-se, cumpre que se espalhe e difunda por toda a parte. Oxalá, que a sua voz majestosa pudesse chegar aos ouvidos de todos os cidadãos! Oxalá, que a sua cândida mão pudesse rasgar o tenebroso véu da intriga e da perfídia, e apresentar aos olhos do universo os seres abjetos que têm perturbado muitas vezes a sua face. Ah! Nós pasmaríamos, então, de horror ao ver como influi nos destinos dos impérios messalinas, válidos intrigantes, baixos e desprezíveis, derramando todo o fel da coluna sobre os cidadãos mais honrados e beneméritos da pátria, arredando-os do lado dos monarcas para melhor os arrastar ao precipício. E não será, não digo já um dever de humanidade, mas de justiça, mostrar à inocência incauta a borrasca eminente? Almas frias, cidadãos egoístas; se a sorte da vossa pátria vos não importa, importe-vos ao menos o vosso próprio interesse; importe-vos o vosso sossego, o de vossas famílias, o de toda a vossa posteridade; vigiai em torno do sagrado fogo de vossa, quero dizer da vossa independência e da vossa liberdade. Não queirais que vossos vindouros, arrastando as suas pesadas cadeias por cima de vossas sepulturas, vomitem mil imprecações contra os autores de seus dias, e amaldiçoem o momento em que lhes destes o ser.

7 Será pecado o ser formado desta qualidade de barro; mas o certo é que, não obstante a falta de bons oleiros, se tem feito dele excelentes vasos, e até de muita estima no melhor da Europa. Que importa, pois que o cego Portugal o não soubesse estimar? É muito próprio da toupeira não conhecer nem avaliar a perspicácia de Lince.

8 Ora, pois, perdoe ao pobre homem esse detestável *Conselho da boa amizade*, a cuja publicação, segundo parece, foi arrastado por infames persuasões. Seria muito justo saber-se quem o seduziu, para ser esse perverso o objeto do nosso ódio e da nossa execração; e a posterioridade conheceria até onde pode chegar o rancor de nossos inimigos, que não se pouparam a meios alguns para algar-mar-nos de novo. *O Tamoyo*.

O TAMOYO

QUINTA-FEIRA, 18 DE SETEMBRO DE 1823

*Tu vois de ces tirans la fureur despotique;
Ils pensent que pour eux le Ciel l'Amerique.*

VOLT. ALZIRE.



Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil

Continuação da sessão começada no nº 11

O Sr. Secretário Maciel da Costa leu o parecer da Comissão de Fazenda sobre os ordenados dos presidentes, conselheiros e secretários das províncias. O Sr. Duarte Silva apresentou uma emenda que foi apoiada. O Sr. Araujo Lima, outra que também o foi, falaram vários Srs. Deputados. O Sr. Teixeira de Gouvêa apresentou uma emenda, que foi apoiada, e depois de julgada a matéria suficientemente discutida, pôs-se o parecer com todas as emendas à votação em artigos separados, e foi todo aprovado com algumas pequenas alterações; e resolveu-se que voltasse à comissão para ser sua matéria inserida no projeto de lei dos governos provisórios.

O Sr. Andrada Machado apresentou e leu a Proclamação aos Povos, e entrando em questão se se devia imprimir para se discutir ou se devia ficar sobre a mesa para os Srs. Deputados a lerem e fazerem as suas observações, venceu-se que vista a necessidade de publicar-se quanto antes porquanto se referia ao projeto de Constituição que já se achava sobre a mesa para se distribuir, ficasse da mesma sorte a proclamação até o dia 13 do corrente para ser examinada e tratar-se, então, da sua aprovação.

O Sr. Presidente mandou distribuir pelos Srs. Deputados o projeto de Constituição.

O Sr. Andrada Machado propôs que a discussão dele não podia ser feita da maneira porque o regimento ordenava a discussão dos mais projetos de leis, e que era necessário que a Assembleia decidisse como se deveria fazer a dita discussão; e falando alguns Srs. Deputados a este respeito, ordenou-se que a Comissão de Constituição apresentasse o seu parecer a este respeito com urgência.

O Sr. Secretário Carvalho e Mello leu o parecer da Mesa sobre o requerimento de 2 oficiais da Secretaria da Assembleia que não venciavam ordenado e que pedem uma gratificação; falaram alguns Srs. Deputados acerca dele e, por isso, ficou adiada a decisão na forma do regimento.

Dando o Sr. Presidente por acabada a Ordem do Dia, propôs se conviria alterá-la, no caso de que a comissão apresentasse no dia seguinte o dito parecer; venceu-se que sim.

Levantou-se a sessão às 2 horas.

Sessão de 10 de setembro de 1823

Feita a chamada às 10 horas, acharam-se presentes 70 Srs. Deputados, faltando 8.

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão.

O Sr. Secretário Fernandes Pinheiro leu a ata da antecedente, alguns Srs. Deputados mandaram à Mesa as suas declarações de votos, com que foi aprovada.

O Sr. Secretário Maciel da Costa leu um officio do ministro do Império e Negócios Estrangeiros, com o qual transmitiu a correspondência havida entre ele e o marechal de campo Luiz Paulino Pinto da França, vindo no Bergantim 13 de maio, e igualmente as cartas régias expedidas pelo rei de Portugal ao dito marechal, ao brigadeiro Madeira, ao chefe da divisão João Felix e ao governo provisório da Bahia; dois officios de ministros de Estado de Portugal ao mesmo governo; e ao dito Joao Felix e um officio do dito governo a S.M.I.; falaram muitos Srs. Deputados e decidiu-se que tais papéis fossem à Comissão de Polícia Interna e à de Constituição, cujos membros se reunissem já para darem, com urgência, seu parecer.

O mesmo Sr. Secretário leu uma felicitação da Câmara de Patanguí à Assembleia, que foi recebida com particular agrado.

Leu mais um officio do ministro do Império, com o qual remete todas as consultas e papéis relativos às Mesas de inspeção pedidas pela Assembleia, e deliberou-se que fossem para a comissão respectiva em que se acha o projeto oferecido pelo Sr. Calmon para a extinção da província da Bahia.

Entrou-se na Ordem do Dia.

Propôs o Sr. Presidente se o projeto de Constituição devia ser apresentado por uma deputação ou se pelo expediente da Secretaria, houve longa discussão a este respeito, e afinal venceu-se pelo expediente da Secretaria.

O Sr. Ribeiro de Campos fez uma indicação que mandou à Mesa, na qual pedia que se ordenasse às comissões houvessem de apresentar em 8 dias os seus pareceres sobre os requerimentos de partes que ali existem; falaram muitos Srs. a este respeito, e posta à votação, foi rejeitada.

O Sr. Lopes da Gama, relator da Comissão de Petições, fez uma indicação para ser autorizada a dirigir os requerimentos de partes a duas comissões quando o objeto fosse da competência de ambas; e falando sobre ela alguns Srs. Deputados; o Sr. Presidente pôs à votação se essa direção era da competência da dita comissão, e venceu-se que sim.

O Sr. Silvestre Alves da Silva apresentou uma indicação sobre providências contra os indígenas que hostilizavam muitos lugares da província de Goiás, sendo lido pelo Sr. Secretário Maciel da Costa, a rogo do apresentante, se declarou urgente, fez-se a 2ª leitura e mandou-se para a Comissão de Colonização, Civilização e Catequese dos Índios.

O Sr. Maia, relator da Comissão de Polícia Inteira e Constituição, leu o parecer das mesmas acerca do destino do brigue *Treze de maio*, oficiais e do marechal de campo Luiz Paulino, bem como acerca do destino de vários vasos de Portugal e dos comissários que neles se esperam, e falando alguns Srs. Deputados, ficou adiada a sua decisão; como, porém, no mesmo parecer se apontavam medidas no caso de verificar-se a grave enfermidade de que se queixava o dito marechal, a Assembleia deliberou prorrogar a sessão, apesar de serem dadas as duas horas, para tratar-se de remediar ao seu estado, e falando alguns Srs. Deputados, pôs-se à votação o artigo respectivo, que foi aprovado; o qual se reduzia a dever permitir-se-lhe o desembarque para medicar-se, precedendo as cautelas e seguranças necessárias; ordenando-se, finalmente, que ficasse sobre a Mesa o dito parecer para os Srs. Deputados que quisessem o examinar e poderem falar sobre ele com conhecimento de causa.

Levantou-se a sessão depois das 2 horas.

Sr. Redator.

Quando apareceu o meu nome no *Correio* nº 21, fiquei surpreso por ver-me envolvido em questões públicas de que tinha me desviado, por estar persuadido que o trabalho de combater o despotismo era infrutífero enquanto a lei não marcasse a responsabilidade e a fizesse efetiva, V.Sa. porém, respondendo ao curioso correspondente do *Correio*, provoca o meu ressentimento e bem a meu pesar me obriga a lançar mão da pena, o que faço unicamente com o fim de esclarecer a V.Sa. e ao público sobre alguns pontos da sua reputação, que diretamente ofendem minha honra; e tanto de melhor grado entro em lite, quanto estou persuadido de que V.Sa., tendo bastante interesse em justificar o ex-ministro dos Negócios do Império, e inculcado estar bem-informado deste negócio, folgará de saber a verdade para conhecer que aquele ex-ministro obrou comigo de má-fé, ou pelo menos, com precipitação vergonhosa. Principia V.Sa., falando de mim, dizendo “que o meu chamamento

é efeito do meu ofício, e a requisição minha”. Eis aqui o primeiro erro ou engano. O meu ofício versava sobre uma deliberação do governo provisório em que discordei em voto, nele dava conta do motivo da minha discordância: tive, logo depois, o gosto de ver que S.M.I., prevenindo a causa da deliberação daquele governo, ordenara por sua Carta Régia o mesmo que eu opinei. Parece que, tendo eu previsto com acerto as disposições de S.M.I., não tinha de que justificar-me, nem tal coisa pedi ou requisitei, aliás, apareça o ofício e o público sensato que decida.

Diz mais V.Sa.: “se o empregado desempenhou ou não com zelo o seu emprego, ouça-se o Rio Grande e veremos que o dito Bernardes não fica bem”. Aqui está uma increpação graciosa da parte de V.Sa., em que diretamente me ofende sem justificado motivo, pois que eu não tive culpa de se darem ao prelo as portarias; e como nada é tão caro ao homem de bem como a conservação ileza de sua boa reputação política, mormente achando-se constituído em um emprego público de tanta monta, permita-me a liberdade de oferecer-lhe os inclusos documentos justificativos que V.Sa., por me obsequiar, conservará em seu poder por 8 dias, a fim de que sejam vistos por quem os quiser consultar e me increpa injustamente, e lhe rogo mais a especial graça de pronunciar sobre eles o seu juízo imparcial, assim como de declarar ao público sua quantidade e qualidade. Continua V.Sa. afirmando “que só no fim de 5 meses requeri sumário, e que não tinha acudido ao chamamento, e que estava na Corte há tempos e nunca apareci ao ex-ministro”. Tudo isto é inexato: fui intimado pela Portaria de 19 de novembro a 7 de dezembro; logo embarquei como devia e cheguei a esta Corte a 5 de fevereiro; apresentei-me a S.M.I. a 6; no mesmo dia ao ex-ministro, que me recebeu por procuração mandando um oficial que lhe remetesse os ofícios que declarei trazer, os quais entreguei; voltei a procurá-lo, e no espaço de 76 dias o fiz 12 vezes, tendo tido o gosto de lhe falar só duas, dando sempre a mesma resposta às minhas requisições, isto é, de que S.M.I. nada lhe tinha ordenado ainda a meu respeito! Conjecturei, então, que era certo o que dizia a voz pública de que eu estava intrigado, e da última vez que requeri se me declarasse o verdadeiro motivo por que tinha sido chamado, porque de fato vim então no conhecimento que a figurada comissão do serviço alegada na portaria era um pretexto simulado e especioso; tive por despacho a 2ª Portaria de 6 de maio, que manda proceder a sumário contra mim, por constar na presença de S.M.I. que eu não só era desafeto, como inimigo da Independência!

Portanto, Sr. Redator, eu obedeci logo ao chamamento; e na boa-fé procurei se adimplisse ao fim deste; quando me constou que era motivado por causa diversa, procurei sabe-la e requeri declaração, e não sumário; mas depois que se mandou proceder a este, não incomodei mais ao ex-ministro, aguardando com tranquilidade da inocência o seu resultado.

Eis aqui a verdade pelo que me diz respeito. Quanto à questão suscitada sobre os arbítrios do ex-ministro, quem levantou a lebre que lhe atire, que eu não me cansarei com isso, que é perder tempo; portanto concluirei esta, rogando-lhe o favor de a inserir no seu interessante periódico, pelo que muito obrigará a quem se preza ser de V.Sa. leitor e atento venerador.

Antônio Bernardes Machado
Rio de Janeiro, 6 de setembro de 1823.

Assim como fomos imparciais inserindo a carta do Sr. Bernardes Machado, assim se nos não estranhará que lhe anexemos algumas observações. 1º, ainda continuamos no mesmo erro ou engano a respeito do chamamento do Sr. Bernardes Machado; e cuidamos que ele se originou do seu ofício em que, queixando-se de imputações feitas ao seu caráter, desejava lavar-se delas. Para destruir este nosso erro ou engano, não basta a negação do Sr. Bernardes Machado; a ele, que é o interessado, cumpre mostrar o ofício que desminta o que avançamos na fé da portaria, a qual, alegando um ofício seu como causa do chamamento, envolvia, a nosso ver, tal requisição.

2º, se nos mostramos inclinados a duvidar do bom desempenho das obrigações de empregado pelo Sr. Bernardes Machado, eram abonados por direito; existiam e existem acusações contra ele de autoridades, e não apareceu ainda justificação sua; e infelizmente os papéis, que teve a bondade de nos remeter, em nada alteraram a nossa crença, ou antes dúvida. O Sr. Bernardes Machado bem conhece que atestações são documentos graciosos, que não fazem fé e não bastam para destruir as acusações que lhe são feitas; por este motivo, não nos podemos demorar em declarar o seu número e qualidade, devendo bastar-lhe que saiba o público que são atestações e nada mais, embora sejam de pessoas que serviram e ainda algumas que servem empregos públicos na província de S. Pedro.

3º, nós não duvidamos reconhecer que nos podíamos ter enganado em parte; é verdade que, pela confissão do Sr. Bernardes Machado, vê-se que não foi logo que acudiu, pois algum intervalo há de 7 de dezembro a 5 de fevereiro, em que diz chegou à Corte. Cremos que se apresentasse logo ao ex-ministro, mas como lhe não falou naquela ocasião, era natural que se não recordasse o ministro da sua vinda à Corte; e como nos afirmou um correspondente nosso, não soubesse da sua chegada senão tarde, ou mesmo nunca antes do seu requerimento sindicância. O Sr. Bernardes Machado não ignora que um secretário de Estado de duas repartições tem pouco tempo de seu; e é natural que lhe escapem muitas circunstâncias que lembram as partes interessadas. Quanto ao número de vezes que diz o Sr. Bernardes Machado procurar ao ex-ministro, não desejamos embicar com a sua veracidade, que estamos prontos

a reconhecer: ao ex-ministro, e não a nós, é que importaria questioná-lo. Seja como for, corrigindo o nosso engano, nada se ofendem os nossos argumentos, ou soubesse o ministro tarde, ou nunca antes de maio, sempre não esteve o Sr. Bernardes Machado cinco meses antes da decisão, como afirmou o Anti-Tamoyo; pois, apesar de toda a concessão, são 76 dias e não 5 meses os dias da sua demora.

O T A M O Y O

SÁBADO, 20 DE SETEMBRO DE 1823

*Tu vois de ces tirans la fureur despotique;
Ils pensent que pour eux le Ciel fit l'Amerique.*

VOLT. ALZIRE.



Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil

Presidência do Sr. Barão de Santo Amaro

Sessão de 11 de setembro de 1823

Feita a chamada às 10 horas, acharam-se presentes 69 Srs. Deputados, faltando 9.

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão.

O Sr. Secretário Carvalho e Mello leu a ata da antecedente, e foi aprovada. O Sr. Secretário Maciel da Costa deu conta que na Mesa se achava um ofício do Sr. Martins Bastos, em que dá parte de doente, e pede 15 ou 20 dias de licença; decidiu-se que ficava a Assembleia inteirada, e concedeu-se a licença pedida.

Deu parte que se achava mais um requerimento de um cidadão em que, por seus serviços, pedia um de vários empregos que apontou; remeteu-se à Comissão de Petições para dar-lhe a competente direção.

Entrou-se na Ordem do Dia.

O Sr. Secretário Maciel da Costa leu cada uma das adições da tabela das leis feitas pelas Cortes de Portugal que a comissão havia apresentado como necessárias, visto que não se opunham ao sistema do Império do Brasil, e falando muitos Srs. Deputados acerca delas foram aprovadas as duas primeiras; e oferecendo o Sr. Rodrigues de Carvalho uma emenda de supressão à parte da terceira, o Sr. Silva Lisboa outra emenda, e o Sr. Andrada e Silva outra, foram todas apoiadas e, falando sobre elas alguns Srs. Deputados, ficou a matéria adiada por ser dada a hora.

O Sr. Araujo Lima, relator da Comissão de Constituição, leu o parecer sobre a maneira com que deve ser discutido o projeto de Constituição; o Sr. Vergueiro apresentou uma emenda e, querendo alguns Srs. Deputados falarem contra o mesmo parecer, ficou adiado na forma do regimento.

O Sr. Andrada e Silva apresentou um requerimento pedindo 3 meses de licença para em ares pátrios reestabelecer-se das enfermidades que tem sofrido, e que ora sofre, com declaração de que se for sentido aqui mesmo esse reestabelecimento, não usará da dita licença; foi mandado à Comissão dos Poderes.

O Sr. Secretário Maciel da Costa leu a indicação adiada do Sr. Francisco Carneiro, em que exige que se officie ao governo para pedir informações sobre as províncias, e sobre elas recair a suspensão dos tributos com que a carne e farinha de mandioca se acham gravadas, revertendo tais impostos para outros gêneros que não sejam da 1ª necessidade; falaram muitos Srs. Deputados; o Sr. Montezuma apresentou uma emenda, que não foi apoiada; e posta a indicação a votos foi aprovada, ordenando-se que se officie ao governo para com urgência exigir as ditas informações.

Levantou-se a sessão às 2 horas.

Resenha analítica dos periódicos da Corte da semana passada

*"This hard to say, if greater want of skill
Appear in writing or in judging ill;
But of the two, less dangerous is th' offence
To tire our patience, than mislead our sense."*

Pope. *Essay on Criticism.*

Principiaremos, desta vez, a nossa "resenha" pelo celeberrimo *Correio do Rio de Janeiro*, cujas folhas (já se sabe) constam em grande parte de extratos do anarquista Barata e das costumadas, e sempre as mesmas, criminações contra os ex-ministros e secretários de Estado Andradas. Diz o Barata, segundo o extrato que dele fez o *Correio* no nº 32, que o ex-ministro José Bonifácio "serviu-se dos liberais para poder fundar o Império, e depois, usando de manha e má-fé, deu cabo de todos para ficar em campo praticando o mais sujo artefato e horrorosas perfídias, a fim de reedificar novamente o templo do despotismo". Não podemos reprimir o riso todas as vezes que encontramos com passagens dessa natureza, em que os denominados "liberais", cheios de ridículo orgulho, se atribuem poderosa cooperação na fundação do Império. Muito nos custa ver que as autoridades consintam mudas à reprodução de semelhantes escritos, que não só ofendem o decoro do imperador, porém o da nação, dando a entender ao mundo que o grande edifício do Império foi obra de uma súcia. Que influência podiam ter em objeto de tanta ponderação homens cuja escandalosa vida era tão notória? Julgue-se da qualidade da gente pela grandeza da sua impostura!

Diz o Barata que o ex-ministro "deu cabo dos liberais"; não foi assim, pelo contrário, tratou-os com demasiada brandura. E que liberais eram eles? Eram

da tempera do Barata, homens de “tão boa-fé” que, tendo contestado a validade do juramento prévio do Brasil à Constituição de Portugal, quiseram obrigar S.M.I. a juramento semelhante à Constituição que fizesse a nossa Assembleia! E blasonam de honra e de virtudes esta infame escória da sociedade, pronta a praticar, lá para os seus fins particulares, toda a casta de contradições e de baixezas!...

Depois daquela tirada contra os ex-ministros, porque não deixaram os liberais à solta, como se diz que anda o “diabo em dia de S. Bartolomeu”, leva o Barata muito a mal que o ex-ministro da Fazenda dirigisse ao governo de Pernambuco ordem para que continuasse a remeter para esta Corte os 35 contos de réis mensais, como antigamente costumava; e logo em seguimento disto acrescenta que a “tirania em outro tempo arrancava à província o último vintém, a ponto de só haver miséria em tal extremo, que muitos soldados andavam mendigando o pão para comer, vagavam sujos, rotos e miseráveis, como vis escravos dos mouros”. Ninguém ignora onde leva o fito esta simulada compaixão, nem também pretende que a honrada e briosa tropa e funcionários públicos padeçam hoje as mesmas privações que antigamente. Quando o ex-ministro passou aquela ordem, foi decerto bem-informado de que as rendas de Pernambuco chegavam não só para a manutenção da Força Armada e mais despesas da administração da província, mas ficava ainda um acréscimo talvez maior do que a soma exigida; e sendo incontestável que o Rio de Janeiro, como centro do Império, tem suprido não só com dinheiro a algumas províncias cujos rendimentos não igualam as despesas, mas até a outras com apetrechos de guerra para sua defesa; razão parece que aquelas, onde há sobras, as remetam para a capital, onde se convertam em objetos do interesse e necessidade geral do Império. Se não houver esta recíproca coadjuvação, em que consistirá a união, essencial à existência do Império? Em palavras ocas, e é isso o que o Barata exatamente quer. Quem sabe se o Barata que se ofereceu para ser rei de Portugal por 12.000\$000 réis anuais não promove, mas debalde a divisão de Pernambuco, para se arvorar em rei de copas naquela província? A experiência tem mostrado que os “liberais” do molde do Barata aspiram sempre a coisas grandes; não porque os mova a ambição do proveito próprio, mas sim o “bem da humanidade”!

À vista disto, é evidente que o enlace das províncias com o Rio de Janeiro, por meio de relações pecuniárias, não é para que aquelas sofram “as injustiças deste”, como o Barata afirma; aquele enlace tem utilidades que a má-fé do escritor manhosamente oculta; e sem essa e outras relações, é de todo nula a união das províncias em um só corpo político com a denominação de Império. Em lugar de andar o Barata a despertar desconfianças e animar povos contra as autoridades legítimas, e o *Correio* a assoalhar as suas infames doutrinas e gratuitas criminações, fora melhor que se declarassem já... Quanto à agourada

falha do Banco do Rio de Janeiro, leia o folheto de José Antônio Lisboa, que nesta Corte imprimiu em 1822, e não se assuste, porque nada há de acontecer.

Lemos no nº 34 do mesmo periódico uma carta assinada por um Mosquito pernillongo, em que se pretende refutar o nº 6 do *Tamoyo* sobre a questão das devassas. Pergunta o Mosquito: “nas monarquias constitucionais não há uma lei que é resumo de todas as leis, a salvação do Estado?” Daqui conclui ele: “pois foi desta lei constitucional que S.M.I. fez uso quando lavrou o Decreto de 16 de julho. O Império estava abalado com o efeito das devassas, e as comoções populares próximas a arrebentar com a violência da opressão ministerial”. Concedemos gratuitamente tudo isto: que mais quer o Mosquito? Responda-nos, porém, agora: quem eram os agentes promotores dessas “comoções populares”, que nunca haviam de acontecer, mas, todavia, se tentava agitar? Os implicados nas devassas e os seus aderentes. De que armas se serviam para isto? Das mesmas de que usa o Barata. Ora, assente o Mosquito que, se o ex-ministro do Império tivesse as entranhas que seus inimigos dizem, já os “pernilongos” não zuniriam aos nossos ouvidos, sem, contudo, faltar a lei nenhuma constitucional.

Deixando agora o *Correio*, com quem temos perdido muito tempo, vamos ao nº 14 da *Sentinella da Liberdade à Beira Mar da Praia Grande*, sobre a qual só temos que notar parecerem-nos exagerados os louvores que seu redator ali faz à polícia. Não queremos com isto dizer que tanto o comandante como o imediato daquele corpo sejam menos dignos de toda a honrosa consideração; antes, pelo contrário, merecedores são dos elogios de seus concidadãos e dos bons créditos que do público gozam, e isso baste; o que afirmamos é que a polícia está bem longe da perfeição em que se deve desejar, não para vexame dos cidadãos, mas para segurança deles e freio dos malvados. Em Lisboa asentaram que a polícia era incompatível com o liberalismo do sistema constitucional; se as instituições devem ser condenadas por causa dos abusos que delas se tem feito, ou pode fazer, nada será permitido.

O nº 15 do mesmo periódico nos oferece uma carta assinada por cem Matronas da Paraíba, e dirigida ao Barata, honrando-o “pelas indubitáveis provas de patriotismo e liberalismo que têm patenteado aquele escritor à face do universo”. Não sabíamos que houvesse na Paraíba tantas matronas que assinassem de cruz.

Lemos no nº 11 do *Sylpho* uma carta com a assinatura de Observador Constitucional. Posto que o autor da carta avança divisar pouco ardor na empresa de instruir a nação quando, pelo contrário, a nossa Assembleia está tratando desta matéria com o maior desvelo, não podemos deixar de elogiar a sua lembrança, e grande seria a nossa satisfação se, em lugar de questões puramente abstratas e de personalidades injuriosas e gratuitas, empregassem os verdadeiros amantes da pátria a sua pena em assuntos de igual utilidade.

Muito estimamos também ver que a nossa opinião perfeitamente coincidia com a do autor de outra carta que se lê no nº do mesmo periódico, pág. 53, mas aquele correspondente terá, como nós, o desgosto de saber que apenas os Andradas deixaram o ministério não só se levantaram sequestros feitos a súditos de Portugal, como aconteceu a Vicente de Sá Rocha, antes de se achar liquidado o seu procedimento, de cujo negócio estava encarregado o ministro da Justiça; que por uma portaria se mandaram pagar das somas sequestradas letras a favor de um terceiro, sacadas por súditos portugueses; que há um jogo escandaloso de portarias do ministro da Fazenda acerca do brigade *Victoria* e de outros que já se achavam sequestrados; que finalmente até se duvidou se deviam continuar os sequestros; o que deu motivo a uma correspondência sobre a qual S.M.I. decidiu que se procedesse na forma decretada.

Ah, doutor Pangloss, doutor Pangloss! Pudesses tu criar em mim um novo Cândido, e persuadir-me ser este o melhor dos mundos possíveis!

Chega à nossa mão uma brochura intitulada *Coup d' Oeil Sur Cayenne* (Golpe de vista sobre Cayenna), por Mr. Vignal, habitante daquela colônia, impressa em Paris, em abril de 1823. E achando a páginas 40 e seguintes o mais completo e não suspeito elogio feito à administração que para ali mandou o governo passado, e de que era chefe, e com imensos poderes, um nosso compatriota, pareceu-nos muito digno do tempo presente, em que é indispensável que a opinião pública preencha o importante ofício de censor para joear e acrisolar o merecimento dos cidadãos, os trasladar aqui esse elogio de um estrangeiro, e até para mostrar que, empregando-se no serviço da nação homens honrados e inteligentes, eles são capazes de corrigir praticamente os defeitos do sistema do governo e das leis; e, pelo contrário, homens maus, com o melhor sistema de governo, e com as melhores leis, são capazes de tudo paralisar, e mesmo inutilizar.

Fala Mr. Vignal

“Quando os portugueses tomaram Cayenna, que foi uma verdadeira especulação comercial em favor do Brasil, eles trataram o país com tal jeito que forma um singular contraste com os usos e costumes da administração francesa que lhes sucedeu – É, sem dúvida, penoso ter de fazer o elogio dos estrangeiros à nossa própria custa, mas, à parte todo orgulho nacional, por que motivos tememos nós trazer à memória os atos de sua administração, se da confrontação deles com os nossos podemos tirar proveito? A ordem, a economia e o desinteresse presidiram a conduta dos agentes do governo português. – Eles animaram o comércio por operações sempre combinadas com vistas no interesse local, dando, ao mesmo passo, ao comércio estrangeiro,

toda a proteção necessária para dilatar as relações da colônia, e segurar a saída de seus gêneros – Conservaram os impostos que acharam estabelecidos, mas não criaram nenhum novo. Nunca a exação deles foi rigorosa; o cultivador nunca viu sua propriedade ameaçada de ser invadida; muito pelo contrário, a mais ilimitada latitude, as facilidades menos usadas nas nossas práticas fiscais lhe eram concedidas para solver sua dívida. Se acaso havia contestações entre o devedor e os agentes do fisco, eram sempre decididas em favor do colono.

O chefe da administração professava o princípio que era da essência do regime colonial, que a vantagem do príncipe cedesse à dos particulares – em uma palavra eles tiveram a discrição de aproveitarem tudo o que lhes pareceu bom, sem aspirar à perigosa honra de desfazer para reconstruir. O estado presente das coisas em Cayenna me parece demonstrar a preferência absoluta dos princípios deles sobre nossas teorias, pois é por meio de mudanças e inovações destruidoras umas das outras que esta desgraçada colônia está no declive de sua ruína.”

Quanto vale um só homem de juízo empregado no governo!

O TAMOYO

TERÇA-FEIRA, 23 DE SETEMBRO DE 1823

*Tu vois de ces tyrans la fureur despotique;
Ils pensent que pour eux le Ciel fit l'Amerique.*

VOLT. ALZIRE.



Em nenhuma época da nossa Independência se tornou tão necessário o desenvolvimento da mais fina política do ministério, como aquela em que atualmente estamos. As grandes potências do continente europeu atacam, sem o menor reboço, as liberdades de uma nação da península para alterarem a seu bel prazer a Constituição que ela mesma formou; Portugal derubra sacrilegamente a sua Constituição e curva-se outra vez ao tirânico poder absoluto, seduzido pelas esperanças traidoramente insinuadas de que, mudando para o seu atual sistema, com facilidade se lhe unirá o Brasil; que deve, pois, este esperar daquelas potências? Inimizade, e nada mais.

Quando não tivéssemos outras razões que nos induzissem a pensar deste modo, bastava refletir que, fazendo aquelas potências do continente da Europa sanguinolenta guerra aos princípios liberais, e sendo em princípios liberais que se funda a nossa Independência; princípios que não admitem direito de conquista, nem carunchosas preeminências metropolitanas, mais ou menos tarde se faria a guerra ao Brasil; mas hoje não há só meras conjecturas, já existem fatos, e sobre eles passamos a chamar a atenção do ministério, que vemos como entorpecido; e de todos os nossos leitores, a fim de que cada um concorra com o que estiver da sua parte em benefício da salvação da pátria ameaçada.

Ninguém pode duvidar que um dos mais poderosos estímulos que produziram a contrarrevolução de Portugal foram as insinuadas esperanças da nossa união àquele reino. Se isto assim não é, expliquem-nos de outra sorte como era possível que os negociantes daquele reino mandassem para aqui tão depressa as suas embarcações e gêneros; não obstante saberem da existência de uma guerra aberta e de um confisco sobre quanto é propriedade portuguesa. É incrível que os comerciantes se expusessem a tanto, não dizemos sem aquelas esperanças, mas até sem uma caução do governo.

O 2º fato é vergonhosíssima circular do ministro dos Negócios daquele reino ao governo da província de Pernambuco, a qual se publicou no nº 55 do 2º vol. do *Diário do Governo* desta Corte. É tão verdade existirem as esperanças da nossa união a Portugal e ter o maquiavélico governo daquele reino como tão segura e infalível esta união, que, abatendo o Brasil da qualidade até de reino unido, que dantes era, e sem a menor contemplação com o regente que o Sr. D. João VI nos deixou, dirigiu o referido documento aos governos das nossas províncias, como se essas províncias tivessem em Lisboa, e não no Rio de Janeiro, o seu centro político. Não será inútil refletir que, apesar de dizerem os redatores do *Diário do Governo* esperar-se que semelhante atentado ao decoro de S.M.I. e da nação brasileira fosse energicamente repellido pelo nosso ministério, até agora não tem respirado coisa por onde o público reconheça ter-se vingado, como cumpria, a dignidade nacional ultrajada.

O 3º fato tornará ainda mais palpável esta verdade. Chega Luiz Paulino à Bahia, dali vem ao Rio de Janeiro; e para quê? Não para reunir-se a pessoas que S.M.F. para aqui mande, com caráter diplomático, a tratar conosco, e poderes de reconhecer a nossa Independência e Império; mas sim para “juntar-se a pessoas de confiança daquele monarca”, as quais vêm em comissão dele. Muito temos que rir, se estas pessoas vêm tomar conhecimento da conduta de S.M.I. e dos defensores da causa do Brasil, como é costume ir uma comissão de desembargadores devassar de qualquer autoridade!

Proxada como fica a existência das esperanças que Portugal nutre de ter ainda o Brasil unido a si; e sendo de esperar do brioso caráter de nossos concidadãos que não cedam a tão vergonhosa e humilhante pretensão, a consequência necessária desta oposição de sentimentos e de interesses é a guerra; mas esta guerra será só Portugal quem a faça?

Era muito fácil responder a esta questão, ainda quando para isso não tivéssemos mais do que simples conjecturas. O que é a guerra intestina da Espanha? Uma guerra entre duas grandes divisões daquela monarquia. O que será a guerra entre Portugal e Brasil no conceito das potências que nos não têm reconhecido independentes? A mesma coisa. Ora, se a Santa Aliança se crê legalmente autorizada para intervir com as armas nos negócios da Espanha, é coerente com tais princípios que intervenha também nos negócios de Portugal com o Brasil. Não tem as nossas circunstâncias tanta analogia com as da Espanha? Não será a antiga parte de uma monarquia que quer, pode e deve ser livre, lutando com a opressão da outra parte, para conquistar essa liberdade porque suspira, e com a qual só pode ser feliz?

Passando, porém, de conjectura ao positivo, é hoje voz geral que o rei de Portugal escrevera ao nosso imperador uma carta prometendo confirmar-lhe os poderes com que o tinha deixado regente do Brasil, e conceder-lhe ainda outros mais amplos, contanto que abandonasse o título de imperador; e amea-

çando com a Santa Aliança a sua augusta pessoa, quando assim o não fizesse. Logo se deve esperar que as grandes potências continentais da Europa tomem também uma parte mais ou menos ativa contra nós.

Nesta conjuntura tão delicada, parece-nos que o primeiro cuidado do nosso amadornado ministério devia ser enviar seus agentes às nações estrangeiras, principalmente à França e Inglaterra; fazer-lhes um manifesto da inalterável resolução dos brasileiros de não descerem da sua dignidade; e solicitar delas uma resposta categórica, ou ao menos todas as clarezas precisas, sobre o seu comportamento, no caso de que continuem a nosso respeito às iníquas pretensões de Portugal.

Uma vez que pela resposta das nações se coligisse que a Santa Aliança direta ou indiretamente influía na contenda de Portugal contra o Brasil, seria preciso lançar imediatamente os olhos sobre a Inglaterra, e contratar com ela uma aliança contra toda a agressão. A justiça da nossa causa, a homogeneidade dos princípios que a Inglaterra e o Brasil professam, a facilidade com que pode socorrer-nos, e ao mesmo tempo os justos receios que deve causar-lhe o excessivo aumento da preponderância continental, e o grande progresso da Marinha da França, tudo parece vaticinar bom resultado a qualquer tentativa desta natureza; e sobretudo os interesses dela mesma tanto mercantis como políticos devem agourar bom êxito a tais negociações.

No negado caso de que a Inglaterra não quisesse anuir às nossas proposições, nem por isso desesperaríamos da salvação da pátria, fazendo aqueles que têm o leme do Estado todos os esforços que pode exigir conjuntura tão melindrosa. Nós estamos certos de que não seria dificultoso formar então uma liga continental americana que se opusesse ao ímpeto da ambição europeia.

Pode-se objetar a isto não haver pessoas capazes para semelhantes comissões; porém nós negamos o pressuposto. Como se acreditará que uma nação com tantos tribunais supremos, com tantos conselheiros, não tenha homens capazes para uma comissão? Porém, quando semelhante falta existisse, tirar-se-ia daqui mesmo o proveito de criar diplomáticos; sendo este ainda mais um motivo para que se façam aquelas missões diplomáticas.

Queremos ainda supor que há falta de pessoas que desempenhem aqueles negócios; assim mesmo serão úteis as missões diplomáticas; se os agentes forem inábeis para aquilo, não o serão decerto (salvo se nomearem homens completamente imbecis) para referirem o que a nosso respeito se passa pelas mais nações. Por ventura temos alguma ideia disso? Será também para isso necessário algum Talleyrand ou algum Castlereagh?

Porém, ainda que muito natural seja o plano que acabamos de desenvolver, não nos lisonjeamos de que ele tenha o desejado efeito sem uma condição essencialíssima, que vem a ser a reunião de todos os ânimos para a defesa. É necessário que se desterrem de entre nós para sempre odiosas rivalidades,

mantidas em grande parte pela confusão e má inteligência dos vocábulos: portugueses que sincera e afincadamente adotaram o Brasil por sua pátria no princípio da luta da Independência, brasileiros são; todos, pois, devem concorrer, quanto, e por todos os modos que lhes for possível, para a grande causa comum, para a salvação da Independência nacional, que se acha gravemente ameaçada. Contra eles nenhum brasileiro deve alvergar o menor sentimento de desconfiança; a salvação do Brasil é a salvação deles; eles devem considerar-se como ainda mais obnoxios ao ressentimento dos seus cruéis compatriotas, e ficar convencidos que serão as primeiras vítimas. União e conciliação entre os diferentes povoadores do Brasil são a âncora principal da nossa salvação. Ah! Praza a Deus seja praticável este postulado, de que tanto depende a saúde do corpo político brasileiro.

Sr. Redator.

Valha-me Deus, Sr. Redator, onde me abrigarei dos males que ameaçavam, e aos demais cidadãos do Brasil? Um ministério desvairado, inepto, e que às vezes parece corrompido, rasga-me a alma de dor; volto-me para a Assembleia a ver se com o bálsamo da sua sabedoria cicatrizam-se-me as feridas, que fez a administração, e tresdobrada é a dor ao ouvir os desvarios de alguns Srs. Deputados. Se um ministro dá a seu parente, para morar, casas por preço três vezes menor do que aquele que ofereciam, como fez o da Fazenda a seu afino Gordilho; se outro é tão descuidado, que se deixa passar por nossas fortalezas uma embarcação de guerra com bandeira portuguesa inimiga; deitam abarra adiante de tudo os discursos de alguns Srs. Deputados, nos quais, com desprezado senso comum, gramática, lógica e religião do juramento, se propunha nada menos que destruir a integridade, unidade e indivisibilidade do Império, e reduzir o Brasil à fraqueza, dissolução e anarquia por confederações não desejadas. Cuidarão alguns Srs. Deputados que lhes é lícito desarrazoar e solapar o edifício social porque não tem a temer responsabilidade legal? Não certamente; se desta escapam, aguarda-os a da opinião pública, que conquanto se possa seduzir por prejuízos de momento, no fim das contas é retificada pelo padrão da utilidade geral. Não sei se julgarão temeridade em mim a sem cerimônia da censura; eu ao menos assim não creio, e julgo-me com direito de emitir a minha opinião sobre atos, que tanto me tocam, e por isso é que vou às galerias e aturo o sem sabor de discussões minuciosas. Sou seu venerador.

Um das galerias

Sr. Redator.

Pelas notícias chegadas de Portugal consta-me que grassava ali uma peste horrível, e tão geral, que muito poucas pessoas haviam escapado de seus estragos. Os efeitos que ela produziu foram diferentes, conforme o caráter e estado moral dos indivíduos empestados; uns ficaram furiosos, como um certo Silveira, a quem primeiro atacou na província de Trás-os-Montes; outros inteiramente mudos, de maneira que não ousaram proferir uma só palavra; outros com fala sim, mas desgraçadamente privados do juízo, de sorte que só diziam asneiras, como por exemplo: “viva o rei absoluto!”. De todos os seus efeitos, porém, o que mais me horrorizou foi o que ela produziu em alguns militares, e um deles fidalgo; os quais apenas foram tocados do mal, perderam inteiramente a figura humana e converteram-se em bestas, e tão domésticas e ensinadas que elas mesmas se meteram no carro do rei, e sem cocheiro nem açoitador se puseram a tirá-lo por longa distância; ação esta de que o mesmo povo, apesar de enfermo também, se envergonhou tanto que não quis essa noite aparecer com eles no teatro, aonde foram muito ufanos congratular-se do seu novo e heroico serviço. Que lástima, disse eu comigo mesmo! Será possível que uma profissão tão nobre, como a das armas, tenha decaído assim do seu primeiro destino? Que diriam os Castros e Albuquerque, e todos os antigos portugueses, se pudessem ressuscitar e ver a que ponto de baixeza e de humilhação haviam chegado seus descendentes? – “Outra vez de pejo morreriam.”

Ao tempo em que eu estava carpindo-me desta desgraça, eis que chega um amigo meu, homem sisudo; e sabendo o motivo da minha consternação, disse-me com muito sossego, e sorrindo-se: – Não se aflija, Sr. Fuão; o fim primitivo da profissão de soldado é, como todos sabem, defender o Estado dos ataques externos e manter a tranquilidade no seu interior, quando para isso é requerido pelas autoridades competentes e na forma da lei; para isto só é que ela deve obedecer a seus superiores; para isto só é que a nação lhe paga; porém, quando se deslizam deste dever e exorbitam da esfera de seus destinos, perdem toda a sua alta nobreza; porque então facilmente se prostituem aos caprichos de um déspota. Porque se espanta vossa mercê que a tropa de Portugal não só derrubasse a Constituição, que ela mesma defendia e mantinha, mas ainda caísse no mais abjeto servilismo, se outro tanto fez ela aqui em menos de seis meses? Não se lembra que ela foi a que obrigou o Sr. D. João VI a jurar a Constituição, tal qual se fizesse, no dia 26 de fevereiro, e que logo depois passou a cometer um atentado tão horroroso, como o da Praça do Comércio? Não se lembra que daí a dias, querendo levantar a excomunhão política, a que se achava reduzida por aquela atrocidade, foi novamente fazer a encamisada do dia 5 de junho, e obrar na razão inversa de tudo quanto fizera? Não se lembra finalmente dos incômodos e desgostos que nos causou o infame Avilez com

o bando de salteadores que ele comandava? Logo, não há razão de espantar-se, e quando a houvesse, deveria ser antes do que passa por certo agora; e é, segundo corre, a mistura que pretendem fazer desta boa gente com a nossa honrada tropa. Dizem-me que para os nossos batalhões já mandaram três oficiais dos vândalos que estiveram na Bahia e que desertaram do seu corpo por 60 réis, com que se apontou a cada um deles. Ora, prescindindo de ser esta gente inimiga nossa, ao menos há bem pouco tempo, e de não devermos, portanto, fiar-nos dela, que caráter podemos esperar que tenham semelhantes indivíduos, que se deixaram comprar e traíram o seu partido por tão pouca coisa? É possível que homens destes tenham patriotismo e brio? Entretanto, eles vêm preterir militares brasileiros e honrados que não se deixam comprar por dinheiro nenhum; e talvez, talvez algum dia apareça o diabo e os convide a tomar as armas contra eles e contra nós. Ah! Meu amigo, no país ainda há muito “chumbismo”, e agora mais que nunca; cumpre derrete-lo, e do contrário seremos esmagados por ele.

Ora eis aqui, Sr. Redator, o que me disse o tal amigo; se é assim ou não, julgue-o vossa mercê; e se quiser, publique esta, no que me fará favor.

Seu servo, o Tobayara

O TAMOYO

QUINTA-FEIRA, 25 DE SETEMBRO DE 1823

*Tu vois de ces tirans la fureur despotique;
Ils pensent que pour eux le Ciel fit l'Amerique.*
VOLT. ALZIRE.



Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil

Sessão de 11 de setembro de 1823

Presidência do Sr. Barão de Santo Amaro

Feita a chamada às 10 horas, acharam-se presentes 71 Srs. Deputados, faltando 7.

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão.

O Sr. Secretário D. Nuno leu a ata da antecedente, que foi aprovada com uma pequena alteração. O Sr. Secretário Maciel da Costa leu um officio do ministro dos Negócios do Império e Estrangeiros em que dá parte que, se tendo verificado pelo médico Amaro Baptista Pereira a enfermidade do marechal de campo Luiz Paulino e a necessidade de seu desembarque, fora este concedido para casa de seu cunhado o desembargador Antonio Garcez, para onde fora acompanhado por um official da Marinha, e que se officiará ao ministro da Guerra para o fazer guardar e evitar toda a comunicação com outras pessoas fora da família; ficou a Assembleia inteirada.

Declarou mais, que na Mesa se achava uma parte de doente dada pelo Sr. Araujo Vianna.

Entrou-se na Ordem do Dia.

O mesmo Sr. secretário leu o parecer da Comissão de Constituição acerca da maneira por que se discutiria o projeto de Constituição; falaram alguns Srs. Deputados; o Sr. Rodrigues de Carvalho ofereceu uma emenda, que foi apoiada; falaram mais outros, e por ser dada a hora, ficou adiado.

O Sr. Maia, relator da Comissão de Legislação, leu um parecer acerca do requerimento dos negociantes, em que pedem a revogação do Decreto de 11 de dezembro de 1822, na parte relativa ao sequestro dos bens dos habitantes do Reino d'Angola, e neste parecer pede à comissão que se exijam do governo certas informações; foi aprovado.

Leu outro sobre o requerimento de João Gonçalves Duarte, em que pede prorrogação de tempo para a administração da casa do falecido José Teixeira de Mello, no qual se lhe concede mais um ano; e por haver quem quisesse falar sobre ele, ficou adiado e sobre a Mesa para os Srs. Deputados o examinarem até o dia 17.

O Sr. Araujo Lima, relator da Comissão de Constituição, leu o parecer sobre o nº de deputados com que deviam haver sessões da Assembleia, declarando-se a resolução tomada a tal respeito em diversa época; e por haver quem quisesse falar contra, ficou adiado.

Levantou-se a sessão às 2 horas.

Sessão de 13 de setembro de 1823

Presidência do Sr. Barão de Santo Amaro

Feita a chamada às 10 horas, acharam-se presentes 68 Srs. Deputados, faltando 10.

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão.

O Sr. Secretário Fernandes Pinheiro leu a ata da antecedente, e foi aprovada.

O Sr. Secretário Maciel da Costa declarou não haver expediente.

Entrou-se na Ordem do Dia.

O mesmo Sr. Secretário leu o parecer da Comissão de Constituição sobre a maneira de discutir-se o projeto de Constituição. O Sr. Araujo Lima ofereceu uma emenda; o Sr. França, outra; e ambas foram apoiadas; falaram vários Srs. Deputados e, julgando-se a matéria suficientemente discutida, o Sr. Presidente pôs à votação o parecer tal qual estava; não foi aprovado; e pondo à votação a supressão da 1ª discussão determinada no regimento; foi aprovada.

Pôs mais à votação a emenda do Sr. Rodrigues de Carvalho, foi aprovada; sendo em consequência o projeto discutido duas vezes, e tendo em cada uma delas cada deputado a liberdade de falar duas vezes em cada artigo. O Sr. Alencar e o Sr. Andrada Machado ofereceram duas indicações, que foram apoiadas, e depois de julgada sua matéria suficientemente discutida, postas à votação foram aprovadas, para que as emendas oferecidas na 1ª discussão do projeto só sejam atendidas quando apoiadas por 10 Srs. Deputados, e as oferecidas na 2ª devam ser apoiadas por 20 para entrarem em discussão.

O Sr. Secretário Maciel da Costa leu a proclamação feita pela Comissão de Constituição; falaram contra algumas partes dela os Srs. Lopes da Gama, Vergueiro e Montezuma; foram combatidos pelos Srs. Andrada Machado e Ribeiro d'Andrada; e por dar 2 horas, ficou a matéria adiada.

O Sr. Presidente declarou que tinha chegado à Mesa um ofício do ministro da Guerra que continha matéria urgente, e propôs à Assembleia se convinha em que se prorrogasse a hora para ser lido; e convindo ela na dita prorrogação, o Sr. Secretário Maciel da Costa leu o dito ofício, em que pedia à Assembleia providências sobre a representação do governo da província de S. Paulo, que dava parte de uma conjuração e desobediência às ordens de S.M.I., a qual conjuração tinha-se suprimido, e que fora necessário mandar-se que a tropa fizesse o serviço municida, e sobre o que o mesmo governo mandara devassar; e sendo lidos todos os papéis que acompanharam o dito ofício, decidiu-se que fosse tudo à Comissão de Justiça Civil e Criminal para dar com urgência o seu parecer e sobre ele deliberar-se.

O mesmo Sr. Secretário deu parte que na Mesa se achava uma participação do Sr. Deputado Francisco Carneiro de haver falecido sua mulher, pedindo licença para conservar-se em casa pelos dias de nojo; foi concedida. Igual parte se achava do Sr. Carneiro de Campos que teve o mesmo destino.

Levantou-se a sessão às 2 horas.

Sessão de 15 de setembro de 1823

Presidência do Sr. Barão de Santo Amaro

Feita a chamada, acharam-se presentes 71 Srs. Deputados, faltando 7.

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão.

O Sr. Secretário Carvalho e Mello leu a ata da antecedente, que foi aprovada; alguns Srs. Deputados mandaram à Mesa suas declarações de votos.

O Sr. Secretário Maciel da Costa leu dois ofícios do ministro da Guerra, com a remessa de ofícios dos governos das províncias de S. Pedro e do Rio Grande do Norte sobre a criação de um batalhão de milícias e de um corpo para oposição às incursões dos selvagens; foram remetidos à Comissão de Marinha e Guerra.

Deu parte que na mesa se achavam participações de moléstia dos Srs. Deputados Rodrigues Velloso e França.

Entrou-se na Ordem do Dia.

O mesmo Sr. Secretário leu o parecer da Comissão de Constituição sobre o nº de deputados que deviam fazer casa, a qual opinou que, com o de 52, sem distinção de matéria, revogada a deliberação com o de 46, por cessarem as razões que então houve; falaram muitos Srs. Deputados, ofereceram-se emendas e, ao final, foi aprovado o dito parecer.

Passou-se à 2ª parte da Ordem do Dia.

Continuar-se-á.

No nº 8 do nosso periódico, publicamos uma carta de um de nossos correspondentes assinado Payagua, em que se fez a análise de várias portarias, decretos e procedimentos do Exmo. Ministro da Fazenda, com tanta perspicácia e, ao mesmo tempo, delicadeza, que não podemos deixar de elogiá-la, como um modelo perfeito neste gênero de escrita. O seu autor (quem quer que seja) apresenta nela os erros e aberrações do ministro e as suas violações da lei com tanta particularidade que nada deixa a desejar. Não escapou à sua penetração a mais pequena circunstância, por onde pudesse mostrar a ilegalidade e perniciosa tendência dos atos censurados, e isto sem mistura de personalidades, nem o menor sinal de acrimônia. A sua pena só parece dirigida pelo zelo do bem público, pelo amor da sua pátria, cuja desgraça futura enternece e magoa sobremaneira o seu coração. E qual será o brasileiro honrado que não participe também da sua dor e não repita com ele: *Oh! My country!* Oh! Minha pátria!

Quando chegou a nossa notícia, a nomeação do atual ministro da Fazenda, folgamos de alguma sorte com ela, por ser o nomeado brasileiro e desmentir-se por este ato uma proclamação em que se pretendia inculcar a S.M. o Imperador por enganado no sistema que seguira; mas nem por isso auguramos bem das qualidades do eleito. Educado na escola antiga e sobretudo na do memorável Targine, de quem, todavia, não era amigo, e tendo sumamacia para deixar de resistir aos embates do poder e da lisonja, nos pareceu logo que ele faria reviver o detestável reinado dos abusos e patronatos. Esta nossa suspeita confirmou-se ainda mais com a fama vulgar de que a sua nomeação fora sugerida, em grande parte, por Gordilho, em retorno da escolha que dele fizera pouco antes o ministro da Fazenda para membro da Comissão de Guerra, e desde então concluímos que a sua administração, além de ser errônea e viciosa, seria também contaminada do terrível contágio do compadresco e nepotismo, porque era muito natural que S.Exa. fosse grato ao seu parente e protetor; mas vendo por outra parte que no Decreto de 17 de julho deste ano se lhe atribuíra “não equívoca constitucionalidade”, suspendemos por um pouco o nosso juízo, e supomos que S.Exa., à maneira das serpentes, que se dizem largar a pele quando velhas, tinha também mudado dos trajes sujos do antigo e sempre detestado regime, e que seria agora um dos mais firmes apoios do Império, das leis e da liberdade.

Enganamo-nos; e a prova é a carta do nosso correspondente. Dela se vê como, em tão pouco tempo, o ministro da Fazenda cometeu erros inumeráveis, violou leis existentes em todo o seu vigor e ressuscitou alguns abusos da passada administração. O que mais nos maravilha, porém, foi o modo com que se ocultaram ao conhecimento público os decretos analisados, nenhum dos quais foi publicado no *Diário do Governo*, nem até o presente tem visto a luz do dia, talvez por supor-se, com bastante fundamento, que eram menos dignos disso; mas, enfim, o gênio da desordem, na linguagem “carcundática”, lá os foi

desenterrar no labirinto do Tesouro, para os apresentar em público, com todas as cores dos seus perniciosos efeitos. É certo que este acontecimento não abala ao ministro censurado; a sua alma superior a esse desprezível boato, que se chama “opinião pública”, faz muito pouco caso dos nossos brados e clamores; mas, quando o Tesouro estiver exaurido, quando os militares e empregados públicos gritarem que não têm que comer, quando a nascente Marinha, tão necessária ao país, for posta em abandono por não ter meios para sustentar-se, quando o empréstimo projetado se não puder realizar, quantas vezes não dirá S.Exa. em seu coração que nós tínhamos razão? Como não tremerá então das fatais consequências que semelhantes males costumam produzir? Em todos os Estados, as convulsões políticas nasceram sempre da falta de dinheiro; e esta, da má administração, a qual nunca pode ser boa quando não tem por norte o interesse público, e sim o particular.

E quem negará este defeito à do atual ministro? Sirva-nos de argumento, além dos atos já analisados, a Portaria de 4 de agosto, em que S.Exa., com o maior escândalo e como de propósito para confirmar o rumor público de que acima falamos, manda conservar na casa da rua do Ouvidor nº 137 Francisco Maria Gordilho Vellozo de Barbuda, gentil homem da câmara de S.M.I., pelo aluguel anual de 240\$000. Muito tínhamos que ponderar a respeito desta portaria e das relações de parentesco que há entre o ministro que a referendou e o indivíduo nela contemplado; mas, passando em silêncio esta circunstância, seja-nos lícito perguntar a S.Exa. se o aluguel desta casa foi posto em praça, como devia ser. Dir-nos-á que não, mas que foi avaliado no Juízo dos Feitos da Coroa e Fazenda. E quem não sabe como são feitas tais avaliações e como era de supor que o fosse a de que se trata? Acaso o poder e influência de um áulico do imperador não era bastante para ofuscar o entendimento de miseráveis avaliadores, quando o foi para arrastar o ministro a deixar lesar as rendas nacionais, com desdouro da sua reputação? Mas esta lesão, dir-se-á, nada avulta; todavia, ela não é tão pequena que não passe de 600\$000, porque muitas pessoas há que dariam pela casa, se fosse a praça, mais de 800\$000; e esta maioria de preço, que no giro de alguns anos vem a montar em alguma coisa, deve-a por ventura perder o Tesouro? Não, seguramente. A isto acresce outro malfeito pelo ministro, e é que, devendo mandar correr o vencimento do aluguel desde o tempo em que Gordilho ocupa as ditas casas, mandou pelo contrário muito expressa e designadamente que corresse do primeiro de maio em diante, com que se veio a perder a renda de bastante tempo, que servia para pagar os soldos de um militar honrado, de um professor público ou de outro qualquer empregado que tenha feito mais serviços ao Estado e seja mais pobre que Gordilho; mas como há de o ministro sustentar-se no ministério e dizer afoitamente que não faz caso das nossas queixas se não granjear à custa da nação o apoio de um áulico?

Cidadãos legisladores, só vós podeis salvar-nos do terrível abismo em que nos vão sepultando tais funcionários públicos; os seus abusos e aberrações estão assaz patentes e provados. E vós, no entanto, dormis? De que nascerá este vosso silêncio? Se não tendes força bastante para manter a dignidade dos vossos representados, então não nos enganeis; mas, se a coragem da vossa alma iguala à liberalidade dos vossos princípios, vede que em vão trabalhai por estabelecê-los, se não acostumardes à observância deles os seus executores. Em política, como em moral, é mister uma educação; só por ela se gravam nos corações dos cidadãos o aferro às máximas constitucionais e o respeito às leis; e sem estas virtudes, a vossa obra, por melhor que seja, cairá infalivelmente, e nós nunca teremos mais do que uma liberdade nominal.

O TAMOYO

SÁBADO, 27 DE SETEMBRO DE 1823

*Tu vois de ces tyrans la fureur despotique;
Ils pensent que pour eux le Ciel fit l'Amerique.*

VOLT. ALZIRE.



Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil

Continuação da sessão começada no nº 15

O mesmo Sr. Secretário leu o preâmbulo do projeto de Constituição; falaram sobre ele muitos Srs. Deputados, ofereceram-se emendas e aditamentos, e ao final foi aprovado, rejeitadas todas as emendas e aditamentos, menos o do Sr. Silva Lisboa, que contém o dever-se pôr antes do dito preâmbulo – Em nome da SS. Trindade – Padre, Filho e Espírito Santo.

Leu o 1º artigo; falaram muitos Srs. Deputados, ofereceram-se emendas; e por dar a hora ficou adiado.

O Sr. Araujo Lima leu o parecer da Comissão de Redação, em que aprova a proposta do redator do diário, qual o de principiar nova numeração nos diários de hoje em diante, visto que o público é interessado em saber as discussões do projeto de Constituição, o qual se retardaria muito, se se esperasse pelos diários antecedentes, ficando a seu cuidado o adiantamento daqueles que formaram um volume separado até o dia antecedente; foi aprovado o parecer.

O Sr. Montezuma fez uma indicação acerca da maneira com que o Sr. Secretário oficiou ao ministro do Império sobre o desembarque do marechal Luiz Paulino; o Sr. Secretário ficou de, no dia seguinte, apresentar a cópia do dito ofício. Apresentou mais o Sr. Montezuma outra indicação com a certidão das portarias do ministro da Guerra, que determinaram a entrada de 3 oficiais lusitanos, que na tropa do general Madeira banharam suas mãos no sangue baiano; pedindo que fosse à Comissão de Marinha e Guerra para dar o seu parecer acerca de tão extraordinária medida; falaram muitos Srs. Deputados a tal respeito; e o Sr. Henriques de Resende declarou que um deles pertencera à tropa que esteve em Pernambuco, com a qual fora expulso, e que em Portugal se oferecera para vir contra a Bahia; mandou-se tudo à dita comissão para dar seu parecer com urgência.

O Sr. Fernandes Pinheiro apresentou um requerimento para se officiar ao governo, a fim de expedir ordem ao governo provisório de Goiás, para providenciar as invasões de terrenos dos limites da província em lugar que confina com os nossos vizinhos do Sul; foi aprovado, ordenando-se que se officiasse.

O Sr. Secretário Maciel da Costa deu parte de achar-se na Mesa um officio do ministro da Guerra, e o leu; nele participa de que o governo militar de S. Paulo officia não haver circunstância atendível naquela província, e que por se conhecer da devassa principiada que apenas havia rivalidades, se mandara suspender. O Sr. Maia, relator da Comissão de Legislação, leu o parecer dado sobre o officio da suposta conjuração, opinando que não era objeto da Assembleia, porque o governo tem todos os meios marcados nas leis existentes para casos tais; e posto à votação foi aprovado, e que nesta intelligência se respondesse ao dito ministro.

Levantou-se a sessão às 2 horas.

No nosso nº passado, invocamos os ilustres Srs. Deputados para que nos salvassem do terrível abismo em que estávamos prestes a cair pelos abusos e aberrações ministeriais; e o fizemos com algum vigor, admirados do silêncio com que, a sangue frio, se deixavam passar impunes tantas infrações dos princípios constitucionais e outros procedimentos, com tendência perigosa a barulhar-nos num caos de misérias e desgraças; mas hoje só temos de render graças e derramar bênçãos sobre o Sr. Montezuma, que com bastante coragem, energia de ânimo tem feito algumas indicações contra vários atos anti-constitucionais do Exmo. Ministro da Guerra e outros; tributamos, portanto, a este valente campeão das nossas liberdades a devida homenagem dos nossos louvores, e muito estimaríamos que o seu exemplo fosse imitado pelos outros seus honrados colegas, a fim de que o medo do castigo contenha aqueles a quem já não pode refrear o simples receio da opinião pública.

Alfândega

Esta repartição foi sempre até 1821 a cloaca das prevaricações e abusos mais escandalosos, e de todo o calibre. Era em vão que um ou outro homem de caráter probo, de cujo número se pode dizer o mesmo que cantou o épico latino *Aparent rari nantes in gurgite vasto* alçava a sua voz; em vão a justa censuraafiava o dente, e a indagação perspicaz applicava a sua vista para descobrir, morder e desafiar a atenção do governo sobre essas prevaricações; lá estava o patronato ao redor do trono iludido, e cobria tudo com o seu espesso véu, caluniando ainda por cima a pureza da verdade com os feios nomes de mentira,

de paixões, de inimizades particulares, ficando assim triunfante a prevaricação, e oprimidas e ludibriadas a honra e a virtude. Veio o passado ministério e soube aplicar à repartição um bálsamo tão adequado à moléstia que quase chegaram a fechar-se os inveterados cancaros que a tinham quase reduzido aos últimos paroxismos; derramou-se por todos os seus membros um vigor vital, qual nunca tinha sentido; os empregados eram mais exatos no cumprimento e fidelidade dos seus deveres, e os agentes do comércio menos ousados em suas operações e tentativas sinistras; porém cessou esse ministério, e as melhoras desapareceram, a enfermidade aumenta-se a olhos vistos, voltam os mesmos abusos, e a doce paz, esta virgem celeste, unindo empregados e agentes dos comerciantes em dourados vínculos, tem conduzido àquela repartição dias serenos e de contentamento:

“Ditosa condição, ditosa gente!”

Para que se não diga que falhamos à toa, passamos a referir o seguinte fato.

O Sr. Mayer, escrivão da Mesa Grande, servia de juiz no dia 18 deste mês; e determinou ao porteiro que deixasse sair uma porção de volumes, sem estarem ainda legalizados os despachos destes mesmos volumes. O porteiro impugnou, como devia, obedecer à ordem arbitrária, e talvez mais alguma coisa, do Sr. Mayer, tanto pela falta da legalidade dos despachos, como porque era passada a hora do costume, e já tinha saído a maior parte dos oficiais, inclusive o administrador. Que expediente cuida o público que tomou o Sr. Mayer? Ei-lo aqui: manda a um guarda que confira os volumes, e que no outro dia se concluisse o despacho; o que assim se executou!

Nós suspendemos o nosso juízo sobre as interpretações que se podem dar e conclusões que se podem tirar deste fato; só rogamos à providência haja de colocar aquele empregado em lugar, onde possa dar maior extensão ao zelo ardente que o anima a favor da Fazenda Nacional, e inteiro desempenho da lei e das suas obrigações. O seu nome é tão conhecido e recomendável que só por si dilucida o ponto mais intrincado em casos semelhantes.

Resenha analítica dos periódicos da Corte da semana passada

*“This hard to say, if greater want of skill
Appear in writing or in judging ill;
But of the two, less dangerous is th’offence
To tire our patience, than mislead our sense.”*

Pope. *Essay on Criticism.*

O *Correio* da semana passada vem com a correspondência do costume: ler um é ler todos, com pouca diferença: recriminações sempre as mesmas, sempre insignificantes e miseráveis, e sempre exageradas contra os ex-ministros

Andradas, e a folha vai andando. Admiramos, todavia, a habilidade com que o redator daquele “digno” periódico descobriu o modo de publicar uma folha diária com tão pouco trabalho seu; eis aqui quando bem se verifica o *revelasti ea parvulis*.

Principiando, pois, a folhear a correspondência do *Correio*, vemos no nº 37, contrariada pelo Sr. Aprendiz, uma carta assinada pelo Sr. Payaguá e inserta no nº 8 do *Tamoyo*. Trata esta última carta de vários erros e abusos cometidos pelo Exmo. Ministro da Fazenda, numerando entre eles a portaria que ordena “se despache livre de direitos o café, açúcar, etc. para o fornecimento da fragata francesa *Astrea*”; e outrossim que em “casos idênticos não se ponham embaraços, etc.”. Ora, muita galantaria achamos no modo com que o Sr. Aprendiz desculpa o seu ministro, apontando para defesa dele a Portaria dos Negócios Estrangeiros de 19 de fevereiro, “concedendo livres de direitos o despacho de 8 tubos de chaminé vindos do Havre na galera francesa *S. Martin* para uso da fragata *Amazona*, e outra de 19 de abril concedendo igualmente, livre de direitos, o despacho e desembarque de cem barricas de farinha da fragata francesa *Astrea* para fabrico do pão necessário para a divisão do comando de Mr. Grivel!”. Suponhamos que as portarias do ex-ministro estão em identidade de circunstâncias com as do Exmo. Ministro atual; pode jamais servir de justificação a quem obra mal o dizer que assim praticou também o seu antecessor?

Além disto, não há paridade de motivos, ao menos a respeito das cem barricas de farinha, entre o fato de abril e o de agosto. Naquele não houve graça. O comandante da divisão requereu que, tendo-se quebrado o forno da fragata *Astrea*, precisava desembarcar a sua farinha para fabricar em terra o pão do consumo da divisão; o que se lhe concedeu, não sendo justo que pagasse direitos pelo acidente de se lhe quebrar o forno e não poder fabricar o pão a bordo.

Note por último o Sr. Aprendiz que dar livre de direitos uma ou outra coisa por motivos que pareceram plausíveis ao ministério (o que inteiramente reprovamos seja feito por quem for) não tem comparação nenhuma com a latitude em que foi concebida a portaria do atual Exmo. Ministro da Fazenda “e outrossim que em casos idênticos não se ponham embaraços”: olhe que esta circunstância não é de desprezar.

Passando a ler o nº 38, vemos uma carta ao redator remetendo-lhe, para publicar o manifesto do ex-deputado a Lisboa Feijó, formando-se queixas nela de que o ex-ministro do Império caracterizara ao dito ex-deputado de demagogo, anarquista, etc. por causa desse manifesto. Logo depois da referida carta, encontramos o elogio que lhe faz o Barata, e desde então previmos que o ex-ministro não tinha julgado mal. Com efeito, não sendo possível fazermos aqui a análise daquele manifesto, dizemos somente que as suas doutrinas políticas são pouco sãs, e o seu autor um dos partidistas do sistema de federação.

Algumas verdades encontramos na primeira carta do nº 40, e algumas falsidades também de mistura com elas. Sr. Amante da Pátria, o Rio de Janeiro é o coito dos velhacos; nisso estamos conformes, mas não aprovamos o seu voto a respeito de Paulo José de Mello. O do redator do *Correio* é sensato; e se valêssemos de alguma coisa, pediríamos a quem compete que praticasse com ele o mesmo que ele aconselha, e com razão e justiça, para os mais.

Deixando as acusações vagas do Sr. João Gomes Xavier, passamos à carta que trata do ato do júri. Quer por força o autor desta carta que fosse condenado o Padre G.P.T. pela doutrina de uma que se publicou no *Diário do Governo* nº 124. Qual fosse a sua defesa naquele ato, nós o ignoramos, porque não assistimos a ele; sendo, contudo, certo que na carta não existe coisa por onde com justiça se lhe fizesse culpa. É notável também que, descobrindo o autor da carta do *Correio* culpas no cartório ao *Tamoyo* e à *Sentinella*, nenhuma visse das que tem o redator a quem dirigiu a sua carta! “Quando as paixões nos afetam”, Sr. Leitor constante, “é difícil ver a verdade”. Nos futuros nºs teremos lugar de dizer alguma coisa sobre a análise feita ao projeto da Constituição.

Lastimando, como pede a humanidade, o caso que refere um dos correspondentes do nº 16 da *Sentinella*; coincidindo em opinião e dando louvores com o Amigo da Verdade aos bravos oficiais da Marinha ingleses, que abraçaram o nosso serviço; estranhamos que o Brasileiro Desconfiado se admire de que a fortaleza não fizesse sinal de navio estrangeiro, antes de fazer o de navio português, porque não é este o costume a respeito das outras nações; ao mesmo tempo em que não repara existirem ainda em várias repartições, por exemplo no banco, as armas de Portugal. Como aquela denúncia nasce de sentimentos puros, é para agradecer.

Respondendo ao que nos dirige o redator da *Sentinella* no referido nº, cumpre-nos observar-lhe que foi um correspondente, e não os redatores do *Tamoyo*, quem declarou “não serem, nem poderem ser os Andradas, nem por eles propagadas as doutrinas da *Sentinella*”. Porque as doutrinas da *Sentinella* são opostas aos princípios dos Andradas; segue-se porventura que o sejam também às nossas humildes opiniões? Se em princípios políticos alguma coisa divergimos, marchamos muitas vezes conformes em espírito de nacionalidade e Independência brasileira. Quanto à declaração de que “estimamos, ou fingimos estimar”, as ferramentas *cujusdam generis*; declaração com que parece repreender-nos do que dissemos na nossa resenha do nº 10, esperamos nos diga em que tempo isso aconteceu.

Pelo que respeita ao seu nº extraordinário, sentimos bastante prazer em que vitoriosamente refutasse as asserções do *Correio*; não julgamos, porém, justo que o *Sentinella* queira regular pela sua nação as práticas estabelecidas em nações estranhas, como diz na primeira nota do mesmo nº; além de que

foi certamente enganado pelo sujeito que o informou sobre as propinas que paga qualquer diploma de cônsul geral.

Em resposta ao que nos dirige o *Sylpho* em seu nº, diremos que estamos cada vez mais convencidos de que tem a vista curta, porque não só não distingue a diferença entre o *Tamoyo*, *Malagueta* e *Correio*; mas até não encontra no mesmo *Tamoyo* senão a descoberta de que o *Correio* é gordo, e ele, *Sylpho*, curto da vista.

O TAMOYO

TERÇA-FEIRA, 30 DE SETEMBRO DE 1823

*Tu vois de ces tirans la fureur despotique;
Ils pensent que pour eux le Ciel fit l'Amerique.*

VOLT. ALZIRE.



N^o *Diário do Governo* n^o 61 vem uma carta de Philoordinis que merece algumas observações do *Tamoyo*, na parte que lhe diz respeito, por ser, ao menos quanto ao *Tamoyo*, escrita com a polidez dos literatos, aos quais tão somente replicará o *Tamoyo* de ora em diante. Bem que indígena e pouco acostumado aos arrebiques da afetada civilização, trabalha o *Tamoyo* por conservar a natural polidez, filha da bonomia e benevolência. Espera, pois, o *Tamoyo* que Philoordinis se não agaste pela diversidade de opiniões, e até por um reparo que vai a fazer sobre o nome com que assina.

A um literato, como Philoordinis, não sei como escapou a feia mistura de duas línguas na composição de um nome: não é isto restabelecer o caos na literatura? Não podia ser a composição toda grega? Creio que Philocosmo, ou Philotaxeo, ou melhor, Phileutaxias correspondia bem à Philoordinis, e enxotava a confusão. Passemos à doutrina de Philoordinis, em quanto se opõem à do *Tamoyo*.

Jamais o *Tamoyo* pregou nem pregará a exterminação de povo algum, e menos a dos portugueses; mas uma coisa é querer exterminá-los, e outra não julgar a propositado a sua perfeita igualdade em direitos políticos com os brasileiros; ao menos para todos os casos e durante a crise atual. A união é precisa entre os habitantes de um país; apregoá-la é trabalhar para o bem do Brasil; mas é ela fácil? Quem o poderá crer! Os males de expatriação forçada dos portugueses são visíveis; a fraqueza consequente do Brasil, com o continuado saque de capitais e gente, não escapa a ninguém; mas, também é nada na balança o espírito de hostilidade que os portugueses conservam aos brasileiros, senão todos os portugueses, ao menos grande parte? É nada a improbabilidade de que interesses hostis contribuam à consolidação da Independência do Brasil? É nada o receio justo que nos deve causar o descontentamento dos portugueses obrigados a reconhecer como lacedemônios, e até a ceder o leme

dos negócios, aos que outrora olhavam como hilotas? É nada o bem-entendido patriotismo, que sempre animou os portugueses, e que não poderá consentir desejos da prosperidade de um país quando ele envolve o abatimento daquele em que nasceram? Com todos estes motivos de desligamento, como conseguir a coesão de portugueses e brasileiros? Como ao menos conceder em igual grau a mesma confiança a uns e outros? Sr. Philoordinis, desejar a união entre portugueses e brasileiros é de um filantropo; trabalhar para ela é louvável; crer na sua praticabilidade e perfeita execução, ao menos na atual fermentação, é quimera de teóricos insensatos.

O exemplo que trouxe dos Estados Unidos nada vem ao caso; outro era o sistema colonial da Inglaterra, e outro o de Portugal e Espanha; a Inglaterra contentava-se com monopolizar o comércio das colônias, e isto com muita frouxidão e exceções; mas não abarcava a legislação e governo; embora fosse reconhecida em teoria a supremacia do Parlamento sobre as assembleias coloniais, em prática quase nunca aparecia; era, pois, natural que os ingleses, vindo de novo às colônias, tomassem o espírito da sua nova situação; cada uma das colônias quase que formava um estado separado; os seus habitantes, era natural se penetrassem de um espírito próprio a tais circunstâncias; foi por isso fácil a separação, foi por isso fácil a união entre partes já amalgamadas, e que tinham maior afinidade eletiva entre si do que entre os mais elementos que se lhes apresentassem. Todavia, ainda aí houve a prudência de se não empregarem os ingleses com a prodigalidade com que entre nós se empregam portugueses; um ou outro apenas, um Lee, um Gates figura nas páginas da história daquela separação; e advirta-se que a nomeação do Poder Nacional não podia ser atribuída à parcialidade. Eram americanos por nascimento que empregavam a poucos ingleses. Aqui S.M., bem que amado por nós, bem que por nós escolhido para guiar-nos na grande obra da Independência, a ninguém escapa que, nascido entre os que por gosto seu são nossos inimigos, é muito possível não tenha de todo morta a inclinação aos seus patrícios antigos; e daí qualquer testemunho de confiança a eles dado se antolha aos brasileiros prova de aborrecida parcialidade. Longe de mim querer atar as mãos a S.M., mas repetir-lhe que a sabedoria política lhe aconselha a economia em tais promoções, fá-lo-ei com voz de clarim, e sem cessar, segundo o conselho da Escritura – *“clama, ne cesses; exalta, quasi tuba, vocem tuam”* – não é a exclusão que prego, é a prudente dispensação, que não aliene de todo os já desconfiados brasileiros.

Sr. Philoordinis, se não nos aprecatarmos, os males que têm dilacerado a América outrora espanhola estão-nos iminentes; partilhamos com eles os mesmos sentimentos e ideias; cansou-se entre nós o governo antigo, como entre eles, em desenvolver a cisma entre as províncias e entre as diversas raças de habitantes; eis a origem da “alienação” por não dizer “aversão” que se tem os emboiadas e brasileiros, a qual é a mesma que se tinham os chapetones e criou-

los nas antigas colônias espanholas. Não é, pois, filosófico, e muito menos liberal e prudente, atribuir isto à mescla do sangue estrangeiro. Todos sabem que o cruzamento das raças melhora-as; e não as deteriora; e se da mistura de sangue viesse o abastardamento, que se poderia esperar de portugueses em cujas veias circula o sangue dos celtas, gauleses, berberes, getulos, numidos, iberos, sarracenos, indígenas e negros? Não é prudente injuriar, bem que cobertamente, e injuriar com crasso erro filosófico a nação que se quer conciliar.

Mas argumenta Philoordinis em forma para provar o direito que têm os lusitanos a pretender empregos no Brasil. Os lusitanos, diz ele, que de coração abraçaram a causa do Brasil, são tão brasileiros como os que nasceram no Brasil; e como tais podem pretender os empregos. É falso este raciocínio: os nascidos fora de um país não são os mesmos que os nascidos nele, nem a divindade pode fazer este milagre; o que se quis dizer, e no que concordo com modificações, é que os portugueses que abraçaram a causa do Brasil devem ser considerados como brasileiros por nascimento; mas tão somente os que de todo o coração o fizeram. E quais foram eles? Em três classes se podem dividir os portugueses habitantes do Brasil: os que se declaram a favor da causa da Independência, os que se declaram contra e os que ficam neutros. A primeira classe se subdivide em outras três ordens: a 1ª dos que, convencidos da justiça da nossa causa e preferindo a causa da humanidade à da sua justa pátria, renunciaram a ela e se agregaram a nós; a 2ª dos que, ainda que incapazes de sentir a nossa justiça, todavia não podendo abandonar o país em que tinham propriedades e interesses, se viram forçados a abraçar a causa que não amavam; a 3ª daqueles que não amando o Brasil, nem mesmo possuindo aqui bens, olharam com tudo para o novo campo que se abria à sua ambição, como engodados, e antepuseram o seu bem individual ao geral de Portugal, que lhes não tocava tanto; fixando-se, ao menos temporariamente, aonde esperavam medrar, e renunciando a uma pátria que nada podia oferecer de vantajoso à sua insignificância. Ora cuido que, das três primeiras classes de portugueses, a segunda é por si excluída, e a terceira, embora seja tolerada e jamais perseguida, não será, nem mesmo por Philoordinis, considerada como os brasileiros de nascimento. Quanto à primeira classe, creio também que é de necessidade fazer distinções. Passemos, porém, à consequência que tira Philoordinis do seu princípio que os portugueses todos estabelecidos no Brasil podem pretender todos os empregos.

De ser brasileiro, se não segue como consequência necessária que se possa pretender ou que se deva admitir a igual elegibilidade ou nomeação aos empregos públicos. Não há nação alguma que não anexasse o gozo dos direitos políticos a alguma condição mais além da naturalidade. A Inglaterra, a França, etc., exigem certo rendimento tirado de propriedade para ser-se cidadão perfeito; e quando se não possui este requisito, apesar de ser-se cidadão inglês ou francês, se não pode ocupar certos lugares de confiança nacional. Ora sendo

isto com os mesmos nascidos no país, como não seria absurdo soltar os novamente agregados das peias que ligam os nativos? Em Genebra, os naturalizados que se denominavam habitantes; e nem mesmo os seus filhos, que tinham o nome de “nativos”, gozavam em toda a plenitude dos direitos políticos; era preciso que na segunda geração adquirissem o título de burgueses, e com ele o inteiro gozo desses direitos. O mesmo sucede na Inglaterra, onde tanto aos naturalizados como ainda a seus filhos é vedado o acesso a certos cargos de confiança, como representante nacional, conselheiro privado, etc.

Em regra, para ocupar-se empregos é mister ter-se aptidão e gozar-se da confiança da nação. Ora os portugueses, tanto os neutros como os hostis, ninguém dirá que gozam da confiança do Brasil; e sendo por necessidade excluídos, restam tão somente os que abraçaram de coração a causa da Independência. Cuido eu que é indubitável que os que o fizeram guiados pela simples ambição, e não por amor da causa, e muito mais os que forçados pelos seus interesses deram um consentimento temporário e que pode acabar, assim que com segurança possam abandonar uma causa que entojam; não abraçaram de coração a causa do Brasil. E se lhes falta esta condição, estão mesmo, segundo Philoordinis, excluídos de candidatos de empregos no Brasil. Quem se fiará nos que calcaram os deveres por servir ao interesse? Quem quererá entregar-se nas mãos de ambiciosos que pospuseram o amor da pátria ao desejo de adiantamento e promoções? Quanto ao que por princípios de justiça se nos uniram, outra deve ser a decisão; são dignos de ser empregados no Brasil; de tão nobres sentimentos não há que recear traição. Mas quão poucos são estes! Em quase todos os homens o amor da pátria toma o lugar de todas as mais virtudes; não é patranha que o coração sempre nos inclina a favorecer os interesses do nosso país; é antes verdade antropológica, é sentimento natural, bem que roborado pelas instituições políticas; no meio das delícias da ilha de Circe olhava o herói da odisseia com saudade para o fumo, que se erguia da pequena e agreste Ítaca. Releva não ter folheado o coração humano para ignorar uma verdade tão comum e qualificá-la de patranha. Ainda bem que não é patranha essa caridade que nos acarinha a pátria; é esse sentimento que enobrece a nossa natureza, foi o que distinguiu os gregos e os romanos, o que ainda distingue os povos peninsulares, espanhóis e portugueses; e que jamais será por mim censurado, embora dificulte a amalgamação conosco dos portugueses mais honestos. Existe, pois, e para mostrar a força da sua ação, não foi mal trazido o exemplo de Themistocles O *Tamoyo* não ignorava que o fim de Themistocles era contestado, como muitos outros pontos da história antiga; mas seguiu a opinião mais geral, apesar do testemunho de Tucydides. Plutarco, que com quanto seja pouco exato no que diz respeito à história romana, é, todavia, grande autoridade em história grega, lhe serviu de guia. Seguindo, pois, a opinião dominante, é uma prova irrefragável da força do

sentimento que nos inclina a favor da terra em que nascemos, a resolução do herói ateniense, que prefere a morte a debelar uma pátria ingrata; embora tivesse sido acolhido, honrado e enriquecido pelo rei que exigia os seus serviços contra ela. É verdade que não havia comunidade de origem entre persas e gregos, e que há entre lusitanos e brasileiros; mas é também certo que as ofensas feitas pelos persas aos gregos eram nada em comparação das que nos têm feito os lusitanos; e, se é verdade, como ninguém duvida, que o ofensor sempre aborrece o ofendido, e tanto mais quanto mais o ofendeu, maior deve ser para conosco a aversão dos lusitanos, e mais difícil a nossa inteira união. Só a mão do tempo pode correr a esponja sobre os ressentimentos e tornar praticável uma sólida reconciliação. Ademais, a identidade de origem não impede as dissensões, antes as torna mais ásperas, uma vez começadas; da mesma origem helênica eram atenienses, espartanos, tebanos e todas as pequenas repúblicas gregas, e não estorvou isto que se não aborrecessem, invejassem e dilacerassem reciprocamente. O ser Alba, mãe de Roma, não impediu que fosse por ela destruída. Quanto aos motivos interessados, com que pretendeu desbotar o nobre sacrifício de Themistocles são tão pouco prováveis que só confirmam a nossa tendência em abater o que sobressai; nem Címon nem outro algum general ateniense tinha então adquirido tal renome, que pudesse assustar o vencedor de Salamina.

Se apesar, pois, de tudo quanto amontoou Philoordinis, fica incontrastável a inclinação que temos ao cantinho em que vimos pela primeira vez a luz, não é absurdo o receio que têm os brasileiros de que os portugueses aqui residentes desejem a união com Portugal; prouvera Deus que fosse sonho! O contrário, porém, é o que se depreende dos raciocínios de Philoordinis; se não ousa aconselhar-nos a união, ao menos não é adverso a que ambas as coroas se reúnam numa só cabeça, o que justifica com o exemplo do rei da Inglaterra e Hannover, que cuida ser aprovado pelos políticos ingleses. Ora, pois, o avesso disto tem sido opinião dos maiores políticos: eles confessam que a Inglaterra tem sido arrastada a guerras desnecessárias, opostas aos seus interesses, e só favoráveis às pretensões do rei de Hannover. Assim talvez pensou a comissão que redigiu o projeto de Constituição para o Império, quando proibiu que o imperador do Brasil pudesse possuir outra qualquer coroa. Que necessidade temos nós de intrometer-nos nas transações da inquieta Europa? A providência, que nos separou desse velho mundo, teve em vista o bem do continente novo; mas quis a desgraça que ele fosse antes do tempo descoberto pelos europeus, e contra a natureza forçado a girar num turbilhão estranho. A fraqueza e a cegueira nossa conservaram até hoje a nociva direção; deverá agora continuar? Advirtamos mais que um monarca de diferentes nações pode com jeito servir-se das forças de uma para escravizar a outra, e assim inversamente; vontade desta casta jamais falta aos reis; oferecer-lhes a ocasião de a executar não prova senão criminoso desleixo nos que a propõem.

Resta por fim explicar a Philoordinis a causa de um fenômeno que lhe parece assombroso, mas que é muito natural, uma vez que se atenda ao que o precedeu. Por que outrora apareciam tantos campeões do governo, e hoje, além da Atalaya, nenhum há? Porque 1º todos confiavam no governo, e defendendo-o criam defender a ordem pública, a prosperidade geral e a sua própria segurança individual; hoje, pelo contrário, ao calor da confiança sucederam os desmaios da suspeita; crê muita gente, talvez que sem razão, e Deus queira que assim seja, que o governo marcha oposto às necessidades, às opiniões, aos interesses e aos desejos do povo brasileiro; e seria absurdo, e até se avizinharia à traição, abonar, escudar e roborar uma administração que se acredita, embora seja erradamente, inimiga do país. Qual deve ser o meio de fazer cessar tão perigoso estado? Qual remédio heroico e único, contra tão grave enfermidade? Nenhum outro, a meu ver, senão que o governo, como a mulher de Cesar, não só seja, mas pareça ser zelosamente aferrado aos verdadeiros interesses do país que o escolheu; que mesmo condescenda com as fraquezas e prejuízos suportáveis do povo. Sem isto, como fora do seio da igreja católica, não há salvação para ele e para nós.

O TAMOYO

QUINTA-FEIRA, 2 DE OUTUBRO DE 1823

*Tu vois de ces tirans la fureur despotique;
Ils pensent que pour eux le Ciel fit l'Amerique.*

VOLT. ALZIRE.



Lendo no *Correio do Rio* nº 31 uma carta na qual, com alguma miudeza, se descreve o estado desgraçado do Banco do Brasil, pela avultada soma de mais de 8.000 contos de réis, que a Fazenda Pública lhe deve; e para atalhar sua iminente quebra se aponta como fácil e pouco prejudicial um empréstimo aberto em algumas das praças de comércio da Europa, e a criação de contribuições diretas para a amortização do referido empréstimo e outras dívidas nacionais; observando mais, que nela ou se arriscam asserções falsas ou se designam certos procedimentos dos ex-ministros Andradadas, procedimentos em tudo conformes com os genuínos princípios de uma sã política e da ciência financeira, como erros crassos, moeda do tempo com que homens sem caráter costumam agradecer a homens sem poder; confessemos que a leitura de semelhante carta causou-nos certa surpresa misturada de horror e indignação, não obstante o risível nome do seu autor, e por isso dissemos no nosso nº 10 “a carta do Sr. Simplício é matéria melindrosa, merece maior cuidado, e por isso em outro nº se tratará dela”; eis-nos chegados ao cumprimento da nossa promessa.

Temos lembrança de havermos visto alguns animais de nome Simplício e julgamos indispensável descrever um destes, por nos parecer que sua descrição quadrará talvez com a do Sr. Simplício autor da carta, e explicará a origem e fim de um tal empréstimo. Feito isto, lançaremos um rápido golpe de vista sobre o estado da Corte e províncias do Império, desde que proclamou a sua Independência até o presente; sobre os diferentes partidos, que a dominam, e sua respectiva influência; sobre a composição do governo atual e princípios que o encaminham na gerência dos negócios públicos. Estas considerações gerais, roboradas por outras especiais ou acessórias com que seremos obrigados a contestar fatos particulares, incidentalmente lembrados na mesma carta, refutaram vitoriosamente as detestáveis doutrinas do Sr. Simplício e salvar-nos-ão do abismo em que ele pretende sepultar-nos com o seu projetado empréstimo.

Descrição

Pata ou pé de suficiente tamanho, descarnado e chato em toda a sua extensão; pernas e coxas inteiriças, ou fazendo como um todo contínuo, muito delgadas e igualmente finas em todo o seu comprimento, extraordinariamente compridas em comparação do tronco; tronco curtíssimo em proporção com aquelas, magro e giboso ou corcovado; braços muito finos e seguramente muito mais longos que a metade do corpo inteiro; pescoço comprido e delgado, representando a figura de um “C” com a convexidade para diante; rosto tirado ao comprido, branco sem cor, ou quase lívido, sinal de pouca vitalidade e de um físico fraco e débil; barba pontuda; boca rasgada, onde nunca aparecia o riso, a não ser o sardônico; por nariz uma excrescência afilada, devida às escavações laterais das faces, que lhe ficavam adjacentes; olhos pequenos e egípcios, nos quais se observava a vivacidade maligna do tigre, misturada com a manha da raposa; orelhas grandes e levantadas, como as de burro; cabeça pequena, indício de poucos miolos, o que inculcava nulidade de ideias e, segundo a teoria de Gall, não implicava com o órgão da astúcia ou velhacaria, ordinariamente geral e muito decisivo em semelhantes animais; na parte superior, abobadada em ar de barrete chinês; o todo era um esqueleto delgado e comprido, que, ou se movesse, ou se conservasse em repouso, nunca podia guardar a perpendicularidade que a natureza concedera a animais da sua espécie; e se acaso marchava de um lugar para outro, seu movimento era tão vagaroso e forçado, que as partes ou membros de que se compunha o corpo pareciam desligar-se ou soltar-se uns dos outros. Tal era um dos Simplícios de quem conservamos ainda vestígios; se o autor da carta se lhe assemelha, não nos admiramos da sua lembrança de empréstimo; e só sim de que também se não lembrasse de impostos pessoais ou sobre a vida humana, como capitações, e de um papel moeda do Estado, ideia muito feliz e propriíssima, particularmente em uma época em que o Tesouro parece ir perdendo todo o seu crédito.

Golpe de vista rápido sobre o estado da Corte e do Império, etc.

A virilidade e o grau de força e luzes a que o Brasil havia chegado; a natureza, que havia separado os dois continentes por longo espaço de mar e continuamente exprobrava aos brasileiros sua criminosa aquiescência a uma união forçada, artificial e nociva; e sobretudo a opressão de três séculos, e esta consagrada por lei e reduzida a um sistema pelas Cortes de Lisboa, apressaram o momento da nossa emancipação. Proclamaram-se a Independência e o Império. A maior parte da nação, ulcerada pela dolorosa lembrança de seus opróbrios e infortúnios passados, agradeceu e abençoou o ente benéfico que se havia antecipado aos seus desejos; seu contentamento e júbilo não tiveram limites; e este dia fará época nos anais da história brasiliense. Apenas entrado

o Brasil no catálogo dos Estados livres e independentes, não escaparam à perspicácia do governo os novos embaraços e tropeços que ele encontrava em sua marcha; fruto da constante oposição de diferentes partidos, e por isso lhe foi mister redobrar de energia para comprimi-los. Achava-se a nação dividida em duas seções; a 1ª, composta da quase totalidade dos habitantes do Império, queria e aprovava a separação; a 2ª, fraca e diminuta, era amiga desvelada da união com Portugal. O partido separatista se subdividia em absolutistas ou corcundas, em constitucionais e em exagerados ou democratas: os primeiros procuraram a sua segurança e abrigo debaixo da sombra dos segundos; uma parte dos terceiros, verdadeiros duendes em política, aumentava o nº dos segundos ou conservava-se unido aos terceiros, segundo a força parecia passar de uns para outros. Todos queriam a Independência do Brasil; porém os primeiros com a monarquia absoluta; os segundos com uma Constituição monárquica, fundada nos princípios de uma liberdade justa e bem-entendida; e os terceiros, ou dividindo-o em estados federados ou dando-lhe uma Constituição, na qual o monarca fosse um postulado gratuito e sem força, um verdadeiro fantasma, como o de Portugal. O partido da união, denominado chumbista, podia em teoria pretender as mesmas subdivisões que a primeira; mas na aplicação tinha um fim único, e vinha a ser a desgraça do Brasil; porque, qualquer que seja a forma constitucional que se lhe dê, ligado a Portugal nunca poderá medrar e terá sempre de sofrer, ou pela intervenção do seu poder e riquezas nas questões daquele com os diversos Estados da Europa, ou pelos tratados exclusivos de comércio que entre si fizerem, sempre danosos ao Brasil, vasto, rico e de progressão crescente, e sempre favoráveis a Portugal, pequeno, pobre e já decrépito. Entre os homens que formavam as duas precitadas seções e suas respectivas subdivisões, descobriam-se certas almas de lodo, para quem era absolutamente indiferente o futuro destino político do Brasil, e que só tinham em mira a conservação das suas fortunas, ordenados, pensões ou o acréscimo de novas. Estes formavam como uma terceira seção única, que com propriedade se pode chamar partido neutro ou do ventre; partido sempre inerte, menos para o ídolo vil do seu interesse; partido de que se serviram os ferozes jacobinos nos dias aziagos da Revolução Francesa, para afogar o terreno de sua pátria no sangue de seus concidadãos.

Enquanto o partido Constitucional dominou no ministério, e este, fortificado pela maioria da vontade nacional, teve de lutar com os outros partidos desunidos; lutou com vantagem forçando-os ao silêncio; prosperaram os negócios do Império, e o Império mereceu o respeito e considerações da Europa admirada (leiam-se os escritos do tempo e ver-se-á que nossas asserções não são extremadas); mas quando, depois da instalação da Assembleia, os “exagerados” deram o passo errado de se unirem e reforçarem com os chumbistas e neutros medida sacrílega, que oxalá não ensanguente a nossa pátria, e da qual

um dia, porém já tarde, se arrependeram os democratas honrados e honestos; e um anel muito essencial da cadeia administrativa se uniu a eles, fenômeno político realmente inaudito na história das revoluções do mundo; então os Constitucionais, reduzidos à minoridade, foram suplantados; e compôs-se o ministério, e todas as repartições da Corte, do incompreensível amálgama de elementos tão disparatados: que podem fazer os poucos constitucionais que, por uma contradição inexplicável, ficaram ou novamente entraram? Que se deve esperar de dois ou três pontos na imensidade de caos? Que sejam subvertidos na desordem universal. E, com efeito, os envenenados presentes, que a nação tem colhido das referidas mudanças, são alguns periodistas assalariados para perverterem a opinião pública e encetarem reputações estabelecidas; novos funcionários supérfluos e sem representação; leis sem realidade; intenções sem efeito; vontades sem instrumento; e uma máquina de governo montada não para reger a sociedade segundo o voto geral dela, mas para invadi-la e precipitá-la em um abismo de males; e por último o susto, a desconfiança e o estupor pintado em todos os semblantes e entranhado em todos os corações.

Os fatos, que resumidamente passamos a enumerar, serviram de confirmar estas verdades. Embarcações portuguesas hoje isentas de sequestro e amanhã sequestradas, ou noutro dia admitidas por franquia; barcos da mesma nação apresados pela força marítima do Império, reputados má presa por sentenças escandalosas; vasos de guerra inimigos entrados neste porto, sem que as nossas fortalezas lhe opusessem o menor obstáculo, e nele conservados, e os comandantes, que assim obraram, nem sequer recolhidos e castigados; verdugos da nação transformados em seus defensores; homens ou ineptos ou impróprios ou carregados do ódio e maldição dos seus concidadãos nomeados para servirem em províncias que talvez não os recebam; outros, que haviam abandonado os empregos que ocupavam nesta Corte, por não abraçarem a causa do Brasil, e por isso muito perigosos, na sua volta restituídos imediatamente às suas antigas ocupações; alguns, que haviam entrado no serviço de Portugal, no seu regresso não só reintegrados nos cargos que haviam perdido, mas até reputados, durante a sua ausência, em comissão, e por isso pagos de todos os seus ordenados; novos empregados para as diferentes secretarias de Estado e para o Tesouro; novas sobrevivências ou expectativas com vencimentos na alfândega e outras repartições; despesas supérfluas na 1ª; direitos de exportação e importação perdoados contra a lei; prédios públicos arrendados por menos do seu valor; valores nacionais ou deixados no esquecimento para proveitos particulares, ou negociados com quase certeza de prejuízo; certas rendas ou suprimidas, porque devedores poderosos deram o pernicioso exemplo de não as pagar, ou minoradas, já porque o povo desconfiado se recusa ao seu pagamento, já porque os encarregados da sua arrecadação receiam forçar os contribuintes pelos meios da lei; outras, cuja lei de crescimento em certas épocas do ano é sabida

e constante, proporcionalmente menores pelos defeitos do antigo regime hoje renovados; reservas dos cofres particulares do Tesouro repartidas por certos credores favorecidos com exclusão da maior parte, e escândalo de todos; um câmbio finalmente cada vez mais baixo, terrível presságio de próximas desgraças; e por uma singularidade nunca vista, as nossas produções diminuindo do preço no mercado ou não achando compradores; eis o que nos oferece a história do governo atual, extraída dos *Diários do Governo* e outros papéis públicos do dia. Grande Deus! Qual será o futuro destino da nossa pátria! Será possível que não seja dado à sabedoria humana o salvar-nos, porque mesmos nós somos incapazes de concorrer para a nossa regeneração? Não o cremos.

Tal é o quadro bem que fúnebre, porém não exagerado, da nossa situação; e é neste estado que o Sr. Simplicio se lembra de um empréstimo contraído em alguma praça da Europa! Vejamos se ele é possível, ou ao menos necessário. O recurso dos empréstimos, hoje adotado por muitos Estados, pressupõe despesas extraordinárias e urgentes a fazer uma boa administração financeira e, conseqüentemente, um aumento progressivo na renda pública sem aplicação, que possa hipotecar-se para segurança da sua amortização e juros. Quanto à primeira parte, não podemos adivinhar quais as novas despesas a que se deve ocorrer; porquanto, vemos o Império, por ora, em paz com todos os Estados, à exceção de Portugal, que por sua caducidade, pequenez e conhecida fraqueza nada pode contra nós; vemos as nossas províncias livres de invasores, à exceção da Cisplatina; ora, se pudemos socorrê-las todas e pô-las em estado de defesa, e por último sacudir os lusitanos de Pernambuco e Bahia, sem o referido empréstimo, como não será possível ao governo, uma vez que não seja descuidado no desempenho de seus deveres e, com minguado dispêndio, livrar também Montevidéu do punhado de lusitanos que lá existe e, por conseguinte, acabar uma guerra inteiramente alheia da que deu origem à federação da província Cisplatina com o Império? (Queremos supor com o Sr. Simplicio que semelhante guerra fosse injusta no começo; mas hoje, que esses povos se acham ligados a nós, abandoná-los ao seu fado seria faltar à boa-fé solenemente jurada, obrar contra a dignidade e decoro da nação brasileira, expor o Império a guerras contínuas pela perda voluntária dos limites naturais que nos subministrou semelhante federação e proceder contra todos os ditames da sã política). Quanto, porém, à segunda parte, isto é, a uma boa administração da renda pública e ao acréscimo de algumas que pudessem servir de hipoteca, já mostramos que não havia nem uma nem outra pela criação de novas despesas supérfluas, pelo renascimento dos antigos abusos e conhecido descuido na aplicação do emprego dos dinheiros nacionais; pela supressão de certas rendas, minoração de algumas e diminuição relativa no progresso gradual de outras, amargos frutos dos erros do governo atual e da desconfiança popular; e esta verdade também parece reconhecer o Sr. Simplicio, “quando, por muitas

e sólidas razões” que deixa no tinteiro, pede que quanto antes se lance mão de “contribuições diretas”, etc. Mas, se a nação opõe uma resistência silenciosa e constante ao pagamento de antigos tributos, como quererá prestar-se de bom grado ao pagamento de novos? Do que deixamos dito, segue-se que no primeiro caso o empréstimo não é necessário e, no segundo, não é possível; queremos dizer, ficará em ideia ou projeto, como sucedeu a Portugal, que nunca realizou o seu.

Suponhamos, contudo, por um instante, que o empréstimo se pudesse realizar: que ganharia com isto o Estado? Mudaria de credor nacional para credor estrangeiro; e como devedores dolosos e de má-fé só podem negociar com capitalistas usurários e por meio de agentes do mesmo estofa, por mais que o governo intrigasse e corrompesse, o interesse da iniquidade individual sairia vencedor de semelhante luta, fazendo pagar centuplicadamente os seus favores; no fim das contas, achar-se-ia o Tesouro do Império gravado de uma dívida muito maior do que a antiga, obrigado a pagar juros talvez mais avultados, tendo, além disto, engordado com os câmbios e prêmios os agentes principal e secundários do referido empréstimo, como por exemplo o Sr. Simplício, seus parentes e amigos, que decerto quereriam, por caridade, incumbir-se de tão proveitosa tarefa.

Que responderá a tudo isto Sr. Simplício? Que a dívida do Tesouro ao banco aumenta anualmente, sobretudo pelo saque mensal de 50 contos; e que, se esta não for paga quanto antes, está no risco de fazer uma bancarrota; e nos replicamos que o ministério passado, apesar da sua “imperícia”, não só teve o cuidado de não contrair novos empréstimos com o banco, mas até o aliviou de antigos, como da compra do cobre, pagamento das férias para o trabalho das chapas e de certas pensões que ele pagava por conta do Tesouro; 2º que já cessou o saque de 50 contos mensais com que supria, e que as poucas despesas feitas com as tropas nacionais, encarregadas da expulsão das tropas lusitanas, terminarão em breve, se o governo puser todo o seu esmero em ultimar este negócio; 3º que, feito isto, não pode haver receio de falência, uma vez que se consigne renda suficiente para o infalível pagamento dos competentes juros; é assim que praticam os Estados da Europa bem-governados e alguns devedores aos seus bancos de enormes somas; os juros são religiosamente pagos, nenhum, que saibamos, tem quebrado pela falta de solução do seu capital; demais, se a estreiteza do nosso periódico o permitisse, talvez nos fosse fácil demonstrar que, nas circunstâncias atuais, é a dívida do Tesouro quem escuda o banco, uma vez que aquela não aumente e pague exatamente os juros; 4º e último: queira a Assembleia consolidar e firmar quanto antes o Império nascente por meio de uma Constituição, fundada nos princípios genuínos de uma justa liberdade, e conforme com as vistas e interesses da grande massa nacional, perante cuja imensidade e força são pontos indecifráveis os poucos indi-

víduos que se conhecem, de ideias vertiginosas e desorganizadoras; trabalhe o governo por ganhar a confiança perdida da nação; emende e corrija as faltas em que tem caído; suprima toda a despesa supérflua; ponha termo a todos os abusos; administre e arrecade desvelado a renda pública; fiscalize o emprego dela, como próprio; e estamos certos de que, sem maior esforço e sem alterar o antigo destino da maior parte das rendas, poderá aplicar para o pagamento dos juros da dívida do banco toda a importância dos diamantes, de 3 ou 4 mil quintais de pau-brasil, e da barbatana, que anualmente se venderem; todo o produto anual dos impostos estabelecidos pelo Alvará de 20 de outubro de 1822; e até duplicar a consignação mensal, que atualmente lhe paga pelos rendimentos da alfândega: com a soma de todos estes valores terá de sobra para a solução anual dos juros. Era isto o que havia começado a fazer o ministério passado, e julgava de fácil execução, segundo ouvimos a um dos ex-ministros.

Até aqui julgamos ter mostrado, com ganho de causa, que o sonhado empréstimo, por hora, ou não é preciso ou não é possível; vejamos agora se o desgraçado Sr. Simplício oferecerá razões mais convincentes e será mais feliz no que diz contra o Decreto de 30 de dezembro do ano passado, pelo qual “cometeu o ex-ministro da Fazenda o erro crasso de reduzir os direitos de importação sobre os vinhos estrangeiros ao par do que pagavam os portugueses, quando devera proceder em um sentido inverso, com o que teria não só aumentado os direitos da alfândega, mas até prejudicado o comércio do seu inimigo”. Principia logo estabelecendo duas proposições falsas; 1ª, supõe que todos os vinhos portugueses pagavam 12\$000 por pipa e todos os estrangeiros, 44\$000 antes do citado decreto, quando só o vinho do Porto feitoria e o de Madeira eram sujeitos ao direito de 12\$000; o Porto ramo a 10\$000, os demais vinhos de Portugal, Algarves e Ilhas, a 9\$600; e os estrangeiros a 36\$000; 2ª, supõe que pelo decreto todos os vinhos pagam 12\$000, quando este direito é só para os tintos, porque os brancos pagam o dobro. É pasmoso que o Sr. Simplício, ousando atacar os atos do ex-ministro da Fazenda, se não desse à pena de ler o Alvará de 25 de abril de 1818 e nem ainda o Decreto de 30 de dezembro de 1822 ou, se os leu, que não os entendesse.

Pelo alvará, os vinhos portugueses eram tributados segundo suas qualidades e lugares do seu fabrico, mas havia uma lacuna ou imperfeição, e vinha a ser que, à exceção do Porto feitoria, Madeira, e Porto ramo, todos os demais de Portugal, Algarves e Ilhas sofriam igual imposição, sem respeito à lei citada das qualidades e lugares; e os vinhos estrangeiros pagavam direito triplicado de 36\$000, o que equivalia a uma proibição indireta, e esta contraria aos luminosos princípios da lei de franqueza e liberdade do nosso comércio. Pelo decreto, porém, o legislador, reconhecendo que a base tomada no alvará das qualidades e lugar seria uma porta aberta a toda espécie de corrupção e um incitamento a novos e diversos extravios, pois que muito vinho estranho havia

entrado com o nome de português; e demais desejando obviar as faltas deste, que necessariamente deviam seguir-se pela Independência do Brasil e guerra com Portugal, dividiu os vinhos em duas classes, que não podiam admitir dúvidas, em tintos e brancos, e impondo nos primeiros o maior direito que pagava o vinho português, duplicou-o para os segundos. Pelo alvará teve-se em vista excluir do mercado o vinho estrangeiro e fomentar o consumo do português, regulando o tributo de modo que o vinho estivesse ao alcance de todas as classes laboriosas. Pelo decreto, além da lei de cores tomada por base principal, consideraram-se ainda outras bases não menos essenciais, isto é, reputaram-se os vinhos tintos como gêneros de um consumo quase geral, os brancos, de consumo supérfluo ou de luxo, e os licores e aguardentes de fora não só de luxo, mas o seu consumo causador da ebriedade e deteriorador da saúde dos povos. Estas três divisões deram a lei de aumento de direito na razão de 1, 2, 3. Em toda esta classificação, o ex-ministro teve por fito, quanto à primeira, chamar ao mercado dos portos do Império os vinhos de todas as nações, aumentar a concorrência dos vendedores, abaratar o preço da mercadoria, proporcionando aos meios da população laboriosa promover o consumo e, por consequência, o acréscimo dos direitos, estimular a atividade dos consumidores para o trabalho, o que vinha a redundar em aumento de novas produções e rendas, porque ninguém ignora que a abundância e bom mercado fazem a riqueza e prosperidade das nações e dos Estados; quanto à segunda, reservar o uso dos vinhos brancos para as classes ricas e luxuosas; quanto à terceira, dificultar ou indiretamente proibir o consumo de licores, etc., bebida mortífera e estragadora dos costumes e da vida humana.

Se o ex-ministro sujeitasse cada pipa de vinho ao pesado tributo de 44\$, como quer o Sr. Simpício, isto é, se lhe desse um valor três vezes maior que o seu custo, seguir-se-ia o seguinte: se o gênero fosse de consumo necessário, o consumidor cortaria e diminuiria progressivamente as suas necessidades e morreria à mingua e de miséria; se, pelo contrário, fosse de consumo supérfluo, o consumidor abandonaria gradualmente o seu uso e dar-se-ia ao de alguma outra bebida talvez mais prejudicial; em ambos os casos minguariá esta renda e acabaria por extinguir-se. Ademais, o ex-ministro sabia como Necker, cuja autoridade em finanças não pode ser contestada, que toda a imposição excessiva é ilegítima, porque, transpondo ou as necessidades reais do Estado, que a recebe, ou as posses do povo, que a paga, subverte a justiça, deteriora a moral e destrói a liberdade do indivíduo; é revoltante porque excita uma guerra entre o governo rodeado de poder e o governado inerte; é inútil, porque sua duração é efêmera.

Pelas razões *a priori*, que acabamos de expender, é claro que o tributo de 44\$ por pipa de vinho com o tempo faria desaparecer esta fonte de renda; e os argumentos *a posteriori* ou os fatos seguintes confirmarão isto mesmo.

O Sr. Simplício assevera que no ano de 1821 entraram neste porto 12.500 pipas de vinho português e 2.250 de estrangeiro, e que a nação perdeu pelos erros do ex-ministro 931.200\$000, e nós respondemos que a nação não sofreu tal perda, que ele é um completo ignorante e estúpido, e tudo isto sem contestar-lhe semelhante entrada e nem fazer admirações. O Sr. Simplício devia saber que as mercadorias não pagam direitos enquanto se não despacham, e que, se não despacham, enquanto não acham compradores ou se não reexportam. Por conta exata, despacharam-se em 1820 para o consumo 4.870 pipas de vinho e 2.128 dúzias de garrafas, e para reexportação, 1.481 pipas e 474 dúzias de garrafas; em 1821, para consumo, 1.722 pipas e 702 dúzias de garrafas; para reexportação, 1.520 ½ pipas e 3.587 dúzias de garrafas; em suma, importaram os direitos do vinho consumido em 1820 no valor de 189.947\$764, e em 1821, no de 54.418\$412.

Ora, se o alvará de 25 de abril de 1818 pelo excessivo imposto sobre o vinho estrangeiro produziu tão grande diferença para menos, que perdas não sofreria o Brasil, se acaso se cometesse o erro palmar de estendê-lo aos vinhos de todas as nações? Então, Sr. Simplício, para que se cansa em apresentar ao público cálculos de taverna? Perde o seu tempo, porque não engana, nem ainda aos incautos; aprenda, porém, que a matéria em questão verifica o dito do doutor Price e vem a ser que nas ciências econômicas 2+2 não somam 4, e sim umas vezes mais, e outras menos de 4.

Todavia, persiste o Sr. Simplício em querer que o ex-ministro consignasse para a amortização da dívida do banco o produto fantástico de 931.200\$000 e se deixasse de mandar portarias de repreensão aos deputados do mesmo banco. Nós já mostramos a realidade da perda e a quimera de semelhante produto, passaremos agora a mostrar a legalidade das portarias, vagamente mencionadas. O ex-ministro louvou e recomendou em uma o apropositado passo que a Junta do Banco havia dado de reduzir as notas em circulação, vista a grande desproporção entre elas, e o fundo metálico correspondente; é engraçado que o Sr. Simplício reconheça esta desproporção e abocanje semelhante portaria. Na segunda não aprovou a nomeação dos diretores e membros da Junta, feita pela assembleia geral do banco, e ordenou a esta que procedesse a nova nomeação, tendo em vista que os acionistas nomeados não fossem grandes devedores do mesmo banco; usou do direito de confirmação, que lhe é dado pelo § 13 dos estatutos, que acompanharam o Alvará de 12 de outubro de 1808, e pelo mesmo § excluiu os grandes devedores, porque estes, em sentido estrito, não são acionistas. Na terceira fez ver à Junta que uma ata da assembleia geral não podia ser alterada, senão pela mesma assembleia na forma do § 15 dos citados estatutos. Em todas estas portarias, o ex-ministro teve em mira a conservação e prosperidade deste estabelecimento e a religiosa observância da lei da sua criação, sem atender às intrigas dos áulicos. Se estas

medidas impediram a continuação de empréstimos insensatos ou excluíram da direção do banco homens que anteriormente haviam tanto concorrido para a sua ruína, e estes eram ou amigos ou parentes do Sr. Simplício, tenha paciência, porque a lei e o bem público assim o exigiram.

Continua ainda o Sr. Simplício a cevar o seu encarniçado ódio contra os Andradas e a vociferar contra eles por haverem mandado observar o “inexequível” Tratado de Comércio com a Inglaterra; e nós só temos de lhes render agradecimentos por medida tão assisada; 1º porque a Independência do Império, ou sua nova situação, não o desonerava da obrigação de guardar um tratado que havia abrangido tanto o Brasil como Portugal; 2º porque seria um erro crasso em política ofender e descontentar pela sua inobservância a primeira nação marítima, o que talvez chamaria sobre nós uma segunda guerra, bem funesta nos começos da nossa emancipação. Ademais, os Estados ligam-se ou separam-se, os homens à testa do governo desaparecem ou morrem, mas os governos e o que eles fizeram duram e conservam-se, porque, a não ser assim, ninguém estaria seguro, nem os estrangeiros, nem os nacionais.

Não tem, pois, o Sr. Simplício razão no que disse quanto aos dois atos legislativos que fizeram o objeto das nossas observações; tem ainda menos razão quando increpa e argui os Andradas de se meterem a legislar sem aprovação da Assembleia; porquanto, não estando esta ainda instalada, o Poder Legislativo se achava depositado nas mãos do monarca; e a nova situação política do Brasil requeria medidas eficazes e que não podiam admitir demoras.

Declaramos finalmente que, fazendo justiça aos acertados procedimentos dos Andradas, só procuramos render a homenagem devida às suas luzes e à sua probidade; não é servilismo quem nos obriga a tanto, porque nem nós precisamos dos seus favores, e quando precisássemos, eles não têm riquezas nem poder; ademais, eles sempre recusaram elogios, assim como hoje desprezam as insulsas, inépcias e grosseiras calúnias do Sr. Simplício, e outros miseráveis *ejusdem purpuris*; e seguros da sua consciência, apelam para a posteridade, que não participa das paixões corrosivas dos contemporâneos, ou para o tribunal dos homens sábios e imparciais das nações cultas da Europa, cuja competência reconhecem. Temos concluído a análise da carta do Sr. Simplício, tão mesquinho em miolos como mesquinho em ideias.

ADVERTÊNCIA

No *Tamoyo* de terça-feira, nº 17, de 30 de setembro, pág. 68, coluna 2ª, lin. 40, onde diz “e preferindo a causa da humanidade à da sua justa pátria,” deve-se ler “e preferindo a causa da humanidade à da sua injusta pátria”.

O TAMOYO

SÁBADO, 4 DE OUTUBRO DE 1823

*Tu vois de ces tirans la fureur despotique;
Ils pensent que pour eux le Ciel fit l'Amerique.*

VOLT. ALZIRE.



Resenha analítica dos periódicos da Corte da semana passada

*"This hard to say, if greater want of skill
Appear in writing or in judging ill;
But of the two, less dangerous is th'offence
To tire our patience, than mislead our sense."*

Pope. *Essay on Criticism.*

Principiamos as nossas últimas resenhas pelo *Correio do Rio de Janeiro*, em testemunho da particular afeição que lhe consagramos; hoje, porém, estamos resolvidos a seguir nova marcha, levantando humilde pensamento ao muito alto e muito sábio *Diário do Governo* desta Corte. Parece-nos estarmos presenciando um destes censores do tempo, desprendendo um sorriso sardônico, perguntar-nos donde derivamos semelhantes epítetos daquele diário, quando ele só oferece aos seus leitores notícias que já têm bichos. Sim, Sr., tudo isso vemos e ainda mais alguma coisa: repare, vossa mercê, que todas essas notícias são a favor da injusta invasão dos franceses na Espanha; repare que os constitucionais deste reino (desgraçados!) ainda não alcançaram uma só vitória; repare que nunca apareceu ali o manifesto de Fernando VII nem a entrada do Wilson e as suas proclamações; fato tão importante à liberdade da península, como a aquisição do lorde Cochrane à Independência do Brasil; porém, o motivo por que lhe chamamos "muito alto e muito sábio" são as portarias das diferentes repartições do ministério; nem haverá quem, portanto, ouse negar-lhe aqueles epítetos que parecem competir-lhe de direito.

Ora, pois, satisfeito, como supomos que deve ficar o tal censor, passemos a uma carta do Dr. De Loy, que se acha inserta no nº 69 daquele periódico. Mr. De Loy, fazendo recapitulação de várias cartas que tem escrito, diz que

estabelecera em uma delas que “a guerra contra a Espanha não era agressão, mas uma defesa legítima contra crenças inimigas de toda a Constituição racional”. Ora, quem havia de presumir chegasse um tempo em que se desse a agressão o modesto nome de defesa e vice-versa! Decerto não foi com os argumentos de Mr. De Loy que Mr. Villele fez rosto à oposição. Se a França receava o sistema político peninsular, se julgava prejudicial aos seus verdadeiros interesses a introdução dele no seu interior, que se acautelasse pondo em prática todas as medidas que convenientes lhe parecessem; mas entrar com mão armada em uma nação estranha para dar cabo desses princípios que a nação professa será sempre uma “agressão”, enquanto de todo se não subverterem as ideias que costumamos fixar aos vocábulos.

Quer Mr. De Loy provar que a Espanha “não é aferrada ao absurdo código das Cortes”, e para isto argumenta com o “acolhimento prestado ao exército libertador desde o Bidasoa até Cádiz”, isto é, desde uma à outra extremidade da Espanha. Bem se vê que o argumento é contraproducente e causa compaixão. Se a Espanha não é aferrada, como Mr. De Loy afirma, à sua Constituição, para que foi lá esse exército? Não podem outros motivos ter dado causa a esse acolhimento talvez forçado? E como concordar esse universal acolhimento que diz ter encontrado o Exército francês com as novas levas que em França se estão fazendo?

Parece-nos que se engana Mr. De Loy quando diz que há publicistas nossos que “pretendem transplantar para o Brasil ou a Constituição inglesa, ou o Código Público dos Países Baixos, ou a Carta francesa”. Se bem nos lembramos, esses publicistas propuseram que sim se adotassem com as modificações necessárias, atenta à diferença das coisas.

Quanto ao resto, desejaremos que Mr. De Loy desempenhe bem as muitas e muito úteis coisas que promete, e nos instrua desta sorte com os seus estimáveis escritos.

A carta assinada por Um Liberal, que se lê no nº 71 do Diário, é a justificação das doutrinas dos antigos correspondentes dele e defesa dos ataques que lhe tem feito *Correios* e *Sentinellas* de Pernambuco. Na verdade, não vemos por qual motivo mereça o *Diário* o título de infame, como os redatores e correspondentes destes dois últimos periódicos lhe têm chamado. Se as doutrinas que ele publica são más, combatam-se; o contrário é descer a ações inteiramente indignas da gravidade do Liceu. Quanto ao pugnar o autor da carta pelas mesmas ou ainda maiores atribuições, do que goza o rei da Inglaterra, para o monarca, não duvidaríamos conformar-nos com ele, uma vez que nos indicasse o meio do monarca não poder abusar de tão amplas faculdades. Dar-nos-á talvez a responsabilidade dos ministros e a liberdade da imprensa em penhor da conservação dos direitos do cidadão; mas, apesar dessa responsabilidade dos ministros e liberdade da imprensa, apesar do grito dos

periódicos, quantos atos anticonstitucionais e quantas injustiças não tem praticado, não o monarca, porque ele é impecável, e, como tal, inviolável, porém, aqueles que participam e em quem está delegada a sua autoridade? Quanto à precisão de nobreza, tanto mais nos conformamos com a opinião daquele escritor, quanto mais convencidos estamos com o ilustre Montesquieu de que, faltando às monarquias a “virtude”, base das democracias, é naqueles governos a “honra” a mola real das ações do cidadão.

O Diário nº 73 torna-se sumamente importante pela natureza dos documentos que contém; mas notamos nas notas do nosso Ministério dos Negócios Estrangeiros uma semelhança notável entre o estilo e ideias ali exaradas, e o estilo e ideias que se encontram nos papéis do passado ministério. O insigne Pitágoras tinha razão quando pregava à mocidade de Crotona o dogma da metempsicose; sim, já cremos, já cremos na transmigração das almas!

Apesar desta semelhança de estilo e de ideias, duas coisas observamos que não nos parecem filhas da política que ditou o resto: é uma delas o dizer o ministério que todos os esforços que Portugal fizer para arredar este Império dos fins que tem solenemente proclamado serão infrutuosos, “muito mais com a superveniente forma de governo absoluto a que voltou”, quando a forma do governo de Portugal, seja ela qual for, jamais pode influir nem entrar em consideração no caso presente; é a outra o não querer S.M.I. aceitar as cartas de família que trazia o conde de Rio Maior. Este procedimento é contra a natureza, e em Portugal não deixaram de tirar daqui por corolário que S.M.I. está coato, quando todos sabem a completa liberdade de que goza em todas as suas ações. Acresce mais que estas cartas, nas atuais circunstâncias, deviam conter coisas relativas ao estado presente do Império, e nesse caso, além de convir muito saber o seu conteúdo, já não eram só cartas familiares. Cumpria, pois, serem recebidas e até manifestar-se a nação o que lhe dissesse respeito.

Volvendo agora os olhos ao *Sylpho*, encontramos a carta do Espreitor Constitucional, que tão perseguido se viu pelos escudos d’armas lusitanas; pois ainda lhe escapou o que existe no frontispício do museu como para dizer aos numerosos mineiros e paulistas que passam pelo Campo da Aclamação que nesta Corte há chumbismo em uns e omissão imperdoável em outros. E de que vale contra quem não tem vergonha, nem pundonor nacional o porrete do satírico latino?

O Botocudo, correspondente do nº 17 da *Sentinella*, queixa-se também da “conservada” praga de escudos d’armas lusitanas, veremos se o mal se remedia. A carta do Desejoso do bem do Brasil sobre a propagação da vacina e as reflexões que lhe ajunta o redator mostram em um e outro sentimento de louvável filantropia. Possam aqueles dois pequenos escritos acordar do adormecimento as pessoas encarregadas de um estabelecimento tão útil ao Brasil e tão caro à humanidade.

Tem razão em fatos que aponta na *Sentinella* nº 18 o Brasileiro da Roça; mas parece-nos que a questão não deve versar sobre empregarem-se ou não homens nascidos além do Atlântico; porém sim se esses homens estavam no caso que no nº 17 do nosso *Tamoyo* ponderamos. O Brasileiro da Roça parece querer excluir a todos os portugueses de aspirarem aos empregos do Império; nós sentimos de diverso modo e desejamos que a eles tenham acesso; porém, debaixo de que requisitos?... No referido nº do *Tamoyo* os encontraram os nossos leitores, e não deixaram talvez concordar conosco todos aqueles que se acharem em estado de julgar com imparcialidade.

O *Correio* da semana passada, depois de ter ocupado os dois primeiros nºs dele com o projeto da sua “Constituição”, e com algumas notas a esse projeto, traz no nº 45 uma judiciosa carta sobre a infeliz lembrança das províncias federativas; mas em seguimento dela não deixa de vir logo outra de costumadas invectivas aos passados ministros, e talvez pouco merecidos encômios aos presentes. Sim, Sr. quem quer que seja, os passados ministros seguiam máximas maquiavélicas (se é que vossa mercê sabe o que seja maquiavelismo), mas poderão reunir o Império ao redor de um centro comum e conservá-lo; e praza aos céus que, apesar dos elogios que prodiga aos atuais, da suspensão das devassas e mais atos que se crê de filantrópica e eterna recordação, pelos quais talvez a pátria lhes tomará um dia estreitas contas, não vá pelos ares tudo quanto eles fizeram em benefício do Império. O tempo corre e cada vez mais nos aproximamos à época deste desentrexo; que não está muito remota, segundo podemos julgar pelas notícias que vêm chegando.

Estas criminações contra os passados ministros, juntas aos louvores dados a Saldanha, àquele pérfido Saldanha cuja cooperação com Madeira é bem-sabida e foi denunciada nesta Corte ao público por uma carta impressa; àquele infame Saldanha que proveu o dito Madeira com tanta abundância de carne, que naquela ocasião tinham os lusitanos na Bahia quantidade dela para seis meses; bastam para mostrar o caráter do correspondente e fazer duvidar de tudo o mais que refere, ainda que verdade seja: o que não podemos afirmar, nem negar. O mais galante é que, sendo as devassas uma das culpas tão agravantes, na opinião de tantos, em que caíram os Andradas, sem, contudo, terem mandado proceder a uma só por seu livre arbítrio, pretenda o correspondente que o atual ministério mandasse talvez tirar também devassa do acontecimento do Rio Grande! À vista julguem os ânimos imparciais se a culpa dos Andradas (quando os Andradas só tivessem parte na deliberação) consiste em se ter procedido daquela maneira ou se consiste antes em se ter por tal modo frustrado todos os planos da revolução que se dizia estar traçada e próxima a rebentar.

O que deixamos expellido responde também ao que no nº 48 vomita contra os Andradas uma produção ledina, que ali se encontra; mas não podemos resistir à tentação de copiar aqui algumas regras dela, que mais estima-

mos pelo estilo de que são animados os pensamentos. Trata da demissão dos Andradas, e diz o autor da carta. As províncias desassombradas reconvergindo para o seu centro; as opiniões reunindo-se todas ao único alvo da felicidade geral; o pensamento livremente circulando sem que o fanatismo e a venalidade lhe corte os necessários voos; a felicidade ressoando-se no horizonte do Brasil, etc. Isto é bonito; mas, para se descobrir a verdade, escondida debaixo do *ouropel* das expressões, é necessário entendê-las às avessas.

Sr. Redator.

Tendo o redator do *Correio Extraordinário* inserido no seu periódico nº 11 uma carta que lhe envie, acompanhada de duas atestações, em que se prova terem os anarquistas de Pernambuco outra vez querido reproduzir as cenas de 1817 e tendo de agradecer ao dito redator as três notas contraditórias e inconsequentes, que felizmente juntou, figurando destruir a minha carta, quando por isso mesmo lhe deu maior vigor; não devo deixar duvidoso o público, para quem escrevo e a quem se deve elucidar as matérias.

Na verdade, tendo eu, na dita minha carta, distinguido os inocentes dos culpados do dito ano de 1817, como uma prova da minha repugnância a invectivas contra os indivíduos, que não as merecem; assentou o dito Sr. Redator por sua alta recreação de misturar todos os que padeceram nesse tempo, e de avançar temerariamente na sua primeira nota que todos eram incursos na mesma coisa, e que só reconhecia diferença de maior grau nos promotores e de menor nos executores, como se todos fossem destas duas qualidades, e como se os inocentes pudessem ser compreendidos nesse número, ainda mesmo de executores, quando eu indistintamente os tinha ressalvado como particular cuidado, para evitar a ordinária calúnia com que o vulgo costuma confundir uma arbitrária imputação com o verdadeiro reato.

Mas o mencionado Sr. Redator afligiu-se tanto com a descoberta de uma revolta quanto a destinação de pessoas; e procurando modo de combater a minha asserção, não achou outro pretexto, se não este de mostrar-se desentendido, para confundir os réus executores com os absolutamente inocentes, que eu claramente excluía; erro este que eu poderia talvez atribuir a uma falta de inteligência se as suas duas notas seguintes não patenteassem a manifesta prevenção com que a primeira foi enunciada. Sim; e do contrário, porque lógica infernal diz aquele redator na sua segunda nota que é soprar discórdia a simples ação do atestante, quando afirma que não descobriria o horrível plano que tinha visto, se agora não fosse o brado a salvar a inocência de alguns indivíduos caluniados, como o de quem falou a primeira atestação? Será isto soprar discórdia ou pelo contrário socorrer a uma vítima?

Além desta calúnia, atira aquele redator a barra mais longe, pois dá a entender que este atestante diligenciara por todos os modos possíveis o entrar em uma sociedade criminosa com o fim de mudar de derrota, quando fosse malsucedida. Isto é julgá-lo pérfido e retraído; é supor que entrou no projeto, sacrificando seus companheiros quando das mesmas palavras da atestação se vê o contrário; pois que delas se prova que ele nunca assentiu e que se desviou daquele ajuntamento, logo que viu projetar-se uma rebelião igual à de 1817.

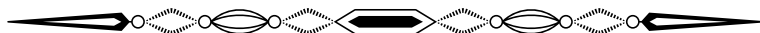
Continuar-se-á.

O TAMOYO

TERÇA-FEIRA, 7 DE OUTUBRO DE 1823

*Tu vois de ces tirans la fureur despotique;
Ils pensent que pour eux le Ciel fit l'Amerique.*

VOLT. ALZIRE.



Alfândega

O que dissemos acerca desta repartição no nosso nº 16 tem produzido duas utilidades, uma real e outra aparente, esta consistente em se ter mandado averiguar sobre a veracidade do fato, que no dito número anunciamos, de ter o Sr. Meyer mandado sair uma porção de volumes, sem estarem ainda legalizados os despachos dos mesmos volumes, e na ausência dos respectivos oficiais, e até do administrador; aquela em ter o Sr. Meyer abaratado o preço dos termos de propriedade portuguesa, cujos emolumentos já iam numa progressão espantosa, de maneira que podia chegar a sorver tudo a título de emolumentos.

Chamamos utilidade aparente a averiguação do fato; porque estamos certos de que o manto do patronato cobrirá sem dúvida quantas prevaricações hajam deste calibre; embora o cap. 44 do foral se oponha e o bem público clame altamente justiça.

Ajuntamos mais estas duas regras para aumentar a matéria sobre a qual o Sr. Meyer tem de espanejar-se para nos responder, segundo bazófia, às nossas arguições. Nós ingenuamente lhe pedimos queira, quanto antes, adiantar a sua defesa, pois temos sumo gosto de o ver lavado de imputações e livre da boca pública sempre venenosa quando toma entre dentes o mais honesto dos homens; mas sempre lhe rogamos que nem por isso deixe de escriturar os livros da alfândega, que é fama estão em branco, assim como vieram da casa do livreiro, com a única diferença de estarem muito velhos e muito gordos ou pejados dos papéis que se deviam ter lançado e do que já o Sr. Meyer recebeu bons emolumentos.

Continuação da correspondência começada no nº 19

Que direito assiste ao redator do *Correio* para atacar a quem não conhece, só pela sua diabólica e infernal conjectura? Se nisso pudesse entrar conjectura, essa devia ser pelo contrário, e era que o atestante não podia ser notado dessa infâmia; pois que, se pudesse incorrer nesse risco, não se animaria a apresentar em público uma tal atestação, que poderia ser nociva a si mesmo. É esta a conjectura que deveriam fazer os cidadãos probos, e é o que o redator deveria ter feito, pois que um escritor público não está acima do critério dos leitores para invadir a honra dos cidadãos só por meras conjecturas. Não será isto uma prova bem clara de que as suas notas nasceram de ânimo prevenido?

Além disto, como pode, sem ser notado de quebra de civilidade, o *Correio Extraordinário* notar ou censurar uma carta que outro escritor lhe pede, por favor, queira inserir no seu periódico? Se a considerou digna de notas, podia com qualquer leve pretexto escusar-se, sem ofender a ninguém, esperando vê-la inserida em outra parte, para então desabafar e dar-se a conhecer que era *ex ellis*. Enfim, apesar das suas notáveis notas (dirigidas aos agradecidos), eu dormiria bem tranquilo se tivesse sido o autor da atestação; tendo pelo contrário padecido terríveis e cruéis vigílias, se por fatalidade se lesse em papel meu que a existência (civil ou natural) do corpo da magistratura não poderia exceder da duração de dez meses.

A terceira nota não merece refutação, pois que o mesmo redator confessa a prevenção, dizendo que não interessa ao imperador nem à nação que saiba quais são os rebeldes que revoltam o Brasil e que uma tal descoberta mais parece intriga particular do que outra coisa. É esta justamente a frase dos que dizem que os crimes de 1817 foram de mera suspeita. Agora é que acordo que o dito Sr. Redator também... Deus escreve por linhas tortas. A que porta fui bater! A que porta fui eu bater, meu Deus!... Que conceito ficaria eu merecendo, se o redator do *Correio Extraordinário*, o Sr. João Soares Lisboa, se conformasse comigo! Ah! Bom é que todo o mundo saiba que o seu modo de pensar não se ajusta com o meu. Sim, eu tenho muito que agradecer-lhe pela sua franqueza. Toda a rebelião chama-se intriga? Perdoe-me o Sr. Lisboa que nunca mais o incomodarei.

José Fernandes Gama.

Sr. Tamoyo.

As sinceras reflexões que vossa mercê fez à minha carta inserida no *Diário do Governo* nº 61 vieram confirmar-me na opinião em que há muito eu estava, de que vossa mercê tinha civilização sobrada e de que nas aulas em que aprendeu provavelmente se apresentou com outro nome. Louvo e agradeço a

sua polidez, e vou dar-lhe, quanto em mim cabe, uma prova de que receberei sempre lições mesmo dadas por um Tamoyo verdadeiro. Se o tratamento não encaixar a culpa é sua, deponha as plumas e serei exato; se o meu erro pois for superlativo, assim mesmo deve desculpar-me, porque a este respeito nós estamos hoje na Torre de Babel.

Não sei, e Deus sabe quanto me pesa, a língua grega; apesar disso, a não ter razão urgente, não me pusera nome de misturada; fui assim crismado por um indivíduo ao qual, por mau fadário, crismaram depois com termos, se não mais gramáticos, mais gramados. Eu adotei a palavra porque, como estas caem e se renovam como as folhas das árvores, pode-se introduzir uma sem que por isso se mereça rigorosa crítica de uma criatura, cuja tribo (ao que me parece) não enxotava palavras compostas dos diferentes dialetos das aldeias que a circunvizinhavam. Adoto, pois, a correção, a firma desta lhe provará. Se estas razões não minoram o meu erro, consolar-me-ei com ver que todos erram; até o mesmo Homero dormitou, e a mais concludente prova desta fraqueza inata deu-na vossa mercê, pois, se eu erre em anuir à crisma alheia sem dar peso à liga de duas línguas, o que se acha em muitas outras palavras, vossa mercê inseriu um texto alterando a colocação delas. Ao fazer este ocioso reparo, lembrei-me de que já uma vez me tinham escrito notando-me a falta da data na carta contestada, vindo a arguidora firmada em 29 de fevereiro, não sendo esse ano bissexto.

Foi o meu fim naquela carta, e será sempre o meu mais constante anelo nas palavras, nos escritos e nas ações o promover a união dos indivíduos componentes do vasto Império brasílico. Não conheço meio mais seguro, creio mesmo que é o único, para que chegue a salvamento a nau do Estado, que arfa ao sair do porto em ondeantes mares, do que a confraternidade dos seus habitantes. É evidente que com exatidão matemática ela é impossível, mas é verdade que se obtém com precisão civil. Há povos com governo, ora este, como diz um livro muito bem-imitado por vossa mercê, é a submissão voluntária dos mesmos povos às leis feitas, logo há união de sentimentos sem precisão matemática, mas com a que basta, a civil. Ainda quando estivera fora do alcance dos bem-intencionados o seguimento exato de um tal objeto, nem por isso, pois que é necessário seria quimera de teóricos insensatos o abalançar-se ao empenho. Ainda se não penetrou a possibilidade de descobrir a quadratura do círculo, de achar exatamente a longitude no mar, e de combinar os simples de que se compõem alguns corpos, e aqueles que empreendem achar estas incógnitas merecem eles por isso um insulto?

O Sr. *Tamoyo* enganou-se terminantemente na hipótese de que os portugueses brasileiros se arrepiam ao ver ao leme dos negócios os brasileiros portugueses, desmente-o a história; é coisa a que estão há muito afeitos. Nela, entre muitos outros, estão os nomes de Alexandre de Gusmão, de João Pereira

Ramos, do bispo conde, do inquisidor geral e de bastantes que o leram, os quais, pouco há, regiam cadeiras na universidade e nas academias, administravam estabelecimentos notáveis e gozavam de toda a consideração devida ao seu saber, ao seu caráter e às suas virtudes. Nunca os lusitanos europeus consideraram os brasileiros lusitanos como os bárbaros lacedemônios mediam aos hilotas, nem sempre os pesaram para lobrigar o conteúdo nas algibeiras; muitos brasileiros, sem serem Adônis, andaram nas palminhas das mãos lisboetas, e não eram só o senhor de engenho e o mineiro que se atacavam profundamente. Se vossa mercê não esteve lá na corrompida e mísera Ulisseia, pergunte-o aos de casa ou aos amigos.

Os Estados Unidos foram da Inglaterra uma colônia do mesmo modo como o Brasil o foi de Portugal; o governo, as leis, menos as municipais, a administração de justiça, tudo vinha da Europa, mas nunca lá gozaram de foros civis tão latamente como os de cá os desfrutaram em Portugal. Vossa mercê sabe que um dos motivos da separação foi a falta de assento no Parlamento britânico dado aos oriundos na América. Não sucedeu assim em Portugal; a Bahia e o Maranhão mandaram deputados às Cortes de Lisboa. De todas as nações europeias, Portugal foi aquela que mais identificou civilmente as suas colônias. A paz de Wtreck forçou-o ao aperreamento mercantil de que pouco antes não gozava.

Na lista dos leais americanos, que a Inglaterra ainda hoje paga, provavelmente se enumeram indivíduos nascidos nas margens do Delaware, bem assim como se houver de que fazer uma em Portugal nele se inscreverão um Sarmento, um Deão da Bahia e outros que por aí estão alapardados, quer com bigodes, quer sem eles; e se lá tiveram um Lee e um Gates, também nós cá temos centenas de homens semelhantes. Se a história for escrita por mão esquadrinhadora, contará um dia em que os gritos dados tanto a tempo no salão de S. Paulo nos fins de 1821 foram ecos de um sussurro levantado nesta Corte, e por quem, Sr. *Tamoyo*?

Todo o homem tem pátria, os lusitanos que abraçaram a causa também têm uma, e esta é o Brasil; e, pois, que tem obrigação de suportar os seus encargos, tem direito de gozar nela de tudo o que gozam os indígenas; apesar do direito, eu no lugar deles não pediria mais do que tenho, e bem fará quem só se lembrar de muito poucos, e esses com méritos transcendentos, méritos que levem palmas. Pareceu-me supérflua a sua distinção entre os direitos civis e aptidão legal, bem vê que é sabidíssimo que nem vossa mercê entrará na lista dos pretendentes a bispados, nem eu na dos generalatos.

Não só não é prudente injuriar, como vossa mercê diz, eu assevero que é um crime, e por muito pecador que me creia, nem mentalmente tive em vista o sangue de que vossa mercê se lembrou, quando atribui à influência deste a injustíssima perseguição feita aos espanhóis nas províncias da América.

É claro como a luz do dia que eu falei de estrangeiros europeus, e como a importação destes no Peru e no México foi sempre vedada, no primeiro ainda há um exército peninsular recrutado no país, e o último fez reiteradas diligências para ser governado por um descendente dos seus antigos soberanos. Buenos Aires, Caracas, etc., onde estabeleceram facilmente indivíduos não nascidos aquém dos Pireneus, deram esse horrível exemplo de perseguição fraterna; e depois que *luta la cagnalia* pisa o solo brasílico, surgiu essa ímpia e cruel antipatia, e para mais a seu salvo nos bambalearem puseram-se descaradamente da sentinela em casa alheia. Um homem, que em 1817 imprimiu a sua crença sobre a quimérica pureza do sangue português, não caiu no erro histórico gratuita e impolidamente imputado, e escarnecerá sempre com internos sorrisos pretensões esbranquiçadas, pois que o seu espelho lhe está a ele e a todos mudamente pregando.

Concordo na rivalidade que sempre houve entre os povos mesmo de origem comum, e daí infiro eu a brasílico-lusa é coisa inata e natural, e, portanto, que não produzirá procedimentos ultrapatrióticos; e assim como Roma e Alba, que lhe dera a origem, formaram a poderosíssima nação, assim também o Brasil e Portugal, de certo modo politicamente ligados, farão a inveja do universo. Nos meus mesquinhos raciocínios, prefiro o sistema da Inglaterra e Hanover a qualquer outro, e se divergi dos sábios redatores do bem-traçado projeto da nossa Constituição, é porque *unusquisque sui sensus abundat*, e toquei na tecla na esperança de que almas mais atiladas tratassem de uma questão que precisa ser debatida, e que, sendo consultados os interesses mútuos, se concluíra mais facilmente do que o debate sobre a qualidade e razão da morte de Themistocles a qual, se Plutarco é marcada autoridade para vossa mercê, é mais racional atribuir ao medo de Cimon, que já então era homem distinto por vitórias brilhantes.

Como tantas são as cabeças quantas as sentenças, não admira de que haja políticos desaprovadores do *Settlement act*, mas ouçamos os fabricantes e os mercadores, e ríamo-nos dos filantrópicos sonhadores de guerras desnecessárias. Os Estados Unidos andam de porta em porta na Europa à cata de um buraco para lhe servir de armazém. Ah! Que não dariam eles pelos da Junqueira! Os ingleses abraçaram-se com Gibraltar e Malta com tanta ânsia que lhe cravaram as unhas, pois olhe meu Sr., nada mais são do que dois armazéns artilhados.

Quando Cabral abraçou ao primeiro brasileiro em Porto Seguro, abraçaram-se com eles, a modo do pecado original, os indivíduos indígenas dos dois países, sem que daí se infira que o governo de ambos deve ser um; não sei como se me aninharam na cabeça Inglaterra e Hanover, que sempre os tenho presentes. Mesmo sem admissão do paralelo, porque em política há mil variedades, amizade individual deve continuar, em uns provará raciocínio e razão; nos outros, boa moral e generosidade.

A administração do findo Reino Unido conduziu-se de maneira que os povos ficaram sem governo. A revolução, que o derrubou, será o prelúdio de outras muitas se não se cuidar em reviver as ideias de obediência cá e lá; com esta, com representações respeitadas, com reflexões imparciais e com energia de caráter, conseguir-se-á pouco a pouco o restabelecimento da ordem civil. É nisto que eu quisera ver continuar o trabalho dos homens probos com a mesma perenidade com que alguns malvados, a troco de pesos solares, prosseguem no louco, ímpio e baldado empenho de nos atribular e desorganizar; embora varie a administração. Se não devemos viajar, porque o cocheiro dá às vezes fustigadas extemporárias, pondo os bucéfalos em desinquietação intempestiva, então entremos no coche. Sem governo não há nação, sem obediência não há governo, esta é fruto da educação, para ela concorrem os escritos públicos em crises como a nossa. Eis aqui proposições simples, mas verdadeiras; fora delas, bem como do seio da igreja católica, não há salvação nem para vós nem para nós.

Phileutaxias.

Em prova da imparcialidade com que redigimos este periódico, apressamo-nos a dar ao público a carta do Sr. Phileutaxias, outrora Philoordinis, e prometemos de, em um dos números seguintes, rebater tudo quanto se opõem ao *Tamoyo*.

O TAMOYO

QUINTA-FEIRA, 9 DE OUTUBRO DE 1823

*Tu vois de ces tirans la fureur despotique;
Ils pensent que pour eux le Ciel fit l'Amerique.*

VOLT. ALZIRE.



Carta de João Claro a seu compadre Braz Escuro

Que de perguntas, meu querido Escuro? Para responder-te não basta uma carta, seria preciso um cartapácio. Mas vamos por partes; pois de grão em grão enche a galinha o paparrão, diz o ditado.

1ª O que é “opinião pública”? Respondo: opinião pública, ou publicada, que entre nós vale o mesmo, é qualquer calúnia, asneira ou inépcia má que sai à luz em letra de forma, contanto que apareça à face do mundo em certos periódicos por certos indivíduos de certa súcia. Assim, para ter esta opinião pública, basta beijar certos traseiros altanados e saber gastar alguns cobrinhos para imprimir os desaforos e frioleiras que te vierem à cabeça, contanto que digas mal de muita gente boa, por exemplo dos Andradas, e que fales muito em “despotismo”, “liberdade”, “soberania do povo”, “direitos do homem”, “veto absoluto”, “duas câmaras”, etc. Isto é muito claro, meu Braz Escuro.

2ª O que é “aura popular”? Respondo: já me disseste que ouviras dizer que “aura”, “auréola” ou “aurora” era tudo o mesmo, e que era uma mixórdia composta de azeite de carrapato e mel de pão, qual as purgas, que dão alguns alveitares às bestas de alquilé quando têm fastio. Como isto é escuro, falarei mais claro. Aura popular é andar a gente a papaguear pelas lojas e vendas de anarquistas e chumbeiros, chupar-lhes ceias e jantares, escorpichar garrafas, metafisicar a torto e a direito em ideias platônicas *bombinantes in vacuo*, apertar a mão com três toques pelo menos e abraçar a muita gente que desejarias afogar. Eis a razão por que certos homens sábios e honrados não podem ser liberais na frase do tempo, pois já não têm, ou se o tiveram, se diz agora que perderam, a “aura popular”, apesar de continuarem a ser bons pais, bons maridos, bons magistrados e bons cidadãos. Eles serão sempre reputados déspotas, por mais que amem a pátria e as leis.

3ª E que é um “déspota”? É um homem algum tanto teso e empertigado para os faciosos e malvados, e muito brando para os outros; é um homem que não tem opinião pública, ou publicada, nem a aura popular dos epitáfios, autógrafos, pazes pacíficas, erciscundos, conquistatórios, etc., de certo ajuntamento que tu bem conheces: enfim, o miserável déspota de nossos dias por cúmulo de infelicidade é um pobre não de espírito, mas de bolsa e mando, que não pode comprar escrevinhadores nem dar veneras e pensões. Isto parece muito claro a João Claro, Sr. Braz Escuro.

4ª Que coisa é “patriotismo”? Respondem alguns que são grelos de abóbora, que servem quando há falta de lombo de porco ou de carne de vaca para fazer a cambuquira dos paulistas, com que se enche bem ou mal a barriga. Isto não é claro para todos; o que, porém, é evidente é ser o patriotismo do tempo aquela nobre virtude que, para conservar o que se tem adquirido por fã ou por nefas, defende com o mesmo entusiasmo os Ledos, os Berquós e os Gordilhos, porém, por seus turnos e segundo as circunstâncias. Patriotismo é louvar e envernizar a lagrimosa imperícia e nulidade do atual ministério; patriotismo é com inocência e boa consciência, ou por douda ignorância prática e política, mas não por fins sinistros espalhar as mãos cheias pelas províncias as sementes da anarquia e desmembração do Império, fazendo liga achaica com semifilósofos e pseudopolíticos de água doce das escolas galicana, espanhola e lusitana; é favorecer a prepotência militar e a licença rabulística dos arquipérfidos que se chamam pais da pátria por excelência; patriotismo é não ler o *Tamoyo* e, quando dele se fale, dizer que é papel incendiário, que seu redator saiu das profundezas do inferno, e que pelo menos é um dos avós de algum futuro anticristo; patriotismo é não dar real da sua bolsa para as necessidades do Estado, antes esvaziar o que há para pagar merecimentos ocultos ou poucas vergonhas manifestas; é enfim engrossar as falanges dos novos centímanos que, de escravos vis em ou outro tempo, hoje já querem ser nossos amos, baralhando tudo para melhor pescarem em água turva. Isto é bem claro, meu amigo Braz Escuro, e por isso eu, que não sou desta laia patriótica, vou fazer-me Ermitão da Hambira para não ver diariamente os focinhos destes animais daninhos, destes moedeiros de falsa liberdade, destes orangotangos de nova espécie, que juntam a natureza de tigres a macacos e que apregoam e praticam descaradamente os sete pecados mortais, que para eles são os únicos mandamentos da lei de Deus. É, pois, tempo de ir entorchando a fatiota e caminhando para o deserto como o bom Batista, pois vejo o céu ir-se cada vez mais cobrindo de opacas nuvens que ameaçam borrasca desfeita e furiosa. De um lado já incha as bochechas o carcundismo despótico, e de outro vejo já a República federal, que se deve pastar de roubos e sangue erguer a cabeça medúfica e ir cada vez mais desgrenhando a melena viperina. Nestes termos, meu honrado Braz Escuro, vamo-nos escafedendo para o deserto, que é lugar

escuso; mas por quanto cumpre ir com a consciência limpa, devo fazer-te a minha confissão geral antes da partida. Confesso, pois, perante o céu e a terra, perante os homens e toda a casta de alimárias, como orangotangos, mandris, tigres, raposas, que nunca fui nem serei realista puro, nem aristocrata puro, nem democrata, e por isso nunca quis nem quero em tempo algum alistar-me debaixo de estandartes de papel dourado e lantejoulas do despotismo real, nem debaixo das bandeiras esfarrapadas da suja e caótica democracia. Meu sistema político nunca foi nem será este; mas serei o que quiserem, contanto que não seja o que eles são: corcundas ou descamisados.

5ª Mas qual é este sistema, perguntarás tu? Respondo: o meu sistema era dificultoso de realizar, mas o único que poderia fundamentar o império constitucional e conservar a sua integridade, força e união. Seria converter homens, a longos tempos aviltados e sem pátria, em cidadãos honrados, ativos e valentes; seria criar então, como por milagre, uma nação nova, grande e respeitável; seria formar um pacto social e adequado ao nosso local, aos nossos usos e costumes; seria destruir pouco a pouco por meio da instrução e educação pública e doméstica um montão de preocupações e abusos tão antigos como as nossas cidades e vilas; seria abater perante a lei o orgulho insolente do nascimento e dos empregos; seria reintegrar no uso de seus legítimos direitos os povos há séculos tiranizados, conservando, porém, ao mesmo tempo a grandeza, tranquilidade e estabilidade do Império civilizado; seria soprar novo espírito público sobre uma multidão dividida e subdividida em classes e cores diferentes, inimigas ou discordes entre si, reunindo esta legião de interesses desvairados em um só e único interesse não baiano ou pernambucano, mas somente brasileiro; seria, enfim, dar poucas leis e sobretudo novos costumes e moralidades à nossa gente generosa e capaz de muito por natureza; mas desgraçadamente até hoje pela maior parte apática, ignorante ou corrompida. Bem vêes, amigo Escuro, que tudo isto seria difícil e demorado, porém possível e necessário. E que glória imortal não resultaria aos obreiros e arquitetos que juntassem os materiais precisos e levantassem tão magnífico palácio? Mas parece que o não quer a má fortuna – *sic fata tulere*. Basta: estou cansado de borrar papel, certamente borrado para muita gente que o não entende, nem quer entender. As outras vinte perguntas ficaram adiadas para melhor tempo como fica muita coisa na nossa assembleia. Teu amigo do coração.

João Claro.

Sr. Redator.

Parece incrível que, no conflito em que nos achamos para repelir os inimigos do Brasil e consolidar a reunião das províncias, ainda haja brasileiro

tão endiabrado que se lembre desmanchar os nossos trabalhos. Agora, que tive notícia de Pernambuco e Paraíba, sei com certeza que quatro degenerados brasileiros daquelas províncias, que se acham nesta Corte, não cessam de escrever a seus patrícios com as cores as mais horrendas contra o Rio de Janeiro a fim de fazerem a dissensão e a discórdia; que já vemos principiadas segundo as últimas notícias aqui chegadas; traição esta que parece tanto mais punível quanto mais se devem considerar estes quatro incendiários como primeiros interessados, que por sua profissão e caráter tinham obrigação de promover a segurança do Império.

Não convém por ora declarar seus nomes sem pilharmos certo quesito convincente; mas espero que brevemente terei o gostinho de os apresentar ao público nus e crus; então lhe mostrarei o caminho que iam tendo certas antecendências, que até agora ofereciam apenas meras conjecturas. No entanto, espero que vossa mercê me faça a honra de inserir no seu excelente periódico este primeiro anúncio, cuja antecipação não é de pouco momento. Seu amigo leitor.

Burburema.

Estando já no prelo esta folha, veio-nos à mão o *Diário do Governo* de 3 do corrente, e nele notamos com bastante espanto um artigo dos redatores em que, mostrando com toda a razão nímio prazer pela reunião da cidade de S. Luiz, capital do Maranhão, ao Império, ousam atribuir este sucesso em parte ao “acerto das medidas do governo; e com isso querem tapar a boca de perversos escritores, que com exagerações odiosas, com desprezíveis invectivas e imposturas, procuram a todo custo fazer cair o mesmo governo da bem-merecida opinião pública de que goza, para substituir dias de horror e de anarquia aos serenos dias da ordem e da tranquilidade”. Muito tínhamos que dizer a respeito deste sermão, que parece obra de encomenda, não pela perfeição, mas pelo destino; mas para realçarmos as suas futilidades bastam ligeiras reflexões. Só mentecaptos ou servis aduladores poderão negar que os grandes e vantajosos sucessos de que ora somos testemunhas são frutos ainda da administração passada; a ela se deve a rápida criação de uma Marinha, que era inteiramente nula; a chamada de lorde Cochrane para dirigir seus movimentos, a organização de um Exército e o impulso da Independência nas províncias; causas estas que influíram com toda a eficácia na liberdade da Bahia, e agora na do Maranhão. O ministério atual nada contribuiu para isso, nem podia contribuir pela sua modernice; e tanto assim que os agentes de tais sucessos ainda se não dirigem a eles para lhes participar. Querer pois os Srs. Redatores pavoneá-los com a justa glória que daí resulta, é prestar a rasteiras

aves o remontado voo das águias; é roubar o louvor a quem o merece, é querer iludir o público, tarefa certamente indigna de escritores imparciais, e até de um homem honrado. Mas os Srs. Redatores desconhecera sem dúvida estas qualidades, e daqui vem tratar as censuras desse ministério de exagerações, de desprezíveis invectivas e de imposturas; entretanto, melhor fora que o defendesse com razões, e não com sarcasmos; mas a empresa é difícil, e os próprios ministros não têm ousado fazê-lo. O que mais admira é suporem os Srs. Redatores do *Diário do Governo* que tais censuras sejam capazes de reduzir a “dias de horror e de anarquia” os serenos dias de ordem e de tranquilidade. Isto mostra que eles são da tempera velha e que nada conhecem dos governos constitucionais, onde o andamento dos negócios nada padece com a crítica dos escritores; se esta é injusta e parcial, cai em desprezo; se é, porém, assisada e faz o devido abalo na opinião pública, o monarca muda de ministério, e a máquina política do Estado vai continuando a sua marcha sem o menor tropeço. As explosões só rebentam quando os chefes de Estados, surdos à voz geral, que não é a de infames desorganizadores que nada têm que perder, teimam em sustentar, válidos orgulhosos, ministros ineptos, que não têm outro préstimo senão o de lisonjear suas paixões. Então sim, então é que o povo onde isto acontece, ou para melhor dizer a pluralidade dos homens honrados e de tino, que já hoje não está para ser vítima de caprichos alheios, acorda do letargo em que jazia, chama os delegados públicos ao seu tribunal e toma-lhes severas contas do abuso da autoridade. Momento terrível. O céu permita que ele nunca chegue para nós. O *Tamoyo* por certo o não deseja, antes protesta por quanto há de mais sagrado que seu intento é meramente desviá-lo. Se alguém há que o apresse, são os ministros pela repetição contínua de seus erros e abusos; é a má-fé com que eles, em vez de aproveitar as advertências que lhe fazemos, não só as desprezam, mas ainda caluniam nossas intenções. Dia virá, porém, em que eles se convençam do contrário e conheçam talvez que nossos trabalhos não têm outro fito senão o bem da nossa pátria e do nosso augusto imperador.

Desejamos ver nela um império permanente e capaz de contrastar as injúrias do tempo; desejamos ver a estabilidade e consolidação da dinastia atual, e para isso temos feito os não pequenos serviços que S.M.I. não ignora, e cujo alto e não suspeito testemunho invocamos. O presente não é de menor consideração, e queira Deus que este augusto senhor antecipe com sua notória perspicácia as lições que a este respeito pode dar o tempo. Elas são sempre fatais e trazem consigo males, que tarde ou nunca se remediam. É, pois, da prudência humana evitar os seus efeitos.

NOTÍCIAS ESTRANGEIRAS

Espanha

Eis aqui um extrato do discurso pronunciado por Sir Roberto Wilson em Vigo a 4 de maio em presença da milícia nacional.

“Cidadão, não estou acostumado a expressar-me em espanhol; mas é forçoso que procure fazê-lo nesta ocasião, a fim de manifestar os meus sentimentos de uma maneira a mais clara. Estou persuadido de que atendereis mais as expressões do meu coração do que a linguagem florida que sai puramente dos livros.

Está chegado o momento em que devo jurar fidelidade ao rei constitucional da Espanha, a seu governo e à nação espanhola, durante a guerra que tens de sustentar contra o governo francês, em defesa da sua independência e dos direitos de todos os homens livres. Eis aqui o motivo porque deixei a minha pátria e tudo o que me é mais caro; eis o motivo porque suspendia as minhas funções de membro do Parlamento inglês. Sim, meus camaradas; viemos para combater ao vosso lado; nós derramaremos, se for preciso, o nosso sangue em defesa de uma causa tão nobre. Esperamos que o nosso exemplo tenha alguma influência sobre filhos descaminhados, indignos do nome espanhol, que fazem uma guerra sacrílega à sua mãe pátria. Os ingleses participam das vossas esperanças e sentimentos. Não será a primeira vez que combaterei ao lado dos bravos espanhóis.

Na última guerra da independência, tive, em diferentes circunstâncias, a muitos mil debaixo das minhas ordens, e aprendi no campo da honra a apreciar as raras e brilhantes qualidades desta nação invencível. Na guerra que se pretendeu favorável à independência da Europa, adquiri os sinais de honra que comigo trago. Eu não os devo ao favor dos soberanos; eles não são a recompensa de ações indignas.

No sagrado nome da minha pátria, em presença do ente supremo e diante das bandeiras da liberdade, rogo a S.Exa. receba de mim e dos meus companheiros o juramento de as defender...”

Courier.

O TAMOYO

SÁBADO, 11 DE OUTUBRO DE 1823

*Tu vois de ces tirans la fureur despotique;
Ils pensent que pour eux le Ciel fit l'Amerique.*

VOLT. ALZIRE.



Entre vários impressos que ora nos vieram à mão, achamos o *Independente Constitucional* da Bahia de 20 do mês próximo passado, e não podemos deixar de confessar ingenuamente que nos causou horror e indignação a leitura da portaria do teor seguinte, que vem debaixo de:

Artigo de Offício

Devendo dar-se cumprimento à Portaria de 2 de agosto do corrente ano, expedida pela Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra, em que S.M.I. manda a este governo provisório que faça remeter para a Corte do Rio de Janeiro todos os soldados e oficiais inferiores dos prisioneiros da tropa de Portugal, que voluntariamente quizerem servir no Exército do Império do Brasil pelo prazo de quatro anos, findos os quais S.M.I. lhe concederá suas baixas, ficando inteiramente isentos do serviço tanto da primeira como da segunda linha. O governo provisório ordena aos ajudantes das ordens do senhor coronel Salvador Pereira da Costa e o capitão Domingos Américo da Silva que, passando a bordo das embarcações em que se acham os ditos prisioneiros, formalize uma relação dos que quizerem servir no Exército na conformidade da sobredita portaria, para que à vista dela hajam de dar as providências concernentes à inteira execução da mesma.

Palácio do Governo da Bahia, 1º de setembro de 1823.

Assinados os membros do governo provisório.

Nem falsamente tínhamo-nos queixado desta mascarada traição; que responderá agora o grande ministro da Guerra, e os seus honrados colegas que de companhia decidiram esta tão inconstitucional medida? Será espúria a portaria? Terá o ministro poder para admitir inimigos nas nossas fileiras, e isto em massa? Será para consolidar a Independência e a liberdade no Brasil que se ferem os sentidos de todo o brasileiro, e que se acordam os seus bem-fundados

receios? Ministro prevaricador, não está longe o tempo em que te peça estreitas contas a nação traída e ludibriada. Não repouses tranquilo, porque incógnita mordaca tem açaimado os que deviam por ofício latir à vista do perigo da pátria, que se neles confiou; o tempo passa, situações forçadas não aturam, a cólera nacional arrebentará, e os seus órgãos naturais desprenderão as línguas e, após, das línguas voarão os raios.

Resenha analítica dos periódicos da Corte da semana passada

*"This hard to say, if greater want of skill
Appear in writing or in judging ill;
But of the two, less dangerous is th' offence
To tire our patience, than mislead our sense."*

Pope. *Essay on Criticism*.

(Custoso é decidir se menos siso
Tem quem escreve mal, ou quem mal julga;
Mas antes uns de tédio nos consumam,
Que os outros o juízo nos estraguem.)

O *Diário* do nosso governo torna-se agora "muito importante" pelos extratos que dá ao público das sessões da nossa Assembleia Geral Constituinte e Legislativa. É, sobretudo, notável naqueles extratos a falta de escrúpulo com que se atribui a um dos Srs. Deputados os discursos dos outros; e muitas vezes os fazem dizer coisas que jamais lhes passaram pela imaginação. Nestas circunstâncias fora melhor nada publicar do que publicar falsidades, das quais podem ter ao longe consequências incalculáveis. Não pretendemos com isto abater os seus redatores, que parece nada terem com os ditos extratos *jus suum cuique tribuere*; porém desenganar a puerilidade daqueles que para si tiveram ser possível dar conta de orelha das falas dos nossos deputados. Que feliz memória não deve ter o sujeito incumbido de fazer aqueles extratos pelo que vai ouvir a Assembleia!

O *Diário* nº 80 traz uma carta com a qual nos vamos entreter por alguns momentos. É da nossa obrigação adicionar agora à descrição que fizemos do animalinho denominado Simplício no nº 18 do *Tamoyo*, mas esta circunstância de que os da sua espécie costumam mudar a casca, e por isso aparecendo com ela de Simplício no *Correio do Rio de Janeiro*, vem agora com a de "imparcial" no *Diário do Governo*. Se possuíssemos o estro de Ovídio, teríamos nesta e em infinitas outras metamorfoses curiosas matérias para muitos longos e engraçados poemas.

Principia o autor daquela carta propondo um problema: "se o espírito de dominar será moléstia crônica das autoridades ou gafeira geral da nossa espécie"; e ele o resolve decidindo que o "mal é epidêmico". Tem razão o Sr. Imparcial, nem é possível ajuizar de outra maneira quando vemos certas pessoas,

elevadas por um partido de *demi-savants* aos cornos da lua, cometerem as mais descaradas arbitrariedades debaixo de um governo como o nosso, que se chama “constitucional”; mas não concordamos em dizer que “nem o ladrão por se lhe dar esse nome fica punido”. O *Tamoyo*, sincero como é natural nos da sua raça, gosta de chamar as coisas pelo seu nome, não subordina a verdade a respeitos alguns humanos, e fazendo assim parece que não pode escandalizar a ninguém.

O Sr. Imparcial, simulando combater o *Correio* e levar muito a mal que nos periódicos se ataquem pessoas e dilacerem reputações, cai sobre os ex-ministros com a mais notória injustiça dizendo que “eles não servem para manejar as rédeas do Estado”, e que “são muito vingativos”. Eis aqui o que se chama ser consequente! Ser-nos-á permitido perguntar ao Sr. Imparcial as razões que tem para avançar aquelas duas proposições? Sim, os Andradas não servem para reger o Estado porque eles preferiam o bem comum ao bem particular de cidadãos derrancados, quando o sistema e ideias do tempo nesta Corte são inteiramente o avesso: são vingativos, porque desafrontavam a pátria dos insultos dos lusitanos e das ocultas tramas dos democratas.

Diz o Sr. Imparcial: “O *Tamoyo*, deslembrando-se de que as arbitrariedades e despotismos lhe granjearam a perda da opinião na Corte e província, busca lançar na mesma voragem os primeiros empregados”. Salta aos olhos que estas expressões são dirigidas não ao pobre *Tamoyo*, que, desejando só deixarem-no viver pacificamente, jamais fez mal a ninguém; porém, aos Andradas. Nós lhes temos por vezes respondido, e desafiamos o Sr. Imparcial a que nos mostre quem, a não serem os *sans-culottes* e os chumbistas, se regozijou com a sua demissão. Bem sabemos que o Sr. Imparcial muito desejaria que emudecêssemos inspirando no *Tamoyo* sentimentos de generosidade para que os primeiros empregados não percam a opinião pública (note-se que, para a perder, fora preciso possuí-la); mas engana-se: o *Tamoyo* continuará a censurar desmedidamente as suas aberrações e as suas arbitrariedades; assim como não tem sido avaro de louvores ao merecimento.

Rogando ao Sr. Imparcial nos aponte os fatos que “inventamos e desfiguramos” em desabono do governo, perguntar-lhe-emos em que tratamos nós de “açarlar brasileiros contra europeus”, uma vez que estes sejam quais devem, e tácita ou expressamente têm jurado ser. Se o *Tamoyo* faz guerra a europeus, não é aos europeus honrados, amantes do Brasil (pátria que abraçaram), defensores dos seus direitos: é sim contra europeus perversos e manhosos, que desfrutaram a nossa hospitalidade e vão surdamente solapando o edifício do Império. Que! Pretende o Sr. Imparcial que pactuemos com eles! Ora, entre bem no espírito desta desnecessária declaração e verá que o *Tamoyo* não é contraditório, que não pratica o mesmo que censura no Barata.

Passando à questão da moeda novamente cunhada, acusa-nos o Sr. Imparcial de não termos produzido os documentos que anunciamos; dando a entender que tais documentos não existem. Para tirar teimas, Sr. Imparcial, estamos

prontos a apresentar esse documento uma vez que sejamos competentemente obrigados a isso. Pelo que toca à questão do pau-brasil, remetemos os nossos leitores ao *Tamoyo* nº 8 e à carta do Sr. Imparcial para decidirem.

Uma coisa achamos nós muito sensata no Sr. Imparcial, e é dispor-nos já para as futuras mazelas do Tesouro e tratar de lançar a culpa delas sobre o ex-ministro. Olhe, é uma verdade incontestável que esse ex-ministro levou o tísico Tesouro ao ponto que todos nós sabemos, e nos deu sempre muito boas esperanças de progressivo melhoramento: se algum desastre acontecer, e se esse melhoramento se não realizar, veremos a quem os há de a nação pedir contas disso.

Não sendo possível continuar com o Sr. Imparcial, por que temos de atender a outros, fica em nossa lembrança para lhe darmos uma resposta mais categórica, devendo-se contentar por ora com esta miudeza.

Lemos no nº 18 do *Sylpho* uma galante carta assinada pelo Sr. Inimigo dos Intrigantes, a qual versa sobre o processo do redator da *Sentinella* no Tribunal dos Jurados; e não podemos deixar de rir quando vemos que um dos pontos da acusação fora apontar aquele redator a Berquó e Gordilho como autores da facção que se diz tenta unir o Brasil a Portugal. Em que lei se fundaria o Sr. Veiga para chamar aos jurados um escritor pelo que ele avançou contra dois homens? Receberia o ilustre desembargador instruções para isso? Mas estas reflexões não ocorreram ao Sr. Inimigo dos Intrigantes, que, todavia, pasmou quando, passando o redator à sua defesa, disse que a opinião pública é quem os apontava como tais. Causam lástima as contradições em que necessariamente se precipitam os que se afastam do caminho da justiça; para eles, o sonho dessa opinião é o cunho da verdade, quando se trata de criminar os Andradas; ela é uma embusteira indigna de crédito, e desprezível, se acusa os áulicos:

... *Oh pectora caeca!*

O que não podemos deixar de classificar no número das mais revoltantes mentiras é dizer o autor da carta (pois que certamente ninguém mais se lembrou de tal coisa) que foi em virtude de resolução do ex-ministro que se deu a Gordilho uma casa por menos de seu valor. Leia esse intrigante tartufo à portaria e verá nela a assinatura do ministro atual.

Passando a ler o *Correio* nº 40, vemos nele uma carta cujo título nos fez recuar de horror: "Sobre o espírito anticonstitucional, revolucionário e anárquico do regulador brasileiro!" Não nos saberão dizer contra que Constituição e governo ia chocar aquele periódico? Diz aquela carta que a época da chegada dele a Pernambuco coincide com a desenvoltura do batalhão ligeiro; quando esse batalhão teve começo no princípio de 1822 e o regulador chegou ali em meio desse ano. Que profundo calculista não é o autor da carta! Quanto ao que se diz de Antonio de Menezes Vasconcellos de Drumond, sujeito que se achava na província, temos boas razões para o desmentir. Menezes não foi perturbador, não proveu bernardas, não concorreu para a deposição da Junta Provisória; antes, julgou necessário conservá-la enquanto S.M.I. não tomava

em consideração aquela província, e resolvia sobre o seu governo; todos os seus esforços circunscreveram-se unicamente a chamar essa província ao centro do Império; e achando nela um povo generoso, uma officialidade nobre e ativa que conheceu os verdadeiros interesses da pátria, viu realizados os seus desejos, como é patente pelas atas do 1º e 2 de junho; serviço que, reunido aos prestados para que se retirasse de Pernambuco a esquadra de Francisco Maximiliano, e ao quanto concorreu para a vergonhosa fugida do general José Maria de Moira, há de granjear-lhe sempre a estimação dos seus compatriotas.

Em seu nº 50, pergunta o *Correio* quantos são os redatores do *Tamoyo* e suas qualidades; será porventura contra o número deles e contra essas qualidades que tem de combater o *Correio*? Não por certo; logo, para que tão ociosa pergunta? Quanto à maior parte do que no seu artigo se contém, respondemos que as circunstâncias mudaram, e o que hoje milita para o Ministério dos Negócios Estrangeiros redobrar de energia não tinha ainda ocorrido no tempo dos ex-ministros. Quanto às questões particulares que se nos fazem, é impossível respondermos a elas por serem negócios propriamente do gabinete, e, por conseguinte, fora do nosso alcance.

No já referido nº, pergunta-nos quem quer que seja como é possível, pela simples leitura do elogio que fez o ex-deputado Barata ao ex-deputado Feijó, caracterizar a este de demagogo. É facilíma a resposta: *Similes cum similibus facile congregantur*. Pergunta mais como pelo manifesto do dito Feijó pode designar-se o seu autor por um dos partidistas do sistema de federação. Ignoramos inteiramente a dúvida que existe nisto: quem ler o manifesto decidirá.

Quanto aos nºs que se seguem, eles contém na maior parte assuntos já muito debatidos; e tanto por essa razão como por não se compadecer com os limites da nossa folha dar maior extensão a este escrito, remetemo-nos ao silêncio sobre o seu conteúdo, não duvidando, todavia, dizer alguma coisa em lugar oportuno, se nos parecer necessário.

Sr. Redator.

Convencido que as finanças de uma nação, isto é, o seu sistema de imposições, arrecadação e distribuição é a pedra fundamental do edifício social, que se trata de edificar, por isso que é a parte da legislação que mais imediatamente toca o bem ser da universalidade dos cidadãos, e sem a qual todos os outros ramos de pública administração, por mais bem concebidos e ordenados que sejam, jamais poderão afiançar-nos a estabilidade da nossa regeneração, de que depende a defesa interna e externa dos nossos direitos; convencido mais, por própria experiência, dos desvarios teóricos e práticos do antigo sistema das nossas finanças; e observando que este, por desgraça da humanidade e injúria da razão, ainda hoje domina neste Império, com tão manifesta ofensa dos mais elementares princípios de economia pública e da igualdade de direitos das províncias

que compõem o mesmo Império e seus habitantes; convencido igualmente que nestas matérias pouco aproveitam as teorias, por mais brilhantes que sejam, quando não são acompanhadas de fórmulas regulamentares, apropriadas à sua execução; e que estas mesmas, pela fraqueza do entendimento humano, devem ser escrituradas por maneira que, economizando tempo e trabalho, facilite os exames necessários; e não podendo, por um lado, sufocar os meus desejos pela necessária reforma de objeto tão importante, nesta minha para sempre adorada pátria; e vendo por outro lado que escritores, aliás muito hábeis, e que têm tomado a seu cargo ilustrar os povos nos seus direitos e deveres, tem-se dele esquecido, preferindo muitas vezes diatribes e personalidades, só próprias a cimentar mesquinhas e desprezíveis rivalidades, que, pelo contrário, cumpre extinguir, para o perfeito restabelecimento da harmonia social; por todas estas razões, tomo a liberdade de levar à sua consideração o seguinte programa, e de rogar-lhe ao mesmo tempo queira inserir esta no seu periódico, para despertar a opinião pública sobre um dos objetos que mais interessam à sociedade.

Programa

Se não se pode conceber estável e permanente uma sociedade, de qualquer gênero ou espécie que seja, sem a existência dos meios necessários à sua manutenção; se todos os seus sócios devem concorrer para as despesas sociais, na razão dos seus interesses, como em um rateio de avaria grossa mercantil; se a sociedade política do Império do Brasil deve ou pode considerar-se como a sociedade de diversos grupos de famílias, espalhadas por um imenso e inculto território, uns mais bem partilhados do que outros, pela natureza e civilização, e por isso com particulares necessidades, que não respeitam diretamente à comunidade, e à que portanto devem particularmente ocorrer, como no caso por analogia apontado; se são verdadeiros estes dados, como o creio, determinar na presença deles.

1º As espécies de contribuição ou imposto que mais convêm ao Brasil, que se distribuam com mais igualdade pelos contribuintes, que possa fazer frente às despesas gerais da sua defesa interna e externa, único fim das sociedades, e que seja exequível com a maior economia possível, e acautelar possa os extravios dos coletores; assim como o que mais adaptado seja a cada uma de suas províncias, para cobrir suas particularidades, despesas, atenta a diferenças de suas localidades, produtos, indústria, comércio e civilização; apresentando desde logo seus respectivos regulamentos. 2º Apresentar a fórmula ou sistema de distribuição dessas receitas pelos diversos ramos da despesa pública, que melhor encha os fins da defesa geral, a que é destinada; assim como a organização econômica destes departamentos, sua contabilidade.

De caminho queira ter a bondade de aceitar os protestos de estima e consideração com que sou.

Um pernambucano.

O TAMOYO

TERÇA-FEIRA, 14 DE OUTUBRO DE 1823

*Tu vois de ces tirans la fureur despotique;
Ils pensent que pour eux le Ciel fit l'Amerique.*

VOLT. ALZIRE.



Quando os empregados públicos, no desempenho de seus deveres, se deslizam uma ou outra vez do trilho que lhes traça a lei ou a razão, e se conhece que seus erros não são filhos da vontade, mas sim da falta de atenção necessária, a consideração da fragilidade humana, os serviços anteriores e de grande valia, o peso dos negócios, a sua dificuldade e mil outras circunstâncias que nunca faltam, nos forçam a desculpá-los; e a luz brilhante da sua vida pretérita se não escurece com este passageiro eclipse. Quando, porém, esses mesmos empregados não dão passo que não tropecem, e muitas vezes reincidem naquelas mesmas faltas de que já foram notados, com a sua reincidência neste caso se não pode supor descuido, mas sim obra de um extraordinário e repreensível despejo, de um perigoso menoscabo da opinião pública, ou pelo menos de uma crassa ignorância, emudece a respeito deles a piedade, sucede-lhe a indignação, e o voto geral de todos os que amam a ordem, e felicidade pública é a deposição e castigo de tais indivíduos, que realmente são contemplados como inimigos da nação a que servem. Eis o que parece não tardará muito em acontecer aos dois ministros de Estado dos Negócios da Fazenda e da Justiça. Ambos eles têm sido muitas vezes arguidos pelo *Tamoyo* de erros, desacertos, violações de leis, arbitrariedades notáveis e, todavia, surdos a suas queixas e clamores não cessam de recair em novos erros e abusos, e até nos mesmíssimos de que já foram censurados. Que se deve, pois, colher desta sua funesta pertinácia? Nada mais senão que o alvo de um é precipitar a nação no abismo da pobreza e da miséria; e o de outro fomentar no seu seio a anarquia; e isto para verem se no meio da desordem por eles ocasionada podem plantar o antigo, hediondo e sempre detestado despotismo. Mas ou nós enganamos ou suas esperanças serão iludidas, se tal pretenderem. Ao menos o *Tamoyo*, enquanto lhe não cerrarem a voz, não deixará de bradar a seus concidadãos sobre a tendência perigosa de tais procedimentos.

E porque se não taxem de quiméricas e sediciosas as nossas increpações, exporemos agora ao juízo público dois atos daqueles ministros, que, além dos já notados, confirmam a nossa asserção. E principiando pelo da Fazenda, determina este na Portaria de 16 de agosto do corrente ano que o juiz da alfândega faça desembarcar e guardar nos seus armazéns, sem pagar direitos, 730 volumes que vieram de Brest na corveta de guerra denominada *Le Rhone* com gêneros e mantimentos destinados para o sustento da tripulação dos navios de guerra da nação francesa. E quem não vê os inconvenientes desta medida? Pode ela atribuir-se a ignorância? Não.

Todos sabem que a alfândega desta cidade, criada em tempo em que era por extremo minguido o seu comércio, não tem hoje cômodos suficientes para agasalhar os gêneros, que entram e saem pelo seu porto; e que pagam nela direitos de entrada ou de saída; e como então se mandam ainda pejar os seus poucos armazéns com a introdução de volumes de que nenhum proveito resulta nem ao comércio nem às rendas nacionais? Ignora-se acaso que 730 volumes tais como barricas, barris, caixas e sacos, ocupam pelo menos duas casas, e que a ocupação destas não pode verificar-se sem exclusão das mercadorias que lá estiverem ou puderem recolher-se? Mas prescindamos disto e consideremos a matéria por outro lado. Quem autorizou a S.Exa. para empregar um edifício público, ou parte dele, em diferente objeto do que lhe foi destinado pela lei da sua instituição? As alfândegas só foram criadas para servir de depósito aos gêneros comerciais, ou nacionais ou estrangeiros, mediante certos direitos que por isso pagam. O ministro da Fazenda não tem nem pode ter sobre ela outra influência, senão a da inspeção; ele deve somente vigiar na fiscalização desses direitos, e na observância dos fins para que foram instituídas tais casas; arrendá-las para outros é um abuso de jurisdição, é uma arbitrariedade notória, e tanto mais escandalosa, quando tende, como no caso presente, ao desfalque e extravio desses direitos.

Sim, nós sabemos, e melhor o deve saber S.Exa. que os empregados desta repartição, ou porque não tenham suficientes ordenados, ou porque sirvam officios de outros, que em santa ociosidade comem todo o seu rendimento, ou simplesmente por efeito da velha imoralidade e relaxação, são, com poucas exceções, nimiamente propensos a favorecer as partes com prejuízo das rendas nacionais; e com tais disposições, que muito é que eles deixem sair com os novos volumes ali depositados muitos outros que deviam pagar direitos, ou que de ajuste façam troca de volumes? O caso é muito possível, e mil meios haverá para iludir a vigilância dos oficiais honrados; e dado que aconteça, quem responderá à nação por esse extravio?

Ainda mais: esta portaria pode envolver-nos em dificuldades de não pequena monta nas atuais circunstâncias, excitando o ciúme das nações estrangeiras que negociam conosco, especialmente a inglesa. E senão suponhamos

que o cônsul desta vem pedir agora o mesmo favor que se acaba de fazer à nação francesa. Que resposta lhe dará o governo? Concedê-lo é tornar a alfândega em armazém particular, em depósito gratuito do que nela se quizer meter com incômodo dos negociantes, e dano da Fazenda pública; é obrar arbitrariamente, é ir contra os fins da sua instituição; negá-lo é ofender uma nação poderosa, e de que tanto precisamos para manter o nosso comércio, e talvez a nossa liberdade e Independência. E quem nos arrasta a esta injusta e perigosa alternativa? A ignorância ou fraqueza do ministro, não; porque ele sabe muito bem que o mais firme apoio dos impérios e seus governos é a repartição igual da justiça e a observância exata da lei; mas o sistema das preferências lisonjeia o amor do despotismo.

Embora dir-nos-ão, mas nesse caso é também culpado o ministro dos Negócios Estrangeiros, pois o de Fazenda não fez mais do que mandar cumprir a portaria deste em data de 24 do corrente. Nós não temos à mão a íntegra desta portaria; mas pelo extrato que dela se faz na que analisamos, parecem-nos que não tem lugar a desculpa. O ministro dos Negócios Estrangeiros só teve por fim ordenar que os 730 volumes fossem desembarcados e guardados sem pagar direitos; mas não designou para isso armazéns, e muito menos os da alfândega; dado, porém, caso que o tivesse feito, seguir-se-ia que errara também, e que merece a mesma censura que temos feito ao de Fazenda, mas nem por isso fica este isento da responsabilidade em que incorreu pela sua execução.

Outra desculpa tem o ministro que, sem embargo de não ser legítima, é todavia mais atendível, e vem a ser a cláusula esquerda com que ele arremata a sua portaria – “na conformidade da prática estabelecida na mesma alfândega a semelhante respeito” – como se tal prática houvesse nunca, e muito menos na época presente; ou enfim como se exemplos pudessem justificar erros e arbitrariedades; mas o caso é que esta cláusula faz recair grande parte da responsabilidade da portaria sobre o conselheiro juiz interino da alfândega, o qual devera representar que tal prática nunca houve, nem podia admitir-se pelos seus perniciosos efeitos; e uma vez que o não representou, claro está que foi também culpado pela sua execução. Este é o espírito e marcha do sistema representativo, no qual tão responsáveis são as autoridades superiores como as subalternas. Dirão talvez que este magistrado o deixou de fazer por ignorância, e como noviço naquela repartição. Nós, pelo contrário, se assim aconteceu, persuadimo-nos que foi por efeito do antigo servilismo, em cujas máximas branquejou; mas, quando fosse por ignorância dos usos e práticas anteriores, não tinha ele oficiais probos a quem consultar? Decairia com isso da sua autoridade e respeito? Valha-nos Deus com tanta impostura e tanta filúcia no que menos a devem ter! Desenganem-se, meus Srs., que hoje não podem ser

estimados senão por aquilo que realmente valem; mormente no conceito de um indígena, que não é cortezão, nem sabe adular, ou por outra mentir.

Mas passemos agora ao ministro dos Negócios de Justiça. Nós em outro lugar, analisando o Decreto de 17 de julho, referendado por este ministro, mostramos, e já com razões convincentes, que ele dera um exemplo terrível de arbitrariedade e despotismo, anulando com um rasgo de pena uma devassa, que nem ao menos tinha visto, segundo nos consta; e usurpando assim as atribuições dos poderes Legislativo e Judiciário. E quem diria que poucos dias depois houvesse S.Exa. de repetir a mesma cena? Entretanto, assim aconteceu, e a prova é a Portaria de 25 de agosto, em que ele mandou soltar 3 presos do Rio Grande do Sul, no dia seguinte ao da sua chegada a esta Corte, para onde o governo daquela província os havia mandado com seu competente processo. É verdade que destes se não fez menção na mesma portaria, mas é também verdade que o houve não só porque assim se colige da palavra “proceder” de que se usa na outra Portaria de 22 do mesmo mês, relativa a este negócio; como também porque no-lo disse um dos mesmos réus; donde se vê com toda a evidência que o ministro cometeu nesta portaria a mesma arbitrariedade que no decreto acima mencionado; e o mais é que não por ignorância, porque a não podia haver depois da nossa censura, nem também por desprezo desta porque então não teria a fraqueza de ocultar a circunstância agravante do ato; foi sim por vontade de obrar arbitrariamente, e com plena consciência do mal que fazia, pois do contrário não se teria iludido a pretensão de um dos presos em obter uma certidão do processo para publicamente se lavar das imputações falsas, e mostrar a seus concidadãos a sua inocência oprimida.

Assim é nos dirão: mas esta arbitrariedade serviu para emendar a injustiça que a estes presos se fizera. Embora o remédio tenha sido pior do que o mal, este era de pouca duração e não se estendia a mais do que a 3 ou 4 indivíduos; aquele assusta e faz estremecer a todos os súditos do Império, desmancha o equilíbrio da máquina política e deixa sempre mais ou menos vestígios perniciosos. Os agraciados louvam-no; o aplauso afoita a outros semelhantes abusos; e se hoje se praticam para proteger a inocência, amanhã praticar-se-ão para oprimi-la. Tudo está em corar as violações da lei com arrebiques da clemência, e quando deixa isso de ser possível?

Demais o público não sabe se no procedimento do governo com aqueles presos houve ou não injustiça, não obstante ter sido aquele governo o ridículo proclamador do veto absoluto. O juízo de S.Exa. a este respeito não é o competente; e dado caso que eles tivessem alguma culpa, que inconvenientes se não seguem da sua soltura indiscreta e precipitada? 1º O de voltarem triunfantes para o lugar que fora o teatro das suas desordens, e de animarem com isso a outros tais para seguirem o seu exemplo. 2º O de indispor-los contra cidadãos que os acusaram e contra as autoridades que legitimamente os perseguiram.

3º O de enfraquecer a força moral dessas mesmas autoridades e desacorçoá-las no cumprimento de seus deveres. 4º O de fomentar e promover anarquia no seio das províncias, o que é sem dúvida o maior dos males. E senão veja-se a comoção que foi causar na de S. Paulo essa enxurrada de revoltosos que S.M. mandou dela sair quando lá foi, e que o ministro teve a imprudência de restituir a mesma, atropelando leis e todos os princípios do sistema adotado.

Antes, porém, de passarmos adiante, cumpre-nos fazer também algumas reflexões sobre a Portaria de 22 do mesmo mês, expedida igualmente por S.Exa. ao governo do Rio Grande, e na qual parece dar-se alguma ideia dos crimes em que estavam envolvidos os tais presos. Nela estranha o ministro muito severamente àquele governo o procedimento que com eles tivera, ordenando-lhe que o “não pratiquem mais de então em diante por semelhantes motivos, sem primeiro dar conta e esperar a resolução, a fim de que não aconteça outra vez o serem reputados meras opiniões políticas como crimes de Estado”. Ora, eis aqui a nosso ver uma ordem bem absurda e perigosa: 1º porque vai substituir a vontade particular do ministro à da lei, que tem designado os crimes e seus caracteres, cujo exame e qualificação é de todo independente de contas e resoluções ministeriais; 2º porque vai pear a marcha do governo e das demais autoridades na execução da mesma lei sem, contudo, tolher o seu abuso; pois, concedido que o haja, não é S.Exa. juiz para lhe aplicar a pena conveniente nem bastão para puni-lo severas repreensões; 3º porque daí podem resultar consequências muito funestas. Suponha-se que em uma das províncias do Império havia três ou mais indivíduos que entendiam que o Brasil deveria ser uma república federada ou soldar-se novamente ao antigo Portugal; enquanto estas ideias não fizessem mais do que fermentar no cérebro de seus autores, certamente não passariam de meras opiniões políticas, e como tais destituídas de toda a criminalidade e isentas do poder da lei; mas, se elas fossem divulgadas ou por escrito ou de viva voz e tivessem merecido a aprovação de espíritos incautos ou mal intencionados, de que em regra se compõem a maioria de um povo, deveria o governo nesse caso contentar-se somente em dar conta ao ministro e esperar a sua resolução? Segundo a portaria, parece que sim, e nesse intervalo não podem tais opiniões produzir uma explosão terrível? Podem certamente, e até muito natural é que assim aconteça; mormente se os pregadores delas e seus prosélitos aventarem que foram denunciados, porque nesse caso além do fanatismo político, que ordinariamente os acompanha, há um novo motivo que os incita para arriscarem tudo, e é o desejo da própria salvação. Eis aqui pois ateado um incêndio que em seu começo facilmente poderá apagar-se, a província vítima da voracidade dele, os cidadãos pacíficos consternados e cobertos de luto; e o governo que poderá prevenir tão lastimosa cena, apenas mero espectador dela. E por quê? Por cumprir uma ordem tão perigosa, arbitrária e impolítica como a desta portaria.

Que famoso liberalismo este! Que bem-entendida clemência! É só pena que alguns maldizentes queiram asseverar que ela não é igual para com todos e que o coração do ministro conserva não sabemos que rancor contra os pernambucanos, de maneira que estes nunca têm parte na distribuição das suas graças. Talvez não seja assim, mas o certo é que a imputação tem algum fundamento. Anularam-se devassas de S. Paulo, e também do Rio Grande; perdoaram-se réus, e até soltaram-se os que estavam presos; e não se anulou a de Pernambuco, nem ao menos se mandou processar com a devida brevidade. Os presos que de lá vieram gemem ainda nos ferros, enquanto os outros passeiam livres; e o que mais é até os quatro desgraçados oficiais, que depois de passarem por tormentos e privações nos calabouços do Madeira, e recolhidos a esta Corte cobertos de misérias, receberam os cárceres de uma fortaleza para agasalho das suas fadigas, onde a desesperação induziu um deles a procurar a morte.

A Gabriel Getúlio de Mendonça, da província de Mato Grosso, dispensaram-se as habilitações e exame necessário para servir ali um officio de justiça; e a José Antonio Pereira de Castro, provido em guarda-mor da relação de Pernambuco e que requeria igual mercê, mandou-se consultar a Mesa do Desembargo do Paço. Qual o motivo desta estranha diferença? Será para o ministro um pecado original o ser pernambucano? Se as graças indevidas são funestas ao bem público, muito mais o é a desigualdade na sua repartição. Os homens naturalmente amigos de medrar não cessam de pretender a preferência; a exclusão não os agasta muito; porém, quando não é assaz justificada os escandaliza, irrita e desespera sobremaneira; efeitos estes muito perniciosos quando se desenvolvem nos habitantes de uma província inteira. Mas deveremos porventura supor que é isto o que convém ao plano de Exa. e do seu colega financeiro?

Seja como for, o ministério atual ou trabalha por perder-nos ou não tem o vigor e saber necessário para guiar a nau do Estado no meio dos escolhos que o cercam. O passado em menos de um ano sufocou diversos partidos que dilaceravam esta província, desfez o nevoeiro que assustava as outras e as trouxe quase todas a um centro comum; organizou exércitos, fez aparecer como por milagre uma Marinha sofrível; firmou o estandarte da nossa liberdade e Independência; e assentou as bases de um Império formidável. Ainda hoje se estão colhendo frutos da sua ativa e acertada administração; a ela se deve a liberdade da Bahia e a reunião do Maranhão. O presente, porém, o que tem feito? Ainda não decorreram 3 meses, e nós já vemos males temíveis e preconizadores de outros maiores. Renascem os partidos, e com dobrado azedume e escandescência; erguem a sua voz monstros infernais, e em vez de santa liberdade pregam a sedição e a desordem; as províncias trabalham por desunir-se, ou pelo menos fervem na mais horrível anarquia; o governo, tímido e sem força moral, vê-se obrigado a capitular com todos os seus desvarios, ou a abandoná-las à sua sorte

e a grande máquina política apresenta todos os sintomas de uma convulsão. E isto em que tempo? Quando o governo de Portugal, apertado pelas necessidades daquele povo e querendo adoçar a traição que lhe fizera, promete e solicita com efeito, por todos os meios que pode, a sujeição do Brasil ao seu detestável julgo; quando aquele governo, pérfido e inimigo entranhável deste Império, não duvida desmembrá-lo, ceder parte dele, e porventura a mais interessante, a nações estranhas, para o auxiliarem no projeto da nossa recolonização. E será possível que durmamos descansados? A borrasca está iminente, espessos nevoeiros se amontoam acima do nosso horizonte, e não tarda em desprender-se das nuvens o raio estragador; os mares encapelam-se, a tormenta cresce, e a nau flutua à discrição das ondas. Ah! Onde estão os pilotos que a poderiam salvar? Grande Deus, mostrai-os ao nosso amado imperador.

Sr. Redator.

A officiosa brevidade com que vossa mercê inseriu na sua gazeta a minha de 4 do corrente, fazendo-me crer que vossa mercê encarava a sua matéria como importante e urgente, anima-me ao mesmo tempo a sua continuação, com o único meio de despertar a atenção pública sobre outros artigos do seu maior interesse, para que eu deva recear a nota do importuno.

Não podendo, portanto, no meu patriotismo deixar de me aproveitar da sua bondade, mormente quando se ventilam matérias relativas ao crédito nacional; e persuadido (com bons fundamentos) que do inteiro crédito do banco depende a fortuna particular de inumeráveis famílias nele interessadas, ou como acionistas, ou como portadoras de suas notas, e por consequência da nação, como o seu agregado; que a estabilidade dessas fortunas de que resulta o bem ser dos cidadãos, é a primeira base do crédito nacional; e que na consistência deste existe a força e segurança dos governos, tomo a liberdade de chamar a sua atenção e a do respeitável público sobre o banco desta capital, a fim de restabelecer-se, com a resolução dos seguintes programas e execução dos meios indicados, o seu crédito, para cuja decadência o mesmo sistema da sua organização, a arbitrariedade do finado governo e os desvarios da antiga administração desgraçadamente tanto promoveram. Fruto dos benefícios do Sr. D. João VI, a quem tanto deve o Brasil na opinião do Sr. Promotor dos Jurados. O redator; e cujo restabelecimento nos pode facilitar os meios precisos à conservação da nossa independência, quando não seja bastante o recurso de uma bem-entendida economia na receita e despesa dos fundos públicos.

Programas

1º Se o descrédito do banco desta capital tem por causas, como o creio, os fatos acima indicados, determinar, nesse caso, a fórmula mais apropriada para o restabelecimento do seu inteiro crédito.

2º Se a dívida pública, no estado presente do banco, obsta a continuação dos serviços deste ao Estado e faz lembrar ao ministério outros recursos como necessários à segurança da nossa, determinar a fórmula que, restabelecendo o crédito, lhe proporcione os meios de poder continuar os seus serviços, e que livre a nação de contrair empréstimos com as praças estrangeiras, que ainda quando, pelos interesses exigidos, se apresentem à primeira vista menos onerosos, sempre lhe são grandemente prejudiciais.

Entretanto, tenho a honra de ser com toda a atenção

Um pernambucano.

O TAMOYO

QUINTA-FEIRA, 16 DE OUTUBRO DE 1823

*Tu vois de ces tirans la fureur despotique;
Ils pensent que pour eux le Ciel fit l'Amerique.*

VOLT. ALZIRE.



CORRESPONDÊNCIA

Sr. Redator.

Tendo recebido uma carta do conde de Subeserra, primeiro ministro de S.M.I., em que me convidava a desenvolver a influência que me supunha, para promover a união com Portugal, assentei ser do meu dever comunicar ao público não só a dita carta, como a minha resposta. Rogo pois a vossa mercê queira inserir uma e outra coisa no seu periódico. Sou seu venerador.

Antonio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva.

Ilmo. e Exmo. Sr.

Por omissão da secretaria, não escrevi a V.Exa. pela corveta *Voador* que para aí foi no fim do mês próximo passado. As luzes e qualidades de V.Exa., que, quando fui colega de V.Exa. no palácio das necessidades, me faziam abrir com V.Exa. sobre a marcha que levavam os negócios públicos, pediam de certo que a V.Exa. significasse agora a continuação daqueles mesmos sentimentos que hoje francamente se podem manifestar, pela completa desfeita que afugentou destes reinos a facção perturbadora de todo o sossego e prosperidade portuguesa. Eu tive a felicidade de ser um dos agentes principais para a feliz restauração dos direitos do trono e da lealdade portuguesa como aí será constante. Em consequência, S.M. me chamou junto de sua real pessoa; e na qualidade de ministro assistente ao despacho, me acho dirigindo todos os negócios da nação. Este é um outro motivo para me dever dirigir a V.Exa., porque convindo sobre modo que se removam todos aqueles que até agora serviam de impedimento à boa inteligência e harmonia da monarquia, isto só eficazmente se poderá obter pela cooperação e esforços de todos aqueles

que tenham a felicidade de gozar influência entre os povos. Espero, pois, que V.Exa., que se acha colocado em tão feliz situação, e que os seus talentos lhe asseguram, correspondendo àquela expectativa que pelos seus discursos e filantrópicos sentimentos todos têm da sua pessoa, na ocasião presente coadjuvará o restabelecimento da harmonia que a passada facção havia perturbado entre todos os que pertencem à grande monarquia portuguesa, e que por isso não há nenhum fundamento para que continue a subsistir inquietada com manifesto dano da prosperidade e ventura do Estado, e dos indivíduos em particular.

Confio que V.Exa. aceite os protestos da minha inteira estimação e me proporcione muitas ocasiões em que desempenhe a boa vontade com que me assino. De V.Exa. o mais atento e fiel cativo.

Ilmo. e Exmo. Sr. Antonio Carlos de Andrada e Silva, conde de Suberra.
Lisboa, 7 de agosto de 1823.

Ilmo. e Exmo. Sr.

Tendo de responder à carta de V.Exa. de 7 de agosto deste ano, cumpre, primeiro que tudo, declarar a V.Exa. que, não podendo eu contemplar a carta de V.Exa. como confidencial, em razão do seu contexto, julguei ser-me lícito o comunica-la ao público, e a presente resposta; como exigia a delicadeza da minha situação e a relação em que me acho para com os meus constituintes.

Passando agora a responder a V.Exa., reconheço a conformidade da nossa maneira de pensar a respeito da “facção exagerada” que, à força de querer impossíveis, não consolidou nem mesmo o praticável, e envolveu em comum ruína com o muito mal que fez, o pouco bem que acertou de também fazer. A esta facção atribuo não a separação do Brasil, mas a aceleração de uma medida, que altamente reclamada não só pela natureza, mas até pela política, devia sim efetuar-se, porém talvez mais tarde. No estado em que ora se acham as coisas, é impossível soldar de novo a brecha decididamente feita, e aprovada por todo o Brasil; e se fosse possível conseguir-se o que, para quem conhece o Brasil, é cunhado com o selo da mais completa impossibilidade, nunca seria eu o instrumento para tal obra; os meus princípios políticos, a minha declarada adesão ao meu país, o juramento a que estou ligado, seria de sobra para se não esperar de mim senão oposição a quanto ressumbre à união com Portugal. Acrescente V.Exa. alguma tal qual confiança que o Brasil tem a bondade de mostrar-me, e a dignidade do meu caráter, que até hoje creio se não tem desmentido, e V.Exa. virá a confessar que se dirigiu mal.

Todavia, como ainda ofendendo-me, mostrou-me V.Exa. consideração a “seu modo”, quero pagar-lhe na mesma moeda e incumbi-lo de tarefa que, não custando à sua delicadeza, lhe ganhará o amor da pátria. Consiste o que proponho em que V.Exa., como ministro assistente ao despacho e da particular confiança de S.M.F. persuada-lhe para remédio do pobre Portugal o reconhe-

cer quanto antes a Independência do Brasil, e merecer por este modo as graças de uma nação generosa, que muito bem pode fazer a Portugal, e nenhum mal pode temer dele. Este passo, destruindo as desconfianças dos brasileiros e cortando os braços à rivalidade, melhorará a sorte dos portugueses residentes no Brasil, e oferecerá vantagens e esperanças aos habitantes desse reino.

Espero que V.Exa. aceite os protestos de consideração e estima com que sou. De V.Exa. muito venerador e criado.

Ilmo. e Exmo. Sr. Conde de Suberra, Antonio Carlos
Ribeiro de Andrada Machado e Silva.

NOTÍCIAS NACIONAIS

Rio de Janeiro, 16 de outubro

Vimos uma carta de Canelones, datada de 19 do passado, a qual nos parece não será indiferente para os nossos leitores, por dar conta fiel da frouxidão com que é dirigida a campanha do Sul. A pessoa muito sensata ouvimos uma vez que o general Lecor, de Fabio só tinha as demoras. Deus queira que se não possa dizer mais alguma coisa.

“Quando saiu de Montevidéu o barão de Laguna, nossas forças reunidas eram diminutas. Retiramo-nos para S. José, onde o mesmo barão principiou a chamar as forças destacadas no Uruguai, mas isto muito paulatinamente; e depois de termos perto de três mil homens, regressamos e fomos até Casavalle, distante duas léguas da praça de Montevidéu, onde se achava parte dos malvados “pés de chumbo” desta província. Nesta ocasião fomos, pelo que vi praticar, mostrar nossas forças; tem se conservado o Exército uma, duas e três léguas distante do inimigo; e uma pequena força de trezentos e tantos homens em diferentes pontos próximos ao inimigo; e dá-se a isto o nome de “sítio”, sendo franco deixar-se sair ou entrar a quem quer, com licença do capitão general ou do brigadeiro Marques, de tal sorte que diariamente entram quarenta, e mais pessoas, e saem outras tantas! A guarda avançada tem sofrido vários choques e emboscadas; e nossas forças se conservam sem tentar nada contra aqueles inimigos do Brasil. Têm eles direito de nos ofender, e somente se nos faculta defender e dizer o brigadeiro Marques, e outros da mesma opinião, que são essas as ordens do nosso amabilíssimo imperador! Praticar-se, quando, pela segunda vez, fomos a Casavalle formar-se o Exército em linha e marcharmos a passo para o inimigo, fazermos alto em distância de tiro de fuzil, fazer-nos o inimigo tiros de artilharia empregando algumas balas nos fiéis brasileiros, e sofrer o Exército até que nos mandaram retirar sem darmos um tiro! Armarem-se os filhos do país como milicianos, e passarem para o inimigo, depois disto ainda se arma uma partida, comandada por um célebre fragata, que também quis fazer o mesmo e foi preso! Saiu de Montevidéu um Pedro Amigo com uma partida

de filhos do país, matou e roubou a todo negociante português que encontrou na campanha, foi preso e procura-se dar-lhe liberdade! Saber eu, depois destes exemplos, trata-se de armar homens do país, como se está praticando em Sandu! Os oficiais da partida de Pedro Amigo, um Leonardo e outros andarem no departamento de Maldonado reunindo gente, tudo com consentimento do capitão general! Isto faz suspeitar e anuncia terceira revolução na campanha, e talvez seja mais séria. Ter vindo o marechal Abreu para esta província, que é conhecido brasileiro e bravo general, e ser duvidado de reunir-se ao Exército, sem outro motivo, pelo que tenho alcançado, do que tomar o comando do Exército do brigadeiro Marques!... Ser o coronel Flangini quem dita nesta província, um homem prejudicial neste país, um homem conhecido por intrigante e inimigo da causa do Brasil, um homem que no alegre dia da aclamação do nosso sempre prezado imperador não apareceu, e quando lhe levaram a ata da aclamação, enfurecido assinou e não quis ler, e consta-me nessa Corte disse ser ele o que tinha feito essa ata, sendo o seu autor João Pedro de Oliveira! Conhecer eu a avultada despesa que faz a nação com as tropas estacionadas nesta província e os soldados recebendo quinze dias de soldo cada mês, e os oficiais um mês de dois em dois meses, e a tropa mal abrigada e exposta aos rigores da estação! Saber eu o extraordinário negócio que se faz com prejuízo, e à custa dos bens nacionais, principalmente o síndico desta província Thomaz Garcia!... Não se pense em mim o menor motivo particular, mas sim os desejos que tenho de ver prosperar o Brasil, no que acho dificuldade, enquanto forem contemplados “pés de chumbo” que são muito poucos os que podem vir a ser brasileiros; porque a muito maior parte dos que aqui aparentam adesão à causa do Brasil, são filhos das circunstâncias...!

NOTÍCIAS ESTRANGEIRAS

França

Artigo extraído do *Constitucional*

Enquanto na França constitucional se ouve renovar doutrinas que ninguém ousaria sustentar nem ainda no antigo regime, os progressos das luzes e da liberdade se espalham em ambos os mundos; e, se fosse possível desterrá-las da velha Europa, elas estabeleceriam o seu reino na nova América, cujas imensas regiões serão por elas bem cedo fertilizadas, e donde estenderão o seu domínio ao mundo inteiro, tributário das suas antigas colônias; porém, uma esperança tão remota não sossega os amigos da liberdade legal; quaisquer que sejam as suas alternativas e as suas vantagens, o poder absoluto não pode tornar a estabelecer-se na Europa, nem o poder teocrático.

No século em que os homens se acham tão esclarecidos sobre os seus interesses e direitos, nada vale a força que subjuga, sendo destituída da razão que

persuade. São os espíritos que é preciso convencer, são as consciências que é preciso reduzir, e a menor biblioteca é um entrincheiramento, onde ninguém pode atacá-los e recebem sempre novas forças.

O homem, cuja memória deveriam execrar os inimigos das liberdades públicas, foi sem dúvida aquele que inventou a imprensa; ele mudou a face do mundo, é o primeiro e o maior dos revolucionários. Inúteis diligências! Não se poderia proibir a arma da imprensa, como uma arma oculta; e quando isso se alcançasse, quando mesmo (o que seria mais fácil) se deixasse o uso dela exclusivo às mãos que a querem quebrar, não seria isso se não um efêmero triunfo; seria necessário ir quebrá-la em Londres e em todas as Américas. Enquanto houver no mundo uma só imprensa e uma só tribuna, o poder absoluto não pode contar com coisa nenhuma, e os amigos da liberdade podem ter sempre esperanças. Ora, o que é um fato verdadeiro é que as imprensas e as tribunas se multiplicam. Um cálculo bem curioso, extraído do Galignani's – Messenger apoia as nossas reflexões, e os nossos leitores, se alguns houvesse que tivessem a franqueza de esmorecer, achariam neste mapa com que reanimarem as suas esperanças.

Em 1775, o número de homens livres, isto é, daqueles que viviam debaixo de governos livres, compunha-se da maneira seguinte:

Na Inglaterra – 12.000.000

Na Holanda – 2.300.000

Na Suíça – 1.500.000

TOTAL – 15.000.000

Hoje o número é muito diferente:

Súditos britânicos na Europa – 16.000.000

Estados Unidos da América – 11.000.000

França – 29.000.000

Bélgica e Países Baixos – 3.200.000

Repúblicas da América do Sul – 13.000.000

Brasil – 3.500.000

Espanha – 9.000.000

Portugal – 2.000.000

TOTAL em 1823 – 86.700.000

Continuar-se-á.

Reflexões

À vista da correspondência que deixamos publicada no princípio deste nº, não haverá cético que duvide, por mais incrédulo que seja, da resolução do governo de Portugal em nos lançar de novo os pesados ferros do seu domínio. Nós lhe agradecemos tanta bondade; e mais generosos do que ele, não lhe pagaremos decerto com iguais desejos e esforços de o dominar. Reconhecemos

que não foi de balde que a mão poderosa do Criador dividiu por tão considerável extensão de mar o reino de Portugal do Império do Brasil; e em nosso conceito é o maior absurdo pretender unir aquilo que a natureza separou. Sobre esta matéria muito se tem escrito no Brasil, parecendo-nos, portanto, inútil repetir não só o que os escritores disseram, mas o que é geralmente sabido.

Algumas reflexões, porém, nos ocorrem sobre a carta do secretário de Estado português, e é que, não obstante terem as Cortes se dissolvido e levado consigo o ódio implacável do partido que atualmente domina, vemos subsistir no ministério as mesmas falsas ideias, até as mesmas expressões de que elas se serviam para nos reduzir à ruínosa união. Diz aquele ministro que o restabelecimento da harmonia entre o Brasil e Portugal é necessário para a prosperidade e ventura do Estado; mas por isto dá ele a entender que esse Estado é só Portugal, que só Portugal é que tem diante dos olhos, pois não concebemos como fosse ventura para o Brasil o seu retrocesso ao sistema colonial; e será isto julgar e escrever com maior exatidão e justiça do que as extintas Cortes o faziam?

A segunda reflexão vem a ser que Portugal, com a queda das Cortes, nem por isso melhorou o seu caráter, que por elas se supunha estragado. Na verdade, procurar reaver o Brasil, convidando os homens beneméritos que nele gozam da opinião pública por seus talentos e serviços prestados ao mesmo Brasil, para que atraíam a causa da sua pátria, a Independência e o monarca que ela aclamou, é ação indigna de um governo que se preze de sentimentos nobres. Os homens têm a razão para conhecerem os seus direitos, e as armas para os sustentarem; deixemos, pois, às raposas essas miseráveis astúcias de que se deve envergonhar a nossa espécie.

Por último, quando vemos o ministro de Portugal escrever com semelhante descaramento a um brasileiro de tão nobre caráter, que não duvidou ser o primeiro que no salão das Cortes de Lisboa declarasse a Independência do Brasil, apesar de se ver ameaçado, e por toda a parte cercado de fígadais inimigos, devemos crer com bastante fundamento que iguais proposições vieram para outros que não tinham mostrado tanta firmeza; nem era possível que o ministro português se persuadissemos que um só homem, por maior que fosse a sua influência e os desejos de servir, pudesse desempenhar semelhante empresa; contudo, até agora ainda nenhum publicou esses documentos, que tanto importam à salvação da Independência e Império do Brasil, cujos ali-cerces nossos inimigos procuram surdamente solapar. Esta atêndível circunstância faz sobremaneira realçar o comportamento leal do nobre deputado que nos comunicou, para se dar ao público, tão importante documento; sentimos que a mesquinhez do nosso engenho nos impossibilite de lhe darmos louvor igual ao seu merecimento, mas decerto ele será indenizado da nossa falta pela honrosa lembrança que não pode deixar de consagrar-lhe a pátria agradecida.

O TAMOYO

SÁBADO, 18 DE OUTUBRO DE 1823

*Tu vois de ces tyrans la fureur despotique;
Ils pensent que pour eux le Ciel fit l'Amerique.*

VOLT. ALZIRE.



Resenha analítica dos periódicos da Corte da semana passada

*"This hard to say, if greater want of skill
Appear in writing or in judging ill;
But of the two, less dangerous is th'offence
To tire our patience, than mislead our sense."*

Pope. *Essay on Criticism*.

Na passada resenha, publicada no *Tamoyo* nº 22, dissemos alguma coisa sobre a acusação do redator da *Sentinella*, vigilante defensor da nossa Independência, por ocasião de uma carta que no *Sylpho* apareceu debaixo da assinatura de Inimigo dos Intrigantes; e agora temos a satisfação de ver no nº 19 da mesma *Sentinella* extensamente deduzida a defesa da referida acusação. Não há na verdade despropósito de maior marca do que pretender o Meritíssimo Sr. Promotor condenar a *Sentinella* pelo que disse ou deixou de dizer a respeito de el-rei de Portugal! É verdade que nós somos de opinião que se tratem nos escritos públicos os monarcas estrangeiros com o devido decoro à sua dignidade, como representantes que são para conosco das suas nações; e presumimos que a *Sentinella* não ofendeu decerto neste particular as leis da moderação e da decência; mas é também verdade que na lei da liberdade da imprensa não se acha decretado o modo com que esses monarcas devem ser tratados. Se as coisas vão neste andar, pela mesma razão que não devemos falar contra el-rei de Portugal, não devemos falar também contra el-rei de Inglaterra; e muito nos admira que, sendo este último o país clássico da liberdade, não poupem os seus escritores nem a Fernando VII, nem a Luiz XVIII, nem ao ministério atual da França.

Dirá talvez o Meritíssimo Sr. Promotor que não acusou a *Sentinella* pelo que respeita diretamente a el-rei de Portugal, mas pelo que toca indiretamente a S.M.I., ofendido no tratamento feito pelo redator a seu augusto progenitor.

Primeiramente cumpre distinguir as relações naturais de filho para pai, das relações políticas de monarca para monarca, e destes para seus súditos. Feitas estas distinções, veja o Sr. Veiga se pode ser admitida a sua desculpa. Em segundo lugar, não repara o Sr. Veiga que é por ilação que pretende culpar a *Sentinella*? Concedido isto, tenha a bondade de nos dizer se a lei faz responsável o escritor pelo que ele publica, ou pelas ilações que o promotor de justiça quer tirar? Compadece-se tal procedimento com a letra da lei que expressamente ordena cinjam-se os juizes aos princípios mais liberais? Parece virtude inata da beca o atropelar a espécie humana! Se a cor preta dessa beca é o que influi aos que a trazem tão má inclinação, pediremos à nossa Assembleia mude-a para escarlata, cor alegre, para que fiquem em sossego os pobres dos escritores.

Quanto ao resto da acusação, já na precitada resenha dissemos o que nos ocorria, e damos à *Sentinella* os devidos louvores pelo bem que sustentou a doutrina dos pontos acusados, e denodo com que combateu os que se disfarçam debaixo do mentiroso título de “Inimigos dos Intrigantes”.

O *Sylpho* de 8 do corrente consta quase todo de artigos do projeto da Constituição, com algumas notas do redator. Deixando alguns pontos dessas notas, que julgamos sujeitos à controvérsia, tomaremos somente as seguintes palavras de uma delas, falando-se do tratamento de cada uma das salas da Assembleia: “não há lugar por onde não minem e não pretendam ter ingresso as pretensões aristocratas”. À vista desta reflexão do redator, é evidente que ele prefere a “igualdade às distinções”; mas por que motivo não deixa ele de trazer dragonas para não haver aristocracia de graduações? Por que não queima os livros, para não haver aristocracia de saber, etc.? Ignora porventura que com o exemplo se persuade melhor do que com a palavra?

O público fica inteirado da “importante” notícia da remessa dos últimos n^{os} dos artigos, que fez ao redator do *Sylpho* a Sociedade Literária de Buenos Aires. Quanto aos “beneméritos” Nóbrega, Januário e Ledo, basta assim chamá-los o *Sylpho* para nós o acreditarmos. Grande coisa é ser “gênio”!

Passando ao *Correio do Rio de Janeiro* de 6 de outubro, não podemos deixar de louvar a dedução filosófica da sua primeira carta, sobre a necessidade de se conservar o espírito provincial (entendemos quanto seja compatível com o necessário espírito nacional); assim como seríamos injustos, se passássemos em silêncio as parvoíces rematadas de outro correspondente anônimo. Leva este correspondente muito a mal que o promotor de justiça seja omisso em chamar os escritores aos jurados, quando ele tem decerto procedido nisto com excessivo zelo e diligência, dando-lhes incômodos talvez até contra a sua íntima convicção (o que de nenhum modo aprovamos), chamando-os àquele tribunal para responderem a miseráveis sofismas, mas isto é o menos. Diz o correspondente que o “Executivo é obra das mãos dos representantes, emanação das suas faculdades”. Ainda que houvesse casos em que militasse aquele princípio, nunca seria no que nos achamos; e se não nos diga o Sr. Correspondente como é que

a coisa emanada pode preceder à que de alguma sorte concorreu para a sua existência. E como há de o Executivo ser emanação dos representantes, se estes só receberam da nação a faculdade legislativa; se a nação já tinha delegado no chefe que aclamou, o outro poder? Delega a nação duas vezes a mesma coisa?

No nº 60 vem extraída do *Bom Senso* uma carta com data de Lisboa, em que se acusa o ex-ministro José Bonifácio por este “pretender que no Conselho dos Procuradores fosse apresentada uma Magna Carta por ele forjada”. Nós ignoramos inteiramente o que se passou no conselho, nem ouvimos nunca falar em semelhante pretensão; a qual, contudo, de nenhum modo eclipsaria a honra do ex-ministro, salvo se essa Magna Carta atentasse contra a bem-entendida liberdade dos povos; o que afoitamente podemos negar. E demais a carta em questão é forjada em Lisboa, e isto basta para mostrar a sua falsidade, e que só se destina a separar aqueles de quem tremem os nossos inimigos. Quanto à descrição que ali se faz dos sucessos de 30 de outubro do ano passado, opomos-lhe a que na *Gazeta* daquele tempo se publicou; e pelo que respeita às outras acusações com que termina o extrato da referida carta, muito se tem escrito no *Tamoyo*, para onde remetemos os nossos leitores.

CORRESPONDÊNCIA

Sr. Redator.

Como um escritor não é pessoa indiferente para o público, desejei saber por que motivo seria despedido o ex-redator do *Diário do Governo*. Dirigi-me por este motivo a um seu amigo, o qual me confiou a carta inclusa do mesmo Sr. Redator, a qual me parece digna do seu periódico. Se vossa mercê for da mesma opinião, rogo-lhe queira inseri-la nele.

Sou um seu assinante.

Vejo, meu rico amigo, que já te chegou a notícia de eu ter sido despedido da redação do *Diário do Governo*; porém, de que te admiras? Ignoras porventura as alternativas próprias de tempos tão calamitosos como os nossos? Se válidas colunas, homens de singular merecimento, de bem-fundada opinião, de relevantes serviços prestados à pátria, quando ameaçada de perigo iminente, caíram por terra; como havia de sustentar-se com o peito oposto à torrente da revolução um homem, como eu, sem nome, e de préstimo tão mesquinho, e para maior desgraça com alguma probidade? Viste-me porventura servir de entulho nas salas da audiência do imperante e dos ministros? Viste-me adular os ociosos ídolos do tempo? Viste-me prostituir a esposa ou servir do medião de libidinosas intrigas? Viste curvar-me à torpe, à vil, à nefanda venalidade? Viste-me praticar ação alguma menos própria da dignidade do homem?

E como querias que com este carácter pudesse medrar no meio de uma corte infectada de diferentes pestes?

Passando a refletir sobre as causas da minha despedida, conjecturas ser uma delas as opiniões que publiquei naquele diário. Parece-me que te não enganas. Transportado em tenros anos para o Brasil, ao Brasil devedor desse pouco préstimo que tenho, agasalhado sempre com distinção pelos seus naturais, ligado por consórcio a uma tão terna como virtuosa brasileira, cercado de dóceis e inocentes frutos desse consórcio, preferindo no meio deles a modesta mediania ao aparato dos nossos mandões; eu não era homem que capitulasse com Portugal, que lhe vendesse a minha pena, e pérfido e ingrato atraísse a minha cara pátria, o Brasil. Repeli, quanto pude, pela imprensa, as pretensões injustas daquele reino, entrando neste glorioso combate quando o Rio de Janeiro estava ainda dominado pelas baionetas d'Avilez nos dias da sua raiva; cuidei de inspirar aos brasileiros sentimentos nobres, pundonor nacional, inalterável união; e de manter a sua coragem, já inflamando-os com a justiça da nossa causa, já patenteando a falta de meios de Portugal para sustentar a sua; e se neste sentido não trabalhei mais, e talvez melhor, é porque me não davam os meios.

Se por aqueles motivos, meu rico amigo, havia necessariamente de odiar-me o chumbismo, não era por outra parte mais aceito aos descamisados. Quaisquer que sejam em um reino pequeno as vantagens (por ora meramente imaginárias) das bem-traçadas porém inexequíveis constituições republicanas da península, elas jamais se poderão conseguir no Brasil, Império vasto, proporcionado para grandes coisas, e em cujos habitantes predominam sentimentos elevados, ideias de nobreza. Que comparação tem conosco Lacedemônia ou Atenas, quando mesmo fossem perfeitas as suas constituições? Que mania, ou antes, que fatal cegueira é esta de espírito republicano em nossos dias? Inabalável nestes princípios, meu rico amigo, os *sans-culottes* da nossa pátria acharam-me sempre pela frente com a maça de Hércules alçada para lhes quebrar os focinhos; eu não aparecia, como eles, pelas ruas e praças da cidade apregoando princípios de abstrato e desorganizador liberalismo, lisonjeando com termos bombásticos o pobre povo para obter dele uma eleição de conselheiro ou deputado; e que podia esperar de semelhante comportamento? A inimizade, o ódio irreconciliável de todos esses Srs., o que bem pouco me importa. Ora, aqui tens por esta fiel exposição o chumbismo e o republicanismo decerto conspirados contra mim, e uma das causas por que fiquei também afogado na porca enxurrada da revolução.

Conjecturas também que uma das causas da ação comigo praticada fosse aquele ato dos jurados. É também natural que concorresse para ela, meu bom amigo. Como os meus sentimentos eram exatamente os que publicou o autor da carta, e tomando eu sobre mim a responsabilidade dela, mostrei firmeza de carácter para sustentar aquilo que pensava, não podia convir a chumbeiros nem a descamisados que me conservasse em lugar onde pudesse rebater os

seus planos. Triunfaram, meu bom amigo; cedo-lhes o campo, porque não depende só de mim o conservá-lo.

Conjecturas mais que o não defender eu o atual ministério das acusações que quase diariamente se publicam contra ele concorreria talvez para eu ser despedido. Neste ponto creio, com algum fundamento, que não erraste; mais podia eu fazê-lo? Lia eu essas acusações? Quando entrei para a redação do *Diário*, fiz, e entreguei a quem competia, uns apontamentos em que propunha se fizesse troca dele pelos outros periódicos que nesta Corte se publicavam, e que da mesma sorte se abrissem correspondências com as províncias. Nunca semelhante coisa se adotou, que tão natural e necessária parecia; e como 400.000 réis anuais, insignificante ordenado que recebia, nem para as despesas indispensáveis chegavam da minha família, tornava-se-me impossível comprar esses periódicos, nem a tal me tinha comprometido, ficando por consequência na ignorância de quase tudo quanto eles continham. E como havia de defender o ministério? Tinha-me ele dado a conhecer o seu sistema? Tinha-me insinuado as razões ou verdadeiras, ou meramente ostensivas, dos procedimentos censurados? Como havia de tomar esse encargo um redator que apenas sabia dos negócios aquilo mesmo que, como outro qualquer, lia no próprio *Diário*? Como sustentar coisas que, talvez por falta desse conhecimento particular delas, eram também repugnantes ao meu modo de pensar?

*“Tel est mon caractere: et jamais mon visage
N’a de mon cocur encore dementi le langage.
Qui puet se deguiser, pourrait trahir sa foi;
C’est un art de l’Europe: il n’est pas fait pour moi.”*

Desejarei que o novo redator seja neste artigo mais pontual do que eu fui.

Conjecturas por último, e o mesmo tenho ouvido a outros, que a publicação de notícias em que se falava de José Bonifácio foi uma das causas da minha queda. Não ponho dúvida; porém, se não tinha insinuação para suprimir passagens dessa natureza, como podia eu supor que, publicando-as, desagradava? Pelo contrário, honroso me parecia ao Brasil ver bem apreciados por estrangeiros os inegáveis e relevantes serviços de um filho seu. E com que justiça seria aquele sábio e honrado brasileiro privado do louvor que esses estrangeiros lhe tributam, que S.M.I. no decreto de demissão confirmou, e que só brasileiros degenerados pretendem negar-lhe? Mereceria ele essa recompensa por ter salvado a pátria das garras dos Avilezes e Madeiras? Por ter sabido atrair as províncias a um centro? Por ter chamado ao verdadeiro caminho opiniões desvairadas? Por ter preparado e desenvolvido a independência e o Império do Equador? Por ter levantado o edifício da representação nacional? Por ter finalmente por vezes sufocado a hidra da democracia? Eu não pretendo com isto, meu rico amigo, canonizar os Andradas; o homem não é impecável, mas seus erros não podem de maneira nenhuma escurecer a luz sempre resplandecente de seus serviços.

Depois de tantas conjecturas lástimas, meu bom amigo, a minha sorte; e na verdade ela é digna de lástima; porém o que mais me traspassa o coração é o quadro que a imaginação me apresenta da futura sorte da pátria; a Europa mostra-nos um aspecto ameaçador; os partidos chocam-se cada vez mais; já reina entre nós uma anarquia mansa; cada uma das províncias do norte dispõem-se para ficar com um retalho do dilacerado Império, e o nosso augusto monarca sem um ministro que por sua atividade e respeito imponha silêncio às paixões, um freio aos partidos, desassombre o horizonte das pesadas nuvens que o enlutam, restitua-nos ao perdido equilíbrio social, e salve o Brasil das desgraças que lhe estão iminentes. Oh céus! Oh minha pátria!...

A. J. de P. G. de Andrade.

NOTÍCIAS ESTRANGEIRAS

Continuação do artigo extraído do Constitucional e princiado a publicar no nº 24 deste periódico

Não pretendemos dizer que as liberdades constitucionais estejam fundadas de uma maneira permanente em todos aqueles países, em cujo número o autor não compreendeu (não se sabe pelo quê) a Grécia, que tem reconquistado a sua independência, nem as potências secundárias da Alemanha, que gozam do benefício de uma representação nacional; mas enfim pode-se ao menos convir em que todos têm por princípio uma Constituição livre, bem ou mal afiançada. Muitas pessoas se sorriem vendo figurar neste mapa a Espanha e Portugal, onde já saúdam o poder absoluto; porém quaisquer que sejam os sucessos que na península aconteçam, persistimos em pensar que o despotismo a perdeu para sempre. A Espanha, reduzida às suas únicas possessões continentais, precisa de indústria, de comércio, de agricultura, e por consequência de instituições livres. Não é com monges que se hão de estabelecer manufaturas; nem é nos subterrâneos da inquisição que a Espanha há de achar as minas de ouro que perdeu.

Assim, em menos de cinquenta anos, quinze milhões de homens livres têm produzido mais de oitenta e seis milhões; assim as sementes fecundas da liberdade se transportam de um a outro mundo e lançam profundas raízes, que todos os braços do poder absoluto não são capazes de extirpar. É da Inglaterra que os Estados Unidos aprenderam a liberdade; são os Estados Unidos quem a ensinou à França, é a França quem a tem ensinado a outros muitos povos.

Sem dúvida a luta é longa; porém nenhum país, nem a própria Inglaterra, tem feito esta gloriosa conquista, se não à custa dos mais terríveis sacrifícios. Ajudadas das luzes da civilização e do espírito do século, as liberdades públicas, únicas potências d'ora em diante invencíveis, podem ver retardar por algum tempo o seu triunfo, mas esse triunfo não é por isso menos infalível.

N. 26

O TAMOYO

TERÇA-FEIRA, 21 DE OUTUBRO DE 1823

*Tu vois de ces tirans la fureur despotique;
Ils pensent que pour eux le Ciel fit l'Amerique.*

VOLT. ALZIRE.



CORRESPONDÊNCIA

Sr. Redator.

Remeto a vossa mercê o ofício de celeberrimo intendente geral da polícia, para que se digne inserir no seu periódico, juntamente com as observações que julgo merece.

Ofício

“A inclusa proclamação, decreto e portaria do novo ministério que o nosso imperador acaba de criar levam consigo o cunho da sua constitucionalidade, e quanto deseja acertar nos meios de obter a liberdade, a felicidade do Império e dos seus súditos.

Cercado de trevas, foi obrigado a seguir conselhos que fizeram por algum tempo duvidoso o destino dos povos do Brasil, e se realizariam, ou não, os bens que resultam de um governo monárquico constitucional. Conheceu o imperador o engano, remediou o mal, apartando de si a causa dele.

Tenho a satisfação de anunciar a VV.MM. para proclamar aos povos esta medida heroica, e de uma vez se convencerem de que temos um governo constitucional, e que a recíproca confiança, que se vai estabelecer e firmar entre os dois supremos corpos da nação, formará o grande edifício da felicidade brasileira.

Deus guarde a VV.MM.

Rio, 24 de julho de 1823.

Estevão Ribeiro de Resende.

Srs. juiz de fora da cidade da Bahia, vereadores e procurador da Câmara.”

Observações

Em primeiro lugar, não deixará vossa mercê de admirar o estilo e linguagem desta peça, digna dos Botocudos e Tapuyas, não já da doce e razoável tribo a que vossa mercê pertence. Não é bonito “criar novo ministério”, por escolher novo ministério, e isto quando não é todo o ministério o demitido e escolhido outro inteiro de novo; mas tão somente são os demitidos dois ministros? Que eufônico, e conforme as regras da sintaxe e da razão, “levar quanto deseja acertar nos meios”! Bravo, Sr. Resende; isto é que é escrever! Quão bem se lhe pintam na cara os dotes d’alma e do espírito! Quão bem declaram as suas palavras a sua falta de miolos e sobejidão de maldade! Passemos ao material da portaria.

Diz o Sr. Intendente que a proclamação, decreto e portarias do ministério, que chama novo e que é certo velho não só em data, como em crimes, demonstram a constitucionalidade de S.M.I. Em primeiro lugar, declaro que não examino os atos de S.M.I., que no sistema constitucional, como ativo é nada, e que não reconheço outros autores na cena política, senão os ministros. Não me assombra que o ignorante intendente não conheça esta distinção, há muito mais gente que tira o carro com ele, é igualmente ignorante.

Que está muito longe de ser constitucional o decreto, já vossa mercê, Sr. *Tamoyo*, o demonstrou; e enquanto invasão descarada de poderes não for miraculosamente erguida à categoria de constitucionalidade, ficará o bom decreto na classe de arbitrário, e testemunhará tão somente aos vindouros o quanto era constitucional o bom ministro Montenegro, de marmórea e lisa testa, e em cuja cavidade parece que se não aninham ideias, senão as de constitucionalidade desta estofa.

Ora a proclamação, quem disputará que é constitucional? Sabe o refinado chumbismo; por isso mesmo. Desnacionaliza os brasileiros e os confunde com os estrangeiros, e até com os inimigos; por isso mesmo. O mal é que o povo não come mais miolo de enxergão; ouça-se o pasquim que apareceu e ver-se-á que não encantou aos brasileiros esta amostra de constitucionalidade que o conselho de S.M. nos exibiu:

“Três séculos de cativoiro,
Dez meses de brasileiro,
Agora habitantes,
Fora tunantes.”

Os pasquins, sei eu, que são muitas vezes produção de calúnia, e quase sempre da malignidade; mas servem muito para conhecer-se as opiniões do tempo. Se constitucionalidade não se decide por palavras, mas por obras, é de pasmar que, ao mesmo tempo em que se prometia que viveriam os habitantes do Brasil seguros no seio das suas famílias, nos braços das suas esposas, e rodeados dos seus caros filhos, nesse mesmo tempo se arrancavam não os habi-

tantes, mas os cidadãos do Brasil, sem culpa alguma, no profundo silêncio da noite, ou antes da madrugada, dentre suas mulheres e filhos, como sucedeu ao tenente Egas Muniz, a Fuão Porto Seguro, etc.! E isto é constitucionalidade! *O tempora! O mores!* O que me horroriza é o afinco com que ministros malvados trabalham por destruir o poder imperial no Brasil, aconselham-lhe, e fazem cobrir com o seu nome, medidas violentas e arbitrárias, para o tornar odioso; e não contentes com isto, convencidos que o poder desprezado é poder aniquilado, procuram fazê-lo ridículo, prestando-lhe frioleiras e lerdices que desacreditam a sua inteligência. Ora, quem não rirá deste período da Proclamação: “embora incautos queiram desonrar a minha constitucionalidade?” Que apon-toado de contradições! Como se compadece o desaprecatamento com o propósito de caluniar? São os incautos os que querem aviltar ou os que engolem as mentiras com que se quer difamar? Quem de ânimo deliberado quer desacreditar-me, reputarei por incauto, ou antes por astuto e decidido inimigo? Em verdade quem esboçou estes belos conceitos da Proclamação tem inegável direito de morada na casa dos orates, ou na hiperbórea região dos absurdos; se é que o não fez de caso pensado, para desbotar a majestade, a quem os imputa.

As portarias que restituíram a seus lares os que deles estavam ausentes parecem justas; em regra, ninguém deve ser removido do lugar que escolheu para vivenda, sem sentença; mas casos há em que um governo assisado suspende em parte direitos que reconhece como santos. A questão é conhecer o quanto é isto preciso, e estar certo da sua competência; quando, porém, o mal está feito, nem sempre é bom remediar de chofre o mal conhecido; às vezes é o remédio, quando importunamente aplicado, pior que o mesmo mal. Eis o que sucedeu, ao menos em S. Paulo, com a volta dos removidos que, apesar das intrigas, jamais a província reputará por inocentes. Descontentaram-se os bons e não se chamaram os maus à resipiscência; os partidos chocaram-se, e aquela província, assento da paz e lealdade, está hoje (graças ao ministério atual) convertida em foco de discórdias e inimizades, e ameaça próximo rompimento. Por fim, se as remoções a que remediaram as portarias eram inconstitucionais, a quem se hão elas de imputar, aos ministros que se retiraram e que não assinaram uma só portaria dessas, ou ao veador ou camarista que as assinou e deliberou? Não é calúnia e descaramento imputar as malfeitorias de uns a outros que nelas tiveram parte? Eis o que chama “constitucionalidade” o Sr. Resende!

Continua o grande intendente a descompor homens com quem quisera Deus que ele se assemelhasse; atribui-lhes conselhos que “fizeram duvidoso o destino dos povos do Brasil”, conselhos que o imperador foi obrigado a seguir por estar “cercado de trevas”; por outros termos os ministros guiaram pela mão ao cego, e guiavam-no mal. Quem tivesse projeto de enxovalhar a inteligência de S.M.I., não fazia mais. O que admira é que, sendo as medidas, quaisquer que elas fossem, úteis ou danosas, produto do Conselho dos Ministros, se atribuam

só a dois, e cessasse o perigo com a mudança da minoridade. Cuido, porém, que o tal intendente tem razão; os que ficaram e os que de novo entraram são paus para toda a colher, hão de ser sempre “constitucionais” na frase do intendente, na qual ser “constitucional” é fazer quanto quizerem áulicos corrompidos e inimigos mascarados do Brasil; embora venha disso quebra à honra e dano à pátria.

Enfim, “anuncia” o Sr. Intendente “com satisfação” à Câmara da Bahia, “para que mande proclamar aos povos a heroica medida” de S.M.I., em receber a demissão que lhe deram os dois ministros do Império e Fazenda; e para que com isto “se convençam de que tem um governo constitucional, e que se vai estabelecer e firmar recíproca confiança entre os dois supremos corpos da nação”. Ora, Sr. Redator, eu conhecia por tolo o tal intendente; mas não cuidei que chegava a tanto a sua asneira. Que entenderá esse pateta por heroicidade? Se é o esforço contra as paixões em favor da virtude, onde está esforço em receber uma demissão que não se podia recusar? Qual a paixão a que se resistiu? Qual a virtude a que se decidiu quem aceitou a demissão? Mas olá, talvez o intendente lesse Hiérocles nos comentários aos versos pythicos ou a S. Jerônimo no diálogo contra Lúcifer; e tomando, como eles, herói por santo, chamasse “medida heroica” por “medida santa”. Porém isto é suposição temerária e injuriosa ao Sr. Intendente; um tal homem abaixar-se a ler livros gregos e latinos! Não é crível; dado, porém, que lesse os tais escritores e admitisse o sentido por eles adotado, onde está a “santidade” da medida, que, se cremos a experiência, há de ser a nódoa de quem a aconselhou? O que não concebo é como aceitar a demissão de ministros seja tão constitucional por excelência, que se alegue em prova da constitucionalidade de S.M.I., a não ser o exemplo dado por ministros que preferem a obscuridade a terem parte num sistema ruinoso ao Brasil. Abandonarem, porém, servos da coroa a amo que lhes não quadra, não é, no meu fraco entender, mais constitucional do que aquilo que ordinariamente se faz? Vejamos, porém, se a medida foi própria para estabelecer e firmar a harmonia entre os dois grandes poderes nacionais. Renunciar francamente o teor de conduta oposta aos desejos, interesses e opiniões da parte ilustrada da nação *brasileira* seria sem dúvida ato de prudência da parte de S.M.I., e lhe ganharia esta justiça os corações dos seus súditos; mas era o sistema dos dois ministros qualificado por oposto à opinião do Brasil? Parece que não, pois quanto se lhes tem objetado em imparcial revista era conforme a opinião mais geral e contribuiu não pouco para consolidação e prosperidade do Império. Ademais, a escolha feita de novos ministros, e a conservação dos velhos, dava esperanças de melhoras? Só prevenidos, ou velhacos, o dirão. Um jesuíta *versipelle*, de cuja improbidade, mesquinhez de ideias e nulidade em administração financeira ninguém duvida; enfim, o autor das “porcadas” e um fugitivo agente de cultos em Portugal no governo francês não agouravam um feliz porvir ao Brasil, e pouco próprios eram para apagar as saudades que deixavam cidadãos íntegros, ilustrados, enérgicos, cuja “vontade

era tão forte como o destino”, e a concepção tão vasta como o mundo. Que diremos dos velhos ministros? Um Montenegro, corpo sem alma, incapacidade personificada, a quem deveu Pernambuco os males que sofreu e para quem basta olhar-se atentamente para ver-se que, debaixo da envernizada frente, e chocho rosto, salpicado de sorriso apatetado, demora a região do vácuo, onde em moles coxins se espreguiça a deusa tão bem-descrita no Lutrín! Um Vieira sorrateiro, cujos miolos destilados apenas produziriam lambuges de esperteza de rato de gaveta e fiapos de traição deslavada! Estes dois trãsfigas de Portugal, estes traidores à causa do Brasil, ajudados pelo patarata da Marinha, nova catarata de Paulo Afonso, que nos ensurdece com a repetição de parvoíces, e meros sons, ainda conluiados com as velhacarias de um e com embófia de outro dos novos ministros, serão capazes de dar à nau do Estado a derrota que lhe não puderam dar as possantes mãos dos Andradas? Não decerto, e os sucessos o tem mostrado. O governo, depois da retirada dos ministros demitidos, tem-se de todo despopularizado, e o pior é que o contágio tem-se estendido até ao chefe do Poder Supremo; os “descontentes” relutaram-se com os “indiferentes”; e tendo passado o descontentamento à hostilidade, não admirará que cedo ou tarde se desenvolva em conspiração. Eis como se verificaram as predições do Sr. Intendente; nunca houve menos harmonia entre os dois grandes poderes nacionais, nunca a nação detestou mais o governo. E como deixaria de assim acontecer? Quanto rodeia o trono é corrompido ou corruptor, ou uma e outra coisa juntamente. Sirva de exemplo esse bom intendente, traidor a Portugal em favor dos franceses, tendo com dificuldade escapado da justa vingança do povo de Palmela, achou abrigo na sentina dos crimes, no governo do Rio de Janeiro, e encontrou um amigo no execrando Paulo Fernandes, que, lombrigando nele um homem segundo o seu coração, cobriu com o seu patrocínio virtudes análogas; e não contente com introduzi-lo no serviço, chamou-o, assim que pode, para o seu lado, como digno apoio de seus arbitrários procedimentos. Durou o reinado da injustiça até que em 26 de fevereiro de 1821 lançou o povo de si esse cancro; mas, como não o cortou de todo, tornou a aparecer com visos de “brasileirismo” no começo da nossa luta com Portugal, mas bem cedo voltou ao vômito antigo; e desprezado, se não punido como merecia, intrigou e manobrou de tal arte, que suplantou ao digno intendente João Ignácio da Cunha; então tivemos, em vez de um magistrado inteligente e circunspecto, um “palhaço” ignorante e traidor. Diga-o o ofício que analisei; diga-o a carta dirigida ao sedicioso Barata, na qual lhe agradece o mal que tem feito ao Brasil espalhando a anarquia, e torna suspeito ao governador das Armas que S.M.I. despachara para aquela província; e tudo isto faz em nome de S.M.I. Se não é traição louvar a sedição, desacreditar injustamente as autoridades e promover a insubordinação; se não é traição menoscar a pessoa de S.M.I. transmitindo ordens mentirosas, que o desonram; então não sei o que seja traição; e

todavia não é castigado um tal ministro; pelo contrário, cumula em si cargos representativos e funções judiciárias e administrativas. Que há que esperar de tal desordem? Nada: encomendar-nos a Deus que só pode salvar o Brasil na horrível crise em que estamos.

Perdoe, Sr. Redator, a longura das observações e queira por bem da pátria desculpar o azedume de certas verdades; eu estou acostumado a chamar as coisas pelo seu nome: "*J'appelle un chat un chat, et Rolet un fripon*". – Sou seu venerador.

Azorrague.

NOTÍCIAS NACIONAIS

Recebemos algumas folhas da Bahia, e por elas vemos que, em consequência de ordem da Secretaria de Estado dos Negócios do Império, ia-se proceder naquela cidade à nomeação de um deputado à nossa assembleia geral, para o que estavam já nomeadas as pessoas que deviam presidir as eleições paroquiais. Por outra parte, o zelo dos nobres baianos não descansa nos meios de defesa do Império; promove-se ali com atividade a subscrição mensal de 800 réis para aumento da Marinha. Se esta contribuição corresponder (como não duvidamos) às nossas esperanças, teremos brevemente a satisfação de ver uma respeitável Marinha protegendo a segurança do nosso dilatado Império.

Extrato de uma carta inserta em *O Independente* de 3 de setembro

[...] O nosso Estado hodierno não pede senão leis regulamentares dos estabelecimentos públicos e de todos os ramos de indústria precisos para segurança e manutenção das forças deste grande Império brasiliense. Esta ciência em política, promovida por gênios respeitáveis, fez a França, quando acabava de surgir das estragadoras guerras civis, tomar as rédeas da sua permanência, pelos trabalhos incansáveis do seu Colly e do engenhoso Colbert, que na abreviatura dos tempos fizeram enriquecer os seus cofres. Nós, por fortuna, tivemos a mesma ventura no nascente exemplo na Corte do Rio de Janeiro, que, ficando arruinado o seu erário e mais estabelecimentos depois da retirada do Sr. D. João VI, rei de Portugal, pelos desvelos de dois hábeis ministros de Estado, não só verificou-se o desempenho, como subiu o ramo de finanças, a benefício do Império, a um acrescentamento pasmoso; de maneira que em outro tempo, sendo-lhe pesado as despesas do fabrico de uma fragata, pôde agora deitar uma respeitável esquadra ao mar, para vir bloquear esta nossa malfadada cidade, quando ocupada pelos bárbaros da Lusitânia; e fazer grandes expedições de tropa e armamento, para triunfar o nosso valoroso Exército pacificador, das bandeiras portuguesas...

Continuar-se-á

O TAMOYO

QUINTA-FEIRA, 23 DE OUTUBRO DE 1823

*Tu vois de ces tirans la fureur despotique;
Ils pensent que pour eux le Ciel fit l'Amerique.*

VOLT. ALZIRE.



O prometido é devido. Prometi no meu nº 20, quando publiquei a carta que me dirigiu Phileutaxias, fazer sobre ela observações, repelindo quanto se nela me possa objetar, se sem razão o fez: é chegado o tempo de cumprir a palavra.

Louvo em Phileutaxias a condescendência com que adotou a correção que lhe propus; desculpo o querer escusar-se; é natural aos homens, e eu os recebo tais quais são, e não os espero de encomenda de fábrica nova. As razões, porém, em que se estriba parece-me não quadrarem ao fim que têm. Pouco importa que as palavras caiam e se renovem como as folhas na frase do Venusino; sempre releva que tanto as caídas como as renovadas sejam sujeitas às regras de analogia, etimologia e prosódia na sua composição; e por isso jamais fugirá da censura de barbarismo a construção de palavras tiradas de origens disparatadas. Reconheço que a falta é pequena; que o errar é de nós todos; e por isso me não admiro que, no citar um texto, alterasse eu a ordem de certas palavras; cito de memória, e não me canso a correr de novo o texto que escolho para lhe verificar a exata posição dos termos; mas não admitem paralelo as faltas; uma vem de simples defeito de “mnemônica”, a outra, de deliberado erro de “estética”.

Eu nunca critiquei o desejo da união entre a povoação heterogênea do Brasil; propus tão somente as razões de desesperar do seu bom resultado, e nada se opõe em contradição. Diz vossa mercê, e parece crê-lo, que a submissão voluntária dos povos às mesmas leis constitui união, senão com precisão matemática, ao menos civil: ora nisto é que vossa mercê se engana. Pode uma população ser sujeita voluntariamente às mesmas leis e não ser unida. Além da submissão às mesmas leis, são precisos outros elementos, identidade de sentimentos, de opiniões sobre o governo, e de interesses. Nem mesmo submissão voluntária pode tresladar-se por submissão, produto de amor; pode

muito bem corresponder à submissão produto de cálculo; e com esta pouco dura um Estado; sem amor dos súditos não se conservam governos. Se, pois, a sua proposição é em tese pouco exata, muito mais o é quando acompanhada da modificação que lhe pus; isto é a atual fermentação em que eu falei como condicional, e que vossa mercê deixou no tinteiro, por lhe não convir especificar. Fica, pois, certo que a crença, ou antes esperança de união entre portugueses e brasileiros, ao menos na presente fermentação, louvável como é, não honra o juízo de quem a alberga; pode sim, como o sonho da paz perpétua do bom abade de S. Pierre, provar a sua humanidade, mas nunca a força da sua concepção e penetração. Os exemplos que apontou não servem para a questão moral de que se trata; a combinação de certos simples nada tem de encontro, para seu consequimento, senão a fraqueza humana, mas nunca impossibilidade; e como a multiplicidade de tentativas vence às vezes a repugnância da natureza, não é desvario o tentá-lo. Quanto à quadratura e exatidão de longitudes no mar, que mais desesperadas se antolham, igual é a minha decisão; não é impossível a solução do problema, e tanto basta para autorizar a tentativa; não há a mesma razão na sua pretensão; ela parece-me quase impossível no estado em que nos achamos; mas nem por isso censurei o experimento, antes dei-lhe o nome de louvável. O que qualifiquei de quimera de teóricos insensatos foi o seu projeto, se cria de boa-fé na sua praticabilidade. Eu cuido que para o futuro se poderão amalgamar as duas raças de origem portuguesa, e creio mesmo que agora se podem conservar neutras; mas não com as suas pretensões de igualdade, que nem o tempo, nem a diferença de forças dos dois partidos, nem o estado dos espíritos permitem estabelecer por enquanto.

Phileutaxias não sabe o que escreve, quando quer descobrir enganos terminantes no *Tamoyo*. O fato que apontou o *Tamoyo* é circunscrito ao Brasil, e não a situações oficiais em Portugal, com que cuidou Phileutaxias convencer o *Tamoyo* de engano. Qual foi o brasileiro que ocupasse altos empregos no Brasil? É da mesma estofa o argumento com que pretende atacar a asserção do *Tamoyo* que os lusitanos olhavam aos brasileiros como hilotas. Que vem ao caso, que o belo sexo, e mesmo algum homem ilustrado, não participasse dessa miséria? A questão é com o governo e com a massa do povo, não com este ou com aquele indivíduo. Ademais, trata-se do modo com que eram tratados os brasileiros em geral, e não um ou outro. Mesmo o acanhado número de brasileiros de que se recorda prova a asserção do *Tamoyo* e desmente a Phileutaxias. Que são quatro comparados com a imensidade de empregos da administração portuguesa? Fica sempre em pé o que avançou o *Tamoyo*; muito mais advertindo-se que nem um só brasileiro montara até hoje a dirigir os negócios portugueses, ou fora ou dentro do reino.

O que afirma em triunfo Phileutaxias dos Estados Unidos prova que nem entendeu o *Tamoyo* nem estudou bem a história daqueles estados; e até dá

visos que não sabe o que são “leis municipais”, *id est* “posturas”, em linguagem de jurisconsulto. O *Tamoyo* o que disse foi que a Inglaterra não abarcava o governo e a legislação nas suas colônias; mas abarcar só quer dizer abranger exclusivamente, e isto é o que a Inglaterra não fazia. No começo dos estabelecimentos, a Carta da Colônia era obra do rei; e as nomeações dos governadores, dele ou dos donatários das ditas colônias; e assim foram sempre; mas o governo de um estabelecimento não consta só de um agente primeiro; mas de uma cadeia de agentes secundários, e estes eram todos, ou quase todos, de escolha da mesma colônia. Os Estatutos do Parlamento eram obrigatórios para as colônias; mas na prática quase nada legislavam as câmaras inglesas para as colônias; porque as assembleias coloniais a tudo olhavam e proviam. A administração de justiça era também toda provincial, embora viesse da Europa um ou outro *justice*; o juízo do país, o juízo por jurados, remediava a tudo, e os jurados eram americanos. Por fim, Phileutaxias desconhece o que são “leis municipais” ou “posturas” quando dá este nome às “leis coloniais”: posturas são circunscritas ao município ou vila, e não abrangem províncias ou Estados; e o que decretavam as duas Casas de uma assembleia colonial eram regras para toda uma colônia, e regras valiosas, se não eram revogadas pelo Parlamento britânico; posturas limitam-se a certos capítulos tão somente, e as leis coloniais corriam o círculo de todos os negócios internos. O que eu não sei, e o que ninguém, senão Phileutaxias, sabe é que os Estados Unidos se separassem da Inglaterra por falta de assento no Parlamento britânico. Nunca os americanos pretenderam essa fantasmagoria política, o que os separou foi a pretensão da Inglaterra de os impor; direito que eles não queriam reconhecer no Parlamento, não só porque nunca antes tinha sido diretamente avançado, como porque, para ser executado, precisava de cooperação de representantes americanos no Parlamento britânico; a falta de representação não foi, pois, o motivo da separação, mas sim a pretensão de tributar sem ela.

Ignoro se há por aqui centenas de Lees e Gates; o que não ignoro é que neste parágrafo há muita falta de lógica. O que eu disse foi que os americanos, apesar da vantagem da sua situação política, tinham sido econômicos em empregar ingleses; e quanto Phileutaxias amontoa nada fere a minha asserção. Que importa que entre os lusitanos do Brasil haja, ou não, muitos Gates? Que importa que americanos degenerados, que ele chama leais, e que eu denomino traidores, ainda hoje sejam pagos pela Inglaterra, e que um deão da Bahia, ente desprezível por todos os lados por que se olhe, ainda venha a merecer lugar na lista das pensões com que Portugal atenda aos traidores brasileiros? Isto prova que se devam empregar portugueses sem parcimônia? Cuido que não; mas não me enfado. O que me custa aturar é o mascarado desejo de decotar as honrosas palmas de S. Paulo e atribuí-las aos lusitanos. Se da mão de Phileutaxias nos viesse a história gloriosa da nossa Independência, certo a imparcialidade a

não ornaria; remeto-o, pois, ao nosso nº 5 em que vem a conversa do Doutor da Roça com o Velho do Rocio; leia-a, e verá sem réplica demonstrado que o primeiro arremesso para a liberdade veio de S. Paulo, que as instruções dadas aos deputados daquela província foram as que geraram o sussurro levantado nesta Corte; isto confessado até por quem podia interessar em negá-lo; verá mais, que era impossível que, ao menos em sua explosão, fossem os gritos de S. Paulo, anteriores em época aos do Rio, criaturas destes. Vamos adiante.

Todo homem tem pátria, diz vossa mercê, logo os lusitanos que abraçaram a causa do Brasil a tem; e esta é o Brasil. Neste raciocínio tudo é falso pouco mais ou menos. Todo homem deve ter pátria, é verdade; mas todo homem a tem é falso. O desnaturalizado por crimes não tem pátria, ao menos enquanto se não agrega a uma nova que o aceite. Neste estado podia estar o lusitano que abraçasse a causa do Brasil: a antiga o renegava e a nova podia não o aceitar. É certo que era isto injustiça e que os brasileiros não são injustos; mas eu falo só do rigor das premissas. A fim de que os lusitanos devam ter pátria, não se segue rigorosamente que esta fosse o Brasil; que o deva ser, concedo. Agora o que é avançar sem prova é dar como certo que um cidadão agregado à nova pátria deva gozar de tudo de que gozam os indígenas: isto é o que nenhum político admite; e com razão, porque amor da pátria e conhecimentos locais que habilitem a certas funções de governo não crescem como os pepinos. Nem mesmo os indígenas de um país, apesar de suportarem todos os encargos sociais, participam de todos os bens; não é, pois, supérflua a distinção entre direitos civis e direitos políticos.

Louvo a escapatória com que pretendeu sanar a sua antifilosófica doutrina da mescla das raças. Salvou-lhe o odioso com a explicação que dá; mas não o absurdo. E o pior é que até o odioso de todo não se esvaece, pois a sua defesa, como falsa, ratifica o sentido que lhe dei. Atribui vossa mercê a perseguição fraterna, feita pelas outrora colônias espanholas, à mescla com estrangeiros europeus; e afirma que por isso se distinguiu Buenos Aires e Colômbia, onde era fácil a entrada desses estrangeiros, ao avesso do Peru e México. Disto parece inferir-se que não houve no Peru nem no México rivalidade e perseguição. Ora isto é falso, como se pode convencer pela lição das revoluções daqueles países, nos quais se desenvolveu a mesma rivalidade e antipatia contra os espanhóis. E assim devia ser; as causas eram as mesmas; os efeitos deviam ser também os mesmos; estas causas eram o ressentimento das injúrias e consciência da injustiça de inabilidades de fato que a razão reprova; a inveja das vantagens concedidas aos chapetones, a parcialidade do governo e o bem-entendido desejo de governar-se cada um a si como o entender, e não ser regido por arbítrio de estrangeiros. O que não compreendo é como os esforços dos peruanos para restabelecer o trono dos incas, desde a conquista

de Pizzarro até o último desforço de Túpac-Amaru, ou Gabriel Condorcanqui, provem a falta de rivalidade contra os espanhóis.

Concorda vossa mercê que a rivalidade luso-brasílica é natural, e como espera destruí-la? Eu, que a julgo filha do tempo, e não inata, não espero que se aniquile antes que desapareçam as causas que a motivam; e por isso aconselho que se arredem os incidentes que a despertam, e que deixemos à lenta mão do tempo o alisar desconfianças, e desfazer as causas que impedem por ora a natural operação dos vínculos de sangue e de comum origem.

Em pensar tudo tolero, porque também preciso que me tolerem; *veniam damus que petimusque vicissim*. Pode, pois, Phileutaxias gabar o sistema de coroas de nações diversas reunidas numa só cabeça. O que não é permitido é não dar razão do que se avança, nem os vivas de fabricantes e mercadores equivalem em peso às vaias dos políticos práticos. A união de governo de nações independentes a nenhum é vantajosa; guerras desnecessárias e perigo de recíproca escravidão são males salientes e comuns a ambas; ascendente de corrupção sobre a mais fraca acresceria aos males já mencionados; eis o que esperaria a Portugal: a morada do soberano no Brasil o entregaria a um conselho corruptor e a uma assembleia corrompida. São de tal monta estes inconvenientes que a Escócia ganhou, ainda na perda da independência, que não poderão conservar os patrióticos esforços dos Belhavens e Fletchers. Ouçamos o imparcial e sisudo Laing na sua *História da Escócia*, livro 12.

“Two nations under different legislatures, when united merely by a common allegiance to the same sovereign, are held together by the most slender ties. The connection may be dissolved by either, on the sudden resentment of a capricious legislature, unless the one has acquired a compulsive, or corrupt ascendancy, over the counsels of the other, to insure its uniform concurrence in public affairs. The Scottish parliament, therefore, whenever it asserted its own independency, must have either been secured by immense bribes, annihilated by an union or reduced by force. The first expedient is always precarious, and must have sometimes failed. In the event of a disputed succession, which appeared inevitable, nothing less than an union could have preserved the nation from becoming either an easy conquest or a field of future contention and bloodshed between England and France; and the loss of a corrupt and factious parliament, next to that of its exclusive government, was the greatest blessing which Scotland could obtain.”

Para que é lembrar a administração do finado Reino Unido? Alguém, que não fosse o *Tamoyo*, porventura atribuiria a saudade do sistema velho e desejo de restabelecimento da união o artifício com que se apresentam unidos Estados hoje separados, e que não podem mais deixar de o ser? O *Tamoyo* crê, pelo contrário, que foi só para encher períodos que se encaixou a trouxe-mouxe o tal Reino Unido de “gloriosa memória”.

Por fim, observa o *Tamoyo* a ruim tendência de certas proposições de Phileutaxias, se é que dizem o que o *Tamoyo* crê. “Se não devemos viajar, por que o cocheiro dá às vezes fustigadas extemporárias (cuido quis dizer extemporâneas), pondo os bucéfalos em desinquietação intempestiva, então entre-mos no coche.” Se isto quer dizer alguma coisa, é que tomemos as rédeas do governo, quando os que as têm não as sabem reger. Ora, isto é sedicioso, seja cocheiro quer o dono do coche ou o seu delegado. Mas talvez queira com isto dar Phileutaxias a entender que nos devemos resignar a sofrer as loucas lategadas de cocheiro inábil ou mau, já que não queremos, ou podemos, desempenhar-lhe as funções; e isto é anticonstitucional; adeus direito de censura do governo e seus agentes, inerente a todo o cidadão. Adeus responsabilidade; adeus liberdade de opiniões. Posso muito bem não querer ser cocheiro, por não me crer os precisos talentos para guiar o coche, ou porque a maneira por que entendo que ele deve rolar não quadra com os desejos do dono do coche; e, contudo, não renunciar ao direito de apontar à nação os erros que comete o cocheiro, a irregularidade da marcha do coche, e o fim desastroso da viagem, ou por outra o abismo quase certo a que nos conduzem cocheiros incapazes, ou antes celerados.

São também de tendência perigosa as máximas que se seguem “sem governo não há nação, sem obediência não há governo”. As proposições são verdadeiras; mas inferir daqui, como parece quer Phileutaxias, que a obediência em todo o caso é dever, é ditame de opressores; e querer concluir de algum modo que a oposição ao governo em todo o caso é proibida, é dogma próprio para Constantinopla. O *Tamoyo* tem diversos princípios, nada generaliza; reconhece que não pode haver governo sem obediência; mas também reconhece que a obediência deve ser racional, e que um governo oposto aos interesses nacionais, aos desejos de todos e à opinião pública não é governo, mas usurpação, mas opressão; e que a oposição à opressão é legal. É verdade que a prudência deve dirigir a aposição, e mesmo circunscrevê-la aos casos desesperados, sofrendo com paciência tudo o que é tolerável, embora seja danoso à nação, contanto que o mal não seja de morte. Para haver governo é preciso obediência; mas para haver obediência é mister justiça e sabedoria no governo; e para que isto exista é bom desmascarar os erros e os crimes dos que governam. Se se enganam de boa-fé, emendam-se; se de propósito fazem o mal, assustam-se com a resistência que a censura faz acordar do letargo.

Tenho findas as observações que prometi e cuido que não passei os limites da moderação.

O TAMOYO

SÁBADO, 25 DE OUTUBRO DE 1823

*Tu vois de ces tirans la fureur despotique;
Ils pensent que pour eux le Ciel fit l'Amerique.*

VOLT. ALZIRE.



Resenha analítica dos periódicos da Corte da semana passada

*"This hard to say, if greater want of skill
Appear in writing or in judging ill;
But of the two, less dangerous is th' offence
To tire our patience, than mislead our sense."*

Pope. *Essay on Criticism.*

Ainda que as nossas resenhas sejam particularmente destinadas a combater opiniões dos escritores, publicadas em periódicos da Corte, e responder às acusações feitas contra o *Tamoyo*, hoje nos vemos obrigados a dizer também alguma coisa sobre os numerosos despachos que se leem nos *Diários do Governo* da semana passada, visto que a afluência de originais para o nosso periódico não tem permitido, nem permitirá tão cedo, tratarmos separadamente daquele importante objeto, como desejáramos.

Duas são as coisas que mais nos surpreenderam na leitura daquelas compridas relações de despachos: primeira, vermos nelas tantos oficiais militares com empregos na casa imperial; segunda, que ainda se confere no Brasil, nação independente, Império separado, à mercê de hábitos de uma nação estranha, com a qual só hoje temos de comum a linguagem, e nada mais. Em verdade, não podemos penetrar os motivos por que o ministério, ao mesmo tempo que na Assembleia Geral se trata de não ocuparem os oficiais da Casa Imperial empregos da confiança nacional, aconselha a S.M. para nomear oficiais da sua casa tantos militares, e entre estes comandantes de corpos. Nós não queremos insinuar com isto que aqueles empregos os desonrem; estamos bem longe de semelhante ideia; porém, não se fazendo tais nomeações, evitar-se-iam interpretações sinistras, desconfianças perigosas que podem ter mau resultado nas províncias, e que agora, mais que nunca, importa não despertar.

Quanto às mercês de hábitos de Cristo e de Aviz, muito mal nos parece que se façam, e pior ainda que haja quem as solicite e aceite. Esta nossa Independência vai-se tornando por bastantes lados um entremez digno de riso. Pois quando S.M.I., anunciando fielmente os sentimentos dos brasileiros, se expressa em seu augusto nome e em nome desses brasileiros por estas enérgicas palavras de “De Portugal nada, nada queremos”, há homens tão contraditórios que aceitem hábitos desse mesmo Portugal, e ministério tão desnacionalizado que os conceda! Onde está o caráter nacional de que tanto se prezam com justiça os melhores povos?

Dir-se-á que S.M.I. concede aquelas graças em virtude dos poderes que S.M.F. lhe delegou. Miserável evasiva! Esses poderes caducaram de todo; tudo tem mudado de face: uma vez que o Brasil se declarou independente e subiu à categoria de Império, não só Portugal considera cassados tais poderes; porém, o mesmo Brasil por aquele ato os repeliu como indecorosos à sua dignidade.

Por último, nos tomáramos que de uma vez se desterrasse esta prática de promoções extraordinárias, “tina” amaldiçoada que herdamos do antigo sistema do Sr. D. João VI; e que se dê ao corpo militar uma organização permanente que ligue, quanto for possível, o interesse dos indivíduos ao bom serviço da pátria, e extermine por uma vez as queixas a que sempre deram motivo semelhantes promoções; que traz consigo o azedume do descontentamento e da rivalidade, pois não é possível considerar que os nossos bravos oficiais ora vindos da Bahia cobertos de glória se vejam excluídos de tão faustosas listas, sem chocar o seu amor próprio, a sua lealdade e a sua honra.

Muito nos angustia a leitura da correspondência do nº 87 do *Diário*, entre os Srs. Montezuma e Costa Barros. Em lugar de desafios de armas, que só honram aqueles que as professam, quiséramos antes que os dois ilustres deputados se gladiassem com a pena, discutindo magistralmente algum objeto importante de política. Estes sim são os desafios dos homens de letras em matérias da sua profissão.

Não terminaremos o nosso discurso sobre o *Diário do Governo* sem agradecermos ao seu redator o cediço artigo de “variedades” com que nos mimoseou. Ainda nas repetições dos motivos que deram as Cortes de Portugal para a separação do Brasil!... É impertinência imperdoável. Quer-nos-á aquele redator meter à cara essas incriminações para agora, que as Cortes se evaporaram, chamar-nos à união com Portugal? Pois se tal é: *oleum et operam perdidisti*.

Vamos a ver que tal vem a correspondência deste *Correio*. Principiando pelo nº 61, vemos a maior parte dele ocupada com uma sessão da nossa Assembleia, matéria decerto muito importante, se ao *Correio* não acontece o mesmo que ao sempre desgobernado *Diário do Governo*; queremos dizer, se o *Correio* dá exato resumo do que na Assembleia se passa. O resto daquele nº consta de um excelente artigo extraído do *Conciliador Nacional de Pernambuco*. É justa,

é luminosa, como o Sol, a doutrina do *Conciliador*; posto que nos parece não devia admitir, antes pelo contrário cumpria-lhe combater o princípio, hoje tão vulgarizado, de que “a soberania reside no povo”; provando que ela sim “reside na nação”. Feito isto, é evidente que jamais será “vontade soberana” a vontade de um punhado de frenéticos, nem a de uns poucos de batalhões, nem a do povo de uma ou duas províncias; nem os atos que nascerem de semelhante origem poderão jamais ter o cunho de validade. Entretanto, muito nos lisonjeia que haja em Pernambuco um gênio verdadeiramente “conciliador”, que chame os espíritos a um centro de ordem e deixe o Barata enrouquecer a proclamar planos do estabelecimento de um Império que ele lá tem gizado na sua imaginação.

O nº 62 contém um artigo comunicado em que se pretende mostrar, desenvolvendo a matéria tratada em carta de um dos nºs do *Diário do Governo*, quais leis da Inglaterra merecem ser adotadas no Brasil e quais, rejeitadas.

Sem entrarmos no conhecimento da monstruosidade que o decurso dos anos e a alteração das coisas têm produzido na representação nacional da Inglaterra; sem nos importarmos com decidir se essa base é, ou não, melhor do que a adotada por nós; fazemos algum reparo sobre estas proposições: “A soberania é atributo essencial de todos os que entram no pacto social” e “Mais chegados à natureza respeitamos as suas leis iguais para todos”. Desta segunda proposição coligimos ser o sentido da primeira que todos os indivíduos de qualquer nação têm parte da “soberania” dela, o que é completo absurdo, porque em nenhum Estado representativo observamos que tenham essa facção de “soberania” as mulheres, os meninos, os imbecis, etc. Quanto às leis da natureza, se elas são iguais para todos, por que motivo não nascemos todos igualmente aptos ou igualmente inábeis para todas as artes e ciências? Donde vem o infinito número de patetas, raça bastarda da espécie humana, que hoje inundam o nosso planeta? Desengane-se o Sr. Agaturama que o que constitui a bondade da base da representação nacional não será nunca a generalidade, mas sim a boa escolha dela; e talvez haja nas instituições inglesas mais que aproveitar do que o Sr. Agaturama pensa. Fiquemos aqui, porque temos ainda de falar sobre os outros periódicos.

A carta do Anticaluniador veio revelar-nos segredos importantes; mas se ele deseja arredados do ministério os ex-ministros, “para andamento do liberalismo”, o que não dirá então dos ministros atuais, que classificaram na ordem de “rivalidades particulares” os crimes que o Anticaluniador em sua carta denuncia à nação! Decerto, a opinião do Anticaluniador não lhes pode ser favorável. Ora deixemos o “preconizador das Bernardas, o insigne Barata”, que não ficará contente, por mais feliz que possa a ser o Brasil, enquanto o não arvorearem ao “eminente lugar”, isto é, enquanto o não aclamarem ditador de Pernambuco; e perguntaremos ao Sr. Redator do *Correio*, homem constitucional por excelência, se é lícito à Guarda Cívica de Pernambuco depor e

prender um governador das Armas da província sem culpa formada. Como é que o redator do *Correio* que, não obstante achar-se convencido de crime de traição, tanto blasfema dos ministros que justamente o sentenciaram; como é, repetimos, que faz parede com o Barata e aprova tais procedimentos?

Quanto à carta do Sr. Agaturama no *Correio* nº 66, ficarão para outra vez, se houver lugar, algumas poucas coisas que temos que dizer.

Passando à *Sentinella da Liberdade à Beira Mar da Praia Grande*, só temos a dizer que é assaz engenhosa a sua câmara ótica, por onde, sem contradição, fez passar, em belo estilo, verdades puras que a todos tocam. Quanto, porém, aos outros nºs, nada diremos além de confessar que neles se observam ideias de puro brasileiro, em estilo singelo e claro.

Temos presente o nº 21 do *Sylpho*, e na descrição que faz do aparato militar com que SS.MM. e AA.II., no memorável dia 12 do corrente, foram recebidas na Praça da Aclamação, notamos que se fez particular menção do asseio e disciplina do 1º Regimento de Cavalaria de Milícias da Corte, quando em abono da verdade deve-se confessar que todos eles rivalizam naqueles pontos, de maneira que se não pode decidir qual é melhor.

Não, Sr. *Sylpho*; o *Tamoyo* não entra no número dos que buscam adquirir glória por meio da depressão dos outros homens, nem sabe como das boas ou más ações de uns resulte essa glória aos outros. Quando o *Tamoyo* falou em escritores venais, não teve em vista personalizar ninguém; cada um meta a mão na sua consciência e descanse na pureza dela. Sentimos que o *Sylpho* se desse por ofendido, quando dele não fizemos expressa menção, e só falemos dos venais.

Sobre a carta que no citado nº vem inserta e trada das nomeações de enviados às nações estrangeiras, reportamo-nos ao que em outro lugar já dissemos sobre a conduta do ex-ministro José Bonifácio neste ponto. Já hoje conhecemos que ele não deixava ir ao acaso os negócios do Império; ao mesmo tempo que muito reprovamos o desleixo com que eles atualmente são tratados. As circunstâncias da Europa têm mudado de face, a nossa Assembleia acha-se em exercício, cumpre providenciar sobre aquela matéria, que é certamente de grande ponderação, e requer brevidade, em público ou em secreto.

Nós nos congratulamos sobremodo com a aparição de uma nova *Estrella* no firmamento político do Brasil; e se ela, como promete analisar, ainda que com o devido respeito, as “doutrinas errôneas” da nossa Assembleia, é de esperar que a façam ir rutilar também no Tribunal dos Jurados, como a outros tem acontecido. O que nós não vemos é o motivo por que o redator daquele periódico chama “satisfatórias” as notícias que dá de Portugal, quando para nós são de todo indiferentes. Nada nos importa que Portugal se governe pelo sistema do despotismo ou do liberalismo republicano; e a frase da *Estrella* não tem dado pouco que pensar a muita gente: “*quandoque etiam bonus dormitat Homerus*”.

Cita a *Estrella* uma carta do conde de Palmela, da “qual se colige claramente que a Corte de Lisboa está resolvida a reconhecer a Independência do

Brasil”. Não sabemos quais sejam os sentimentos do conde; mas, à vista da carta do conde de Suberra, que se publicou no nosso periódico, e dos papéis oficiais que temos lido no *Diário do Governo*, podemos duvidar de que a carta contenha exatamente o que nos diz a *Estrella*. Portugal há de reconhecer a Independência do Brasil; não obstante o seu sistema cabalístico; mas não por sua espontânea vontade, e ainda que lhe falem vasos de guerra e dinheiro, tudo isso pode haver das potências da Liga Continental. Marche com muita cautela o ministério do Brasil, não ponha em alheias fraquezas a segurança da nossa causa e tome sérias medidas para que se não ache iludido no fim do seu letargo.

Merecem na verdade louvor as observações da *Estrella* a respeito do projeto da nossa Constituição; o que, porém, mal sofremos é que o redator se inculque “cidadão por adoção deste vastíssimo Império”; quando é voz pública que ele pretendia retirar-se para França; mas deixou-se ficar a instâncias de certo figurão para escrever o seu periódico. Há quem diga mais alguma coisa, mas deixemos isso por agora.

Julga a *Estrella* que S.M.I. obrou muito bem em não aceitar as cartas da sua família, nós julgamos que fez muito mal, fundados, como já dissemos, em que tudo quanto é contra a natureza pode dar bem-fundados motivos a dizer-se em Portugal que S.M.I. existe na mais dura coação. Além disso, que suspeitas evitava S.M.I. por aquele meio? Não conhece todo o mundo que S.M.I. podia mandar buscar de noite as cartas que rejeitara de dia? Se ninguém assim pensa, não é porque S.M.I. rejeitou receber essas cartas; mas sim porque todos confiamos na pureza das suas intenções, na nobre singeleza do seu augusto caráter, que desconhece todos os manejos da intriga. Nada tem de comum o filho primogênito do Sr. D. João VI, rei de Portugal, com o imperador do Brasil.

Vemos a *Estrella*, no seu nº 4, discorrer sobre a trasladação do duque de Angolema, de Madri para Santa Maria; sem dizer, porém, uma só palavra a respeito da deliberação do mesmo duque que deixou a “liberdade da imprensa debaixo da proteção dos comandantes militares”! Grande honraria por certo fez o duque de Angolema à literatura! Os escritos políticos julgados por homens de bigode e de espada à cinta!... Por que motivo não irá um escritor comandar também uma brigada ou assestar uma bateria? Tal deliberação não esperávamos nós do sereníssimo duque de Angolema, nem semelhante silêncio do sapientíssimo redator da *Estrella Brasileira*.

CORRESPONDÊNCIA

Sr. Redator.

Assim como aprecio muito as judiciosas análises quando assentam em medidas arbitrárias e prevaricações das autoridades constituídas, tarefa que vossa mercê preenche magistralmente, assim aborreço aquelas que não são

baseadas nestes princípios. É verdade que no nosso estimado patrício o Sr. *Tamoyo* ainda se não encontrou transposição desta doutrina em matéria corrente, mas só a acho acidentalmente na bem-traçada censura da Portaria de 16 de agosto, pela qual manda o ministro da Fazenda pejar os armazéns da alfândega com 730 volumes pertencentes à esquadra francesa. Fazendo, portanto, como devo o competente e bem-merecido elogio da sua análise, tenho tão somente a notar, como já disse, que o caso acidental que envolve nela a respeito do conselheiro juiz interino da alfândega é menos exato, pois não está em uso retorquir as autoridades subalternas às determinações do ministério, sem incorrer nisto em um crime horrendo, pois, não estando ainda marcada a relação de uns para com os outros, ficam sempre aqueles esmagados. Quanto, porém, os gratuitos obséquios de servilismo em cujas máximas branquejou. Vossa mercê deve ficar convencido que este magistrado, não obstante ter servido a maior parte da sua vida nos desgraçados tempos da baixa e opressão, proferiu sempre o retiro a ter parte nas prevaricações do tempo e a curvar-se ao ídolo do mando. É muito bem-sabido nesta cidade o pouco afeto que lhe tinham os áulicos e secretários de Estado da nefanda quadra do Sr. D. João VI, por isso mesmo que ele não abraçava o seu sistema sujo.

Portanto, creio que é dever da sua bem-conhecida imparcialidade publicar esta no seu periódico para lavar a injusta nódoa de quem certamente merece por sua honra o bom conceito público. – Seu patrício.

Um outro Tamoyo.

O TAMOYO

TERÇA-FEIRA, 28 DE OUTUBRO DE 1823

*Tu vois de ces tirans la fureur despotique;
Ils pensent que pour eux le Ciel fit l'Amerique.*

VOLT. ALZIRE.



CORRESPONDÊNCIAS

Sr. Redator.

Lendo o periódico *Correio do Rio de Janeiro* de 24 do corrente vi com horror uma correspondência assinada por Honrado Brasileiro.

Que blasfêmias, Sr. Redator, que blasfêmias!

Como, Sr. Redator, há quem se atreva a “sarcasmar” brasileiros, cuja fama de sábios a Europa civilizada reconhece, e como tais os respeita; brasileiros a quem se deve a felicidade do Brasil; brasileiros que fizeram toda ou quase toda a Independência do Brasil; brasileiros eleitos pelos brasileiros para formarem a Constituição política da nova monarquia; brasileiros revestidos dos dons do Espírito Santo; brasileiros enfim que fazem honra à nação brasileira? Como, Sr. Redator, há quem se atreva a tal; e para mais injúria dos brasileiros, assinar-se Honrado Brasileiro?

Ó, meu Deus, onde estamos nós, em que país habitamos e com que leis nos regemos? É esta porventura a liberdade da imprensa? Consiste ela acaso em caluniar, atacar e enxovalhar a torto e a direito? E consente-se um tal escrito assinado Honrado Brasileiro.

Brasileiros, nós somos atacados; atacam-se os pais da nossa pátria; os mesmos que nos livraram das garras lusitanas! E seremos nós indiferentes ao ouvirmos tratar por palhaço, Robespierre e Marat àqueles que já no Congresso de Lisboa, já nas serras paulistanas, e já nas margens do Janeiro defenderam e seguraram nossa liberdade, honra e vida?

Que tem os Andradas de comum com os palhaços, robespierres e marats? Serão eles palhaços em não fazerem dançar na corda a alguns que o mereciam? Serão robespierres e marats em não fazerem derramar o sangue vil dos perturbadores do sossego público? Serão... porém, Sr. Redator, onde me

leva o pensamento? Ademais, quais são os fatos comprobatórios das maldades que pretendem impor aos Andradas as blasfêmias, impropérios e sarcasmos que contra eles se dirigem? Serão o caso, Sr. Redator, a expulsão de nossos inimigos do Brasil; a convocação de uma assembleia, soberana, a Independência do Brasil! A aclamação do nosso imperador; e finalmente a estabilidade, prosperidade e segurança do Brasil? Eis o que fizeram os Andradas, e eis os fatos que se provam. Quem, Sr. Redator, a não ser eles, faria com que o Brasil preenchesse a medida de seus desejos? Respondam os honrados brasileiros; respondam as províncias; responda finalmente o Brasil quem o fez independente? E nós ouviremos dizer: Pedro e os Andradas.

Tudo o mais, Sr. Redator, são asneiras, não merecem resposta, nem atenção. Desejarei, portanto, que vossa mercê dê lugar na sua folha a estas linhas, contendo a opinião de quem não deseja ver insultado o nome honrado de brasileiro, de quem se valem aqueles que querem insultar e enxovalhar; mas desgraçados! Quanto mais ladrarem, mais resplandecerá a glória e a virtude daqueles a quem nunca poderão imitar. Por agora basta, Sr. Redator, por outra vez serei mais extenso. – Sou, Sr. Redator,

O Inimigo dos Patifes.

Sr. Redator.

Tendo-me chegado à mão, por via de Lisboa, uma cópia fiel da Portaria de 8 de abril do corrente ano, em que S.M. Imperial exorta ao governo da província do Pará a fim de seguir a causa da Independência e unir-se às outras províncias deste Império; rebatendo com energia os argumentos de que o mesmo governo se valeu para não cumprir o Decreto de 16 de fevereiro do ano passado; e merecendo-me este cópia todo o crédito, assim pela pessoa que a enviou ao meu conhecimento, como por saber que foi extraída do próprio original, me resolvi a fazê-la publicar, para que seja patente a todos a atenção, que sempre custaram a S.M.I. os desvarios de alguns governos. Filho daquela iludida província, nada me será mais agradável agora do que ver o feliz resultado que devem ter produzido as sólidas razões, expedi-las naquela portaria, e que será não menos devido ao sábio e judicioso mistério com que se tem conservado este negócio, talvez para o pôr a salvo dos envenenados tiros de nossos inimigos.

Queira, pois, Sr. Redator, fazer-me o obséquio de a inserir no seu periódico, ficando certo de que dará por esse modo a maior satisfação a

Um fiel paraense.

Portaria

Manda Sua Majestade o Imperador, pela Secretaria de Estado dos Negócios do Império, participar à Junta Provisória do Governo Civil da Província do Pará que lhe foi presente o seu Ofício de 11 de junho do ano passado, em que expende as razões que julga suficientes para não cumprir o Decreto de 16

de fevereiro do mesmo ano, que criou o Conselho dos Procuradores Gerais das Províncias do Brasil, e em que protesta constante obediência às Cortes e governo de Portugal. E ficando o mesmo senhor inteirado do seu conteúdo, não pode deixar de deplorar que, fascinada a Junta pelas teorias do partido dominante do Congresso de Lisboa, considere profícuo e justo o que ofende os direitos reconhecidos dos povos, e só pode produzir guerras intestinas e os males horrorosos que as acompanham. Sua Majestade Imperial está bem persuadido que a referida Junta fita sempre seus pensamentos no maior bem da província; e por isso lastima que com as melhores intenções a faça correr a passos largos para o abismo que lhe têm cavado os inimigos declarados da felicidade do Brasil. Que consideração merecem as interpretações arbitrárias que se deram ao contexto do citado decreto, a par das saudáveis consequências que resultam da sua observância? Que outro meio se acharia tão adequado para conhecer os males das diferentes províncias e aplicar-lhes os remédios mais convenientes, segundo as circunstâncias particulares de cada uma? Encarregado Sua Majestade do governo geral deste vasto país, como satisfaria à obrigação sagrada de acudir, até nos pontos mais distantes, às necessidades dos povos, se estes as não representassem pelos órgãos legítimos por eles mesmos eleitos para tão importantes fins? Se o Congresso de Lisboa, no delírio que lhe custou a desmembração irremediável da mais valiosa porção da monarquia portuguesa, não quis reconhecer estas verdades e declarou irrita e nula a criação daquele conselho, não foi por considerá-lo oposto ao bem geral do Brasil, mas por ver que tendia a consolidar a permanente residência de Sua Majestade neste Império, tão contrária aos fins sinistros das cavilosas pretensões do mesmo congresso, como benéfica a estes povos e gloriosa ao príncipe magnânimo que hoje felizmente os governa.

Não pode igualmente ler Sua Majestade, sem a mais pungente mágoa, a protestação que a Junta faz de não se desligar jamais da obediência que jurara às Cortes e governo de Portugal, por ser esta a vontade dos habitantes da província, e assim o exigirem os seus interesses e situação topográfica.

Além de ser princípio de eterna verdade que cessa esta obrigação de obediência pelos abusos do obedecido; devendo por isso, há muito, a província do Pará reputar-se desobrigada de sujeição ao referido governo, em cujas determinações se manifesta sempre a execrável tensão de reduzir a escravos os briosos filhos deste país. Declara francamente Sua Majestade que não pode capacitar-se que os habitantes do Pará, em quem considera a mesma nobreza de sentimentos que tem mostrado os das outras províncias, estejam sinceramente resolvidos a separar-se da família a que pertencem e a deixar quem lhes respeita e guarda seus direitos, para seguir aqueles que lhe os atropelam; e por isso entende que a Junta, iludida por aparências, dá como existente o que, para honra da província, nunca teve nem terá realidade. Mas, quando houvesse quem assim pensasse, a Junta não ignora que era seu rigoroso dever mostrar

aos alucinados que, sendo incontestável que qualquer nação tem direito de adotar a fórmula de governo que mais lhe convém, expressada a sua vontade pela pluralidade de votos e tendo quase todo o Brasil declarado altamente a sua Independência e aclamado espontaneamente Sua Majestade por seu imperador constitucional, não podia o Pará separar-se impunemente do todo a que pertence, nem Sua Majestade consenti-lo, depois de ter jurado a defesa e conservação dos direitos de seus fiéis súditos e a da integridade do território do Império.

Persuade-se, porém, Sua Majestade, que, sem repetir os muitos e inveníveis argumentos de que abundam suas proclamações e manifestos, é sobeja a indicação destas verdades para que a Junta reflita sobre as desgraças de que a província do Pará será infeliz vítima, se a mesma Junta continuar na observância dos princípios que, em boa-fé, mas cegamente, abraçou, e para que seriamente pondere que será responsável ao Brasil e ao mundo pelas consequências de seu procedimento; e espera o mesmo augusto senhor, pela confiança que tem nas luzes e patriotismo dos membros da Junta, que em breve se abraçará descobertamente a causa sagrada do Brasil na província do Pará, por muitos títulos digna de gozar com as outras dos altos bens que lhe afiançam a sua Independência e liberdade, defendidas e conservadas pelo excelso monarca, que se honra e gloria de ser chefe desta generosa nação, e que nenhum sacrifício reputa custoso para a elevar à prosperidade e grandeza, a que a chamam, com inveja de seus inimigos, a vastidão de terrenos e a incalculável riqueza de suas produções.

Palácio do Rio de Janeiro em 8 de abril de 1823.

José Bonifácio de Andrada e Silva.

Reflexões

Temos sumo prazer em publicar a presente portaria, não só pelas razões que aponta o nosso correspondente, como também por mostrar ao público que a união das províncias deste Império é em grande parte devida aos meios, que com infatigável zelo e desvelo empregou para esse fim o ex-ministro dos Negócios do Império. Quando ele tomou posse do ministério, achou o Brasil todo retalhado em diferentes estados pequenos e acéfalos; obra das Cortes lusitanas, que, tendo declarado pelo Decreto de 18 de abril beneméritos da pátria todos aqueles que nas capitais e ainda nas vilas organizassem novos governos com aderência ao seu sistema, abriram com isso porta franca ao espírito de vaidade, de ambição e talvez de vingança para pôr em anarquia as mesmas províncias e separá-las da que lhe servia de centro. O mesmo Rio de Janeiro estava continuamente em convulsão. Os Avilezes e Carretis dispunham dele a seu arbítrio ora servindo ao despotismo, como quando cometeram o horroroso atentado da Praça do Comércio, ora erguendo-se em defensores da liberdade para depor ministros sem culpa formada, fazer jurar bases de Cons-

tituição, criar juntas civis e militares, etc., de maneira que S.M.I. (então príncipe regente) era nesta província mesmo ainda menos que um capitão general. Neste estado de coisas, apareceram aqui as instruções da Junta de S. Paulo aos seus deputados, e o povo desta capital, que até ali recebia com uma espécie de veneração estúpida tudo quanto vinha das Cortes de Lisboa, entrou a lóbrigar, então, que ao Brasil não convinha o sistema por elas forjado, sem alguma modificação a respeito do Poder Executivo; e nesta ideia estava quando chegaram de Lisboa os Decretos de 29 de setembro para a retirada de S.M. e a criação da Junta Provisória. Poucos foram os que aplaudiram e festejaram semelhantes decretos, pois a exceção daqueles que sonhavam com repúblicas ou com a esperança da eleição para a futura junta, como disse José Clemente na sua fala de 9 de janeiro, todos os mais estremeceram com os males infinitos que entreviam ser forçoso resultar da sua execução, e daqui nasceu um murmúrio quase geral entre os habitantes desta Corte. Mas quem ousou então aparecer em campo para resistir à “vontade soberana das soberanas Cortes portuguesas”? Quem se animou a descortinar então a sua perfídia? Quem levantou contra elas o brado da indignação? Quem se lembrou, enfim, de ser aquele o momento favorável para sacudir o Brasil os sons pesados ferros? Essa glória só estava reservada aos imortais Andradas; a sua voz troveja lá da Pauliceia, e o partido chumbeiro apenas a ouve, treme, desfalece e vaticina a próxima queda da sua antiga preponderância, de sorte que S.M., ainda sem força para resistir-lhe nem conselho que o dirija, se vê na triste precisão de proclamar que não contassem com ele para a separação do Brasil. Entretanto, o raio se havia desprendido das nuvens e a matéria elétrica que ele havia difundido em torno do nosso horizonte gerou o entusiasmo e acelerou o passo no dia 9 de janeiro. Dia sempre memorável, tu serás marcado com letras de ouro nos anais da nossa história; em ti se lançou a primeira pedra para o edifício da nossa Independência; e tanto conheceram isso os Avilezes e Carretis que desde então soltaram todas as rédeas ao seu insano furor e tentaram pôr em prática as maiores atrocidades que podem imaginar-se; mas debalde o tentaram. Forçados a retirar-se vergonhosamente para outra banda, ainda dali pretendiam com frívolos pretextos ganhar tempo, quando a providência trouxe a esta capital o Franklin brasileiro, a quem S.M. havia nomeado já ministro dos Negócios do Império e Estrangeiros. Apenas entrou ele no ministério, declarou logo que o seu primeiro cuidado seria restabelecer a ordem tão necessária à conservação e prosperidade de um Estado; mas quão dificultosa empresa não era esta? O país estava entregue à mais completa anarquia; partidos diferentes o minavam com diferentes interesses, e o governo tinha perdido a força moral, na opinião do povo, pela inconstância e fraqueza do seu anterior procedimento. Entretanto, o saber, a energia e coragem do ministro conseguiram sufocar, sem sangue,

esses partidos, restabelecer a tranquilidade pública e conciliar ao trono o respeito perdido. A vastidão do seu gênio enquanto se ocupava em negociações com as potências estrangeiras, onde era assaz conhecido o seu nome, não se descuidava, todavia, de consolidar no interior o grande corpo social pela reunião de seus membros, que a malfazeja discórdia tinha despedaçado. Ajudado dos grandes talentos de seu irmão no ramo de finanças, pôde, pelo melhoramento destas, formar um Exército e uma Marinha respeitáveis, a cuja testa pôs o maior homem do seu tempo nessa repartição, e expulsar, enfim, da pátria dos Caramurus a maior força dos nossos inimigos. Ainda hoje se estão colhendo gloriosos frutos desta vigorosa e sábia administração, que não se poupou a meios alguns para chamar as províncias ao seu legítimo centro. Diga-o a do Maranhão, onde a sua influência gerou o patriotismo que animou a seus habitantes a sacudir pouco a pouco o férreo jugo lusitano. Diga-o enfim o Pará que talvez não tarde muito em sabermos que fez outro tanto. E haverá ainda quem negue a estes honrados cidadãos a glória de haverem sido os libertadores da nossa pátria e os fundadores deste vasto e rico Império? Não, imortais Andradas; só inimigos nossos, só invejosos da nossa grandeza e prosperidade poderão negar-vos a devida homenagem de seu reconhecimento e louvores; mas os homens probos, os verdadeiros brasileiros, renderão sempre a vossos ínclitos feitos a merecida justiça, e a memória deles transmitirá de século a século o vosso nome enramado de viçosos louros. Quantas vezes a fria campa onde repousarem as vossas cinzas não será visitada com respeito e veneração? Quantas vezes não irão lá os desvelados pais apontar-vos por modelo a seus filhos, contar-lhes a vossa história e a injusta recompensa que tiveram vossos trabalhos? Mas, enfim, não importa, acrescentaram eles; a sua alma generosa foi superior a todo o interesse, exceto da glória, e esse nem os homens nem o tempo lhe podem já roubar.

Estava já no prelo este número quando chegou a satisfatória notícia da reunião da província do Pará ao centro do Império, o que veio confirmar o que acabávamos de asseverar nas nossas reflexões acerca da portaria do ex-ministro dos Negócios do Império e Estrangeiros, dirigida à Junta do Governo daquela província, destruindo os errados princípios em que se fundavam para não se desligarem de Portugal. Escusamos fazer o devido elogio desta excelente peça, porque a damos por inteiro, agradecendo ao nosso correspondente tão precioso mimo.

Congratulamo-nos, portanto, com os nossos concidadãos por tão agradável sucesso e redobramos os nossos encômios ao varão sábio e forte que soube afugentar a inércia e mostrar que não eram estranhos o valor e o patriotismo nas plagas de Vespúcio. A posteridade o vingará das injustiças dos coevos.

O TAMOYO

QUINTA-FEIRA, 30 DE OUTUBRO DE 1823

*Tu vois de ces tirans la fureur despotique;
Ils pensent que pour eux le Ciel fit l'Amerique.*

VOLT. ALZIRE.



Em desempenho da promessa que fizemos no nosso nº 22 e em abono tanto da verdade como dos princípios de justiça e ordem, que têm sempre dirigido a nossa pena, oferecemos ao público com alguma miudeza a seguinte análise da carta parcial e manhosa do Sr. Imparcial, naquela parte que diz respeito ou a nós ou a nossos honrados patrícios, erroneamente supostos redatores do *Tamoyo*.

Somos muito conhecidos para precisarmos de disfarce; inimigos de traições, abominamos a obscuridade e as trevas; idólatras da verdade, preferimos a luz, que só pode descobri-la. Não havendo na presente época nem sofrido injúrias e nem recebido benefícios, segundo a expressão de Tácito, prezamo-nos de imparciais, como a posteridade; e de superiores tanto à paixão pequena e baixa da vingança quanto ao sórdido e baixo servilismo; e é por isso que a nossa pena não tem sido molhada nem no fel da calúnia nem na tinta dourada da adulação; leiam-se os nossos números, e temos por certo que neles só se encontrarão atos ou procedimentos de autoridades constituídas, atestados por documentos autênticos ou já publicados, ou que param em nosso poder para serem apresentados, quando for mister; e nunca fatos individuais de suas vidas particulares; o elogio, ou a censura destes mesmos procedimentos, depois de submetidos à coupela da crítica das leis e dos princípios constitucionais, que felizmente hoje nos regem. Se assim não fizéssemos, faltaríamos a um dos principais fins a que nos havíamos proposto quando pela primeira vez entramos na vida de escritor (veja-se o nosso nº 1).

À vista do que havemos expendido, de que nos argui, ou por que nos increpa o Sr. Imparcial? Por havermos emitido nossas opiniões sobre tais objetos? Ser-nos-á vedado publicá-las? Cremos que não, e esta nossa crença funda-se nas seguintes razões. A nossa revolução, resultado de três séculos de

opressões e opróbrios, fruto do progressivo desenvolvimento da nossa sociedade, fundada sobre princípios morais e empreendida no só fito do bem geral, foi decerto uma luta do direito contra os privilégios, da liberdade legal contra a arbitrariedade; e esta luta nós a terminamos proclamando a Independência e fundando o Império constitucional. Ora, uma tal forma de governo foi instituída para concentrar e manifestar estas tendências sociais, e seu sistema tutelar não pode manter-se e desenvolver-se senão pela luta entre a “força” e a “lei”, de cujo equilíbrio nascem a harmonia dos dois poderes, a prosperidade e liberdade da nação. Debaixo deste ponto de vista, é um dever forçoso de todo o homem iluminado e de todo o cidadão probo o revelar pela imprensa as necessidades e interesses nacionais; denunciar as prevaricações, as arbitrariedades e aberrações dos poderes constituídos. Se o Sr. Imparcial pensa o contrário, não é culpa nossa a sua ignorância em tais matérias. Pretenderá acaso que somente guardemos profundo silêncio sobre os procedimentos criminosos do atual governo?

Cansa-se debalde, por que antepomos o amor da nossa pátria a todos os respeitos humanos, o bem dela aos interesses do baço e acinzentado chumbismo, do gretado e rugoso corcundismo; porque os governos já não são “tribunais de inquisição”, e o mal que deles se diz com justiça já não é uma heresia política. Pretenderá ao menos que sejamos indiferentes? Ai de nós e ai do poder! Uma tal disposição seria uma prova sem réplica de que a sociedade e o governo não marcham juntos; de que o mesmo sangue não circula em suas veias; de que o mesmo princípio e o mesmo interesse não os fazem embicar na vereda, em que ambos devem a cada passo encontrar-se; e todos sabem que da indiferença às conspirações o salto é curto. Ou quererá, o que é mais natural, que acertemos todas as nossas batarias contra a administração passada dos Andradas? Replicar-lhe-emos que não, primeiro porque nascemos há pouco tempo; segundo porque, quando uma autoridade desce à escuridão do túmulo, desce também com ela a responsabilidade; terceiro porque seria uma impiedade revolver as cinzas de mortos, que não podem fazer mal; quarto porque falando deles só teríamos de lhes agradecer os serviços que fizeram à causa da Independência, do Império e da liberdade. Ou procurará finalmente o Sr. Imparcial tapar-nos a boca com a gratuita acusação de que somos impedidos a censurar os atos do governo atual, não por patriotismo, mas por amor de domínio, sede de empregos e baixa vingança? Nós lhe responderemos que com isto nos não convence da necessidade do silêncio, porque semelhante lepra não é tão geral que chegasse a infectar-nos; nunca fomos injuriados, logo nos não pode taxar de vingativos; nunca nos encontrou nos salões do poder, demandando altas mercês, ou empregos, logo a cobiça de poderio e das representações é suposição frívola e despida de fundamento; é barrete que talvez assentará melhor na cabeça do Sr. Imparcial do que na nossa. Serão porventura

ambiciosos de domínio os dois ex-ministros? Todos sabem que no começo das nossas desordens foram por vezes chamados à Corte, que não procuraram o ministério e que dele se demitiram espontaneamente. Serão eles vingativos? Quais são os inimigos que experimentarão o furor das suas vinganças? Talvez para satisfazer a este quesito recorra o Sr. Imparcial aos escritores que contra eles têm escrito. Examinemos, pois, a qualidade e o número destes.

Aparece em primeiro lugar um bojudito tonel, metamorfoseado de matéria morta em matéria viva e semirracional, porém grosseira, hoje conhecido pelo nome de Gordo Redator do Correio do Rio; um seu correspondente denominado o Anti-Tamoyo, bem fornida e pontuada crisálida, a qual em virtude de suas forças plásticas, mas *per defectum*, se transformou depois no infinitíssimo Mosquito Pernilongo, grande chefe de outros mosquitinhos de certo charco ou lodoso mangue, a que indevidamente chamam “loja”; um “palhaço” nas Cortes de Lisboa, transformado em nojenta Barata, cujos serviços prestados à causa da anarquia e da imoralidade mereciam alguma coisa mais do que os estéreis elogios do Sr. Resende, e sem quebra do governo podiam bem ganhar-lhe o título de Barão das Gretas e fazê-lo assim entrar na lista dos celebér-rimos despachos do dia 12; um aprendiz, que por sua incapacidade e lerdice para todo o gênero de conhecimentos humanos, ao depois se transformou assisadamente em Simplício, sinônimo de pateta, boca-aberta, Manoel-coco, etc. e hoje se acha metamorfoseado em Imparcial, no que também lhe achamos razão, porque o mentecapto, em cuja cabeça nunca se aninharam ideias, é “imparcial” ou estranho para tudo, menos para sandices ou maldades; um Inimigo dos Impostores, outro correspondente do Sr. Tonel, ainda no primeiro estado, o qual espera transformar-se em “chumbista” ou “inimigo do Brasil”, logo que os nossos negócios tomarem a hedionda face pela qual tanto suspira. À vista desta enumeração, é natural que os nossos leitores tenham a curiosidade de saber a causa de tantas metamorfoses; nada há mais fácil de satisfazer-se; com elas avultam o número dos encarniçados contra os Andradas e cuidam enganar o vulgo ignaro.

Julgamos ter respondido satisfatoriamente às arguições gerais do Sr. Imparcial; e cada vez mais firmes em prosseguir na tarefa que temos empreendido, analisemos miudamente tudo o que na carta do Sr. Imparcial diz respeito ou a nós ou aos Andradas, visto que nela indistintamente nos confunde. Principia ele estranhando ao *Correio* o azedume com que indiscretamente ataca aos Andradas, que lhe não souberam fazer “emalar o fato”; e reconhece que tais cidadãos fizeram serviços ao Império, e que um deles será lembrado (não sabemos por quem) pelo valente impulso que deu a esta causa – a isto responderemos, Sr. Simplício Imparcial, quem lhe encomendou o sermão, que lho pague: os Andradas não reconhecem a competência do seu juízo, nem nesta nem em outras matérias, porque *caecus non judicat de colore*. Continua: “todos

sabem que esses cidadãos não servem para manejar as rédeas do ministério". Isto é verdade, porque a expulsão dos lusitanos para fora da Bahia, a aquisição da província do Maranhão, e talvez a esta hora a do Pará, o acréscimo das rendas da alfândega pela afluência dos vinhos, e mais molhados de todas as nações, não obstante a renovação hodierna dos antigos abusos; o acréscimo gradual de outras rendas pelo novo sistema introduzido na administração do consulado, não obstante a baixa dos nossos gêneros, e algum empate na venda dos mesmos, são provas irrefragáveis da "imperícia" e "inépcia" dos Andradas; sabedoria de concepção e atividade de execução só se encontra no atual ministério; quantos serviços não tem ele já prestado ao Império! Um governador das Armas expulso de Pernambuco, o batalhão do imperador ameaçado de igual sorte, além do que tem já sofrido, uma nossa corveta de guerra fugindo vergonhosamente para o porto da colônia, nossas embarcações tomadas no Rio da Prata, e a conduta dualística do barão da Laguna pressagiam que o presente está muito prenhe no futuro, queremos dizer, que a vergonha, a traição e o começo de anarquia trarão consigo em breve a separação das províncias; deixemos, porém, os fatos que contradizem as asserções do Sr. Pateta Imparcial, e passemos a combatê-lo com as suas próprias armas. Ele confessou que os Andradas haviam com os seus serviços concorrido para o bem do Império, e agora diz que não servem para regê-lo; onde se viu maior contradição! Se probidade, luzes e amor à pátria habilitam o cidadão para bem servi-la, então devemos concluir que a ignorância, a corrupção e o ódio a esta mesma pátria são as qualidades que ele requer para o bom exercício de tais empregos. Valha-nos Deus com o Sr. Boca-Aberta! Oxalá que a nação não aprenda suas detestáveis doutrinas! Quanto ao mais, não se mortifiquem sobre a sorte dos seus amigos, porque os Andradas nunca intrigaram para arrancar-lhes a presa, que empolgaram; ademais, abandonaram muito por seu gosto, e são paulistas, que não mudam de tenção, querem somente a prosperidade da sua pátria, e esta basta a contentá-los. Continua o Sr. Manoel-coco "que são muito vingativos". Agora representa ele o papel da criada de Coimbra que, acostumada a abocanhar todos os amos que havia servido, começava por elogios e terminava por vitupérios; porém isto não basta, calúnias vagas nada provam; é mister apontar fatos e nomear pessoas que fossem vítimas diretas dos Andradas; porque a sorte do Sr. Tonel, que arteiramente recorda, é o resultado de uma devassa, e sentença; e procedimentos judiciais estão fora da competência do Executivo. Porém, o que há ainda de mais galante nesta arguição é que o Sr. Imparcial cai no mesmo defeito, dando a entender que os Andradas arbitrariamente deviam fazer "emalar o fato" ao gordo Redator do *Correio*; pode haver contradição mais miserável! Continua: "*O Tamoyo*", isto é, "os Andradas, esquecidos de que suas arbitrariedades lhes fizeram granjear a perda da opinião da Corte e província". Especifique os despotismos, terá res-

posta; mas de antemão lhe rogamos que leia novamente com alguma reflexão o nosso nº 5; e quanto à perda de opinião pública, tendo feito ver antecedentemente que os detratores dos Andradas cifravam-se em um Tonel, uma Barata e um Mosquito Pernilongo, um Simplicio Imparcial e um Chumbista, podemos assegurar que conservam a estima e boa opinião dos seus concidadãos, não só na Corte e província do Rio, mas em todas as outras, porque não é de crer que um tonel, dois insetos, um mentecapto e um inimigo do Brasil possam ter voto em semelhante matéria e influir sobre as opiniões da população inteira do Império.

Continua: “busca lançar na mesma voragem os primeiros empregados”. Já respondemos a isto; como bons cidadãos temos examinado e continuaremos a analisar os seus procedimentos públicos, elogiaremos os que forem conformes com a lei e verdadeiros interesses do Brasil, e denunciaremos os que forem em sentido inverso; tal é a tarefa a que nos propusemos; pouco nos importa a sorte de tais autoridades; mas em todos os casos sobreviva a pátria à ruína delas; sejamos como a divindade, mantenha-se a espécie humana brasileira independente e feliz, embora alguns indivíduos sofram e sejam precipitados dos altos empregos que administraram em detrimento dela. Continua: “Que significa essa ardente sede de descobrir em todos os atos do governo crimes, e fins sinistros, inventar e desfigurar fatos, a não ser para armar o povo contra a ordem pública?” Em todos não, na maior parte sim; e o que mais são os crimes, ilegalidades e abusos revelados por nós ou foram confirmados pelo silêncio dos defensores do governo, ou só tiveram respostas de cabo de esquadra. Cite o Sr. Simplicio Boca Aberta um só fato que inventássemos ou desfigurássemos, e então ganhará no jogo. Se nos houvéssemos deslizado e cometido algum abuso de imprensa no entender dos seus amigos do ministério, há muito que os jurados nos teriam visto a cara. Ademais, sempre estivemos persuadidos e já demonstramos no começo desta nossa análise que nenhum cidadão podia dispensar-se da rigorosa obrigação de comunicar ao público os erros dos primeiros encarregados da administração, e a marcha por eles seguida, quando contrária aos interesses nacionais; e que com isto servia aos ministros, ao monarca e à nação; aos primeiros, fazendo-os entrar na verdadeira vereda, de que se haviam afastado, quando suscetíveis ou de ensino ou de emenda; ao segundo para demiti-los no caso de contínuas reincidências; à terceira para acusá-los por meio de seus representantes. Destas três considerações resultam ou a correção ou a queda ou o castigo dos ministros. Que tem isto de comum com a ordem pública! Bem o entendemos, Sr. Imparcial; toda a sua caridade cristã abrange somente a sua pessoa e as dos honrados ministros, e não se estende ao desgraçado povo, que nunca esteve inscrito no círculo de suas afeições. Continua: “O *Tamoyo* trata de açular brasileiros contra europeus, e reciprocamente, e nisto comete o mesmo erro que crimina nos outros”. Falta

à verdade, medite os nossos números, onde vem desenvolvida esta questão, e convencer-se-á que desejamos a boa harmonia entre uns e outros, ainda que na presente crise não a conceituemos possível.

O resto da carta do Sr. Imparcial é só consagrado à defesa de alguns procedimentos do ministro da Fazenda, que analisamos nos nossos n^{os} 4 e 8, e por incidente à censura de alguns atos do ex-ministro desta mesma repartição, que lhe caíram a talho de foice. Antes de analisarmos suas insuficientes razões, não podemos deixar de notar a engraçada conduta do Sr. Imparcial, há pouco tão caritativo para com os ministros, e agora abandonando desapiedadamente os diferentes atos dos mesmos que foram objeto de nossas observações, e que assinalamos como culposos aos olhos da lei e da nação; e igualmente de dar a nossos leitores a genuína solução de semelhante contrariedade. O Sr. bem que Imparcial nunca tomou a peito a defesa de ninguém, salvo a do atual ministro da Fazenda, que foi sempre o seu único Deus (*numque crit ille mihi sempre Deus*), e a quem adora como terceira pessoa da trindade mundana e consubstancial consigo, e por isso não quis tomar o trabalho de defender o que há em nossos números de particular a cada ministro.

Continuemos a nossa análise. Assegura o Sr. Manoel-coco que o *Tamoyo* n^o 4 caluniara o ministro da Fazenda em tudo o que arriscara contra ele a respeito da moeda, talvez por dois motivos: o primeiro pela declaração do provedor da moeda, e o segundo por não havermos apresentado os documentos que param em nosso poder. Replicamos, quanto ao primeiro, que a declaração do provedor é de nenhum valor, porque, além de ser este parente e protegido do ministro, ninguém ignora que nos países corrompidos os subordinados são ordinariamente pau para toda a obra dos superiores; quanto ao segundo que nos chame a juízo, e conhecerá pela validade dos documentos da realidade da nossa arguição. Continua: “E que se havia mistério, era do tempo do ex-ministro”. Isto é que se chama caluniar. Como podia o ex-ministro impedir o curso da moeda com as armas do Império, ele que havia tanto cooperado para proclamar-se nossa Independência e aclamar-se o Sr. D. Pedro nosso primeiro imperador? Ele que havia dado as ordens necessárias para se introduzirem cores nacionais nos tribunais da sua repartição e casa da assembleia e se mudarem os reposteiros para verdes com as armas do mesmo império? O que há de real em tudo isto é que o ex-ministro por “ignorante”, ou “inepto” em conhecimentos tanto políticos como monetários, estava persuadido que na nossa nova situação política devia riscar-se da memória dos súditos tudo aquilo que pudesse fazer lembrar o regime antigo; e que por este motivo, e pela sua imperfeição, devia a nossa moeda sofrer uma completa reforma; e como “tolo” queria dar à moeda de prata e ouro uma forma mais elegante, diminuir-lhe as dimensões, dar mais espessura às chapas, para poderem sofrer a impressão do busto de S.M. Imperial, abandonar o uso das serrilhas para fora e introduzir o

uso delas para dentro, etc.; e de todo este trabalho fui incumbido um abridor francês, o qual já havia apresentado umas moedas de duas patacas por prova, que agradaram, e asseverava estarem quase prontos os cunhos para as de quatro mil réis. Até então se não tinha ainda tratado da moeda de cobre, porque uma reforma geral “moedar” não é obra de momento. Isto sabe S.M. Imperial, sabem os ministros, que ficaram, e se isto não basta, fazemo-nos cargo de lhe mostrar uma destas moedas, quando assim o exigir. A lembrança do antigo ministro parece acertada a nós que, como ele, somos noviços nestas matérias, e além disso brasileira; o novo ministro pensou o contrário, conservou a velha moeda e sobre as armas de Portugal imprimiu as do Brasil; talvez tenha razão, ao menos para os chumbistas, que esperando por ossos de defunto e vendo conservadas as mesmas dimensões nas chapas, e cunhos antigos como modernos, acharam na facilidade do recunho da moeda um sinal seguro da nossa próxima união com Portugal. Continua: “O *Tamoyo* nº 8 calunia igualmente o ministro da Fazenda no que toca à venda de três mil quintos de pau-brasil, quando assegura com ar de infalibilidade que se havia oferecido o preço de 22.000 por quintal, etc.” até o fim. O *Tamoyo* nunca alardeou de infalível, disse somente que lhe constava haver obtido este preço (leia-se o nº 8), e sobre ele assentou as suas reflexões; porém agora faz mais, remete ao conhecimento do público os documentos autênticos, ou proposta e carta de Dionízio Vrioste; por eles se vê que ofereceu 22.000 por quintal; que se propunha a comprar os três mil quintais existentes em Pernambuco debaixo das condições que apresentava; e ademais, pedia ser ouvido no caso de maior oferta, ou em razão de sua antecipação ser preferido na concorrência de iguais preços; como agora o Sr. Imparcial falta descaradamente à verdade, dizendo que Vrioste só oferecera este preço por 600 quintais! Eis porque nós dissemos que os mentecaptos eram estranhos a tudo, menos a “sandices” e “maldades”. Se a Junta do Banco ou o ministro não esteve pelas condições do dito Vrioste, e quis arrematá-lo em praça pública, impondo aos compradores condições mais onerosas, a culpa não é nossa, porém sim do ministro que devia procurar inteirar-se do verdadeiro preço corrente deste gênero nos mercados da Europa; e certo de que prometia grande baixa aceitar a oferta. Dos erros do ministro aproveitam-se os dois negociantes; e se déssemos crédito aos rumores que houve sobre esta transação, sem dúvida acrescentaríamos algumas particularidades de não pequena instrução e deleite para o público. O *Tamoyo* não disse que o preço médio do pau-brasil vendido em 1815, 1816, etc. fora de 20 mil e tantos réis (veja-se o nº 8); e tudo o mais que a este respeito expendeu fica em seu inteiro vigor, porque o Sr. Imparcial em toda esta parte da sua carta não alegou uma só razão para contestá-lo; e só temos de acrescentar que o *Tamoyo* foi muito moderado, quando aprazou um ano para o complemento total de semelhante negociação; porque os diamantes mandados daqui para Lisboa em dias do mês

de abril de 1821, e há poucos meses remetidos daquela praça para a de Londres, deviam habilitá-lo a cortar com mão mais larga, e a duplicar ou triplicar o referido prazo, o que redundava ainda em maior prejuízo da Fazenda Pública; valha-nos Deus com semelhantes misérias! Mas enfim o Tesouro paga tudo. O Sr. Imparcial, querendo defender o ministro da Fazenda, consegue o contrário do que pretende, porque até a condena; por exemplo, diz que a Junta, conhecendo haver conluio, oficiara perguntando se havia de arrematar o pau-brasil pelo maior preço que aparecesse, ou remetê-lo para os mercados da Europa; que fez o ministro?

Responde que a não obter aqui certo preço, o mandasse para Londres aos seus correspondentes; ora é isto o que o *Tamoyo* censurou, porque devia então deixar ao arbítrio da Junta a escolha do mercado, que pelas notícias recebidas promettesse venda mais vantajosa. Diz mais para defendê-lo que o preço médio do pau-brasil por quintal fora, nos anos de 1818 a 1820, de 22.945; de 1821 a 1822, de 47.621; e o médio dos cinco anos, 32.916; e é tão desgraçado que até erra contra si em divisões tão simples, porque o preço médio dos dois primeiros números é 35.283; a que vêm os preços dos anos antecedentes? Invalidam porventura o preço corrente do gênero no ano de 1823, que segundo notícias verídicas anda por 23 mil e tantos réis? Minoram porventura as suspeitas que havia de maior baixa, por se achar um grande carregamento em Gibraltar sem valor, e pela nova remessa de 40 mil quintais proximamente chegados de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte? Ora, Sr. Imparcial, realize o nome que adotou e confesse que o ministro da Fazenda, ou curto em tudo ou julgando supérfluo para o bom desempenho do seu cargo o conhecimento dos preços que obtêm as produções do seu país nas diferentes praças mercantis da Europa, gasta o seu tempo somente em pagar o que deve, e pode, e em receber o que lhe dão. Termina finalmente o Sr. Patarata dizendo que o *Tamoyo* declamara contra a ignorância e desperdício do ministro atual “para fazer crer a necessidade e absoluta dependência da administração passada, que muita gente superficial acreditou milagrosa, mas que bem trivial se manifestará quando aparecerem as mazelas do Tesouro”. Engana-se, Sr. Imparcial; não tivemos em vista inculcar a admissão do antigo ministro, hoje impossível pelo que acima dissemos; tivemos sim em mira mostrar os descuidos cometidos pelo ministro atual e encaminhá-lo melhor quando para o futuro houvesse de tratar casos idênticos. Tal é a tarefa a que nos ligamos; tenha paciência, se lhe não agrada. Quanto, porém, ao “milagre”, ou “trivialidade” da administração passada, deixamos por ora de ser juízes em tal matéria, por que *adhuc sub iudice lis est*; mas podemos afirmar-lhe que o ex-ministro teve em um ano de fazer despesas extraordinárias, que lhe não são desconhecidas, como por exemplo com algumas obras públicas e reparo de outras, com a aclamação e coroação de S.M.I. e com o batizado da senhora infanta D. Paula, com o reparo dos aquartelamentos e

fortalezas da Corte, com as fortificações em toda a costa desta província, com os socorros em petrechos de guerra para as outras, com uma marinha, com o acréscimo de tropa de terra e mar, com diferentes expedições para a Bahia e para o Sul, com a compra de novas embarcações e de muitas provisões de guerra, com os deputados da Assembleia e com os vindos das Cortes de Lisboa, e para tudo isto achou recursos sem esquecer-se de pagar também muita dívida antiga; podemos assegurar-lhe ainda mais que o ex-ministro nunca torceu o genuíno sentir das leis, ou os violou, e nem mesmo se valeu da sua autoridade para servir ou empregar parentes e amigos, alguns dos quais até foram esbulhados do gozo de antigas mercês porque assim o requeria o cumprimento da lei e o interesse da nação; de outro tanto não poderá gabar-se o atual ministro nem agora e nem mesmo no regime velho, porque os seus amigos e parentes testemunham o contrário. Se há dívidas do tempo da sua administração, não admira; não sabemos se houve milagre nela, mas afiançamos que ao menos mereceu a confiança pública, pois que achou credores e de bom grado. O ministro atual faz montar a dívida a quatro milhões e meio; alguns deputados contestaram todo o seu “relatório” e prometeram fazer ver em tempo a falsidade dele. O que há, decerto, é que o tal relatório estava pronto no mês de setembro, e que o atual ministro esperou que o passado fosse nomeado presidente para não poder falar; é certo também que o atual ministro requereu sessão secreta, cuidando que de afogadilho fazia engolir seus erros e mentiras, e empolgava o suspirado empréstimo. A Assembleia em sua sabedoria resolveu discussão pública e deputados da íntima amizade do presidente requereram que o relatório e mais papéis fossem impressos tais quais haviam sido apresentados. Concluímos agora perguntando ao Sr. Imparcial: quem teme a publicidade das mazelas do Tesouro, o ministro atual, que requereu sessão secreta, ou o passado, então presidente da Assembleia, que ouviu com satisfação a fala de um de seus irmãos pedindo a impressão de tudo e discussão pública? Nós deixamos à sua sagacidade a solução de semelhante dilema (leiam-se as atas dos dias 6 e 7 deste mês).

A Deus, Sr. Imparcial; receba este sermão em réplica ao seu, e no fim da leitura reze três ave-marias pelas almas do purgatório, a fim de que estas lhe obtenham de Deus mais miolos, e então possa responder-nos novamente com mais siso.

Documentos

Ilmos. Srs.

Levo à presença de VV.SS. as condições com que me proponho comprar o pau-brasil, que se acha em Pernambuco, cuja venda é cometida a VV.SS., rogando-lhes o obséquio de comunicarem com a possível brevidade a sua

decisão, e mesmo de se dignarem ouvir-me caso outro seja o preço que qualquer oferece para a sua compra.

A minha antecipação neste negócio me lisonjeia de merecer de VV.SS. esta atenção, e ainda mesmo de preferir em concorrência.

Sou com todo respeito de VV.SS. venerador.

Rio, 26 de julho de 1823.

Dionízio Vrioste.

Ilmos. Srs. Deputados do Banco do Brasil.

Proposta que faz à Junta do Banco o abaixo-assinado.

Pretende comprar os três mil quintais de pau-brasil que se acham em Pernambuco, pelo qual oferece 22.000 o quintal, com as seguintes condições:

Que esteja cortado e preparado na forma que se praticava, e que seja de boa qualidade, o que se reconhecerá por peritos.

Que será pago nesta Corte, logo que venha certeza de ter sido entregue ao encarregado do preponente e ter saído barra fora sem embarço.

Sendo admitidas as condições acima, o proponente dará as seguranças necessárias.

Rio de Janeiro, 25 de junho de 1823.

Dionízio Vrioste.

O TAMOYO

SEGUNDA-FEIRA, 3 DE OUTUBRO DE 1823

*Tu vois de ces tirans la fureur despotique;
Ils pensent que pour eux le Ciel fit l'Amerique.*

VOLT. ALZIRE.



Resenha analítica dos periódicos da Corte da semana passada

*"This hard to say, if greater want of skill
Appear in writing or in judging ill;
But of the two, less dangerous is th' offence
To tire our patience, than mislead our sense."*

Pope. *Essay on Criticism*.

Não nos causou pequena surpresa vermos o novo destino que o redator do *Diário do Governo* deu àquele periódico, fazendo-o canal para emitir ao público respostas a questões suscitadas entre o *Tamoyo* e o *Sylpho*; sendo que este último ainda existe, e parecia natural que nele se publicasse quanto sobre tais questões houvesse que dizer da parte do seu ex-redator; porém isso é o menos, vamos ao substancial.

Explica-nos o ex-*Sylpho* o que entende por "igualdade", e com ele nos conformamos; ensina-nos depois o que seja "aristocracia", e sobre este ponto cordialmente lhe agradecemos a lição, porque a falar a verdade não sabíamos o que aquilo fosse. O *Tamoyo*, Sr. ex-*Sylpho*, não ignora o que por aquele vocábulo se entende; quem mostrou ignorância da sua significação foi vossa mercê, quando em uma nota ao artigo do projeto da Constituição, no qual se designa o tratamento que deve competir a cada uma das salas da Assembleia, faltando-lhe talvez coisa melhor que dizer, expressou-se nestes termos: "não há lugar por onde não minem e não pretendam ter ingresso as pretensões aristocráticas"; irrisória reflexão esta a que o *Tamoyo* com ironia respondeu o que se lê na resenha do seu nº 25. "Quem pois incorreu no grosseiro erro de supor que 'aristocracia' é sinônimo de distinção, o *Tamoyo* ou o *Sylpho*? Quem quererá recorrer a sinédoques ou metonímias para desenredar-se do argumento? Por parte de quem se porão agora *les rieurs*?"

Não é a gratidão, como o ex-*Sylpho* supõe, quem move a nossa pena; sinceramente sentimos não termos motivos para exercermos tão nobre ação, ainda que fosse em agradecimentos à Sociedade Literária de Buenos Aires pela remessa de alguns n^{os} do seu periódico; quem nos conduz na escabrosa carreira em que entramos é o amor da pátria, e mais ninguém.

Teima o Ex-*Sylpho* em ter razão para chamar “beneméritos” a Januário, Nóbrega e Ledo. A imparcialidade jamais se negará à confissão de que eles “em melhor tempo e melhor siso” prestaram seus serviços à causa do Brasil; mas essa mesma imparcialidade lhes não concede aquele título, muito superior aos seus merecimentos, e menos ainda sendo estes contrapesados pelos males a que pretenderam conduzir-nos por motivos bem notórios a todos aqueles que entraram no conhecimento dos negócios do Estado.

Lemos o n^o 67 do *Correio* e nele o extrato de uma carta em que se pretende prevenir o juízo da Mesa da Consciência em consulta que há de fazer sobre diversos eclesiásticos que aspiram a um benefício; sendo naquele extrato bem notáveis as seguintes expressões: “os deputados da Mesa encontraram no integérrimo ministro da Justiça a repulsa contra qualquer ilegalidade que apareça na consulta, pois ele, como inimigo declarado que é das arbitrariedades...” basta, e para mostrarmos que o autor da carta tem razão, diremos somente que esse Minos dos nossos dias, justiça personificada, chega a dar igrejas por decretos, sem fazer caso de oposições, etc.

Passando ao n^o 69, vemos uma carta do Sr. Simplício sobre o nosso n^o 18. Principia aquela carta por desprezíveis invectivas em que, para nos tornar odiosos aos olhos do público, lança o seu autor sobre nós, ou antes sobre os Andradas, a que verdadeiramente se dirigem suspeitas de que saíram da nossa pena os sarcasmos que se publicavam no sujo *Espelho* e precediam ao horroroso massacre do redator da *Malagueta*. Persuadidos de que o Sr. Simplício perfeitamente sabe quem foi o autor desses sarcasmos e quem praticou esse massacre, arteiramente lembrado naquele lugar, não achamos termos com que possamos responder a tanta má-fé; e razão tivemos para afirmar que, segundo a teoria de Gall, a pequenez do crânio do Sr. Simplício não implicava com o órgão da astúcia ou velhacaria. Que se debatam opiniões, que se contestem fatos, que até no escrever se permita mais alguma coisa do que liberdade, em matérias que não arriscam a segurança pública é de homens; porém, atribuir a inocentes aquilo que o próprio acusador sabe que eles não praticaram é de perversos, é de homens indignos e desmoralizados, cuja vista mal sofrendo o resplendor da virtude pretendem eclipsá-lo com o opróbrio que eles sós merecem.

Engana-se o Sr. Simplício quando assevera que o *Tamoyo* mostrara excessiva dor ao apontar-se-lhe o que chama “erro” do ex-ministro da Fazenda no Decreto de 30 de dezembro do ano passado. Sempre falsidades!... O Decreto de 30 de dezembro só pode ser erro na cabeça do Sr. Simplício; para

quem sabe economia política, é outra coisa; e lendo-se esse nº do *Tamoyo* ver-se-á que nada mais fizemos do que desenvolver a questão. Quanto às criminações que o Sr. Simplício faz reviver contra os ex-ministros, infinitas vezes se tem exuberantemente respondido a elas neste periódico, e aos nossos leitores recomendamos com especialidade a lição do nº 5 sobre este ponto, assim como a do *Diário do Governo* sobre as chamadas “nulidades” da devassa a que nesta Corte se procedeu, e previa censura da imprensa.

Afirma o Sr. Simplício que os ministros foram sempre volúveis (quem tal diria!) no seu modo de obrar, e que esta volubilidade malogrou uma importantíssima negociação com uma corte estrangeira. Explique-se o Sr. Simplício a ver se lhe podemos dar resposta; por ora não sabemos a que pássaro atira.

Diz o Sr. Simplício que “não é somente com o dizer que engordou o físico Tesouro, que aprontou esquadras e exércitos, que o público há de ficar convencido de que o Sr. Martim Francisco foi bom ministro de Finanças”. Convimos nisso, e daqui se segue que essa convicção geral, que só o Sr. Simplício desconhece e contesta, nasce não dos “ditos” do ex-ministro, mas das suas obras; sendo por consequência inegável que ele tinha formado plano de finanças.

Contesta o Sr. Simplício a quantidade de vinho que o *Tamoyo* afirma ter entrado em 1821, e diz que aquela quantidade subiu a 14.500 pipas, fundando-se para isto em uma certidão da estiva. Se esta certidão é verdadeira, serviria para enforcar os que a passaram, pois a entrada não confere com a saída, por onde se regulou o *Tamoyo*. O que é feito do resto desse vinho que entrou? O Sr. ministro das Finanças dorme a sono solto sobre tão enormes roubos cometidos contra a Fazenda Pública?... Quanto ao câmbio, o Tesouro pode testemunhar se há verdade no que afirma. Os saques sobre ele mostram que o câmbio desceu a mais de 46; e todos sabem que, tendo depois subido, vai gradualmente baixando. Deixemos o resto para outra vez, e será então tratada a matéria mais amplamente.

A carta do nº 71, debaixo da assinatura de Honrado Brasileiro, é tão pouco brasileira que não merece análise; só custaria a crer a teima com que querem elevar o *Tamoyo* a mais do que ele pretende, e faria corar de pejo a todo o brasileiro que se preza de o ser, o pensar que houvesse gente no Brasil tão petulante e ignorante que insultasse aos literatos seus naturais, quando a Europa sábia os apregoa com honra nossa, e os tem associado à maior parte dos seus institutos científicos.

Passemos a ver o que nos diz o *Sylpho* em seu nº 23. Aí uma carta do Sr. Caramuru afirma que as doutrinas emitidas em umas cartas publicadas na *Sentinella* nº 14, e mesmo no corpo deste periódico, passaram para o *Tamoyo*, e que, “foguetes daqui, ferroada dacolá, foram malhar consigo na *Sentinella*”. Não temos presente o citado nº daquele periódico; porém, versando essas cartas, como o Sr. Caramuru dá a entender, sobre chumbismo, não sabemos com que

fundamento afirma termos, a poder de “foguetes e ferroadas”, mudado de opinião; quando pelo contrário marchamos no mesmo terreno, e por ora ainda não vencidos.

O nº 24 do *Sylpho* contém uma carta que o ex-ministro da Fazenda é acusado de ter feito sofrer preterições a vários oficiais daquela repartição; sendo para notar que em um só ponto funda o acusador na lei a sua criminalização. Como não temos conhecimento dos motivos que dirigiram o ex-ministro, não podemos responder às arguições do Sr. Combinador, mas reparamos que este Sr. se dói das portarias que o mesmo ex-ministro mandava à alfândega, e com que se atalhavam grandes roubos; o que nos dá muito favorável ideia da sua pessoa. Quanto à remoção de empregados desta última repartição, saiba que pelo Foral é permitido até ao juiz o fazê-la; e sobre a suspensão deles, não temos notícia de nenhuma. Talvez tornemos ainda a este ponto, depois de adquirirmos informações exatas sobre ele.

Pelo que respeita à nota do redator do *Sylpho*, respondemos com o que fica dito nesta resenha sobre um dos números do *Correio*, e com quanto em nossos números antecedentes se tem dito.

Vá a *Sentinella* fazendo passar pela sua “câmara óptica” os inimigos do Império, e merecerá os abraços de um *Tamoyo*.

CORRESPONDÊNCIA

Sr. Redator.

Cheio do mais completo prazer, li o seu nº 20 do *Tamoyo*, e são tão fortes suas razões, tão especiosos seus argumentos nele, que deixam o espírito no mesmo estado de quietude e satisfação que se experimenta depois de ter apreendido uma certeza apodítica.

Ganhando sempre no coração do homem aumento de intensidade o fogo das paixões sopito pela lei, e ateado de novo por uma dispensa ou derrogação impestiva dela; todo o ato que lhe dá a existência é sempre um verdadeiro mal. Desde que dois partidos se chocam com opiniões diametralmente opostas, querer conciliá-los impondo silêncio a ambos e nivelando seus direitos é excitá-los e torná-los cada vez mais rivais um do outro. Esta verdade é de simples intuição, e as páginas da história a atestam a cada passo. Deixando, pois, situações que não cabem nos limites de uma carta, basta encarar para os resultados da inocência reconhecida e para o restabelecimento dos bernardistas de S. Paulo, para conhecer as funestas consequências de tais medidas.

Ufanos estes malvados, que já se contentavam com o perdão de seus crimes, que altamente confessavam, empregando as últimas baixezas para escaparem à espada da justiça, suspensa sobre suas cabeças; ufanos, digo, com o caráter de inocência que em vão se lhes quer liberalizar, tem posto esta pacífica cidade e província numa convulsão terrível, continuando seus antigos projetos

de tudo confundir para..., e de mais a mais procurando vingar ódios cada vez mais exaltados. Apenas começaram a recolher-se, apareceu no *Correio do Rio* nº 16 de 19 de agosto o extrato de uma carta de S. Paulo, em que o subscritor J.S.T. (Jaime da Silva Telles) avança falsidades imperdoáveis; e que bem depressa apareceram ao público por meio da imprensa, e pelos meios que a lei oferece aos nela compreendidos. Suponhamos, muito de graça, que existia a realidade desse fato; pergunto, Srs. Redatores, quando é que em um Estado constitucional se inibiu o direito de petição e representação? Quando não fosse público que os sábios e honrados Andradas se demitiram eles mesmos do serviço ministerial, o que lhes cumpria fazer todas as vezes que julgassem sua reputação comprometida, ou não quisessem mais servir; o que unicamente se poderia dizer é que aqueles que pedirem sua reintegração no ministério, reconhecendo seus abalizados serviços naquele importante lugar, esqueciam pequenas faltas em presença de seus grandes feitos e da precisão que o Brasil tem de suas luzes e da sua inteireza no exercício da administração pública. Mas não; eles lançavam a barra ainda mais longe; eles tramavam novos laços para comprometer a honra dos amantes, não disse bem, dos idólatras do Brasil e de seu augusto imperador. O espírito vertiginoso que os anima lhes sugeriu um meio, que a seu ver era o mais apto para perder na opinião pública os verdadeiros patriotas; e por consequência seus jurados inimigos sonharam a existência do projeto de uma república levantada em S. Paulo (ó, infeliz astúcia!). Uma república em S. Paulo! Com que elementos? Em que bases descansava este edifício? Que é das disposições anteriores; que é das combinações entre as vilas e com as outras províncias, que pudessem auxiliar a esta falta de número e de força armada para resistir aos ataques de todo o Império com quem entrava na mais aturada luta; pois esta ideia é subversiva da opinião geral e dos mais sagrados juramentos prestados à face do céu e das nações. Miseráveis cabeças que tal monstro conceberam! Um semelhante projeto só podia ter lugar na infame cabala, enunciada por um célebre Madeira, que quer cobrir seus crimes com serviços intempestivos; e só podia ser acreditado pelos cérebros hebetados de bons e sinceros anciões, que ora gemem com o peso desta província, sobremaneira superior a seus fracos ombros.

Saiba pois o Brasil inteiro, cuja atenção chamamos sobre os bons e honrados paulistanos, que aqueles que forem pronunciados na devassa a que sobre este delírio se mandou proceder, caso esses malvados levem avante sua sombria impostura, não temem vãos perigos e pequenas privações, que só acovardam almas vis e criminosas; tremam os malvados da responsabilidade que deve pesar um dia sobre suas cabeças; e convença-se o mundo inteiro que os verdadeiros paulistanos, seguros no testemunho de suas consciências, tribunal imparcial, que só aplaude aos virtuosos, e cujos ministros não se corrompem, desde já protestam que eles não exigem perdões, nem se contentam com o reconhecimento de inocência por meios ilegais e impróprios de um Estado constitucional.

Queiram, pois, Srs. Redatores, inserir no seu excelente periódico estas expressões de um selvagem brasileiro, que nada inveja aos brancos do caduco Portugal, e cujo coração ainda não corrompido com as nojentas máximas de vil adulação e da intriga, reconhece toda a dignidade do homem; e não deixando nunca perder alguma coisa de seus direitos, se mostrará sempre à face do mundo como.

Um impávido Guayaná.
S. Paulo, 4 de setembro de 1823.

NOTÍCIAS NACIONAIS

Continuação da carta da Bahia, começada a publicar no nº 26 deste periódico

Esta brilhante consequência do patriotismo foi obra da união firmíssima das vontades que se ligaram para conseguirmos a nossa felicidade; e não da estragadora discórdia. Talvez que, se não fosse o desenvolvimento da sábia política do ilustre Sr. Deputado José Bonifácio de Andrada, na qualidade de honrado patricio, que promoveu pelo bem da pátria comum, não tomassem os negócios do Brasil o pé de fortuna a que se acham elevados. A este grande homem respeitável, pois, devemos erigir padrões da nossa eterna gratidão, que, qual outro Franklin, arrebatou o cetro à tirania do demagogo Congresso português, que nos queria escravizar por meio de mortíferas baionetas... Os nossos deputados em uma assembleia no nosso mesmo Império prometem a interessante prosperidade dos nossos negócios, que se hão de dirigir por leis mais brandas, que regerão a Terra, que não trarão grilhões pesados em troca da casta liberdade. Temos grandes gênios, de ideias muito liberais, que se acham reunidos em cortes; onde não sabemos por que princípio se não acham os ilustres Srs. Deputados Barata e Francisco Agostinho Gomes, hesitados em Pernambuco, abusando das nomeações que lhes fizemos no nosso brioso *Recôncavo*, comunicando-nos em periódicos aquelas ideias literárias que só em cortes deviam debater-se; mas temos notícia que já entraram em seus deveres, pois pediram socorros ao nosso governo, cujas ordens há muito foram dirigidas ao de Pernambuco; e não esperamos queiram divergir-se de trabalharem com os nossos irmãos a benefício da pátria, por ser esta a obrigação dos bons cidadãos, quanto mais tomando eles o cargo da nobre representação política em nossa Assembleia brasiliense, da qual não só esperamos leis tão puras, concernentes à nossa dignidade, como justiceiras e favoráveis; que não causem peso na sua execução ao imortal defensor perpétuo do Império.

O TAMOYO

TERÇA-FEIRA, 4 DE NOVEMBRO DE 1823

*Tu vois de ces tirans la fureur despotique;
Ils pensent que pour eux le Ciel fit l'Amerique.*

VOLT. ALZIRE.

*“...Ridiculum acri
Fortius et metius magnas plerum que secat res.”*

Horácio.

“Sr. Redator, por não ser extenso demais, deixo de mencionar o chorrilho, ou enxurrada de portarias despóticas e arbitrarias, que o ex-ministro expediu à Alfândega, pelas quais suspendeu a alguns empregados, mudou a outros deste para aquele emprego com descrédito dos indivíduos, e tudo isto sem lhes formalizar processos, pelos quais se conhecesse se eles eram ou não maus empregados; porém, felizmente, tudo isto está remediado, pois se acham todos restituídos aos seus antigos lugares.” Assim terminava a carta do Sr. Combinador, inserta no *Sylpho* nº 24, e sobre a qual já levemente tocamos na nossa última resenha; agora, porém, que temos como esperávamos informações mais exatas sobre o fato, e em nossa mão documentos autênticos que as abonam, fôramos decerto injustos se não desembainhássemos a espada da justiça, e não nos puséssemos em campo para defendermos a enodada honra daqueles empregados, isto é, dos Srs. Officiais da Estiva a quem teve em vista o autor da carta, cujo parágrafo deixamos transcrito.

Já dissemos na precitada resenha não nos constava que o ex-ministro da Fazenda tivesse suspenso official algum da alfândega; e que, quanto à remoção o Foral da mesma alfândega para isso autorizava até o juiz dela, parecendo-nos que o ex-ministro assim obrara simplesmente em virtude da faculdade do mesmo Foral; mas agora estamos convencidos do contrário; e eis aqui o que tem chegado ao nosso conhecimento.

Por um documento autêntico consta que os vinhos entrados neste porto em agosto e setembro de 1821 montavam a 5.831 pipas. Pede uma das autoridades da repartição certidão dos despachos das mencionadas pipas naquela Mesa; é este despacho apresentado ao escrivão da estiva; e que expediente tomaria ele? O que ninguém adivinha, dá-se por suspeito. Se é verdadeiro o ditado “quem

se pica, olhos come”, este simples procedimento do escrivão da estiva bastara para dar justo motivo de suspeitas. Que razão pode ter qualquer empregado que o faça repugnar a passar uma certidão daquilo que está confiado ao seu cuidado?

Como não era de maneira alguma possível que o juiz admitisse semelhante suspeição (Deus sabe a dor que por isso ficou no coração daquele “honradíssimo” togado!), que havia de fazer o bom escrivão da estiva, a fim de ver se deitava cinza nos olhos de quem vê cem vezes mais do que ele? Esperteza de camundongo (que nem de rato se podem chamar!); pediu-se uma certidão unicamente das pipas de vinho que se tinham despachado; e ele junta-lhes também as de vinagre, as de aguardente e as de azeite, vindo, todavia, especificados estes gêneros; pediu-se uma certidão dessas pipas de vinho precisamente despachadas nos meses de agosto e setembro de 1821; e ele principia a certidão desde maio e segue até 17 de outubro do mesmo ano. A isto dirá alguém: “eis aí um empregado capaz, um empregado diligente, um homem que merece com justiça o ordenado que recebe; pedem-lhe certidão dos despachos do vinho, ele a dá também do vinagre; pedem-lhe desses despachos somente no espaço de dois meses, ele a dá de cinco meses; e haverá ainda perversos que ousem macular a sua inteira reputação?” Devagar com a reza, Sr. quem quer que vossa mercê seja; tenha paciência e escute o resto sem boquejar; não venha interromper o fio da nossa história.

Dissemos que por um documento autêntico constava que a entrada do vinho nos dois meses de agosto e setembro montava a 5.831 pipas, e é bem natural que todo o mundo espere suba a muito mais daquele o número total das pipas não só de vinho, mas de vinagre, aguardente e azeite; não só de dois meses, porém de cinco, constante da certidão do Sr. Escrivão da Estiva; pois enganam-se, porque toda a sua certidão apenas somou em 4.454 pipas de todos aqueles diferentes líquidos, vindo por consequência a faltar ainda para preencher o número de pipas de um só deles, atestado pelo outro documento, 1.377 pipas, que passaram por alto com gravíssimo prejuízo da Fazenda Pública!

A estiva do Rio de Janeiro goza de tão boa reputação, que a fama ocupa todas as cem bocas em apregoá-la até nas praças da Europa; e em prova desta verdade aqui transcreveremos o seguinte parágrafo de uma carta de um comerciante de Lisboa a um inglês de inteiro crédito estabelecido nesta praça. “Fechado nesta, pedimos licença de lhes enviar conhecimento de sessenta pipas de vinho branco de Lisboa, que lhes rogamos queiram vender ao melhor preço possível por nossa conta. Recomendamos que a venda deste vinho se faça antes de o despachar, como nos dizem que os compradores sabem melhor como arranjam respeito dos direitos, que são dobrados nos vinhos brancos, e por esta razão a qualidade do nosso não se declara no conhecimento”. Estas e talvez outras façanhas da estiva foram decerto as que decidiram o ex-ministro a remover os empregados dela, porém (graças ao atual ministro e ao probo magistrado que o aconselhou!), “tudo está felizmente remediado, pois se acham todos restituídos aos seus antigos lugares”.

CORRESPONDÊNCIAS

Sr. Editor.

Atacado no mais sensível da minha honra por um chefe que, ao conspícuo da sua representação na ordem social, reúne um crédito proporcionado, não acho outro meio de justificar-me para com o público, perante cujo tribunal⁹ pende já a minha acusação, do que dar à luz as peças juntas, para que por elas decida se foi “caluniosa arguição” a informação dada a S.M.I., em junho deste ano, sobre o desgosto com que os povos da campanha de Montevideu suportam os “aboletamentos de tropa”, e se há razão para chamar “arguições” às informações de um procurador, quando estas só têm por objeto aliviar os povos de um ônus insuportável, sem queixa da autoridade que o dispôs ou o tolera.

É esta uma questão promovida pelo J. e E. Sr. Barão da Laguna para dar princípio a outras de um caráter mais delicado e transcendente. Se V., Sr. Editor, quizer dar-lhe um lugar nas páginas do seu estimável periódico, seja pondo-lhe à frente a Portaria de 22 de junho, para que da suavidade do seu conteúdo se deduza quais seriam os termos da informação a que o barão da Laguna chama “arguições caluniosas e queixa sem fundamento”.

L. O.

Instruções

Que ao Ilmo. Sr. D. Lucas José Obes administra o cabido da muito ilustre cidade da colônia, para que por elas se sirva ter a bondade de elevar ao conhecimento de S.M.I. as necessidades em que se acham os povos deste departamento, promova alcançar-se o que se pede e exponha quanto julgar útil para o que se lhe concede em data destas o poder geral bastante.

6

Pedirá que os vizinhos não sejam gravados com alojamentos.

Ultimamente promoverá com o seu conhecido talento e zelo pelo bem público quanto julgar conveniente ao engrandecimento desta cidade e povos do departamento.

Sala capitular da Colônia, 9 de agosto de 1823.

Francisco Rodrigues Landivar, alcade de 1º voto.

Manoel Escallo, alcade de 2º voto.

Estevão Nin, regidor decano.

Miguel Ynes, juiz de polícia.

Miguel Merino, síndico procurador do departamento, por mandado de S.Sra.

Antonio de Azevendano e Leon, fiel de fechos.

9 *Diário do Governo* n.º 78; 2 de outubro de 1823.

Cópia da Portaria de 22 de junho

Sendo presente a Sua Majestade o Imperador que o uso dos aboletamentos por casas particulares tem motivado descontentamento nos povos da campanha do Estado cisplatino, convindo por isso prevenir quanto for possível sem prejuízo do bem geral os perniciosos efeitos que poderão resultar de semelhante descontentamento; manda o mesmo augusto senhor pela Secretaria de Estado dos Negócios do Império recomendar ao barão da Laguna, comandante em chefe do Exército do Sul, que procure levantar os ditos aboletamentos das casas particulares, fazendo-os substituir por outra medida menos odiosa e repugnante; para que esses povos fiquem inteirados de uma vez da paternal solicitude do mesmo senhor para tudo quanto tende à prosperidade individual e pública dos seus fiéis súditos.

Palácio do Rio de Janeiro 22 de junho de 1823.

José Bonifácio de Andrada e Silva.

Portaria de 18 de setembro em resposta ao barão de Laguna

Foi presente a S.M. o Imperador o Ofício de 1º de agosto próximo passado, em que o barão da Laguna, acusando a Portaria de 22 de junho último, relativa ao descontentamento que os povos da campanha manifestavam pelos aboletamentos de tropa, mostra ser caluniosa esta arguição pelas providências que havia há muito dado a este respeito; e inteirado o mesmo senhor do conteúdo do dito ofício, manda pela Secretaria de Estado dos Negócios do Império certificar ao sobredito barão que muito estima que a queixa fosse sem fundamento, pois não é da sua imperial intenção que os povos sejam vexados.

Palácio do Rio de Janeiro em 18 de setembro de 1823.

José Joaquim Carneiro de Campos.

Ofício ao Ilmo. e Exmo. Ministro e Secretário de Estado em consequência da portaria supra

Ilmo. e Exmo. Sr.

Satisfeito com o testemunho da minha consciência e com a publicidade de alguns fatos que não permitem pôr em dúvida os princípios regulares da minha conduta no manejo dos negócios concernentes ao Estado cisplatino, jamais houvera concedido a honra de uma séria oposição aos ataques da vil intriga, se para sustentá-la não visse armar-se o braço do poder soberano, a quem toca o castigo dos seus excessos.

Excesso de intriga, e não pequena, é o que desfigurando os fatos tem logrado persuadir a S.M.I. que há muito tempo se tomaram providências para suspender o aposentamento que pesa sobre os povos do Estado cisplatino, e que a solicitude elevada a S.M.I. em sentido contrário era uma “queixa sem fundamento”.

Poderá eu conceder o primeiro, se as providências de que faz mérito o barão da Laguna em Ofício de 1º de agosto, e V.Exa. na Portaria de 18 de setembro,

fossem algumas das que se decretaram estando eu em Canelones em março do corrente ano; pois que, sendo elas o resultado das minhas questões em favor daqueles habitantes queixosos, ninguém sabe, como eu, que se propuseram e não se adotaram; que eram eficazes e ficaram sem efeito; o mais Exmo. Sr. é um prestígio dos muitos que se forjam ao longe para iludir a vigilância dos gabinetes.

Os alojamentos existem depois de mil promessas estéreis, diz o cabildo da vila de Guadalupe e me ordena que o diga a S.M.I. em 12 de julho próximo passado: é preciso que “os povos sejam desonerados do alojamento”, repete o cabildo da colônia em uma instrução de 19 de agosto; e em outra dos interessados a quem aflige este pesado tributo, observo que até igual data continuavam a ser ocupadas as casas de D. Francisco Sennorares e D. Anna Fernandes, à qual não valeram os privilégios de viúva e miserável para alterar a “inalterável” política com que se douram tamanhas injustiças.

Se isto é evidente, como pode também sê-lo que, pelas providências tomadas muito antes de 22 de junho, mostre o barão da Laguna que é caluniosa a arguição que motivou a portaria daquela data?

O cabildo de Guadalupe, cuja representação existe já na Secretaria de V.Exa., fala em julho. O da colônia, cujas instruções vão juntas, escreve em agosto, um 20 e outro 49 dias depois, e não antes de feita a portaria; como, pois, repito, pode ser uma calúnia o que aqui devia representar-se em maio, para que lá se soubesse em junho?

A solução deste enigma não é difícil, mas é repugnante à minha pena ela não empregou jamais a calúnia; nem a denúncia pelo menos, que outras se permitem com frequência, lhe pareceu desculpável, quando para ser honesta era de sobra que fosse conducente à felicidade do Estado e ao melhor serviço de S.M.I. Que outra coisa presume o barão, não o estranho; porém que suponha “arguições e queixas” onde apenas há insinuações moderadas de um agente público, cuja missão nisto consiste e a isto precisamente se reduz, é para mim tanto mais sensível quanto na confusão de tais ideias só descobre o ânimo resolutivo a romper as hostilidades com os povos, em cujo benefício se creria delito pensar, se fosse calúnia expor o que sofrem e pedir o que desejam, pelas vias que a lei tem marcado, com o justo fim, entre outros, de evitar erros desta natureza.

Eu espero que estas observações cheguem à muito augusta presença de S.M.I. e conhecimento do público, para que ninguém ignore as molas que se empregam em humilhar a representação (única que aqui existe) do Estado cisplatino, só porque esta se ocupa com desvelo em sustentar a dignidade desse povo, em ventilar seus primitivos direitos e em cercar uma parte da enorme soma de males que padece. Deus guarde a V.Exa.

Corte do Rio de Janeiro, 6 de outubro de 1823.

Ilmo. e Exmo. Sr. José Joaquim Carneiro de Campos, ministro
e secretário de Estado dos Negócios do Império.

Lucas José Obes.

**Cópia do § da representação do cabildo de
Guadalupe, a que se refere o ofício supra**

Os povos observam que depois de mil promessas estéreis continuam a sofrer o peso dos alojamentos desde o ano de 1820, obrigando alguns dos habitantes proprietários a viver em uma choca, no deserto, para deixarem as suas casas em alojamento, e que as desfrutem os oficiais com suas mulheres ou com suas concubinas. Deus guarde a V.Exa. muitos anos.

Vila de Guadalupe de Canelones, 12 de julho de 1823.

Ilmo. e Exmo. Sr. Justo Diogo Gonzales, alcade 1º voto. Presidente.

Ildefonso Champagne, regedor decano e alcade interino de 2º voto.

Andres Feleciano Vidal, agente maior.

Julian Genez, terceiro regedor.

Jorge Perez, regedor defensor geral.

Sirilo Santurio, regedor juiz de polícia.

Feliciano Correa, síndico procurador geral.

Sr. Redator.

Não obstante haver eu nesta mesma ocasião cometido aos outros periódicos a declaração que acompanham estas bárbaras linhas, tomo a liberdade de pedir também a VV.SS. o especial obséquio de a estamparem no seu próximo número com aquela imparcialidade, que distingue o seu *Tamoyo*. Sou etc.

Carlos Gustavo Hedberg Sueco.¹⁰

Declaração

Filho da pátria de Oxenstierna, von-Linnée, e outros varões iguais, não pude ler a sangue frio e olhos enxutos um escrito sem data, impresso na Tipografia Nacional deste Império com a assinatura T. F. G., em que o atual rei da Suécia e Noruega, o Sr. Carlos XIV é com a injustiça mais dura tachado salteador e usurpador de um reino alheio. Atendendo, portanto, à gravidade e fatais consequências deste erro manifesto, não me posso eximir de o combater.

Continuar-se-á.

10 Com muita satisfação inserimos no nosso periódico a *Declaração do Sr. Hedberg*, cujo patriotismo não podemos deixar de louvar, como merece. Já em nosso nº 25 anunciamos qual era a nossa opinião sobre o modo com que convém tratar os monarcas estrangeiros; e se acaso nada dissemos sobre a carta de T. F. G., que gratuitamente se distribuiu nesta Corte com o *Diário do Governo*, foi porque semelhante escrito é um apontado de absurdos, que nenhuma casta de censura merece.

O TAMOYO

QUINTA-FEIRA, 6 DE NOVEMBRO DE 1823

*Tu vois de ces tirans la fureur despotique;
Ils pensent que pour eux le Ciel fit l'Amerique.*

VOLT. ALZIRE.



Paulistas

O véu, que encobria a verdade, rasgou-se; e os que gemiam injustamente respiram. Indignos sectários dos infames bonifácios jazem por terra. O nosso adorável príncipe, reconhecendo a inocência, condena os melévolos; e, quais estrelas brilhantes sobre o firmamento, aparecemos sobre a face do solo brasileiro. É chegado o feliz momento em que, debaixo do mais sólido apoio, devemos fazer sobressair o nosso mérito e extinguir para sempre os traidores. Ao nosso regaço chega o ileso, o incomparável brasileiro e o magnânimo patricio nosso, corramos à sua voz, e entre vivas de glória torne Pauliceia ao seu antigo esplendor. É hoje morrendo o comércio, o giro mercantil pelos desvarios de vis sectários dos infames, que só queriam a Independência do Brasil para cevar seu orgulho, satisfazer seu capricho; agora que tudo mudou de face, reviverá este mesmo comércio e tornará S. Paulo ao seu ápice de grandeza, quando unindo o laço, que tão vergonhosamente foi rompido com nossos irmãos, façamos outra vez de dois hemisférios um, de dois interesses um, e não seguindo loucos projetos bonifaciados, adotemos o antigo e proveitoso recurso de um só reino, de um só interesse desta província e do Brasil; e “nos segura o nosso anjo tutelar, o nosso imortal Pedro”. Ele já se desligou dos infames, que o iludiam e que o rodeavam; acabemos nós também com os seus satélites, e se veja entre nós só estes vivas: Viva S.M. o Sr. D. João VII! Viva a união dos dois hemisférios! Viva o augusto do Brasil! Viva quem protesta estes sentimentos! Viva! Viva!

Reflexões

Foi-nos comunicada, para se publicar em nosso periódico, a proclamação acima transcrita com a nota da pessoa que a enviou da província de S. Paulo, em que se descreve a entrada nela dos facciosos perdoados pelo Decreto de 16 de julho; os seus crimes e desaforos, e a indolência do governo daquela província em suportá-los, bem como a indisposição contra eles da parte sã do povo. Tudo isto encheu-nos de horror e desejaríamos saber perfeita e individualmente quem foi o autor de semelhante proclamação, para lhe irmos arrancar as entranhas, beber-lhe o sangue e lançar aos corvos o imundo cadáver ainda palpitante. Entretanto, faremos algumas reflexões sobre a tal papeleta, que servirão para desenganar ao público como nos achamos traídos.

1º O véu que cobria a verdade rasgou-se. Não há dúvida: os monstros apareceram em cena tais quais eram. Traidores ao imperador, traidores à nação, ousam os malvados insultar o voto geral dela com os epítetos de “loucos projetos bonifaciados”, ousam apregoar descaradamente a união com Portugal, privar a S.M.I. do título que lhe conferimos, e, o que mais é, associá-los aos seus desvarios. Infames, a que é que vos segura o nosso anjo tutelar, o nosso imortal Pedro? É o crime horrendo e feio que acabais de anunciar nesta papeleta? E será possível que se profanasse assim o sagrado do trono, e que nem sequer se mandasse devassar dos perversos?

Que tristes reflexões nos não sugerem tais procedimentos, quando os combinamos com a história do tempo, de quatro meses para cá. Ministros verdadeiramente constitucionais, inimigos implacáveis do despótico Portugal, e os únicos autores, os únicos defensores da nossa santa Independência, deixam espontaneamente o ministério, porque os negócios marchavam ao avesso dos interesses brasileiros, e apesar dos louvores com que S.M.I. lhes aceita a sua demissão, os Gordilhos e os Berquós são os primeiros que aparecem cada um com a sua proclamação contra eles; a tropa é conservada por alguns dias em quartéis; cidadãos inocentes são arrancados de seus lares no silêncio da noite, e metidos em prisão, só pela mera suspeita de solicitarem assinaturas, para a reintegração dos ministros; uma corja de sevandijas infames, açulada pelos monstros, ladra contra os honrados cidadãos, e com a suja poeira, que levanta, pretende (mas em vão) escurecer a brilhante luz do sol; o ignóbil *Correio*, veículo outrora de rasteiros demagogos, passa a sê-lo instantaneamente dos latidos destes cérberos, e engastando diamantes preciosos em peça de chumbo não cessa de profanar na sua folha o nome dos Andradas; seduzem-se escritores estrangeiros para apalpar a opinião do povo sobre a união com Portugal; espalham-se boatos de mudança de bandeiras; mandam-se convidar inimigos nossos, prisioneiros de guerra, ainda gotejando o sangue brasileiro, para entrar em nossas fileiras; continua sim o governo das armas nas mãos de um brasileiro, mas em realidade Gordilhos, Valentos e Berquós são os que

regem a tropa; o comando dos corpos militares é todo de portugueses, e no dia 12 de outubro assoalha-se a ideia de que se vai aclamar a S.M. absoluto. Nesse mesmo dia publicam em S. Paulo os facciosos, que daqui se retiram, que vai unir-se “o laço que tão vergonhosamente foi rompido com nossos irmãos, fazer-se outra vez de dois hemisférios um, de dois interesses um”, e, contudo, não nos consta que o governo daquela província procedesse contra os malvados, ou que o ministério o repreendesse por isso e mandasse dar as devidas providências. Ainda mais, o ministro da Guerra, acusado no dia 11 perante a nossa Assembleia da mais horrenda das traições, é premiado no dia 12 com a Comenda da Imperial Ordem do Cruzeiro; o desprezível Oyenausen, inimigo acérrimo da causa, o Verres de Mato Grosso, entra também nesse dia na enxurrada dos Camaritas de envolta, é verdade, com brasileiros; mas que brasileiros! Todos da mesma cáfila de prevaricadores e lusitanos na alma; os comandantes dos corpos, brasileiros e portugueses (coisa inaudita!), são angariados com a isca da farda de criados da Casa Imperial; e o ministro dos Negócios do Império, censurado de empregar lusitanos, pergunta a quem lhe estranha se há de empregar botocudos e negros. Ora, que ilação devemos tirar de tudo isto? Que estamos, sem dúvida, perdidos; que a nossa santa causa é suplantada pela influência portuguesa, e que os ministros brasileiros, querendo a todo custo manter-se no ministério, e não podendo obtê-lo pelos meios legítimos, tratam de curvar-se ao plano da facção portuguesa. Senhor, é absolutamente necessário mudar o atual ministério, que solapadamente nos vai perdendo, e a vossa mercê também; o ministro da Guerra tem atraído claramente a nação; o da Justiça só é liberal com os lusitanos, ou seus aderentes, adoça os seus crimes com a alcunha de desafeição à nossa causa, não os quer longe de si para não serem vítimas do ódio nacional, autoriza pela Portaria de 20 de outubro de 1823 ao intendente atual, o homem mais fofo e intrigante que temos conhecido, o traidor à causa portuguesa quando serviu em Palmela, o cunhado, enfim, do infame Francisco Ignácio, a cometer todos os despotismos de que sua alma o torna capaz. E que diremos dos ministros brasileiros? O dos Negócios do Império e Estrangeiros, depois de haver sido uma vez apóstata religioso, e outra político, quando serviu aos franceses como secretário do ministro dos Cultos, que muito é que apostate terceira da causa que jurara? E se é verdadeira a resposta, que nos consta ter dado a quem lhe estranhara o emprego indiscreto de portugueses, que dúvida nos pode restar? O da Fazenda, abjeto instrumento do velho despotismo, na ordem dos homens Tartufo, e na dos animais Raposa, além dos erros e arbitrariedades de que, por muitas vezes o temos arguido, e sem réplica, é tão servil, que manda pagar o plácido, criado de vossa mercê, uma dívida não legalizada, e sem ser isso da sua competência, Portaria de 5 de agosto; e tão pouco afeto à sagrada causa do Brasil, que manda restituir a Vicente de Sá Rocha os bens sequestrados,

não obstante constar por um sumário de polícia, em que juraram testemunhas autorizadas, que ele fora o mais acérrimo inimigo desta mesma causa. O da Marinha, enfim, mera nulidade política, só serve para ir com os outros e engrossar a turba dos fariseus. Ora, com tal ministério como pode o governo merecer a confiança pública? A experiência o mostra na desunião, que reina nas províncias do Norte e que vai lavrando em todas as mais, não excetuando mesmo esta capital, onde ferve o descontentamento. E haverá ainda escritores venais que pretendam incensar semelhante administração?

O *Tamoyo*, senhor, seguirá diferente rumo; incapaz da baixa lisonja, quanto de faltar ao respeito devido a V.M.I., a quem afincadamente ama, ocultando-lhe a verdade, clamará sem reboço e afoitamente que as coisas não vão bem; que o ministério de V.M., além de inerte e ignorante, parece favorecer solapadamente a causa de nossos inimigos, ou ao menos não marcha segundo a opinião geral e irresistível do Império brasileiro; e sem esta como poderá obter-se a sua consolidação e prosperidade? Embora, senhor, vos digam que as forças das baionetas acumuladas nesta capital estão sempre à vossa disposição e prontas a obrar ao vosso menor aceno, os malvados que isto dizem poderão prender a voz dos fluminenses degenerados, mas não soldar as mais províncias justamente assustadas. O Brasil não quer nada do que ressumbre a Portugal; e nem mesmo brasileiros equívocos ou capazes de ceder à sedução. No ânimo dos seus habitantes reina hoje a maior desconfiança, e o ministério atual é causa dela, pois ninguém quer os mesmos esteios do edifício velho, que caiu por terra com todos os seus crimes e prevaricações. E quererá V.M.I., nosso defensor perpétuo, arrastar-se a si e a todos nós ao maior dos abismos pelo apoio e conservação de semelhante ministério?

Ah! Senhor, nem tudo o que nos agrada é capaz de curar os nossos males; e temerário é arriscar por um capricho a salvação da nau e dos que nela navegam. O *Tamoyo* sabe muito perfeitamente que estes meus Srs. não podem sofrer os seus brados; e que um deles até já o ameaçou com uma visita à *Malagueta*; mas por isso mesmo não cessará de bradar contra seus crimes e perfídias. Se o atacarem, defender-se-á quanto puder; e se por desgraça succumbir, será mais uma vítima da traição e despotismo, e o seu sangue clamará perpétua vingança contra os seus algozes e contra os algozes da sua pátria. Senhor, lançai enfim de vosso lado conselheiros aborrecidos; o Brasil vo-lo depreca. Não é preciso que recorrais a negros e botocudos para achardes em quem confiar. Se a prudência da Assembleia vos tolhe o escolher de seu seio novos atlantes, vasto é o Brasil, rico é de talentos, para que temais não acertar. Se quis vossa mofina que arredásseis de vós os melhores amigos do Brasil e vossos; se não é decoroso, nem mesmo possível, à vista da lei e dos seus caracteres individuais, que voltem de novo os que espontaneamente, e com conhecimento de causa, abandonaram os negócios, escolhei outros cujas almas não sejam ávidas,

como as dos vossos ministros; cujos espíritos estejam adiantados em assuntos políticos, ao avesso dos vossos bisonhos conselheiros; e em quem o fogo da atividade case com a madureza da prudência. A estes chamaei, e livrai-nos, por quem sois, da maior peste que tem o Brasil sofrido; livrai-nos do vosso atual ministério; mais não o podemos aturar.

CORRESPONDÊNCIA

Sr. Redator.

Fui ao paço da nossa soberana Assembleia ver a sessão do dia 30 de outubro próximo passado; e chegando a hora dos pareceres das comissões, leu o Sr. Secretário Maciel o da Comissão de Marinha e Guerra a respeito do officio com que o ministro da Guerra faz ver à mesma Assembleia os motivos que tivera o governo para admitir no nosso Exército certos officiaes, que desertaram do Exército lusitano.

Vi, Sr. Redator, o illustre Sr. Montezuma combater aquelle parecer com razões tão sólidas e com princípios tão verdadeiros que (sem fazer offensa a todos os outros nobres deputados) ninguém o faria melhor, nem apontaria mais visíveis os erros do sobredito ministro; e à proporção que no seu discurso ia apontando a futilidade das razões alegadas pelo ministro, já quando este no citado officio se estriba no Decreto de 16 de dezembro de 1806; já quando se refere à proclamação do general Lima; e já finalmente quando diz que de semelhantes indivíduos muitas vezes se tem tirado partido vantajoso, tratava o illustre Sr. Montezuma ao mencionado ministro com o epíteto de que é merecedor; isto é, dizia que o ministro ou é tolo, néscio e ignorante, ou obra de má-fé; e como tal é traidor e não serve para ministro.

Sr. Redator, apesar de que eu penso da mesma maneira, contudo não entro na questão se com effeito o ministro é ou não tolo, néscio e ignorante; obra ou não de má-fé; é ou não traidor. Não é este o motivo que me dirige a vossa mercê, Sr. Redator; eu me dirijo a vossa mercê tão somente para lhe dizer que houve na Assembleia um deputado que se lembrou de pedir a palavra para repreender ao Sr. Montezuma, da maneira injuriosa com que tratava ao ministro da Guerra; e depois de arengar por algum tempo e de se fazer vermelho (o que na verdade admirou a todos os espectadores, pois é raro no tal indivíduo o corar), concluiu o seu palavreado em tom admirativo notando ao Sr. Presidente por não ter chamado o Sr. Montezuma à ordem depois deste atacar e enxovalhar ao ministro da Guerra, que faz uma parte do Poder Executivo! Ainda aqui não parou a história, Sr. Redator; o orador alucinou-se de tal maneira, que disse ao Sr. Presidente que até o Regimento Interno determinava que nenhum deputado pudesse tratar com termos ou epítetos semelhantes a indivíduo algum; e que se isto se entendia com um simples particular, o que se

não deveria entender a respeito de uma autoridade, e uma autoridade tal como o ministro da Guerra, que era um membro do Poder Executivo!

Pensei, Sr. Redator, que o deputado repreendedor, quando pediu a palavra, queria apoiar o argumento incontestável do Sr. Montezuma; mas qual não foi a minha admiração quando vi o tal deputado, cujo semblante (à primeira vista) representa a própria prudência, sair fora das estribeiras, repreender um deputado, notar o presidente, e notá-lo falsamente, visto não existir tal artigo no Regimento?

Mil graças ao Sr. Deputado N. da G. pela sua doutrina; aprenda o Sr. Montezuma as suas lições; aprenda o Sr. Presidente o ideado artigo do Regimento; e aprenda toda a soberana Assembleia, quando um ministro de Estado for ladrão, nenhum deputado se atreva a dizê-lo na Assembleia; quando um ministro de Estado for falso ao imperador e à nação, quando um ministro de Estado quiser entregar o imperador à nação, nenhum deputado o chame de perjuro, de falso e de enganador na Assembleia, porque o ministro de Estado faz uma parte do Poder Executivo! Brava a lembrança! Brava a doutrina! Bravo o mestre que a prega!

Ora, Sr. Redator, o ilustre deputado certamente (a meu ver) se não fez, pretende, ou receia fazer alguma “simplicidade” no ministério; e para que nenhum dos seus nobres colegas da Assembleia se anime a levantar a voz e tratá-lo da maneira que então merecer, quer desde já estabelecer a ordem de que nenhum deputado pode atribuir a ministro de Estado algum o epíteto que por seus erros merecer. À ordem, à ordem, Sr. N. da G., quem não quiser ser lobo não lhe vista a pele. O Regimento que V.Exa. citou ordena (segundo disse o Sr. Presidente naquela ocasião para sua advertência) que os Srs. Deputados não se possam atacar de palavra, etc., e nada diz do que V.Exa. disse; e ademais V.Exa., segundo me parece, deve ter esse Regimento, e por consequência deve também estudá-lo 1º para saber o que ele ordena (porque é feio, e muito feio, um membro de uma assembleia ignorar o seu Regimento); 2º para por este motivo aliviar ao Sr. Presidente do trabalho de lê-lo, quando V.Exa. se tornar a enganar, citando nele artigos imaginários.

É para ficarmos na certeza de que aos ministros de Estado se não deve acusar quando merecerem, Sr. Redator, que eu vou incomodá-lo, rogando-lhe queira inserir esta historinha no seu amabilíssimo periódico; e no caso que algum curioso queira saber quem sou eu, responda-lhe que sou o mesmo que na sua folha de 28 do mês passado se assinou.

Inimigo dos Patifes.

O TAMOYO

SÁBADO, 8 DE NOVEMBRO DE 1823

*Tu vois de ces tirans la fureur despotique;
Ils pensent que pour eux le Ciel fit l'Amerique.*

VOLT. ALZIRE.



Resenha analítica dos periódicos da Corte da semana passada

*"This hard to say, if greater want of skill
Appear in writing or in judging ill;
But of the two, less dangerous is th' offence
To tire our patience, than mislead our sense."*

Pope. *Essay on Criticism*.

Lendo o *Diário do Governo* nº 101, encontramos um compridíssimo projeto de lei, que abrange duas colunas inteiras; e depois de termos passado os olhos por ele, não podemos deixar de exclamar: "adeus, prezadíssima senhora liberdade de imprensa; adeus!..." Quem presumiria que esta filha primogênita e muito amada do liberalismo havia de receber o primeiro golpe das mãos dos ilustres membros de uma comissão do seio da nossa Assembleia, onde tanto se pugnou a favor dessa "liberdade", hoje próxima a expirar se a sabedoria da mesma Assembleia lhe não acode com eficaz remédio da sua reprovação? Quem presumiria que aquele novo astro do nosso firmamento político, astro que devia difundir as suas luzes sobre as prevaricações dos maus servidores do Estado, se visse tão brevemente ameaçado de entrar na escuridão do caos, e deixar sobre nós o império das trevas só propícias à perversidade desses maus servidores? *Sic volvere parcas*.

Deixando, porém, as carpideiras sobre o próximo funeral da senhora "liberdade da imprensa", tomemos um tão sério, e confessemos que tal projeto dificultosamente se crerá nascido de membros de uma assembleia tão liberal e tão iluminada, como a nossa se tem mostrado. Quem ao lê-lo deixará de reconhecer que volvem os mal-assombrados dias do antigo despotismo? Tendo, porém, de tratar de outros objetos, e não sendo possível exceder os limites da folha, prometemos tornar, mais seriamente, sobre esta matéria, entretanto

que bradamos a todos os escritores públicos, para que atendam com circunspeção sobre semelhante projeto, do qual depende a mais preciosa das garantias constitucionais, a “santa liberdade de imprensa”, pois sem ela tudo é opressão e tirania.

Lemos no nº 103 do mesmo diário um artigo de variedades que talvez desperte em muita gente graves desconfianças. Parece que o redator do *Diário*, cobrindo-se de algum modo com a autoridade de um dos nossos ministros, pretende desviar o governo de que mande bloquear Montevidéu, como a *Estrella* aconselha, indicando serem necessárias para decidirem aquele negócio grandes forças marítimas e terrestres. Nós não duvidamos que o ponto seja mais difícil do que a *Estrella* diz; mas nem tanto como o redator do *Diário* pretende; e se aquilo ainda se não concluiu, não é por falta de força, nem de meios, mas sim pelo malfado que nos persegue, e parece não nos deixará tão cedo. Neste momento temos debaixo dos olhos uma carta, de S. José, datada de 4 do mês passado, a qual concorda com o que em outra de diferente pessoa se publicou em um dos nossos números, e oferece além disso circunstanciada notícia das nossas forças e do inimigo; notícia que confirma o que acabamos de assegurar. Segundo aquela notícia, montavam as nossas forças a 5.030 homens; ao mesmo tempo que os lusitanos apenas contam 1.810 homens; temos 1 corvete, 2 bergantins excelentes, 2 escunas e a flotilha do Uruguai; ao mesmo tempo que os lusitanos acham-se só com a corveta *General Lecer*, que era uma embarcação mercante; e a escuna *Maria Thereza*. Ora, parece que à vista do exposto não pode ter o redator do *Diário* razão de queixa.

Continuar-se-á.

Rio de Janeiro, 8 de novembro

Temos de apresentar aos nossos leitores o mais atroz, o mais escandaloso atentado que pode imaginar-se. O cidadão David Pamplona, morador do Largo da Carioca, onde vive da arte de boticário, costumava ter à noite em sua casa alguns amigos brasileiros que iam ali conversar sobre diferentes objetos, e talvez sobre o estado político do Império, o que não pode jamais ser vedado a pessoa alguma. O seu caráter, naturalmente pacífico, a sua vida particular o não constituíam réu de outro delito senão de mostrar aferro aos interesses e prosperidade da sua pátria. Todavia, bastou isto para irritar a facção portuguesa, por extremo preponderante nesta província, e para vingá-la, eis que se apresentam em campo os dois famosos campeões dela o major Lapa e o capitão Moreira, ambos da artilharia montada. Armados, e bem armados, na noite de 5 do corrente entraram na casa do miserável brasileiro, amassaram-lhe o corpo com pancadas, quebraram-lhe a cabeça e o deixaram quase morto. Monstros! Que mal vos fez esse infeliz, que assim assassinais?

Um cidadão brasileiro cruelmente atacado e maltratado em sua casa por dois vândalos, por dois pérfidos assassinos, que até por obrigação deviam proteger a nossa segurança; e isto quando? Quando o Brasil independente trata de assegurar a cada um de seus filhos as suas garantias individuais. Assim se iludem as leis? Assim se mantém a tranquilidade pública? Cidadãos militares, mostrai, e quanto antes, o vosso horror a tão nefando crime.

Fluminenses, a verdadeira liberdade não consiste em vãs discussões políticas: consiste no extremado afinco e vigilância com que se mantêm os direitos individuais de cada um dos cidadãos; eles foram atrozmente atropelados, na pessoa de vosso compatriota; a sua injúria é a vossa, e seu atentado ameaça a própria Independência de vossa pátria. Não sejais indiferentes à enormidade do crime. Que orgulho não será o destes monstros se a sua atrocidade e perfídia ficarem impunes? Nas províncias espancam-se os marotos e marinheiros por qualquer leve insulto ou arrogância. Na Corte eles são os que nos espancam a nós, eles são os que provocam a cidadãos inocentes, em seus lares, eles são os que espalham o susto e o terror em toda esta província. Que desgraça! Que infâmia para seus filhos! Ah! Patrícios meus, se isto fica assim, direi abertamente que sois incapazes de liberdade, que sois a escória da nação brasileira, que sois escravos, e coberto de pejo e de vergonha retirar-me-ei para as bre-nhas a viver, outra vez, com as feras menos insensíveis do que vós.

CORRESPONDÊNCIAS

Sr. Redator.

O heroico e decidido patriotismo com que vossa mercê tem tomado o arco e as flechas para defender a causa sagrada da Independência de nossa pátria me decide a rogar-lhe o obséquio de admitir na sua patriótica folha estas linhas.

Não pode ser indiferente Sr. Redator, a peitos brasileiros, o assassinato perpetrado no dia 5 do corrente às 8 horas da noite, pelos major Lapa e capitão Moreira, ambos das Brigadas de Artilharia desta Corte (e portugueses), contra o cidadão brasileiro e honrado patriota David Pamplona. Sr. Redator, um cidadão brasileiro atacado e espancado no centro de sua casa por dois militares portugueses ao serviço do Brasil! Que desgraça! E por que motivo? Sem dúvida por ser brasileiro, inimigo dos portugueses, e zeloso da liberdade da nossa pátria; e ninguém pode ficar em dúvida que seja este o motivo, à vista do que disseram esses dois militares ao dito cidadão, quando o atacaram – vê agora patife se és Brasileiro Resoluto. – Custa a crer que semelhantes atentados se pratiquem entre nós com tanto escândalo e desaforo. Um brasileiro ofendido todos nós, Sr. Redator, devemos gritar, vingança, vingança...

Até quando, brasileiros! Até quando curvaremos a servir ao orgulho português? Basta, basta de sofrer; hoje mais que nunca a cara pátria exige união

e... e se assim o não fizermos, que será de nós? Alerta, brasileiros! Alerta, o *Tamoyo*! Que a borrasca está iminente.

Um brasileiro encarniçado.¹¹

Sr. Redator.

A imparcialidade, que até hoje tem acompanhado o seu periódico, me anima a dirigir-lhe algumas perguntas e breves observações sobre sucessos, cuja tendência parece-me suspeita.

Pergunto: é lícito num sistema constitucional furtar-se um ministro a toda a responsabilidade pelos atos da sua administração, senão direta ao menos indiretamente?

Se me responde que não, então torno a perguntar por que o ministro da Justiça rouba ao conhecimento público o texto das suas portarias, que devem formar o corpo de delito das suas arbitrariedades e malversações, e satisfaz a avidez natural do povo apenas com a magra lista delas, e simples nomes dos requerentes e das autoridades a que vão remetidas as súplicas?

Observações

É de notar que, quanto aparece desse charco empestado de iniquidade, no meio de farelórios de liberalismo traz mais ou menos o cunho de arbitrariedade. Sirva de exemplo a Portaria de 20 de outubro, que bem merece ser por vossa mercê analisada.

Pergunto: é ou não traição abrir as portas do Império aos seus encarniçados inimigos?

Pergunto mais: é ou não suspeita de oculta traição e indício de vistas hostis ao Brasil a medida de reclutar as nossas tropas com inimigos, que a pouco experimentaram os fios das nossas espadas?

É impossível que se negue aos atos indicados o nome de traição; pode ser, porém, que se duvide dos fatos. Cumpre-me por isso assegurar-lhe a existência deles. A ordem para que as nossas fortalezas deixassem entrar as embarcações portuguesas mercantis, e de guerra foi mandada ao general das Armas, e por este expedida às fortalezas, e até cuidado que foi lavrada pelo sargento-mor Francisco d'Ornelas, e deve estar registrada no livro competente: se ela não existisse, ou não entraria a corveta *Voador* ou seriam castigados os governadores das fortalezas, os quais nem ao menos foram arguidos. Fez bem o ministro da Guerra, em qualquer inquirição a este respeito saltariam aos olhos as suas mazelas e crimes. Quanto ao outro fato, a Portaria de 2 de agosto põe fora de

¹¹ Estava já composta a presente folha quando recebemos esta carta e com ela fomos inteirados da carnificina dos dois portugueses; e por isso foi mister destruir o que estava feito para dar lugar ao ressentimento, que nos causou semelhante procedimento. O *Tamoyo*.

toda a dúvida; e as respostas do ministro da Guerra dadas às requisições da Assembleia são a sua sentença de condenação, e o apresentariam em qualquer outro país, que não fosse o amadornado Brasil, como digno da pena última reservada aos parricidas políticos.

Observações

A moléstia não viciou só a um membro do Conselho do Gabinete, deve ter empolgado a todos, como se mostra pelo seu silêncio, continuação no serviço e aprovação do que há de mais danoso ao Império; o remédio deve ser também geral, poda geral, e não decotação parcial de um ou outro ramo do ministério. Um governo que vai de encontro à opinião e aos desejos de uma nação é mister ser derrubado o quanto antes; e o chefe da nação comete a maior imprudência em demorar providências que não pode negar. O que hoje é recebido como favor, amanhã não satisfaz nem como justiça. Não permita Deus que a história de Carlos I da Inglaterra seja perdida para os reinantes. É arriscado desesperar ao povo, e forçá-lo a buscar por violência aquilo que ainda exige por meios constitucionais.

Pergunto: por que vêm todas as impurezas, todos os crimes contra o Império, depositar-se nesta Corte, como em seguro remanso?

Observações

Cuido que não é o local nem o solo que constitui o Rio asilo de inimigos do Brasil; mas tão somente a certeza de encontrarem proteção em um ministério chumbado; vossa mercê, porém, talvez dê outra solução. O que me parece, porém, inegável é que nós mesmos damos azos ao apinhamento de quanto abutre vem aqui cevar-se em nossas entranhas; ou ao menos para isso se prepara. Se adotássemos a nobre conduta do marechal Brant, que enxotou da sua casa os intrometidos Garcez e Vieira, e com franqueza louvável lhes declarou que jamais trataria com inimigos de sua pátria, seria muito menor o número dos insidiosos portugueses, que acodem aqui sacodidos pelo justo ressentimento das províncias. É certo que nos sucederia o mesmo que ao mencionado marechal, que ora me consta é já detestado pelos chumbistas; mas Sr. Redator há brasileiro que deseje amor de chumbistas?

Aborreçam muito embora, mas temam-nos, e não esperem surpreender-nos; deve ser o sentimento dos brasileiros.

Basta por enquanto de perguntas, outra vez serei mais extenso.

O Perguntador.

Continuação da correspondência começada no nº 32 deste periódico

O monarca, que o Sr. T. F. G. chama salteador e usurpador de um reino alheio, foi eleito na cidade de Orebro no ano de 1810 pelos deputados do país para sucessor do rei idoso, o Sr. Carlos XIII, que, por não ter filhos, adotou ao Sr. Carlos João, protótipo de virtudes, com quem nestas só deve ser comparado o celeberrimo Canning. Este Sr. Carlos João, antes deste acontecimento, nunca viu a Suécia e este reino desde que no ano de 1520 os dois mil franceses debaixo do comando de Gaston de Breze foram auxiliar a Christiano II, rei da Dinamarca, jamais havia sido pisado por tropa francesa. A assembleia geral, já composta de quatro Estados antes da descoberta do Brasil, enviou à França o conhecido general sueco conde Robert Rosen para efeito de participar ao grande Bernadotte, então príncipe de Conte Corvo, que ela, de acordo com os sublimes sentimentos do rei, o havia eleito futuro defensor da Escandinávia, obra que o tempo tem mostrado ser acertadíssima, e nisto fez o que talvez ainda não haja praticado nação alguma.

À vista destas verdades, confirmadas pela história da Suécia, o epíteto “Usurpador” pode ainda convir ao imortal Bernadotte? Não por certo. Deveria, portanto, o Sr. T. F. G., se houve usurpação, chamar usurpador ao Corvo Sueco, que foi quem usurpou à França um dos maiores homens dos nossos dias.

O epíteto “Salteador”, epíteto bárbaro brasílico, apenas aplicável aos botocudos, é a calúnia e injúria mais atroz que se pode imaginar contra a sabedoria e grandeza do rei da Suécia e Noruega. Não me devo persuadir de que o supremo governo brasílico deixe impune este insulto cruelíssimo e que sem necessidade, e contra a boa política, queira criar inimigos que lhe não convém; quando, porém, queira e lhe convenha, deporei a aflição que me tem causado esta impostura, como inclinado ao Brasil, que habito e que me nutre.

Dignem-se os amantes da tranquilidade e sossego público atender se tenho razão de romper por esta causa o meu costumado silêncio.

Carlos Gustavo Hedberg. Sueco.

Despotismo atroz

Acaba de chegar a nossa notícia, neste momento mesmo, um dos mais horrorosos despotismos que se possa imaginar. Eis o caso. Achava-se, no dia 18 do mês passado, no Campo dos Cajueiros, o alferes de cavalaria Amador de Lemos Drummond de Menezes, com todos os oficiais do seu corpo para fazer exercício, e entrando em conversação sobre os despachos do dia 12 de outubro próximo passado, e promoção dos comandantes a criados da Casa Imperial, disse um dos tais oficiais que lhe não parecia bem o despacho, não só por ser incompatível com o serviço da nação, que é quem os paga, como também por

julgá-lo de menor graduação e honra. Opôs-se a isto um deles bastante servil, e como se entrasse a espraçar sobre as honras e preeminências inerentes ao título de criado de S.M.I. assentou Amador de Lemos que podia também dar o seu parecer, e teve a franqueza de dizer que, se o imperador o fizesse seu camarista, ele não o aceitava. Desgraçado moço! Apenas disto soube o seu bárbaro comandante João Egídio Calmon o mandou imediatamente prender, e vai por 16 dias que o conserva em prisão sem ao menos declarar a sua culpa. Dá-se despotismo maior do que este? É crível que isto aconteça em uma Corte e em tempos que se dizem constitucionais por excelência? E não se punem verdugos desta natureza? Ah! Nem sempre a espada da justiça estará suspensa, ela cairá sobre a cabeça dos déspotas. Tremam os tiranos da vingança inexorável.

O TAMOYO

TERÇA-FEIRA, 11 DE NOVEMBRO DE 1823

*Tu vois de ces tirans la fureur despotique;
Ils pensent que pour eux le Ciel fit l'Amerique.*

VOLT. ALZIRE.



Continuação da resenha começada no nº 34 deste periódico

Entrando a ler o *Correio*, vemos um artigo comunicado debaixo da assinatura de Angaturama Cemimotara, em que se põe por terra o dogma da legitimidade e se considera como monte negro que “cobre e defende o absolutismo, a tirania e o servilismo graduado por classes”.

Grande esquadrinhador e grande político é decerto o Sr. Pitia que descobriu ser remetido desta Corte o projeto de Constituição publicado pelo *Correio Brasiliense*! Talvez o induza a essa crença o encontrar-se aquele projeto com o pensar de algumas pessoas aqui residentes; mas deve lembrar-se de que estas não são singulares em suas opiniões, e que nos próprios Estados Unidos há duas câmaras, e a Constituição de Buenos Aires concede ao governo iniciativa de leis. Dizer que publicar o *Correio Brasiliense* aquele projeto foi para dirigir a nossa Assembleia é puerilidade; porque, conquanto crédito mereça aquele escritor, será sempre o peso da sua opinião inferior ao de umas poucas de nações, todas as mais ilustradas da Europa; e se estas se achavam em parte constituídas da maneira que o mesmo *Correio* projetava para o Brasil, se existia o exemplo dessas nações para a nossa Assembleia, o que vinha cá fazer a autoridade do *Correio*? Ora, Sr. Pitia, cuide de se encomendar a Deus e vender canecas.

Pretende Pitia afear os Andradas, Menezes e Rocha com o labéu de “carcundas”. Se é ser carcunda odiar qualquer ao despotismo, sem, contudo, se alistar debaixo das bandeiras da demagogia, todos esses honrados e verdadeiros brasileiros são carcundas; e a nação iludida reconhecerá um dia que a justa e santa liberdade a que aspiram entre aqueles dois extremos era o único meio que a podia tornar ditosa.

Passando à carta assinada Honrado Brasileiro, ingenuamente confessamos que a sua leitura nos assombrou, nem podemos decidir o que nela sobrepuja:

se o despejo, se a ousadia. Caluniador infame, mostrar-se-á que é, quando declarar qual dos Andradas abusou da franqueza e confiança dos seus amigos em Santos, para cometer atentados. Nessa vila apenas serviu um Andrada, que foi exemplar em limpeza de mãos e inteireza; porém, nunca se lhe imputou quebra de confiança de seus amigos. Poucos amigos têm os Andradas, mas os poucos que têm nunca tiveram de queixar-se deles. Se o escritor da carta declarasse a que amigo seu caloteasse, um Andrada, se lhe mostraria que se a algum amigo deve algum deles, esse amigo é devedor à família deles de soma muito mais avultada. Que Andrada pediu empréstimos a título de casar-se, e a quem?

O único que de novo casou não podia alegar que semelhante razão para empréstimos, porque casou rico. Precisar de algum dinheiro e pedi-lo quando se tem muito com que pagar opõe-se porventura à inteireza da vida?

Qual dos Andradas fez aforamentos? A quem inculcou proteções e incutiu terrores? Declare, e ver-se-á que é um caluniador. Os Andradas cedem qualquer aforamento que tenham ainda ao vil autor da carta. Qual dos Andradas é nulo, como Pitia também assevera? Nulos os Andradas? *Risum teneatis!* Quais as atrocidades de algum Andrada? Qual o Andrada salpicado de sangue inocente? Um deles foi acusado de mandante de uma morte, mas também consta dos autos que foi vitoriosamente absolvido dessa atroz calúnia; e isto apesar dos esforços que fez o governo para perde-lo, até nomeando contra a lei comissões extraordinárias para julgá-lo; e isto apesar da inimizade que lhe tinham os desembargadores, cujos crimes não poupava.

Os autos existem, e a sua lição faria emudecer a quem quer que não fosse o infame autor da carta, os defeitos que imputa a um Andrada são tão falsos que não merecem resposta; e só cumpre advertir-lhe que, se chama revolucionário desejar as reformas do seu país, e para o conseguir expor a vida e bens, disto honra-se muito um dos Andradas não duvida continuar na mesma carreira; reconhece, porém, que não é para o autor, e os mais da sua grei, qualidade muito agradável a que põe em questão a continuação de abusos com que engordavam. Deixemos as calúnias vagas, passemos ao que parece positivo. Florianno Delgado Perdigão foi acolhido pelos Andradas, e com razão: não foi criminoso nas Alagoas, o seu crime foi somente o zelo pelo bem do serviço; foi tão criminoso que ainda hoje é o 1º suplente da sua província.

Se foi sobreposto a oficiais mais antigos, é porque a lei no caso dele não admitia a antiguidade, como requisito, bastando a classe; foi porque é talvez o segundo oficial em habilidade e de reconhecida probidade; o que não é tão geral no Tesouro. Quanto a Egas Moniz, oficial do cruzeiro, foi S.M.I. quem lhe deu essa consideração, merecida pelo que o dito Egas obrou na expulsão de Avilezes. Um Lupe provido em lugar inútil, e por isso não foi para esse lugar; mas quem foi o patrono desse Lupe? Certo não foram os Andradas. Que emprego teve Porto Seguro? Um José Bonifácio foi acomodado em bom

ofício, e por quem? Pelo ministro da Justiça, e com razão o merecia em contemplação aos longos serviços de seu pai escrivão Deputado dos Diamantes; sendo, porém, digno de notar-se que pela repartição da Fazenda, de que estava à testa um Andrada, foi indeferido, como se pode ver no livro da porta. Que tem Luiz de Menezes com os Andradas? Eles não o despacharam; que lhe fizeram pois? Tratá-lo bem por ser zelador da Fazenda Pública, embora com isto promovesse os seus interesses; era com a lei.

O que ofende ao escritor da carta bem se vê que é a censura dos desacertos do atual ministério; ora pois isto é direito de cidadão, tenha paciência; essa censura não promove a separação das províncias, antes fortifica a sua união na certeza de que há quem vele pelos seus direitos. Quando o ministério é justamente censurado, o remédio é corrigir-se ou mudar-se, e qualquer das coisas é útil para a união; concebemos que esta censura incomoda aos ministros e a seus vis aduladores, mas não incomoda a nação. O que nos parece calúnia sem par é que algum Andrada ostente desprezo pela pessoa de S.M.I., quando eles todos têm tido o cuidado de exprimir-se sem refolhos a este respeito, e demonstrado que em um governo constitucional a pessoa do monarca é sagrada, e acima da humanidade; eles não são contraditórios, e sua conduta é e tem sempre sido conforme aos seus princípios. Que civilidades negaram os Andradas ao imperador? Continuam a fazer-lhe as que sempre lhe fizeram, e dão as demonstrações do mais profundo respeito, quando por acidente o encontram. O que não fazem, e o que nunca fizeram, são adorações asiáticas e indignas, que não se praticam nas Cortes da Europa, e só foram aqui introduzidas nos tempos do mais revoltante despotismo, por almas de lama, como a do autor da carta. É irrisória a culpa que se argue a um Andrada por ter saído na manhã do dia 12 de outubro de calças e chapéu de palha! Onde estava marcado o vestuário daquele dia a um cidadão, que não compareceu no beija-mão? Qual é a lei que o obrigava a comparecer? Quem sabe as razões domésticas que o podiam inibir, ainda querendo? Basta de enxovalhar-nos neste imundo lameiro. O *Tamoyo* descobre erros, censura medidas ministeriais, discute doutrinas; mas punir desaforos compete a outro tribunal.

Muito nos custava ainda a acomodar-nos com a divisão dos três poderes políticos, por que o Judiciário se pode de alguma sorte considerar como um ramo do Executivo; mas aparece a nossa *Estrella*, e apoiado nos seus publicistas que, por muito respeito que mereçam, nem por isso serão considerados infalíveis em suas opiniões, e apresenta-nos cinco poderes. Não sabemos como ao redator da *Estrella* escapou outro poder que também há na sociedade, distinto de todos os mais, e é o do marido governar a mulher! O pior é as atribuições que a *Estrella*, com mão liberal, reparte ao monarca; bem se vê que não dá do que é seu. A permissão de semelhantes atribuições seria a última despedida à liberdade social e a porta aberta ao mais ou menos próximo regresso do

absolutismo. Não obstante ser a *Estrella* de opinião que há na sociedade cinco poderes, esperamos que o seu 3º fim inculcado no nº 8º se limite unicamente a defender aqueles que a nossa Constituição marcar.

O *Sylpho* expirou; que desgraça não é para o Brasil a perda deste bom “gênio”! Lastimando sucesso tão digno de pranto, aqui tornamos à vaca fria, e vamos ainda malhar sobre o seu correspondente Combinador, que miseráveis combinações fez, e deu à luz no nº 24 daquele periódico! Longe de merecer censura a promoção do Sr. José de Resende Costa a escrivão da Mesa do Tesouro, nós a julgamos justa pelos documentos que temos presentes. Aquele digno oficial de Fazenda tem mostrado no decurso da sua vida pública muita probidade, expediente e efetividade no trabalho; por decreto de S.M.I., no ministério do Conde da Louzã, foi nomeado ajudante do Tesouro; e por Portaria de 28 de junho de 1822 do Sr. Caetano Pinto foi encarregado do exercício interino de escrivão, e por isso passou por decreto do tempo do ex-ministro à efetividade do dito emprego, na forma da prática estabelecida. E se não há lei que mande seja aquele acesso regulado pelas antiguidades, como chama por isso o Combinador “déspota e arbitrário” a esse ex-ministro? Porventura deu a antiguidade algum dia merecimento a quem o não possui? Quando se devia proscrever em tudo, se possível fosse, essa “antiguidade”, a cuja sombra inumeráveis empregados ocupam os lugares pela única razão física da gravidade dos seus corpos, e mantém em inalterável descanso a sua estupidez e inaptidão, é que a querem fazer valer até nos casos em que a lei a não exige, e contra a mesma prática seguida? Fortes constitucionais há por este mundo!

Sobre a carta do Ferula vanitatis, reduzida a uma coisa, a que ele chama “dilema”, diremos unicamente que o seu autor sabe tanto de dilemas, como os que vão aprender as argolas de Coimbra; sentindo muito vermos na necessidade de acompanharmos deste fúnebre elogio o *requiescat in pace* que a piedade cristã nos obriga a implorar para o defunto “gênio”, que tão “importantes” serviços fez, e em coisa tão “melindrosa”, a causa do Brasil!

Tendo lido no *Diário do Governo* de 30 do mês passado uma portaria do ministro da Guerra, em data de 15 daquele mês, foram tantas as reflexões que nos ocorreram depois da sua leitura, que não podemos deixar de comunicá-las a nossos leitores, para a vista delas formarem o seu juízo, e decidirem qual foi o princípio que a ditou, porque nós ainda não podemos conjecturá-lo. Por ela manda aquele ministro ao governador das Armas desta província: 1º que ponha no banco efetivamente desde o momento em que se principiam a trocar notas até o fim, um oficial de polícia, para vigiar e dar parte dos oficiais militares que lá forem a fazer o referido troco; 2º é que faça público a esses mesmos oficiais que, recebendo eles parte dos seus soldos em prata, torna-se

escusada a sua concorrência naquele estabelecimento. Ora, eis aqui por ordem de S.Exa. privados os oficiais militares de uma coisa que é livre a todo e qualquer cidadão.

Não há Simplício que não tenha a faculdade de ir ao banco com o seu bilhete e trocá-lo, e, todavia, nega-se isso aos bravos defensores da nação, aos membros mais honrados da sociedade. Qual seria o motivo da proibição? Nós o não sabemos; mas seja qual fosse, ela é impolítica, porque suscita logo à primeira vista as seguintes ideias: 1º que os tais oficiais se encarregavam por negócio do troco de notas alheias; 2º que exigiam esse troco com tumulto e violência, e tão grande que o banco não podia contê-los na ordem; 3º que a afluência deles ameaçava a queda do mesmo banco, de maneira tal que o obrigou a representar a S.Exa., para obter algum remédio. Tudo isto são consequências muito naturais e muito óbvias do teor da portaria, de sorte que nela o ministro nada menos fez do que desacreditar por uma parte aos olhos do público um estabelecimento de tanta importância, como é o Banco Nacional, e por outra, enxovalhar uma classe inteira de homens, cujo alimento é a honra, pelos excessos talvez de 2 ou 3 indivíduos degenerados dessa mesma classe. E será isto prudente? Será justo? Não seguramente: 1º porque do banco dependem as fortunas de todos os habitantes deste Império, e mormente dos desta província; assoalhar pois a sua decadência ou fazer de algum modo suspeita a sua estabilidade é pôr em susto e consternação aos que têm ali os seus fundos, e a qualquer possuidor da mais insignificante nota, e fazer um mal incalculável; 2º porque dado caso que alguns militares, esquecidos da sua dignidade e só movidos do vil interesse, compareçam mais vezes naquele estabelecimento a emitir notas alheias, vigiem-se e saibam-se quem são, pois sobre eles só deve recair a infâmia e castigo de tal procedimento, e não sobre a classe, como necessariamente se entende da generalidade com que se exprime a portaria, e então verá S.Exa. que a oficialidade brasileira é muito nobre para se sujar com um procedimento que a ter tido lugar não espaca decerto de ser por algum cabo de esquadra, e este não brasileiro.

O que, porém, admira mais são os remédios que na portaria se dão a esses excessos. O 1º, além de ocioso e infrutífero, é também opressor e coativo da liberdade natural. Ocioso porque S.Exa. não se dignou de dizer-nos, para que era esse rol, que manda fazer ao oficial da polícia; para castigo, cremos que não, porque não há parte alguma do regulamento que o mande impor aos militares simplesmente por ir trocar notas ao banco. Opressor porque tolhe a esta corporação o uso de um direito absolutamente necessário em um país, onde não corre em geral outra moeda senão notas do banco. Mas os militares (diz o ministro) recebem parte dos seus soldos em prata. Embora, e a outra parte, que hão de fazer dela? Tão avantajados são esses soldos, que só parte deles cheguem para as necessidades mensais dos que os recebem? Ademais, quantos militares

há que além do soldo tem muitos outros rendimentos, já de prédios urbanos, já de rurais? Crê o *Tamoyo* que disso não duvidará o ministro, assim como não pode duvidar, de que estes rendimentos são geralmente realizados em notas do banco, porque é, como já dissemos, a moeda que ao presente corre; e por que razão seus legítimos donos a não poderão converter em metal, quando bem lhes parecer ou lhes for necessário? Dir-nos-ão que para esses não regula a proibição; assim será; mas a portaria não excetua; e o militar sisudo que não quiser entrar no “rol do oficial da polícia”, e nas suspeitas do general, ou do ministro, priva-se de ir ao banco a emitir as suas notas, e de prover por consequência em suas necessidades, ou reais ou fictícias, ou então vê-se na precisão de mendigar esse favor de quem lhe queira fazer. Dura condição!

CORRESPONDÊNCIA

Sr. Redator.

Tenho presente o *Correio* de 17 do presente mês e nº 65, e nele vejo uma análise, ditada pelo senhor que se assina o Inimigo dos Impostores, o qual lendo-a e examinando os fatos em que se funda, para sair a campo atacando pessoas que merecem a opinião pública, afirmo que o dito senhor não pode ser inimigo da sua raça, pois da impostura se serve para publicar coisas de que não tem certa notícia e essas as pinta com as enegrecidas cores da sua pestífera bília. Respondo aos artigos da sua análise e a todos os deste gênero que se atrever a publicar que não sejam como os descreve. Prometo-lhe ser sincero, e sem procurar palavras sublimes, sátira ou dito picante, narrar-lhe-ei o que ignora.

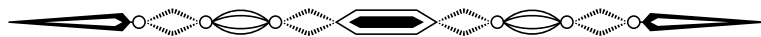
Principia a sua análise por censurar o ex-ministro da Fazenda M. F., a quem apelida Neker, por uma portaria expedida ao banco em 24 de dezembro próximo passado, que diz mandava sequestrar as ações e dividendos dos acionistas súditos de Portugal. Certamente ouviu somente falar da portaria expedida ao banco e ignora o seu contexto, e atreve-se a escrever para o público asseverando uma falsidade.

Continuar-se-á.

SUPLEMENTO AO N. 35

O T A M O Y O

TERÇA-FEIRA, 11 DE NOVEMBRO DE 1823



Discursos que na Assembleia Geral Constituinte Legislativa do Império pronunciaram, na sessão de 10 do corrente, os dois ilustres Srs. Deputados Andrada Machado e Ribeiro d'Andrada, por ocasião dos horrendos atentados cometidos contra os cidadãos David Pamplona e Francisco Antonio Soares.

O Sr. Andrada Machado – Sr. Presidente. Assaz desagradável me é ter de dizer hoje coisas que não sejam muito em decoro da Assembleia. Na última sessão casos se passaram que me obrigaram a perguntar a mim mesmo: *ubinam gentium sumus?* É no Brasil, é no seio da Assembleia Geral Constituinte do Brasil que eu ergo a minha voz? Como, Sr. Presidente, lê-se um ultraje feito ao nome brasileiro na pessoa do cidadão David Pamplona, e nenhum sinal de marcada desaprovação aparece no seio do ajuntamento dos representantes nacionais? Diz até um representante nacional que ele mesmo se não acha seguro, e nenhuma mostra de indignação dão os ilustres deputados? Morno silêncio da morte, filho da coação, peia as línguas ou o sorriso, ainda mais criminoso, da indiferença salpica os semblantes. Justo céu, e somos nós representantes? De quem? Da nação brasileira não pode ser: quando se perde a dignidade, desaparece também a nacionalidade. Não, não somos nada, se estúpidos vemos sem remediar os ultrajes que fazem ao nobre povo do Brasil estrangeiros que adotamos nacionais, e que assalariamos para nos cobrirem de baldões. Como disse, pois, a comissão que o caso devia remeter-se ao Poder Judiciário e que não era da nossa competência? Foi ele simples violação de um direito individual, ou antes um ataque feito a toda a nação? Foi o cidadão ultrajado e espancado por ter ofendido aos indivíduos agressores, ou foi por ser brasileiro, e ter aferro e afincado à Independência do seu país e não amar o bando de inimigos que, por descuido nosso, se tem apoderado das nossas forças? Os cabelos se me erriçam, o sangue ferve-me em borbotões à vista do infando atentado, e quase maquinalmente grito: *vingança!* Se não podemos salvar a honra brasileira; se é a incapacidade, e não traição do governo, quem acoçoa os celerados assassinos, digamos ao iludido povo que em nós se fia: “brasileiros, nós vos podemos assegurar a honra e vida; tomai vós mesmos a defesa da vossa honra e direitos ofendidos”.

Mas será isto próprio de homens que estão na nossa situação? Não por certo; ao menos eu trabalharei, enquanto tiver vida, por corresponder à confiança que em mim pôs o brioso povo brasileiro. Poderei ser assassinado; não é novo que os defensores do povo sejam vítimas do seu patriotismo; mas meu sangue gritará vingança, e eu passarei à posteridade como o vingador da dignidade do Brasil.

E que mais pode desejar ainda o mais ambicioso dos homens? Ainda é tempo, Sr. Presidente, de prevenirmos o mal, enquanto o vulcão não arrebenta; desaprove-se o parecer da comissão, reconheça-se a natureza pública e agravante do ataque feito ao povo do Brasil, punam-se os temerários que ousaram ultrajá-lo abusando da sua bondade, não poluam mais com a sua impura presença o sagrado solo da liberdade, da honra e do brio; renegue-os o Império e os expulse de seu seio. Isto insta, Sr. Presidente: os assassinos repetem-se; ainda anteontem foi atacado por ímpios rufiões um brasileiro de Pernambuco, Francisco Antonio Soares; se a espada da justiça não se desembainha, se toda a força nacional não esmaga os encelados que querem fazer-nos guerra por traições noturnas, somos a zombaria do mundo, e cumpre-nos abandonar os lugares que enxovalhamos com a nossa gestão. Eu mando à Mesa a minha emenda.

Diga-se ao governo que, ainda que o caso do insulto feito ao cidadão David Pamplona pareça violação de um direito individual, como por sua natureza e circunstâncias seja uma injúria pública ao Brasil, faça inquirir deles; e verificados os autores, a Assembleia o autoriza para os expulsarem do território do Império, que poluem.

O Sr. Ribeiro de Andrada – Legisladores! Trata-se de um dos maiores atentados, de um atentado que ataca a segurança e dignidade nacionais, e indiretamente o sistema político por nós adotado e jurado. Quando se fez a leitura de semelhante atrocidade, um silêncio de gelo foi nossa única resposta, e o justo receio de iguais insultos à nossa representação nem sequer fez assomar em nossos rostos os naturais sentimentos de horror e indignação. Dar-se-á caso que, submergidos na escuridão das trevas, tememos encarar a luz? Que, amamentados com o leite impuro do despotismo, amamos ainda seus ferros e suas cadeias? Ou que, vergados sob o peso de novas opressões, emudecemos de susto e não sabemos deitar mão da trombeta da verdade, e com ela bradar aos povos, sois traídos? Todavia, não antecipemos juízos, não tiremos ainda consequências, consideremos o fato por todas as suas faces, com todas as circunstâncias e acessórios que o acompanharam e agravaram, então poderemos classificar a natureza do crime ou crimes cometidos. Disse-se que semelhante atentado estava no caso dos crimes ordinários e era filho dos abusos da imprensa; examinemo-lo. Na noite do dia tal, são 7 para as 8 horas, foi atacado em sua botica no largo, e ao pé da guarda da Carioca, o boticário David Pamplona, pelo sargento-mor Lapa e capitão Moreira, e horripelmente es-

pancado; e por quê? Por ser Brasileiro Resoluto; por quem? Por perjuros, que menoscabando a religião do juramento, que cobertos com o manto postiço e emprestado de brasileirismo, pagam o benefício de os havermos incorporado à nossa nação, com repetidas traições, e persuadidos talvez de impunidade, cevam seu ódio contra nós, derramando o nosso sangue e solapando indiretamente as bases da nossa Independência; infames assim agradecem o ar que respiram, o alimento que os nutre, a casa que os abriga e o honorífico encargo de nossos defensores, a que indiscretamente os elevamos! Que fatalidade, brasileiros! Vivem entre nós estes monstros, e vivem para nos devorarem? Note-se que a guarda não acudiu estando próxima, devemos crer que teve ordem para isto; que não houve abuso de imprensa, houve sim culpa de ser brasileiro e resoluto; grande Deus! É crime amar o Brasil, ser nele nascido e pugnar pela sua Independência e pelas suas leis! Ainda vivem, ainda suportamos em nosso seio semelhantes feras!

Aqui foi o orador interrompido por continuados apoiadores dos espectadores das galerias, e o Sr. Presidente levantou a sessão.

SENTINELLA
DA LIBERDADE
À BEIRA MAR DA PRAIA GRANDE



N. 1


SENTINELA

DA LIBERDADE

A BEIRA MAR DA PRAIA GRANDE

ALERTA ESTÁ

TERÇA-FEIRA, 5 DE AGOSTO DE 1823

 **S**entinella de Pernambuco – passe palavra – não posso, porque já gritei por várias vezes, e o camarada do Pão de Açúcar não me responde; até mesmo já não o vejo por causa de uma neblina muito cerrada, mas só ouço gemidos tristes e interrompidos por fortes e dolorosos gritos; como, porém, a aparição do luminoso astro vai afugentando essas trevas, e pela força dos seus raios essa densa nuvem de vapores se dissipa e desaparece, começo já a descobrir o solitário sentinela. Mas, ó, Deus! Engano-me; será verdade o que vejo? Já ele não tem chuçó na mão? Já não presta ouvidos aos meus alertas? Já não está em postura de sentinela?... Seminu, joelhos no chão, braços abertos, olhos fitos nos céus em ar de penitente, à imitação do santo seu patrono, por expiação de tantas passadas e não ordinárias culpas, com humildes preces está implorando a concessão das místicas chagas que o Todo Poderoso não lhe concede. Castigado vejo-o sim, mas de outra forma (e talvez por diabólico mando) de cuja, se não me engano, venho a conhecer dimanar os interpolados gritos que sustavam o gemido continuado. Três algozes em figura de homens, com pés de cabra, unhas compridas, imenso rabo, armados de vergalhos e com cara de falsas testemunhas ou caluniosos denunciantes... estão desapiadadamente administrando sobre o *roseo* – *latea* bigorna do camarada arrependido misteriosas pancadas a três por três, sob o compasso do experimentado mestre D. João do Rosário, que, não tendo no seu cruel coração sentimentos de humanidade, deixa voar em farrapos as dilaceradas carnes e verter em rios o sangue pecador, de que já está avermelhada a sumidade do Pináculo. Camarada, posto que não tens firmeza nas tuas determinações e que de *Tambor* ou *Pífano*, do general Avillez, passastes a escrever em diversos sentidos num tão pequeno espaço de tempo, ou não devias de novo tornar a militar ou empreendida esta aspérrima carreira te não devias arrepender e cansar tão depressa. O que está feito está feito; sobre o passado não há remédio, corramos-lhes um véu; e depois que todos (assim como eu) o esqueçam,

permite-me dar-te alguns conselhos: como, porém, me tem asseverado que és um religioso (quero dizer, um frade), eu desde já deixarei de usar da linguagem e tom camaradesco, e usarei daquele respeito, política e veneração, que é devida a tão alto e venerando caráter.

Revmo. Sr., parecendo-me (se enganado não estou) que um dos tantos votos que fazem os religiosos quando ligam-se a uma ordem, haja também o de renunciar a todas as coisas mundanas, devendo todos dedicarem-se às que são do serviço de Deus e do seu santo culto; julgo que V.Revma. se tem apartado desta pia carreira, empreendendo a tarefa de escritor político; e por isso sempre, sob a correção das suas doudas observações, me atreverei a aconselhar-lhe que desta se deixasse e tomasse a de nos ambrosiar os ouvidos com os seus eloquentíssimos sermões. Neles é que todos sempre têm conhecido em V.Revma. a retórica dos Cíceros, e dos Demóstenes, associada com uma oceânica imaginação: neles é onde V.Revma. receberá de todos o tributo da mais sincera veneração, nascida do conceito e da amizade universal; e deles é enfim que V.Revma. pode tirar aquele lucro que é compatível com a pobreza da vida monástica; e o bispado (a que ouvi dizer que aspira) e de cujo, querendo bem usar dos seus raros talentos, e não comum erudição, pode-se fazer, mais do que qualquer outro, digno. Tanto espero em resultado da experiência do passado, da singeleza dos meus conselhos e da eficácia das orações de seus venerados confrades.

Sendo interrompida a comunicação com as demais sentinelas (como acaba-se de ver), não me resta outro remédio se não tomar eu mesmo a iniciativa, e ir avante com os meus próprios alertas! Contarei então uma novelinha intitulada *O burro pecador*. Não estranhem, senhores leitores, o título: vejamos se do sumo dela podemos extrair alguma aplicação vantajosa, e não nos importemos com as formas.

Certo aldeão que vinha de vender no mercado da vila os produtos da sua roça trazia após de si à mão amarrado com uma corda o seu jumento, e todo concentrado nos negócios da sua família não cuidava em virar-se para trás; como passasse por um caminho deserto, e entre matos, foi visto por certos ladrões que estavam escondidos, os quais, reparando que o bom do homem nunca se virava, assentaram que com a maior facilidade lhe poderiam roubar o animal, e até mesmo sem se comprometerem. Com efeito, correram atrás do homem e desataram à pressa a fivela da cabeçada do asno, e o mais ligeiro dentre eles ajustou-a à sua cabeça, assim como a cangalha ao seu corpo. No entanto, os outros foram-se embora, levando o animal, que, por não saber falar, os seguia, sem ao menos se despedir de seu senhor. Quando o maroto do ladrão, que fingiu-se de asno, viu que os companheiros já estavam fora da vista e do perigo de serem descobertos, principiou a fazer-se arrastar tanto, que o aldeão, cansado já de puxar, virou-se para saber o motivo de uma tal

novidade. Grande foi a sua surpresa quando, em lugar de seu jumento, achou um homem; o ladrão, porém, que era um refinado velhaco, não lhe deu tempo a reflexões, pois que chegando-se para o aldeão se lança de joelhos a seus pés e lhe diz: “perdoa, meu amo, as zangas que te tenho causado, e as raivas que te tenho feito tomar; sabe que quando eu não podia correr era porque me achava molesto, e que quando pronto não te obedecia era porque não tinha maiores forças para o fazer. Não te surpreenda ao ver um homem em lugar de um burro, eu cometi um grande pecado, e por isso Deus, Nosso Senhor, (assim como acontecera ao grande rei Nabuco) converteu-me em asno; porém como mentalmente não deixei de rezar, e me arrependi de todo o coração, Deus (que como todos nós sabemos) é a mesma bondade, me tem perdoado, e agora mesmo que assentou que findasse o meu castigo tem-me tornado ao meu antigo estado de homem”. O bom aldeão, enternecido por tão ingênua narração e banhado de lágrimas de ternura, o levantou e disse: “pelo contrário, perdoa tu, meu amigo, as injustas pancadas que te terei dado; mas eu decerto não podia adivinhar uma tal metamorfose, por isso acredita que estou em extremo penoso de te ter maltratado, visto que Deus te perdoou, também eu te solto e dou-te toda a tua liberdade”. Assim dizendo, já lhe tinha desatado a cabeçada e cangalha que carregou sobre si e dando-lhe de algum dinheiro uma esmola com que pudesse prover as suas primeiras necessidades, lhe disse: “homem, ensinado pelo passado, sejas bom cristão; procura não cair mais em semelhantes culpas, Deus te faça um santo, e vai na sua santa paz”.

Cada um tomou caminho diferente e assim se deixaram; ora o bom aldeão ia no entanto para casa refletindo que já não tinha quem lhe carregasse a água e a lenha necessária; que já não tinha com que trazer ao mercado da vila os seus produtos; enfim, que sem um animal, não podia mais passar; lembrou-se de que naquele dia, a pouca distância, havia uma feira de animais, e como tivesse na algibeira o dinheiro do produto dos gêneros vendidos, resolveu-se a lá ir para refazer com uma nova compra a falta em que estava. Tomou o caminho que se achava a pouca distância dali e dirigiu-se à tal feira sem mais demora. Os ladrões, que não ignoravam que acolá havia feira naquele dia, mais ligeiros já lá tinham ido e vendido o burro pelo primeiro preço que se lhes ofereceu.

Logo que o aldeão chegou ao largo da feira, foi visto e reconhecido pelo seu antigo burro, cujo, não tendo podido expressar ao seu senhor a mágoa da separação por não se estender a tanto as suas faculdades oratórias, endemonizou-se, pelas demonstrações de júbilo, com fortes raios ou gritos, linguagem que, todos sabemos, está ao alcance dos asnos quando são afeitos de sensação semelhante; e pela sua parte, com danças, trejeitos e risos à sua forma festejou quanto lhe era possível a vista e aparição do seu antigo e incomparável amo. Mas desgraçado! Mal foi aceita e respondida pelo seu antigo senhor tanta demonstração de alegria e asnaria ternura. Assentando logo o aldeão

(reconhecendo o seu jumento) que fosse o mesmo homem, que em tão pouco tempo tivesse cometido o mesmo pecado, pelo que Deus o condenara de novo ao mesmo castigo; e depois de alguma reflexão, disse: “Quem não te conhecer que te compre”.

Quais sejam os nossos atuais burros pecadores ninguém o ignora. Ó, do imperador alerta! Posto que V.M.I. bem os conheça, como ingenuamente o tem confessado na sempre memorável Proclamação do dia 16 de julho próximo passado que, por ser filha do elastério natural das liberais virtudes de V.M.I., acha-se escrita numa linguagem filosófica e despida daquela humana presunção da infalibilidade que sempre tem sido a causa da ruína dos impérios, e que quase sempre acha-se arraigada e inerente com o caráter de todos os governantes; de hoje em diante nunca mais se fie neles, senhor, nem também naqueles que tiverem a mínima semelhança com eles. Alerta! Resultando do conteúdo da dita Proclamação, que para mim é peça tão original e autêntica, que não pode na sua explicação ser destruída por nenhum sofisma ou cavilosa ilação que sempre a terei fita no entendimento para servir-me de guia na linguagem que me proponho ter e de termômetro para medir a verdadeira constitucionalidade de V.M.I., cuja desejará conhecer, como sempre desejou (ainda que até então infrutuosamente) a verdade em toda a sua nudeza, e os abusos que o ministério comete às escondidas, eu, por meio desta *Sentinella*, pouparei a V.M.I. os penosos trabalhos das investigações, sempre custosas e quase sempre infrutíferas aos monarcas. Espero que V.M.I. não me criminalará em eu fazer ao público algumas observações sobre a linguagem da tarifa, com que nas suas imperiais portarias demissórias tratou aos passados ministros. E como nem todos entendem o que é o estilo epiqueia de Corte, por isso não estão aptos a compararem as coisas positivas, com as paliativas e gerais, de que resultou um certo engano, que tem induzido os menos assisados a acreditarem que V.M.I. já se achasse arrependido, e que com os louvores que lhes profundi-
dia quisesse em certo modo manifestar o seu pesar. Saibam pois todos os que estiverem no caso de precisar de tais ilustrações que, independentemente da observação já feita entre a força dos termos positivos da Proclamação que se referem a fatos opressivos, despóticos e arbitrários, por que V.M.I. tão provida e oportunamente demitiu os seus ministros, como implicitamente acolá vem dito; por consequência, tais termos positivos ditados pela sabedoria e constitucionalidade de V.M.I. não podem de maneira alguma confrontarem-se com os da rotina rançosa das fórmulas das secretarias e com as dos gerais agradecimentos, dados a indivíduos nas portarias, os quais ainda mesmo tomados em toda a força literal não têm relação se não com o zelo, atividade e empenho manifestados pela causa da Independência do Brasil. Mas como podiam muito bem ser assim, como foram déspotas e brasílicos, injustos e empenhados, arbitrários e zelosos, corcundíssimos, ambiciosíssimos, atrevidíssimos e ativos, por isso foi que V.M.I., constitucional e liberal, que ditosamente

os conheceu pelo que eram e pelo quanto eram detestados pelos verdadeiros e bons brasileiros, os demitiu e os pôs fora da possibilidade de fazerem mal debaixo da sua capa, louvando neles as qualidades que lhes tinha reconhecido, ainda que talvez dirigidas pudessem ser aos mais demagógicos, refinados ou particulares e pessoais fins ou de família...!!! Ó, do imperador, alerta! Com esses burros pecadores! Ó, povo todo do Brasil, alerta!

Seguindo as pisadas de meu camarada e mestre de Pernambuco, que anima qualquer a escrever contanto que o escritor escreva o que sente, conheço que para tratar das matérias concernentes aos direitos do homem, tanto considerado isoladamente como junto em sociedade, não é tarefa tão árdua como até aqui muitos têm pensado. O receio de não saber dissertar sobre essas matérias provinha de que, partindo este dogma de bases erradas, e falsas, ou por melhor dizer, sendo um edifício sem bases, ninguém sabia qual fosse o trilho que houvesse de bater ou seguir, ou introduzido nele por onde se sairia, mas desde que os escritores tomaram a verdade por compasso e que a alma sem modificação pode expressar os seus sentimentos, já não há ente sensível que também não possa participar da ilustração e discussão do público direito e fazer-se periodiqueiro.

Portanto, despedido de todo o medo, não obstante o exemplo funesto do ilustre Malagueta, em primeiro lugar porque estou persuadido, que debaixo de todos os ministérios não acontecem impunemente semelhantes atrocidades; em segundo porque, conhecendo os oito indivíduos, que a fama pública aponta como aqueles mercenários assassinos, guardo-me deles e topando-os na rua afaste-me como faria de cães hidrófobos ou de gente apestada; e em terceiro porque, tendo fortificado a minha casa e convertido-a em torre, como nos tempos dos sarracenos, exponho-me a escrever, certo de não ser acometido sem algum pequeno sacrifício pela parte dos agressores; e de mais a mais atrevo a expor-me porque o meu adorado mestre, na sua *Sentinella* nº 6, diz que quem tem medo não se ponha a escritor público, e que quem por medo não diz tudo quanto sente conforme a verdade, melhor é que esteja calado.

Tendo prometido a V.M.I. de lhe poupar o incômodo das (muitas vezes) inúteis investigações, pode V.M.I. contar com a minha palavra. Sem medo e sem resguardos, sem desejos e sem precisões, sem ambição e sem outro interesse, mas que a do bem público afianço a V.M.I. que, daqui por diante, quantos abusos de poder, quantas injustiças, arbitrariedades ou opressões forem praticadas pelos ministros ou seus dependentes e me chegarem à notícia, tantas apresentarei com os meus alertas ao conhecimento de V.M.I., do Brasil inteiro, e do universo todo; apontando os fatos, provas e testemunhas que precisas forem para que V.M.I. possa prontamente remediar os males, que de semelhantes procedimentos devem necessariamente resultar, e que pelos malvados lhe podem ser imputados. Alerta!

N. 2


SENTINELA

DA LIBERDADE

A BEIRA MAR DA PRAIA GRANDE

ALERTA ESTÁ

QUINTA-FEIRA, 7 DE AGOSTO DE 1823



Tendo inteiramente dirigido o primeiro número deste nosso periódico a S.M. o imperador, cujo único fim e alvo seja de descobrir e fazer públicos com os nossos alertas todos os abusos de autoridade, vexames aos povos, infrações das leis, arbitrariedades e despotismos, que se praticarem sob qualquer pretexto ou escusa pelos ministros e outros públicos empregados, pela razão que a ele, como chefe do Executivo, compete em primeiro lugar o ser desses excessos informado, para prontamente remediá-los, julgamos também ser do nosso dever implorar, conforme a lei, o auxílio e a proteção da soberana Assembleia Constituinte da Nação Brasílica para, com todo o denodo poder, desempenhar tarefa tão árdua e espinhosa como é a que nos cingimos.

Ilustres varões escolhidos nesta época extraordinária pelos votos livres de toda a nação (na qual só reside a inalienável soberania) para a formação do novo pacto social e para a distribuição das partilhas dos três poderes, nos quais mesmo unidos, a sobredita soberania nunca existe, porque os deputados, neste caso, sendo os delegados que a exercem, não são autorizados em direito a subdelegá-la a ninguém, *quia delegatus non potest delegare*; nós bem conhecemos que não precisais de exortações nem de estímulos para o desempenho das augustas funções a que tendes sido, entre tantos mais, com preferência destinados.

Dissemos em direito entendendo falar conforme aos princípios da justiça e da razão; pois que em fato sabemos, e todos sabem, que por vezes, e precariamente, o código – força de baionetas mercenárias, o letrado – canhão, e a pólvora – dinheiro, vencem tudo, e o provam que a teoria da razão e da justiça, deve sucumbir à prática da intriga, do orgulho e da ambição.

Contudo, se por desgraça houvesse alguém dentre vós, que esfriado ou assustado pelas notícias há pouco chegadas de Portugal, não ousasse manifestar livremente as suas liberais opiniões receando no Brasil alguma imitação

daqueles inconsiderados fatos pode muito bem tomar conforto, viver em todo o descanso e não estar em dúvida alguma sobre isso pelos seguintes fundamentos.

Em primeiro lugar, e antes de tudo, porque nós temos à testa da regeneração política do Brasil o mais filosófico homem, que, não tendo sido por forma nenhuma coartado no que tem feito até aqui, e tendo de seu modo próprio repetidas e infinitas vezes declarado as suas liberais máximas e vontades, guiadas só pelo desejo de alcançar o mais doce dos bens, o amor dos povos e a estimação dos sábios; nada temos a temer por consequência da sua parte, sem a qual nada se faz.

Em segundo lugar, porque a loucura do sempre mal aconselhado Sr. D. João VI não pode nem deve servir de exemplo a seu augusto filho, o qual, não vivendo por sua e nossa ventura, com os olhos fechados sobre os seus conselheiros (como acaba de nos mostrar), não vai, como seu pai, sujeito aos enganos destes, que, não tendo que perder, a tudo se arriscam e a tudo expõem a sagrada pessoa do monarca, sobre quem recai em definitivo o ódio, a responsabilidade e as funestas consequências todas.*

Em terceiro lugar, porque estamos no novo mundo, onde as molas da infernal opressora Santa Aliança não têm força.

Em quarto lugar, porque o Brasil, cujas províncias, só pelo patriotismo e livre vontade, se podem conservar unidas, desmanchariam logo, e logo o seu nexo espontâneo, se pela força, violência ou má-fé se atentasse infringir a santidade das promessas, que se lhes fizeram, afastando-se da estreita observância daquelas bases juradas, não por terem sido juradas promissoriamente, *id est nullamente*, mas sim porque depois de conhecidas foram ao estágio, foram à medida sobre que consentiram em mandar os seus respectivos deputados à Assembleia, para que com essas bases mais liberais, se possível for, interlaçassem o novo pacto social brasiliense.

Em quinto lugar, porque a opinião pública da gente do Rio de Janeiro mesmo, se tem assaz manifestado (chamo “gente” aos que têm não só a figura, mas juntamente as propriedades) pelo que se colige na extração de todos os impressos que aparecem. Os do científico *Malagueta* são apetecidos e devorados; o *Correio* tem um diário consumo que bem mostra o quanto agrada e as nossas mesquinhas produções têm encontrado uma (para nós, muito lisonjeira) aceitação; tendo-se chegado a dizer que não são nossas por superiores às nossas supostas luzes quando pelo contrário (se é como nos dizem) os doutos escritos dos nossos adversários não são tão afortunados.

Em sexto lugar, porque o Clero, que sendo em todas as nações da Europa corrompido pelo luxo e vaidade está em guerra aberta com qualquer ideia de liberalismo, no Brasil exemplarmente é o mais empenhado na santidade de sua causa: o que só bastaria a convencer a qualquer da necessidade de nos afastarmos na América daquelas máximas rançosas da velha e decrépita Europa;

porque no Brasil (e bem venturosamente) não há fidalguia, que é a que se ajunta com o clero para abafar tudo quanto a nivelasse com os mais; porque o enxame dos áulicos e dos requerentes (por ser novo o Império) não é tão numeroso, que tenha em si alguma força que valha o ser calculada.

Em sétimo lugar, porque finalmente a pouca, e ainda nova tropa, composta de gente que serve contra a vontade, tomada forçadamente e até desgostosa pela inferioridade que se lhes deu nos soldos e rações, em comparação do corpo de estrangeiros, não deixa de conhecer que apenas pode chegar para conter os facciosos e descontentes, que na hipótese de uma mudança nas formas do governo e bases essenciais da sua liberal Constituição não duvidamos que aparecessem até no recôncavo desta mesma capital.

Por todas as expendidas e poderosíssimas razões, assentamos que o Brasil está isento do perigo de alguma destas metamorfoses políticas, cuja (ainda supondo por mera hipótese que acontecesse) não poderia ser duradoura ou ter a menor estabilidade, enquanto senão abafasse inteiramente a salvaguarda dos direitos dos cidadãos, a liberdade de imprensa. Se a Inglaterra conserva todavia um sistema político que não é no dia de hoje o modelo mais puro da perfeição juntamente com o gozo da liberdade de imprensa, é porque aqueles povos nascidos e criados naqueles usos e costumes não se lhes faz tão sensível o sacrifício; quanto a quem do estado da maior liberdade passa ao da maior restrição e circunscrição da plenitude dos seus direitos e de mais aquela grande nação se providentemente não remediar parte da sua Constituição, que se tem feito incompatível com o desenvolvimento das humanas e [?] luzes, ou aos abusos que tenham-se-lhe introduzido e têm degenerado daquela primitiva Constituição, não tardará muito em achar-se envolvida na catástrofe da universal revolução, quero dizer na luta da massa geral dos homens [?] pela sustentação da sua inauferível liberdade e dos seus imprescritíveis direitos contra poucas testas coroadas (cercadas de interessados cortesãos fidalgos e defendidas pelos sempre escravos pretorianos) que lhes fazem oposição para conservá-los e mantê-los no estado degradante dos jumentos, dos cães e dos macacos!

Desde que pela imprensa os homens comunicam-se por todas as partes com rapidez do eletricismo as suas luzes, as suas descobertas, os seus desejos e as suas vontades; desde que por métodos abreviativos e claros tem-se achado o modo de dar a educação por um curso tão pronto quão acertado; desde que, enfim, não há mais Inquisição religiosa ou devassas de Inconfidência, o sapateiro e o lavrador sentem serem entes racionais e intrometem-se também pela sua parte nas investigações da política e direitos que lhes competem. Já a humana espécie, que com grande vergonha tem servido como massa de brutos aos poucos malvados e velhacos que dela dispunham à sua vontade, não poderá jamais ser desfrutada como patrimônio de ninguém, não pode mais ser reconduzida ao antigo estado de aviltamento e de humana degradação.

O pai vai ensinando aos filhos estas verdades eternas e evangélicas, que por serem axiomas não carecem de trabalho para se lhes gravarem indeléveis, e com caracteres de fogo no coração, os filhos aos camaradas e estes aos amigos; em poucas palavras o dogma da razão e da justiça espalha-se e derrama-se por toda a parte com tanta maior prontidão e velocidade quanto maiores são os esforços que se fazem para se lhes obstar.

Tal é o estado político das coisas consideradas debaixo de um ponto de vista universal; e tais são as considerações que nos impelem a afiançar, que o Brasil (pois que nada escapa à aguda penetração de seu sábio imperante) não tem coisa alguma a recear.

* Temos lido no *Diário do Governo* (que, como diz o *Correio*, por nos ter ele declarado ser um estabelecimento particular, parece-me lhe deveria ser também interdito este impróprio título, até para que as nações estrangeiras, as quais ignoram, que chamando-se do governo não o seja e que aqui as palavras não têm a mesma ascensão que têm nas outras partes, não caiam no engano de acreditar que todas as diferentes monstruosidades que têm aparecido nas suas correspondências e alarmantes artigos partos felizes dos sócios, correspondentes e protetores do dito particular estabelecimento sejam mandados inserir efetivamente pelo governo) que, em prova do vivo regozijo e grande entusiasmo em que se achava o povo de Lisboa, três mil pessoas foram encontrar-se com S.M. fora da cidade quando regressava à testa da tropa. Ora, todos sabem que Lisboa contém em si perto de trezentas mil pessoas, donde se infere que os *jubilantes* estavam para com aquela população na proporção de um para cem. Com efeito, forte entusiasmo! Exuberante prova de universal satisfação nacional pela restauração dos atributos despóticos do Sr. Rei D. João VI.

Bem enternecido há de ter ficado o seu paterno coração à vista de uma tão geral aceitação!!! De um tão comovente espetáculo!!! E de um tão saudoso recebimento!!!

Por outro lado, confrontando nós as demonstrações de agradecimento e de aplausos, com que as Cortes de Lisboa, debaixo do maior sossego e segurança, trabalharam até a véspera do dia do regresso de S.M., não podemos concluir de outra forma senão que a nação sempre foi, e todavia continua a ser por elas: que a restauração do sistema monárquico despótico foi o resultado da força daquela mercenária tropa, à qual o pacífico povo de Lisboa não se opôs por não derramar sangue português, e que enfim se a Espanha se sair bem na sua atual contenda, como há toda a aparência, e probabilidade, o passo dado pelo Sr. Rei D. João VI vai expor com brevidade em Portugal a verificação do vaticínio do moderno e vivo profeta Abbade du Prat.

O protesto feito pelas Cortes no dia em que suspenderam os seus trabalhos por coatos pela força traz consigo por consequência a guerra civil, pois, tendo aqueles deputados declarado que consideravam como nulo, irritado e ilegal o ato de violência, a que se achavam obrigados instantaneamente a ceder e que abandonavam Lisboa para se ajuntarem em qualquer parte do estado, onde em número competente se encontrassem ou pelo presidente fossem convocados; segue-se que por um tal protesto lançaram a faísca de contrainsurreição ou, por melhor dizer, autorizaram a nação a repelir pela força o novo sistema, deixando ao tempo o cuidado de atear as tochas da guerra civil.

Se é verdade que a Inglaterra, por seus fins e vistas políticas e particulares, auxilie a Espanha na santidade da causa da sua presente guerra; se é verdade que já (ainda que como privado e particular) aquele general, Sir. Robert Wilson, tenha passado ao mando de algumas tropas espanholas; e se é verdade que nos fatos de armas acontecidos os espanhóis tenham sido triunfantes, pouco tardaram as Cortes a se reajuntarem em Lisboa com toda a segurança, e com toda a nacional aceitação.

N. 3


SENTINELLA

DA LIBERDADE

A BEIRA MAR DA PRAIA GRANDE

ALERTA ESTÁ

SÁBADO, 9 DE AGOSTO DE 1823



Algumas pessoas das que nos têm honrado de ler repararam que temos uma espécie de repugnância ou aversão à fidalguia hereditária, e como nossos familiares e amigos, nos pediram a causa e as razões suficientes donde proviesse uma tal antipatia. Nós lhes teríamos, com o maior gosto, dado toda a satisfação, mas como não podíamos fazer isto com todos separadamente, assentamos fazer por um dos números da nossa *Sentinella*; e por isso vamos a dar começo.

Saibam pois, senhores curiosos, que se a modéstia nunca excessiva, e o sábio preceito de ninguém falar em si não nos mandassem de passar em silêncio o que nos é pessoal a este respeito, nós lhe poderíamos fazer um bem original e lamentável quadro da fidalguia, despida das riquezas necessárias e essenciais ao gozo da sua estimação; porém, em termos gerais, lhes dizemos que o fidalgo que não tem fortuna há de necessariamente ser uma sanguessuga a cargo da sociedade; cheio de ufanía não tem meios; acostumado a todos os vícios faltam-lhe as fortunas; incapaz de fazer nada de útil, porque tudo considera como indecoroso ao seu estado; chocado e desprezado pelos fidalgos ricos há de, por força, procurar sem fundamentos e sem razão de lhes fazer a zumbaia com os mais não fidalgos; aborrecido dos grandes, que têm medo de se poluírem com ele, e dos pequenos, que sabem que hão de, por força, serem por ele vexados e importunados; é o objeto da irrisão, do opróbrio, da ignorância e do vitupério universal.

Esta é uma das tantas razões porque somos inimigos declarados da fidalguia hereditária, que sempre pela inestancável roda das coisas humanas, mais ou menos tarde, vai a passar por este infeliz estado; porém, como que conheçamos que temos principiado por onde talvez havíamos de acabar, e que uma das tantas consequências do abuso não sirva a dar aquela satisfação que vossas mercês têm mostrado desejar sobre a causa primária, sobre a fonte da nossa

indignação, passaremos a satisfazê-los por princípios, e a tal efeito remontaremos a origem e nascimento das fidalguias ou nobrezas hereditárias, para daí descer a toda a sua história e progressos.

A fidalguia mais antiga que nós conhecemos, para nós não estribarmos em noções mitológicas ou semifabulosas, é a que instituiu-se em Roma nos tempos de Rômulo e Numa, e esta pertencia indistintamente a todos os que chegavam a ter uma certa quantia anual de rendimento prefixo, o que de outra forma quer dizer que era uma ordem da riqueza e da opulência ou, aliás, uma aristocracia que separava os ricos dos mais indivíduos do corpo da mesma nação: qual e quão pouca consideração se houvesse de fazer desta qualidade de fidalguia, cujo merecimento consistia só no dinheiro, está conhecido, se se considerar o caso que se faz (até mesmo no dia de hoje, apesar de ser um tempo mais corrompido e relaxado) dos homens que não têm por si outras recomendações senão as das muitas riquezas e nada mais.

Depois desta fidalguia, ou nobreza, de cuja memória até quase se extinguiu, temos tido outra, que por ser de origem marcial, considerada simplesmente como pessoal e individual, faz-se alguma coisa mais recomendável.

Esta é a que instituíram na Itália os hunos, godos, visogodos, ostrogodos, vândalos e lombardos, quando todos estes habitantes do gelado norte ao tempo da decadência do Império do Ocidente, e na irrupção que fizeram, ocuparam como conquistadores todo aquele país, e dividiram e repartiram entre si.

Três foram as graduações primitivas e hierárquicas: a primeira, dos comandantes dos exércitos, duces, de onde vieram depois os duques; a segunda, dos demarcadores de terras, marchiones, de onde saíram os marqueses; a terceira, dos companheiros dos camaradas, comites, de onde nasceram os condes. Outros inferiores nobres apareceram posteriormente e foram os viscondes, os barões e os cavalheiros; e todas estas diferentes classes diversificam entre si por várias maneiras. Havia então uns que eram nobres de título unicamente, e que podiam ser tais, ainda que não possuíssem domínio de terras; outros que o não podiam ser sem elas, e outros que juntavam ambos os requisitos. Os duques, marqueses, condes, viscondes e cavalheiros podiam ser titulares ainda mesmo sem posse, e os barões, pelo contrário, deviam indispensavelmente possuir baronias. No começo, os condes eram estabelecidos nas fronteiras do estado, e os seus condados formavam a barreira contra os vizinhos: os ducados e marquesados se achavam no centro.

Não tardaram os possuidores dos títulos a verem que, não sendo estes acompanhados com os bens da fortuna, eram sons ocos e vãos; e para que os bens que possuíam não se dividissem e subdividissem ao infinito nas heranças, reconheceram a necessidade de conservá-los integralmente em um só indivíduo; e daqui é que procede a origem dos morgados.

Fácil coisa é o perceber que os morgados dando tudo a um deixam o outro sem nada, e que, por conseguinte, os segundos gênitos, ou cadetes das famílias, que por nascerem de pais nobres, no sistema das fidalguias hereditárias, não deixam de ser nobres também, ou de sangue azul em lugar de vermelho, e os chamados cavalheiros, equites, são os seres mais desgraçados e infelizes do mundo, ao mesmo tempo são os mais nocivos, pesados e agravantes a toda a sociedade inteira.

Tendo-se concedido à fidalguia mais ou menos privilégios, isenções privativas etc., todos têm sempre aspirado a serem feitos fidalgos; e por tal razão entre os descontentes dos primitivos, os que se foram criando gradualmente, e o grande número dos regressantes das Guerras das Santas Cruzadas, os quais contemporaneamente foram promovidos à nobreza por todos os soberanos da cristandade, como recompensa dos trabalhos parecidos; têm aumentado e a estendido tanto (particularmente em certas nações), que é dificultoso cuspir-se sem ser ou sobre algum titulado ou sobre algum homem de casta privilegiada. O ter-se, enfim, por muitos monarcas recompensado os homens mais distintos em talentos literários ou marciais e mais poderosos em riquezas, com títulos de fidalguia, que ficaram ao depois conservados nas famílias, tem levado o excesso da gente fidalga ao ponto em que está no dia de hoje.

Ora, pois, como tenhamos mostrado qual fosse a origem das fidalguias, salta bem claro aos olhos que o que estão gozando dos privilégios, foros, isenções, prerrogativas etc., anexas àquela condição ou qualidade de gente, sem ter outro particular ou pessoal merecimento que o de descender dos... do Sr. Avô, o qual também descendia dos... do Sr. Seu Avô, que tinha sido um homem rico, um homem de bem, ou um homem de talentos, ou um dos favoritos do Sr. Rei de tal, não deve, não pode, e não há de gozar de tais foros, privilégios, isenções etc. em um governo constitucional liberal, e em um império da imparcialidade e da justiça.

Quem aturará nos tempos em que vivemos, que o filho do seu vizinho, só por ser filho de fidalgo, entre em cadete nas tropas e passe logo a oficial, de onde tenha todo o anterior acesso, quando o próprio haverá de entrar por soldado e lá acabar, ou chegar quando muito a sargento? Dois não cabem no mesmo assento; e os Srs. Fidalguinhos, ainda que sem barba, hão de ser já pelo menos capitães, está visto que para os mais nunca se lhes faz lugar a chegar a serem nada?

Quem aturará no tempo presente, que os empregos lucrativos e honoríficos hão de serem exclusivos dos Srs. Cadetes de famílias nobres, no fim de se lhes proporcionarem meios a uma decente e decorosa subsistência, acomodada ao estado do seu nascimento.

Quem aturará que na época atual não possam ser convencidos e trazidos em juízo, sem lhe usar e praticar certas conveniências ou resguardos (dos quais não gozam os mais) só por descender de casta privilegiada do Sr. Avô?

Quem aturará, debaixo do reino da lei, que esta mesma lei haja de ser diferentemente aplicada só por ser os em que o seu peso recai fidalgos ou plebeus?

Quem aturará que no império da liberdade e da igualdade dos direitos haja uma casta hereditária distinta, o que em boa linguagem inteligível a todos quer dizer que os mais são tanta canalha, tanta plebe e tantas máquinas para respeitar, servir, obedecer e venerar esta gente de outra natureza?

Até aqui temos falado e considerado a nobreza ou a fidalguia velha hereditária pelo que é, pelo que merece, e pelo que deve ser prezada; e talvez, não tendo por feliz ventura em si o Brasil esta maléfica praga, cuja graças a Deus, como enxames de mosquitos, foi-se com a velha Corte, nós nos teríamos poupado este trabalho, e aos nossos leitores a pena desta enojante e repugnante histórica exposição, se não nos contasse que o não santo defunto apostolado meditasse e tivesse por alvo de criar tudo em um dia. Uma fidalguia nova, assentando que fosse o mesmo que semear na sua horta um canteiro de cebolinha para daí a poucos dias transplantá-las nos outros lugares onde houvesse de crescer e se fortificar!!!

Não duvidamos que os mais astutos e sagazes dentre eles não conhecessem a impossibilidade ou ineficácia de tal projeto; mas como o fim era de atrair gente àquela facção para engrossar o partido, lisonjeando a vaidade dos bazófios com promessas de marquesados, condados, baronias etc., pouco se importavam com as consequências, mesmo sabendo, por teórica certeza, que houvessem de resultar inversas ao assunto.

Uns porque se tinham proposto de fazer uma Constituição com duas Câmaras, e queriam levar ao fim as suas expendidas ideias, não procuravam se não criar os elementos de onde poder formar a Câmara alta e, por isso, não havendo fidalgos (a unidade não tendo valor por axioma) não pensavam que amassá-los como macaron: outros, guiados pela ambição (*vanitas vanitatum et omnia vanitas!*) e cansados de ter feito por tanto tempo dobradiça dos seus espinhaços, contavam de se refazer pela fereza e ufania com que “já se figuravam que” poderiam tratar aos mais: outros punham esta mola em ação para ver de sustentar a iníqua carreira das arbitrariedades e dos despotismos que tinham empreendido, lisonjeando-se, por este meio, de reduzir o Brasil ao estado primitivo, quero dizer, como antes de 26 de fevereiro; e todos juntos obravam para fazer mal, mal e nada de bom.

Ora, pois, o que nos fica a dizer é, acerca do que acima expendemos sobre a ineficácia e efeitos inversos, aos que os criadores da nova fidalguia se propunham, tanto pela parte que resguarda o monarca que repentinamente criasse uma nova casta de gente privilegiada, quanto pela que se refere à mesma casta de escolhidos.

Os nobres da velha instituição, assim como temos mostrado, são pouco agradáveis aos olhos do que não são nobres; mas como todos já são costum-

mados a considerá-los quais descendentes de um homem distinto pelas suas virtudes e talentos marciais ou literários, que tinha reunido também o grande requisito da probidade, e como o humano coração é mais disposto naturalmente a amar do que a odiar, e a mente humana a supor o bem do que pensar o mal, crendo que estes possam ter herdado aquelas ou porção daquelas virtudes, os toleram e nada mais: porém, como é presumível que Pedro e Paulo, cujos suciam toda a noite juntos sendo iguais entre si, ao amanhecer, achando-se Pedro marquês e Paulo ficando simples cidadão, como é presumível que (pois que a todos não se podem distribuir títulos, aliás é o mesmo que não dá-los a ninguém) Paulo diz que não reconhece em Pedro maiores merecimentos que em si mesmo, não fique descontente para com o distribuidor de títulos? Como é possível de bom amigo que era com Pedro, pelo ciúme, pela inveja e pelo amor próprio chocado, não venha a ser inimigo seu rival, ou pelo menos muito frio e indiferente para com ele? Estes sentimentos são tão inerentes ao coração do homem, que até nos parece que não houvessem de escapar à penetração dos nossos aspirantes à fidalguia sem merecimentos, para desejar de se separarem tudo em um instante do restante da nação com quem sempre tenham feito uma só e idêntica massa.

De homens talvez bem-conceituados e bem quistos pelo povo, eis aí tantos sujeitos que vieram a ser aborrecidos, invejados e censurados. Tal é o negócio que podem fazer os fidalgos criados por tal forma, e feitos fidalgos só porque houve quem pensasse que não pudesse existir um império sem fidalgos, e só porque houvesse materiais com que fabricar um edifício com arquitetura aristocrática.

Cremos, senhores leitores, ter satisfeito a sua curiosidade; contudo, se a tanto não tivéssemos chegado, melhor procuraremos fazer quando dissermos duas palavrinhas acerca das duas Câmaras.

N. 4

SENTINELA

DA LIBERDADE

A BEIRA MAR DA PRAIA GRANDE

ALERTA ESTÁ

QUINTA-FEIRA, 14 DE AGOSTO DE 1823



CORRESPONDÊNCIA

Sr. Redator.

Na semana antepassada lemos um impresso avulso que nos dizem ser escrito por vossa mercê, debaixo do título de *Conselho da boa amizade*; e domingo três do corrente, fomos ouvir a santa missa na Igreja de Nossa Senhora do Rosário, onde assistimos também a um panegírico que, com sua acostumada eloquência, pregou, em louvor de Santo Antônio da Moravia, o douto e muito reverendo leitor frei Francisco de S. Paio; ora, Sr. Redator, como que esse reverendíssimo louvasse tanto e exaltasse a grandeza, a glória da nação portuguesa, até nos exortando daquele santo e incontraditável lugar a tomá-la por modelo, a imitá-la e abraçar os portugueses como irmãos e unirmos com eles, nós assentamos com os nossos botões, que apesar de vossa mercê se fingir alguma coisa inimigo do dito reverendíssimo, por suas máximas e conduta, vai ocultamente de bom acordo e de mãos dadas com ele, para nos reconduzir debaixo daquele jugo e dominação que, além de ser para nós tirânica e incompatível, tem-se de mais a mais agora feito centuplicadamente horrível por ser justamente despótica.

Verdade é que o dito reverendíssimo nos tem já muitas vezes falado bem diferentemente dos portugueses, e até por escrito, como na resposta do Tambor ao seu general e outras tantas, e que a estas só é que deveríamos prestar mais fé: *quia verba volant et scripta manent*; mas com tudo isso, como nos achamos agora entre contradições repugnantes pelo dito seu sermão, e como sabemos que ao mentiroso não se pode nem se deve dar crédito até na verdade; portanto, recorreremos à vossa mercê, visto que não nos consta ainda que seja mentiroso ou impostor, para lhe pedirmos o favor de nos dizer claro, se é uma pantomima, que vossas mercês jogam, ou se de pouco tempo a esta parte

houve alguma mudança no rumo da direção de vossa mercê ou de algum de vossas mercês. Demais, recolhendo-se depois de haver pregado, disse o dito reverendíssimo na sacristia da dita igreja lá em um círculo de negros e cabras, que mudos à boca aberta o estavam ouvindo, como os peixes naqueles tempos ao Santo de Lisboa, que os demagogos, carbonários e republicanos, a pouco o tinham ameaçado de o matar, em uma carta anônima, por falar e ter aquela evangélica linguagem. Ora, Sr. Redator, como nos parece que um tal discurso feito perante gente idiota e pouco apta a conhecer a força do seu maquiavelismo e o fim perverso a que, por certo, foi feito e dirigido, porque além de não ser aquele nem o tempo nem o lugar para se fazerem semelhantes conversas, diríamos que, ainda que a verdade fosse, (o que não acreditamos por ser ele reverendíssimo muito mentiroso, e até falsa testemunha) não era coisa para se dizer (assim como têm praticado muitos honrados deputados da Assembleia, os quais, recebendo pelos sectários do dito reverendíssimo e seus iguais cartas desta natureza, não têm feito caso nenhum delas, e têm continuado a pugnar pelos direitos dos seus constituintes com o maior liberalismo) porque aquelas faíscas de ódio e de inimizades semeadas com malícia entre aqueles auditores, podem trazer após de si, na terra em que estamos, as maiores e mais funestas consequências.

Portanto, Sr. Redator, faça-nos o favor de nos dizer também o seu parecer sobre o fato que lhes apontamos: e creia nos sentimentos da maior amizade destes seus assinantes.

Os amigos da boa ordem, da evangélica paz e do sossego público.

Sendo nossa tenção dizer alguma coisa às matérias da correspondência com que hajamos de ser honrados, teríamos feito nossas observações acerca da bem interessante notícia de que vossas mercês nos regalaram, ainda que não provocados; ora, pois, quão maior não se faz o nosso dever sendo expressamente pedidos, conjurados e instigados? Pelo que passamos já por quanto podemos, e sabemos a satisfazê-los – gritando alerta! Alerta! Alerta! Não desconfiem, senhores, de nós, ainda que nos considerem autores do *Conselho da boa amizade*. Nós não ignoramos que pelo mais eloquente e energético deputado, o ilustre senhor Antônio Carlos, foi na mesma Assembleia feito menção da dita nossa produção quase como em desconfiança e desprezo por sermos estrangeiros, como se os filósofos houvessem de estimar os homens na consideração de serem nascidos aquém ou além de certos confins; e que até se tenha feito reear que fosse escrito com alguma inteligência para com os senhores redatores do *Diário* chamado “do Governo”, em que se tinha aparecido certa proclamação de el-rei, o Sr. D. João VI. Estranhamos, em verdade, o ouvir que a viva perspicácia, rara sagacidade e fina penetração de tão grande homem chegassem a cair no erro de duvidar sobre a pureza e sinceridade dos nossos

votos feitos e mil vezes repetidos pela prosperidade da mais do que santa causa da emancipação do Brasil e pela sua conservação debaixo do sistema constitucional o mais liberal possível: porém assim foi, por cuja causa, antes de passarmos a dizer sobre o que vossa mercê nos pediu, julgamos indispensável fazer algumas reflexões acerca do dito *conselho da boa amizade*. Primeiramente, as bases sobre as quais propúnhamos uma reconciliação entre os portugueses e os brasileiros eram tais que, bem pesadas, sancionado com estas, por primeiro artigo, Portugal, a Independência e a separação do Brasil nunca se podiam tornar suspeitas e concretamente eram vantajosas ao Brasil, porque os mais artigos temporários e *ad libitum*, a respeito da sua duração, vinham a ser precários nas consequências, no entanto que o primeiro, produzindo a paz ao Brasil, dava-lhe todos os meios para poder, em virtude dela, bem arregar os alicerces do seu novo edifício, onde depois pudesse, em breve tempo, ditar e não receber leis ou condições e ninguém. Secundariamente – distingamos *tempore et comordamibus* jura. Nós confessamos de boa-fé que, quando escrevemos o dito *conselho da boa amizade*, o dirigimos, pelo que nos lembramos, aos liberais portugueses e aos brasileiros que, como tais, deviam, até então, aqueles portugueses considerar. A identidade da causa que nos parecia que todos sustentassem, foi o movente que nos impeliu a pôr fora aquelas máximas de conciliação; mas agora que as coisas têm mudado de aspecto, e o que o branco tem se convertido em preto, horrendo preto, retratamos inteiramente as sugestões que tínhamos feito: *Sapientes est mutare consilium*, nos diz o Espírito Santo e frei S. Paio também, conforme o tempo e as circunstâncias; e por expiação do nosso involuntário pecado, recomendamos a maior desconfiança, a maior vigilância e a maior atenção com gente que tem sido falsa, simulada e traidora em uma das coisas mais essenciais e que é contrária aos seus verdadeiros interesses, o pode, e o há de necessariamente tornar a ser nas de que julgar depender a sua maior felicidade, na em que tem deixado de aspirar a recolonização e escravização do Brasil. Ó, brasileiros, alerta! Ó, brasileiros, alerta! Ó, brasileiros, alerta! No nosso conselho temos falado a todos os liberais indistintamente, sem diferença a respeito do lugar do nascimento deles, e quanto aos portugueses, a todos; pois considerávamos ser tais, mas agora como aparece mudança, restringimos a direção da nossa linguagem aos que se forem conservando constitucionais liberais e, portanto, dignos da nossa estimação e amizade. Por nós, que nos gloriamos de ser cosmopolitas perfeitos, tanto é o Lapônio, como Hotentote, tanto a China, como o Patagão, contanto que professe em política, a mesma nossa doutrina. Depois de feita esta espontânea, indispensável, para acabar de nos manifestarmos inteiramente pelo que somos e que sempre prezaremos de ser (queremos dizer) os mais sinceros e afeiçoados à santa causa do Brasil liberal, à qual, ainda que estrangeiros, nos achamos ligados e identificados por interesses e por nossa livre e espontânea

escolha, passaremos a cumprir com os desejos dos Srs. que se dignaram honrar-nos com as suas perguntas. Nunca tivemos, e juramos aos céus que nunca teremos coisa alguma em comum com o reverendíssimo frade S. Paio, pois que nada queremos de sociedade e de inteligência com caluniosos e falsos denunciadores, com espiões e com gente a quem o nosso camarada de Pernambuco pensa que qualquer possa livremente acometer, sem nem sequer fazer o mínimo pecado venial; e se vossas mercês querem saber mais, lhes diremos que vamos dirigir os nossos cuidadosos alertas ao excelentíssimo senhor o reverendíssimo diocesano e ao Ilmo. e Exmo. Sr. Intendente geral da polícia; no que respeita a este último magistrado, para que faça vigiar tão perigoso sujeito, o qual, servindo-se agora em lugar da imprensa do sagrado pérgamo, para daí espalhar impunemente as suas diabólicas e sediciosas máximas em lugar das verdades e doutrinas do evangelho e da sua sã moral, pode causar os males os mais incalculáveis, e vir a ser ao Brasil do maior prejuízo; (todos podendo muito facilmente nesta delicada época fazer graves e até irremediáveis danos, quando bem poucos podem fazer os mais pequenos bens) e para que não descuide as conversas e instigações que pode ter e fazer com os que não o conhecem pelo que ele reverendíssimo é, como são os que estavam na Sacristia do Rosário, e no que diz a resguardo do excelentíssimo e reverendíssimo senhor bispo, para que na ausência e falta do núncio apostólico o suspenda a *Divinis* como excomungado, em cumprimento dos seus episcopais deveres. Não basta o apontar abusos, ou gritar alertas sem fundamento, e como, em verdade, nós nos propusemos a não poupar ninguém no que pode ser prejudicial à causa que empreendemos defender, mas ao mesmo tempo nos temos feito um preceito de não avançar nada sem produzir as provas ou concludentes razões para que nos tínhamos determinado a gritar, é por isso que vamos sustentar o que acabamos de dizer acerca da provocada suspensão à *Divinis*. É notório a todos que existem várias bulas pontificias que não indicamos por ser supérfluo, nas quais tem-se fulminado o anátema da excomunhão aos pedreiros livres; (nós não entramos aqui na investigação das causas, nem da justiça delas, nós nos limitamos aos simples fatos) porém existem, dizíamos, tais bulas. Ora, é notório igualmente que frade Francisco de S. Paio nos dois exames falsos que tem feito na memorável devassa... declarou pelo contexto das ditas honradas apostolares deposições que ele, reverendíssimo, tinha sido ameaçado fortemente em um ajuntamento maçônico, e repreendido por causa de certos seus escritos, e que pela primeira vez da sua vida tinha visto os horrores da morte (seu depoimento); é notório que na acareação a que foi obrigado (e na qual não pôde sustentar por parêntese o que religiosamente tinha jurado por ser falso) com os senhores... Confirmou pelo dito naquela ocasião que era maçom e, como tal, tinha assistido a várias convocações na rua e casa tal... É notório finalmente, e ninguém o ignora, até as senhoras o sabem, que

o bonito e gordo reverendíssimo é pedreiro livre, porque na bela e bem escrita defesa do Ilmo. Sr. Brigadeiro Alves Branco, um dos tantos caluniados pelo bonito frade, de cuja defesa mais de oitocentos exemplares foram imprimidos, distribuídos e mandados por todas as partes, vem transcrita uma elegante oração rezada por ele mesmo, no primeiro quadro maçônico, ou Loja nº 1, de baixo do nome fingido de Franklin, na ocasião em que arrependido, sem o ser, mostrava-se pesaroso de ter incorrido na publicação de certas doutrinas políticas, não suas, mas insinuadas, e prometia sem intenção de cumprir, de nunca mais tornar a fazer outro tanto, internamente dizendo enquanto não puder, assim como o tem bem ao depois mostrado como o fato. Ora, pois, como é constante, público e a todos notório por formas autênticas que o dito reverendíssimo frei S. Paio, é também frei maçom, como todos os cristãos sabem da existência das sobreditas bulas, nos parece (salvo sempre o ser corrigidos no que pecássemos por ignorância) que não se possa omitir pelo ordinário a sua suspensão a *Divinis* e quanto antes, para atalhar o escândalo de ver um indigno ministro do culto de todos conhecido e sabido por espia falsa, por calunioso e aleivoso denunciante, por perjuro em mil formas, e enfim, por excomungado, de cujo público escândalo, se o mal ficar impune, podem resultar os mais graves detrimientos aos sagrados interesses da nossa santa religião, ao menos até enquanto pelas públicas e exemplares formas praticadas em semelhantes casos, não venha ele de novo restituído livre de tantas nódoas à comunhão dos mais fiéis. Ó, de Monsenhor Bispo, alerta! Ó, do intendente geral da polícia, alerta! Ó, das autoridades todas eclesiásticas e seculares, alerta! Ó, brasileiros constitucionais liberais, todos alerta! Depois de ter acabado a nossa folha um devoto de Santo Antônio e zeloso da sua veneranda Ordem, veio-nos pedir que dirigíssemos alguns gritos de alerta àquele ilustríssimo e reverendíssimo provincial, em atenção a certa anedota acontecida ao frei Questuante em uma loja na Rua do Ouvidor, o fato é o seguinte: apresentando-se o frei tal para pedir esmola por um brejeiro que lhe foi dito, vá-se embora Sr. Frade, que aqui não se faz esmola à gente da qualidade de frei S. Paio. O leigo, que não era tolo, ressentiu-se muito por tal insulto; e respondendo como deveria, que se frei S. Paio era mau frade e ainda pior cidadão, daí não se podia inferir que toda a respeitável Ordem fosse má, e admoestando o tal brejeiro religiosamente, o aconselhou a ser mais exato e circunspecto ao falar em geral de coisas que não devem ser consideradas como particulares. Todos não sabem, ilustríssimo e reverendíssimo, que lá mesmo no convento, por esta causa e pela diminuição reparada nas esmolos deste ano, houvesse uma Bernarda contra frei S. Paio? Se V.Revma. não o repreende de uma forma pública e conhecida pelo povo, não se livrará tão facilmente na opinião pública a V.Revma., assim como toda a ordem, da suspeita de sustentar o dito frei Francisco; e, portanto, pelas consequências de prejuízo que lhes podem resultar. Alerta! Alerta! Alerta!


SENTINELA

DA LIBERDADE

A BEIRA MAR DA PRAIA GRANDE

ALERTA ESTÁ

SEGUNDA-FEIRA, 18 DE AGOSTO DE 1823

 Queremos duas câmaras, queremos duas câmaras, ouvimos muitos gritar. Tolos! E por que duas câmaras só, e não uma dúzia, com uma grande sala, cocheira, boa cozinha e o seu competente quintal? Então é que se tereis uma boa, espaçosa e cômoda casa; mas com duas câmaras unicamente haveis de estar apertados e bem incomodados! – Não falamos disso. São duas câmaras legislativas que queremos, porque ouvimos dizer que todas as outras nações constitucionais as têm. E que assim só é que as coisas podem ser bem-feitas e podem ir bem.

Pois sim, mas antes de progredir mais adiante nesta matéria, permite que vos digamos duas palavrinhas também na mesma linguagem, como foram as acerca do veto, queremos dizer claras, inteligíveis, despidas de ornamentos e de citações de autoridades, tais, enfim, que possais bem saber o que são as duas câmaras legislativas, a que servem, porque foram em certas nações criadas, qual é o efeito que produzem, de quantas qualidades podem ser, e qual a nossa opinião a respeito delas.

Duas câmaras não são outra coisa senão o Corpo Legislativo dividido em duas assembleias, as quais é preciso que se achem concordes, para que as leis que forem feitas sejam eficazes. Essas duas assembleias podem ser iguais entre si no mesmo número de indivíduos que as compõem, na qualidade desses indivíduos e suas atribuições, ou desiguais em todas as coisas, ou tendo dois uniformes, serem diversos em uma só. Se fossem ambas compostas de número igual, de gente igual e de iguais atribuições, seriam uma ociosa repetição, que, sem ser de alguma vantagem considerável, traria consigo os inconvenientes de uma prejudicial demora, as sujeitaria às deliberações da unanimidade de uma câmara, aos caprichos da pluralidade da outra, o que depende de um só voto, e ordinariamente a sanção da segunda câmara tornaria de nenhum efeito as operações da primeira, em razão de que qualquer delas, que não tivesse tido a

iniciativa estimulada pelo amor próprio, antes havia de opor-se do que aprovar as deliberações da outra para mostrar-se superior, qualidade que, em matéria de governo, todos querem ter, visto que, na desaprovação, viria a exercer um poder direto, quando na confirmação um indireto, que é unicamente o de não haver feito uso do direito. Se sendo iguais em número e nas atribuições diversificassem na qualidade dos indivíduos que as compusessem, então, além dos inconvenientes acima apontados, haveria mais o de dividir a nação em duas nações, uma superior e outra inferior, uma de privilegiados e outra de plebeus, do que resultaria que as leis que gravitasse sobre os privilegiados nunca seriam por eles aprovadas e vice-versa, a mesma sorte sofreriam as que fossem a cargos dos plebeus.

Se tendo as mesmas atribuições fossem desiguais na qualidade de gente e no número que as compusessem, queremos dizer, uma mais e outra menos numerosa, neste caso, além de tudo o dito até aqui, haveria o absurdo de ver-se que a deliberação da câmara menor prevalecesse à da maior. Se, enfim, ambas as câmaras não fossem iguais em coisa nenhuma e não tivessem nada de comum entre si, ajuntando-se sempre inconvenientes sobre inconvenientes, teríamos, ademais, que uma seria a que teria a iniciativa exclusivamente e a outra, a sanção, o que faria uma a censora da outra, e esta a árbitra absoluta das proposições. Em todos estes casos, sempre estamos vendo e reparando que a divisão do Poder Legislativo em duas câmaras não faz outra coisa senão dar uma preferência à minoridade sobre a maioria, ou pôr a autoridade do veto (que todos gritam não querer conceder ao monarca por medo que, várias vezes, ele não se oponha pelos seus mal-entendidos interesses à vontade da nação, ao arbítrio de uns poucos que, por não serem tão idênticos com os interesses verdadeiros da nação, e antes podendo-se dizer que, sendo privilegiados, não o são nada, e se consideram uma nação escolhida entre a mesma nação, como os Castoreos) hão de, por força, ser guiados por mil fins diferentes e exercer essa autoridade do veto mil vezes mais prejudicialmente do que não o fazia o monarca mesmo.

Tratando-se em duas câmaras a mesma matéria, é impossível que em ambas se discuta com a mesma força, com o mesmo impulso e com o cúmulo de conhecimentos que se podiam reunir em uma só; e a decisão de uma há de sempre ser feita mais superficialmente que a da outra, porque todos os mesmos argumentos não são para todos igualmente produzidos e sustentados, e porque na câmara da sanção não se encontra justamente o autor da proposta, o qual, por ser matéria sua ou como sua, há de a ter cabalmente estudado; do que nasce o inconveniente; que vem muito bem apontado por um moderno autor que tem dito muito sobre a presente questão, no seguinte modo: assim, “a causa é julgada sem que a parte principal possa ser ouvida”; no mesmo tempo as duas câmaras não se poderão ocupar do mesmo objeto se este depender de provas,

documentos e testemunhas, do que deve necessariamente nascer uma grande demora, e se tal inconveniente se pudesse evitar, aconteceria, às vezes, que contemporaneamente uma decidisse a questão às avessas da outra. O Poder Executivo pode muito bem aparecer em cena todas as vezes que pela oposição de pretensões ou competência nas questões houvesse dissídio, negociações ou roturas; pois, pondo-se *enter duos* litigantes, com maior facilidade pode frustrar os trabalhos de ambas as partes discrepantes, e levarão seu fim às suas vistas particulares, combatendo a força de uma câmara com a força da outra, realizando com o fato a destruição daquele equilíbrio que existe só na teórica e que na prática não tem possibilidade. Temos até aqui mostrado os inconvenientes graves, numerosos e certos que têm a separação do corpo legislativo em duas câmaras de qualquer qualidade ou natureza que elas sejam. Agora queremos expor as vantagens que das duas câmaras se produzem e se sustentam, para vermos se efetivamente sejam tais e tão consideráveis que mereçam ser postos em balança com os males, e na suposição negativa, se no Brasil muito especialmente valham o ser por passatempo consideradas. Madureza de exame nas discussões e acerto nas deliberações, dizem eles; mas logo que uma assembleia única estabeleça por regulamento que qualquer matéria que vá sujeita à decisão haja de sofrer três leituras e três discussões em diferentes tempos, discussão do projeto na comissão respectiva, a artigo por artigo, relatório desta mesma comissão, exame do mesmo relatório, petições de todos os interessados nela, dia determinado para o exame destas petições e outras semelhantes cautelas, com todas estas precauções evita-se qualquer perigo de surpresa e obtém-se toda a maior madureza nas deliberações. Tais regulamentos, repetem eles, às vezes não são observados, então um partido dominante, debaixo de um pretexto de urgência ditada pelas circunstâncias, faz tudo quanto quer, quando, se por ser a deliberação executiva, carece da sanção de outro corpo separado; isto não pode acontecer, porque em tal caso o segundo corpo se opõe e rejeita tudo quanto for feito com falta das devidas fórmulas e lhe for apresentado com alguma inovação suspeita. Ajuntam mais, que nesta conformidade, a segunda assembleia serve como tribunal de apelação. Mas quem é que não vê e que não conhece que todas estas razões não são sólidas, mas sim sofismas procurados com toda a sutileza da investigação na ordem das possibilidades metafísicas, e que o tribunal da apelação é supérfluo e até perigoso depois das boas sentenças, como necessariamente hão de ser as pronunciadas com tantas cautelas, publicidade e formalidades pelos representantes da nação inteira, que sendo eles mesmo cidadãos e nada mais, daí a pouco tempo vão experimentar os seus efeitos sobre si. Quão fútil e insubsistente não é o raciocínio que apresentam eles para incitar o medo sobre a pouca segurança contra os abusos de poderes em uma só câmara, cujos deputados fossem inamovíveis, considerando-os, então, sujeitos a uma responsabilidade de opinião unicamente e, se amovíveis

fossem, supondo-os na contínua dependência de consultar sempre os votos dos seus cometentes? Não empreendemos refutar estas duas ridículas objeções, que se reduzem a uma só, pelas seguintes razões: porque a ideia só da inamovibilidade absoluta e perfeita dos deputados nos revolta, e a accidental, a julgamos tão necessária para manter a nação no contínuo gozo da sua inauferível e inalienável soberania, que não podemos compreender como nos casos de excesso do exercício do poder pela parte dos delegados (e sempre nas formas que o pacto social determinar) se possa pôr em dúvida do que bem claro resulta, que a dependência dos deputados para com os seus outorgantes é sempre efetiva, e nunca de pura opinião. Não há, pois, dúvida que, onde existisse uma numerosa e potente casta de privilegiados velhos, não conviesse separar esta casta restante da nação na parte legislativa também, e isto não como favor, mas antes pelo contrário, como freio, a fim de que, pelas influências e intrigas que podem facilmente pôr em jogo nas eleições, quer impondo com a opinião, não cheguem a se introduzir em tanto número no corpo legislativo que possam impunemente à sombra de uma aparente, mas insubsistente representação nacional fazer leis opressoras ao corpo da nação, e só ditadas pelos seus particulares interesses, os quais, como eles se consideram diferentes da grande massa, dela sempre hão de ser não menos diferentes; além disto, a responsabilidade direta que lhes fica aos olhos da nação, quando fazem corpo separado e como tais sancionam ou reprovam leis, sempre lhes serve de barreira para se não abandonarem tão imprudentemente aos excessos. Porém, como no Brasil não temos (torno a repetir o que já tenho dito várias vezes em outras ocasiões), graças a Deus, esta praga, esta peste política e como a fidalguia, que sempre e em toda parte foi a obra dos séculos e dos dotes extraordinários, não se pode nem se deve criar e formar, de um dia para o outro, as acima últimas observações e fundamentos não têm lugar nem aplicação. Um Estado novo que cria o seu pacto social e que cuida em reformar todos os velhos abusos não deve ter nada em si que o embarace e que o enrede; não pode andar sujeito a discussões excitadas e sustentadas com rivalidades de corpos diferentes; aliás, fica aniquilado e nunca mais pode chegar a ser nada. A prática e a experiência têm mostrado que, naquelas nações que são organizadas com duas câmaras, muito boas leis não puderam alcançar a sanção da segunda câmara, quando muitas leis más não encontraram obstáculo nenhum nela. A prática e a experiência têm mostrado que, onde há duas câmaras, a dos nobres sempre acaba por se coligar com o ministério, do que resulta a contínua oposição que a câmara, chamada alta, instigada por esta, faz à dos comuns, a fim de tudo paralisar o que lhe não convém, para depois entrar ele, ministério, a fazer o papel de *tertius gaudet*. Finalmente, se a Câmara Alta está à eleição do Executivo, então pode-se muito bem dizer que a representação nacional não existe senão em simulacro, e claro é que sempre a escolha há de cair sobre a gente mais disposta a se

deixar comprar, e que uma geral corrupção há de se introduzir nos costumes, que hão de se modelar sobre a simulação, a adulação e servilismo, a fim de agradar para serem um dia escolhidos. As mais razões, que pelos bicamaristas se expendem em apoio da sua opinião, são frívolas, que, sendo totalmente especulativas e de uma simples intuição moral, ou, para melhor nos expressarmos, sofisticas, cremos não faltar em nada para com a boa-fé, omitindo-as inteiramente, mesmo para não cansar com elas e com as nossas refutações os nossos leitores. Depois de termos dito quanto nos parecia mais essencial sobre esta matéria, vamos de passagem indicar as nações que têm duas câmaras: estas são a Inglaterra, a França, os Países Baixos, a Suécia, vários outros pequenos Estados da Alemanha e a América do Norte. Nas primeiras, todas as câmaras altas compostas de nobres são eleitas pelos monarcas, e a da última, a América do Norte, é eleita pela nação entre a massa geral dos cidadãos, porque na América do Norte, assim como no Brasil, não há fidalgos.

Nós sabemos que o exemplo da América vai logo nos ser citado como razão indispensável para devermos também ter duas câmaras; mas a isto respondemos que apontar inconiventes ou citar exemplos que podem ser heterogêneos não é resolver a questão e, além disso, nos é lícito o fazer remarcar que os americanos, sendo filhos dos ingleses, seria para estranhar que até nos abusos não tivessem herdado alguma coisa, e não a tivessem cunhada na sua Constituição e nas suas leis.

O imitar o bom e tomá-lo por modelo é o que devem fazer os que querem se aproximar da humana perfectibilidade; mas, contanto que a imitação não seja tão estreita que vede o aceitar e aprovar o melhor, assim como aparecer, ou em alguma outra fonte surgir. Longe de nós quanto pudermos, tudo o que tende a criar uma aristocracia; pois dela, ao estabelecimento da nobreza, há um só passo; e esta arreigada, sujeita os impérios e as nações ao seguinte histórico período que em si é tão prejudicial e perigoso, assim à nação como ao imperante. Todas as vezes que o monarca cercado de poucos favoritos restringe em si o despótico poder, os principais nobres chocados no amor próprio conspiram contra ele e procuram, por meio de uma revolução, derrubá-lo do alto em que se acha, assim como tem acontecido em todas as revoluções antigas e modernas, das quais sempre estes se puseram à testa; logo que o monarca está debaixo da nação, descontentes os fidalgos de se acharem a nível dos mais, então é que empreendem de tornar a escravizar a nação, para tal efeito se fazem de novo à roda do monarca e estabelecem com ele um novo pacto, em virtude do qual se repartem uma porção da soberana autoridade; põe em jogo as suas riquezas e cabedais; corrompem as tropas e uma porção de cidadãos; e, aproveitando todos os meios, operam a contrarrevolução e entronizam outra vez o despotismo. Aqui acaba o que prometemos dizer no nosso nº 3, relativo às fidalguias. O arcano está descoberto; o mistério já não é mistério; este mágico segredo está ao alcance de todos os brasileiros. Alerta!

N. 6


SENTINELA

DA LIBERDADE

A BEIRA MAR DA PRAIA GRANDE

ALERTA ESTÁ

QUARTA-FEIRA, 20 DE AGOSTO DE 1823



Quando vimos a liberdade agrilhoadada pela influência ministerial, quando observamos ilustres e sábios brasileiros à testa dos negócios da nação trabalhar denodadamente, por um lado, na santa causa da sua Independência, e sacrificar, por outro, em certo modo, a plenitude dos seus inauferíveis direitos, penetrados da mais profunda mágoa e acesos de uma heroica indignação, clamamos secretamente ao seu socorro e justiça, e manifestamos depois a exaltação do nosso regozijo no memorável dia em que vimos ouvidos os nossos clamores e satisfeitos os nossos votos; quão belo e lisonjeiro se nos ofereceu esse dia em que um monarca não só adorado, mas feito pelos povos depois de mil provas de amor e de zelo pela nação que o adotou por seu filho e escolheu por seu chefe, rasgava o maligno véu que a adulação e o interesse particular interpuseram entre ele e os mesmos povos, confessando com a mais ingênua candura, o fatal engano com que tinha sido atraído! Quão admirável se nos mostrava nessa ocasião o augusto filósofo que derribava o profano e temerário edifício que sobre falsos alicerces construíam os honrados filhos de Nembrot, os quais do limo da terra que rastejavam, pretendiam subir à glória celeste, para ali competirem com o primeiro dos Eutes! Que júbilo não alvoroçou então o peito dos filhos da luz, daqueles filhos desgraçados, que perseguidos e oprimidos pela calúnia e pela cabala, jaziam mudos e tristes nos ferros da escravidão, abandonados aos furores da maledicência e às aleivosias da petulante ignorância e da intolerante inveja! Cada um engolfado em um pélago de satisfação e de alegria, abençoava o magnânimo imperante, que protestava querer reinar sobre o espírito e não sobre os corpos dos homens; e todos, extasiados de pasmo, exclamavam “chegou o dia do triunfo da verdade, a época do império da filosofia e da virtude; viveremos livres e independentes; seremos homens e não brutos; seremos brasileiros. *Jam redit, et virgo, et redeunt Saturnia Regna.*”

Nós, por muitas razões participantes deste geral regozijo, como é natural em ocasiões de grande prazer, aumentamos com a nossa imaginação a sua esfera e dando ao nosso coração toda a expansão possível, quisemos, em certo modo, assinalar a grandeza daquele dia com sentimentos generosos, postergando os males e os insultos que tínhamos sofrido do monstruoso liberalismo dos portugueses, que tinha ensopado de sangue nossas campinas; por isso, em troca do que nos fizeram, lhes oferecemos um magnânimo perdão, chamando-os a uma conciliação fraternal, vinculada pela identidade dos princípios liberais e cosmopolitas, verdadeiro sistema de todos os que pensam como filósofos; a fim de sustentarmos de mãos dadas a causa do liberalismo, contra as nefandas irrupções dos déspotas conjurados a destruí-la. Aí nessa ideia não se ofereceram nessa ocasião europeus ou portugueses como indivíduos de nações diferentes; mas indivíduos liberais como nós, e filhos da mesma família pensante. Nós nos lisonjeávamos, portanto, que depois de um alto desengano, qual foi o sucesso das suas armas na Bahia, conhecendo a inutilidade e injustiça de suas tentativas tornariam uma vez em si e desistiriam de tratar a causa do interesse particular para se unirem conosco, a fim de defender a geral e mais essencial; mas não podíamos supor que os liberais de Portugal teriam sucumbido tão facilmente e tão cedo à violência contrária dos servís, que increpando-lhes astutamente a indiscrição que tiveram para conosco achariam meio de se acreditarem entre o povo, iludindo-o com lisonjas de que aquela união, ou sujeição do Brasil, tão infrutuosamente tentada pelos liberais, estava ainda ao alcance dos absolutistas, como se quem desdenhava um jogo de ouro pudesse dobrar voluntariamente o pescoço a um de ferro. Não podíamos também supor que alguns indivíduos que muito concorreram para a queda de um sistema ultrabrasileiro e antiliberal fossem só verdadeiros inimigos dos indivíduos que o sustentavam, e amigos ocultos do excesso das suas doutrinas, seguindo em direção ainda pior o mesmo sistema, tratando a mesma peça com outras personagens; então é que nós e os liberais nos achamos em um dobrado engano, e conhecemos que íamos cair em um abismo ainda mais horrível do que aquele que tínhamos aterrado; em um abismo cuja força devoradora ameaçava não só a plenitude dos nossos direitos, mas a nossa existência política; então quase que nos arrependemos com pungente remorso de termos dado um conselho de boa amizade à gente incapaz de serem nossos amigos (e que agora, mais do que nunca, conhecemos irreconciliáveis com os justos interesses do Brasil), e favorecido com nossas conciliações os sempre dolosos planos de cartagineses, que não podem ouvir o nome romano sem bramir tacitamente em si mesmos, atacando desejos traidores e tiranos; então um certo impulso contrário abalou dolorosamente o nosso coração, que obrigado a um movimento retrógrado e sempre ardente do amor da independência e da justa liberdade, removeu do cume do seu ódio os indivíduos que detestada para

colocar no mesmo lugar o nome dos indignos por quem tinha incautamente perorado. Ah! Sim *gens humana ruit pervertitum nefas*. Cadeias ainda mais duras e detestáveis que as da ciclópica fornalha está forjando a ambição infame desses vis protetores, que ajudaram os liberais a saírem dos cárceres para que lhes fizessem escada aos mais sombrios dos atentados; e para que aliciados, corrompidos ou enganados com altas promessas servissem de mola secundária que auxiliasse o elastério daqueles que tendem unicamente a vender o Brasil, não ao despotismo nacional, mas ao estranho. Oh, céus! Nós estremecemos de horror a tanta perfídia, e mal podemos articular as palavras para dizer o que vemos, valimento e influência europeia... boatos de mudança de bandeiras... vozes vagas de tropa subornada... e baionetas esperadas da Bahia... Ah, monstros! Ah, traidores! Assim não se logra o Brasil!... Não bastaram treze anos em que fomos brasileiros de nome e portugueses de fato; não bastaram três séculos de escravidão para o Brasil pagar o pouco bem que deve a Portugal e comprar a sua liberdade? Não basta aos sedentos pigmalhões tê-lo disfrutado, exaurido, dilapidado e prostituído por tantos anos, ainda pretendem que Deus o fez para eles, e que ainda o hão de dominar de fato, se já não podem de nome. Mas o Brasil, que majestoso e inabalável no meio das mesmas procelas, corre incessantemente aos seus altos destinos, não teme os visionários projetos de tão ridículos e desprezíveis planistas. Oh, gênio do Brasil! Do cume de tua Tejuca, dize tu o que vês no horizonte político de teu país! Tremam os déspotas se tu falares: dois instantes de vida não lhe serão concedidos para disfrutar este ar livre que profanam! Oh, Andradas! Oh, Andradas! A vossa queda foi a vossa fortuna: o erro passageiro em que caístes não esgotará a generosidade; e o amor dos brasileiros, que sempre vos consideraram como seus patrícios; pois que vós nas vossas faltas nunca desmentistes este nome, e nunca pretendestes privá-los da sua existência política e reduzir à quimera a sua independência. A nação ainda há de olhar para vós, e se vós emendardes o erro em que vos induziu o sincero e talvez excessivo amor próprio e alheio, vereis ainda, triunfante, a ruína dos vossos inimigos sem serdes envolvidos no atroz e sanguinolento destroço que se nos antolha por entre os nevoeiros que cobrem os dias futuros. Sim, vós, como todos os homens, tivestes defeitos, porém eles vos são abandonados pelas luzes e talentos que vos distinguem, e pela integridade de vossas mãos, em todo o tempo da vossa influência; mas os vossos inimigos, os que agora se acham entronizados sobre a vossa ruína e mofam indignamente de vós com o cume dos vícios e do imoralismo que os desonram, se honra nunca tiveram, unem a cobiça, e o orgulho e mais a ignorância crassa, que os iguala aos vermes mais abjetos. Oh fatalidade cruel! Pelo pouco que vos afastastes do verdadeiro caminho, vemos os indivíduos mais abomináveis feitos censores de homens sábios, e a infâmia, e a vileza triunfar da ciência e da sabedoria! Que entes são à frente de vós, dois ou três brutos

com a cara de homens e cortesãos que não se distinguem da plebe mais rude, senão pelo excesso da ambição e da estultícia e vícios nefários com que as nutrem? Serão eles mais dignos mandões do que vós, para que vos sucederem na influência que tínheis, e para nos venderem com algum direito ao partido europeu e servil, do qual seu prostituto coração jamais pode ser alheio? Não, não, o Brasil é justo e não há de sofrer que vós sejais punidos mais do que merecestes; não há de sofrer que homens tão abjetos zombem impunemente de vós e efetuem o que foi contendido aos vossos talentos: o Brasil reprova os vossos defeitos: mas respeita o vosso patriotismo: Nós mesmos, ainda que altamente ofendidos, vos perdoamos as violências e dissabores que nos causastes; e mesmo porque se nos pede que vos atormentemos e desacreditemos com o fel da nossa pena, guardar-nos-emos para o futuro de insultar mais o vosso nome; pois, além de ser já excessiva a diuturna increpação dos vossos erros, é indecente para um filósofo quando o seu efeito refluí todo em benefício de malvados, sem exceção. Não, não, jamais estes indignos terão o prazer de que lhes tenhamos indiretamente louvores e vantagens com tais catilinárias: antes vos asseveramos que, se a lição que tivestes produzir em vós como já parece o fruto da emenda, de tudo nos esqueceremos para aniquilarmos convosco estes monstros e trabalharmos no complemento da grande obra, que apesar das adulações por vós causadas, ainda é suscetível de receber das vossas mãos a perfeição que lhe falta e que todos os constitucionais liberais brasileiros desejam, quanto ao livre uso do ar que os alenta.

E vós, magnânimo augusto, que presidis ao juízo que a nação está fazendo sobre os homens que vos cercam, vós em cujas mãos existe uma das mais importantes rédeas que dirigem o Brasil, e de quem muito depende de ser gostoso, feliz e pacífico, cumprí a vossa palavra: afastai de vós os indignos adutores do monarca, que nos asseverais serem-vos detestáveis. Repeli esses loucos amigos mais temíveis e perigosos do que os inimigos declarados, que pelos seus fins particulares, querem comprometer-vos com a briosa nação de que sois chefe e levar-vos às cegas, oh Deus!... Onde eles não sabem nem pensam, e onde hão de acabar todos os que, como ele, forjarem cadeias para os seus semelhantes. Assim não se atraíça o Brasil, e o nosso amado imperador que vos há de conhecer e punir como aos outros. Esqueceu, talvez, V.M.I. as desconfianças, intrigas e murmurações de que estes parasitas da Corte foram causa nesta mesma cidade onde não houve papel público que os não infamasse? Não julgue V.M.I. que a pedra do silêncio que a opinião pública tem o posto até agora sobre as antigas cabalas destes pantomimos é uma prova de olvido: existem profundamente impressos na lembrança dos brasileiros esses malogrados ensaios de sedução tão debalde vociferados pelo clarim da mesma opinião pública: e a ignominiosa e covarde indignidade de caráter com que aturarão os justos impropérios dos escritores que os arguiam, indignidade mal

coberta pelo radiante esplendor das honras prodigalizadas pela beneficência de V.M.I., que mal conhecendo onde as colocava, lhes escureceu o talvez o brilhantismo.

V.M.I. a quem tal, e tanta impressão causa a vós da verdade quando lhe chega aos ouvidos, que só por uma anônima carta removeu do seu lado os ambiciosos (ainda que sábios) quererá entregar-se mesmo e a nação toda a descrição das sinistras sugestões de dois ou três ambiciosos ignorantes, sem ouvir os clamores de quem grita com a voz do Brasil inteiro – abaixo os adúladores – abaixo os validos? Lembre-se, V.M.I., que a catástrofe política que dissolveu o vasto império de seu augusto pai foi promovida e indiretamente causada pelos validos que mais amigos do crime do que do monarca, a quem adulavam, tornaram frouxas as molas do seu governo e arruinaram a nação, aniquilando a força moral pela qual existiam; e então foi que, exemplo nunca visto, entraram os lusos em guerra com o seu rei, perdendo-lhe aquela afeição, lealdade e confiança pela qual por muitos séculos se distinguiram das outras nações: afeição e confiança que quão fáceis, louváveis e constantes são quando os monarcas as merecem, outro tanto são indignas, impossíveis e efêmeras, quando cessam de existir os altos motivos que as desenvolvem.

Considerai, senhor, que vós sois o primeiro cidadão da nação e que, como tal, por honra vossa e da nação mesma, deveis evitar todo o contato e familiaridade com os objetos que podem manchar e escurecer o esplendor majestoso da vossa alta pessoa e das virtudes incontestáveis que a fazem amável. Lembrai-vos de que a melhor regra para vós vos livrardes desta desgraça, é nunca admitir perto de vós senão indivíduos de cuja frequência possais utilizar, sem nada perder. Se V.M.I. assim fizer, veremos, então, firme e tranquila a nossa Independência, a integridade do Império e a segurança do seu trono, o qual será sempre rodeado de homens sábios e virtuosos, e não de entes vis e ignorantes, que nada têm de recomendável, senão o dourado invólucro de que V.M.I. os revestiu, o qual, enquanto enfeita à vista dos tolos, os expõe aos tácitos sarcasmos de quem não é vesgo e sabe dizer-lhes com a linguagem de Persio: *ad populum phaleras, ego te intus, et incute novi; non pudet ad morem discincti vivere natti*. Galões ao povo, a carne e o coiro eu vejo-te costumes tens do Beleguim mais sujo. Alerta! Alerta! Alerta!

N. 7


SENTINELA

DA LIBERDADE

A BEIRA MAR DA PRAIA GRANDE

ALERTA ESTÁ

SEXTA-FEIRA, 22 DE AGOSTO DE 1823



Guiados pelo exemplo de outras nações constitucionais onde existe a liberdade da imprensa e nas quais, contanto que não domine nelas tanto o princípio liberal como no Brasil, expenderemos sempre com toda a franqueza todas aquelas doutrinas políticas que nos forem ditadas pela íntima convicção da nossa alma, desejando que com outra tanta liberdade nos sejam refutadas no que puderem ser erradas pelos que opinarem contrariamente conosco, ou mesmo pelos escritores que conosco se parecem, pelo que lhes observamos que a liberdade de imprensa não pretendemos por maneira alguma que nos seja exclusiva, e sendo nós bem longe de querer cair em Sylla, depois de nos haver salvado dos naufrágios de Caribes dos últimos passados tempos. Na formação e composição do novo pacto social de uma nação nova (nós consideramos o Brasil como tal, por todas as razões que apontaremos, se a isso formos provocados) quanto mais escritores aparecem, e quanto mais diferentes doutrinas são apresentadas ao exame e à discussão, é sempre mais vantajoso para o bem geral da nação futura.

Os delegados pelo povo em quem sempre nós opinaremos, que consiste a plenitude de direito de ditar as condições debaixo das quais lhe faz, ou não lhe faz conta de se unir com aquela sociedade, assim como é arbitrário a qualquer o fazer ou não, em comércio, um contrato de venda ou compra sobre o que é livremente seu ou pode comprar sem prejuízo de alguém; quanto mais forem informados das opiniões que circulam, dos desejos dos seus outorgantes, do estado geral das luzes, luxo e civilização de toda a nação, e bem inteirados dos princípios de jus público que dominam e se uniformam com a atualidade dos tempos, melhor poderão peneirar as leis que devem formar as bases do predito pacto; e sendo constante que tanto mais é fornecida uma loja, quanto mais é delicada e satisfatória a escolha que se faz da fazenda, semelhantemente quanto mais materiais tiverem ao seu alcance os legisladores

constitucionais, melhor sairá, e mais grato e inabalável o novo edifício moral. O predomínio da força sobre a razão não deve ser posto em cálculo; quanto acontece nos tempos presentes, é precário, e não pode ser de alguma considerável duração; portanto, utilizando-nos unicamente daquelas ideias que nos são próprias e sem recorrermos ao apoio das citações, as quais não poderíamos fazer, senão muito vagas, por falta dos autores à mão e que julgamos inteiramente inúteis, fundados no princípio que a verdade e a razão quanto mais despidas de ornamentos, se fazem mais sensíveis, diremos, sem fazer pompa literária erudição, sempre o que a nossa consciência nos ditar, e publicaremos quanto mais doutrinas pudermos em menos palavras. Quem se ache na desagradável posição de sustentar a antítese delas e que precisa acreditar as doutrinas que prega, como temos visto nos escritos dos doentíssimos nossos adversários: quanto falta a base do argumento, então é que se recorre a um pedaço desligado ou da história ou de um dito de qualquer autor, ou a algum verso mutilado e até às vezes desconhecido ou escrito em sentido de controvérsia, para daí principiar com engenhosos sofismas o enlaço da falsa e errônea doutrina que se que infundir nos ânimos e na faculdade intelectual dos menos sagazes leitores. *Tableau d'après nature n'apas besoin de bordure.*

Com não pouca pena recebemos notícia que na augusta Assembleia tem-se, de novo, falado do nosso conselho da boa amizade; e, como por causa de termos mudado de imprensa, não pudéssemos dar em tempo o nº 4 desse nosso periódico, no qual retratávamos toda aquela parte do tal conselho que, pelas crises políticas acontecidas em Portugal, tinha se tornado suspeita, vamos, de novo, no presente, dizer alguma coisa sobre o mesmo assunto. Quer pelo motivo que apontamos, quer porque as circunstâncias cada dia se façam mais urgentes, para dever-se bem dilucidar o tal nosso avulso, acrescentamos o que se segue aplicando à política o sábio método que tem um médico quando trata de um doente afeto de uma complicação de moléstias opostas, o qual, procurando combater a mais executiva, descuida no maior perigo as outras e, alguma vez, provoca o desenvolvimento de alguma das outras para com os seus efeitos atalhar ou paralisar a mais séria. Nós, vendo o Brasil oprimido por um ministério despótico e reduzido à condição da incerteza, da desconfiança e temores, projetando-se tudo destruir para elevar o novo edifício de um disfarçado absolutismo sobre as ruínas da liberdade, julgamos que o único meio para lhe poder de alguma forma resistir e fazer face, fosse o de unir e reconciliar dois partidos fracos, idênticos em si em substância e só divididos nas formas (o dos liberais do Brasil, e da Europa) e, em consequência, a estes só foi que nos dirigimos, fazendo-lhes a proposta daqueles sete artigos que, bem analisados, assim como o provamos no nosso nº 4, são todos de vantagem real ao Brasil. Nós não podíamos, então, adivinhar que daí a poucos dias a Ninfa do Brasil, pela escuna Americana, nos trouxesse tão desagradáveis notícias,

não tínhamos ainda bastante certeza de que [?] daquele ministério fosse constante e duradoura, e menos esperávamos que os mesmos indivíduos, de um dia para outro, sentindo que eram brasileiros e o que deviam à sua pátria e aos seus concidadãos, passassem de repente aos antípodas da até então por eles sustentada política. Em certas coisas, somos meio adivinhadores; mas em tantas outras, onde nos faltam dados para calcular, não chegamos a prevêê-las; e por prova declaramos que se pudéssemos imaginar a metamorfose que tem acontecido, teríamos feito o esforço de um generoso sacrifício dos tantos e não pequenos particulares e pessoais ressentimentos que temos pelo que se tem praticado a nosso respeito, assim como progressivamente prometemos fazer, em contemplação só de querermos sempre antepor o amor, o interesse e o bem da pátria às nossas satisfações individuais. Assim, à força de bulir sem motivo razoável com o nosso *conselho da boa amizade*, pois que tendes arrancado senhores, por duas vezes... o mistério político que nele se encerrava; agora estareis satisfeitos. O pesar que temos é o ouvir que se espalham boatos que podem ser confundidos pelos ignorantes com as máximas insinuadas neste nosso conselho, mas que na realidade são diametralmente opostos. Fala-se por certos visionários sebastianistas na reunião com Portugal, e maliciosamente tenta-se pelos mais astutos fazer acreditar que S.M.I. seja disposta e inclinada a efetuar esta impossível reunião, e até aponta-se dois outros indivíduos, os quais estando sempre em roda de S.M.I.; não cessam de trabalhar a este fim: Diz-se que estes dois sujeitos de todos conhecidos só pela sua nulidade, imoralidade e baixeza são guiados pela oculta malícia de um terceiro que, em breve devendo ser ligado por vínculos de família com o último destes, é o perigoso mentor deles. Imperial senhor, tais indivíduos são julgados de todos como sanguinários monstros, que na noite do dia 22 de abril (noite de horror) serviram de veículo à translação das ordens daquele atroz atentado, cuja negra noite nunca mais poderá a infinidade dos séculos riscar da história dos erros do senhor rei D. João VI. Imperial senhor, todos sabem que as máximas e doutrinas que espargiu frei S. Paio, lhe foram sugeridas por estes monstros! Senhor, todos sabem que são dois infames áulicos europeus! Senhor, lembre-se V.M.I. que vive entre brasileiros, que a sua grandeza, a sua força e o seu bem ser são inseparáveis da causa dos brasileiros. Que força humana, quer física, quer moral, não já não é capaz de arrancar ao honrado e valoroso Brasil o estandarte da sua justa emancipação, e da sua santa liberdade, que já a estas horas nada valem bernardas, ainda que em um miserável ponto pudessem instantaneamente aproveitar! Já o Brasil sacudiu o jugo que iniquamente o sujeitava, e já o europeu ou brasileiro, seja este jugo qualquer que se lhe queira impor, não o suportará: até que um só brasileiro existir com as armas, com o fogo, com o veneno, e no último extremo com as unhas e com os dentes, defenderá raivoso a justiça de sua sagrada causa e caducante, velho e mal firme

não haverá criança que o papel não represente nessa tragédia do maior dos heróis. Os caboclos e botocudos sairão das matas e as diferentes feras se juntarão para sustentar a mais renhida e justa guerra: os elementos todos, as mesmas pedras se levantarão contra os assassinos que atentassem, por qualquer forma que fosse, escravizá-los. Não Portugal, (que impotente, retalhado de partidos e exaurido de dinheiro e de forças, nada já pode empreender de ativo, e expirante conserva à sua existência política) mais potência alguma europeia já não pode dominar o Brasil, que de ninguém quer ser dominado. A mais potente dos mares sucumbiu sob os povos que então eram nulos das províncias do Norte e não se pôde conservar em Buenos Aires: a primeira das terrestres viu-se constrangida depois do sacrifício de 60 mil dos primeiros soldados do mundo (dos franceses daqueles tempos) a abandonar a insensata empresa da Ilha de São Domingos: a mais soberba, teimosa e rica, pelo resultado de muitos anos de inúteis esforços, viu erguerem-se, sem poder obstar, muitas impotentes repúblicas nos seus antigos domínios. Tal é a história moderna da América. A antiga do Brasil nos diz qual foi a sorte dos holandeses e dos franceses, ainda que naqueles tempos no Brasil não houvesse, quase que se pode dizer, nem povo, nem armas, nem método algum de fazer a guerra: de tudo, bem claro se colige que pelas dificuldades das distâncias e das suas locais particularidades, não há povo nele, que não querendo, possa ser escravo ou patrimônio de alguém. Na notoriedade [?] das circunstâncias, julgamos nosso indispensável dever o recordar a V.M.I. que os brasileiros todos o consideram como o anjo protetor, que na madrugada do dia 26 de fevereiro afugentou as trevas do despotismo, abismando toda aquela corja de válidos que fazem injusto e insuportável o reinado do senhor D. João VI, o qual feito simulacro da real autoridade deixava que encobrissem com a sua sombra quantas infâmias, rapinas e nequícias eles queriam praticar. Julgamos do nosso dever, o recordar à V.M.I. que os brasileiros todos, mais ou menos, sempre em razão da inversa da aparência do predomínio dos cortesãos e dos ministros, não têm deixado de lhe tributar o mais sincero e fervido amor, e de olhar para V.M.I. como para o mais denodado defensor da sagradíssima Independência, e como mais firme sustentáculo da mais liberal Constituição, que por tantas vezes lhes tem prometido. Julgamos do nosso dever rememorar a V.M.I. que os brasileiros sempre acreditaram que V.M.I. fosse o talismã prodigioso, a cuja milagrosa virtude fosse devida a convergência e integridade que as diferentes províncias têm conservado. Queira, V.M.I., procurar o não causar o afrouxamento deste divino amor que os povos lhe consagram, continuando a ter ao pé de si objetos que são o alvo da execração nacional e do universo opróbrio. Deixe, V.M.I., de soprar sobre eles a aura da sua proteção e verá V.M.I., então, como sendo entes nulos, para não dizer desprezíveis, caíram num instante no nada que sempre os distinguiu.

Não desgoste, V.M.I., os povos, que sendo seus pais, se comprazem em se chamar seus filhos; e não provoque, por forma nenhuma, ou desafie as pretensões de direitos; pois V.M.I. sabe muito bem, e todos sabem, que a palavra direito é toda metafísica, que a sua realização está na força e que esta força no Brasil consiste na nação e na livre vontade dos indivíduos que a compõe. Tome V.M.I. o exemplo de todos os novos reis coroados pelo grande Napoleão, que todos caíram com ele, à exceção do da Suécia, o qual na Suécia se fez Sueco, mandando embora todos os franceses, querendo suecos à sua Corte e em todos os empregos públicos. Por nacionais do Brasil nós entendemos todos aqueles que têm abraçado e seguem sinceramente o seu justo partido. Procure, V.M.I., por todos os meios da candura, da conciliação, da doçura e ternura de amor, convidar os povos de todas as províncias a conservarem-se no mesmo paternal desvelo para com V.M.I., mostrando-lhes toda a boa-fé possível e fazendo-lhes apalpar que vive lançado inteiramente nos seus braços, que no afeto deles inteiramente se abandona, e que por meio algum não causará ou provocará desconfiança nenhuma capaz de produzir o desmanche das províncias, o qual se desgraçadamente acontecesse seria sem reparo. Se nós pudéssemos lisonjear que os nossos conselhos não fossem tão infelizes como pelo efeito das inopinadas circunstâncias sobrevindas, foi o da boa amizade, não nos atreveríamos novamente a manifestar, o que julgamos ser na época presente o único remédio aos males políticos que ameaçam o Brasil; e, portanto, fiados na esperança de uma maior fortuna, vamos exortar de novo a V.M.I. a augusta Assembleia Constituinte, os brasileiros, os habitantes todos do Brasil, europeus ou americanos sejam, a mais concorde união, a mais recíproca confiança, a mais inteira boa-fé; confundindo todos os particulares interesses, todo o respectivo amor próprio e todos os universais desejos em um só desejo, num só intento, numa só direção de vontades e de meios para, com isto, manter, fortificar e rapidamente aperfeiçoar a grande obra do Império do Brasil.


SENTINELLA

DA LIBERDADE

A BEIRA MAR DA PRAIA GRANDE

ALERTA ESTÁ

TERÇA-FEIRA, 26 DE AGOSTO DE 1823



Lemos com muita satisfação no nº 2 do *Tamoyo*, e temos achado que aquele redator nos tem prevenido sobre as matérias de que tratou; pelo que não nos fica mais, se não conformarmos com ele, acrescentando algumas nossas observações. Estranha ele, com razão, como o ministro da Justiça tenha caído no erro de publicar em nome de S.M.I., portarias cuja importância excede à periferia da autoridade do monarca; e mostra-se admirado de achar na redação das mesmas, a publicação das particulares formas de pensar daquele ministro, expendidas como oráculos de imparcialidade e puro moderantismo sobre matérias que, sendo da competência do Poder Judiciário, só por este podiam legalmente ser julgadas e caracterizadas: porém, não estranhemos nós, apesar de não ter tido tanta frequência com aquele quinhentista cabeleira, sabendo que os farrapos velhos nunca se podem bem ajustar em uma casaca nova e fazer boa liga com os panos [?] novos, em tempo nenhum nos podemos persuadir que um homem com quem tendo nós tido que tratar por certo particular e achado teimoso, obstinado e impenetrável à razão, como manifestaremos se for preciso, pudesse ser mais destapado nas outras ocasiões. Os homens nascidos, crescidos, educados e mantidos nos princípios do século passado não são bons, e de nada servem nos tempos presentes: ele nos tem bem mostrado, no seu desgraçado governo de Pernambuco, onde sem ser menos acérrimo e servil realista, não soube nada fazer, nem de nada servir na ocasião daquela expulsão revolucionária. Nós cremos que, quanto disse em Lisboa Filippe Alberto Patroni a respeito daquele velharrão do ministro Monteiro Torres, poderíamos cá repeti-lo acerca do Exmo. Montenegro, sem o ofender: é velho, carece de descanso. Ninguém nos diga que ele é bom homem, que não teve parte nas prisões, nas devassas de inconfidência e nas arbitrariedades ultimamente passadas; se fosse tal, longe de participar daqueles atentados, teria antes dado a sua demissão do que cunhá-los com a sua adesão... é velho, carece

de descanso. A censura feita sobre as operações arbitrárias do Exmo. Ministro da Guerra não se nos apresenta nada menos fundada em princípios; mas como este sujeito, cuja fama não excede a espera dos seus parentes, assim como os outros, nos é inteiramente desconhecido e, portanto, nos limitamos a convir com o Sr. *Tamoyo*, em que a latitude do despotismo parece que em nada lhe repugne. A arbitrariedade apontada ao Exmo. Ministro da Fazenda não seria mais desculpável, mas como consta que a certa pessoa que lhe tem requerido um pagamento dos mais sagrados possíveis, lhe dissera que reconhecia toda a plenitude de direito das suas reclamações tendentes a ser satisfeito já; mas que, contudo, não lhe podia pagar dinheiro nenhum separadamente dos mais credores, e até que não soubesse positivamente a quantia da qual poderia dispor, não podemos tão levemente acreditar um fato que, se for verdadeiro, tornaria suspeita a balança deste filho primogênito de Astrea e as suas aparentes ingênuas maneiras. O que nos admirou e fez sensação de muito grande, foi o ouvir que os excelentíssimos ministros, em um lugar público como no teatro, mal sustentando a categoria da própria dignidade, se deixassem ver a causa dos nulos válidos áulicos! Mas a isto lhe diremos com o trágico italiano. “*Superbi, e vilial’ nopo, infame sempre*”. Acaba a sua folha o *Tamoyo*, queixando-se de não poder fazer algumas observações sobre o último Proclama de S.M.I., por falta de estar este Proclama referendado ao menos por um ministro, assim como devem em um sistema constitucional indispensavelmente aparecer todos os atos feitos pelo monarca: a isto lhe diremos nós que, unicamente por ser feito e assinado o dito Proclama pelo imperador, sem que aparecesse nele algum ministro que com o seu nome se fizesse responsável pelo seu conteúdo, nos temos absterido de fazer dele a análise, assim como o bosquejo dos males a que semelhantes medidas expõem as nações e os vínculos com que ligam os seus chefes todas as vezes que são tomadas sem a mais urgente necessidade. Compare-se o Proclama que começa “Fluminenses, que delírio é o vosso com os manifestos à nação e aos soberanos estrangeiros: compare-se o do dia 30 de outubro com o de 16 de julho e com este último, e ver-se-á se o que acabamos de dizer acerca da economia, nunca bastante em semelhantes matérias, é força do caso. Qual será a ideia que se formará da santidade dos juramentos, da fidedúcia das palavras, do cumprimento das promessas, da boa-fé, da honra e da religião do Sr. Rei D. João VI, depois de comparar os dois Proclamas que fez em Lisboa no breve espaço de três dias, um dirigido a criminar, desaprovar e ameaçar seu filho, o infante D. Miguel, tratando-se até de traidor, e o outro, no qual à testa da sua pouca tropa, como perjuro nos tantos seus repartidos juramentos recém-renovados, apresentou-se em Lisboa [?] se tinha clandestinamente apresentado conjuntamente com o mesmo tipo criminado...? Se ele não tivesse baixado estas peças autênticas, poder-se-á dizer que tivesse falas às presenças e juramentos sim, mas nunca se poderia lançar-se em rosto

documentos não autênticos feitos e desfeitos, jurados e desmentidos em tão pouco tempo. Ora, pois, se consideramos um imperador da Rússia que promete aos seus povos e, particularmente aos polacos, uma Constituição muito liberal, a qual já lhes faz saborear e depois lhes falta: se nos lembrança de um Luiz XVIII, que espontâneo dá a França uma carta a qual, por ser de concessão regia, não lhe era tão desagradável e a mutila, recorta e reduz nula, antes que os franceses cheguem a gozar dos seus efeitos; se reparamos na suspensão das mais importantes leis fundamentais do pacto social britânico, provocada por aquele governo e ministério: se as tentadas e repetidas traições de Fernando de Castella, se nos apresentam à imaginação: se as simulações, falsidades, perjuros e baixezas praticadas por Fernando de Napoles e seus filhos fazem reviver as dolorosas feridas das nossas recordações políticas e se, enfim, olhando para todos os mais soberanos da velha Europa não achamos um só que não trabalhasse incessantemente *por fas, et por nefus* com todas as suas forças e meios ao aviltamento, ao encadeamento, à escravidão dos povos que compõem a nação do qual é chefe, ficaremos maravilhados se também não encontrarmos um povo que, com todo desejo, com o último emprenho e por todas as formas não procure aterrar estes insaciáveis inimigos da fruição dos seus inalienáveis direitos, e não os tenha no conceito de serem os cruéis verdugos da sua liberdade e da sua vida moral? Qual é a opinião pública que eles são em direito de gozar, senão a de falsários, de perjuros, de homens sem honra, sem fé e sem palavra, capazes de tudo, prontos a tudo exceto ao bem e, dos quais, cada um de per si e todos juntos, devem em tudo desconfiar e a tudo esperar-se deles todas as vezes que julgarem alguma coisa convir aos seus quaisquer que forem interesses? Diga-nos quem tem argumentos para isso, empreenda defendê-los; e ensine-nos ao menos a receita, e o segredo para cessar de odiá-los, detestá-los e aborrecê-los! Possa a desonrante história de tantas iniquidades debuxar aos olhos do nosso magnânimo imperante o quadro lamentável da Europa toda, ameaçante a toda a hora de estragos, revoluções e mortes! Possa o triunfo da má-fé, dos enganos e da perfídia com que acolá tão impudentemente os reis mofam dos povos que consideram como rebanhos, acender no coração de S.M.I. o santo horror e o justo desdém que merecem todos os que chamados ao trono para formar a felicidade e as delícias dos governados o sujam e afeiam com tão nefandas ações! Sim, ousamos afiançar que feito brasileiro inteiramente no Brasil, não deitará os olhos no espelho político da Europa, senão para se afastar daqueles criminosos descuidos que são impraticáveis na América e para nos provar com o fato, quanto pensa, que seja justo dizer: *Si Romam ibis, lionano vivito more.*

Ouvimos falar na Bahia e dizer que aquele governo, tropa e povo não quiseram aceitar o Bachá de sete caudas, Moraes, que acolá tinha sido enviado por comandante em chefe daquele exército. Qual maravilha se assim foi? Os baianos hão de ter certamente recebido notícias das baixezas, despotismos, estragos e perseguições arbitrárias que este Camaleonte tem feito em Campos, onde entre tantas e mais belas coisas, tem chegado a levar o descaramento e a pouca vergonha, a ponto de se fazer coroar de louros juntamente com a Sra. D. Rita em um triunfo que celebrou quando, regressando de Macaé (poucas léguas aonde tinha ido tomar banhos salgados), voltou à Vila de São Salvador. O culto divino, que uma corja de vis aduladores, entre os quais, merece o mais distinto lugar o Sr. Vigário da Vara Padre Eduardo, rendiam a este Cavalo de Calígula, era tal que todas as vezes que saía da sua regia, em cortejo de mais de cem pessoas (e cada uma ia por não ser apontado nos que faltavam) o acompanhavam; mandando repicar a todas as torres por onde passava, e aturdingo os ares com o estrondo dos foguetes em rendimento de graças, quando depois de feita a competente digestão, voltava do seu vespertino passeio. Srs. Leitores, estes são fatos que temos presenciado, e não há hipérboles. Assim como temos com nossos olhos tido ocasiões de aprender umas certas novas manobras militares até então a nós, velhos camaradas, desconhecidas. No grande e sempre memorável dia da coroação de S.M.I., mandando ao ilustríssimo Sr. Pança Moraes todo o exército campista, depois de ter feito desfilar os diferentes corpos adiante do retrato de S.M.I. sem lhe fazer nem sequer a menor continência, principiou a fazer uma pompa de teorias militares, mandando manobras de todo o lote que até foram admiradas dos jacarés aparecidos à beirada daquele rio, de propósito e entre outras, distinguiu-se em uma totalmente nova, e da sua invenção feita com o fim de curar do carcundismo todos os infectos daquela moléstia. Fez dispor toda esta canalha na fileira da vanguarda, e depois estando as fileiras fechadas, mandou energicamente que se apresentassem as armas. Está visto que, então, os que tinham atrás de si um camarada ultraliberal, receberam uma horrível pancada na cacunda, e os que eram retroguardados por algum moderado foram poupados; do que resultou uma unidade tal de ação que pelo ático do ridículo divertiu não pouco os espectadores. Grande generalão, sem dúvida, para tomar a Bahia já evacuada dos inimigos! Acostumado ao fogo da panela ou da frigideira, fortes prodígios teria obrado este grande campeão, se aqueles velhacos adivinhando a sua ida não tivessem, de antemão, fugido medrosos!

Nós poderíamos dizer muito sobre o que lhe alcançou a proteção ministerial, que lhe valeu uma tão desmedida promoção: mas por não fazer uma história fastidiosa aos nossos leitores, contaremos só o que ele mesmo disse ultimamente quando voltava para Campos. Suas gavarias – tenho assegurado ao... de ter feito tanto estrago dos liberais em Campos e prometido de fazer

sobre eles tanto extermínio se de novo ousassem aparecer, que estou certo de ser contemplado nas maiores promoções e que a minha carreira será a mais rápida e a mais brilhante. O fato tem justificado as suas asserções, que talvez sabidas também dos baianos, sejam a causa principal de não o haverem aceito.

Comprida é a história deste grande paladino; e quando não tivermos nada de melhor com que sujar as nossas folhas, prometemos de nos entretermos de novo com ele.

Terrível condição é a de escritor público todas as vezes que os seus escritos caem debaixo da censura de estúpidos leitores, ou da má-fé dos interessados!

Não respondemos aqui a uma correspondência inserida no nº 18 do *Correio*, porque dirigimos àquele mesmo redator logo as nossas observações, que a éramos, nos faça o favor de publicar.

Nesta nossa folha nos ocuparemos unicamente de relevar a aberração das faculdades intelectuais em que se acha o sedizente Amante do Brasil, o qual mandou inserir no *Correio* de nº 19 uma sua carta, relativa à nossa *Sentinella* nº 6. Nós não iremos refutar toda a primeira parte da tal carta, que juramos aos céus não entendermos o que nela queira dizer, tanta é a clareza com que está escrita.

Pouco sabe ler, e menos nos entender este fanático-raivoso-europeu-disfarçado. É verdade que dissemos, repetimos, assim como pensamos, e não há quem, conversando com algum europeu, logo não descubra que todos os não poucos portugueses sebastianistas já estão em alento pelas doces lisonjas da aparição do messias... mas é falsa, é aleivosa, é maligna a consequência que disso ele puxa para asseverar que nós tentássemos de aconselhar a readmissão ao ministério dos Andrades. Eles são fora; e ninguém mais do que nós tem se tanto regozijado da sua queda pela qual ardentemente temos trabalhado. Aprenda a ler, Sr. Amante do Brasil, (se o fosse, o que muito duvidamos, por esconder-nos a sua graça) e depois verá que se louvamos os talentos dos Andrades é porque os possuem: que por serem de talento agora que, chocados pela reação do amor próprio jogam o papel de liberais, gostamos de os ver nas Cortes; e que se nós temos desistido de os injuriar é porque nós fazemos uma glória de esquecermos dos depressos para lutar, de preferência, com os poderosos quando são infectos das mesmas imperfeições.

Há duas qualidades de soberba, uma é a dos que curvam aos grandes e se fazem insuportáveis para com os iguais e inferiores; a outra, às avessas, é a dos que com os iguais e inferiores são humildes, e altivos com os grandes. Nós nos prezamos ser desta última qualidade. Seja o Sr. sedizente Amigo do Brasil, se quizer da primeira, que é a dos répteis nulos e rasteiros seus iguais.

De onde é que infere o Sr. Amante do Brasil, que nós aconselhamos ao imperador de demitir o atual ministério, para reentregá-lo aos Andradas? Os Andradas por nós agora são, e podem ser ótimos como deputados, estando à testa da oposição; mas nada de ministério nas suas mãos, já os temos experimentado como ministros e não desejamos torná-los a dever detestar.

Os ministros sempre hão de ser ministros, e quem quiser fazer mudar de caráter o homem mais liberal, basta que o ponha a ministro! Coitado! Sr. Amante do Brasil! Como se nos deu bem a conhecer quando nos disse falando dos Andradas e do ministério sem que em nada isto acolá coubesse – Por qual crime há do imperador abandonar os seus antigos criados? Influem eles nos negócios públicos? São eles ministros de Estado? Pérfidos! E quem é, Sr. Amante do Brasil, que não conheceu a vossa mercê a esta linguagem apaixonada, que se parece com quem trata os negócios em causa própria?

E aqueles pérfidos! Por nossa inteligência, como a conversa era conosco, que somos um só, e acha-se ao fim do período que falou dos criados, a quem é que o dirigiu? Faça o favor de nos dizer porque, aliás, nós, os que leem conosco, podemos crer que tenha a sua relação com substantivos pessoais anteriores...

N. 9

SENTINELA

DA LIBERDADE

A BEIRA MAR DA PRAIA GRANDE

ALERTA ESTÁ

QUARTA-FEIRA, 27 DE AGOSTO DE 1823



CORRESPONDÊNCIAS

Sr. Redator.

Viva quem fala a verdade, vossa mercê é um daqueles homens que andam sempre contra o vento e navegam no meio da tormenta; não é de admirar que tenha poucos companheiros, poucos há que queiram ser verdadeiramente homens, e não cegos das opiniões e doutrinas alheias e da moda; a maior parte da gente gosta de navegar em bonança e com vento em popa; e isto ou por falta de ânimo ou por ignorância da náutica; não estranhe, portanto, que outros periódicos apareçam cheios de correspondências contra vossa mercê e a favor dos validos atuais e do sistema europeu corcundal que disfarçadamente protegem; isto é natural, o heroísmo dos tolos é adular a quem está mais alto do que eles, ou com aparência de poder, é preciso deixar-lhes algum desafogo. Queimem, sim, estes corcundas, incenso e mirra ao Deus Molock ou aos seus penates, para que ao menos espalhem um pouco a modorra e a ferrugem do seu espírito com a ideia lisonjeira de honras e prêmios. Não se assuste pelas gritarias destes zoilos, porque nada valem, o público lhes dá sempre aquela atenção que costuma dar a bulha dos carros que andam pela rua, ninguém lhes vai pôr sebo no eixo para que não chiem; mas quando passam, a gente não faz caso deles, ou tapa os ouvidos. Quando os Andradas estavam no ministério, todos os periódicos formigavam correspondências a favor deles, mas apesar das cartas ao Joaquim e das baixas esfregadelas com que o Espelho perdeu o seu aço, o Regulador arrebentou a corda e os Andradas caíram; assim sucederá também aos figurões que agora estão no galerim; se eles tivessem dois dedos de tino, olhando para o passado, rogariam encarecidamente aos seus amigos de os não pôr tanto aos olhos do público, pois quem não quer balas pelas ventas, nunca se chega aos postos avançados, mas procura ficar na retaguarda. Continue,

portanto, Sr. Redator, no belo sistema, e deixe obrar a natureza. Sou seu constante leitor firme. – Liberal-Fluminense.

Sr. Redator.

A mania de escrever e de agradar ao partido dominante, ainda que efêmero, faz dizer muitos disparates. Eu que já andei de voltas com um pífano vejo-me agora atacado por um *Tambor*; este se assina constitucional, mas apesar da assinatura, logo desconfiei dele; pois que os tambores fazem muita bulha, e a Constituição quer muito sossego; parece pelo rumor da caixa que ele ainda anda na recruta, porque rufa destemperadamente desde o princípio até o fim. A constitucionalidade do seu toque é querer ser privativo no direito de falar (bom liberalismo à europeia) e declarar indistintamente perigosos todos os estrangeiros, ameaçando-os com baixas e desterros para os alpes, se eles se não colocarem. Bela maneira de convencer! Por ventura, eu, na minha *Sentinella*, mandei alguma vez calar algum *Tambor*, para um destes rufadores quererem agora fazer calar e render uma sentinela, a qual não recebe ordens de tambores, mas antes os pode mandar fazer alto, reconhecer, passar de largo e dar-lhes um tiro quando não obedecem? Ora, a falar a verdade, não sei qual de nós levou o mel pelos beiços, se eu que estou de sentinela guardando o meu posto, o Sr. *Tambor* que tem andado talvez de porta a porta a dar boas festas em casas particulares!!! Pelo que vejo sempre pechinchou alguma coisa; ora que lhe faça muito bom proveito, mas diga-me, Sr. *Tambor*, vossa mercê sabe se o estrangeiro de que fala estará naturalizado e muito melhor brasileiro do que vossa mercê que não nos diz a sua origem? Porque quer aproveitar da palavra estrangeira para desacreditar a minha folha. Olhe, Sr. *Tambor*, os sábios do Brasil, por ora, regulam-se pelo que os estrangeiros escreveram, de cujas obras têm cheias as suas bibliotecas; quando forem moda as doutrinas dos tambores, então poderá aparecer, mas, por ora, vá temperando a sua caixa, e meta-se em copas; ou se quer enterrar gente com o sopro das suas chufas, vá na Arábia deserta, onde os ventos podem mais do que neste país. Tudo quanto vossa mercê diz a meu respeito não tem nem pés, nem cabeça, eu deveras confesso que não percebo a sua verdadeira intenção, pois o acho numa contradição manifesta. Diz que eu convidei os Ciclopes, mente, eu não convidei os Ciclopes, mas sim aos Andradas, e o fim para o qual os convidei é melhor e mais louvável do que o ódio que vossa mercê lhes tem; convidei-os para um sistema, no qual vossa mercê mesmo confessa que, se quisessem, poderiam prestar muito e fazer a fortuna do Brasil; e convidei-os como amigo, apesar da zanga e ressentimento que eu lhes deveria ter por motivos mais que justos dos que azedam a vossa mercê, que talvez os odeia sem que nada lhe tenham feito,

como o vilão que detestava Aristides; nisto, apesar de ser estrangeiro, mostro mais patriotismo que vossa mercê, pois sacrifico as minhas particulares quezilas ao bem geral do país de quem me prezo ser cidadão e filho adotivo, e a quem defenderei quanto a vossa mercê e qualquer outro.

Se vossa mercê tivesse sido, como eu, convidado e estimulado com lisonjeiras promessas a carregar mais a mão sobre esses homens, não sei se os seus rufos teriam parado a este respeito, com os meus alertas; não sei se o esplendor dos prêmios lhe teria deixado conhecer a imperiosa necessidade de não bater mais nestes indivíduos, cujo aviltamento pode servir de apoio aos inimigos assolapados da causa liberal, que não só eu, mas todos os bons brasileiros têm abraçado. Sr. *Tambor*, quem me tentou podia-me dar mais mel pelos beijos do que os Andradas. Eu não me deixei seduzir, porque nada é capaz de me subornar; porque quanto mais adversa é a sorte, maior é minha coragem; e quanto mais o meu inimigo é infeliz, tanto menos o detesto. Estes são sentimentos estrangeiros, e se não agradam a vossa mercê, dar-me-ei por feliz, que sempre me considere estranho à sua espécie.

Eu sempre detestei a tendência ao despotismo, e não as pessoas com quem divisava, todos os homens que abraçam qualquer sistema devem ser coerentes aos seus princípios essenciais, que nunca devem perder de vista por acidentalidades secundárias.

O meu sistema é o liberalismo, acho que sendo amigo de todos os que professam, e inimigo encarniçado dos que o contrariam, cumpro exatamente com a minha obrigação, e sustento o meu caráter. Enquanto julguei que os Andradas eram contrários a este sistema, os considereei sempre como meus capitais inimigos, e ninguém mais do que eu lhes tinha feito a mais aberta guerra quando eram poderosos, e que em lugar de me fazer mal, podiam muito bem dar-me o mel pelos beijos, como vossa mercê diz, que agora fizeram, quando já não podem. Mas o perigo em que vejo o Brasil, a causa da sua independência liberal e a conservação da sua integridade me obriga a considerá-los debaixo de outro aspecto e como legisladores, sem ser ministros, os devo respeitar, uma vez que estando, como vossa mercê diz, já no povo seguem o caminho direito e fazem bom uso dos seus talentos, os quais vossa mercê confessa que ainda podem ser úteis ao Brasil, quando tratem a causa da liberdade. Basta eu estar persuadido de que estes brasileiros podem ser vantajosos à nação para os desejar comigo nos trabalhos que tendem à felicidade da mesma; pois eu não sou como o Sr. *Tambor*, o qual talvez tendo já posto o seu coração sobre a torta, teme que a multidão dos concorrentes lhe estreite o grande quinhão que espera. Para mim, que não sou egoísta, sempre vale o ditado “quanto mais, melhor, nas coisas de Deus”. Embora o Sr. *Tambor* envenene com desconfianças os sãos princípios que publico, a minha consciência não me remorde, o

juízo dos retos é para mim, e o dos modernos europeus carcundas, para o Sr. *Tambor*, que disfarçadamente o vai buscando.

Assinado, o redator da *Sentinella da Liberdade*.

Esta nossa resposta a dirigimos logo, logo ao redator do *Correio*, para que nos fizesse o favor de a inserir na sua mesma folha; e isto, em razão de que os que leem periódicos, não os lendo todos, e a maior parte dos leitores de um não combinando-se ordinariamente ser a dos outros; do que nasce, que quem tem lido os agravos e não vê a resposta fica mal impressionado, e quem lê a reposta sem ter visto o agravo, fica causado com uma por ele inútil leitura; mas fomos frustrados nas nossas esperanças, posto que aquele redator, assentando que fosse desairoso que um periodista mandasse artigos de correspondência a outro, e que se publicasse o remédio no lugar tópico da ferida, não julgou de nos ter por merecedores de um lugar na sua prelibada folha. Disto nós não nos agravamos, o que nos faz alguma pena é, que tal sua, seja qual for determinação, não a tenha participado, e que tenhamos tido o trabalho, depois de dois dias de intervalo, de dever nos procurar por meio de uma carta; não pelo incômodo, mas pelo atraso que nos causou e que mais nos teria causado, sem o estímulo da carta, em uma matéria que, sendo posta ao juízo do público, já se pronuncia contra os que buscam pretextos e meios para ocultar, e eclipsar ou retardar aos juizes a produção dos documentos. Quem pede vista, ordinariamente, vai em procura de chicanas. Já o douto redator do *Sylpho* nos tem mostrado que, no inserir do próprio periódico, os ataques que se lhe fazem consiste a generosidade do acusado e a convicção que tem de boa-fé de ter falado a verdade; mas quem recusa de o fazer, seja qual for o subterfúgio, deixa conhecer, pelo menos, que receia a correção ou a comparação dos argumentos. Agradecemos muito, sem lhe ficar obrigados, a generosidade com que o redator do *Correio* nos disse na carta que foi obrigado a nos responder, não inseriu a nossa resposta, diz ele, por dar armas aos nossos inimigos; mas lhe observamos que fica sem efeito, quanto ao fundo, todas as vezes que nos provoca a fazê-lo pela nossa folha, e que unicamente se reduz a pôr em obra todos os meios ao seu alcance para diminuir o número dos leitores das nossas defesas. É razoável que quem nos atacou e reatacou queira ou possa de boa-fé usar conosco tanta grandeza de ânimo... benignos leitores, julgai-o.

Omnia Promissa debita sunt

Lembrando-nos ter prometido a publicação de algumas notícias acerca dos Cavaleiros da Santa Cruz e da Carbonária Italiana, vamos agora a cumprir com a nossa promessa, posto que antes, por certas particulares razões,

não pudéssemos. A isto nos achamos, também, obrigados, por causa de certo artigo do nº 17 do *Conciliador de Pernambuco*, que apareceu por cá, o qual ainda que assaz errada e confusamente nos resguarda, e exige de nós uma refutação completa para não sancionar com o nosso silêncio os errados aleives que se nos fazem.

Pretende o redator daquele periódico manifestar ao público que tem alcançado descobrir pelas conversas feitas por certo sujeito F. N., que tinha passado por Pernambuco, a descoberta de quem tinha sido o autor ou inventor do apostolado; e cuspido lá uma grande falsidade, diz que o tal F. N. tinha dito “que fora uma engenhosa invenção de um italiano que vendia quadros no Rio de Janeiro”. Diz mais, que com grande bulha este sujeito tinha proferido, em ar de mistério, a palavra *Isoda*, que ele, redator, finge explicá-la a sua imaginação; ajunta que o italiano tinha apresentado umas cadernetas a certos indivíduos por serem corrigidas: acrescenta que tinha, naqueles mesmos dias, lido um nº do *Espelho*, no qual tinha encontrado os maiores elogios e bons augúrios dos cavaleiros da Ordem da Santa Cruz; e fazendo um inextrincável barulho, exorta a ter as maiores suspeitas de serem os apóstolos outros tantos carbonários mascarados, visto ser instituição de um italiano, conforme ele diz e acaba falando depois confusamente em Carbonários, apóstolos, cavaleiros da Santa Cruz, cavaleiros errantes, etc. Ora, pois, como o italiano que vendeu uma numerosa e rica coleção de painéis e pinturas antigas ao Estado, a qual ainda não lhe foi inteiramente paga (e não que vendia quadros, o que já faz alguma diferença), sendo nós mesmos e todos sobreditos artigos do conciliador, sendo escrito às nossas custas, está visto que não podemos passá-lo sob silêncio e tanto mais quanto que entre outras coisas que diz ter ouvido proferir ao dito F. N.; sem ordem, nem clareza, publica algumas verdades mal aplicadas e ouvidas (decerto, Sr. J. M.), que acolá se acha em lugar de ser pelo comissário do apostolado F. N. que diz tivesse sido mandado por lá com comissão secreta, as quais carecem explicação por nosso descargo e instrução dos leitores o Sr. Conciliador; com efeito, se estes não receberam sobre tais matérias melhores elucidações, hão de ter ficado bem longe de qualquer clareza nas noções delas! Vamos ao fato. Saiba, pois, Sr. Redator do conciliador, e saibam juntamente os nossos leitores que, nós italianos, crendo ver, no princípio do ano de 1822, iminente o perigo do Brasil da dissolução política do seu todo ou da sua integridade pela divergência de opiniões e desconfiança que existia entre as províncias e, particularmente, a falta de comunicação e harmonia que a maior parte delas mostravam para com a do Rio de Janeiro, seu ministério e Corte, nos animamos a apresentar em língua italiana (por não sabermos ainda naquele tempo expressar na portuguesa) ao Exmo. Sr. José Bonifácio, que já era ministro de Estado, uma nota confidencial, na qual lhe propúnhamos como

remédio ao mal receado “a fundação ou instituição de uma associação secreta, simples e pronta, a qual, sem perda de tempo, mandasse os seus comissários pelas províncias, quais apóstolos (maldita lembrança) espalhar uma idêntica ortodoxa doutrina, a fim de convidar todas a se centralizarem a um foco comum no Rio de Janeiro, debaixo da autoridade e auspícios de S.M., então príncipe regente, assistido de um sábio, liberal e desinteressado ministério”.

Continuar-se-á.

N. 10

SENTINELLA

DA LIBERDADE

A BEIRA MAR DA PRAIA GRANDE

ALERTA ESTÁ

SEXTA-FEIRA, 29 DE AGOSTO DE 1823



Tendo-nos sido increpado que espalhamos máximas tendentes a excitar desconfianças sobre os lusitanos existentes no Brasil, e isto tendo aparecido nas correspondências do *Correio*, declaramos, em primeiro lugar, quando falamos contra os europeus portugueses entendemos dizer dos quais, ainda que vivam no Brasil e se sustentem nele, são inimigos jurados e implacáveis da santidade da sua causa (os outros, que são bons de boa-fé, e não de simples aparência, são os nossos maiores amigos); e sucessivamente, para provar que aquelas ideias não são nossas, mas sim universais, transcreveremos aqui alguns artigos das *Sentinellas de Pernambuco*, que bem mostram como ali se pensa acerca do mesmo objeto.

Extrato do suplemento da gazeta
Sentinella da Liberdade de Pernambuco n.º 27

Lisboa

As notícias de Lisboa confirmam o boato velho, que do Rio de Janeiro é que soprava o fogo da discórdia nas províncias de Portugal; agora é fama que do Rio foram para a Inglaterra – Letras – de 150 mil cruzados remetidos ao conde de Amarante para esse Levante de Trás-os-Montes. Se estas coisas são verdadeiras, não há maior atrocidade. Que tem o Rio com Portugal? O nosso gabinete está enganado? O Brasil nunca mais se há de unir com Portugal: o mais, são cascavéis que os aduladores metem na cabeça do nosso imperador. Dizem os adivinhadores que o plano é barulhar Portugal e Brasil, extinguir a Constituição em ambos, reuni-los, e ficar tudo como antes; fortes loucos: quando ouço falar nestas coisas, lembro-me da fábula do cão que, passando um rio a nado com um osso na boca, viu a sombra dentro d'água e, querendo pegá-lo, largou o que trazia na boca e perdeu ambos, etc.

Sentinella nº 34

Porque estes portugueses são olhados como outros tantos fatores do governo absoluto, inimigos disfarçados dos brasileiros, e hoje sequazes da perfídia do rei de Portugal e dos facciosos seus sequazes, contra o livre sistema constitucional: porque esta gente tudo acha bom, lícito e honesto, uma vez que o Brasil lhe fique sujeito e ela possa chamar o nosso rico Brasil.

Sentinella nº 27

Os papéis públicos de Filadélfia, e cartas, referem uma novidade sumamente agradável aos amigos dos governos constitucionais. Eturbit, intruso imperador e atrevido usurpador da liberdade dos mexicanos, tendo a animosidade de prender quinze deputados, acometeu e fez dissolver o soberano Congresso, à força de armas criou o santo ofício e despediu o enviado da Venezuela, o que excitou uma conspiração geral: ajuntaram-se tropas nas vizinhanças; Eturbit foi acometido, batido, desfeito e preso; e Deus queira que o enforcem por exemplo daqueles que não querem Constituição liberal. Ora, graças aos céus! Temos menos um tirano no mundo, e os americanos que falam língua espanhola estão livres de tão mal exemplo; daqui podemos observar quanto será perigoso criar no Brasil governadores das armas com tropas pelo interior do nosso país, e mesmo por todas as províncias; pois em todos os tempos houve ambiciosos e empreendedores capazes de perturbar a paz dos povos, seduzindo os soldados, enganando os egoístas e aterrando os fracos. Bom é que ponhamos as nossas barbas de molho, vendo arder as dos vizinhos. Alerta!

Sentinella nº 32

Ora, graças a Deus que já vi cumprido um dos meus desejos. Caiu finalmente o infame usurpador Eturbit, não como Ícaro, voando com asas pregadas com cera e precipitando no mar Icari: não como Faetonte, que como mancebo imprudente açoita os inflamados Ginetes do Sol e se faz em pedaços, abrindo o seu sepulcro por meio da ousadia e temeridade. Eturbit é precipitado, como dizem, sucedeu a Satanás: aquele demônio autor atrevido de muitos males no México foi aniquilado pelo seu tirano proceder: ele tudo quis e, por isso, tudo perdeu; foi exaltado como monstro atrevido, e foi derrubado como um Dionísio, mestre de Corinto; eis aqui o que acontece a quem entrando a governar, quer fazer a firmeza do seu trono por meio de terrores, violências e despotismos: quem não sabe reinar pelas virtudes, recorre à força, que segundo a opinião dos tiranos, é a última razão dos estados; mas como essa chamada razão é sobeja prova de injustiça, os povos vêm a derribar o monstro, e a colocar sobre o trono a liberdade. Eturbit era um aventureiro que não tinha a seu favor o privilégio dos prejuízos dos ignorantes a respeito da antiguidade:

os homens de ordinário respeitam com veneração quase supersticiosa tudo quanto está enraizado pelos séculos, e supõe coisa de menor atenção aquilo que é feito e criado debaixo dos seus olhos: se Eturbit fora tão benemérito como Bernardotte, hoje rei da Suécia, ele se teria conservado e faria segurar o trono para sua dinastia: mas ele o perdeu como malvado e covarde. Os reis antigos têm adquirido do tempo e da ignorância dos homens que eles têm mantido por meio dos padres e da superstição; têm adquirido o costume de ser olhados como criaturas superiores, e próprios para governar as sociedades; os ignorantes acreditam nisto porque os veem durar muitos tempos, e não advertem que isso provém do estado de cegueira e ignorância a que esses malvados reis antigos sem reflexão, e só por estúpidos; e acostumados como as bestas, especialmente porque os reis arrancam o dinheiro e suor de uns, para com eles comprar partidos e soldados que sopeiem a todos; e deste modo o interesse completa a obra da escravidão da humanidade. Eturbit nada tinha de merecimento: não podia durar depois de ter o atrevimento de prender deputados, dissolver o Congresso, arrogar poder e direitos que não tinha, e querer esmagar os briosos mexicanos. O México hoje está restabelecido e goza dos seus belos dias. A que devemos notar a generosidade dos homens liberais. Eturbit entrega-se à discrição: ele é preso, desprezado e despedido como um castor que deve viver solitário nos bosques e na abjeção. Se Eturbit se lembrara que os soldados só protegem o despotismo enquanto não lhe dá a saudade do amor da pátria; se ele tivera diante aos olhos que os soldados patrocina em um dia o despotismo, por engano ou interesse, mas que, afinal, eles mesmo destroem o despotismo, ou porque acordam, ou porque se desenganam pelo brio, ele teria cuidado em condescender com a opinião pública e abraçaria a Constituição. Eturbit, ou qualquer testa coroadada, devia lembrar-se que reis e imperadores só existem nos tronos enquanto os povos querem, ou enquanto não abrem os olhos; ele teria refletido que um rei ou imperador não passa de ser um cidadão, uma criatura do povo, que apenas os cidadãos querem, derribam e aniquilam. Um rei ou imperador não passa de ser um homem escolhido, e quando degenera torna-se um ente desprezível. Eturbit devia estar altamente persuadido desta máxima, que quando um homem quer ser livre, sempre o é... Que um monarca deve fundar o seu trono no amor dos povos, e não nos embustes da superstição e terrores do despotismo; e que no tempo presente tudo isto está em figura mais respeitável porque os povos conhecem os seus direitos, e hão de defendê-los; pois um rei, ou imperador, seja qual for, na presença de uma nação é poeira, é fumo, é vapor, é mero nada.

Temos extratado das *Sentinellas de Pernambuco* as notícias do México, não somente porque sendo notícias da América nos devem, de preferência a

quaisquer outras, interessar, mas outrossim, porque tendo nós algumas informações circunstanciadas nos negócios políticos atuais do Peru, julgamos que de toda esta massa se possa coligir um sumo político-diplomático que tenha toda a relação a este país.

O Peru, que ainda não estava preparado a uma revolução regenerativa, porque não o podia estar enquanto existia a força europeia antiliberal que o dominava, foi posto em estado de liberdade e regenerado pelas forças dos liberais vizinhos, os do Chile por um lado e os da Colômbia pelo outro. Sendo libertadores, e não conquistadores, e, por isso, generosos, e não interessados, assim como tiveram acabada a obra da destruição dos opressores e da inauguração do edifício da regeneração política dos peruanos, cuidaram em coadjuvá-los a formar um provisório governo, e retiraram-se. Louvável foi a conduta destes, mas insuficiente ao fim. A medonha Hydra do velho despotismo tantas erguia cabeças, quantas lhe vinham aterradas; e sempre avivada pelos visionários servis europeus [?], pelos fanáticos e intolerantes religiosos, e sustentada ainda contra os próprios interesses pela grande massa dos ignorantes, dos estúpidos e dos supersticiosos, ia atacar a liberdade no seu santuário e ameaçava de derribá-lo do seu mesmo trono. Mas como os altos destinos da florescente América são marcados irremissivelmente pela mão do onipotente, prontos, acorreram de novo os benfeitores e o pai da América Meridional, Bolivar, da Colômbia, tornou a mandar um exército no Peru, para firmar nele a liberdade e afugentar o mísero resto de usurpadores que se tinha acolá de novo ajuntado. Assim é que Lima poderá definitivamente organizar em sossego o seu governo, e todos os peruanos, em virtude dos auxílios federativos com os quais socorrem seus irmãos e vizinhos, desfrutar os bens da paz e da segurança que de tanto tempo lhes foi pelos insaciáveis europeus espanhóis, contendida e tirada. Tanta é a analogia, que os opressores castelhanos têm com os lusos: tanta é a semelhança, que os americanos espanhóis com os brasileiros têm, na repugnância, à europeia sujeição: e tanta é a tendência que as províncias todas americanas espanholas ou brasileiras, indistintamente, mostram para federalmente se ajudarem e auxiliarem umas às outras, no caso de precisão: que bem manifesto e claro aparece, quanto reconhecendo estes povos a identidade da sua mais do que santa e sagrada causa, todos os imagináveis esforços estão prontos a fazer para nunca mais consentir que, de maneira alguma, qualquer forma, seja europeia ou local, ninguém atente impunemente à sua recolonização ou escravização, república, uns, monarquia constitucional-liberal, outros, pretendem todos sustentar a soma total dos seus inauferíveis direitos, e já a ninguém, a estas horas, está concedido sem caro pagar de lhes fazer o mais pequeno ataque. Tanta e tal é a desconfiança com que todos estes povos estão a este respeito, que candidamente cremos sejam já quase superabundantes os

gritos de alerta com que nós e os nossos camaradas os temos até aqui despertados e mantidos vigilantes.

Os altos destinos das duas Américas vão se cumprindo; e os estúpidos insensatos ou ignorantes só são os que se podem lisonjear de lhes opor barreiras. A marcha das grandes revoluções é imparável, por superior na complicação do seu desenvolvimento aos humanos conhecimentos; e isto tanto na formação, como na queda de todas as nações e de todos os impérios. A história antiga e moderna é cheia de acontecimentos que nos mostram como quase sempre, por uma inexplicável bizarria, todos os esforços feitos e dirigidos a este fim têm produzido resultados inteiramente opostos, e têm provado com o fato que os homens quando pretendem se constituir superiores às suas faculdades ou sair da esfera que lhes é circunscrita, quanto mais se cansam, tanto mais depressa, em sentido inverso, levam as coisas ao fim, pelo qual de per si tendem e são destinadas. Continuadamente estamos vendo os gabinetes os mais aferrados às pretensões do mais ultrajante despotismo, fomentar o excesso do luxo no mesmo tempo que pretendem conter os povos nos grilhões da escravidão pelo meio da ignorância, do terrorismo e da superstição. Ora, pois, onde acha-se uma contradição tão manifesta como esta nas vontades e nos meios que para consegui-las se praticam? Fomentam eles o luxo porque assentam que assim se favorecem as artes e que com o aperfeiçoamento destas e sua atividade promovem a circulação do dinheiro e satisfazem aos desejos dos povos; mas não reparam quão maior do bem é o mal que lhes nasce, pelo aumento demasiado do luxo, pai do refinado desenvolvimento das artes! As artes dão proveito aos que as professam e o luxo insinua-se em todos. O luxo aumenta a esfera dos desejos; estes insensivelmente adquirem o caráter de necessidades; das necessidades, quando faltam os meios para satisfazê-las, ao descontentamento a um só passo, e o descontentamento e as precisões são a origem, a causa e o começo de todas as revoluções. Basta para uma folha de periodista o termos dito o que dissemos acerca destes grandes princípios; se um dia esgotamos toda a matéria, amanhã não teremos nada, e será preciso irmos a mexer em certas teclas individuais, que a todos podem agradar. Porém, não nos podemos abster de convidar os nossos leitores a deitar um olho político e sensor sobre o quanto, a empurrões, se tem feito no Brasil desde o começo da sua revolução até aqui, para nos dizer depois, se, com efeito, não acham que os resultados de quantas empresas se tem feito, e tentado não se tem constantemente mostrados aos antípodas dos fins que têm sucessivamente impellido tantos diferentes projetistas. Façam-nos o favor de olhar para trás um bocadinho: meditem bem sobre tudo e digam-nos, depois, qual foi o fruto das suas investigações... Oh, brasileiros, viva! Oh, brasileiros, viva! Oh, brasileiros, viva! Como já dissemos, parece-nos que os nossos alertas tenham produzido e vão produzindo tal e tanto bom efeito, que o julgamos (por ora) desnecessários. Passa-nos, sob

os olhos, uma ordem do Exmo. Ministro da Guerra em que, com tudo que europeu, dá as providências necessárias acerca dos prisioneiros da Bahia para assegurar que não possam cá vir a fazer maroteiras e causar a desconfiança em que estavam de que tivessem sido mandados vir para entrar nos diferentes corpos de tropas no fim de engrossar e fortificar o Partido Europeu. Brasileiros, viva! Estas ordens são fatos: os que circulam por ali são boatos aleivosos de gente que quer tudo barulhar. Não tenhas medo; temos à testa de todos os negócios, o nosso adorado imperador, que desde o dia 16 de julho está com os olhos abertos, e já não se deixa enganar, porque a experiência lhe tem ensinado a desconfiar de todos os que o rodeiam. Ele sabe muito bem que está no Brasil, onde até as pedras são brasileiras e onde tudo quanto não for brasileiro cá não pode crescer nem se arraigar: ele nos tem mil vezes prometido e jurado que nada quer de lá, dos nossos opressores que sempre será conosco e, que em todo o tempo, o mais doce e charmoso entre todos os seus títulos será, por ele, o de defensor perpétuo aos sagrados direitos do Brasil e dos seus amados brasileiros. Viva! Viva! Viva!

N. 11

SENTINELA

DA LIBERDADE

A BEIRA MAR DA PRAIA GRANDE

ALERTA ESTÁ

SEGUNDA-FEIRA, 1º DE SETEMBRO DE 1823



CORRESPONDÊNCIA

Faça-nos o favor de inserir na sua folha a seguinte anedota acontecida em Campos, onde deixou perpetuada a recordação debaixo do título que se segue:

O juízo salomônico do fanfarrão Moraes

Como os grandes homens antigos tiveram um distinto lugar nas páginas da Sagrada Escritura, assim, os modernos, que nas ações se lhes parecem, devem ter os seus nos anais profanos! Ó, gênio da imaginação que inspirastes os plutarcos, os cornélios e o grande *Sylpho*, ajuda tu a nossa pena, para que com a competente majestade nos ilustremos agora a grande rasgo de prudencial sabedoria com que se eternizou em Campos o moderno Salamão.¹

Era na feliz idade de ouro em que os tonéis destilavam grogues de melaço e cachaça, e os corcundas afogados em um dilúvio de águas liberais chegavam-se às praias e aos montes, pedindo misericórdia ao grande campeão Moraes que, destinado pela providência ao seu triunfo, os animava de longe de cima do terraço do seu térreo palácio, sentado em trono, entre os satrapas frades (Elias e Joaquim), com a chara Juno ao lado, a quem os campistas chamam D. Rita, quando certo Sr. Dias Coelho Neto Junior, correndo ao altar de Astrea apresenta-se-lhe, e assim lhe falou.

*“Justi judex ultiones,
Caso novo accontecêo.
Clastrum postice regionis;
Eques equo hoje rompêo.”*

¹ Bem se entende, parente de paios, chouriços, etc.

Que é isso? Que é isso? Respondeu o trombudo, fale-me em língua inteligível, eu não entendo o grego. Sr., continuou o Neto, grego não falo eu, mas encobria a indecência do fato com o idioma latino, que não apresenta tão claramente as ideias obscenas; porém, assim quer V.Exa., eu já lhe obedeco. Certo cavalo russo, posto em um cercado vizinho da minha fazenda por um senhor de engenho que mora longe saiu fora e direito, direito veio ao meu cercado, pulou dentro, e com a fúria de um paladino, investiu pela traseira o cavalinho mouro da minha senhora, ao qual fez tal estrago que, ipso facto, morreu. Oh! Sempre com este grego! Enfim morreu? Excelentíssimo, morreu; e como que esse cavalinho servisse muito bem à minha senhora por ser casa-natura de Sras., do que estou certo que até a sua Sra. D. Rita se teria agradado se o tivesse experimentado todas as vezes que nele montava, peço a indenização dos danos, prejuízos e interesses, tanto lucro cessante, que pelo dano emergente, etc., na quantia de quatro doblas.

Bateu com os pés tremendo golpe o nosso Júpiter, e uma infinita multidão de macacos cortesãos e aduladores apareceu: perguntou pelos nomes dos proprietários do cavalo arrombador e do cercado arrombado, e tendo-lhe sido respondido chamar-se o primeiro Manoel Ferreira Bastos, e Benedicto Galvão Pereira o outro; ordem suprema deu ao mordomo-mor Antônio Desiderio, para que quanto antes lhe trouxesse à sua presença estes homens criminosos pelo equino estupro daquele russo paladino.

Apareceram os dois sujeitos a divina sua balança (Oh! Portento de sobre-humano saber) o moderno nosso cantiquista, assim disse e pronunciou.

“Duas doblas sejam pagas pelo Sr. Bastos, as outras duas pelo Sr. Pereira, sejam contadas; assim é que se castigam os donos e os custodes de imoderados concupiscentes animais!!!” Deu-se e cobrou-se o importe da sentença no ato mesmo e cada um abençoando, à sua maneira, o autor de uma tão moderada e justa pronúncia, beijou a mão que o tinha condenado ou favorecido, e todos, cuidando sumamente de não cair na todo poderosa moraesca indignação, cuja muito, e muito receavam até por provas, os terríveis efeitos, se retiraram.

Sr. Redator. A não sermos indiscretos, lhe pediríamos o favor de nos dizer o seu parecer acerca do fato que acabamos de lhe contar, que por ser companheiro de outros cossemelhantes, parece-nos que poderia servir de alguma regra na presente época, em que se trata se convém continuar a mandar ou não mandar mais governadores de armas pelas províncias.

O amante do bem das províncias.

Respondendo ao Sr. Amante do bem das províncias, lhe diremos que o narrado juízo salamônico é vicioso em três pontos a saber: incompetente, indecente, injusto; e passamos a prová-lo: incompetente porque a pertinência

daquele juiz de fora; indecente porque o decoro da representação de um governador ou comandante de armas não permitia intrometer-se em semelhante obscena contenda; injusto porque, ou nenhum dos dois condenados o devia ser por não ter tido culpa no fato, ou procedendo este de algum descuido, um só deveria sofrer a pena, e não dois: as achas de lenha partem-se pelo meio, mas não os direitos ou propriedades dos cidadãos: porém, nós não ficamos em nada admirados, porque como sabemos que pela imbecilidade daquele juiz de fora José Libano de tal, era acostumado o Bachá dos Campos a fazer o juiz o árbitro e o déspota em matérias cíveis e crimes. Como sabemos que tem preso, solto, condenado, perseguido, afugentado, oprimido e desterrado a quantos quis e como quis. Como sabemos os célebres fatos da Alexandrina, das patacas prateadas de tal negra, dos ciganos, etc. Como sabemos que o distrito de Campos, debaixo da sua governança, tinha se reduzido à terra da desolação, do extermínio, do pranto; não nos pode fazer grande sensação uma anedota que, entre tantas e infinitas cavalladas feitas e praticadas por aquele malvado bufão, não tem de extraordinários senão o seu sujeito. Nós não podemos supor que nossos leitores queiram nos taxar de aleivosos ou caluniadores, mas se, todavia, houvesse quem pudesse revogar em dúvida os fatos que apontamos, tomaríamos a liberdade de lhes dizer que fossem perguntar aos Exmos. Srs. Sampaio e Accioli Vasconcelos, um deputado pela província de Capitania, e o outro ex-ouvidor daquela comarca, os quais, não os podendo ignorar por serem acolá públicos e a todos notório, esperamos em testemunho da verdade, não nos desmintam. Ora, pois, tendo posto à luz os abusos, vícios e males em Campos, os quais, quase sem exceção, em todo o tempo e por toda a parte foram os fastos com que se tem distinguido os capitães, generais, os governadores e comandantes de armas das províncias, parece-nos demasiadamente demonstrado quão seja contrário a um sistema liberal o estabelecimento de semelhante forma de governos, e quanto no coração e lembrança dos homens que boa-fé professam liberalismo devia ser riscada qualquer ideia de projeto tendente a reintroduzir nas províncias autoridades que, sob qualquer forma que seja, com tais antigos governadores se pareçam.

Ainda não conhecemos bem circunstancialmente a história de general Labatut, e por isso não a podemos analisar; mas pelo que se sabe, parece que as arbitrariedades praticadas por ele em sequela da *Carta branca* de que a *Sentinella de Pernambuco* diz que tinha sido autorizado são uma nova prova e bem imponente dos perigos e das consequências irremediáveis a que está exposto e anda sujeito, qualquer infeliz cidadão todas as vezes que está na faculdade de outrem de lhe poder usar sem receio, e até impunemente, quantas mais quizer violências e despotismo. Ó, das províncias. Alerta!

Temos lido o nº 4 do *Tamoyo* e o *Correio* de 28 do mês passado; agradecemos a todos aqueles correspondentes o interesse que tomam pela nossa justa defesa; e, particularmente, temos gostado do sisudo juízo feito pelo assinado – Brasileiro – sobre a pouca ou nenhuma identidade de doutrinas, entre a dos Srs. Andradas e as nossas. Neste vale de lágrimas, cada um navega pelo seu rumo; e nós que sempre nos podemos gabar de sermos coerentes nas nossas ações e princípios; que nunca fomos capazes de fazer o periodista por especulação, onde é preciso prostituir-se para agradar e vender muito; que nunca recorremos sistematicamente a fazer o plagiário onde encher nossas folhas; que temos abordado, sem susto, todas as mais árduas e espinhosas questões de direito público; que sempre temos tido em vista coisas, e não indivíduos; que nos presamos de generosidade, e não de mesquinhez; que se açoitamos os indivíduos, é pelo bem da causa, e não por personalidades ou rancores; e que nunca fomos, somos, nem seremos tão vis por vender ou sujar a nossa pena em prol de ninguém. Nos temos admirado quando nos vieram pelas mãos os *Correios* 18 e 19, porque nos parecia que aqueles seus correspondentes se parecem tanto com a cavalgadura do profeta Balaam, que chegassem ao ponto de não saber ler, ou lendo, a não perceber o sentido das suas leituras, porém, melhor examinando, temos conhecido que o que nos tinha parecido à primeira vista efeito da ignorância era, pelo contrário, o resultado extrativo do mais disfarçado chumbismo, o qual, usando da má-fé, da calúnia e dos aleives para ver de desacreditar o nosso periódico, que por ser de natureza inflexível, incomprável, improstituível, lhe tem feito e faz tanto medo. Ó, meu Sr. sem-vergonha, o chumbo pesa, e por lei de gravidade, é obrigado a ficar embaixo, ainda que se apresentem com pés de lã para não serem conhecidos. Escusados são os vossos esforços. Pouco, ou nada valem os vossos estratagemas; pelo peso específico das vossas palavras, ações e conduta, vós vos descobris logo e a estas horas já não tendes voz em capítulo; atacai-nos com correspondências se quereis que a nossa folha suba ao cume da sua glória, e que mais depressa alcance o fim pelo qual a escrevemos, que é o da felicidade do Brasil.

Política

Muitos assentam que, por não haver agora corpo diplomático no Rio de Janeiro, e porque o Império do Brasil, atualmente, por altas razões de Estado, não tem embaixadores, ministros, enviados, encarregados de negócios e cônsules às Cortes e portos das outras nações, se haja por cá de fazer, ou menos da Repartição dos Negócios Estrangeiros, e que quase mais por ajuntar títulos que por outra coisa, se possa unir esta pasta com a de qualquer outro ministério por ser nula, inconcludente e insignificante; quanto a nós, somos obrigados a confessar que opinamos muito diferentemente sobre esta matéria, pelo

que olhamos e consideramos os seus negócios debaixo de bem outro ponto de vista, não tanto em relação à Europa, quanto em contemplação aos governos que se vão criando e estabelecendo na América.

É, pois, debaixo destas considerações que nós julgamos ser a Repartição dos Negócios Estrangeiros tão importante que nos parece merecer a atenção particular de quem vigia sobre os interesses da nação para separá-la da amálgama heterogênea em que está confundida e depositá-la em mãos hábeis e adaptadas, de que não tendo, ao mesmo tempo a incompatível ocupação de deputado, possam inteiramente dedicar-se a este ramo, ao fim de tirar dele em benefício do Estado todas aquelas vantagens da qual semelhante ministério, bem exercitado, pode ser provocador.

Não acredite ninguém que os americanos do Norte, por serem americanos, hajam de ser os amigos naturais do Brasil, da conservação da sua integridade e da rapidez do seu gigantesco desenvolvimento. Em primeiro lugar, ainda não nos consta que, a não ser por interesse ou por especulação, eles tenham feito o menor bem a ninguém, os viessem desejosos de engrossar o número das nações liberais, e oprimidos pelas precisões e pelas necessidades; e consequentemente, o Brasil, sendo só o colosso neste hemisfério, que lhes pode chegar a impor respeito contra o adiantamento e prosperação deste, é que hão de dirigir as suas miras políticas, não deixando ocultamente de promover o desmanche do seu todo e a separação das províncias. Eles não ignoram quão inferior é o seu solo em abertividade ao do Brasil; quão pior são o ar que respiram; quão mais rijo é aquele clima; quão mais rico em todos os gêneros de verdadeira riqueza é este país; quão maior é a sua extensão territorial; quão mais importante a sua posição comercial; e quão maior pode vir a ser da deles a povoação do Brasil, se, como eles, com sábias e justas leis, o Brasil o favorecer o seu incremento, dando a todos o gozo da liberdade da imprensa; a segurança individual e das propriedades; a soberania ao povo; e a segurança de direitos, à face da lei; o prêmio e as distinções só ao merecimento; o alívio dos pesos públicos; a administração das justiças nas mãos dos jurados; a representação nacional em um só corpo; a iniciativa das leis no Poder Legislativo; o governo das províncias respectivas, nos provinciais; a força militar nas milícias e a sua direção nos representantes da nação.

Nos dizem que o *Sylpho*, planta tão exótica que não podemos por cá encontrar em viveiro nenhum o vocábulo, que nem no léxico temos podido achar com ateuo estilo, tem censurado a escuridão dos nossos alertas – a isto lhe responderemos que não temos presunção nenhuma de sabermos bem expressar na língua em que novos escrevemos, mas que em uma a qual ambos nos fosse neutra, ainda que nunca tenhamos bazofiado com as armas dos que

não têm nada de próprio; queremos dizer, com a pompa das citações, não estaríamos longe de aceitar um desafio literário se aquele imaginário e mal conhecido gênio, em arena fechada e de todos os socorros despido, quisesse dignar-se de o propor. Quanto à engenhosa e maligna suspeita que deixa escorregar de não sermos os redatores da nossa folha ou de todas as nossas folhas, lhe diremos que assim é verdade que tudo é nosso, como é verdade que só por aversão contra nós, filho do seu encoberto chumbismo, nos odeia sem nos conhecer, e só por saber que temos empreendido a todo o custo de defender o Brasil e seu liberalismo contra os ataques de toda a parte.

Continuar-se-á.

N. 12

SENTINELLA

DA LIBERDADE

A BEIRA MAR DA PRAIA GRANDE

ALERTA ESTÁ

QUARTA-FEIRA, 3 DE SETEMBRO DE 1823



CORRESPONDÊNCIA

Sr. Redator.

Tenho lido e relido muitas vezes as suas últimas *Sentinellas* e estou pasmado em ver as altas verdades que nelas expende. Pela resposta ao seu Tambor, conheço a sã doutrina do seu sistema e o seu incorruptível caráter; e digo cá comigo, Deus nos mande cá para a América muita gente que pense e fale como ele; mas não de Portugal. No sistema de vossa mercê, os princípios essenciais e primitivos predominam sempre aos secundários; mas, nas cabeças ulisseias, a tendência às astúcias fraudulentas faz dominar a volubilidade, condição necessária para o ânimo se ajeitar à toda a variedade de recursos que exige o dolo. A independência liberal do Brasil é o princípio essencial que forma a base da doutrina de vossa mercê e dela derivam todos os outros que professa; por isso não acha obstáculos invencíveis nem sacrifícios que lhe repugnem; assim, não é dos lusitanos. Se esta gente tem um princípio fixo e essencial, é puramente o egoísmo, quero dizer, o interesse próprio (a sanha de dominar o Brasil), quando a este se podem aplicar as ideias liberais, ou que, com o aparente liberalismo, podem lisonjear-se de vir a dominar o Brasil, então não há liberais no mundo que os igualem no entusiasmo e no fanatismo pela sua liberdade, mas, quando os princípios liberais não andam de acordo com o seu interesse, não há corcundas mais encarniçados do que eles. Assim, vossa mercê vê que os maiores liberais que nasceram naquele país dos abalos não duvidam imolar os seus desejos liberais à ideia lisonjeira de poder ainda dominar o Brasil pelo sistema absoluto. Assim é que o mofento redator do *Correio*, que tanta fama e glória se tinha granjeado unicamente pela firmeza do seu caráter liberal, agora que (esquecido das diatribes que já outrora vomitou contra certos validos, queima incenso e mirra a estas efêmeras e falsas divindades,

indiretamente atacando a vossa mercê pelo meio de fingidas correspondências) já não canta como cantava há poucos dias, pelo que todos os brasileiros assisados o chamam – papagaio vendido – e lhe dizem, dá cá o pé; coitado! Não vai servindo mal os dois novos patronos! Vossa mercê pensa que o arlequim, só por ser magro, é capaz de desempenhar este papel, também o nosso gordíssimo *Correio*, quando é tempo, mostra que sabe ter a sua agilidade! O que ele quer é sair da gaiola, cujas paredes abafam o seu liberalismo e espírito brasileiro, o qual, por nós, a confessar a verdade, já ficou muito duvidoso, desde que temos visto o conteúdo da sua carta escrita de Buenos Aires ao caro amigo em Montevidéu, com que excitava aquela tropa a pegar em armas contra o Brasil, objeto da justa prisão que está sofrendo; por isso, buscando o fio de arame quebrado por onde se escapar, assenta de o ter encontrado, deixando de encher as suas folhas com as invectivas contra o Sr. Rei D. João VI, e contra a mãe do nosso augusto imperador, a quem, há pouco, com desacertado estilo de fábula, chamou o mais profano de todos os entes; por isto é que já não grita contra G. e B., dos quais espera a interseção da Graça e já não achincalha os seus patrícios, aos quais procura encostar-se por patrocínio. Brasileiros, é bem que conheçais os vossos bons amigos à lusitana! Quereis apostar comigo que agora, ainda que tenha em seu poder as Sentinellas do Barata, já não as transcreve; por que aquela doutrina, que é sempre a mesma, não cheira bem aos seus novos mecenas? Já o estais vendo, por ora, é o deus Janus, mas pronto a ser o Quadratus logo que for preciso, e Prothêo sempre. Depois da celeberrima carta confidencial escrita ao imperador, então príncipe regente, pelo menor súdito e criado de Deus João Soares Lisboa, em data de 30 de maio de 1822, que lhe tem sido dada nas ventas por Gordilho, pelo meio da pública imprensa, quando menos a esperava, e depois das baixezas e intrigas que fez este grande e gordo liberalão à lusitana, para ver se chegava a ser reposteiro, a fim de, daí, introduzir-se a valido, visto que não podia alcançar uma liberal transação de emprego, tensas ou valimento, fez-se então o decidido opositor das vontades do governo e se pôs à testa dos defensores da liberdade brasileira e dos brasileiros liberais, com os quais mostrava desejar confundir-se; mas daqueles liberais que o são enquanto lhe faz conta, e liberais sempre ao uso dos de lá... Agora tornou a virar de casaca, porque cuida que assim lhe faça conta; porém, ele tropeçou em muito mal caminho, e as cangalhas que se deixou pôr o hão de embarçar muito para se levantar da queda que deu, a menos que algum arrieiro o não ajude. Os brasileiros já lhe veem a pele por baixo da máscara, e não querem que lhe chamem mais de tolos para sustenta-lo à sua custa com subvenções da Santa Casa, de quatro patacas por dia, com subscrições de esmolas, ou com comprar aos livreiros as suas chocarrices. Conhecem que é positivamente loucura comprar farrapos ou fato rasgado quando no *Diário da Assembleia* há vestidos inteiros; guarde, portanto, os seus periódicos para os seus novos clientes, que nós não queremos mais espelhos e reguladores que

nos ensinem a opinião do governo; nós a sabemos, sem as suas, a cada passo contraditórias lições das quais não saberíamos as que houvéssomos de seguir, posto que em muito pouco tempo ele nos tem gabado assaz o patriotismo dos americanos espanhóis pela subscrição voluntária que fizeram a favor dos liberais da Espanha, convidando nós brasileiros a imitá-los para com os liberais de Portugal, e agora nos insinua devagar, devagar a união com Portugal escravo!!! Ah! Chumbo, chumbo, ainda que pesado tu sejas, e até dourado, logo te conheço, posto que estejas no cadilho!

Continuar-se-á.

Breve, breve diremos duas palavras sobre as duas cartas de correspondência que enchem o nº 24 do *Correio*, parecendo-nos fazer um roubo aos que nos comprem, entretendo-os com semelhantes lambarices. Teríamos mesmo guardado o silêncio, se nós pudéssemos imaginar que não viesse por prova de aquiescência, quanto ao Anti-*Tamoyo*, como ele nos increpa unicamente de inteligência e acordo com o *Tamoyo* e com o fim do projeto do Sr. Moniz Tavares, lhe respondemos que temos muita pena em devermos convencer de estar na infelicíssima alternativa, ou de não sabermos expressar, ou de sermos mal-entendidos. Nós não temos nada de comum com as equívocas doutrinas políticas do *Tamoyo*; como bem claro e com muita satisfação nos tem feito a honra e a justiça de o patentear no seu nº 4; as nossas são bem claras e, como *Sentinella da Liberdade*, não nos identificaremos nunca com outras doutrinas que não sejam as do nosso mestre, *Sentinella de Pernambuco*. Com todas as dos outros podemos, porventura, ter algum ponto de coincidência, mas nada mais. Já dissemos bastantemente nas nossas respostas ao sedizente Amante do Brasil e ao Tambor, e agora tornamos a repetir, posto que parece que não fomos percebidos, que nós, tendo por feito coisas, não nos importamos com os meios, e que deixamos a quem visa ou aspira os meios a pouca vergonha de sacrificar as coisas... *Intelligenti pauca*. Quanto ao projeto do Sr. Moniz Tavares, diremos a que temos toda a maior íntima convicção que se passasse uma parte dos seus benéficos efeitos, houvesse também de refluir sobre nós, e que de joelhos e mãos juntas temos conjurado os Exmos. Srs. Alencar, Carneiro da Cunha, Padre Fortuna, Padre Venâncio, Augusto, Cruz Gouvea, etc. para que fizessem o diabo a quatro na assembleia, no fim que, naquele tempo fosse, como foi rejeitado; as nossas não são falas, são fatos. As calúnias, os aleives, as sinistras interpretações, as imposturas, as falsidades e as temerárias suspeitas, as deixamos todas em partilha aos nossos egoístas detratores; aos quais altamente protestamos que não sujaremos nossas páginas em responder-lhes ou aviltarmos nossa pena daqui em diante, senão quando os ataques que se nos fizerem forem positivos, claros e precisos, corroborados

com provas ou testemunhas fidedignas; a raiva europeia nos merece algum desconto, e filhos de uma terra, cuja antiga legislação concedia ao condenado os três dias imediatos à sentença, para poder impunemente dizer do juiz tudo quanto quisesse, por seu desafogo, consideramos os europeus, no que disserem ou vomitarem com vômito sujo a nosso respeito, como se estivessem no peremptório tríduo.

Agora, depois de feitas as acima necessárias protestações, o que nos fica é responder ao Carioca Constitucional. A este lhe diremos que a sua carta nos parece dividir-se em dois fins; um, o de fingir analisar a nossa folha nº 6; de atacar-nos mesquinamente, desacreditar-nos, achincalhar-nos e ridicularizar-nos, a outra; quanto à primeira parte, lhe diremos, como já lhe dissemos, que é bem mesquinha a condição do escritor público, pois anda sujeito a toda hora a dever entrar em explicação com quem, por crassa ignorância, não o entende e com quem, por pérfida malícia, se finge de o não entender. Sr. Carioca (que tal se chama por se fazer partido, sem o ser, com os cariocas, que são, para nós, como nós somos para eles), ou Sr. Mal Carioca, é mister, então, que lhe tornemos a dizer que tudo quanto foi apanhar ao nosso nº 6, e que inseriu na sua correspondência do *Correio*, não diz nem prova, senão a malícia que pôs em obra para inverter o sentido simples das nossas expressões, a fim de puxar como consequências a desconfiança popular contra nós e a brasileira indignação. Saiba, pois, falso carioca, que te enganastes muito no resultado. Sabe que a nossa folha, por prova da aceitação que encontra cada dia mais, tem maior extração; que entre os brasileiros, considera-se a folha nacional, que continuamente de verdadeiros e sinceros brasileiros recebemos insinuações para continuarmos na mesma linguagem, que inexprimíveis são os abonos que nos fazem a este fim, contra qualquer obstáculo ou receio, e que eles mostram que souberam dar às expressões do nosso nº 6 e sucessivos o valor que tinham, o qual não se podia ser suspeito ou equívoco, senão aos de má-fé como tu. Se nós louvamos os Andradas é porque, visto que ajudaram muito a sustentar os direitos da Independência e da liberdade da nação brasileira, a cada instante ameaçada pela facção áulica-moderna europeia, assentamos que deviam ser animados a continuar com empenho naquele virtuoso trilho, e se à face do público lhes apontamos os erros em que tinham caído (sem investigarmos as causas) foi por mostrar-lhes quão se haviam afastar, pelo futuro da antiga marcha. Quem admoesta em público não se faz defensor; quem louva o merecimento e as boas ações não nega ou oculta as más; e quem promete pelo meio de um periódico de nunca mais atacar pelas coisas passadas a fulano ou sicrano em contemplação das boas coisas presentes e dos bons resultados que delas se esperam não vai introduzindo-se com subterfúgios nem pode ter uma conduta mais sincera nem mais liberal. Sim, prometemos aos Andradas de nunca mais mexer no passado enquanto

eles no presente se comportem como fazem, e tornamos a repetir o mesmo e o mais é que, como muito bem dizes, Sr. Falso Carioca, estaríamos prontos a fazer outro tanto para com frei Sampaio, se nos pudéssemos lisonjear que ele também, com uma repentina, mas durável, metamorfose, quisesse empregar os raros talentos e literaria sua instrução que tanto lhe invejamos em prol da boa causa brasiliense. Este é o nosso caráter, Sr. Falsíssimo Carioca. Sempre nos presamos de generosidade e de grandeza de ânimo, cujas qualidades cremos manifestar-te bastantemente só com o silêncio que guardamos sobre a segunda parte da tua arenga, que é a dirigida a desacreditar-nos com a suposta investigação da nossa origem. Dizes nela mais mentiras que palavras, como te provaríamos se fosse preciso; e mostras quanto vás em busca de ridicularias por ver se a falta de razões te podes granjear opinião e partido, pelo que, sabendo nós, quão dos brasileiros estás conhecido, assim como os mais vis e servis modernos correspondentes do *Correio*, te abandonamos no desprezo que mereces, e a pública indignação da qual já estás encoberto.

Continuação da refutação no *Sylpho* mouro, começada no nº 11

Brasileiros, alerta com o *Sylpho*! Não falamos daquele bom *Sylpho* aparente, o qual vai cheio de passar por redator, e que com a sua responsabilidade faz escolta a certo outro *Sylpho* escondido, (ou ave de rapina, que nós conhecemos e que todos sabem quem é) deste outro *Sylpho* é que vos aconselhamos a desconfiar, brasileiros; pois ele deixou-se por cá ficar, fingindo-se de filósofo, no entanto que, desde os tempos da mania de todos espontaneamente emigrar para Portugal, contudo que é muito amoroso marido e afetuoso pai de família, lá mandou quantos lhe pertenciam e tudo quanto tinha por cá. Que quererá dizer isto? Nós não o sabemos. *Duant padani*. Quem ama um país deseja o seu bem e faz bom agouro dele, não afasta dele a sua cara família; nós não carecemos de tantos colaboradores, importadores de nomes, tradutores, sócios, correspondentes e corifeus. Brasileiros, alerta! Não vos deixeis iludir com falsas aparências de liberalismo, com fingidas e combinadas correspondências, com veneno apresentado em copos de ouro. Lembrai-vos que os mouros são sempre mouros; e à tal propósito vamos vos contar uma historinha, acontecida não há muitos anos na cidade de Roma. Certo mouro, feito cristão, depois de ter vivido naquela metrópole cristãmente por mais de quarenta anos, quando se lhe aproximou a morte, o padre que o assistia sugeriu-lhe que invocasse em seu auxílio os SS. nomes de Jesus, José e Maria; repetia ele, Jesus, José e Maria, mas juntava sempre ao fim e Mafoma em companhia; e por quanto mais o padre dissesse, fizesse e pregasse, nunca pode alcançar o que o mouro quisesse deixar de invocar Mafoma também. Ora, disto vê-se que a conversão

dos mouros nunca chega a ser perfeita. Brasileiros, alerta! Os mouros nunca deixam de ser mouros; e vos conheceis os vossos mouros!!! Quanto mais disfarçados e encobertos pior, aqueles são os mouros mais perigosos!!! Alerta! Não sabemos se o Sr. *Sylpho* mouro classificará esta nossa resposta no número das nossas folhas inteligíveis ou naquelas outras; e a dizer a verdade, pouco ou nada nos importa do seu mouro juízo e da sua chumbática satisfação, contanto que sejamos bem percebidos dos nossos caros brasileiros, pelos quais escrevemos e a quem gritamos a todo o poder – Alerta! Alerta! E agora, mais do que nunca – Alerta!

N. 13

SENTINELLA

DA LIBERDADE

A BEIRA MAR DA PRAIA GRANDE

ALERTA ESTÁ

SEXTA-FEIRA, 5 DE SETEMBRO DE 1823



CORRESPONDÊNCIA

Sr. Redator.

Ponha-se a rir, pois eu vou diverti-lo muito com o que lhe vou contar. Venho agora de certa casa onde havia mais chumbo junto que nos armazéns do arsenal do Exército. Adivinhe, então, de que era que se tratava entre todos os chumbeiros que ali estavam? Propriamente o sujeito daquela cuidadosa conversa era vossa mercê, por causa dos agudos – Alertas – da sua endiabrada *Sentinella*. Diziam uns, este inferno de estrangeiro que o mal tempo carregou para cá é atrevido como um demônio, e com a sua folha acorda os brasileiros, e descobrindo-lhes todas as nossas tramoias, malogra tentativas acerca de torná-los a encorrentar; é preciso armar-lhe uma intriga bem complicada e fazê-lo chamar aos jurados, mas isto há de ser como uma ação tentada temporaneamente por muitos, com o fim de bem embarcá-lo e fazer com que seja preso e esbulhado para fora daqui. Diziam outros, melhor mandá-lo matar. Sugeriam outros, poder-se-ia tentar a ver se prometendo-se-lhe com boas maneiras, proteção, amizade e até o pagamento de certo dinheiro, que de tanto tempo se lhe deve, se pudesse fazer com que se calasse. Outros pensavam que espalhando os boatos acima bastaria para amedrontá-lo e que, por isso, era bom procurar os amigos de vossa mercê (o que eu creio que praticassem comigo) e contar-lhes o que se lhe está arquitetando contra. Outros determinaram e executaram um “nós abaixo-assinados”. Os mais astutos disseram que era bom escrever e imprimir a vida de vossa mercê, enchendo-a de nódoas e crimes, para ver de lhe tirar a opinião pública e a popularidade de que (diziam eles, este filho da... este patife, este desavergonhado, este diabo de estrangeiro) está gozando; mas a tudo encontravam invencíveis obstáculos, os hidrófobos membros do chumbático consenso; pois, quanto a

chamada aos jurados, conheciam que gratuitamente poderiam acusar os seus escritos com os nomes que por moda se têm substituído aos de demagogos, carbonários, etc., os quais são os de incendiário, alarmante etc., mas que com isso não alcançariam nada, porque não ignoram que vossa mercê, dando logo por suspeitos aqueles juízes europeus sobre os quais eles pudessem fundar as esperanças de parcialidade, viria a ser julgado pelos honrados e justos brasileiros, ou probos conhecidos europeus, dos quais nunca teria que recear nada, porque nada de tal natureza existe nos seus periódicos. Quanto às personalidades, continuavam, ele justifica as suas asserções; e por isso nada de jurados, porque se a sorte faz que saia vitorioso, adeus, nem o diabo há de depois mais poder com ele. Mandá-lo matar. Ah! Seria bem bom; mas por outro lado, nos despojamos da melhor arma com que increpamos, ainda que o não provamos, os nossos maiores inimigos, se praticamos para com ele o que foi feito com o ilustre redator da *Malagueta*, além de que não é tão fácil a empresa, por estar ele sempre em boa guarda e ser um diabo de bigodes, que haveria de vender caro e bem caro o ensaio. Tomá-lo com as boas, acarinhá-lo e prometer-lhe o pagamento de seu dinheiro, não, porque isto choca a chumbal nossa ufanía, porque logo, logo ele o publica pela mesma sua folha, e porque depois de o ter culpado injustamente de se ter deixado de dar com o mel pelos beíços, não é conveniente que lhe demos as mesmas armas nas mãos para usá-las contra nós, dizendo que nós usamos de tais meios. Espalhar boatos e vozes vagas para amedrontá-lo, pior; é um sujeitinho tal, que por ter lido certo mestre Pangloss, não há nada que o assuste, nem que o lisonjeie; pois, diz ele que é certo que há de irremissivelmente viver até o último instante da sua vida. Fazer o “nós abaixo-assinados” é inteiramente contra nós, porque com isso mostramos que nós somos os facinorosos, os turbulentos, os que formamos e provocamos desordens. Escrever a sua vida, tampouco, se a soubéssemos e que dissemos a verdade, disso se havia sumamente agradecer-lhe, pois lhe daríamos um lustre e uma importância que satisfaria o seu amor próprio, de pequeno, o fariamos grande, e lhe pouparíamos a despesa de mandar fazer o seu retrato moral; e se formos aleivosos, caluniadores e detratores, por isso o poríamos no caso de nos atacar diante daqueles jurados que, em vão, buscamos de pôr em atividade contra ele. Há um meio, disseram, então, os mais enérgicos, e é o de fazer uma bernarda, e fazê-lo naquela ocasião acometer e assassinar; mas a isto os mais acautelados e prudentes se opuseram, pelas fortíssimas razões (disseram eles) que uma bernarda nós sabemos por onde começaria, mas não sabíamos bem aonde fosse acabar; e como que lembrados dos recentes exemplos das províncias do Norte e das Américas Espanholas, recomendaram caladamente aos mais enfatuados o uso da prudência, da circunspecção, da simulação e até da fraude antes, e do engano. Uma bernarda! Deus nos livre dela, já não podemos com os brasileiros, porque queiramos, ou não queiramos, temos sido frouxos

quando eles eram fracos, e o que é que faríamos agora, muito mais débeis, com eles, já que estão fortes? Porque é bom que entre nós digamos, façamos, matamos, esquartejamos, etc., mas, entre nós, a falarmos também a verdade, como gente de bem, gostaríamos mais de ler e ouvir as coisas mais horrorosas e mortíferas de longe do que tê-las e praticá-las de perto. Estas quixotadas meditam-se melhor nos livros e nos papéis públicos, do que agradam debaixo da mão e na escola da experiência. As desordens são boas para quem não tem nada que perder, e que espera poder tudo ganhar com elas, mas nós que temos tantos e tantos mil cruzados juntos (e Deus sabe como) com a pena e com o trabalho de sacrifícios nestas terras de negros, mulatos, cabras e caboclos, para um dia regressar a gozarmos deles no nosso caro e adorado Portugal, no seio das nossas famílias, entre os nossos concidadãos, parentes e velhos amigos, não somos tão tolos de expormos por causas tão frívolas a perdemos, em um instante, o fruto do despojo de nosso rico Brasil (assim lhe chama de novo, na sua Proclamação de 5 de junho de 1823, o presidente da Câmara da cidade do Porto). Sr. Redator, no tempo desta prudente e assisada discussão, deu meio-dia e, sendo horas de meu jantar, despedi-me e me vim embora. De tudo lhe dou notícia porque tenha com que se divertir, e quando souber mais alguma coisa, lhe participarei, porque sendo seu leitor, gostaria que vossa mercê tudo quanto me repetisse na sua folha no fim que os que pensaram de dirigir-se a mim porque vossa mercê fosse de tudo bem informado, se possam convencer que não se enganam na escolha.

Um seu leitor.

Continuação da refutação começada no nº 12

Não sustentas a ação do fogo e as tuas frouxas e mal aderentes moléculas logo se dissolvem e te derretes!!! Portanto, podes dizer ao teu Torres que mande vir de Portugal melhor letra, para ver se com a mais perfeita imprensa faz maior fortuna; visto que já não podes com as tuas doutrinas. Doutrinas disse, Sr. Redator, na acepção vulgar, pois no sentido que os sábios dão a esta palavra, o *Correio* nunca expendeu uma só própria doutrina, como todo o mundo muito bem o sabe, desde que lhes faltaram os correspondentes, mas sim só se tem entretido em lograr o dinheiro dos seus compradores, com as suas queixas, choros, injúrias, quizilas, taralhadas e motins de regateira para não dizer de taberneiro; pelo que nos provou que, por bem lavado que esteja, o almofariz sempre cheira a alho. Questões difíceis e matérias filosóficas, só vossa mercê as tem abordado, e saiu delas com honra; e bem nos mostra que conhece a política de dalai-lamas para a aborrecer e não para se valer dela quando lhe fizer conta, beijando, como faz ele, as roscas do grande padre, para

que outrem as adore. Tempere como quiser, abóbora sempre é abóbora. Assim diz o ditado e assim dizia eu sempre de quem nascido na terra das cebolas, pretende nos vender alhos por bugalhos, com brasileirismo. Sr. *Sentinella*, alerta com tais patricios. vossa mercê grite lá da beira-mar, fora cães, largo! Largo! Largo! E se teimarem – bum –. Contudo, se por milagre aparecer algum que sejam bom e sincero, não lhe faça mal, mas agarre-o logo, para pôr no museu, dentro de uma vidraça pneumáticamente preparada e hermeticamente fechada, a fim de que o ar o não corrompa.

Seu leitor. Anti-chumbado.

Agradecemos ao nosso leitor as notícias que nos comunica, das quais lhe asseguramos que não ficamos nem assombrados, nem maravilhados; a coisa única que nos enoja é o ouvir nos chamar de estrangeiro, como em ar de desprezo, por quem é, a estas horas, e deve ser considerado mil vezes, mais estrangeiro no Brasil do que nós. Os egoístas só e brutos como eles, são os que olham para os estrangeiros com desdém; pois as nações civilizadas e urbanas os tratam sempre com respeito e distinções; porque conhecem que as ações de vilão recaem sempre sobre os que as praticam; os brasileiros, que eles chamam de selvagens, bem lhes mostram quão mais adiantados são nesta matéria do que eles, na carreira da civilização e da política, enquanto consideram, agasalham e tratam aos estrangeiros com muita amizade e muito boas maneiras. Vamos a gritar – Alerta! Reparemos que os poucos prelos desta cidade são, atualmente, ocupados com a reimpressão dos mais vergonhosos papéis públicos que aparecem em Portugal, os quais são por gente mal-intencionada e perigosa feitos reimprimir às suas custas, e grátis distribuídos ao público. Tais são: o *Clarim da Verdadeira Regeneração*, de Antônio Crispiano Saunier, e a *Trombeta Lusitana*, do dia 10 de julho, os *Tripas viradas* e outros semelhantes. Oh! Do Brasil, alerta com estas distribuições gratuitas de papéis, cujo conteúdo é tão diametralmente oposto com o sistema liberal que professoramos, e que todos queremos. Alerta! Com tais papéis e alerta dobradamente com os caridosos seus promulgadores. Brasileiros, alerta com estes sujeitos, que de certo não é pelo sentido de vos fazer aborrecer a perfídia, o perjuro e a iniquidade que ali sela em triunfo, que tais desprezíveis produções se vos dão pelo nariz; mas é para ver se a sarna pega, e com o malvado fim de lhes apresentar como exemplo para que os imiteis. Alerta, brasileiros! Deixai-vos embora dizer que eu tenho mudado de doutrina. Acreditai os fatos: vede os sedizentes corifeus da vossa Independência e liberdade se agora vos previnem contra este veneno, que pelos seus compatriotas e amigos se intenta de introduzir-vos na circulação do sangue! Como é isto? Aqueles mesmos, que em outro tempo

eram tão vigilantes a prevenir todos os ataques à vossa Independência, à vossa justa liberdade, agora são mudos, agora não reparam, agora não descobrem o inimigo que se insinua? Alerta! Porque nós (digam debalde ao depois contra nós tudo quanto a raiva lhes possa ditar) vamos descobrir o altazinho. O plano é este; e se lhes vai errado, é porque cá na América, por força mágica desconhecida, os efeitos saem sempre em razão inversa das causas que se praticam; mas não acrediteis que seja por falta neles de empenho ou diligências. Ouvis, pois, como raciocinam – Os brasileiros sacodiram o nosso jugo, porque não gostaram dos novos grilhões que lhes aprontavam aquelas Cortes: eles não sabem que aquelas Cortes fossem constrangidas a se mostrarem dispostas a querer recolonizar o Brasil para se manterem na opinião da massa da nossa nação, cujo liberalismo estava pegado à ideia desse domínio, e para não caírem vítimas da intriga e maquinações contínuas dos absolutistas e mais sequezes do velho despotismo: eles ignoram que os mais preponderantes daquele Congresso (porque como os mais liberais eram também os mais filósofos, e por isso conheciam a injustiça da causa que, por força maior, eram obrigados a fingir sustentar) fossem perfeitamente convencidos da impossibilidade de aguentar o Brasil sujeito pela força. Eles não sabem que tenham tentado todos os meios para ver de persuadir aquela estúpida e egoísta plebe, para ver de fazê-lo desistir das injustas pretensões que eles em público sustentaram; pelo que em privado tinham todas as noites ajuntamentos, nos quais intervinham os Srs. Moura, Borges Carneiro, José Liberato, Soares Franco, Miranda e outros de lá, juntamente com os Srs. Alencar e outros brasileiros.

Eles são longe de pensar toda a doutrina que tem expendido a favor da causa do Brasil, no seu periódico, José Liberato, por cujo fruto perdeu toda a sua popularidade, fosse o resultado destas secretas e noturnas convocações: eles não podem saber que até se pensasse de decretar a suspensão absoluta de comunicações com o Brasil, para ver se pelo meio da estagnação total do comércio se tivesse podido conseguir que o povo, designando-se sobre as esperanças que tinha se aquiescesse acerca da emancipação do Brasil, e desse lugar às Cortes de a sancionar sem que fizesse uma revolução, que já estava ameaçando. Os brasileiros não sabem, enfim, que tudo isto se tratasse e se negociasse precisamente quando a traição e a sedição do conde de Amarante rebentou de onde nasceu, que se malograssessem os planos dos chamados déspotas daquele Congresso.

Ora, pois, como os brasileiros; pelas patranhas que entre a malícia de cá e de lá se lhes têm contado, estão convencidos que o mal que se lhes queira fazer era toda culpa dos liberais de Portugal, nós podemos muito bem conseguir o nosso fim agora que Portugal parece entregue em outras mãos. Talvez vestidos com outras casacas não nos conheçam mais e não desconfiem mais de nós, que tocamos a mesma música sempre, seja debaixo de qualquer compasso que for.

Continuar-se-á.

N. 14

SENTINELLA

DA LIBERDADE

A BEIRA MAR DA PRAIA GRANDE

ALERTA ESTÁ

QUARTA-FEIRA, 10 DE SETEMBRO DE 1823



Continuação da resposta começada no nº 13

Portanto, é bom fazer primeiro circular estes escritozinhos novos de Portugal para com eles ver de granjear conosco os servis do Brasil; e como nós, liberais ou não liberais, quando se trata de tornar a dominar o nosso rico Brasil, estamos todos de comum acordo, e só se algum se mostrou contrário, foi porque a supressão dos tribunais do Rio de Janeiro ia contra os seus particulares interesses e nada mais, juntos com a tropa que esperamos à força de promessas de corromper (nisto vós vos enganais. A tropa brasileira nunca deixará de ter honra, brio e valor e sempre, antes de tudo, se lembrará que é filha do Brasil); podemos, pelo meio dos áulicos e válidos cortesãos que estão à roda de S.M.I., chegar a lhe persuadir que agora é o tempo oportuno para deixar abaixo o sistema liberal que podemos muito bem dar a entender ser contrário aos seus interesses (quando, pelo contrário, bem sabemos que o é unicamente aos nossos), e com isso conseguir o suspirado fim de todos os nossos cuidados, a reconquista do nosso rico Brasil. Brasileiros, alerta! O altazinho está descoberto; adore-o quem quiser; grite embora quem lhe dói; tome cuidado e sentido quem deve: diga-se de nossa folha o que quiser. Alerta! Alerta! Alerta!

CORRESPONDÊNCIA

Sr. Redator.

Com inapreciável prazer tenho lido as suas *Sentinellas*, nas quais se vê aparecer, sem arremendadas vestes, a linguagem da liberdade e do amor da pátria.

Os repetidos – Alertas – que vossa mercê tem dado, já têm ressoado nas cavernosas montanhas, nas quais pelo decurso de séculos existiu agrilhoada pelos déspotas e fanáticos à sagrada liberdade dos povos que então gemiam

debaixo da mais tirânica opressão das sanguessugas de Estado: porém, graças à Providência! Graças à liberdade, já os povos poderão conhecer os seus direitos sagrados, e se resolverão a conservá-los ilesos, apesar dos mais custosos sacrifícios. O imortal Barata tem tomado a pena para com ela fazer tremer a tirania que oprimia a nação; e vossa mercê como soldado velho e fiel ao juramento que prestou às bandeiras da santa causa da nossa liberdade, foi pôr-se à porta da guarita, para de seu posto fazer repercutir os gritos daquele nobre soldado, que fiel à nação, à pátria e à liberdade corajosamente se propôs a defender os direitos de um povo oprimido pela escravidão; portanto, jamais se esqueça dos seus deveres para com a sua pátria adotiva e concidadãos, enquanto o onipotente sobre eles tiver os olhos fitos; pois que os brasileiros não quebraram as cadeias de ferro com que o Sr. D. João VI os prendia para, de novo, consentirem e entregarem seus valorosos pulsos às cadeias de chumbo que esses infernais monstros forjam nas tartárias cavernas de seus detestáveis corações. Embora, Sr. Redator, esses vis corcundas e chumbados pretendam frustrar os destinos do Brasil, que sempre será livre, grande e rico.

As suas doutrinas têm chocado os interesses desta cáfila infame de chumbados que só desejam que tudo vá a seu bel-prazer e que todos gemam, só para eles poderem viver rodeados de riquezas extorquidas por meio da intriga e da traição do todo da nação; e é por este motivo que tenho ouvido dizer que eles se preparam em seus subversivos clubes, para lhe darem uma sorte igual ou muito mais desastrosa que a que deram ao massacrado redator da *Malagueta*; mas, ah! vis chumbados, o Brasil já não é, nem mais será unido à antiga metrópole: o Brasil não tem e nem jamais terá senhores: os brasileiros não são, nem jamais serão escravos ou patrimônios de indivíduos alguns; eles se acham prontos para obedecer à lei justa, e armados para destruírem o orgulho dessa canalha, que nutrindo-se na horrorosa ambição de quererem que lhe obedeça, cavam a ruína do Brasil; não se lembrando esses vis traidores, que os brasileiros tudo podem para expurgar o seu aurífero solo de tão insuportáveis monstros. Sr. Redator, grite alerta e deixe o chumbo, que ele sempre gravitará para o fundo, pela lei da gravidade dos corpos, e nós brasileiros triunfaremos de todos esses desprezíveis entes; tendo em nossa frente o nosso amado imperador, a quem amamos, respeitamos e obedecemos.

O amigo do imperador e dos brasileiros.

Sr. Redator.

Como vossa mercê tem mostrado tomar o partido dos homens de bem, o dos brasileiros, que é o da razão, permita-me que lhe escreva estas breves regras e que toque de passagem sobre o que nos é mister para nossa completa

felicidade, cuja opinião pública brasílica se tem assaz desenvolvido, já apontando alguns vícios que existem na fundação do sistema para pronto remédio e já acusando os intrigantes aduladores do Paço, que apoiando os chumbeiros, seus patrícios que infelizmente existem no país, querem destruir a nossa Independência, que ainda há pouco gozamos, e impedir o progresso da prosperidade da nação que, apesar desses vis vermes, crescerá qual frondosa árvore ao cume da maior grandeza, a tocar seus fecundos ramos as abóbadas do firmamento que cobre esta porção do globo abençoada.

Os brasileiros, Sr. Redator, estão alerta, e não cederam um só ápice das regalias que devem gozar, estão dispostos até a não receberem no seio de seu país esses vândalos fugitivos da Bahia, com quem contam os chumbeiros de se apoiarem, por saberem que se mandaram buscar para aqui: o Congresso ouviu o brado geral e já providenciou, determinando-se que apenas chegassem, não desembarcassem, e fossem mandados para Portugal; e que seria antes melhor mandá-los para diversos pontos das Ilhas dos Açores e Cabo Verde, a fim de não irem argumentar a força dos lusitanos, que pode ser venham contra nós: e oxalá que me engane: nós não queremos hoje aumentar a povoação com eles porque é aumentar o número dos inimigos, antes queremos desbistar o que temos dentro; atrás do tempo, tempo vem; e se contra esta opinião geral dos brasileiros forem admitidos... ah! Sr. Redator, eu tremo de o pensar... já que lorde Cochrane, supondo fazer um bom serviço, nos meteu outra vez em casa semelhante [?], mas, todavia, são prisioneiros de guerra e que nos vieram fazer a nossa casa, pertencentes a uma nação com quem temos guerra e, por consequência, não podem gozar de liberdade, como dizem, serão repartidos pelos batalhões; de onde concluo que são maquiavélicos boatos de chumbeiros, a verem como recebem os brasileiros, porque isto acontecendo, estes enganavam-se assentando que estavam traídos, e a expulsão, receio eu que fosse certa e horrorosa em toda a parte: bem, basta o que basta, assim como esses quatro oficiais, que depois de nos terem bebido o sangue nos últimos dias, quando já não podiam sustentar-se na Bahia, desertaram por necessidade para nós e se acham hoje ensopados no nosso sangue, servindo nos batalhões desta cidade como se fossem nacionais e pudessem aqueles que são do exército inimigo de Portugal passarem para o do Brasil, preterindo-se por isto a tantos briosos e valentes brasileiros com desaprovação geral e grande descontentamento da nação, contando-se de um ou de todos eles, que logo pediram para seus camaradas soldados europeus.

Outros portugueses que vão chegando de Portugal vão sendo recebidos: esses Andradas, irmãos de um camarista do mesmo nome, que chegaram para talvez aumentar o número dos intrigantes do Paço ou terem empregos com prejuízo dos brasileiros e da nação: agora se manifesta o motivo (que os perspicazes conheciam) a animosidade dos chumbeiros na ocasião do projeto

do deputado Moniz Tavares, de onde emanam todas estas desordens por ter sido desprezado: e como diz a *Sentinella de Pernambuco*, “é preciso tomarem-se medidas a respeito dos portugueses que vão chegando, principalmente de Portugal, porque são nossos inimigos e virão barulhar os nossos negócios”.

O imperador deve pensar nestas coisas muito seriamente, não no que lhe dizem os adutores, que são seus mortais inimigos e nossos como o foram de seu augusto pai o Sr. D. João VI, que o perderam; mas seguir-se pelo espírito da nação, que já suficientemente se tem manifestado não só nesta província, como em todas as outras, e obrar depois segundo a sua reta razão sem parcialidade, enquanto não tem a lei por onde se governe; sufocando sempre a tendência que é natural, tenha para com seus patrícios e ser não só de palavra, mas de coração dos brasileiros; tê-los a roda de si exclusivamente, como o fez Bernardotte na Suécia, que só assim conservou o diadema que lhe havia dado Bonaparte, que vossa mercê tão sábia e energicamente citou na sua *Sentinella* nº 7 e Barata no seu nº 32; porque entre quatro milhões de habitantes, se poderá achar muito bem brasileiros que sirvam ao imperador, despedindo camaristas, contra quem todo o mundo grita, e outros vis parasitas do Paço, e até mandando-os retirar para Portugal: demitindo os ministros portugueses da Guerra e Justiça, como também os comandantes dos corpos que forem portugueses, porque não há nada mais incoerente e que mesmo a nação não pode tolerar, que ver comandantes portugueses nos corpos e nas fortalezas e o ministro da Guerra português para fazermos guerra aos portugueses: de duas, uma, ou é supô-los muito marotos, que se batam contra patrícios e pátria, ou de propósito, para na ocasião fazerem que muitos, por muitas vezes, têm feito e malograr as nossas expedições e ações como o fato da traição daqueles quatro portugueses que iam a ser fuzilados no Largo d’Ajuda e que um perdão lhes salvou as vidas.

Eu creio, Sr. Redator, que esta cartinha deverá ver a luz na sua vigilante *Sentinella*; pois, vossa mercê bem vê que se encaminha ao bem da nação, prevenindo males que lhe podem ser funestos; e como a sua *Sentinella* se dirige também a vigiar o nosso bem-ser, grite “alerta, brasileiros” que eles lhe responderão “alerta estamos”.

O Brasileiro Resoluto.

Quão fácil é das piores coisas o fazer as melhores, se os agentes principais empregados na obra têm as proporções adaptadas aos fins! Ninguém ignora quanto desprezível, inútil e até prejudicial fosse, debaixo dos Rabellos pai e filho, o corpo da guarda da polícia: pouco ou nenhum serviço faziam eles: a fama acusava-os de serem eles os autores dos assassinatos noturnos e roubos

que aconteciam. Nenhuma segurança havia pelos que andavam de noite: enfim podia-se dizer, como se dizia, que o corpo da polícia era a causa da falta de polícia. Mudaram-se os chefes, o corpo e os materiais continuaram a ser os mesmos; mas com disciplinas introduzidas pelos novos diretores, tem-se dobrado uma tal metamorfose repentinamente, que quem, como nós, não tivesse sido testemunha ocular dela, não a poderia acreditar se outrem lhe tivesse narrado. Louvores sejam dados aos dois beneméritos honrados e antigos militares aos quais tantos benefícios devemos a este respeito; que o zelo, capacidade, desvelo, empenho, coragem, prudência e probidade do Ilmo. Sr. Brigadeiro Vidigal e do seu digno imediato, o Ilmo. Sr. José Custódio, com as mais virtudes que distinguem estes dois respeitáveis anciãos e verdadeiros brasileiros sejam conhecidas de todos, e que todos saibam que a circulação contínua e frequente de dia e de noite das pacíficas e bem ensinadas patrulhas, que a cada passo se encontram, é devida a atividade destes chefes e a moral disciplina que souberam introduzir e conservar no seu corpo: que todos saibam e conheçam que o serviço que este corpo está fazendo é de tanta e tal utilidade, que bem se pode avançar a dizer que, nestes tempos de oscilações políticas, o não acontecer desordens, mortes, etc. é inteiramente devido à viveza e boa ordem com que os soldados e patrulhas da polícia atalham qualquer princípio de confusão e de barulho: que todos saibam e conheçam que a segurança noturna tanto das ruas, como das casas, é totalmente fruto da boa distribuição do serviço do corpo da polícia, que faz tanta figura, trabalho, efeito quanto poderia fazer um regimento de 3 mil homens. Tributamos, então, agradecimentos a estes exímios chefes que, contudo que idosos, não se fiando em ninguém e tudo por si mesmos dirigindo, e tudo vigiando com a sua incansabilidade, produzem tão bons efeitos.

Não podemos ser tão satisfeitos a respeito da iluminação noturna da cidade, a qual não censuramos, contudo que muito imperfeitamente executada, por estarmos persuadidos das muitas dificuldades que apresenta na prática e especialmente aqui, onde há de por força ser confiada aos negros; porém animados pelo bem geral, nós nos atrevemos a sugerir um meio que nos parece apto, e a propósito de conseguir o desejado fim.

Consiste no estabelecer sobre tal matéria uma inteligência entre a Polícia Militar e a Polícia Econômica; pois, sendo fixado que as patrulhas rondantes houvessem de fazer atenção por onde passam os lampiões apagados ou quase apagados, e disto devessem circunstanciadamente fazer reporte no dia seguinte, no fim que estas partes viessem à Intendência-Geral da Polícia, poderia esta muito bem e exatamente informada nas faltas e até sem despesa de inspetores, para prontamente providenciar e fazê-las desaparecer.

Tornemos a reiterar o bem dirigido abono aos referidos Ilmos. Srs. Comandante e Imediato da guarda da polícia, e os mais enérgicos louvores, dando mil parabéns aos nossos cidadãos da tranquilidade e sossego de que gozam, pelas assisadas disposições, eficientes daqueles solícitos chefes, e que os céus os salvem das intrigas chumbáticas-invejosas do merecimento para mais radicarem o seu afeto no coração dos ilustres brasileiros.

N. 15

SENTINELLA

DA LIBERDADE

A BEIRA MAR DA PRAIA GRANDE

ALERTA ESTÁ

SÁBADO, 13 DE SETEMBRO DE 1823



CORRESPONDÊNCIA

Sr. Redator da *Sentinella da Praia Grande*.

Rogo-lhe que queira inserir em sua folha a carta dirigida ao redator da *Sentinella de Pernambuco* das Ilustres Matronas Paraibanas do Brejo de Areia, no qual, trazendo-nos à memória os brilhantes dias de Esparta e da América do Norte, onde o belo sexo, apesar de sua natural fraqueza, melindre e delicadeza, inflamado de amor da pátria, obrou heroicas ações, protestam defender não somente a causa sagrada de nossa Independência, mas também de uma bem entendida liberdade, essa mimosa filha dos céus, que banida da maior parte das nações asiáticas, africanas e europeias veio risonha habitar entre os venturosos filhos da América, que benignos lhe ofereceram afagador abrigo.

É desta sorte que no norte do Império Brasílico se vai desenvolvendo o mais exaltado patriotismo. E vós, corcundas infames, fautores do despotismo e tirania, ainda vos animareis a traçar novos planos? Ah! Loucos, desiste da temerária empresa! Porque as lindas matronas da Paraíba, sem ornamento e glória, prometem pegar nas armas para defenderem os seus sagrados direitos; e não ficareis logo aterrados e feridos dos celestes raios de suas encantadoras formosuras? Além do potente impulso que com seu nobre exemplo hão de dar aos corações daqueles que as adoram e respeitam? Sr. Redator, acrescente a estas minhas reflexões às suas, porque o negócio é digno de ser tratado por melhor pena, e espero que minhas patrícias mereçam seus elogios. Também lhe remeto a narração circunstanciada dos sucessos vantajosos de nossas armas em Piauí, rogando-lhe os publique pela sua folha para satisfação dos independentes, vergonha, raiva e confusão daqueles que ainda por ignorância e capricho querem tornar às cebolas do velho Egito. Sou, Sr. Redator, seu muito venerador.

O Paraibano Constitucional.

Paraíba

As heroínas do Brejo de Areia, conhecendo os seus inalienáveis direitos, resolutas a defender sua liberdade; movidas ao mesmo tempo do santo entusiasmo do amor da pátria: não querem ficar atrás em tudo quanto é grandeza d'alma e valor das ilustres pernambucanas, suas antepassadas: elas estão resolutas a disputarem a primazia em coragem, glória e patriotismo, aos mesmos varões brasileiros: ninguém, portanto, pode duvidar que a elas pertence muito distinto lugar no templo da imortalidade. Aquelas nobilíssimas matronas remeteram-me a seguinte carta com cem assinaturas, que transcrevo palavra por palavra: o público deve admirar não a existência da epístola, mas a veracidade da deliberação.

Carta

Ilmo. e Exmo. Sr. Cypriano José Barata de Almeida

Villa Real do Brejo de Areia, 12 de junho de 1823.

Passando a ser um dever dos liberais brasileiros agradecer a V.Exa. pelo grande trabalho que tem tomado de iluminar-nos sobre as obrigações em que estamos para com a nossa pátria: nós, metade da sociedade humana, consideramo-nos na mais rigorosa obrigação de fazermos ver a V.Exa. (ou ao mundo inteiro) quão gratas lhe somos pelas indubitáveis provas de patriotismo e liberalismo que tem patenteado à face do universo: muito principalmente depois que postou-se nessa guarita a bradar aos povos do vasto continente brasílico com a voz – Alerta – a qual, retumbando desde o Prata até o Amazonas, não só faz tremer e baquear o egoísmo, como também produz nos ânimos nobres, tanto nos famigerados varões, como das ilustres matronas, os mais ardentes desejos de reassumir os seus direitos há tanto usurpados e de quebrar os vergonhosos ferros da vil escravidão em que jazíamos.

Nós, posto que conheçamos a fraqueza do nosso sexo, contudo não cedemos nem em valor, nem em patriotismo, ao mais intrépido e guerreiro cidadão que estamos na firme resolução (se preciso for) de unidas aos nossos esposos, pais, filhos e irmãos lançarmos mãos das armas e fazermos a mais cruenta guerra aos acérrimos sectários do nefando despotismo.

Pedimos, pois, a V.Exa. que continuando a progredir em sua tarefa, queira fazer ver aos povos deste nascente e venturoso império a verdade nua para desabuso e desengano de alguns entes tão miseráveis, que criados com o leite do velho governo, cerram os ouvidos a mais liberal doutrina e mais justas e santas das causas.

Julgamos, de algum modo, ter cumprido com o nosso reconhecimento. Pelo que lhes pedimos, queira introduzir em suas folhas esta nossa indiscreta carta, para fazer ver a todos o quanto nos interessa a pura linguagem dos

luminosos princípios de V.Exa; e desde já rogamos ao céu, abençoe e dilate os preciosos dias de V.Exa., para continuar no glorioso e santo serviço da cara mãe pátria. Estes são os puros votos de todas as matronas liberais desta vila, que se presam de ser de V.Exa. atenciosas e amantes patricias.

Seguem-se cem assinaturas.

Mil vezes mais louváveis são aos nossos olhos as Sras. Paraibanas atuais do que tenham sido as guerreiras e semibrutas mulheres da Capadócia. Não imaginou, talvez, quem pôs o nome do Amazonas àquele majestoso rio, o qual não tem comparação com o regato chamado pelos antigos Thermoodon, que um dia as beligeras heroínas habitadoras de suas margens houvessem de justificar, pela semelhança das ações, a desigualdade física que existe entre estes dois rios. Seria acaso o nome de Amazonas que provocasse nestas modernas matronas o desejo de contender às antigas a primazia? Não, em primeiro lugar, porque vemos que inspiradas pelo santo fogo do amor da pátria e da liberdade, são prontas as nossas, sim, a pugnar como aquelas e a derramar, se for preciso, o seu precioso sangue, mas não como aquelas, fazendo uma vida insocial e misantrópica; não como aquelas, servindo de instrumentos à conservação do reino despótico da sua rainha: não como aquelas, dividindo o mundo em duas metades e aleijando ou matando contra todos os sentimentos da natureza, toda a sua masculina decência: segundo lugar, porque não são só no Brasil as Sras. da Paraíba as quais se distinguem pelas [?] virtudes e seus heroicos desvelos. Se não tivéssemos a baiana Sra. D. Maria Quiteria de Jesus Medeiros, feita agora capitão do Batalhão do Imperador, que nova Clorinda mostrou ao argante Madeira quão grande é o valor do sexo feminino brasileiro, e quão maior é a injustiça que por costume os homens se lhe fazem em crê-lo e tê-lo por inferior a si, poderíamos acreditar que aquelas províncias só, que são regadas pelas águas daquele rio, tivessem a privativa de produzirem semelhantes paladinas: mas agora já não é concedido o duvidar se tão belos e raros dotes sejam indignos do país e coerentes às suas senhoras. Atentem, embora os enganadores ou enganados europeus nos ameçar com os esforços que sonham, possa fazer o despedaçado caducante Portugal: embora nos contem que a Santa Aliança tem prometido auxílios às injustas pretensões de seu consórcio o despótico rei D. João VI: embora procurem estes visionários exagerados (no enquanto se entretem com semelhantes lisonjas), nos amedrontar com os gigantes do Cavaleiro da Mancha, pois quem quer ser livre sempre acaba para o ser; e país onde as mulheres, os velhos e as crianças empreendem concordes a considerar e tratar os negócios políticos-militares como próprios, já não há força que os subjuguem; já não há despotismo que o domine. Na impossível hipótese que os interesses da Inglaterra e da França se achassem

idênticos com os das mais nações não comerciais, a respeito do Brasil, não alcançariam aqueles iníquos opressores dos justos direitos das gentes e das nações da Europa, de se desunir o Brasil, temporariamente, de o ocupar em algumas pontes, de o destruir, de o aniquilar; mas de o dominar, de o recolônizar, de o sujeitar a um jogo despótico, isso jamais, nunca mais. Brasileiros, sejais firmes e constantes, seguis o exemplo das vossas caras esposas, respeitáveis mães, amadas irmãs, adoradas filhas e estimáveis conjuntas: Não lhe sejais inferiores e vivei descansados; pois que a perfídia e a cabala do caduco velho mundo todo, jamais nada pode contra vós. Os estrangeiros todos, esses estrangeiros que tão benignamente hospedais e agasalhais, contra os quais tanto se estende a egoística raiva dos vossos inimigos, que olham para os estrangeiros como para aqueles que vieram dividir com eles o gozo da espoliação a que se acreditavam exclusivamente autorizados, esses estrangeiros, mesmo dizemos, se for preciso, o que não cremos, por gratidão e reciprocidade, pegariam também em armas e se uniriam convosco pela defesa comum, contra qualquer que ousasse atentar de vos agredir.

Nos passa pelas mãos a gazeta intitulada *O Independente Constitucional da Bahia*, de 23 de agosto, na qual achamos um artigo relativo ao aportamento que ali fez o marechal Luiz Paulino de Madureira Pinto da França (bem conhecido aqui pelo imenso bigode, o Ferrabrás de palha, como lhe chamaram) de condição portuguesa, e como no tal artigo se diz, que se saltou em terra (milagrosamente a salvo pelo implacável ódio que se lhe consagra), e muitas mais coisas que servem a mostrar qual seja o espírito nacional na Bahia, extratamos o seguinte passo para não encher a nossa folha com o inteiro artigo. Não quisemos nada com Portugal constitucional e liberal, e queremos alguma com ele despótico e servil?

Ora, os senhores portugueses, parece, querem bigorrilhar conosco ou se fazem tolos: já se esquecem da carta de S.M.I. escrita ao seu augusto pai, em que fala por nós todos, dizendo que “de Portugal nada, nada, não queremos nada”? Portugal, pelo seu mau comportamento com o Brasil, em paralelo com as mais potências da Europa deve ocupar o último lugar, pois como assim o quis, assim o tenha. Podemos estar certos que o nosso augusto imperador não mudará os nobres sentimentos que o animam, nem o ministério, nem a Assembleia hão de convir em tratados ou quaisquer convicções em que o Brasil perca um ceitil de sua preeminência e ressentimento com Portugal. União só com o que for do Brasil, porque só queremos o que é nosso.

Do *Diário do Governo de Pernambuco* de 16 de agosto de 1823, coligimos as notícias do norte do Brasil e particularmente as das províncias do Piauí, Ceará e Paraíba, que por serem muito extensas, damos só em resumo.

O comandante Fidié, que mandado pelas Cortes de Lisboa para governar o Piauí, e que com mil e tantas praças de tropa ameaçava de querer avançar-se

a ocupar a maior extensão de terreno; foi batido e desfeito em todos os pontos pelos valorosos independentes, os quais, surgindo por todas as partes, dirigidos por aqueles honrados e briosos brasileiros, o sargento-mor Bernardo Antônio Saraiva de Carvalho e o capitão José Francisco de Miranda Ozório, o atacaram e reduziram a fugir a toda a pressa, retirando-se para o Maranhão, onde se acha e onde talvez a estas horas tampouco lá esteja. As duas pequenas províncias do Pará e Maranhão são só as que, todavia, não estão livres da epidemia lusitana, porém, bem precária vai a ser aquela usurpadora dominação, à visa do espírito pátrio, que em toda parte se desenvolve, proclama a Independência Constitucional do Império e por ele se bate e pugna.

Notícias de Portugal

Serve a presente tão somente de lhe participar as notícias desta, depois da mudança do governo; isto, por cá, está na pior situação possível; e cada dia estamos à espera de sermos saqueados pela divisão do Silveira, pois andam pelas ruas fazendo toda a qualidade de insultos para verem se pegam em armas; o descontentamento é geral: e não sei em que isto parará pois, vossas mercês aí queixavam-se dos capitães generais; nós agora estamos sendo uns janízaros, pois as infames baionetas nos estão dando a lei: porém, já hoje estão em desordens uns com os outros, e ainda tenho esperanças de poder falar, pois agora são mais os espíões do que os espionados; e só nos andam dizendo que o Brasil se torna a sujeitar ao governo de capitães generais; porém, coitados, como estão enganados. Os fugitivos dessa praça que se acham nesta estão muito contentes; assim como os militares que vieram dessa, pois têm esperança de irem pilhar mais; pois o amigo Gervazio Pires Ferreira, na sua defesa, bem mostra o caráter dos tais europeus e põe-nos a divina. Aqui, os mais patifes ainda são os que mais dinheiro ganharam nessa, como o Claudino – Medeiros – J. Gomes etc. e outros a quem a fama tanto conhece por...

Amigo, é trabalhar para não deixar pôr pé em ramo verde a estes malvados, aliás, estão perdidos, pois o grande João Cazemiro Coronel dessa que foi, o faz com terra de ser aí o capitão general, junto com os outros que tais. Luiz do Rego ficou mal com ambos os partidos por ser traidor a ambos, e isso tem acontecido a muitos aqui. Sirva-lhe de governo que isto assim não pode durar muito tempo; pois dizem que o general Pego já está com parte do nosso Exército na fronteira contra o governo absoluto; e que vem marchando para a capital para estabelecerem a Constituição, o certo é que as tropas nº 12, 10 e 3 de caçadores; 21 e 5 de caçadores, cavalaria 1 e 4 se não sabem há hoje 22 dias onde estão, assim como o 3 da cavalaria; porém, julga-se tudo com o Pego e Jorge d'Avillez.

Aqui tudo são prisões, não se pode falar, brevemente teremos muitas forcas e deportações; isto é, no caso que os negócios de Espanha vão mal, que a não irem, então, nos hão de querer dar cartas, porém tudo vai o pior possível,

e tudo se vai caminhando a anarquia; aqui cada brigadeiro está dando ordens em separado à sua brigada, de maneira que o general das armas nada governa, e por aqui fará ideia do mais; não sou mais extenso, e faça por isto, que são verdades, ideia do que mais nos espera.

Notícias de Portugal, inseridas na *Gazeta Pernambucana* de 14 de agosto

Admirará a alguém cordato que Portugal esteja reduzido ao lamentável estado em que se acha, e que breve por lá tudo seja anarquia, forças, deportações e desordens? Acaso haverá em Portugal, ou em qualquer parte ainda, alguém que se fie nas promessas, juramentos e palavras do perjuro Sr. Rei D. João VI? O autor das três Proclamações da Bemposta de 30 de maio, de Lisboa de 31 dito e de Vila Franca de 3 de julho, ainda não será inteiramente riscado da lista dos entes honrados, probos e suscetíveis de boa-fé? E com tal gente (se de gente ainda merece o nome), havemos de ter tratados e negociações? O que fez um sexto, fará um cento se tiver tempo, materiais e conveniências... Brasileiros, alerta! Alerta! Alerta! Alerta e alerta!

Notícias de Portugal e Espanha, extraídas do *Diário do Governo de Pernambuco* nº 25

Por muitas cartas vindas de Lisboa consta que em Chaves outra contrarrevolução a favor do sistema constitucional. Vários batalhões e muitos oficiais de diferentes províncias têm corrido para ali, onde instalaram um governo constitucional, e está à testa de tudo o general inglês Wilson. Os liberais desta briosa e benfazeja nação fizeram uma subscrição que chegou a dois milhões a favor dos constitucionais da Espanha e Portugal.

O Exército francês foi batido em Madri, onde dizem que os constitucionais passaram à espada três a quatro mil homens. Advertimos que ninguém dê crédito aos nojentos impressos ora vindos de Lisboa; porque são ridículas produções do sistema servil que ali domina; e para bem se perceber esta verdade, basta que ali saiu um decreto culminando a pena última a toda e qualquer pessoa que ler papéis ou der notícias favoráveis à Constituição. Uma das coisas mais irrisórias que se lê naquelas folhas é ver o rei assinar-se “rei de Portugal, Brasil e Algarve”, mas os brasileiros mostraram a S.M.F. quem é o augusto chefe do segundo, que hoje, com o favor de Deus, é império.

Extrato do *Independente Constitucional da Bahia*

A salvação dos povos é uma lei suprema, e para mim, uma lei sagrada: esta convicção que há sido o farol dos arriscados lances em que a providência me tem colocado, ditou imperiosamente a resolução que tomei ontem, com

mágoa minha, de separar-me de vós por alguns dias, cedendo aos rogos do povo e aos desejos do Exército que, ou me acompanha, ou me precede. Habitantes de Lisboa: tranquilizai-vos. Eu nunca desmentirei o amor que vos consagro, por vós me sacrifico e em pouco tempo vossos mais caros desejos serão satisfeitos. A experiência, esta sábia mestra dos povos e dos governos, tem demonstrado de um modo bem doloroso para mim e funesto para a nação, que as instituições existentes são incompatíveis com a vontade, usos e persuasões da maior parte da monarquia; os fatos, por sua evidência, vigoram estas asserções: o Brasil, esta interessante parte² da monarquia, está despedaçado: no remo, a Guerra Civil tem feito correr o sangue dos portugueses: a Guerra Estrangeira está iminente, e o estado flutua, assim ameaçado de uma ruína total, se as mais prontas e eficazes medidas não forem rapidamente adotadas; Nesta crise melindrosa, cumpre-me, como rei e como pai dos meus súditos, salvá-los da anarquia e da invasão, conciliando os partidos que o tornam inimigos. Para conseguir tão desejado fim, é mister modificar a Constituição: se ela tivesse feito a ventura das nações, eu continuaria a ser o seu primeiro garante; mas quando a maioria de um povo se declara tão aberta e tão hostilmente contra as suas instituições, carecem de reforma. Cidadãos: eu não desejo, nem desejei nunca o poder absoluto, e hoje mesmo o rejeito; os sentimentos do meu coração repugnam ao despotismo e à opressão: desejo, sim, a paz, a honra, a prosperidade da nação. Habitantes de Lisboa, não receeis por vossas liberdades, elas serão garantidas por um modo, segurando a dignidade da coroa que se respeite e mantenha os direitos dos cidadãos. Entretanto, obedeci às autoridades, esqueci vinganças particulares, sufocai o espírito do partido, evitai a guerra civil e em pouco vereis as bases de um novo código que abandonando a segurança pessoal, a propriedade e empregos devidamente adquiridos em qualquer época do atual governo dê todas as garantias que a sociedade exige, una todas as vontades e faça a prosperidade da nação inteira. Vila Franca de Xira, 31 de maio de 1823. – João VI. el-rei com guarda. Publicada por ordem escrita e assinada por S.M., remetida à Secretaria dos Negócios da Fazenda neste dia, fica o original em meu poder. Lisboa, 31 de maio de 1823.

José Xavier Mousinho da Silveira.

Depois da proclamação que transcrevemos e dos fatos de armas atuais das províncias do Pará, Maranhão e Piauí, dos quais não nos consta que de Portugal se tenha mandado desistir efeito da iníqua e sedenta ambição. E haverá quem tenha o descaramento e a má-fé de nos persuadir que a luta entre brasileiros e lusitanos está acabada? Sim, senhor, se não houvesse algum, havia

2 Que foi parte da monarquia portuguesa e fez a fortuna de Portugal.

o senhor nédio e pingue redator do *Correio*, que com o seu costumado desaforo o cospe de lá como um artigo de fé, no seu nº 34.³

Brasileiros, será supérfluo o nosso gritar – Alerta – quando aparecem documentos tão claros como este! E haverá ainda entre vós quem duvide sobre as boas e amigáveis intenções do vosso bom Senhor D. João VI e de toda a cáfila dos seus quase senhores portugueses? Ainda será misterioso ou problemático o fim, por que ali destruíram o sistema constitucional? Ainda será preciso vos despertar para dar-vos a entender que o alvo que tiveram foi de ver se debaixo do manto do absolutismo lhes saía o comer as cebolas do Egito como vos recolonizar?... Cremos que não. Porém, se por desgraça assim fosse, ficareis convencidos quando conhecerdes o conteúdo dos poderes, dos quais vem munida a lusitana deputação; e quando souberdes que S.M. Rei D. João VI trata a sua majestade imperial, o nosso grande e incomparável imperador, como príncipe regente, o Brasil como seu e tudo quanto no Brasil foi feito, como irritado, nulo e não acontecido? Alerta!

Credo, extraído do *Independente Constitucional*

Parece-nos justo apresentar ao público o resumo do credo político, que corre em Pernambuco, e que supomos um modelo de patriotismo.

- I. Creio na santa Independência absoluta do Império do Brasil, e de tal sorte, que ainda querendo alguém união com Portugal, não se deve consentir nessa união, seja o pretexto qual for.
- II. Creio na comunicação e reunião das províncias que, para terem força, hão de formar um só corpo maciço, a fim de fazer oposição e dissolver qualquer trama que possa ser inventada para desorganizar o sistema liberal.
- III. Creio na remissão ou alívio das nossas desgraças por meio de uma Constituição liberal, como foi ajustado, na qual parece de razão que não haja veto absoluto nem a iniciativa das leis fora das Cortes ou Congresso soberano: nem duas Câmaras, nem o comando das armas do nosso imperador; e na qual deve haver jurados no cível, e crime, e liberdade da imprensa, e a responsabilidade dos ministros, e de todos os empregados públicos, além de tudo o mais, segundo as bases que já foram juradas e de que, parece, não nos devemos apartar.
- IV. Creio na ressurreição da liberdade da imprensa; na destruição do despotismo, seja ele qual for; na destruição das devassas, terrores e espias pela vigilância do nosso Congresso soberano; e na destruição de tudo o mais que é danoso.
- V. Creio na vida eterna da Constituição e do patriotismo brasileiro; vigilância e bom governo do imperador; constância e valor das províncias. Amém, Jesus.

3 Este nº será por nós *in integrum* documentadamente analisado e refutado quanto antes.

N. 16

SENTINELA

DA LIBERDADE

A BEIRA MAR DA PRAIA GRANDE

ALERTA ESTÁ

TERÇA-FEIRA, 16 DE SETEMBRO DE 1823



CORRESPONDÊNCIA

Sr. Redator.

Quatro oficiais pernambucanos que chegaram da Bahia postos em liberdade por aquele governo, dos que ali se achavam presos por Madeira: os quais, tendo beijado a mão do imperador e escodados com a Proclamação de 16 de julho que afiança a seguridade do cidadão, e passeavam nesta cidade, foram ontem, 10 do corrente, presos e metidos na Ilha das Cobras (por terem sido pronunciados na célebre devassa de Pernambuco); um deles, alferes dos Bravos da Pátria, Simplicio de tal, tendo-se mesmo entregado, sabendo que o reputavam réu de sedução, bradou para os companheiros – “é possível que sejamos presos e com semelhante labéu” – e dizendo estas palavras entrou para o quarto que lhe destinaram e fechou-se por dentro; outro companheiro, daí a pouco batendo à porta e não lhe falando ninguém e espreitando pela fechadura, viu-o dependurado; grita, bota-se a porta dentro e o acham enforcado; cortam-lhe depressa as cordas, o homem cai quase morto; mas tornando a si depois de uma hora, foi conduzido ao hospital, onde hoje se acha sem saber se escapará. Aqui tem, Sr. Redator, um trato de desesperação, excitado pela prisão de homens patriotas e de vergonha: se este homem morre, não perde a pátria um bom cidadão? Queira, Sr. Redator, inserir esta cartinha na sua excelente folha e, se lhe parecer, com algumas suas reflexões de que lhe ficarei sumariamente obrigado.

Seu constante leitor.

Não podemos bem satisfazer a excitação que se nos faz de ajuntar o nosso parecer sobre a acima notícia, por não estarmos informados das circunstâncias

que acompanharam a prisão; queira ter a bondade, o Sr. constante nosso leitor, de nos dizer se os quatro oficiais pernambucanos foram presos de alguma maneira contrária à lei; se houve despotismo, arbitrariedade, animosidade particular ou excesso de poder pela parte do ministro ou ministros que os mandaram prender; e então conte, decerto, que não só aderiremos às suas invitações, mas como *Sentinella da Liberdade* gritaremos alerta contra o abuso e contra a infração do mais sagrado dos direitos, o da segurança individual. Nos enche, entanto, o coração de mágoa ouvir que os bravos e briosos patriotas pernambucanos continuem a ser perseguidos pelos efeitos das passadas devassas, contra cuja monstruosidade tanto ouvimos gabar com gosto a bondade do nosso imperador, por tê-las mandado cessar e por ter anulado os efeitos da de São Paulo, e dobradamente nos pena o saber que a prisão feita em consequência da devassa de Pernambuco tenha sido a causa do ato da desesperação que praticou contra si um daqueles heroicos defensores da pátria.

Sr. Redator.

Passando-me casualmente pela mão o nº 2 do *Sylpho*, li com bastante repugnância um artigo do seu redator, em que deprimia o crédito dos oficiais de Marinha ingleses no serviço brasileiro. Apenas lordes Cochrane e o comandante da Niterói foram os únicos que escaparam à rajada, mas esta exceção mais contribuiu para agravar o resto dos officias. Bagatela! Bagatela! Certamente, Sr. Redator, se os periódicos que há pouco surgiram têm por fim indispor a nação contra os que melhor a têm servido, com o fito de exaltar alguma facção europeia, em tal caso, preenche bem o *Sylpho* as suas instruções e foi bem marcada a altura para largar o pano. Saiba, porém, vossa mercê, saiba essa facção, saiba o *Sylpho*, saibam, finalmente, *tutti quanti*, que eu sou brasileiro, nesta cidade nascido e residente; tenho praticado com muita gente limpa dos compatriotas, a todos contemplo satisfeitos por admissão dos referidos officias ingleses. Todos tributamos elogios ao governo por os ter feito vir; todos reconhecemos nestes beneméritos bretões os zelosos defensores da liberdade, os que têm coadjuvado a nossa Independência e sido leais aos empenhos que contraíram, sem que até o presente conste, nem que hajam levado ao inimigo os navios do seu comando, nem aberto pregos do governo, nem negligenciado ocasião de se baterem. Se alguma cabala desgostar estes nossos coadjuvadores e os obrigar a retroceder para Inglaterra, eles levarão consigo os votos e agradecimentos dos que amam verdadeiramente a nossa Independência e glória das nossas armas. Sr. Redator, saiba que não queremos passar por ingratos como aconteceu aos portugueses regenerados, com os ingleses que os ajudaram a bater os franceses. É por isto que lhe dirijo estas duas regras, órgão dos meus sentimentos individuais e dos de muitos outros brasileiros pelos quais

respondo. Fique salvo o caráter brasileiro. Quem sabe se o autor do artigo é filho do Brasil? Quem sabe se lhe tem desagradado a oposição que sofreram os peritos oficiais da esquadra do Madeira? Quem sabe mesmo se é oficial de Marinha aposentado ou desempregado pelo governo até melhores informações?

Dicant Paduani.

O amigo da verdade, brasileiro por dentro e por fora.

Sr. Redator.

Desejaria merecer-lhe o obséquio de inserir na sua liberal folha a carta inclusa, a qual, havendo sido remetida ao imparcial redator do *Correio* a quase um mês, este não a quis publicar, ignoro se acaso achou a doutrina incendiária.

Seu venerador. Obrigado.

Sr. Redator.

Como julgo ser permitido a todo e qualquer cidadão o expender os seus sentimentos, e muito principalmente quando estes são nascidos de um verdadeiro patriotismo, por isso animo-me a rogar-lhe o obséquio de inserir na sua liberal folha o seguinte. Consta que na Tropa do Madeira, alguns dias antes de embarcar, passaram para o nosso Exército no recôncavo da Bahia, três oficiais subalternos que deram por notícia estar a dita Tropa do Madeira pronta a embarcar, por haver já alguns dias que estava a meia ração, porém, que eles (oficiais) não os queriam acompanhar para Portugal, mas sim seguir a causa do Brasil. Estes oficiais foram recebidos com todo o agasalho próprio de brasileiros, mas, não se animando com os nossos chefes a pronunciar sobre a sua sorte militar, os remeteram para esta Corte. Apenas aqui chegam, são aceitos no serviço brasileiro e adidos aos batalhões da guarnição desta Corte, isto proximamente. Pondo de parte as deliberações do Ministério da Guerra, a quem consagramos todo o respeito, contudo, elas não podem em um país constitucional tolher as reflexões inocentes de qualquer cidadão respeito à admissão desses oficiais, um pouco anticonstitucional; não quero dizer com isso que se deixassem expostos estes três indivíduos à miséria: seria, com efeito, pouco decoroso à nossa briosa nação, porém, que fossem admitidos nos nossos batalhões três indivíduos que há bem pouco tempo eram nossos encarniçados inimigos! E que, além disso, se deram esse passo, foram mais obrigados pelas tristes circunstâncias em que se achavam, e não pela convicção da justa e sagrada causa que defendemos, o que é tão claro e manifesto que se esse fosse o seu modo de pensar, então já o teriam feito em outra ocasião, e não quando inteiramente se achavam exauridos de recursos e quando já os não tememos;

isto, a meu ver, não é digno de admiração, antes muito usual. Ora, sendo estes imediatamente admitidos com as vantagens que têm, que se fará àqueles que o fizerem em outras circunstâncias? Parece-me, pois, que os nossos inimigos desejam por todas as maneiras tirar vantagens de nós, e vendo que pela força nada podem fazer, têm posto em prática a simulação e quando não, vejamos se me engano; todos nós sabemos que ainda há bem pouco tempo existia nessa cidade um partido de pés de chumbo, uns encobertos e outros mais descarados, ora sucedendo isto a tão pouco tempo admira como se evaporaram esses senhores, e agora todos mudando de sentimentos, passaram a ser brasileiros (exteriormente) para melhor iludir aos desprevenidos, espalhando mansamente entre o povo que deve haver união com Portugal, miseráveis!! Não sabeis que a sentença já foi proferida pelo nosso imortal defensor perpétuo. “De Portugal nada, nada, não queremos nada”. Sabei, pois, miseráveis camaleões, que estas enérgicas palavras estão bem gravadas no coração dos brasileiros honrados e de caráter, e por consequência, podeis mudar as baterias para outra parte, que por esta não fazeis brecha e muito menos agora: se tendes saudades do vosso belo tempo ide, ide depressa para o vosso Portugal, que a cebola tornou a reverdecer, ide tomar-lhe o gosto, regalai-vos, que nós gostamos mais das nossas frutas silvestres. Porém, que será isto! Eu vejo entrar um navio que acaba de ser aprisionado pela nossa esquadra, em vez de ver o nosso pavilhão vencedor, eu diviso tremular a bandeira inimiga, que quererá dizer isto!!! Vejo que o *Castello* fez sinal de português e não precedeu o de estrangeiro como é de costume com as mais nações, acaso seremos todos a mesma nação? Eu não entendo certamente; sabemos todos (se não estamos fascinados) que nos achamos no segundo ano de nossa Independência e vemos que, havendo no *Castello* sinais que denotam uma nau, fragata e brigue e inglês, francês e português, ainda não tivemos o gosto de ver um sinal que indiquem iguais embarcações da nossa nação brasileira, eu suponho que aqui há o que quer que é; rogo-lhe, Sr. Redator, que se pode entrar neste segredo, queira revelar para conhecimento do público e do

Brasileiro Desconfiado.

Sr. Redator.

Muito me consolou a sua *Sentinella* nº 14. Onde foi vossa mercê achar aquela correspondência? Onde descobriu aquele Brasileiro Resoluto? Ah! Sr. Redator, confesso-lhe que me regalou a alma; toda aquela doutrina estava no meu coração e no de todos os brasileiros; o diabo do homem é feiticeiro, leu a bonadixa de todos e acertou com o que todos querem. Assim, Sr. Redator, apareça-me com esses papéis que vossa mercê verá como os brasileiros o hon-

ram e o estimam, e não tema nada dos chumbeiros, porque a nação é brasileira, e esta o há de defender de qualquer insulto; eu, pela minha parte, se vossa mercê for desfeito, o verdugo que lhe assegurar o golpe é meu, quem quer que ele for, e quando se não soubesse, os chumbeiros seriam julgados ser os autores e vossa mercê despicado, esta é a opinião de todos os brasileiros.

Queira, Sr. Redator, inserir já estas regrinhas no seu periódico, para que conste ao público que estamos contentes com aquela doutrina, e que só agora aspiramos que ela se ponha em execução, assim como que vossa mercê está apoiado pelos brasileiros.

Um seu leitor e amigo brasileiro.

Temos lido o que nos diz respeito no *Tamoyo* nº 10; sempre e cada vez mais lhe agradecemos os esforços que faz para persuadir ao público, que as suas e nossas doutrinas políticas não são idênticas. Continue ele quanto quiser com o seu fito de fabricar um magnífico palácio, para ver se lhe cabe de se acomodar nele; porque nós, não querendo outra coisa mais do que uma simples choupana, não buscamos mais de que ver de alcançá-la, igual à dos outros e estas todas que sejam, por quanto for possível as mais cômodas e seguras. – *Chacun a son vilvin gout*; e já dissemos, o que repetimos, que neste vale de lágrimas, cada um navega pelos seus remos: os resultados mostrarão qual de nós acertou mais na derrota. Pouco nos importa as ferramentas nas quais fala, pois onde os materiais são entre si heterogêneos e não se galagram em fábrica nenhuma, estamos persuadidos que não convém pô-las em obra e que melhor é deixá-las consumir pela ferrugem; contudo, não imprecamos contra elas, porque nunca estendemos os vícios dos meios às coisas e porque sendo já feito, em outro tempo, estimação desta ferramenta, nunca nos sabemos resolver a desprezá-la e lhe desejar mal; pode quanto quiser o indígena *Tamoyo*, na natural barbaridade do seu coração, desejar ver pendurados quantos utensílios lhe aprazer ou fazer votos, porque os obreiros venham ostracizados pela nigrícia que nunca nós nos conformaremos com ele, nem sequer se vissemos que a aplicação caísse sobre si ou suas ferramentas, *quidam generis*, e sabemos que possui, que já estimou ou fingiu estimar enquanto julgava que lhe fazia conta.

Não insistimos sobre a matéria do projeto do Sr. Moniz Tavares, à vista de que ele mesmo nos confessa que com tudo que fosse dirigido a um bom fim, não estava bem anunciado. Quanto à publicação dos secretos trabalhos dos senhores Moura, Borges Carneiro, Xavier Monteiro etc., é precisamente por efeito de consequência, de caráter, de doutrina e de princípios liberais que temos feito manifesto quanto entre aqueles sustentáculos de verdadeiro

pátrio liberalismo se passava, para mostrar primeiramente (e assim destruir as armas dos inimigos do sistema liberal, que os citam como liberais em aparência e egoístas em substância) que se eles sustentavam em querer de novo sujeitar o Brasil a Portugal, era porque, assim, indispensavelmente haviam de fazer, e consequentemente, que a massa geral da nação, não tendo jamais deixado de ter em vista aquele infernal plano, ora, que pelo meio do absolutismo hão de reanimar as suas esperanças e reforçar as suas tentativas, é muito mais do que em qualquer outro tempo para se dever desconfiar deles e das suas cabalas. O *Sentinella* não aconselhou e não aconselhará jamais que se mandem buscar os tais beneméritos deputados de Portugal, os quais é falso que parassem as obras porque continuam com elas, por estar persuadido que, sendo bons portugueses, não podem e nunca poderão ser bons brasileiros; mas não deixa de conhecer que o chefe da obra da Constituição que fizeram é devido a eles; (o que concerne ao Brasil não o considerarmos pelas razões expostas) e confessa abertamente que daria a metade do seu sangue para ver os deputados do Brasil animados com os mesmos sentimentos e serem capazes de mostrar tanto liberalismo como aqueles têm mostrado.

Uma correspondência inserida no *Diário do Governo* nos diz muito poucas coisas em muitas línguas; a este sabichão procuraremos responder muito em poucas palavras e em uma só língua, que mal conhecemos; porém, por não cansarmos os nossos leitores, ficará isso reservado para outro número.

EXTRAORDINÁRIA

SENTINELA

DA LIBERDADE

A BEIRA MAR DA PRAIA GRANDE

ALERTA ESTÁ

SEXTA-FEIRA, 19 DE SETEMBRO DE 1823

Não basta o gabar-se de ser tal ou tal coisa, de querer fazer tal ou tal outra, é mister que as nossas ações sejam concordes e coerentes com as nossas asserções e com as nossas jactâncias; por isso é que tendo nós prometido de não cansar mais os nossos leitores com os por eles insulsos pleitos de periodistas, e devendo, aliás, por necessidade, desmentir cabalmente toda a massa informe de mentiras, falsidades e imposturas que se acham vomitadas e lançadas contra nós no *Correio* 34, de 11 do corrente, não temos outro remédio, por não seguir as suas pisadas, roubando, assim, os quatro vinténs à boa-fé dos nossos leitores, que o de fazer as nossas defesas e respostas em um número extraordinário e distribuído – grátis.

Documentos

Nº 1 – cópia. O abaixo-assinado do conselho de S.M.F., ministro e secretário de Estado dos Negócios do Reino, encarregado inteiramente da Repartição dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, acusando a recepção da nota que o Sr. Marquês de Grimaldi, enviado extraordinário e ministro plenipotenciário de S.M. sarda, lhe dirigiu na data de 16 de julho próximo passado, tem a honra de participar a S.S. que el-rei, seu amo houve, por bem, acordar o seu Régio Beneplácito à nomeação que S.S. propôs de José Estevão Grondona, para exercer por interim e até nova ordem as funções de vice-cônsul de Sardenha⁴ nesta cidade do Rio de Janeiro; e para que como tal vice-cônsul seja reconhecido pelas competentes autoridades e para exercer as respectivas funções interinamente,

⁴ Se for preciso, podemos apresentar o nosso título de nomeação como cônsul ou regente, ou consulado-geral, e se deste não temos feito e não fazemos uso, é para não pagar 600 réis de propinas em benefício não sabemos de quem; mas por nós julgadas injustas; visto na nossa pátria não se exigir coisa alguma por semelhante causa.

gozando as prerrogativas de semelhante lugar, mandou S.M. expedir o competente título que o referido Grondona ou seu agente pode ir receber à Secretaria de Estado.

O abaixo-assinado aproveita com gosto esta nova ocasião para assegurar ao Sr. Marquês de Grimaldi da sua particular estima e alta consideração, como quem o venera.

Palácio do Rio de Janeiro, 10 de julho de 1820.
Assinado, Thomaz Antonio de Villanova Portugal.

Segue-se a Legislação do Tabelaio, que omitimos por não encher a folha

N^{os} 2, 3, 4, 5, 6 e 7, seis cartas e notas diferentes, escritas sobre diversas matérias e com diferentes datas pelo Exmo. Thomaz Antonio de Villanova Portugal a José Estevão Grondona, vice-cônsul de S.M. sarda, reconhecidas e legalizadas por Tabelaio.

N^o 8. Uma nota do Exmo. Sr. Silvestre Pinheiro, relativa ao navio sardo *Delphino*, escrita e dirigida a J. E. Grondona, vice-cônsul de S.M. Sarda, reconhecida, etc.

N^{os} 9 e 10. Duas cartas do Exmo. Sr. Conde dos Arcos, uma relativa a um preso, súdito de S. Santidade, e outra a respeito ao navio do capitão Vicini; ambas pelo dito Exmo. Conde, dirigidas a J. E. Grondona, vice-cônsul sardo, reconhecida, etc.

N^{os} 11 e 12. Duas cartas dirigidas pelo Exmo. Alvares Diniz ao dito Grondona, vice-cônsul de Sardenha; uma relativa a certos passaportes pedidos grátis, por pobreza dos requerentes; outra ao brigue do capitão Sciaecaluga, sardo, ambas reconhecidas, etc.

N^o 14. Decisão ministerial do Exmo. Sr. Vieira em favor da galera sarda *Veriamici*, contra o parecer do Ilmo. Sr. Juiz da Alfandega, que não temos, por estar registrada naquela repartição.

N^o 15. Nota do Exmo. Sr. Oliveira, dirigia a J. E. Grondona, vice-cônsul de Sardenha, no dia que fez as funções de todos os ministros, por estar o Exmo. José Bonifácio ocupado a bordo da fragata, então União, junto com S.M.I., então príncipe regente, relativo ao afretamento da citada galera *Veriamici*, para transporte dos Talaveiras, reconhecido, etc.

N^{os} 16, 17, 18, 19 e 20. Do Exmo. Sr. José Bonifácio, dirigidas em diferentes datas a J. E. Grondona, vice-cônsul de Sardenha, e relativas, a primeira, ao mesmo afretamento da referida galera *Veriamici*; a segunda, a certos napolitanos presos⁵; a terceira, a um marinheiro sardo pelo qual S.M. tinha mandado dar pela repartição da Marinha as providências pedidas; a quarta, à comunica-

5 É preciso saber se que el-rei D. João VI decidiu que na falta dos cônsules de Nápoles e de Roma, nós fizéssemos também aquelas funções, por ser uso recíproco entre aquelas italianas potências.

ção e invitação como único agente de sua Corte, de fazer passar àquele gabinete todos os atos e impressos correlativos à emancipação do Brasil; a quinta, a um negócio de pertinência consular, na qual se faz menção e confissão expressa da existência do seu consular caráter, reconhecidas, etc.

Nº 21. Nota de 28 de agosto próximo passado, do Exmo. Sr. Carneiro de Campos, relativa a um particular dependente do Consulado sardo; dirigida ao mesmo J. E. Grondona, vice-cônsul de Sardenha, reconhecida, etc.⁶

Nº 22. O artigo do *Almanack do Rio de Janeiro*, peça, cremos nós, bastante original e verdadeira, no qual somos citados pelo caráter público do qual temos feito uso, do qual estamos em uso e do qual nada nos tirou do uso.

Nº 23. Decreto, alvará ou... (não sabemos como lhe havemos chamar) de S.M. el-rei D. João VI, concebido nos seguintes termos: “Tendo tido informação dos préstimos e habilidades de José Estevão Grondona, havemos, por bem, nomeá-lo em restaurador e conservador dos painéis e pinturas do nosso Real Museu do Rio de Janeiro, com o ordenado anual de quatrocentos mil réis: O nosso ministro e secretário de Estado dos Negócios do Reino, Thomaz Antonio de Villanova Portugal, assim o tenha assim entendido, e o faça registrar e executar pelas competentes repartições”. Palácio do Rio de Janeiro, em 30 de dezembro de 1810. Com a rubrica de el-rei.

Segue-se a ordem do citado ministro, na mesma data; e tudo quanto se acha em boa regra registrado nas competentes repartições do erário.

Cópia do regulamento de S.M. sarda, per la marina mercantil dei 9 marzo 1816

Cap. XI de Passavanti

Art. 122. Quando nei casi permessi dai regolamenti seguirá in paese estero la vendita de um legno suddito l'atto dovrà passarsi avanti il nostro Console, e se há luogo uma compra di legno esteo l'atto potrà allora stipularsi nanti il Console del Venditore.

Art. 140. Nonpotranno i Passavanti &...e tratandosi poi de quelli provisorii, *rilasciati dai Consoli all' estero*, muniti col sigillo delle nostri arme in fronte, saranno questi conformi al modelo annesso al nostro Regolamento Del 26 Dicembre scorso.

Art. 151. Tratandosi di acquisto di qualche legno suddito in estero domínio il Capitano doverá munirsi de um Passavanti Prowisorio dal nostro Console, mediante il quale potrà inalberave la bandiera Nazionale duante il viaggio.

6 Não falamos das cartas das outras inferiores autoridades, civis e militares, com as quais temos tido que tratar na nossa qualidade, por serem infinitas e não necessárias.

Art. 154. Potrá qualunque bastimento navigare coperto di Passavanti prowisorio rillasciato dai nostri Consoli nell' estero &t.

Art. 155. I Passavanti, che i Consoli nell' estero sono autorizzati a rilasciare i sendo prowisori nom potranno valere senon per quel solo viaggio.

Art. 160. I Consoli all' estero quando avranno spediti de passavanti prowisorii ne darano immediatamente awiso al Presidente dell' Ammiragliato.

Rogamos, portanto, aos nossos leitores de ter à mão o *Correio* nº 34, para poderem bem confrontar: assim é que se refuta, e não se calunia!

Depois de expostos todos os acima citados documentos, é tempo de entrarmos em matéria. Sr. Rabugento, velho curioso, como velho chumbeiro e inimigo da causa do Brasil, que como tal se nos dá a conhecer quando nos diz que os seus amigos foram para a Europa, outros espalhados, etc., e que cá não lhe ficou um só homem de bem para lhe poder perguntar quem somos, pelo que foi preciso, que para satisfazer a curiosidade de conhecer quem é o autor de um dos papelinhos, que por único entretenimento está lendo, recorresse ao seu barbeiro, saiba que quem é reduzido a não ter amigos numa grande cidade, confessa de per si quem ele é: que quem não tem amigos torna-se por necessária indignação o inimigo de todos; e que quem tem os amigos onde vossa mercê confessa ter os seus, dá claro e manifesto a conhecer que é da cáfila deles. Apostamos agora, Sr. Rabugento, que no seu interior, vossa mercê desejaria que o nosso paspalhão tivesse chegado a ocupar também o pequeno lugar que lhe consagramos nesta? Basta, por ora, Sr. Rabugento, com as respostas às respostas que o *Correio* lhe deu, mataremos dois pássaros com um só tiro e satisfaremos melhor os seus desejos do que ele não tem feito.

Mente o redator do *Correio* se diz que nós lhe falamos ambigualmente sobre a causa da nossa prisão; pois na querela, contudo que falsa e caluniosa, como mostraremos a seu tempo, que deu contra nós o nosso vizinho, nunca nos increpou de ter experimentado com habilidades estrangeirinhas o ensaio da transplantação dos pés de café; nos acusou com exame de três falsas testemunhas: um seu feitor; a mulher do feitor; e um preto cativo, que fez passar por forro; de lhe ter arrancado alguns pés de café que, tendo-os feito arrancar ele mesmo, como provaremos também a seu tempo, pelo feitor que jurou contra nós, fez achar no lugar do arrancamento, quando fez proceder contra nós a um malicioso corpo de delito. Tudo isto melhor aparece nos autos que estão em casa do escrivão Castro. A nossa naturalização implícita já se deduz do documento nº 23, e a explícita está pronta para se mostrar às pessoas de juízo e homens de bem, à facção do *Correio*, quando for tempo. Cremos mais, se mal não nos lembramos, que o Exmo. Sr. chanceler-mor possa ainda ter alguma

ideia de certo decreto que naquele tempo, e antes que ocupássemos o Consulado sardo, tem sido assinado por S.M. a nosso respeito, o qual era alguma coisa mais que naturalização; pois nos concedia um bem distinto emprego, que não temos ocupado pela obstinação da oposição de um dos primeiros validos.

Os nosso teres e haveres consistem em vinte mil cruzados, que por três causas diferentes e títulos bem líquidos e claros, se nos devem pela repartição da Fazenda: em alguns negros; em uma roça própria; nas benfeitorias compradas a sete foreiros que temos como arrendatário-geral de uma fazenda; e nas benfeitorias nossas feitas na mesma fazenda onde temos quinze mil pés de café plantado e boa porção já com fruto; e outro tanto pouco mais ou menos plantação deste ano. Todos estes são fatos que se podem bem verificar por qualquer rabugento.

Respeito ao nosso gasto na cadeia, mente, e sem vergonha, o redator do *Correio* enquanto diz. Nunca fizemos gastos em répteis por dia em nenhum dos nossos jantares; se comemos alguma caça, foi da que nós trouxemos da nossa fazenda, e quanto ao nosso encostar a companheiros, é um infame falsário; pois todos sabem que o primeiro dia nós fizemos mandar vir o jantar da casa do Sr. Joaquim da rua direita; que quatro dias e até que saísse de lá pelo hospital, comemos juntos com o Sr. Guilherme Vanzeller, cirurgião da Vila de São João de Itaboraí, que por cômodo recíproco nos ofereceu, e ao qual temos dado, sem que nos viesse nada de volta, um bilhete de oito mil réis; e os mais dez dias vivemos juntos com os cinco srs. campistas, que conhecíamos, aos quais, e precisamente ao Sr. Manoel Antonio, temos pago o que nos pertencia pela nossa cota sexta parte. Ora nos fica a ver se o *Correio* nos tem chamado de “bom” *vivant*, por termos repetidas vezes vazado a água fresca do seu morningue; se assim for, sejamos *bon*, e não “bom” *vivant* quando ele quer. A este respeito, somos bem conhecidos universalmente.⁷

Sobre o termos logrado o título de cônsul de Sardenha com falsas credenciais e termos enganado o ex-ministro José Bonifácio com falsas reverendas, não nos desagradamos a descer uma tal refutação: todos os documentos acima citados até o número vinte e dois, inclusive, respondem por nós; mas o que nos indigna é que uma boa porção dos ditos originais documentos tenham passado pelas mãos do *Correio*, que os tem lido, vistos e examinados, admirando-se conosco do despotismo e injustiça que nos fazia o Sr. José Bonifácio, do qual agora, neste só caso, aprova a conduta; quem chega a tanto não podemos adivinhar a quanto chegará! O público o decida. Nos increpa o redator do *Correio*, depois de saber com quanta má-fé, falsidades, calúnias injuriosas e atrozes nos tem presenteado de não termos vergonha que perder, e por prova da sua tese,

7 Todos os presos daquele tempo sabem tudo isto; e o campista dos cinco – Jacinto – que está nessa, fará fé de tudo.

enche uma coluna da sua folha sem dizer nada, conforme seu costume; quando não tem co...es, correspondentes; pois o palavreado da correspondência do *Sylpho*, e da gente de cor, se resolve em fumaça. E poderá ainda ter vergonha que perder, quem não respondeu a quanto lhe apontamos nos nossos n^{os} 12 e 13 (por responder, entendemos analiticamente refutar, como nós fazemos), e que o tudo, portanto, o silêncio confirmou? Que não escreve folha, que pelas falsidades das quais é recheada, das injúrias que contém, e das indecentes e galegas epitetações e insultos não seja sujeito, se se quisesse, de chamada a jurados, de querelas criminais ou desprezo universal? E poderá ter vergonha que perder quem estando nos seus lençóis tem a pouca ou nenhuma vergonha de nos chamar sem o poder provar, sem vergonha? Forte descaramento!!!

Não satisfaz às rabugentas perguntas passando por alto sobre as nossas feições e figura o nosso *Correio*, tratando-as com desprezo filosófico: não sabemos se isto seja por não ter outra notícia do engenhoso sistema de Lavater, assim como lhe acontece em muito mais coisas que a do nome do autor. E com efeito, cremos que seja assim porque quem não nos poupa em nada, ou se de nós nada diz, é por falta só de saber dizer, não nos teria feito graça se tivesse sabido como comparar as nossas feições com as observações extensas do Lavater, as quais dão pano para todos; porém, Sr. Rabugento, não ficará logrado, pois nós faremos os nossos esforços para lhe darmos um retrato aplicado a algum sistema; e por não sermos tachados de parciais, em lugar do nosso, lhe mandaremos o do nosso menino súdito, o nosso liberal valido-desvalidado *Correio*. Não o espere nem conforme Lavater, nem como Porta, nem como [?]; pois não lhe tendo achado nem crânio, nem lugar de cara, e em tudo e por tudo tendo encontrado nele uma figura oval, temos concluído ser ele mesmo o sujeito dos quinhentos e tantos sonetos da *Cicceide*, com os quais o seu autor provou que aquela forma de T... ovo, ainda que tenha outros tantos pontos de vista, sempre acaba por ser ovo.

Nós não dissemos ao *Correio* que a primeira parte não fosse sua: ele é que o sabe...; e nós não podemos dizer o que ignoramos. Lhe dissemos, dizer sim, que desde que lhe faltaram os (co...es) correspondentes, já a sua folha não era tão interessante; e isto mesmo tornamos a repetir por estarmos persuadidos disso, e por assim também o dizerem os seus vendedores. O que dissemos respeito a insinuações, o tornamos também a dizer porque podemos prová-lo. Nos admira uma só coisa, e é como não lembrado do quanto lhe lançamos ao rosto nos nossos n^{os} 12 e 13, pelo conteúdo da carta do menor súdito João Soares Lisboa, possa chegar a ter o descaramento de dizer que ele não foi nunca insinuado porque o não julgaram capaz de receber insinuações!!!

Forte imprudência de... de *Correio*! Prova bem constante, pois, de insinuações mais modernas é (o que lhe repetimos) o ter cessado de inserir as *Sentinellas* do Barata: não nos diga que no mesmo dia do mesmo n^o 12 deu o

nº 23 daquelas *Sentinellas*, e no seu extraordinário de 30 do mês passado o nº 38. Uma flor só não faz primavera. Ouça o que dizem os menos tolos. O nº 38 foi inserido por ostentação, depois de ver que algumas coisas daquele periódico de Pernambuco apareciam na *Sentinella* de cá; e o que se acha no *Correio* nº 28, respeito à *Sentinella* do Barata é fruto talvez de certo zunido que lhe fez aos ouvidos um mosquito “pernicurto”, confessado por seu amigo na resposta ao Sr. Rabugento, o qual, tendo ido à Tipografia Nacional indagar se naquele número que se imprimia, havia alguma coisa contra o *Sylpho*, lesse ou soubesse o conteúdo do original da *Sentinella* nº 12; e como Torres serve ao *Correio* de um dia para o outro, o *Correio* pôde inserir na *Sentinella* nº 23 para sair contemporaneamente ao dito nº 12. O Sr. Soares Lisboa, que publicou a *Sentinella* para espalhar aquela doutrina, não acha agora sempre uniforme? Já o povo não carece dela? Todos os números que deixou e os dois que teria deixado não são idênticos? E por que não os publicar quentes, quentes assim como chegam, quando os publicou antes muito rançosos? Por que obrigado escolheu dois números sós, e os mais insignificantes? Ah! Sr. Rabugento, aqui há coisa!!! Diga-nos que não mente, nós dizendo que a guerra está terminada, como vão as coisas nas províncias do Norte e na de Montevidéu, onde estão os seus amigos e caros patrícios...? Posto que nos descobriu o autor da reimpressão das *Tripas* e da *Trombeta* dizendo-nos, quase por particular quizila, também o nome do Sr. Soares de Paiva, sem que fosse necessário; porque não nos manifestou o do, da reimpressão do *Clarim da Verdadeira Regeneração*? E posto que sabia o nome do Sr. Elias José de Alencastre, o nosso “liberalão” à moda do *Correio* não o tem acusado ao público, assim como não tem dito nada contra uma coisa tão perigosa quando continuamente falava e fala nas de outro tom, sem pejo de precisão e até sem fundamento e contra a verdade?

Subvenções cremos, que por ser uma derivação do latim, seja muito bem admissível na linguagem portuguesa científica, conforme as regras da filologia; sem os recursos aos lexicógrafos em uma língua que não se estende ao de lá dos limites de poucas dúzias de termos sarracenos, os próprios nacionais autores nunca teriam escrito coisa alguma, como bem o mostram todas as suas obras. Se o *Correio*, por não ter estudado o latim, não nos entende, pouco importa. A respeito do que dissemos sobre as subvenções, é preciso que façamos uma declaração. Nós não nos temos explicado bem sobre este ponto.

A coisa como nos foi contada é que a Santa Casa tinha determinado a tal subvenção; mas que sendo informada do auxílio amical que o *Correio* recebia por outra parte, não lhe a deram. Se isto for falso, fomos enganados, e por pena de ligeireza em ter apontado um fato que não nos constava autenticamente, não temos, se for falso tornamos a dizer, dificuldade em confessar o nosso erro.

Respeito a passaportes oferecidos a navios franceses; saiba o *Correio* e toda a cáfila de seus companheiros, iguais e amigos, que um muito honrado negociante português nos disse que por razões particulares de interesses um capitão proprietário de um navio francês a ele consignado queria vender o seu navio a um sujeito sardo, e que este pretendia fazê-lo navegar com bandeira sarda: lhe respondemos que sim, e o mesmo tornaríamos a responder em semelhante caso. Os documentos todos até o nº 22 provam a nossa qualidade, da qual até hoje gozamos, e a cópia dos artigos do Regulamento da Marinha sarda, que temos transcrito sob o nº 64 e sucessivos, mostra se a isso éramos ou somos autorizados. De tudo se colige se a coisa era em boa regra; se quem informou o *Correio* não estava ele mal ao fato das circunstâncias e do nosso direito, e se o *Correio* não é um caluniador, um mentiroso e um muito mau homem, querendo com fatos que não conhece tirar a reputação de quem a tem bem ilesa, julgando de ilegais e ilegítimos os passaportes provisórios que nós pudéssemos ter dado ou dar. Todas as nações têm navios que navegam com bandeiras alheias e navios estrangeiros que são cobertos com a própria: a nossa pátria tem quatrocentos, ao menos, destes que na praça de Gibraltar traficam com bandeira inglesa; e o brigue do capitão Chiappi, que está neste mesmo porto, é um deles, sem contar infinitos que com bandeira russa e austríaca fazem quase exclusivamente o comércio e a navegação do mar negro. *Sutor ne ultra crepidam.*

O *Correio* faça o *Correio*, e não seja o juiz em matéria de reputação alheia e que não entende. Nós sabemos e todo o mundo sabe, sim, Sr. *Correio*, que não é só ladrão quem mete a mão na algibeira alheia para tirar o que já acha, mas também é ladrão, e muitas coisas pior que ladrão, quem tira e procura tirar opinião e o conceito da probidade alheia, com falsas, alteradas a caluniosas exposições, só por satisfazer a sanha da sua própria vingança. Se o Sr. *Correio* não é dos primeiros ladrões, é ladrão dos últimos, increpação da qual se não pode evadir ou escapar. É feio falar em própria sabença fora do caso: se falamos alguma coisa de nós, foi porque fomos provocados a dizer que era de gente bem mesquinha, o fazer-nos a guerra por não sabermos bem a língua portuguesa, coisa que já a todos tínhamos dito mil vezes nós mesmos. Não é assim da nossa que, contudo, não seja das mais fáceis pela sua frase, cremos saber, sofrivelmente, quanto a outras, mais ou menos sabemos pedir por escrita ou em voz quanto nos for preciso em uma meia dúzia delas; mas ainda que soubéssemos quantas há vivas e mortas não citaríamos nem teríamos isso por outra coisa mais que por uma prova de felicidade de memória.

Nada nos merece resposta o quanto segue até o fim: sempre foi uso e prova da tolice dos cães o ladrar à Lua. Ladre quanto quiser, Sr. *Correio*, que às palavras que não têm sentido, não damos ouvido. Naturalmente sabe o *Correio* e todos sabem que destes lugares comuns é fácil reconhecer uma folha.

O *Correio* fez alguns silogismos que pôs na sua folha, os quais, por terem sido analisados pelo *Tamoyo*, já não retocamos; porém, nós também vamos a argumentar logicamente para ver se o nosso mestre fosse um bocadinho mais correto que o que ensinou a ele.

1º Quem é mentiroso habitualmente não deve nem pode ser acreditado, mesmo quando diz a verdade.

2º O *Correio* é mentiroso, caluniador, aleivoso, etc., como acima temos provado.

3º As consequências nós não a puxamos e deixamos ao público, a quem, como juiz, recorreremos a colocar-nos no lugar que merecermos.

Depois de tudo isto, examine de per si o *Correio* e o mundo todo, se por ventura sendo ele a um *redde rationem* das injúrias feitas e publicadas contra nós na sua folha nº 34, poderia sair-se a bem no juízo; porém, pode contar que o nosso caráter é inabalável, generoso e incapaz de empreender nada contra quem foi, ao menos pela nossa parte, nosso amigo, assim como o *Correio* mesmo (se não quiser esforçar-se para esquecer o passado) não pode duvidar.

Concluimos agora que já se não nos crê mais conluiados com certas pessoas, mas, pelo contrário, pretende-se nos fazer um crime da nossa uniformidade com o Barata, que queremos até tomá-lo por modelo na forma de despedir-nos do *Correio*; e, portanto, lhe falamos com a mesma linguagem que o nosso campeão usou com o pai Zuzé, etc.

“Pai Zoão Soares Liziboa – preto novo – tu fazi coza de mulecage – vate im-bora – toma sura de tua sinhô – tu é sicraio que dize munto mentira – eze não tem mazi remédio – oia a cara diere – sem vrugonha – cruzu – agoa saragada.”

N. 17

SENTINELLA

DA LIBERDADE

A BEIRA MAR DA PRAIA GRANDE

ALERTA ESTÁ

TERÇA-FEIRA, 23 DE SETEMBRO DE 1823



CORRESPONDÊNCIA

Sr. Redator.

Sr. Redator, grite. Não vê vossa mercê que os inimigos da nossa causa uniram-se aos corcundas para o trazerem atrapalhado com enredos, a fim de não ver o que vão fazendo? (O mesmo vão fazendo com os mais escritores: o *Correio*, que se tinha feito estimável por sua firmeza de caráter, hoje não traz senão enredos, pois seus correspondentes o vão desacreditando, e nós comprando a 80 réis a folha para vermos patifarias que não interessam) enquanto vossa mercê, ocupado a dar-lhe satisfações que de nada servem a quem lhe falta a vergonha, vão eles lançando doutrinas revoltosas como a que vem no *Diário do Governo* do primeiro do corrente, convidando o povo a fazer revolução, ferro, fogo, etc., o que quer dizer isto, Sr. *Sentinella*? Vossa mercê calado, não vê que logo mandaram inserir o *Clarim do Inferno*, pagando a impressão de mais de 600 folhas e o fizeram distribuir com o *Diário do Governo* só por trazer o servilismo de dizer que os reis vinham de Jesus rei dos judeus. Nós, os brasileiros e brasilienses, bem sabemos como se fez o nosso amado imperador na Praça da Aclamação, e vossa mercê, Sr. *Sentinella*, dando satisfações aos tais e descontinuando a pregar contra sua infernal doutrina! Agora mandaram reimprimir a *Trombeta Lusitana*, creio por trazer falsas doutrinas de el-rei, nosso senhor. De novo os tais corcundas mandaram fazer um grande número de papéis para darem gratuitamente: são tão liberais estes corcundas, quando lhes faz conta ao mesmo tempo, que não dão uma esmola a um pobre; e vossa mercê, Sr. *Sentinella*, sem ver isto, calado? E os velhacos por todas as formas nos atrapalhando; pois saiba mais, S.M.I. mandou que as armas de Portugal que houvessem neste Império fossem tiradas, e selos; mas eles reduzem-se a isso bem tarde. Há dois dias que eu vi uma letra sacada a certo negociante de

direitos da Alfândega, gravada com as armas de Portugal, e o mesmo se vê nas mais repartições, o que quer isto dizer Sr. *Sentinella*? Enquanto a mim, é faltar ao respeito ao nosso imperador. Estas vozes que eles deitam, a falta de execução às ordens do ministério que lhes foram dirigidas fazem ver que os homens ainda esperam ver no Brasil a bandeira de Portugal. Sr. *Sentinella*, grite: faça ver a essa vil gente que tal pensa que estão enganados. O nosso Império jamais fará parte daquele mísero reino: seus habitantes preferem antes a morte à dominação europeia. Ah! Pérfidos, se vos não agrada o nosso fértil clima, retirai-vos; nas nossas praias não faltarão quem procure a nossa amizade! Vossa mercê, Sr. *Sentinella*, trabalhe-me esta vil espécie de má humanidade, estes servis: iguale ao ilustre Barata, aquele clarim da verdade. Se vossa mercê puder dar lugar a estas reflexões na sua estimável folha, lhe ficarei obrigado.

Um Botocudo.

Sr. Redator.

Sempre que tiver folhas do redator da *Sentinella de Pernambuco* em que venham insertas cartas dos meus concidadãos da Paraíba, eu as remeterei para vossa mercê fazer-me o favor de publicá-las por meio do seu periódico, que embora não agrade a muitos, todavia, me satisfaz, porque gosto de ler todo o escrito que tem por base fundamental de seu sistema debelar o despotismo e defender a liberdade; não uma liberdade silenciosa que arma de punhais as mãos dos ambiciosos, mas sim aquela que enfreia a arbitrariedade, desejando, ao mesmo tempo, que os atuais escritores (fazendo uma abstração de ridículas personalidades, e sacrificando seus caprichos e ressentimentos ao bem geral) só cuidassem de ilustrar o povo que, nas presentes circunstâncias, muito precisa ser como guiado pela mão de prudentes mentores no áspero caminho das reformas ao templo de uma verdadeira felicidade.

O Paraibano Constitucional.

Carta

Ilmo. e Exmo. Sr. Cypriano José Barata de Almeida.

Vila do Pilar, 10 de agosto de 1823.

Depois desse chuveiro infinito de servis e fastidiosos escritores, de propósito surgidos lá no reino das trevas, e enviados ao da infame adulação com o pressuposto fim de (incutindo no crédulo e inocente povo suas manhosas ideias) lançar-nos de rojo nos espinhosos e emaranhados bosques da servidão, até por meio das mais ridículas e descaradas farsas, depois de sermos mudos expectadores das insidiosas e sedutoras manobras dos corifeus do despotismo que, fantasiando só o modo de nos escravizar (posto que, à vista do bom senso,

sejam eles mesmo os mais vis e desgraçados escravos), marcham farfantes ao som das cascavéis, que trazem suspensos dos vestidos ao lado de seus corrompidos corações: depois de lermos, sim, no pavoroso porvir a triste sorte que nos espera: depois, enfim (com quanta mágoa o repetimos!), de vermos com a mais apurada paciência, e não sem grande indignação, metamorfoseados em humildes servos os que há pouco olhávamos como pais do liberalismo o mais subido, já restando-nos tão somente as dolorosas e melancólicas cogitações, companheiras sempiternas das desgraças, qual não seria o transporte de prazer e alegria que experimentamos quando contemplamos em V.Exa. (o protótipo do mais liberal patriotismo) o nosso libertador, o nosso apóstolo ou missionário celeste, encarregado de nos dizer as verdades? Por certo, muito ínclito Sr., só as saudáveis e profícuas lições do seu periódico (a *Sentinella da Liberdade*) onde transluz a mesma verdade: qual saída das mãos da eterna sabedoria, seriam capazes de levantar do deplorável estado de ignorância e lamentável abatimento em que pouco antes jazia a maior parte dos habitantes desta província, à falta do conhecimento dos seus invioláveis direitos, que no coração humano gravara o Autor da natureza.

Se os Cíceros em Roma, os Trasíbulos em Atenas e em Lacedemônia, os Agesiálaus no meio de um tropel de gente, conseguiram imortal fama, e fama talvez apócrifa, V.Exa. só nessa guarita de Pernambuco tem a imitável animosidade de encarar o raivoso bando de lobos que pretende devorar-nos; e mais intrépido, que outrora Epaminondas, pregar sem rebuço as sãs verdades que mal-intencionados egoístas em vão trabalham por ofuscar; verdades que em pouco tempo têm admiravelmente desentupido, por assim dizer, tantos cérebros preocupados de cidadãos, só maus, pelas ignorarem; verdades, enfim, que fazem tremer aos tiranos e, quiçá, aniquilar-se o novo trono, que ao mais disfarçado despotismo se prepara!

Persuadidos de tão evidentes razões que a experiência nos tem metido pelos olhos, nós, os habitantes da Vila do Pilar, unânimes com os sentimentos desta capital e de toda província, rogamos a V.Exa. queira incorporar ao seu periódico este público e espontâneo testemunho dos nossos agradecimentos pelos assinalados serviços que V.Exa. tem feito e vai fazendo a toda a humanidade, e mormente ao recente e caminhante Império do Brasil e seu augusto imperador, rogando-lhe, ao mesmo tempo, a continuação de tão heroica marcha, e ainda mais para que saiba o mundo inteiro que preferimos a sorte dos imortais Philenos à grandeza vã dos abjetos Sycophantes, e por isso nos honramos com ter parte nos resultados da gloriosa e acertada tarefa a que V.Exa. se propôs, e qual outro povo israelita para com Moisés, seu salvador, rogamos aos céus, dilatem e encham de mil bênçãos os felizes dias de V.Exa., de quem somos fiéis e apaixonados leitores.

Seguiam-se 88 assinaturas.

Proclamação

Pernambucanos! Os recentes e desgraçados sucessos de Portugal parecem ter animado o espírito quase extinto de alguns de nossos inimigos, que julgam que eles podem dar quebra na sagrada causa da nossa Independência e no progresso da Constituição brasiliense. Insensatos! Que nos importam os sucessos de Portugal? O Brasil jamais partilhará seus caprichos e destinos: ele tem proclamado diante de Deus e das nações a sua Independência e liberdade, e nós a defenderemos à custa de nossas vidas. Não foram meros caprichos para com o passado e efêmero governo da mãe pátria os que produziram a nossa separação: o conhecimento refletido de que deveríamos ser livres e emancipados operou este fenômeno político, colocando o Brasil na lista das grandes nações independentes, e que tendo por seu chefe e defensor o grande Pedro, o nosso amado imperador, triunfará das tramas e combates de todos os seus inimigos. Pernambucanos! A Constituição brasileira está identificada com o augusto chefe deste vasto Império que a acolheu benigno, e a Assembleia Constituinte foi por ele mesmo decretada. O vosso governo provisório sempre solícito na causa da vossa Independência e liberdade, vos recomenda hoje energia e vigilância. Um punhado de abastardados portugueses, preconizando a desgraça e escravidão da sua pátria, assoalham entre vós ideias de servilismo, ideias inimigas da nossa Independência e contrárias ao juramento prestado por nossos representantes, que não admite mais proposta alguma de nova união com Portugal. Os perversos, que assim nos ofendem, sejam descobertos e ilhados de nós em terra estranha; vomitem muito embora o tóxico de suas danadas intenções. Pernambucanos! A nossa honra e nosso caráter se acham comprometidos nesta luta: não afrouxemos os ombros, que com tanto garbo e valentia uma vez havemos metida à grande obra da nossa Independência. Viva a nossa santa religião. Viva a Assembleia Constituinte do Brasil. Viva o imperador constitucional Pedro I.

Palácio do Governo de Pernambuco, 22 de julho de 1823.

Affonso de Albuquerque Maranhão, *presidente*.

– Francisco Paes Barreto. – Francisco de Paula Cavalcante de Albuquerque. – Manoel Ignacio Bezerra de Mello.

Sr. Redator.

Recebo cartas de um meu amigo, o qual se acha na Vila da Praia de S. João da Barra de Campos, e nela me diz que ultimamente lhe morreram três sobrinhos de bexigas que, por ter sido de péssima qualidade, têm causado naquela vila uma mortandade muito considerável não só nas crianças, como também nas pessoas adultas. Parece-me que tendo nós o preservativo de se-

melhante contágio, com a simples inoculação da vacina, poderia vossa mercê fazer algum bem à humanidade, se com os alertas dos seus gritados a este respeito, excitasse a vigilância dos a quem pertencem os cuidados da propagação do método de uma tão útil descoberta, e acordasse do estúpido ou inerme letargo em que jazemos os interessados na estabilidade de uma tão santa instituição; portanto, queira ter a bondade de inserir na sua folha esta notícia de um filantrópico.

Desejoso do bem do Brasil.

Bem preferível cremos que possa ser na moléstia contagiosa das bexigas, o fazer algumas observações sobre os benéficos efeitos que tem produzido na Europa a introdução da vacina, do que os alertas que nos parece sejam mais necessários e urgentes para nos livrar da febre chumbal da qual estamos ameaçados.

Sem irmos à descoberta da vacina por não estarmos a repetir coisas de todos sabidas, diremos unicamente para mostrar o quanto haveria de ser tida em estimação no Brasil, mais que na Europa, ou em algum dos mais bárbaros e despóticos daqueles governos, que trata já de a suprimir ou de a deixar cair em desuso pelo excessivo aumento de povoação que tem produzido, considerado por aqueles antropófagos governantes como a causa eficiente das revoluções que os ameaçam e das quais tantos esforços fazem para se defender.

Os estatísticos mais modernos estabeleceram, por termo médio, que a moléstia das bexigas destruisse um 20%, ou a quinta parte do gênero humano, sem contar os cegos, semicegos, defeituosos e aleijados o acréscimo da povoação, produzido pela cessação da causa destruinte, cuja proporção aumentada, chegada a certa idade, de venta causa de nova procriação; e faz que a augmentação efetiva que parece, à primeira vista, poder-se calcular pelo meio de uma progressão numérica, não se pode avaliar com alguma exação, senão pelo de uma progressão geométrica.

Por isto o Brasil, que tanto carece de aumento de povoação e, quanto for possível, de chegar a este fim com gente própria e nascida no seu solo, haverá de descuidar-se do mais eficaz de todos os meios, quais são os da conservação dos brasileiros nascidos, o da propagação e exata execução da vacinação em todas as partes do seu continente? Cremos que esta nossa pergunta seja, pois, suficiente...

Se a Europa, sempre emergida em sangrentas guerras, com fortes emigrações, com o flagelo das bexigas conserva, com pouca diferença, a sua povoação, quão depressa não chegará ao maior estado e imponência a do Brasil, o qual pode bem facilmente andar isento de todas essas causas de diminuição?

E se não se podem evitar todas essas causas, evite-se ao menos o mais que se pode evitar.

Por conseguir este fim, é que desejaríamos ver o trabalho da vacinação mais igualmente suportado pelos Srs. Professores vacinantes, e não reparar que um só dentre eles fora o que, quase exclusivamente, carregasse com todo este peso, como acontece.


ERRATA

Na *Sentinella* extraordinária de sexta-feira, 19 do corrente, a página 72, linha 23, onde se diz o Capitão Chiappi, deve ser Capitão Viale.

SENTINELLA
DA LIBERDADE
A BEIRA MAR DA PRAIA GRANDE

ALERTA ESTÁ

TERÇA-FEIRA, 7 DE OUTUBRO DE 1823

Se nunca temos conhecido e sentido a falta de eloquência daquela arte encantadora que em todos os tempos tem granjeado a benevolência e o amor dos povos e das nações em favor dos que a possuíam, é nessa ocasião em que para podermos expressar quais e quantos sejam os sentimentos de nossa gratidão aos sábios e imparciais juízes jurados que nos julgaram, não menos que aos briosos patriotas brasileiros que assistiram ao nosso júri e tantas não equívocas demonstrações de afeto, de amor e de benevolência nos têm dado. Em vão temos invocado em nosso socorro as irmãs *Calliope* e *Polymnia*, porque surdas e inflexíveis aos nossos rogos, não nos honraram com o menor favor; e quando pródigas distribuem tanta cópia de graças a tantos mais escritores, ainda que muitas vezes sem precisão, quase que no Olimpo as chumbáticas ou corcundas afeições, ali também dirigem-se os negócios e as ações, tão pouco dignaram-se de nos dar ouvidos.

Portanto é que nós, que mal sabemos o idioma em que escrevemos; que não nos gabamos de ser, nem sequer em último grão, parente dos Demosthenes e dos Cíceros; e que em todo o tempo, afetados por sentimentos bélicos e fortes, nunca ajeitamos a nossa pena ao estilo dos Metastasios e dos Ovídios, não achamos hoje expressões apropriadas a manifestar os ternos sentimentos dos quais somos possuídos.

Aceitai, contudo, ó magnânimos Srs., a oferta que vos fazemos, sem reparar no toco ou rude invólucro com que lhes vô-la apresentamos. Nós vos tributamos quanto possuímos, juntamente com o pesar de possuir tão pouco, para não podermos oferecer-vos coisa que seja digna de vós! Aceitai, ó juízes integrais, a quem em nada abala o medo do favor irritado, nem alucina a esperança das proteções, a nossa eterna e grata recordação. Aceitai, ó denodados e impávidos patriotas brasileiros, sustentáculos inabaláveis da vossa sacrossanta Independência e da vossa justa liberdade, a nossa perpétua gratidão, o nosso

perfeito agradecimento e o nosso mais sagrado juramento de nunca mais nos separarmos de vós, nem desamparar a defesa de vossa causa e de vossos direitos. Sim, brasileiros honrados, briosos e exímios, livre e espontânea foi a escolha entre nós, da pátria da qual nos prezamos fazer parte, e em que de uma maneira não equívoca temos estabelecido o nosso domicílio. Livres e espontâneos temos amalgamado os nossos com os vossos interesses: eterno e indissolúvel será sempre o nó que reciprocamente nos prenderá.

Como dissemos no nosso último número, fomos citados para devermos responder, no dia 26 do passado mês, pelo conteúdo nas nossas folhas nºs 6 e 7 ao Tribunal dos Jurados, na sala da Câmara.

À hora indicada (nove e meia da manhã) nos apresentamos, e honrados de um número impotente de escolhidos expectadores, começamos o nosso juízo. Depois das perguntas de afiliação do estilo, o Ilmo. Sr. Juiz de Direito, nos fez interrogações às quais satisfazemos; mas passando a nos fazer uma pergunta tão complicada e cheia de corolários, induções, consequências e consequências de consequências, que mais se pareciam com um ato de acusação do que com uma pergunta, por não dizer coisa pior, nos achamos na necessidade de lhe observar que, para poder responder categoricamente, era preciso que desmembrássemos a mesma pergunta, e que lhe respondêssemos separadamente coisa por coisa. Assim foi feito; e parecendo, então, que nada mais se precisasse de investigar, deferiu a palavra ao Ilmo. Sr. Promotor do Juízo, que leu um muito extenso e bem ajuntado ato de acusação, do qual, por não sermos infinitos, transcrevemos só o seguinte pedaço⁸. Acabada a leitura e feitas as suas conclusões nos termos que se seguem;⁹ a palavra nos foi concedida, e temos respondido o seguinte.

Ilmos. Srs.

Antes de começar a minha defesa, é mister que peça toda a maior indulgência pela pouca exação dos termos que usarei pela troca total que talvez farei de alguns deles e pelo acanhamento necessário, em que me possa encontrar por falta de ter prontos os vocábulos adaptados.

8 Não reflue sobre os filhos a injúria irrogada aos pais? Porque a providência nos constituiu atualmente nação diversa porque terminaram as relações de súditos para com esse agente soberano, esqueceremos que a sua beneficência emancipou o Brasil; que as suas virtudes mereceram o nosso amor e veneração; e apagaremos os sentimentos de gratidão para lhe denegarmos até o respeito que se lhe deve por ser o augusto progenitor do herói que nos governa e que tem firmado a Independência e felicidade deste Império? São inegáveis as injúrias com que naquelas folhas se dignou infamar a S.M.I, e que o redator malignamente substitui aos constantes votos de reconhecimento e admiração que todo o Brasil rende às heroicas virtudes de S.M.I.

9 É inegavelmente o seu autor réu de crime da liberdade da imprensa e deve, por isso, ser punido em conformidade do decreto de 18 de junho de 1822, com as penas correspondentes, declaradas no art. 13 da lei de 4 de julho de 1821, para os que cometem o primeiro, segundo e quarto dos excessos marcados no art. 12 do tit. 2º da mesma lei. Rio de Janeiro, 28 de agosto de 1823.

Pouco esperto no idioma português, assim como os meus escritos o atestam, e até expressamente o declaram, sem o recurso, ao menos de um dicionário e sem o Cyrinêo ao lado, que tão gratuitamente me foi dado pelo *Correio Lisboa*, precisarei pela parte de VV.SS. de muito abono, e pela dos Srs. que me honram com sua assistência, de muito desconto.

Ah! Quem dera agora que me fosse concedida a liberdade de escolher um Cyrinêo para me auxiliar a sustentar o enorme peso do qual me acho oprimido! Quem dera que o *Correio* estivesse nesse torneio, que, por certo, em virtude dos seus galegos e fortes ombros, não vinha por mim esquecido!

Possessor de poucos termos, não acho as vezes os que me são precisos para render as minhas ideias: ocupo-me em procurar os sinônimos, no entanto, afrouxa a imaginação, a oração esmorece, e o efeito se perde.

Não posso igualmente deixar de manifestar que tenho a infelicidade de ser surdo; e isto porque, se às vezes precisasse pedir alguma repetição ou fosse tardio alguma coisa em responder, não me viesse imputado à malícia ou ao subterfúgio.

Finalmente, tenho que pedir um favor aos Srs. que se dignam presenciar a minha defesa, e é de terem a bondade de ser pacíficos, frios e sossegados espectadores, assim como eu, pelo resultado da minha absolvição ou condenação.

Sobre os crimes que me são imputados, a consciência em nada me remorde. Tenho toda a moral certeza que o dia de hoje há de ser, para mim, o dia do meu triunfo; mas, contudo, se por eventualidade os dignos juízes que tenho escolhido assentarem que tivesse incorrido em alguma falta, e que tivesse excedido os justos limites da sacrossantíssima liberdade da imprensa, ainda que tal falta não exista, nem tal excesso, e que pela minha parte em nada a consciência me acuse, contudo digo, se eles me condenarem a alguma pena, com resignação receberia a sentença, pois estaria convencido que fosse esta o efeito de um involuntário engano deles, e nunca da malícia ou da prevenção. Vamos dar começo.

Ilmos. Srs., pelo extensíssimo e trabalhosíssimo ato da acusação que me mandou comunicar o Ilmo. Sr. Promotor do júri, e agora a repetir a leitura resoluta que eu sou trazido perante o Tribunal de VV.SS. como acusado de ter excedido os limites da liberdade da imprensa nos n^{os} 6 e 7 do meu periódico. A atenta e acusada leitura destes mesmos números poupar-me-ia, se eu quisesse, a necessidade de fazer uma defesa, pelos sentidos claros e nada equívocos, diametralmente opostos à maliciosa e maligna interpretação que se lhes têm tentado dar, comparando pedaços deslocados e puxando consequências entre períodos heterogêneos.

Como pelo atrapalhado e insidioso ato da acusação não poderia eu (se quisesse seguir a ordem, ou, para melhor dizer, a desordem com que está escrito) esclarecer em nada a questão, e por todo o resultado ficaríamos VV.SS.

sem ter podido nada decifrar, o público sem ter nada percebido, e eu sem ter feito outra coisa que proferir muitas palavras sem nexos e sem concatenação, restringir-me-ei a uma análise toscamente do seu conteúdo, para passar à sua refutação com algumas observações e comparações entre e sobre os passos apontados como bases da minha pretendida culpa.

Quatro são os fundamentos que o Ilmo. Sr. Promotor do júri tem marcado, ou tem entendido marcar, para provar que os ditos dois meus n^{os} 6 e 7 eram sediciosos, alarmantes, desorganizadores e injuriosos ao respeito, obediência e profunda devoção que os povos devem usar e ter para com o monarca.

Por verdade, não tendo com o meu fraco entendimento descoberto bem os limites da separação destes quatro fundamentos, que por não ter alguma existência, podem-se muito bem chamar fundamentos sem fundamento, e separar-se ou cortar-se onde quiser, e que, como bem claramente mostrarei, não são outra coisa mais que um artificioso jogo de sofismas para dar corpo às sombras, e para ver se com a escolta da imponência de altas, grandes, sonoras e retumbantes palavras se pudesse alcançar o iludir a crença de VV.SS. e seduzir o seu juízo a ponto de fazer despicar certos vis vermes podres e ocultos que são os instigadores da presente minha tradução perante este Tribunal.

Portanto, peço a indulgência de permitir-me a leitura *in integrum* das ditas citadas minhas folhas, concedendo-me que, assim como se apresentarem as passagens que pelo ato da acusação forem apontadas, eu possa fazer as observações que lhes são relativas e dar as elucidações e esclarecimentos que são necessários à perfeita inteligência e interpretação dos textos antecedente-
-imediatos.

Os periódicos, Ilmos. Srs., são escritos e formados, muitas vezes, de pedaços e até opostos em sentido, sempre desligados mais ou menos no seu nexo, e inteiramente conformes à licença dos poetas, e à efemeridade dos romancistas, às vozes que correm ainda que vagas, não são já verdades evangélicas, as quais ordinariamente eles contêm, e tampouco são demonstrações matemáticas, nas quais se exige aquela escrupulosa escolha de termos técnicos que não admitem troca ou substituição, e que severamente prescreve que tudo esteja na mais estreita relação, desde o princípio até o fim.

Por isso é que começo e que, assim como chegar aos lugares pretendidos dolosos, pararei para refutar o sentido sinistro que se lhe tem procurado dar, nada mais fazendo do que glosando o reto que dar se lhe deve.

“Então é que nós e os liberais, nos achamos em um dobrado engano, e conhecemos que íamos cair em um abismo ainda mais horrível do que aquele que tínhamos aterrado, em um abismo cuja força devoradora ameaçava não só a plenitude dos nossos direitos, mas a nossa existência política.”

É bem clara a interpretação deste período quando vemos que os ex-ministros Andradas caíram do alto da sua influência e que os cortesãos Gordilho e Berquó ficavam à roda de S.M.I., os quais, mofando dos seus rivais que tinham conseguido aterrar, subiram ao máximo da ousadia, da proteção e do orgulho, então é que me achei no dobrado engano.

“Cadeias ainda mais duras e detestáveis que as da ciclópica fornalha está forjando a ambição infame desses vis projetores que ajudaram os liberais a sair dos cárceres para que lhes fizessem escada aos mais sombrios atentados: e para que aliciados, corrompidos ou enganados com altas promessas, servissem de mola secundária que auxiliasse o elatério daqueles que tendem unicamente a vender o Brasil não só ao despotismo nacional, mas ao estranho.”

Quando vi que os portugueses europeus, pelos impensados acontecimentos de Portugal, tornavam a mirar e projetar a recolonização do Brasil, como a opinião, boatos e vozes públicas (elementos dos periodistas autorizados a fazer até suposições e puxar corolários), a todos notórias o davam, demasiadamente claro, a conhecer; e quando por pessoa de maior monta foi acariciado para difundir sentimentos de reconciliação e de amizade para com os portugueses, então é que bem me arrependi de ter escrito e publicado o meu *Conselho da boa amizade*. Então é que exclamei contra as cadeias mais duras que as forjadas em ciclópica fornalha, e contra os vis protetores à francesa dos oprimidos pelo passado ministério, acusados pela opinião pública como os planistas e projetistas da reunião e consequente sujeição do Brasil a Portugal. Fale o povo e diga quais eram as vozes que corriam, lembre-se os pasquins e cartazes que têm aparecido, consulte-se a conduta, vida, costumes e tendência dos tais protetores e diga-se se foram gratuitas e bem fundadas as minhas exclamações...!

“Nós estremecemos de horror a tanta perfídia, e mal podemos articular as palavras para dizer o que vemos: valimento e influência europeia... boatos de mudança de bandeiras... vozes vagas de tropa subornada... e baionetas esperadas da Bahia.”

É nessa mesma ocasião que estremecemos de horror em vendo que o valimento e a influência europeia continuavam: é nessa mesma ocasião e tempo que corriam os boatos de mudança de bandeiras, etc. É verdade ou é falso que os apontados sujeitos europeus continuaram na condição e na pública opinião de validos? É verdade ou é falso que corriam, então, aqueles boatos de mudança de bandeiras e vozes de tropa subornada, jantares, etc.? E a característica – boatos –, Ilmo. Sr. Promotor, que quer dizer? E quando corre um boato, será criminoso dizê-lo um periodista? E estes boatos e vozes, por que são positivamente a mim imputados? Teria o Ilmo. Sr. Promotor a sabedoria e o direito da interpretação e da adivinhação das intenções, como José Hebreu tinha a dos sonhos? E se as circunstâncias, bem-aventuradamente, não permitiram aos mal-intencionados a execução dos seus planos; e se a força majestosa e oculta

que guia os altos destinos do Brasil o tem salvado daquele abismo, concluirá então o Ilmo. Sr. Promotor que o plano não existia? Ergo, que não corriam aqueles boatos? Ergo, que o periodista que os tem relatado é criminoso, como alarmista do abuso da liberdade da imprensa? O que quer que escrevam os periodistas, as meditações místicas das cinco chagas?

“Ainda pretendem que Deus fez para eles e que ainda o hão de dominar de fato.”

Será, ainda, a estas horas, problemático ao Ilmo. Sr. Promotor, as intenções dos portugueses acerca do Brasil? Não bastará o que tem acontecido recentemente? Se assim for, procurarei, no progresso desta minha defesa, tirá-lo de todas as dúvidas.

“Ó, gênio do Brasil! Do cume de tua Tijuca, dize tu o que vês no horizonte político de teu país! Tremam os déspotas se tu falares: dois instantes de vida não lhe serão concedidos.”

E será criminosa, Ilmos. Srs., ou para melhor dizer, poder-se-á de boa-fé caracterizar de criminosa esta poética invocação? Haverá um periodista de escrever, para não incorrer em censura, no tom de tabelião quando escreve um contrato entre partes, sem poder usar de figuras retóricas, nem de lances poéticos? E a ameaça aos déspotas não é exclusivamente relativa aos ridículos e desprezíveis planistas sequazes do despotismo? E os sequazes do despotismo, haveremos ainda de ver que encontraram proteção no Ilmo. Sr. Promotor, estando nós em um sistema liberal-constitucional, e que o ameacá-los, se se atreverem a minar contra o mesmo sistema, é crime? Ó, meu Deus! E estamos ainda neste miserável estado?

“No atroz e sanguinolento destroço.”

Ilmos. Srs., estamos nós no melhor dos mundos possíveis? E tão longe de comoções revolucionárias que seja crime o prever que os ambiciosos atentadores e partidistas do absolutismo se preparam de per si e se encaminham sempre, onde existem a um atroz e sanguinolento destroço? Não estamos todos lembrados das expressões e reproches que recentemente acaba de fazer S.M.I. em duas proclamações contra os atentados cometidos pelos projetistas do absolutismo do Rio Grande? E se tão manifestamente S.M.I. sobre esta matéria declara as suas liberais intenções, deverei eu, por ter declamado contra vis sevandijas do absolutismo, ser considerado como faltante ao respeito devido a S.M.I.?

“Serão eles mais dignos mandões do que vós, para vos sucederem na influência que tínheis, e para nos vender com algum direito ao partido europeu.”

Acaso haverá quem tenha tanto descaramento que ouse dizer que os apontados para mim, e que daqui em diante nomearei bem distintamente, são mais dignos do que o menos digno?

“Para aniquilarmos convosco estes monstros e trabalharmos no complemento da grande obra, que apesar das ondulações por vós causadas, ainda é suscetível de receber das vossas mãos a perfeição que lhe falta e que todos os constitucionais liberais brasileiros desejam, quanto ao livre uso do ar que os alenta.”

A aniquilação dos monstros não encerra em si nada nem sequer de violento, pois, referindo-se a cortesãos, alcançando-se de tirar-lhes o favor do monarca, são aniquilados; e a grande obra da qual eu falo não é demasiadamente claro que é a consolidação da Independência do Brasil pelo meio de uma liberal Constituição.¹⁰

Este, Ilmos. Srs., também será reputado crime? E semelhantes expressões, postas por fundamento de um ato de acusação? Parece impossível! Mas quem repara a malícia, a arte e a desenvoltura com que aproveitando estes sentidos desligados, comparando-os com outros cortados, mutilados e mal interpretados, e coligindo-os com expressões às vezes até opostas, vem a se persuadir que existisse um plano para efetuar uma grande obra, esta grande obra, imagina-se perfeitamente, que era uma sedição, esta sedição que é soprada, ateadada, conflagrada pelo meu periódico; e, então, eis aqui que eu sou culpado de todos os crimes que com todos os esforços se tem tentado me agravar, contudo que sem proveito. Esta forma de argumentar é que se acha em todo o ato da minha acusação, quando não é uma ainda mais singular, como a de que se tem feito uso no chamado “terceiro ponto”.

“Loucos amigos.”

Nunca imaginei que a epitetação de loucos, a quem é muita coisa pior, me houvesse de ser imputado a crime!

“Eles forjarem cadeias para os seus semelhantes.”

Os cortesãos, em todo o tempo e entre todos os povos, sempre foram considerados os corrompedores dos corações dos príncipes; sempre foram aborrecidos; sempre foram reputados os forjadores das cadeias dos seus semelhantes, pois que a adulação, a lisonja e a intriga lhe andam a par; e estes dos quais eu falo são particularmente execrados, detestados e odiados, como o povo todo fará fé, se VV.SS. o interrogar.

“Indignidade de caráter com que aturaram os justos impropérios dos escritores que os arguíam; indignidade mal coberta pelo radiante esplendor das honras prodigalizadas pela beneficência de V.M.I., que mal conhecendo onde as colocava, lhes escureceu, talvez, o brilhantismo.”

Se o meu acusador, Ilmos. Srs., não tivesse atacado as minhas folhas de sediciosas e não tivesse pretextado que era para vingar a dignidade do monarca, suposto por ele ofendido, quem duvidaria, Srs., que em lugar de promotor,

¹⁰ Veja-se, no fim, a nota que fecha o n.º 7.

não fosse o letrado da parte que tivesse querelado de mim? Se me fosse concedida uma reticência sem que me fosse posta a crime, agora... eu usaria dela... mas a tanto não me atrevo...

Será falso que estes honradíssimos figurões aturaram quantos escritores lançaram ignomínias (e bem fundadas) contra eles? Será falso que são cheios de honras? Será falso que eles não têm títulos para as gozar? Por agradar ao meu acusador, as verdades na minha boca deverão mudar a sua essência? O branco, ser preto; o dia, noite; o amargo, doce?... Será falso que duas coisas iguais que custaram uma três e outra nove, por termo médio, vem a sair a seis? Que um crachá dado a quem tem merecido como dez, e outro a quem não tem merecido nada, constituem ambos estes donativos na opinião de quem faz um cálculo médio, um prêmio a um merecimento avaliado como cinco, ligado com a ideia dos crachás? E que a distribuição de muitos destes distintivos e a pessoas cujo merecimento é desconhecido, faz diminuir a ideia da sua estimação e se ofusca o brilhantismo de tais distintivos? Por agradar deverei dizer às avessas, ou, aliás, ser criminoso? *Veritas odium parit!*

“Que só por uma anônima carta removeu do seu lado os ambiciosos.”

E será problemático o que se sabe até dos moleques, que S.M.I., quando mudou o ministério último, recebeu uma carta anônima, a qual lhe foi entregue pelo tal Plácido, que o anunciou até no *Diário do Azeite e Vinagre*, onde o tenho lido, a qual carta foi a causa do grande desengano em que se achou, como tão ingenuamente nos tem ele mesmo confessado com a sua incomparável Proclamação de 16 de junho? E tê-lo eu dito pela minha folha, será um crime?

Ilmos. Srs., cheguei finalmente a acabar a análise dos fortes agravos que se me fazem pelo meu nº 6, fica ainda uma pequena causa, porém, e é esta fundada sobre os – Alertas – com que a minha folha se fecha. Imparai, oradores, que as repetições epigráficas, debaixo de certos imparciais censores, chegam a ser criminosas: e vós, ó camaradas, que já o alerta estando em *Sentinella*, não se pode proferir sem cair em um crime de Estado!!! Alerta! Alerta! Alerta!

“Lembre-se, V.M.I. que vive entre os brasileiros, que a sua grandeza, a sua força, o seu bem-ser são inseparáveis da causa dos brasileiros. Que força humana, quer física, quer moral, já não é capaz de arrancar ao honrado e valoroso Brasil o estandarte da sua justa emancipação, da sua Santa Liberdade, que já a estas horas nada valem bernardas.”

Ilmos. Srs., esta é a primeira vez em que veja pretender-se criminar conselhos, avisos e insinuações, cujo fim é tendente ao bem da pessoa aconselhada à nação e está coerente com os princípios que o monarca e a nação professam. Quem diria que quem não gostasse destes conselhos fosse o Ilmo. Sr. Promotor, que supondo lesa a dignidade do monarca, o qual a toda a hora nos protesta que aborrece a adulação, e que por isso nos convida a lhe manifestarmos onde vemos que desconhecida se insinua, ou antes não conheceria claro

que os pouco gostosos foram só os sempre infames e corrompidos áulicos, que conhecem sobre quem é que vai a recair o efeito, se porventura chegam aos ouvidos de seu Senhor e são escutados? *Dicant paduani*.

“Tenta-se pelos mais astutos fazer acreditar que S.M.I. seja disposto e inclinado a efetuar esta impossível reunião e até apontam-se dois ou três indivíduos, os quais, estando sempre em roda de S.M.I., não cessam de trabalhar a este fim.”

Quem não conhece que todo este período é dirigido contra os mais astutos entre os sebastianistas, e muito especialmente contra dois ou três, que estando bem perto de S.M.I., não cessam de trabalhar a este fim? E quem ignora que assim fosse? A fama era pública e todos o sabem; e mais particularmente o exemplo posto na correspondência do *Diário do Governo* (escrita contra mim pelo palmélico *filo-ordinis*, da mesma laia dos tais áulicos), do rei da Inglaterra, que é também o rei de Hanover, sem que os ingleses por nada se importem com isto. Que outra coisa quererá dizer senão, à vista de insinuar esta ideia, para aplicá-la entre o Brasil e Portugal?

“Continuando a ter ao pé de si objetos, que são o alvo da execração nacional e do universal opróbio. Deixe V.M.I. de soprar sobre eles a aura da sua proteção.”

Até parece, faça pena ao meu acusador (de medo que eu alcançasse o fim), o lembrar-se por mim a S.M.I. que lhe pode ser prejudicial o continuar a ter ao pé de si objetos os quais são da universal execração e do geral opróbio. Trata-se, Ilmos. Srs., de coisas de fato e de todos conhecidas: se eu tiver dado maus conselhos a S.M.I. e tendentes ao seu prejuízo, ainda que com bom fim o tivesse eu feito, poderia ser redarguído; mas se os conselhos eram bons e dirigidos ao maior bem-ser de S.M.I., mereço louvores por me ter atrevido a dizer o que muitos calam por medo da influência do lustre dos validos, do qual ficam cegos.

A minha asserção pode ser muito facilmente posta à prova: abandone S.M.I. estes répteis por alguns instantes e veremos todos que a poeira por onde passam, ou a lama, os eclipsa aos nossos olhos.

Esforçou-se o Ilmo. Sr. Promotor, como VV.SS. têm ouvido, em querer provar que as ditas minhas folhas são alarmantes e sediciosas; mas isto, creio eu, sem precisão de refutar todas as vagas, aéreas e sofisticas induções que ele tem praticado, que se ache inteira e cabalmente desmentido pela leitura, interpretação e glosas que acabo de fazer das ditas duas folhas e particularmente de todas as partes e passagens por ele citadas.

Pretende ele mais, que eram injuriosas e ultrajantes à S.M.I., porque, asseverando que existem validos que nutrem projetos contra a liberdade e Independência do Brasil, daí se infere que se acusa também a S.M.I. de inteligência e coadjuvação, visto que, se há validos, há valimento; se há valimento,

há com alguém poderoso; portanto, o dizer-se que há validos ofende a S.M.I., e o pinta como consócio e participante dos caluniosos projetos inventados. Nova forma de argumentar, Ilmos. Srs., é esta para mim, e confesso que não a aprendi, nem em genuense, nem em Condillac, nem em Bonnet, nem em Tommaso: é própria e privativa do Ilmo. Sr. Promotor, e por isso superior à minha habilidade argumentatória.

Que existiam sujeitos que em outro tempo eram validos, cortesãos, batilhos etc., é fato: que estes sujeitos continuam na opinião pública a ser conhecidos e contemplados pelo que foram é certo e bem notório. Que estes mesmos sujeitos continuam na Corte e ainda com maiores e mais distintos empregos, é certíssimo. E que estes sejam maus e péssimos, é ainda mais certo, como agora vou prová-lo.

S.M.I. com a sua Proclamação de 16 de junho, declarou ao Brasil e ao mundo inteiro que ele tinha sido enganado em tudo quanto se tinha praticado às suas escondidas acerca de arbitrariedades, despotismos e excessos de poder, com os quais se tinha infringido a santidade da segurança individual e da social liberdade; com os Decretos do dia 17, que aponta o Ilmo. Sr. Promotor na acusação, S.M.I. concedeu muito honrosamente a demissão aos ministros Andradas: Ora, antes havia à roda de S.M.I. os Andradas e os que ficaram; entre todos, alguns enganavam a S.M.I.: Se entre tantos, houvesse um bom, teria feito o seu dever, manifestando a S.M.I. os excessos que se praticavam: ninguém o fez; pois se o tivesse feito S.M.I. não teria vivido no engano: se não houve um homem de bem que o avisasse e o desenganasse; eram todos maus: se eram maus, eram validos, eram cortesãos, eram aduladores, eram o que eram: os Andradas não eram os maus, porque os citados decretos os garantem: então os maus eram os outros; e os outros são os que ficaram; e os que ficaram são os que eu tenho apontado à S.M.I. como perigosos, como desonrantes, como mal vistos e malquistos de toda a nação. Se isto é crime, Ilmos. Srs., eu sou culpado, e resignado receberei a justa minha pena. E será, pois, crime ou falta de respeito, ou de veneração, Ilmos. Srs., o apontar a S.M.I., para que os conheça e deles se desfaça, dos homens maus que o cercam, por ele ainda desconhecidos, com o fim de que o não possam mais enganar?

Ilmos. Srs., tem-se-me notado a crime também pelo Sr. Promotor, o ter falado, diz ele, com pouco respeito ao augusto pai de S.M.I, porque as injúrias feitas aos pais recaem sobre os filhos etc. Ah! Ilmos. Srs., aqui há chumbo, e chumbo corcundal. Em que constantinapolitano Código acha ele que as ações dos pais infamem os filhos; e que as injúrias feitas aos pais recaiam sobre os filhos? Estas ideias são próprias para ser cultivadas nas terras onde domina o seu ídolo, o Sr. D. João VI; mas não no Brasil liberal-constitucional.

E, porventura, esse seu Sr. D. João VI, a quem nosso imperador dirigiu aquela tão célebre carta do filho ao pai, quando parecia coacto pelas Cortes,

não é o que agora livre e despótico, trata o Brasil como coisa sua: desconhece a nossa Independência; tenta por todos os meios a nossa recolonização; manda ferros, armas e apetrechos para o Pará; admoesta e ameaça o nosso imperador com expedições de tropas até importadas à infernal Aliança? E haverá ainda frios e vis escravos que lhe queiram tributar veneração e respeito, e que pretendam que lhe consagremos a nossa veneração e o nosso respeito?

Sim, Ilmos. Srs., há mais, há quem baseie a minha culpa nessa falta de respeito; mas não admira: pois também faz-se-me crime de ter usado da figura retórica das reticências nos meus periódicos; uso e coisa da qual são cheios todos os periódicos; e o que mais estranhar se deve, é que a mesma figura vem praticada por quem em mim a constitui culpa, em um ato de acusação, onde preventivamente deve ser proscrita, e não é admissível.

Mas, Ilmos. Srs., não terei eu provado mais do que evidentemente, que as minhas folhas não contém nada de alarmante e nada de injurioso conta a augusta pessoa de S.M.I.; as quais não só não atacam nem direta, nem indiretamente, como exige que seja feito a lei, para se poder declarar criminoso um escritor: mas fazem mais, porque são cheias de justos louvores, saudáveis conselhos e patrióticas sugestões.

E não salta então aos olhos dos menos perspicazes que se nada há do que se toma por escudo, como tenho mostrado, o fim direto da minha acusação é o de despicar os malvados cortesãos, contra quem tanto tenho declamado, e muito mais nominalmente daqui em diante hei de declamar? Infames, não ousam mostrar a cara e por isso é que recorrem a estes subterfúgios!!! E o criminar-se a voz das *Sentinellas*, alerta (que não quer dizer outra coisa senão vigilância) posta ao fim, e como fecho de todos os meus números. E o imputar-se-me crime o dizer que S.M.I. tinha recebido uma carta anônima, quando os papéis públicos, por ordem dos seus criados, o têm dito, e que por efeito dessa carta S.M.I. demitiu o passado ministério, como bem o dá a entender o precitado Proclama de 16 de junho, e como era público e notório a todos e entre todos: e a maquiavélica interpretação que se quer dar às minhas expressões, sendo bem clara a distintamente dirigidas contra os citados áulicos, os quais se pretende por encobrir esses podres sevandijas, fazer crer que são lançadas contra o ministério atual, por forcejar sobre a natureza do meu crime, não serão provas bastantes para mostrar e fazer claro e palpável que, por falta de fundamentos, tem o Ilmo. Sr. Promotor procurado, como já disse, de dar corpo às sombras de aplicar pedaços cortados, deslocados e discrepantes a outros ditos ou usados debaixo de diferentes sentidos, para ver se, como já também disse, envolvendo-me em um atentado aparentemente dirigido contra a pessoa de S.M.I. podia chegar com altos nomes, grandes palavras, artifícios, sofismas e falsas deduções a impor a VV.SS.; para poder obter uma condenação contra mim que vingasse ocultos e vergonhosos ofendidos?

Ainda que nada alcancem hoje contra mim, não deixaram eles de terem sido bem servidos: e por isso bem ingratos se mostraram, se não procurarem enquanto S.M.I. não chega a conhecê-los (que muito não há de tardar) de dar ao Ilmo. Sr. Promotor alguma demonstração do seu agradecimento: quanto ao meu, lhe manifesta agora perante VV.SS. e perante todos que me ouvirem, porque pela indiscrepância e heterogeneidade dos fundamentos da minha acusação, tem me posto à mão mil boas armas de defesa e teria se (o que não é) me a tivesse tido alguma pequena realidade, a teria, digo, ele mesmo, com tantas descomedidas inculpações de grave peso, feito desaparecer.

Aceite, portanto, esta minha sincera declaração, como o quanto tenho ao meu alcance de lhe tributar.

Srs., VV.SS. hão de ter reparado que no ato da minha acusação tem o Ilmo. Sr. Promotor feito, desnecessariamente, um grande elogio a virtudes e grandes merecimentos de S.M.I., já por mim em toda a parte ditos e repetidos, e por isso tendo posto S.M.I., degradando-o de sua iminente qualidade, em contato e luta comigo, não tem ele, Ilmos. Srs., faltado o respeito e veneração devido ao monarca, cravando um elogio não necessário num ato de acusação crime em que não tinha algum aporte ou relação?

Ilmos. Srs., e a preferência que se me dá entre tantos mais periodistas, que todos têm dito muito mais do que eu, porém de outra forma, e não atacando tão abertamente os áulicos, não será uma prova de indução bastante para convencer os mais incrédulos que o fim da minha chamada de hoje não é outra coisa mais que o despique desta cáfila?

Será preciso, Ilmos. Srs., que eu recorra a citar exemplos da Inglaterra e outros países onde existe a liberdade da imprensa para mostrar que em nada tenho sido excessivo nas ditas minhas folhas? O efeito não tem provado pelo contrário que elas, em lugar de conflagrar, têm servido como de um [?] lenitivo? Recorro aos fatos: quando eu as escrevi, tudo estava em orgasmo, como mostravam os pasquins, cartazes, [?], ajuntamentos nas ruas, etc., e todo este orgasmo pelos sempre irrequietos chumbados, que mal contentes do estado atual das coisas procuram todos os meios para excitar a desordem, com o fito de ver se acham de novo o seu velho ídolo para o adorar. Apareceram as minhas folhas, que assustaram os intrigantes, com a leitura delas desenvolveu-se o espírito pátrio-brasílico: os intriguistas recolheram-se aos bastidores e o público sossego tem sucedido: estes são fatos notos e constantes, não são sofismas, maquiavelismos e enganar com arte, às escondidas, para verem se saem a bem.

Dizei, ó brasileiros, vós que estais nas vossas casas: vós por quem pugnei e nunca deixarei a toda à custa de pugnar, são verdades estas de fato, ou malignas mentiras? Fale a voz da nação que – *Vox populi, vox dei est* –

Ah! Ilmos. Srs., bem vejo que a minha culpa foi de não ter apontado logo nominalmente os mimos e batilos contra quem eram dirigidas as minhas exclamações, e de não ter logo depois dos nomes citados, os infames e nefandos papéis, que à maneira dos Paratis e Lobatos, faziam na velha Corte do Sr. D. João VI, que só por decência e respeito a VV.SS. não profiro.

Bem sei que o tê-los indicado simplesmente como o veículo da translação das ordens atrozes que fizeram na noite de 22 de abril na Praça do Comércio do Rio de Janeiro, o teatro da mais horrorosa, bárbara e massacrante cena, não fez mais que exasperar o sentimento da sua vingança, sem desafiar contra eles quanto mereciam o ódio e a sempiterna raiva nacional.

Quod difertur non aufertur. Protesto altamente aos céus, Ilmos. Srs., que daqui em diante, nunca mais cairei em semelhante erro; e que quando o bem do imperante e da nação, exigir que lhe aponte indivíduos como nocivos, suspeitos e perigosos, em nada os pouparei, assim como farei no que diz respeito a estes Srs. Validos quanto antes. *Salus populi suprema lex esto.*

Nada mais me fica a dizer, Ilmos. Srs., resignado espero a minha, qualquer que seja, sorte, e desde já beijo reverente as mãos, tanto as que me absolverem, como as que me condenarem.

Acabada a nossa oração, replicou o Ilmo. Sr. Promotor, dizendo que a nossa defesa era uma confirmação do nosso crime, o qual, em lugar de o termos procurado encobrir ou escusar, tínhamos mormente ratificado, e que a nossa defesa era contraditória; e sem provar de forma alguma a segunda sua asserção, fez uma nojenta e obstinada petição de princípios, renhidamente insistiu pelas primeiras conclusões, e nada disse de novo.

Não merecendo resposta pela nossa parte esta sua réplica, nos limitamos a lhe observar que nada nos tendo produzido com o novo argumento, não tínhamos nada que ajuntar à nossa defesa, pois com ela já tínhamos bastante combatido e destruído toda a acusação que ele nos tinha feito, tendo nós provado concludentemente que as nossas folhas nunca foram, de forma alguma, incendiárias: que nunca atacaram, por princípio algum, a S.M.I. nem direta, nem indiretamente: que de maneira alguma lhe tinham sido injuriosas, mas antes cheias de respeitos, de amor, de louvores e saudáveis conselhos: e que, por isso, era imprópria a citação da lei que ele tinha apontado contra nós nas suas conclusões, pois que ela exigia para ser julgado criminoso o escritor, de infrator da liberdade da imprensa, que as injúrias ou insultos contra a pessoa do monarca fossem diretas e não equívocas.

Estando em dúvida de não ter ainda bem cumprido com os seus deveres... treplicou, ainda, várias palavras o Ilmo. Sr. nosso acusador, às quais interpe-
lados a responder, nada contestamos, por desnecessário.

Por um dos Ilmos. Srs. Jurados, fomos interrogados sobre os fundamentos que nós tivemos para crer e expor que S.M.I. fosse consócio e consciente dos planos ou projetos dos quais se falava nas ditas nossas duas folhas; a este lhe respondemos que nunca temos imputado nem acreditado que S.M.I. tivesse conhecimento, nem na mais mínima parte, nestas maquinações; mas simplesmente que estas fossem obra dos indivíduos por nós citados na nossa defesa, como as mesmas folhas o dão a conhecer.

Tendo-nos o mesmo Ilmo. Sr. Jurado repetido quais eram as provas que tínhamos para dizer que aqueles indivíduos tivessem ou arquitetassem semelhantes planos, lhe respondemos que a voz pública, a fama, as gazetas daqui e de Pernambuco, são os fundamentos sobre os quais nos tínhamos baseado, elementos que têm sido sempre a fonte dos gazeteiros de todos os tempos e de todas as nações; mas que quando isto mesmo não bastasse, sendo então uma ação pessoal e particular pela qual não nos achávamos demandados, não tinha nada que fazer a tal questão conosco naquela circunstância. Depois disso, julgando a questão bastante esclarecida, os ilustres Srs. Juizes recolheram-se à sala contígua para dar o seu voto.

No entanto, ficou a sala do Tribunal, a imediata, a escada e a adjacente praça, tudo cheio de gente, a qual penetrada da nossa inocência, e indignada pela teimosa e renhida do Ilmo. Sr. Promotor em querer-nos, este, por força, fazer-nos culpados, e impaciente de ouvir o oráculo da nossa pronúncia, nos dava as demonstrações da mais cordial e doce amizade, ainda que a maior parte daquela gente honrada não nos conhecesse e fosse igualmente de nós desconhecida. Tanto pode o amor da justiça e da verdade, que forma com a rapidez do electricismo, os laços mais indissolúveis e cria as simpatias as mais pronunciadas!!! Dois indivíduos sós entre o povo foram os que manifestaram nessa ocasião sentimentos opostos; e que regozijando-se em próprio engano com a esperança da nossa futura condenação, já o anunciavam como um triunfo do corcundismo dos seus semelhantes, alcançado sobre os liberais. Um destes é um mau mouro renegado, assaz conhecido por ter vendido há pouco o hábito de Cristo por 300 réis, e endoidecendo agora por achar quem lhe queira comprar o batismo, ainda que fosse por pouco preço como lhe tem custado. O outro é um segeiro, segundo dizem, bastante rico, e que sei, pelo que ouço as más (ou boas) línguas, dever ele a sua fortuna a certos erros e enganos que lhe aconteciam em seu favor nas contas das quais entregava a cobrança à atividade e solicitude de sua Sra., que alguns anos atrás não era feia, nem de mau gênio. Ah! Perversos, malvados, infames!

No entanto que estávamos à espera de saber a nossa sorte, ouvíamos uma espécie de fermentação que existia entre todo aquele povo espectador, e não faltava quem prejulgasse que havíamos de ser absolvidos; pois diziam eles abertamente: “nas folhas apontadas não há nada do que o Sr. Promotor quer

que haja: é um empenho que tem, é uma p...a! E se os jurados condenassem o redator da *Sentinella*, poderíamos conhecer e dizer que a liberdade da imprensa se seria, pela terceira vez, evaporada do Rio de Janeiro depois de 26 de fevereiro, que ela não seria mais do que nominal, e que teria a mais severa e inquisitória mordança.”

A uma hora e meia da tarde reapareceram os oito nossos juízes jurados, com os seus unânimes votos por escrito, os quais, tendo sido que não constava que fôssemos criminosos nem que tivéssemos excedido os limites da liberdade da imprensa. Pelo Ilmo. Sr. Júri de Direito fomos absolvidos da acusação que tinha sido dada contra nós: então foi que se conheceu bem quanto foi conforme aquela decisão com a espectação universal: pois foi geral o aplauso dado aos Ilmos. Srs. Juízes, e generalíssimos os vivas a eles e ao Brasil!

Mal podemos expressar quantos cordiais abraços e parabéns nos foram dados naquela ocasião por uma imensidade de pessoas que não conhecíamos, e que nos chamando com os mais doces e agradáveis nomes, de seu amigo; do amigo da sua causa, nos suspenderam pelo ar e nos carregaram, mais do que não nos acompanharam até a nossa casa. Tanto foi o entusiasmo patriótico com que nos trataram, que se a consciência da nossa nulidade não tivesse modificado a nossa ilusão, nós teríamos abandonado a nossa crença de ser o nosso, não um regresso à nossa habitação, mas sim um verdadeiro e merecido triunfo. Com que é, ó brasileiros generosos, que nós vos podemos dignamente retribuir: se for com o sacrifício da nossa mísera e fraca vida e do nosso sangue, ela e este estão prontos, e contaí que se jamais a vossa e nossa pátria o exigir ou dela o carecer, intrépidos, como sempre foi o nosso caráter, a exporemos: e nunca recusaremos de ser por isso um dos primeiros, seja onde for que se nos chame.

**Mais artigos extraídos das precitadas folhas nºs 6 e
7, que serviram de defesa à acusação supra**

Quão belo e lisonjeiro se nos ofereceu esse dia em que um monarca não só adorado, mas feito pelos povos, depois de mil provas de amor e de zelo pela nação que o adotou por seu filho e escolheu por seu chefe, rasgava o maligno véu que a adulação e o interesse particular interpuseram entre ele e os mesmos povos, confessando com a mais ingênua candura, o fatal engano com que tinha sido atraído? Quão admirável se nos mostrava nessa ocasião o augusto filósofo que derribava o profano e terreno edifício que sobre falsos alicerces construíam os malvados filhos de Nembrot.

Cada um, engolfado em um pélago de satisfação e de alegria, abençoava o magnânimo imperante, que protestava querer reinar sobre o espírito e não sobre os corpos dos homens; e todos extasiados de pasmo exclamavam, chegou o dia do triunfo da verdade, a época do império da filosofia e da virtude:

viveremos livres e independentes: seremos homens, e não brutos: seremos brasileiros.

Assim não se atraçoam o Brasil e o nosso amado imperador, que vos há de conhecer e punir como aos outros.

Agora estareis satisfeitos. O pesar que temos, é o ouvir que se espalham boatos que podem ser confundidos pelos ignorantes, com as máximas insinuadas neste nosso conselho, mas que na realidade são diametralmente opostos. Fala-se por certos visionários sebastianistas na reunião com Portugal, e maliciosamente tenta-se pelos mais astutos fazer acreditar que S.M.I seja disposta e inclinada a efetuar esta impossível reunião, e até apontam-se dois ou três indivíduos, os quais, estando sempre em roda de S.M.I., não cessam de trabalhar a este fim.

Imperial Senhor, todos sabem que as máximas e doutrinas que espargiu Fr. S. Paio, lhe foram sugeridas por estes monstros! Senhor, todos sabem que são dois infames áulicos europeus!

Na atualidade das circunstâncias, julgamos do nosso indispensável dever o recordar a V.M.I. que os brasileiros todos o consideram como anjo protetor, que na madrugada do dia 26 de fevereiro afugentou as trevas do despotismo, abismando toda aquela corja de validos que faziam injusto e insuportável o reinado do Sr. D. João VI, o qual, feito simulacro da real autoridade deixava que encobrissem com a sua sombra quantas infâmias, rapinas e nequícias eles queriam praticar. Julgamos do nosso dever o recordar a V.M.I. que os brasileiros todos, mais, ou menos, sempre em razão inversa da aparência do predomínio dos cortesãos e dos ministros, não têm deixado de lhe tributar o mais sincero e fervido amor, e de olhar para V.M.I. como para o mais denodado defensor da sua sagradíssima Independência, e como o mais firme sustentáculo da mais liberal Constituição, que por tantas vezes lhes tem prometido. Julgamos do nosso dever rememorar a V.M.I. que os brasileiros sempre acreditaram que V.M.I. fosse o talismã prodigioso, a cuja milagrosa virtude fosse devida à convergência e integridade que as diferentes províncias têm conservado.

E, portanto, fiados na esperança de uma maior fortuna, vamos exortar de novo a V.M.I. à augusta Assembleia Constituinte, aos brasileiros, aos habitantes todos do Brasil, europeus ou americanos, sejam a mais concorde união, a mais recíproca confiança, mais inteira boa-fé, confundindo todos os particulares interesses, todo o respectivo amor próprio e todos os universais desejos em um só desejo, em um só intento, em uma só direção de vontades e de meios, para com isto manter, fortificar e rapidamente aperfeiçoar a grande obra do Império do Brasil.

Faltaríamos à exatidão histórica do acontecido se não fizéssemos menção de certos epítetos de corcunda e chumbado, com os quais foi presenteado na sua saída da sala, e muito antes da sentença, o Ilmo. Sr. Promotor; e isso pelo efeito da indignação a que se tinha excitado, pela animosa pertinência com que pretendia à força que nós fôssemos culpados. Nós, como já dissemos na nossa defesa, lhe temos perdoado, e confessamos que não nos tem causado maravilha alguma a sua desenvoltura e infernal sofisma em querer que a lei houvesse de ser admitida só pela classificação do crime; e quanto à aplicação da pena, não a achando bastantemente bárbara, queria que fôssemos julgados pelo preâmbulo do decreto, com relação às atrozes leis do velho e cruel Código Penal, posto sabíamos que era o mesmo Sr. João José da Veiga, o qual, em iguais circunstâncias e casos perfeitamente idênticos, já tem decidido, deixando de despronunciar negativo e contrário sobre o processo o Ilmo. Sr. Brigadeiro Alves Branco, porque assim impelido, quando rezando princípios de um grande probó liberallão, tinha decidido afirmativo e a favor no processo do Sr. Jaime, despronunciando-o, como bem distintamente se acha analisado, este ato de extraordinária retidão e de argelina probidade, na mirável defesa do citado Ilmo. Sr. Brigadeiro Branco. Nós quase que se não tivéssemos medo de ser de novo citados a algum júri, diríamos autorizados por tais fatos que este beca, por ser para nós apelidado com exatidão característica do lugar que ocupa, e não sermos increpados de mentirosos, deveríamos chamar-lhe, em lugar de Promotor da Justiça, o Ilmo. Sr. Desembargador, Fulano de tal, Promotor das Injustiças. Alerta! Alerta! Alerta!

Ó, gênio do Brasil! Do cume da tua Tijuca, dize o que vês no regime interno da administração da justiça acerca dos destinos de semelhantes empregados públicos! Tremam estes infames monstros, se tu falares, dois instantes de vida não lhe serão concedidos para desfrutar o livre ar que profanam! Sim, magnânimo imperante, a vós é que nós vamos dirigir os nossos alertas a esse respeito. Saiba, V.M.I. (e não se deixe persuadir, que o falar-lhe da maneira que nós o fazemos seja, nem por ideia, injurioso a V.M.; mas, sim, bem pelo contrário). Saiba, pois, que semelhantes indivíduos, revestidos de pública autoridade e aparente consideração, de todos conhecidos e sabidos pelo que são, formam o objeto da pública execração; que todos tremem quando os veem ocupar semelhantes lugares, pois assentam que a sua vida, as suas substâncias, a sua segurança e seu bem-ser estão entregues nas mãos de sujeitos que por empenhos, dinheiros, intrigas, etc., são capazes de se metamorfosearem até nos seus carrascos, se for preciso; que destes sentimentos, nasce necessariamente o de uma certa indiferença para com o monarca, abstratamente considerado pela massa dos povos como a fonte de todos os bens e de todos os males; e que deste esfriamento ou relaxamento daquele divino amor que os governados devem ter para com o governante, é que trazem depois a origem de

tantas e tantas políticas oscilações que vêm a ser causas, às vezes, das maiores e mais sérias crises. Imperial senhor, queira V.M.I., por um instante, estabelecer um paralelo entre nós, e os que lhe falarem às avessas de nós, e julgue ao depois da singeleza dos nossos respectivos sentimentos... Nós não queremos, não pedimos, não aspiramos a nada fora que o bem público, do qual desejamos participar pela nossa justa cota, como pacífico lavrador de terras e nada mais: não aspiramos a empregos de forma alguma: não pedimos quase nem sequer a V.M.I. o pagamento do que se nos deve tão liquidamente, ou o pedimos com tão pouca instância, que quase é não pedir, e vivemos mesquinhamente padecendo graves dos danos e prejuízos, por falta de podermos utilizar o que é nosso; e não aspiramos a títulos, honras ou distintivos, pois nunca usamos do que temos, nem nos mostramos com as que temos alcançado pelos nossos militares serviços e com nosso sangue. Veja, V.M.I., se os que acusamos e contra quem temos falado, estão no nosso caso. Veja se é mais fácil que saia a verdade da boca de quem não tem medo nem interesse em proferi-la, ou se da boca dos áulicos e cortesãos. Calcule a opinião pública que circula pelas províncias acerca desta gente. Consulte os impressos que de lá aparecem e determine, o seu paterno amor, o que, então, o seu coração lhe ditar, a bem da nação brasileira e pela felicidade dos povos brasileiros que a nossa, em todo tempo, será formada pela só ideia de a ter, com todos os esforços, provocado e sugerido.

N. 20

SENTINELLA

DA LIBERDADE

A BEIRA MAR DA PRAIA GRANDE

ALERTA ESTÁ

QUINTA-FEIRA, 9 DE OUTUBRO DE 1823



CORRESPONDÊNCIA

Sentinella... Alerta!

Convencido de que o mais sagrado dever do cidadão é ser bom patriota, concorrer com quanto esteja ao seu alcance para o bem e felicidade de sua pátria, é por isso que, chegando à minha mão o nº 15, de 22 de agosto de *Teatro da Opinião de Buenos Aires*, tomei o pequeno trabalho de copiar um artigo daquela folha, que é o abaixo transcrito, e que, a meu ver, é digno de o fazer chegar ao conhecimento e consideração de nossos concidadãos nas atuais circunstâncias em que nos achamos; rogo-vos, portanto, o favor de o inserir na nossa apreciável folha (para os brasileiros) juntando-lhe se vos parecer alguma reflexão com a vossa costumada energia e patriotismo; não sendo nunca este tolhido pelo receio ou temor dos infames pés de chumbo, porque eles não ficarão impunes se atentarem contra a vossa pessoa, enquanto existir um só dos que forem como o que se diz.

Vosso camarada, o brasileiro sem mescla, que
está resolvido a ser livre ou morrer.

Patriotismo – Empregados

Escandalizados por ver ocupando os melhores lugares aqueles mesmos que trabalham por merecer os do seu rei: aqueles que não duvidosos, se não decididos inimigos da causa da América, sustentavam a seus assassinos, propagavam suas ideias e nada omitiam com que fazer-nos a guerra; decidimo-nos a escrever sobre a preferência que deve dar-se a um patriota para ocupar qualquer emprego, deste que inserimos o comunicado subscrito pelo – Porteño solitário – que fixa aquela que deve haver em semelhante caso para com os filhos do país. Estamos persuadidos que os empregos são distinções e confianças que se

concedem à aptidão, ao merecimento, etc., e cremos que um inimigo do seu país não pode obter nada disso, porque quais poderão ser as intenções daqueles que não sentiram a tendência do século, a violência de nosso Estado e o peso de nossas cadeias? Qual o talento, a instrução, dos que não conheceram que de onde toca uma faísca de liberdade se levanta um incêndio, que nada é bastante a apagá-lo? Nem qual será a moralidade, a boa-fé, a sensibilidade desses seres, que por oprimir o seu país, gostosos se banharam no sangue de seus compatriotas, de seus amigos, de seus parentes, do mesmo sexo formoso que ultrajaram mais de uma vez? De que podem ser capazes? De que confiança que não tenham ao menos a mortificar ao bom patriota, ao que tem despedido esse jugo de ferro? E se os empregos, como há muitos, se consideram como distinções, por que títulos as merecem? Que têm eles feito ao país? Ou se considera um serviço o exemplo de submissão e de vassalagem que prestaram ao rei de Espanha, contra o sentimento expresso dos povos? Contempla-se também por serviço esse capricho iníquo com que sustentavam os prisioneiros, com que estimulavam contra nós aos espanhóis europeus, com que propagavam ideias destrutoras do sistema, com que procuravam o descrédito de nossos governos, com que semeavam a divisão nos povos, nos exércitos, e as famílias mesmas, que mais se decidiram? Falemos com franqueza, quando depois da horrorosa luta que temos sustentado tão longo tempo, vemos recém os frutos de tantos trabalhos e de sacrifícios imensos, quando tranquilo o país, vemos decidir-se pelo sistema uma porção de homens que os têm hostilizado positivamente, é por isso, não atacá-los; porém, conhecê-los, e conhecê-los para distingui-los do resto do povo. Gozem de nossa tolerância e dos remordimentos que exigem seus feitos; porém, jamais dessas honras que eles desprezaram, jamais de jurisdição, nem de preferência sobre os rebeldes, os insurgentes, os revoltosos, como nos chamavam na expressão desse rancor com que olhavam os defensores da América.

Nem como poderá proceder-se de outro modo quanto habituados o odiar-nos, a perseguir-nos sempre, seus hábitos antes de variar, se têm arraigado com o tempo; nem como pode suceder esse câmbio, quando sua educação os faz incapazes de admiti-lo ou de sustentá-lo? É preciso dizer como um patriota do ano 10, que enquanto não se pode lançar mão das gerações educadas na revolução em seus princípios e seus objetos, só se devem empregar aos patriotas, sejam americanos ou europeus, àqueles que têm conquistado a independência, aos que têm estado na revolução, aos que se decidiram por ela, aos que não trataram de tolher seus progressos, jamais aos que lhe fizeram a guerra, a esses seres abjetos, que só servem para eunucos do Sultão da Pérsia. Senão, veremos subordinado o patriota ao que o tem encarado com rancor e desprezo, ao que o fará do mesmo modo sempre; senão, veremos sobre os que têm servido à pátria, aqueles que lhe têm feito a guerra. Porque efetivamente longe dos governos que nos têm precedido, eles são os únicos que estão fora dos partidos em que os patriotas se dividiram; são os únicos que podem formar um novo

ou servir para formar um termo médio, que se afetaria sempre da rudeza de suas partes e da competência para os objetos a que se lhes converte. Portanto, cremos que nem este princípio, nem a necessidade de pôr os homens na precisão de ser bons, é bastante sustentar a ideia de dar empregos de distinção nem condecoração alguma aos inimigos conhecidos da América, aos que só se converteram no momento de aceitar empregos de distinção e sumamente rendosos; muitos há destes, são conhecidos, e oxalá que tivessem mais consideração aos serviços pátrios e as atenções que merecem os primeiros amigos da Independência; oxalá que não protegessem aos que foram conformes com suas ideias. Então o julgaríamos patriotas de boa-fé, então poderíamos contar com seu auxílio ao constituir-se a América. Porém, é moralmente impossível uma mudança tão repentina, nenhum bem poderá trazer-nos, e sobram patriotas que ocupariam seus lugares com mais justiça e com mais brilhantismo. Por agora nos contentamos com dizer isto, pode ser que para adiante tenhamos motivos para entendermos sobre esta matéria, então faremos aparecer um raio de luz que ponha em transparência as coisas e as pessoas...

A doutrina e as máximas do artigo do *Teatro da Opinião de Buenos Aires* acima, são tão idênticas com os sentimentos que temos manifestado no nosso periódico até agora, e com as correspondências que nele temos inserido, que não sabemos o que possamos ajuntar sobre tal matéria. Por não sentir e ser vivamente penetrado da ortodoxia dos preceitos que tende a ensinar, é preciso não ser americano, e amigo da honra, do brio e da dignidade dos homens livres, ou tendo esses sentimentos e não os manifestando, ser tão vil, tão baixo e tão infame para ser vendido ao interesse e a lisonja, ou curvado ao servilismo e à adulação. Nos admira, não pouco, como certo periodista que passa por liberal, inculca-se por Amigo do Brasil, tem os papéis todos de Buenos Aires e costuma inserir os artigos deles que julga convenientes, não fizesse caso deste, que não pode deixar de ter reparado! Porém, ele, pelo que vemos, não o julgou digno da sua folha: e nós o recolhemos no chão, agradecendo-lhe a esmola que nos têm feito; quem muito tem, não preza o pouco, e nós quando não estamos nos nossos lúcidos intervalos que, quer dizer, somos na nossa opacidade e na falta do nosso *Cirineu*, a mais pequena coisa nos serve e vem para nós com a maior avidez, aproveitada com o fim de encher a nossa folha.

Antes de passar a tratar de outras coisas, nos é indispensável de apresentar as nossas escusas ao digno público brasiliense, que nos honra com a sua especial proteção, e que tanto desejo nos manifestou para que continuemos com a redação da nossa *Sentinella*. Várias coisas ajuntaram-se para produzir a intermitência que temos praticado. Dois dias de moléstia, o pouco ou nenhum empenho (para não suspeitar coisas piores) de um copista e agente que tínhamos, junto com uma certa relaxação da imprensa onde nos servíamos, (cremos, causada pela heterogeneidade dos nossos princípios para com os de SS. Administradores daquele chamado nacional estabelecimento) foram os

motivos que nos fizeram faltar pelo menos seis vezes à publicação do nosso nº 19 último, que tínhamos pronto desde a madrugada da segunda-feira da semana passada. Agora estamos bons, temos mudado tudo quanto julgávamos vicioso, e esperamos poder, daqui em diante, cumprir com exatidão à publicação dos acostumados três números por semana; ao menos por enquanto se não nos entupirem de novo os caminhos...

Atacados no mesmo tempo por todos os periodistas, não podemos defender-nos de uma vez: fomos aos que nos ofenderam mais diretamente, reservando-nos a responder aos outros a seu tempo. Ainda nos falta certa correspondência de um *fuao filo-ordinis*: o *Quartel das Marrecas*, e o *Tamoyo*. É bom que advirtamos termos respondido ao Senhor *filo-ordinis* pelo mesmo canal do *Diário do Governo*, mandando ao seu redator uma nossa correspondência com peditório de nos responder se nos honraria de a inserir, ao que nos mandou dizer que sim; e por isso, ainda que muito tarde, a esperamos, ao menos de recâmbio: aos grasnos servis do velho estúpido Marreco, responderemos no nosso primeiro número, atirando-lhe, como o caçador de Pernambuco atirou à arara e às jatâncias que o *Tamoyo* fez contra nós no seu nº 11, depois de nos ter gabado no número imediato precedente, 10, não respondemos: pois ainda que nos tenha ofendido, respeitamos nele um descendente dos donos e legítimos possesores do Brasil que nos agasalha. Podemos, entre nós, discrepar na doutrina política: porém, como no fundamento primitivo (na Independência do Brasil), marchamos uníssonos, pela nossa parte lhe declaramos amizade, e não por covardia nem qualquer outro baixo sentimento, mas só para procurar de conseguirmos o fim a que nos propusemos, lhe protestamos, sem positivamente saber quem ele seja que, ao menos que não nos ataque na nossa honra e probidade, nunca nos ocupávamos de refutar as críticas que como censor (ainda que a isso por ninguém autorizado) pudesse fazer sobre a nossa folha.

Lemos o *Sylpho* nº 13, onde encontramos uma carta do Inimigo dos intrigantes, que se regozija por sermos nós chamados aos jurados, e sobre uma parte da acusação que só confessa ter ouvido, prejudga, sem ouvir a nossa defesa da nossa culpabilidade. Impaciente! Por que não esperaste alguns instantes mais? Que terias bem ficado a boca aberta, desenganado, ou ao menos de luso nas tuas infames, nefárias, carcundas, e chumbáticas e assassinas esperanças!!!! Acaso, serias tu certo vil quebrado P... morador na Rua do Ouvidor, o qual, apertando a mão a um dos nossos juizes antes que entrasse nas suas funções, lhe dissesstes: “pelo menos aos ferros é?” ... Ah, infame! Ah, cachorro! Ah, ladrão...!!! Pelo conteúdo da tua carta, pela tecla que tocas, pelos dentes que te roem, pela figura magra judia e de nariz alongado do teu estilo, bem te conheço e todos os brasileiros conhecem que trata a causa do teu gordo vizinho...

O nosso distribuidor nos traz agora, que estamos para fixar a nossa folha, um nos abaixo de nove seletíssimos campistas, feito a favor do Brigadeiro Moraes. Nada temos que dizer sobre o que resguarda o redator do *Correio*: ele saberá justificar o que tem avançado, e a nós não pertence infringir juris-

dição alheia, unicamente concordaremos no que diz este tríplice triunvirato a respeito da demasiada bondade do seu apadrinhado: pois nos consta ser ele bom, e bom demais, contudo que ande de bigodes. Vamos ao que nos pertence. Mentis, e mentis infamemente (ó, nove flores de virtude conhecida) no que asseverais: pois nós nunca temos, nem por sonho, visto na nossa vida a fazenda de Boassica, como provaremos no juízo de injúria atroz que contra vós (infamíssimos caluniadores) vamos a propor, tanto por isso, como pela venda de pedras falsas por boas. A nossa grande satisfação é o sabermos que tendes com que nos indenizar. Olhais, quão asnos que tendes sido! Dizeis que justamente nos mandou prender pela sublevação de negros. Sobre uma ordem incerta e expedida de Macaé, onde estava o Moraes, fomos presos por suspeitas. Quando voltou em Campos o Moraes, quatro dias depois, fomos soltos imediatamente; e infames sem-vergonha, haveis de lembrar-vos que estando a maior parte de vós (como era do vosso vil e baixo costume) na casa do Moraes adulando-o e lambendo-o, tendes ouvido a maneira desfeitiante com a qual lhe temos falado, que reduziu-o a tomar o partido de nos falar mamente em francês, para não fazer uma triste figura para com vós outros, vis vermes podres, sem alma, sem vergonha e sem probidade, ao que justamente (porque ele não conseguisse o seu fim) nós temos continuado a responder em português. Se ele imediatamente nos mandou soltar (nos fazendo mil excessos) é que conheço o erro de precipitação em que tinha caído: e se nos tivesse mandado prender justamente, teria faltado formalmente para com os seus deveres em nos mandar soltar...

Ao menos perversos, quando quiserdes dizer mal de alguém, não sejais tão burros; aliás, o sabichão (segundo dentre voz redator da Papelaria [?]) acabará, para ser tido na opinião geral aquela presuntuosa besta, que nós o temos julgado a primeira vez que o temos ouvido falar...

Extrato da *Sentinella da Liberdade na Guarita de Pernambuco* nº 45

Não podemos deixar em silêncio o zelo e a seletividade que têm mostrado os ilustres senhores comandantes dos batalhões da primeira linha, Aleixo José de Oliveira e José Antônio Ferreira, em promover a instrução dos seus soldados; não só no que diz respeito à disciplina militar, mas fazendo abrir escolas de primeiras letras para dispor e aperfeiçoar os soldados e inferiores, a fim de poderem, para o futuro, ocupar todos os postos, pois é infelicidade para muitos não poderem passar de soldados por falta das primeiras letras, deste modo, os ilustres comandantes fazem muito relevante serviço a Pernambuco, e mesmo ao Brasil, incitando com o exemplo todas as províncias a fazerem o mesmo; o que certamente será incalculável benefício, porque quando os soldados lerem, saberão compreender melhor suas obrigações, seus interesses, seus direitos: É deste modo que os soldados devem saber que eles não são autómatos, nem escravos, para obedecer cegamente a qualquer rei, ou imperador, ou general, para obterem insensatamente segundo ordens despóticas; é lendo que os nossos soldados

devem ficar persuadidos que devem prestar obediência primeiro ao soberano Congresso, e depois ao imperador, enquanto ele conserva interinamente o comando; é lendo que os soldados percebem que eles são soldados da pátria, porque são filhos da pátria, e que não são pertencentes como bestas a qualquer imperador ou rei, ninguém duvida que Eturbir, ex-imperador do México, enganou aos soldados pela ignorância, porque esta gente militar quando não tem luzes, cai facilmente no laço de qualquer que os lisonjeia com prêmios, dádivas, promessas, banquetes, vinhos, ponches, sem advertirem que nenhum potentado é senhor da sociedade, que eles são cidadãos como qualquer, etc. Ó, dos soldados, alerta!

Senhor T. I. G.

A sua carta não merece resposta porque vossa mercê não soube o que disse, e quem sabe se estava, nessa ocasião (porque só estando muito bêbado é que se pode dizer tanta asneira), mas todos os brasileiros sabem que vossa mercê, além de ser um sevandija, um patife, um bandalho e até um i..., e ter sido um espião do mandão antigo Thomaz Antonio e outros ex-ministros e de quem o quer comprar, é um toleirão, que nunca soube dizer duas palavras juntas, e a prova é esse apontado de rodilhas, insulso e indigesto, contradizendo-se, etc., de modo que qualquer se aviltaria se analisasse a sua carta, pois que, como já disse, é um nojento parto muito próximo à m... Sendo a maior injúria e afronta que vossa mercê faz aos brasileiros, chamar-lhes patrícios. Nem de balde o mano não o reconhece, ainda sendo vossa mercê bastardo, porque, como ele diz, vossa mercê é uma besta muito má e muito manhosa, sem uma só coisa boa, e por consequência vossa mercê não podia ter feito serviços à pátria, como diz, porque além da conclusão tirada, só faz serviços quem tem brio e vergonha: e vossa mercê não tem nada disso, logo, não pode ter servido à pátria. Conheça-se, meu amigo, porque todos o conhecem, e se procura enxovalhar aos brasileiros, dizendo que eles não são capazes para ocupar os empregos públicos do Império, por alguns vinténs que lhe deram ou algum officozinho que lhe prometeram, engana-se e enganam-se os chumbeiros de quem vossa mercê quer ser protegido, porque de sevandijas espiões ninguém faz caso e, portanto, creio que nunca sairá da lama seu próprio elemento, e contente-se com o hábito que apanhou pelas espionagens passadas, de que todavia ninguém faz caso dele em semelhante figura, que se não tivesse cruz, se lhe escarraria, mas não está livre que se lhe faça na cara de alvaiade.

Faça a vontade à padeira, com quem anda de braço para ver se lhe enche a barriga, e não se meta com a causa dos brasileiros, porque eles não contam com vossa mercê para o eco dos brasileiros, fora vossa mercê, que é bastardo em todos os sentidos, e sem ser reconhecido de ninguém.

Continuar-se-á.

SENTINELLA
DA LIBERDADE
A BEIRA MAR DA PRAIA GRANDE

ALERTA ESTÁ

SÁBADO, 11 DE OUTUBRO DE 1823

Continuação do extrato da *Sentinella de Pernambuco*

Louvemos, pois, os nossos ilustres comandantes, por ilustrarem os nossos militares: esta só ação prova quanto eles desejam o bem destes povos com os quais tão decididamente se tem identificado tal rasgo, não foi unicamente generosidade, foi virtude e prova evidente de patriotismo. E é por isso que eu louvo e aplaudo, bradando “Vivam os comandantes com suas escolas: e vivam os briosos inferiores e soldados que forem aprender: Ó dos comandantes, alerta!”

N. B. Por ter, na folha nº 20, aparecido a correspondência do eco dos brasileiros toda estropiada e até faltando-lhe um grande parágrafo: por isso sai hoje, outra vez, a mesma correspondência.

Sr. T. F. G.

A sua carta não merece resposta porque vossa mercê não soube o que disse, e quem sabe se estava bêbado nessa ocasião (porque só estando muito bêbado é que se pode dizer tanta asneira), mas todos os brasileiros sabem que vossa mercê, além de ser um sevandija, um patife, um bandalho e até um i..., e ter sido um espião do mandão antigo Thomaz Antonio e outros ex-ministros e de quem o quer comprar, é um tolo, que nunca soube dizer duas palavras juntas, e a prova é esse apontoado de rodilhas, insulso e indigesto, contradizendo-se, etc., de modo que qualquer se aviltaria se analisasse a sua carta, pois que, como já disse, é um nojento parto muito próximo à m... sendo a maior injúria e afronta que vossa mercê faz aos brasileiros, chamar-lhes patricios. Nem de balde o mano não o reconhece, ainda sendo vossa mercê bastardo, porque, como ele diz, vossa mercê é uma besta muito má e muito manhosa, sem uma só coisa boa, e por consequência, vossa mercê não podia ter feito serviços à pátria, como diz, porque além da conclusão tirada, só faz serviços quem tem brio e

vergonha; e vossa mercê não tem nada disso, logo, não pode ter servido à pátria. Conheça-se, meu amigo, porque todos o conhecem, e se procura enxovalhar aos brasileiros, dizendo que eles não são capazes para ocupar os empregos públicos do Império, por alguns vinténs que lhe deram ou algum officozinho que lhe prometeram, engana-se e enganam-se os chumbeiros de quem vossa mercê quer ser protegido, porque de sevandijas espiões ninguém faz caso e, portanto, creio que nunca sairá da lama seu próprio elemento, e contente-se com o hábito que apanhou pelas espionagens passadas, de que todavia ninguém faz caso dele em semelhante figura, que se não tivesse cruz, se lhe escarraria; mas não está livre que se lhe faça na cara de alvaiade. Dizer que S.M.I. é o herdeiro primogênito deste Império, é dizer que o infante, o Sr. D. Miguel, é segundo herdeiro, e é, também, considerar que o nosso Império é já antigo, e que ele o herdou!!! Forte asno: enfim, estava bêbado e por isto também disse que o estômago engolia, não merece resposta, e já estou arrependido de dizer tanto e ainda muito pouco ao que vossa mercê merece. Sev... Sev... Sev...

Faça a vontade à padeira, com quem anda de braço para ver se lhe enche a barriga, e não se meta com a causa dos brasileiros, porque eles não contam com vossa mercê para nada.

O eco dos brasileiros, fora vossa mercê, que é bastardo em todos os sentidos, e sem ser reconhecido de ninguém.

CORRESPONDÊNCIA

Sr. Redator da *Sentinella*.

Rogo-lhe o favor de fazer estampar no seu periódico a portaria abaixo transcrita do Governo da Bahia, para que os brasileiros vendados acabem de se capacitar de quanto são devedores ao actual ministro da Guerra. Ah! Sr. Redator, que os europeus protestaram de nos governarem, não há dúvida alguma. Porém, que os brasileiros o consintam, é certamente desgraça, cegueira e até falta de brio nacional. Até quando quererão estes malvados abusar da generosidade brasileira, não estão ainda satisfeitos de estarem de posse de todos os lugares rendosos do nosso país, que de direito são nossos e que deveriam ser preenchidos por brasileiros. Não estão ainda contentes de governar as nossas fortalezas, de ter o comando de nossos batalhões e, em soma, de ver os próprios donos da casa mendigando algum insignificante lugar, sem poderem ao menos obter um despacho enquanto eles se cevam neles. Ah! Senhor Redator, a que ponto de desgraça temos chegado! Constituindo-nos independentes de Portugal, com alguma obrigação ou cláusula de cedermos aos portugueses, que se chamam adidos, os lugares da nação, tanto civis, como militares? Acaso estarão todos surdos à reclamação dos brasileiros legítimos que querem o que de justiça e direito lhes pertencer? Por que motivo se empregam ainda portugueses e não são atendidos os nacionais? Será preciso que com lágrimas de

sangue, e rogando pela terra, supliquemos cessem tão escandalosas proteções? Ou que nos retiremos para as brenhas a fim de os não incomodar, e os deixemos [?] governarem e disporem como bem lhes parecer o nosso país, bens e propriedades, e não será, então, necessário mandarem vir baionetas inimigas tintas no sangue de nossos irmãos para nos vilipendiar, insultar e massacrar.

Artigo de Ofício

Devendo dar-se cumprimento à Portaria de 2 de agosto do corrente ano, expedida pela Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra, em que S.M.I. manda a este governo provisório que faça remeter para a Corte do Rio de Janeiro todos os soldados e oficiais inferiores dos prisioneiros da tropa de Portugal que voluntariamente quiserem servir no Exército do Império do Brasil pelo prazo de quatro anos, findos os quais S.M.I. lhes concederá suas baixas, ficando inteiramente isentos do serviço, tanto da primeira, como da segunda linha. O governo provisório ordena aos ajudantes das ordens, o senhor coronel Salvador Pereira da Costa e o capitão Domingues Américo da Silva que, passando ao bordo das embarcações em que se acham os ditos prisioneiros, formalizem uma relação dos que quiserem servir no Exército, nas conformidades da sobredita portaria, para que à vista dela se hajam de dar as providências concernentes à inteira execução da mesma.

Palácio do Governo da Bahia, 1º de setembro de 1823.

Assinados os membros do governo provisório.

Sr. Redator da *Sentinella*.

Como estou convencido de que vossa mercê briosamente tem o valor de defender a causa dos brasileiros, por isso vou a rogar-lhe com toda a eficácia, haja de lembrar no seu periódico verdadeiramente brasileiro que nós nos achamos em uma situação assaz melindrosa, e que precisamos muito e muito das providências prontas em todos os ramos dos negócios do Império, e que atualmente é de urgente necessidade que se nomeie um ministro de Estado dos Negócios Estrangeiros, porquanto sendo este um dos primeiros lugares em todas as nações, e tendo sempre um contínuo trabalho tão distinto dos outros, admira como nós, achando-nos em circunstâncias tão delicadas e tão grande afluência de negócios, tenhamos reunidas em um só indivíduo duas repartições tão trabalhosas e de tanta ponderação como a do Império e dos Estrangeiros. Que é de admirar como o atual ministro as tem tão completa e dignamente preenchido com geral satisfação dos verdadeiros brasileiros, e ultimamente na correspondência com os emissários portugueses, em

que certamente desempenhou com todo o zelo e patriotismo à dignidade da nação brasileira. Oxalá que todos o soubessem imitar tão energeticamente, que eu lhe asseguro que dentro em bem pouco tempo nos faríamos respeitáveis e temíveis a todos os nossos inimigos. Porém, Senhor Redator, sendo este benemérito brasileiro tão pensionado como vemos, pois que, além de representante da nação, tem de mais as repartições dos Negócios do Império e dos Estrangeiros, temo que infalivelmente algum dos negócios não sofra detrimento, pois que um só indivíduo não pode, por sua natureza, satisfazer cabalmente a tantos negócios, necessariamente sucumbirá a tanto peso. O zelo que tomo pela honra e engrandecimento de minha nação é quem me sugeriu estas ideias que, lhe rogo, haja de inserir no seu excelente periódico, fazendo-lhe aquelas observações que achar, serão para bem da nação, a quem devemos consagrar os nossos serviços.

O Fluminense.

Sr. Redator.

Ouçõ continuamente dizer que o governo não despacha diplomáticos para fora por não encontrar pessoas habilitadas para tais empregos. Era assim que eu ouvia também discorrer os chumbeiros, quando antes da nossa Independência queriam que não houvesse brasileiros para a defender e sustentar. No entanto, a Independência proclamou-se e brasileiros apareceram para todos os lugares onde eles eram necessários. Se há falta, Sr. Redator, não é de pessoas, é de vontade de procurá-las. A nação desgosta-se com a apatia e com a falta de confiança que se tem nos seus naturais, e não sabe o que ajuíze, quando a mais de ano se vê independente e às portas de uma guerra e não lhe consta que se haja enviado brasileiros para as Cortes estrangeiras. Alguma há, como em Washington, onde me dizem que só esperam pelos nossos enviados para nos reconhecer, e por que não há de ser assim, se a política dos Estados Unidos é a mesma que a nossa, se os princípios constitutivos são os mesmos? Que o ministério passado não descobrisse homens capazes para os empregos nas missões diplomáticas não espanta, apesar da sua propensão a procurar espões; mas não era dos desta casta que era mister. Ah! Sr. Redator, olhemos seriamente para a situação do país, que não é brincadeira. As pequenas repúblicas espanholas estão solenemente reconhecidas entre si e pela América inglesa. As suas bandeiras têm entrada livre nos portos da Inglaterra, o que muito bem equivale a um reconhecimento. O ministro da Colômbia era atendido e respeitado em Paris e Londres. Só o Império do Brasil, a despeito de sua grandeza e da justiça de sua causa, ainda não foi reconhecido por uma única nação, nem mesmo por Buenos Aires, que se pode comparar a uma das nossas províncias. Embora o *Diário do Governo* e o *Sylpho* nos metam à cara um artigo *Drapeau Blanc* em que se diz vagamente que os Estado Unidos reconheceram o Império

do Brasil. Tal notícia não ilude a homens sérios, e torna-se ridículo propagar notícias apócrifas. Ora, isto, Senhor Redator, não está bom! Os tímidos já vão afrouxando, com receios do rei de Portugal, que se diz aliado da França e da Santa Aliança. Parece, pois, de absoluta urgência que levantemos os olhos para o que vai pelo mundo e se trate de nomeações diplomáticas em que debalde já têm falado os periódicos. Dizem que há homens habilitados! É certo que não andam parados pelas esquinas Metternichs, Pitts e Castellesgts e Franklins. Mas lembre-se o governo do que eram esses estadistas antes de adquirir nomeada. Um deles era um simples livreiro, e outro, um debochado, preso por dívidas. Sem fazer injustiça a muitos outros brasileiros, não se pode lançar mão de um Borges de Barros, um Xavier de Araújo, um Moutinho, um Lage, um Hypólito, um May, um Biencharill, um Vilella, etc. Enfim, Senhor Redator, não se diga que faltam homens, diga-se antes que nem tudo é para todos, nem todos para tudo, e que para os bons entendedores, poucas palavras bastam.

O Entremetido.

A *Sentinella* é desorganizadora; a *Sentinella* é incendiária; a *Sentinella* é alarmante; a *Sentinella* é revolucionária; a *Sentinella* é, é, é; então que diabo é? Eu vou dizer. A *Sentinella* é o diabo mágico, que descobre os altarinhas de todo o mundo, e que desmancha todas as panelinhas, antes que sejam cozinhadas; a *Sentinella* é a que disse que se tinham mandado vir as Tropas do Madeira, para engrossar a força chumbal; a *Sentinella* foi trazida por isso ao Tribunal dos Jurados; a *Sentinella* defendeu-se e triunfou, e a *Sentinella* ainda não tinha às mãos a celeberrima portaria de S.Exa. o Sr. Ministro da Guerra português, que com tanto cuidado a tinha ocultado ao povo e à nação, e que nunca mandou inserir no *Diário do Governo*, deixando-lhe, assim, todo o espaço de trazer certas patriotíssimas correspondências a uso dos Marrocos.

Agora perguntará a *Sentinella*; tinha eu razão ou não de acordar-vos, ó brasileiros, quando via que todas as tramoias dos ministros e validos europeus eram dirigidas a vos recolonizar? A vos escravizar? Alerta! Alerta! Alerta! E alertíssima!

A *Sentinella* gritou contra a incapacidade do ministro da Justiça, disse-se logo que era desorganizadora, muito bem: aparecem agora todos os papéis do Norte, que são o termômetro (nos lugares onde a imprensa é verdadeiramente livre como deve ser, e não é entupida por mil singularíssimas eventualidades, ou os escritores achincalhados, ameaçados e trazidos ante os jurados, como o redator da *Sentinella da Praia Grande*) pelo qual se julgue verdadeiramente a opinião pública e sobre qual os negócios do Império se devem moldar, e todos esses escritos eram recheados da indignação, desconfiança e desorganização, que tem produzido em toda aquela metade do Brasil as portarias e ordens do Senhor Montenegro. Pergunta agora o redator da *Sentinella*, quem era, então, o desorganizador? Eu ou o Sr. ministro e todos os que são, pensam e fazem como ele?

A *Sentinella* tem acusado o frade Sampaio, apontando com fundamentos, que era perigoso à tranquilidade pública que se deixasse continuar a pregar, e como excomungado era coisa escandalosíssima: tem-se-lhe para o seu triunfo e glória dado a pregar muitos e muitos sermões, até na augusta presença de V.M.I.

Ah, imperial Senhor? Pelo amor de Deus, leia a *Sentinella*, e conceda-lhe ao menos tanta honra quanto àquela anônima carta! Veja, V.M.I., que é escrita em público e de uma forma que não pode ser suspeita, e que por todos pode ser refutada, analisada e combatida. Saiba que às escondidas de V.M.I., pelo ministro da Guerra, foi expedida à Bahia a portaria sobre a Tropa do Madeira, capaz esta só monstruosa peça de desorganizar um Império. Conheça que todos os outros seus semelhantes praticam outro tanto pela parte e repartição respectiva.

Saiba, enfim, senhor, que é outra vez atraído pela cáfila de validos e ministros europeus: tudo quanto a *Sentinella* julga oportuno e vantajoso ao bem do Império e imperante, já o disse no seu nº 7, onde mostrou quão útil tem sido ao Bernardotte na Suécia o fazer-se sueco e não guardar ao pé de si se não suecos, e não confiar o leme dos estados (os ministros e altos empregos) que aos suecos.

Assim é que se granjeou a benevolência e confiança de toda aquela nação, e assim será que se cessaram todos os remorsos e desconfianças, convertendo-se no mais doce amor e na sossegada união, se V.M.I. chegando a convencer-se deste grande princípio político se dignar a fazer outro tanto pelo bem e prosperidade do Império. Abaixo toda esta cáfila que não busca se comprometer a V.M.I. para com os seus brasileiros, cujo amor tanto eles mostraram a V.M.I. em todas as ocasiões, e não afrouxaram nem quando foram maltratados, porque conheceram qual era a causa de tantos males que sofriam. Procura, senhor, conservar o doce laço que os prende a V.M.I. Ó, do imperador! Alerta, que o inimigo está nas trincheiras. Chamem-nos, muito embora aos jurados, sem razão, que nós nunca deixaremos de gritar quando o conhecermos necessário.

Saiba, V.M.I., que se espalha pela cidade um boato que no faustíssimo dia dos anos e aclamação de V.M.I., alguns soldados da Guarda Imperial se propõem a promover o absolutismo: nós julgamos ser a do nosso muito indispensável dever, de levar este mesmo boato ao conhecimento de V.M.I., porque se for ele sem fundamento, nenhum mal resulta do nosso alerta, se, porém, tiver alguma realidade, V.M.I., animado pelos princípios que tem manifestado nas suas proclamações feitas a respeito do Rio Grande, nos há de muito agradecer por lhe descobrir o mal em tempo de o poder atalhar, e antes que produza as terríveis consequências e irreparáveis desgraças que de um semelhante ato de inconsideração viriam a resultar. Ó, do imperador! Alerta. Ó, brasileiros constitucionais liberais! Alerta. E nós, alerta estamos.

Ó, da *Sentinella de Pernambuco*. Alerta!

Continuar-se-á.

N. 22 MOSTRANDO A CÂMARA ÓTICA

SENTINELA

DA LIBERDADE

A BEIRA MAR DA PRAIA GRANDE

ALERTA ESTÁ

TERÇA-FEIRA, 14 DE OUTUBRO DE 1823

Aceitando os bons conselhos e as coisas boas de qualquer parte que seja que nos venham, ainda que fosse do diabo, vamos a lançar mão da câmara ótica para a qual fomos mandados, para ver se podíamos fazer a nossa fortuna. Chegai, aproximai, correi, apropinquai, avizinhai, vinde, ó brasileiros, pés de chumbo, liberais e corcundas, e até estrangeiros de todas as nações; ponde-vos cada um a um dos cinco buracos, e fitai o olho ao que for passando.

Adverti que o vidro verde é só para os brasileiros liberais: e dos brasileiros corcundas é o amarelo; o dos chumbeiros liberais é o azul; e o dos chumbeiros corcundas é o escuro; e o dos estrangeiros é o vidro branco, pois pela cor dos vidros, os objetos mudam-se de essência, de caráter e até de natureza, conforme os próprios desejos e respectivas inclinações.

Portanto, vos dizemos como o Grande Serra:

“Chi vuo! Veder la magica

Lanterna del Politici

Accosti le occhio, e mediti

Quello, che passerà.”

Lá vai pela primeira vista o Senhor D. João VI, rei absoluto e absolutíssimo de Portugal e Algarves, que sem ter nada mais que fazer com o Brasil, intitula-se, todavia, rei do Brasil, e que prometendo tudo quanto nunca mais poderá dar, convida tropas estrangeiras para o coadjuvarem a escravizar os povos que acreditam as suas promessas, ainda que o conheçam por perjuro, sem pejo, e que vejam que enlouquecendo medita expedições de tropas e munições para recolonizar e cativar o Brasil. Os do vidro verde e azul, com pequenas modificações entre si, clamam, pérfido! Ainda terás tanto atrevimento e tanta loucura? Os do vidro amarelo e negro dizem, assim é que deve obrar todo o bom rei e todo soberano que defende os legítimos direitos que Deus lhe deu (não importa onde, nem quando), continue assim, que Deus o há de

ajudar. E os do vidro branco, que têm alguma instrução e filosofia, aos olhos dos quais as coisas aparecem como são, se riem como doidos do que estão vendo e repetem entre si, forte tolo é a estas honras esse Sr. Rei D. João VI, com todos os mais seus chumbeiros satélites que alimentam as esperanças à força de semelhantes lisonjas.

Atenção, senhores. Lá vai pela segunda vista o tropel dos criados europeus do Sr. Rei absoluto de Portugal, D. João VI, que se dirigem em tropel ao Erário Nacional do Brasil, que está em guerra com Portugal, para cobrarem 3:190U761 réis, importância dos seus ordenados do mês de julho próximo passado.

É maroteira, dizem os do vidro verde; é obra de misericórdia e caridade, dizem os do vidro amarelo; faz sempre conta à nossa casa, que assim seja, dizem uns poucos do vidro azul; é dever, é justiça e direito, gritam clamorosamente os do vidro escuro; feliz quem é esperto e sabe viver à custa alheia quando acha tolos que façam a despesa, dizem os do vidro branco.

Abram bem os olhos, senhores. Lá vão por terceira vista dois burros carregados de fitas [?], que em lugar de ter a cruz no espinhaço, a trazem no peito: cada um dos quais é um Sacca¹¹, corifeu do partido corcunda e chumbal, e que estando sempre perto do trono, cometem impunemente quantas poucas vergonhas há, e abominados, execrados e praguejados pelo povo, se tornam cada dia mais desavergonhados e atrevidos, por proteção que lhes serve de égide, e, entretanto, não enxergam os precipícios que têm sob os pés. Seguem atrás deles os ministros portugueses da Guerra e Justiça, com as longas pastas inchadas de portarias que expedem às escondidas de S.M.I. e da nação, a favor do partido chumbeiro e dos seus apaniguados. Discorrendo entre si como hão de fazer excluir de todos os empregos públicos os brasileiros, para preencher esses lugares com os seus queridos e amados patrícios, tudo, porém, debaixo do aparente aspecto de filantrópicos sentimentos de paz, sossego, conciliação e boa amizade, da qual, ainda que pouco tempo, nós tivemos a fraqueza de nos persuadir. Seguem atrás destes, os dois grandes facultativos da arte hipocrática, carregando com as mãos, vidrinhos de cordiais antiespasmódicos para socorrerem aos que precedem nos seus esmorecimentos, que de vez em quando lhes causam os ásperos alertas da *Sentinella*, e as impertinências do *Tamoyo*: o maior em representação e menor em título, conta ao seu companheiro, como sugeriu o abandono de uma corja de cafres, caboclos e mulatos que não merecem os cuidados de quem defende, entregando-os à mísera sorte e fazendo vela para Portugal; ao que outro responde, bem fizeste, amigo, e assim deveria ser.

Segue ao rabo destes *sine quibus*, o grande campeão, que governou por horas as armas da Bahia, à par com o célebre recebedor de cartas anônimas, o qual lhe está contando o feio caso das pistolas, e queixa-se ainda de um resto da soltura alvina, que aquele susto lhe causou, ao que o bom do homem o

11 Sacca era um camarista e copeiro de Astiages, reis dos medos, e sem grande valido.

conforta dizendo; não menor foi a minha na ocasião em que dos Campos galopei para a Bahia, onde a ideia de dever aturar o cheiro da pólvora, de mim desconhecido, me causou um desconcerto de ventre que só se estagnou pelos tônicos das honras que nesta Corte recebi, a despeito dos gritos contrários da opinião pública e dos periodistas, que me puseram de rastos. Fecha enfim a grande procissão, uma resta de apaniguados e servis, entre os quais o marreco e o estrelado, erguem o pescoço de cegonha e de avestruz cacarejando heresias políticas de fedorento absolutismo, cada um à sua vontade. Fora marotos; fora cães; fora sevandijas; fora traidores; fora validos.

**De patifes, infames corja porca. E outros por
quem há muito espera a força.¹²**

Clamam os do vidro verde: devagar, é preciso exceções. Dizem os do vidro amarelo: apesar de que muitos sejam dos nossos, eles são perigosos, abaixo, abaixo! O mal que nos fazem não vale o bem que nos podem fazer, fora servis, dizem os do vidro azul.

Não, não, gritam os do vidro escuro, estes homens são precisos para sustentar a união e dignidade pública conjunto à mesma e esplendor do trono; são homens fieis e de bem, que devem ser respeitados. E dito isso, logo em voz baixa acrescentam: faz-nos contra tomar parte e defesa desta gente, para que eles se interessem por nós e promovam a influência europeia no Brasil, para que quando esta tiver raízes firmes, execute o golpe mestre; nos favorecendo o absolutismo, destruímos a força patriótica brasileira, e feito isto, estamos em Porto, porque então a união e recolonização está concluída, ó indignidade! Ó vergonha! Dizem os do vidro branco que os negócios do grande Brasil estejam nas mãos de semelhante corja de malvados e ignorantes, que trabalham como Sísifo no inferno para empurrar ao alto de uma pedra, que a sua natural gravidade impele a rolar para baixo e esmagá-lo!!!

Depois desta belíssima vista, senhores, segue-se a quarta, em que, sozinho em Campos apareceu o magricela e harpia fedorenta *filo-ordinis*, por outro nome Tresgemino, cosmopolita autor do Brasil, visto por cima, e construtor de balões aerostáticos em forma de vila latina e cheios de gás oxigênio, fazedor de gaiolas e navegador aéreo com leques da China por leme, o qual de volta de sua viagem com a senhora com a qual, como ele diz, passava a noite abrindo a válvula e largando a fateixa, escreveu um sem número de atrabiliárias correspondências no *Diário do Governo*, que lhe valeram um papelônico despacho, que nunca se verificou e jamais se verificará.

Os do vidro verde exclamam, então, este servil, esta palmélica espiã, este revolucionário fedorento do absolutismo, que tem emprestado o Brasil com máximas ímpias e infames, e que agora que o conde de Palmela descobertamente

¹² Versos do caçador atirando a arara pernambucana.

é piloto dos negócios de Portugal despótico, este seu parasita há de, por força, ser o veículo pelo qual há de fazer penetrar no Brasil a peste do seu combinado infernal sistema da recolonização e da degradação da espécie humana. Fora este cachorro! Fora este cupim! Que nos está roendo os ossos, e que é nosso maior e mais perigoso inimigo. Os do vidro amarelo e os do vidro azul, combatidos por opostos sentimentos, e cada um desejando e receando uns às avessas dos outros, ficam mudos. Os do vidro escuro dizem entre si, este com as suas relações de Portugal é um grande apoio para nós, mas se o diabo o fizer, que o deitem fora, é uma desgraça demais além de tantas que se amontoam sobre nós.

Os do vidro branco, indiferentes a um réptil, rindo-se, dizem: forte asno este senhor aerostático com a sua vila latina, com o seu gás oxigênio, com o seu leque da China, e com os seus descansos noturnos junto à senhora depois de ter aberto a válvula, e largado a fateixa. Grande e grandíssimo burro!

Senhores, lá vai pela quinta vez certo fuão comandante da Praia Vermelha português, o qual, na Botica de... Rua Direita, e na presença de SS... gaba-se de vingar-se dos brasileiros, mandando castigar e açoitar pela mais pequena coisa os seus soldados brasileiros, estragando-os o mais que pode, pelo que muitos desertam. Os do vidro verde exclamam: e até quando deveremos aturar semelhantes desaforos e tamanho descaramento!!! Os do amarelo não gostam de semelhante vista, contudo, porém, não falam, por ser um senhor comandante, que é quem manda tocar; os do vidro azul não falam, gostam, porém, de ver açoitar brasileiros porque não acham liberal aquele ato despótico. Os do vidro escuro, exultam e estão prontos a se oferecer para verdugos, se acaso destes não houvesse tanta cópia; e os do vidro branco não se admiram, porque acham que tudo marcha coerente até aqui com as outras vistas desta câmara ótica.

Muita atenção, senhores: Lá vai, pela sexta vista, dois apóstolos cortesãos, os quais, vendo que o plano apostolar tinha-se malogrado, conceberam o projeto de se fazerem pedreiros livres, e portanto, consagraram sete pedreiros livres, que o nunca o foram, porque nunca pertenceram a loja alguma regular reconhecida, e porque não têm diplomas legítimos; lá passam agora, senhores, na forma do estilo que se pratica quando se procede à cerimônia das tais recepções.

Dizem os do vidro verde, eis aqui como se prostituem as coisas mais respeitáveis, e como admitindo semelhante laia de sujeitos da instituição, a mais sagrada tem-se feito um conventículo de vícios das paixões, da ambição, da intriga e do orgulho. Os do vidro amarelo, ainda que sejam eles dos seus, reprovam a causa *in genere*, porque dela não gostam: os do vidro azul indignam-se, porque conhecem que assim foi que se deitou a perder a maçonaria. Os do vidro escuro fremem de ver que no Brasil se não pratiquem ainda as perseguições do Santo Ofício, ou ao menos equivalentes, que se vão a pôr em prática em Portugal contra os pedreiros livres. E os do vidro branco dizem, grandes tolos sois todos quantos cuidais que semelhantes molecagens (visto o presente estado das coisas) sejam de alguma importância: esta é uma mola que perdeu a sua força, e que não é mais do que uma irmandade sem balandirão nem capuz.

Senhores, pela sétima vista passa o redator da *Sentinella da Liberdade da Praia Grande*, trazida perante o Tribunal dos Jurados: reparem, senhores, como este surdo, caquético, perseguido por um inexorável promotor de justiça que quer à força que seja enforcado pelo menos, ainda que de crime não tenha nem a mais pequena aparência, intrépido defende a sua causa e mostra que a inocência e consciência ilibada fazem o homem impávido, por mais tímido que seja, assim como eloquente o mais acanhado. Os muitos do vidro verde que aí estão, o animam, aplaudem as verdades que tão corajosamente ele profere, e certos do seu triunfo, já lhe dão parabéns e congratulam-se com ele, não obstante a sentença estar pendente ainda. Os do vidro amarelo dizem, se este demônio do liberal quisesse ajeitar-se alguma migalhinha com as nossas ideias, defendendo tão denodadamente a causa brasílica, nos poderia ser bem vantajoso, e por isso não lhe podemos desejar mal. Os do vidro azul, combatidos pela simpatia do liberalismo, estão quase dispostos a desejar que se safe, mas deixando-se sucumbir pela força e peso do chumbo, sufocam o primeiro humano sentimento, e regozijam-se com errada esperança da sua condenação. Os do vidro escuro, entre os quais o tal P... da Rua do Ouvidor, que aperta a mão do integérrimo jurado J. P., dizendo-lhe “pelo menos aos ferros é” aquele mesmo, que agora lhe manda apedrejar de noite por um mulato as janelas da sua casa, fervendo de raiva e espumando negro como caldeiras de alcatrão, gaguejavam com voz baixa, com medo de serem ouvidos dos do vidro verde: cachorro, patife, descarado estrangeiro! Esta vez não escaparás à nossa vingança: tu, que abres os olhos aos brasileiros para que nos conheçam pelo que somos e nos aborreçam como merecemos, enquanto dure a nossa influência, te mandaremos aos infernos. Os do vidro branco, entre os quais se acham os oficiais de uma fragata inglesa, se comprazem em ver o seu desembaraço e agradecem aos brasileiros por ser o acusado como eles do vidro branco, também estrangeiro, mostrando-lhe a parcialidade, empenho e amor que tinham.

Atenção, senhores, à esta oitava, pois as vistas de cada vez vão sendo mais interessantes. Lá vão em tropel, com orelhas descaídas, como burros molhados, os desembargadores e homens do foro, aqueles com suas becas esfarrapadas e varas quebradas, feitos todos inúteis pela criação e estabelecimento dos jurados, tanto em matéria civil, como criminal, e estão inconsoláveis por se lhes ter esgotado a fonte das ladroeiras, das trapaças e dos assassinos. Caíram com júbilo os do vidro verde: abençoada seja a santa e liberal Constituição, que nos livra das garras destas sedentas harpias, que só pela estada de poucos de anos a limpar a poeira dos bancos de Coimbra têm adquirido o direito de exaurir impunemente o sangue das nossas veias. Os do vidro amarelo, pelo rancor de verem cair o seu edifício, ficam mais amarelos do que o mesmo vidro. Os do azul, se não vissem ir abaixo tantos seus caros patrícios, estariam satisfeitos; aos do vidro escuro, escurecesse a vista e se lhes arrepiam os

cabelos quando exclamam: tudo está perdido, estamos em tempo de anarquia: os do vidro branco entoam o *Te-Deum Laudamus*.

Olhos abertos, senhores, lá vai pela nona vista um rebanho de carneiros recém-nascidos, aos quais, bem que por ora cordeiros, não tardará muito que não cresçam pontas retorcidas. Os do vidro verde dizem, é muita carneirada, mas é brasileira; os do vidro amarelo mastigam um pouco, pois queriam animais de nobre hierarquia [?], ou o menos que se lhes passasse por casa a fortuna daqueles. Os do vidro azul clamam e dizem, eis aí não se querem uns para se substituírem os outros, sopra a estes agora o vento a popa, daqui a dias a popa de quem será? Os do vidro escuro dizem, houvesse quem pudesse trocar os indivíduos e encaixar em seu lugar outros tantos dos nossos, neste caso, a coisa seria excelente: e os de vidro branco dizem *Vanitas vanitatum et omnia vanitas*: fumaça das fumaças é tudo fumaça.

Esfreguem bem os olhos, senhores, para enxergar o que traz a décima vista, muito nevoada pelos turbilhões que escureceram o horizonte. Lá pela parte oriental, aparece o íris da paz, e um repentino tufão espalha as negras nuvens que obumbram o Sol. Fica o campo todo alastrado de arvoredos exóticos, que tendo mal firmes as raízes, não poderão resistir à violência da rajada, enquanto os coqueiros, como bem arraigados, ficam imóveis nos seus terrenos e abrem triunfantes as suas palmas, emblema de vitória. Esmagados debaixo das árvores derrubadas, como o gado de Nabucodonosor, ficam inumeráveis pés de chumbo e corcundas danados, e os honrados brasileiros, livres senhores dos seus terrenos, já ocupam os lugares que lhes competem: um regozijo apareceu manifesto em todos os semblantes e todos com mãos erguidas abençoam ao tonante por ter finalmente ouvido as suas preces e satisfeito os seus votos. O amor paternal, a união, o patriotismo, levantam o estandarte de Independência, e o sossego e a tranquilidade, vigiando em sua defesa, mostram ao monarca quão grande e firme é o amor dos povos para quem, consultando o interesse e desejos deles obra como deve, desempenhando o alto título de perpétuo defensor imperador constitucional liberal do Brasil. Os do vidro verde gritam: tragam os céus esse dia venturoso, e seja já, sem o que jamais poderemos ser felizes. Os do vidro amarelo dizem: é bom que assim seja, porque nos ficará mais onde pechinchar, e pouco a pouco, depois levaremos as coisas aos nossos fins. Os do vidro azul dizem consigo: quem nos dera que pudéssemos ter nascido no Brasil sem termos a mácula do pecado original, para podermos participar de tamanha ventura, mas como isto não pode ser, não nos faz conta; os do vidro escuro benzem-se de espantados e gritam *amada morte libera nos domine*; e os do vidro branco dizem friamente:

*"Implenta sunt quae concinit
De pradt fideli Carmine!"*

Ó, da Sentinella da Liberdade de Pernambuco, alerta!

SENTINELLA

DA LIBERDADE

A BEIRA MAR DA PRAIA GRANDE

ALERTA ESTÁ

QUINTA-FEIRA, 16 DE OUTUBRO DE 1823



Extrato da *Sentinella de Pernambuco* nº 48

Não podemos deixar de tocar em algumas opiniões dos corcundas, que apesar de serem um punhado de sevandijas que se podem esmagar com os pés, todavia merecem atenção, para ilustrar o povo menos instruído. Dizem eles que o imperador pode dissolver o Congresso quando quizer de direito, porque ele foi que o fez convocar; e que, quem pode fazer também pode desfazer de fato, porque tem soldados para com eles obrar e sustentar-se despótico. Este discurso é, certamente, errôneo e filho da manobra dos malvados aristocratas, que desejam o governo absoluto. Primeiramente, foi um erro mandar o imperador, quando príncipe, convocar as Cortes por decreto. Mas, enfim, como as coisas pareciam marchar para o nosso alvo, para evitar delongas e aproveitar o tempo, aprovam-se tudo; especialmente porque com isso se não perdiam os nossos direitos; além disso, mandar convocar as Cortes não é prova de adquirir poder sobre elas; aquele decreto não foi mandato de Senhor, porque ele não era nada para as províncias, que estavam independentes do Rio de Janeiro: o que ele fez foi um convite, ou convocação amigável, para as províncias se separarem de Portugal e se unirem como nação brasileira, de que o Rio de Janeiro havia de ser o centro. Era, pois, necessário fazer a proposição, e isto não se deve chamar um ato que lhe deu domínio sobre o Congresso soberano, que representa a nação brasileira. Quando o príncipe (ora imperador) convocou as Cortes, por este mesmo ato confessou que era sujeito a elas; que elas eram as que unicamente podiam tudo; e por isso ele, daí em diante, nada faz senão provisório: porque era preciso que os povos regulassem por alguma legislação; mas isso não lhe constitui direito; e nem ele tem direito algum no Brasil: como nós, em lugar competente mostraremos, pois a Casa de Bragança não tem no Brasil nem direito de primeiro ocupante: nem direito de herança

ou doação; nem direito de compra; e nem direito de conquista, etc., enfim, o imperador convocou as Cortes porque era necessário convocar: e as razões porque se convocaram ainda existem; e por isso ele não pôde dissolvê-las. O motivo para que se ajuntaram, foi para fazer-se leis constituintes e fundamentais, e todas as leis da nossa monarquia imperial liberal, às quais leis o imperador está sujeito: e como estas não estão feitas, segue-se que o imperador nada tem com o Congresso, até se concluir a Constituição, que é quem lhe deve assinar as atribuições de chefe do Poder Executivo; e além disso, nunca o imperador pode ter, e nem o soberano Congresso deve dar-lhe, poder de demorar, de convocar, e menos de dissolver o Congresso em tempo algum; essa faculdade ou atribuição deve pertencer à Comissão das Cortes Permanentes: porque de outra maneira pode o imperador apossar-se do Congresso, e não o chamar, ou mesmo aniquilá-lo; em uma palavra, o imperador não tem mais nada com o soberano Congresso senão obedecer-lhe como qualquer cidadão, segundo a decisão dos poderes e daqueles que lhe derem. Isto basta por agora; e vamos à segunda parte da proposição, que é sobre o poder de fato.

É preciso advertir que o direito não se perde quando há força que se lhe oponha ou o suspenda: por isso, a existência de um direito sempre supõe força, ao menos moral ou de opinião, que o sustém. Eu não duvido que o imperador tenha força para de fato atacar o direito e suspendê-lo; eu estou persuadido que de fato ele pode dissolver o Congresso soberano com os alucinados batalhões, como já foi dissolvido o Consistório Eleitoral em 1821; mas também estou certo que se tal acontecesse, as províncias podiam e podem sem dúvida alguma, e devem, desunir-se logo e buscar todos os meios de rebaterem o despotismo. De sorte que neste caso da hipótese, o imperador é um usurpador, um tirano, que obra um arbítrio malvado, anárquico e desorganizador, viola todos os direitos e toda a justiça; e o povo e as províncias fazem o que devem, cumprem a sua obrigação; pois sustentam seus direitos inalienáveis e imprescritíveis, defendem sua liberdade e os interesses da pátria; para os que sempre têm direitos salvos; e uma vez que os podem sustentar com força, devem fazê-lo, e nem se espera outra coisa: e como é opinião demonstrada que a força é a última razão dos estados, parece-me que as províncias devem rebater força com força, firmadas neste princípio de direito – o que de fato se faz, de fato se desfaz – portanto, não se mostrem os corcundas chibantes, porque os liberais ainda são mais chibantes: e quem defende a liberdade, defende a religião, porque a liberdade vem de Deus, e constistui a essência que Deus nos deu para sermos homens sociais: por isso, a nossa liberdade e vida devem ser defendidas e sustentadas com o mesmo entusiasmo com que defendemos a Deus e à religião; isto basta, vamos ao mais...

Belas novidades

Chegaram do Porto no Brigue Realista (não perca pelo nome) dois homens facinorosos, degradados para a Índia, um por dez anos, e outro por toda a vida; e a nossa Relação pretende (valha a verdade) mandá-los para o Rio Grande do Sul. Que desgraça é a nossa, meu Deus! Como é possível que a Relação queira expor-se ao perigo de ficar desacreditada só para lisonjear o ministro da Justiça do Rio de Janeiro? Como é possível que ela se queira fazer suspeita no Brasil de condescender e dar obediência às ordens de Portugal? Como é possível que se pusesse o cumpra-se em tais ordens do Porto? Tudo isto parece impossível, mas é fato, segundo a fama pública: é aqui da nação brasileira que vejo atacada a nossa Independência e segurança. À vista disso, parece-me que os nossos tribunais estão doidos: e que nós e a nossa liberdade estamos em perigo. E por ventura, queremos nós povoar as nossas terras com degradados? Nem nós queremos isso; nem de Portugal se recebe mais gente para cá, senão nas pontas das baionetas: ou debaixo do fogo. Ó, do povo, alerta!

Os portugueses são inimigos, à exceção dos que já são nossos há muito tempo, como tenho explicado em várias *Sentinellas*: todos os mais cá não entram, e se acaso vierem, sejam mandados embora pelos ministros do Rio de Janeiro: ou por Decretos Obreptícios, o recebimento é com as armas, porque são inimigos: mas eu creio que em Pernambuco não há nada a temer, porque o povo está vigilante e não é besta como o da Bahia, para consentir que venham marinheiros amontoar-se com diversos pretextos, a fim de assenhorearem do país e depois acabarem tudo a bofetões, forcas e bacalhaus, e nem o nosso governo provisório sairá deste plano para não ser censurado de querer fazer perfidamente a sua província escrava do Rio com os caprichos dos ministros, assim como o governo da Bahia, em 1821, entregou aquela rica cidade aos furores do Madeira: eu estou persuadido que o governo de Pernambuco nunca há de admitir o sujo sistema de atraçoar a pátria, como já vimos nos baianos safados bandalhos no sobredito ano: viva o patriotismo dos pernambucanos, viva o governo provisório, se pensar e obrar por este modo: e viva todos os governos que tiverem estes sentimentos patrióticos: fora, pés de chumbo, fora, marotos! Fora, marinheiros. Ó, do povo, alerta! Ó, das províncias, alerta!

É sumamente necessário advertir neste lugar que os portugueses estão agora muito velhacos e refinaram o manejo das traições, e eu desconfio muito dos ministros europeus do Rio, porque vejo que têm empenho em nos metem marinheiros e marotos desarmados nas províncias do Ceará para o Sul. Enquanto o rei D. João VI de Portugal manda armas para as províncias do Norte, Maranhão e Pará, Deus queira que não haja combinação entre os ministros de Lisboa e Rio de Janeiro, os fatos parecem que devem fazer desconfiar, porque quando o ministro do Rio recomenda que se deixem entrar os inimigos (oh! Que perfídia), aprisionamos um navio vindo de Lisboa para o

Maranhão, de nome *Diana*, o qual conduzia 4 mil armas e um parque de artilharia com seus reparos, isto é, carretas, etc. E tudo se acha no nosso porto, aprisionado pela corveta *Maria da Glória*, além disto, o Madeira havia mandado em uma sumaca os canhões e armamento dos milicianos da Bahia para o Maranhão, o que foi igualmente aprisionado pela sobredita corveta. Combine o público todas estas coisas e veja que resultados tira, porque eu estou tão prevenido contra tudo que não vejo senão maldades e traições, a fim de barulhar os nossos negócios políticos e puxar-nos para o estado despótico e colonial. Ó, das províncias, alerta!!!

Extrato de um artigo da *Sentinella de Pernambuco* nº 60

À vista, pois, do que fica exposto, Pernambuco fermenta, especialmente depois que se soube com certeza que o Almeida tinha um clube chamado Apostolado, pelo qual formava uniões secretas para sopear a pátria dos heróis pernambucanos: já os povos e cidadãos de todas as classes entram em agitação; já se acertam medidas para ver deposto, preso e remetido para o Rio de Janeiro. Enfim, no dia 15 do corrente setembro, pelas 10 horas da manhã, saíram duas pequenas patrulhas e passaram a ponte da Boa Vista, enquanto o capitão da guerrilha ou guarda cívica deste lugar, com o seu tenente e alferes, e mais o tenente Venceslao, de cavalaria, com quatro soldados da guerrilha nº 1 sobem à casa do governador das armas e o prendem, e o conduzem para a Fortaleza do Brum, onde se acha para embarcar: o plano foi bem ideado e melhor executado porque tudo se manejou com o mais admirável segredo (vivam os pernambucanos), ao passo que se marchou para a casa do Almeida como por um efeito de harmonia prestabilita, todas as saídas da cidade e mesmo o rio da parte posterior da casa do Almeida foram cercados pelas guardas cívicas, compostas de mais de 400 cidadãos honrados (vivam as guardas cívicas ou guerrilhas), e aquele bairro ficou como debaixo de uma rede: os batalhões de linha persistiram em seus quartéis, desmentindo o mundo a respeito das faltas de subordinação e ensinando todas as tropas a obedecer com critério: ganhou glória e fama pela sua firmeza de caráter e patriotismo Pernambuco, certamente é hoje o modelo da subordinação, da ordem e do verdadeiro espírito militar (vivam as tropas de linha pernambucanas.) Enfim, tudo se acabou e se fez no maior sossego; não houve rebate, nem chamada de tropas; não apareceram movimentos militares, pois até a cavalaria, artilharia e as milícias seguiram os mesmos passos dos batalhões. Em uma palavra, tudo se operou como se fosse um baile, e não se sentiu, a bem dizer, tal movimento em uma capital de 40 mil habitantes: os negócios e povos prosseguiram como antes, e Pernambuco não fez mais do que se congratular pela segurança pública que acabava de recobrar: sim, Almeida ameaçava a todos. Ele, qual outro Catilina

no Senado, marcava com os olhos as que devia prender, matar, degradar; ele aspirava ser Senhor de Pernambuco: por isso, podemos exclaimar: parabéns, pernambucanos, a pátria está salva e tranquila, acrescentando com Cícero, o malvado, Almeida foi preso e lançado fora: *abiit, excecit, evazir, erupir*.

Ora, é preciso advertir que o que tem de melhor todo este sucesso, que o povo foi quem obrou, por meio do Senado, da Câmara, lavrando-se um termo sobre este negócio, no qual se mostrou que tudo se praticava sem tumulto e sempre com os olhos nas leis e na boa ordem. É, pois, de esperar que o Rio de Janeiro se cure da sua mania, e que nunca mais se lembre de mandar governadores das armas, que são desnecessários, e mesmo inadmissíveis, por muitas razões, como tenho feito ver em muitas *Sentinellas*; e especialmente porque as províncias não querem; basta o que temos padecido por mais de 300 anos; o que dizemos é verdade incontestável, como provam as desordens recentes da Bahia, da Paraíba e de outras províncias, do que falaremos em outras ocasiões, assim como da deposição do presidente e secretário da Junta do Governo Civil, operada juntamente com a prisão do governador das armas.

**Termo de convocação desta Câmara pela tropa e povo
desta capital, para o que abaixo se declara**

Aos quinze dias do mês de setembro de 1823, nesta vila de Recife e Passos do Conselho dela, onde foram convocados o doutor juiz de fora, presidente da Câmara, abaixo assinado pela tropa e povo desta praça, aí perante o mesmo Senado se apresentou uma deputação composta de oficiais de cada um dos corpos da primeira linha e um da brigada da artilharia de milícias: a saber, pelo 1º batalhão de caçadores, o capitão José Joaquim da Silva Santiago; por parte do 2º batalhão de caçadores, o capitão Joze Francisco Vaz de Pinho Carapeba; pelo esquadrão de cavalaria, o ajudante João Ignacio Ribeiro, e pela brigada da artilharia miliciana, o 1º tenente Antonio José Bandeira de Mello. Os quais se disseram que achando-se esta província na crise do maior perigo, em consequência da exaltação dos espíritos estimulados por vários procedimentos arbitrários praticados pelo presidente e secretário do Governo Civil, bem como pelo governador das armas, Joaquim Jozé de Almeida, contra o qual se tinha declarado a opinião pública, havendo suspeitas de que ele tencionava aclamar imperador absoluto o Sr. D. Pedro I, no dia 12 de outubro próximo, parecendo obrar de acordo com os governadores das armas das outras províncias, por cujo motivo já na Paraíba tinha manifestado a guerra civil, presumindo-se que os ditos governadores pretendem arrogar-se a autoridade dos governos provinciais, desta sorte representavam e requeriam que havendo eles já prendido o referido governador das armas, não só pelos motivos expostos, mas também por ele haver ameaçado com fuzilamentos e forças, dizendo que tinha

carta branca para o fazer, requeriam que se depusessem o dito presidente, o secretário do governo civil, pois que era esta a vontade do povo, lembrando este Senado, que era necessário que se compromettessem em uma pessoa do povo, para que por ele representasse, e unicamente votaram e escolheram a João Francisco Bastos, com o qual, e mais deputados presentes e mais pessoas abaixo assinados, tomando consulta sobre o modo de se suprir a falta dos membros que haviam depor, assentaram que se não nomeassem outros, mas antes continuassem os mesmos que estavam a exercer as funções do mesmo governo, servindo de presidente o que tiver maior número de votos na eleição respectiva e de secretário o que tiver alcançado a menoridade, ao mesmo tempo reclamavam que o dito governo procedesse com energia em tudo o que respeita à segurança e armamento da província, atendendo às calamitosas circunstâncias dela no estado de guerra em que nos achamos. Resolveram mais pelo que respeita ao governo das armas, que este ficasse unido ao civil, da mesma sorte que estava antes do atual governador, cuja autoridade com semelhante denominação requeriam não fosse mais aqui introduzida, pela indisposição que contra ela existe, receando todos que venha a degenerar nos antigos governos despóticos dos governadores gerais, e a este respeito replicou o Sr. Capitão José Joaquim da Silva Santiago, por parte do 1º batalhão de caçadores, que se não achava autorizado para subscrever a este artigo, por isso ser da competência da Exma. Junta Provisória para com sua majestade imperial constitucional.

Assentaram unanimemente que se fizesse presente por meio da mesma deputação ao governo todas as deliberações tomadas nesta ata, a fim de que ele o faça participar aos membros depostos, intimando-lhes que se acham atualmente demitidos de seus empregos, procedendo em tudo o mais na forma que aqui vai declarado, do que para constar mandaram fazer este termo em que assinaram todos e eu, Jozé Maria de Albuquerque Mello, escrivão da Câmara, o escrevi.

Seguem-se 116 assinaturas até o dia 18.

Carta

Ilmo. Senhor Cipriano Jozé Baouta de Almeida

Saudá-lo em nome do Brasil inteiro é fim dos primeiros objetos sobre que tocaremos. Lançando-nos reflexa e atentamente as vistas sobre as folhas de V.S., cujo patriotismo basta, para de triunfo encher o nome de baiano, e de imortalidade o dos brasileiros, que nos é o mais honroso; sabemos moralmente que, sob as abóbedas da guarita de Pernambuco, existe o Campeão da Liberdade, que cobrindo as raias da nação brasílica com esclarecimentos

raros, conselhos sábios e doutrinas fundadas sobre as leis da igualdade do homem, veio enviado como o anjo benfazejo, para das trovas da ignorância tirar a maior parte de homens que, aliás, desejam tomar a carreira da glória de sua pátria: que veio para salvar as vítimas que o porvir ameaçava cair nas garras do execrado despotismo: que veio para extirpar, enfim, as vãs bravacas dos monstros da iniquidade.

A pátria exulta de júbilo, a nação floresce, e conhecendo os povos seus imprescritíveis e inalienáveis direitos, até aos outros elevam a filantropia de V.S.: sobre as páginas da história será gravada a imortalidade do heroísmo de V.S., e atividade do seu engenho iluminará a marcha dos séculos vindouros.

Nós sabemos agradecer aos sacrifícios de bom grado por V.S. feitos em manutenção do edifício constitucional, em cruas aras queimamos incenso e suplicamos à Providência para que concilie os ânimos dos brasileiros, faça reinar entre nós harmonia, paz e união, e livre a V.S. dos punhais dos aristocratas, que com o arado da injustiça querem lavrar a pátria dos heróis. Ah! Senhor Barata, alerta!!! Como por direito entramos na partilha da glória do Brasil, rogamos a V.S. que haja de mandar inserir esta em uma de suas folhas, para fazer ver ao público o entusiasmo de que se acham revestidos nossos sentimentos. Deus guarde a V.S. por felizes e dilatados anos, como lhe rogamos nós, que com o mais profundo respeito confessamos ser.

De V.S. Patrícias afetuosas e obrigadas criadas.

Rio de Santa Rosa, 6 de setembro de 1823.

Seguem-se 21 assinaturas.


Reflexões

Esta carta dirigida pelo entusiasmo patriótico serve para mais uma prova da unidade de sentimentos da província da Paraíba: onde as ilustres donas estão possuídas da mesma nobreza de sentimentos e valor de seus esposos, pais, irmãos e parentes: honra e louvores mil pertencem a todas as senhoras paraibanas: vivam as imortais espartanas valorosas da Paraíba: vivam, vivam.

SENTINELLA
DA LIBERDADE
A BEIRA MAR DA PRAIA GRANDE

ALERTA ESTÁ

SÁBADO, 18 DE OUTUBRO DE 1823

Estando nós doentes, com cáustico no peito e sangria no braço, não podemos suportar por alguns dias trabalhos de redação, é por isso que, para não desanimarmos aos nossos benéficos assinantes e amigos leitores, recorreremos ao meio-termo de fazermos o plagiário. Porém, para ser meros nojentos como tais, procuramos escolher pedaços dos *Papéis Pernambucanos*, porque de lá é que resplandece a aurora boreal e patrióticos liberais, como porque são os mais homogêneos com o gosto dos nossos caros brasileiros.

Continuação do extrato da *Sentinella de Pernambuco* nº 48

Bahia

Temos em nossas mãos uma lista dos membros malvados daquela cidade; daqueles que combateram com as armas ou deram dinheiro para outros combaterem em seu lugar, daqueles que deram conselho, ajuda e favor; aplaudiram nossas desgraças, meteram as mãos no nosso sangue, etc., e, contudo, ainda aqueles malvados inimigos ainda reconciliados, isto é, que conservam o ódio como o fogo debaixo da cinza, estão passando alegremente naquela cidade por mercê do senhor coronel José Joaquim de Lima, que serve de comandante geral das tropas; ora, bravo; boa terra é a Bahia; ela é a casa do tolo, de quem se canta esta toada. Vamos folgar na casa do tolo? Vamos – Vamos comer na casa do tolo? Vamos – Vamos beber na casa do tolo? Vamos – Vamos m... na casa do tolo? Vamos – Vamos c... na casa do tolo? Vamos – Ora, viva o tolo; tolo! Viva o tolo! Eis aqui o que se pode dizer da Bahia: ela é pátria de marotos, pois até o senhor coronel Lima vexa, persegue e espanca os nacionais para favorecer os marotos, que desgraça de baianos; ontem vexados pelo Madeira, hoje pelo Lima, bravo! Meu Deus! Por que senão os baianos são estúpidos? Tão sofrendores ou, para melhor dizer, tão escravos! Ô, baianos dos diabos, peguem nas

armas; fora Lima, fora marotos, fora tudo quanto é tirania; lembrem-se do que lhes aconteceu por pacientes do ano de 1821 e 1822; a obediência tem seus limites; fora obediência cega.

Ó da *Sentinella da Praia Grande*. Alerta!

Extrato da *Gazeta Pernambucana* nº 46

Certo que me veio do Rio de Janeiro a mim mesmo e da qual eu cortei muitos pedaços que me pareceram duros para serem impressos.

Ilmo. Sr. Barata.

Rogo-lhe, repare em tudo, olhe para a portaria de Monte Negro, que vai para Pernambuco e outras províncias? E também para o título da proclamação do imperado; até agora tínhamos pátria, e hoje não a temos, e tudo para nos nivelarem com os portugueses e, se for possível, nos porem abaixo deles; V.S. não faz ideia da intriga que eles aqui nos tecem, e só para o seu engrandecimento e nossa decadência e o mais é, que vão brilhando e com vento em popa; e se isto é assim agora na ocasião em que nos batemos com eles, que será depois?... Creia, Senhor Barata, que os Gordilhos, Berquós e outros pés de chumbo que rodeiam o imperador são os que botam tudo a perder e nos hão de arruinar: o imperador é muito novo, sem experiência no mundo e criado com eles para assim dizer; e como estes são pés de chumbo e, por consequência, nossos inimigos, juntos com outros que habitam este país, fazem-nos uma guerra terrível e nos querem suplantar. Se lhe parecer, para bem da nossa causa, como patrício honrado, insira esta carta que justo lhe remeteu na sua *Sentinella*, pois, tendo sido aqui remetida em nome suposto aos redatores do *Diário do Governo*, como é a favor dos brasileiros e eles são pés de chumbo, não a puseram: não temos outro periódico em que possamos inserir nada a nosso favor e contra os pés de chumbo.

Agora, com a saída da tropa portuguesa da Bahia, mostraram-se todas tristes, porque ainda tinham esperanças nelas para alguma traição contra nós, e ainda não podem crer em tal; e assoalham que elas vão ou para Montevidéu juntar-se a D. Álvaro, ou para Pará e Maranhão; e elas, depois de terem destruído a Bahia, deixando somente edifícios; por não os poderem carregar é que por isso a quiseram incendiar, talvez vão para outra cidade para saquear e roubar, e querem os patrícios e amigos desta infame raça, destes vândalos, serem iguais aos brasileiros, para poderem ocupar empregos... agora quiseram meter dois em lugar dos déspotas... demitidos; e só os brasileiros espirituosos não gritassem...

Senhor *Sentinella*, grite de lá, por que razão, sendo os portugueses estrangeiros com quem estamos em guerra, hão de ainda estes ser ministros de Estado? Então chamem os franceses, ingleses e outros, e com mais razão, pois

com estes vivemos em harmonia, quando com aqueles estamos em guerra aberta e provocada por eles, os quais nos têm destruído.

Sou de vossa senhoria.
Um brasileiro muito amigo de sua pátria, etc.

Observações à carta

A primeira recomendação que me faz o autor da carta é que olhe para aquela portaria do ministro da Justiça de 16 de julho de 1823, na que ele afirma que o lugar do nascimento não influi nada, para a consideração dos nossos inimigos portugueses, o que vale tanto como se nos dissesse que nós não temos pátria.

Já falamos em uma *Sentinella* sobre este objeto; agora basta dizer que esta portaria insultou a todos os brasileiros, que devem ter grande cuidado em ministros do gabinete do Rio, e daqui se conclui a necessidade em que estão os governos civis das províncias de não cumprir ordens, portarias e decretos, senão quando concordarem com os nossos interesses; porque pode succeder que venham alguns sub-repticiamente contra o bem da pátria; e por isso, desde já, convém estar acautelado, porque o ministro Monte Negro quer encher o Brasil de marotos, de onde só nos pode vir mal, os portugueses são inimigos, e como tais devem ser tratados em todo o sentido.

Quanto à segunda parte da recomendação que me fez o autor da carta a respeito da proclamação do nosso imperador, respondo que o mundo todo está persuadido que aquelas palavras – o seu reino ou o seu império – não significam posse senhorial do Brasil: elas são palavras usuais, que exprimem o exercício de certas funções de um emprego; quando o imperador diz – o meu império – vale o mesmo que dizer o administrador de um engenho – o meu engenho – nós, todos os dias, chamamos minha casa aquela que temos alugado; e apesar de a chamarmos – minha casa – nem por isso o dono ou proprietário da casa, quando precisa ou quer, deixa de pôr os quartos na rua ao inquilino. Todo mundo sabe que o Brasil é do povo brasileiro, e não do imperador; ele só possui aquela porção, que, como indivíduo, lhe pertence por estar identificado conosco e metamorfoseado em brasileiro; portanto, a Proclamação não faz mal, o Império do Brasil é nosso, e não é do imperador; quanto aos direitos de pátria e as intrigas que tecem, isso não vale de nada, desmanchado está tudo com a ponta da espada e com a nossa Independência.

Antes eu quisera que o autor da carta se queixasse das duas palavras da derradeira regra da dita proclamação – a democracia e o despotismo agrilhoados por uma justa liberdade –, mas estas reflexões, como outras a respeito da mesma carta, ficam para outra ocasião; por agora vamos apresentar uma carta da Paraíba, que se faz hoje muito atendível pelos desaforos e insurreição movida pelo ex-governador das armas Albuquerque: que vergonha para

a Paraíba! Será crível que aquele homem ainda tenha partido ali? Pelos fatos ainda tem: tão fácil é enganar soldados, etc.

**Extrato de um parágrafo da quinta carta de
Pítia a Damão de Pernambuco**

Desse Rio e mais Sul também não, porque a exceção de vossa mercê e seus confrades do cenáculo da Guarda Velha, à exceção dos... e seus valentões caipiras, à exceção dos patetas, como esse Atalaia, à exceção dos servís, como esse espelho côncavo, que tudo representa ao revés e no ar, à exceção dos alugados, como esse *Nocturnário do Governo*, à exceção, finalmente, dos infames e execráveis corcundas como... Gordilhos, Berquós e..., que são muito poucos a respeito dos verdadeiros patriotas, dos liberais sensatos e homens honrados, ninguém mais há de defender e pugnar teimosamente pelo seu juízo e pelo seu plano desorganizador e despótico.

Extrato de um artigo da *Sentinella de Pernambuco* nº 46

Afirmam os do Rio de Janeiro que toda bulha é porque o imperador quer um impossível ou um absurdo, o que consiste em pretender sancionar todos os decretos do soberano Congresso, mesmo os primeiros, sem ainda estarem divididos os poderes, nem ele estar revestido dessa atribuição; o que decerto é querer arrogar a si ou usurpar o poder soberano do povo, que lhe não pertence; e mesmo pôr-se adiante do soberano Congresso, mostrando-se mais poderoso que ele e ficando, assim, o mesmo Congresso dependente dele ou, para melhor me explicar, ficando ele absoluto e as cortes sem efeito; de sorte que quando muito, a Constituição fica dependente do imperador, e ele vem a dá-la como se fosse Carta Constitucional; o que de modo nenhum se deve nem pode permitir; porque os povos querem só Constituição feita pelas cortes soberanas e nunca dada pelo imperador; e até me parece impossível que o nosso imperador possa conseguir tais coisas, apesar dos soldados, porque o Rio de Janeiro não é que forma a essência do imperador; forte desventura é a nossa, eis aqui o que se chama levantar-se com o santo e com a esmola; agora me lembro eu da fábula do leão, carneiro e cão, indo fazer uma caçada para repartirem; feita a caçada, partiu-se em quatro quinhões, e o leão disse “esta parte me pertence por andar na caçada, esta segunda também me toca porque sou o rei dos animais, e a terceira também é minha porque sou o mais forte, a quarta quem lhe tocar, comigo se há de haver” e entrou a rugir, e os companheiros foram se safando e deram graças a Deus de não ficar no número dos da caçada.

Ora, isto conto eu sem falar na moralidade da fábula, mas o certo é que o caso não nos pode ser aplicado, porque o Brasil não é caça nem os brasileiros são ovelhas e cães, nem o imperador é leão. Ele bom juízo tem para conhecer

que, se acaso, por desgraça, as suas tropas insensatas e desenfreadas obrem com o soberano Congresso ir, tudo quanto marcha dou [?]; que as províncias em tais apertos hão de retomar os seus poderes e direitos, e as coisas hão de seguir outra estrada, porque, apesar da servil adulação do senhor deputado João Severiano e de outros desembargadores do mesmo lote, que assentam que o imperador nasceu em Portugal, trazendo dentro da barriga direitos de domínio e senhorio sobre o Brasil, e que todo ele é sua propriedade; apesar dessas ideias loucas e perturbadoras, as províncias hão de sustentar seus direitos e sua dignidade, e hão de seguir seus sublimes destinos, e os brasileiros hão de ser livres, porque eles querem ser, e é forçoso que o sejam, pois, é, sem questão, que meia dúzia de soldados mercenários do Rio de Janeiro, e ainda mesmo duas carantonhas de fantasmas europeias não podem fazer enfiar e retroceder os valentes habitantes dos territórios transatlânticos, que sabem avaliar sua liberdade e cortar os passos aos que acometem com armas, e ao senhor adulator João Severiano e seus abjetos sequazes, que guardam o que sabem para rabolistar nos tribunais, e são tão escravos e bestas quando se trata dos direitos e salvação da pátria, a esses eu bato o pé; os vis frios escravos! Fora, aduladores dos pés do trono; o imperador mais juízo que todos; viva o imperador constitucional-liberal, segundo as leis do nosso contrato e Constituição, e de outro modo não, não...

Observações

Não obstante que o pegar na pena nos dê muito incômodo, não podemos deixar de fazer sempre algumas reflexões sobre o estado atual do Brasil, da marcha equívoca do seu ministério, das medidas que se tomam pelo do de Portugal, do afoitamento dos europeus, da desconfiança das províncias e dos sentimentos que se manifestam nelas a respeito do Rio de Janeiro.

O *Diário do Governo* do dia 14 do corrente nos faz cientes da portaria de S.Exa., o ministro da Guerra, do dia 2 de agosto, de outra portaria de 25 do mesmo mês, que mandava à Junta Provisória da Bahia sobrestar na execução da primeira e do ofício do governo de lá, respondendo às ambas mencionadas, datado de 27 de setembro próximo passado.

De tudo isso se colige:

1º que, com o segredo próprio das ações criminais, o citado ministro da Guerra mandara convidar os nossos mais encarniçados inimigos para virem engrossar a força pretoriana do Rio de Janeiro, e que os seus particulares fins são os de usar desta força contra o mesmo Brasil, pois nunca ele, nem algum outro pôde-se convencer que aquela casta de canalha pudesse jamais ser interessante ou vantajosa ao Brasil em guerra com Portugal; antes, sim, sabem todos que sempre há de ela ser traidora, e de maior prejuízo em qualquer choque que as tropas brasileiras hajam de ter com as dos seus patrícios europeus, como os fatos, de algum modo, têm feito conhecer.

2º que se ao depois o sobredito ministro mandou sobrestar foi porque o povo entrou a maldizer de uma coisa que causava desconfiança, e porque, por suspeitas, tendo-se tratado até nas mesmas cortes desta matéria *in genere*, julgou-se descoberto na sua maquinação e assentou dever recorrer ao remédio.

3º que o pequeno número de 82 indivíduos só que se ofereceram para querer aceitar o convite, mostra bem claro que na massa geral (que por espírito patriótico, quer por iniciarem alguma idêntica repetição das marchadas, aquelas pelas quais passaram os seus patrícios camaradas no Quartel do Campo de Santa Anna) tiveram maior brio e pundonor eles em recusar do que não o teve quem os mandou convidar.

A marcha do ministro da Justiça não é nada menos reparável a este respeito, recorra-se a todos os papéis públicos de Pernambuco e da Bahia; examinem-se as cartas particulares que chegam a esta corte da Paraíba e das Alagoas, de onde se não vêm em impresso é unicamente por deficiência da tipografia nesses lugares; combinem-se estes documentos com o que diz o *Tamoyo* no seu nº 23, e diga-se se nós falamos por sinistra prevenção ou se o que cada dia, de mais a mais, se vai desenvolvendo não é positivamente o que sempre temos receado e que muito cuidadosa e melindrosamente temos gritado nos nossos nºs 6 e 8, pelos quais tão encarnecidamente fomos chamados, trazidos e perseguidos perante os júris!!!

4º que as medidas todas que está tomando Portugal a respeito do Brasil e a carta dirigida por aquele ministro ao Excelentíssimo Senhor Antônio Carlos (das quais cartas, sabe Deus quantas, iguais e piores, terão vindo em mãos menos patrióticas e, por isso, estando [?], irão produzindo o efeito da mania) mostra abertamente qual é o plano que Portugal segue; e não combinando este plano com as operações dos citados ministros da Guerra e Justiça, não parece fora da razão que uma sentinela vigilante desconfie de alguma inteligência e, por isso, em cumprimento do seu dever, grite “brasileiros, alerta!”.

5º que o afoitamento e ousadia dos europeus, os quais se tornam a ver protegidos, premiados, convidados e sustentados pelo ministro, vai outra vez mostrando-se como se tinha feito quando começamos a escrever esta nossa *Sentinella* e, portanto, brasileiros, alerta!

6º que a desconfiança das províncias e o seu descontentamento acerca da marcha do nosso gabinete e comportamento ministerial é tal que todos os papéis públicos, gazetas e até cartas particulares chegam a mostrar uma tão pronunciada divergência de sentimentos e vontades que se não se atalham prontamente a as coisas que produzem esta divergência, todos os maiores males políticos se podem e devem com fundamento recear: e por isso, ó, do soberano Congresso, alerta! Ó, do imperador, alerta! Ó, brasileiros amigos do vosso Império constitucional-liberal, alerta!

Continuar-se-á.

SENTINELA
DA LIBERDADE
A BEIRA MAR DA PRAIA GRANDE

ALERTA ESTÁ

TERÇA-FEIRA, 21 DE OUTUBRO DE 1823

Conclusão das reflexões da folha antecedente

Que, finalmente, todas as declamações que temos feito contra o ministério e influência europeia são justificadas pelos citados escritos impressos e cartas, os quais se referem a cartas de pessoas da maior distinção e até revestidas da representação nacional, o que prova bem claro que não foram nossas invenções; pois quando da periferia voltam ao centro as queixas dos negócios que do centro tinham-se difundido e que na volta trazem a indicação dos mesmos nomes individuais, e se referem aos mesmo idênticos fatos, então é que claramente está manifesta a indignação dos povos contra aqueles indivíduos e o nenhum seu agrado por aqueles apontados fatos. Alerta! Alerta! Alerta!

Extrato de alguns artigos da *Gazeta Pernambucana* nº 19

Alagoas

Recebemos uma carta das Alagoas bastante extensa, que não transcrevemos por não vir assinada e reconhecida por tabelião público; na dita carta, vem um parágrafo que eu publico a fim de fazer ver a generalidade da opinião pública sobre certos objetos políticos.

“Dizem mais, que os referidos Mendonças se acham já em Pernambuco e que se não retiram para sua residência enquanto não chegam novos governos para Pernambuco e Alagoas, e até tropas para estas lhes darem sua posse como eles quiserem; aqui é que eu grito também – nada de governo do Rio de Janeiro e nada de tropas, que ignoro se de lá vem com capa de constitucionais pôr em seu auge o veto absoluto; uma coisa que o Brasil inteiro tanto aborrece; em uma palavra; nada de autoridades opressoras que só servem de pôr os povos em agitação.

Um europeu chamado Francisco Antônio, administrador do engenho – Buenos Aires... atacou a várias pessoas na povoação, das quais uma lhe disparou

fogo de bacamarte, que lhe despedaçou um braço, o qual foi amputado e, por fim, lhe causou a morte, etc. Ora, temos de menos o senhor Francisco Antônio para nos fazer guerra unida com os seus companheiros! Deus o ponha em bom lugar. Amém.”

Paraíba

O governador das Armas da Paraíba quis mostrar as boas habilidades do seu ministério: maquinou para derribar o governo civil da província, para se erigir ele ditador; que desaforo! Buscou alterar a fidelidade e honra dos ilustres paraibanos; mas a experiência mostrou-lhe que a Paraíba não é Vizeo: os militares, unidos ao magnânimo senhor coronel Trajano, sustentaram o seu natural caráter, conservando a primeira autoridade da sua província, autoridade que tanto se esmera no adiantamento geral e na sustentação dos direitos dos imortais paraibanos. O tal governador já pediu demissão e o governo mandou-o com as armas para a casa de certos amigos, etc. Ora, bem vai a Paraíba, que está livre daquele sujeito que, sendo de um olho, quer ver demais depois que Portugal fez maroteiras; vá ser ditador ao inferno; o mal que o governo da Paraíba fez foi não o embarcar para Portugal a servir o rei D. João VI; agora, julgo eu que a Paraíba não deve mais nunca receber esse bicho chamado governador das Armas, que devora perto de doze mil cruzados (ou muito mais) e pode devorar toda a província todas as vezes que quiser, segundo as instruções de 21 de março e de 8 de abril deste corrente ano de 1823. Fora com tais autoridades que só podem e devem ser admitidas e conservadas entre povos escravos e ignorantes; viva a província da Paraíba; viva o seu excelentíssimo governo; e vivam os seus bravos e briosos militares! Viva! Viva!

Ceará

Temos em nossas mãos uma carta do senhor reverendo vigário Trindade, escrita a um seu parente aqui do Riacho do Sangue a 23 de julho passado de 1823, a qual carta nos deixou bem contristados: diz ela que estando Fidié entrincheirado entre Caxias e o Rio Tapicuru, fora imprudentemente acometido pelos nossos bravos comandados pelo capitão Alecrim, perdendo este desgraçadamente no assalto perto de 400 pessoas. Que desgraça! Temos perdido na guerra do Piauí, Ceará e Maranhão para cima de mil homens; e ainda o ministro da Justiça Monte Negro tem a animosidade de mandar uma Portaria de 16 de Julho de 1823, ordenando aos governos civis que embarquem as desordens entre brasileiros e portugueses, sob pretexto que a diversidade da pátria nada vale, e que aquela intriga é oposta à prosperidade do Brasil; o ministro supõe que estamos no tempo da escravidão; como ele é europeu, quer que os europeus se amontoem no Brasil, para, por meio da sua união e peso,

serem os brasileiros privados das suas vantagens; pois agora, à vista da guerra sanguinolenta que os portugueses nos fazem, veja o Brasil que medidas deve tomar e que peso devem ter tais ordens e portarias do Rio de Janeiro, nunca se viu andamento de negócios políticos tão misterioso como o nosso: no Rio de Janeiro fazem-se daquelas portarias e em Pernambuco dá-se-lhes todo o auxílio, ajuda e favor, deixando de fazer sequestro aos bens de nossos cruéis inimigos, como se prova pelo ato de reputar cidadãos brasileiros, portugueses moradores em Lisboa, juramentados aqui por procuração ou por artes de Berliques e Berloques, como consta na certidão de um que se acha com os nossos adversários fazendo-nos a guerra com a pessoa e com o dinheiro.

É até onde pode chegar a injúria do povo do Brasil; os portugueses lutam e pelejam para nos reconquistar, estão em atual guerra; mataram-nos na Bahia mais de 600 pessoas a ferro, fogo, fome, etc.; nas províncias de Maranhão, Piauí e Ceará, mais de mil, a guerra continua, etc., e o gabinete do Rio e o ministro Monte Negro, por ser português, quer que os patetas brasileiros acolham os portugueses seus mortais inimigos, a fim de receberem um jugo igual ao antigo: e o que mais dói e fere o coração é ver o governo de Pernambuco favorecer e consentir que se amontoem os nossos cruéis tiranos só para servir ao ministro e talvez fazer a sua particular fortuna, sem se lembrar o governo que os portugueses estão agora mansos, mas que em pouco tempo, se pudessem, acabarão tudo debaixo dos azorragues e das forcas; é para lamentar que o governo não olhe para o seu sangue, que parece correr ainda pelas ruas de Pernambuco, pelo Campo da Pólvora¹³ da Bahia, etc. Quanto a mim, julgo que toda e qualquer pessoa que favorecer os portugueses no Brasil na presente crise deve ser reputado também inimigo do povo brasileiro, pois que congregar, ajudar e favorecer inimigos é declarar-se do partido dos inimigos e sequaz da tirania; isto é evidente e não precisa provas, e por isso recomendo vigilância, para que não sejamos engolidos quando menos esperarmos por esta voragem horrível que se nota debaixo dos nossos pés: no Rio de Janeiro há dois ministros portugueses, e pelas ações do de Justiça, já desconfio de ambos e vou, desde agora, bradando com Virgílio. *Equo né credise, Teucri. Quid quid id est; timeo dannos et dona ferentes!*

Tradução: não acredito no cavalo e troianos! (brasileiros)

Seja como for, tenho medo dos gregos, ainda mandando presentes.

Mas tornando ao Ceará, lá foi o senhor José Pereira Filgueira, com um grosso corpo de tropas, e consta-nos por outra carta que ele tem cercado a Fidié; Deus queira que faça a guerra de esperar, cercando e perseguindo com fome, etc. A guerra do Brasil é como a de Fabio, devemos vencer mais com esperas, delongas e vexames do que com ferro e fogo, a nossa guerra deve ser de caçadores, atacar a peito descoberto, fazer escaladas, acometer de baionetas, etc., são

13 Assim se chama o lugar em que foram fuzilados dois sacerdotes e seis paisanos, honrados patriotas, em 1817, por ordem do feroz Conde dos Arcos.

movimentos que pouquíssimas vezes se devem praticar; presunção de sertanejos não serve para vencer, sim para receber danos e estragos; como temos visto no senhor capitão Alecrim, nós lhe chamamos – presunção – para não lhe darmos o nome de falta de sabedoria e experiência da arte da guerra; fiquem persuadidos os chefes dos batalhões do interior do nosso país, que com mandingas não se vencem batalhas, possa a desgraça passada escarmentar a todos os comandantes e oficiais que combatem os marotos ou marinheiros, isto é, os portugueses: na nossa guerra devem-se empregar mais astúcia, manha e surpresa do que acometimento a peito descoberto, tomemos o exemplo dos castelhanos, eles vão dando cabo do Exército francês com demoras, guerrilhas e surpresas, etc.

Ora, como temos dado algumas notícias tristes, parece de razão que apareçam outras que nos consolam. Antes da escalada resolvida pelo capitão Alecrim, os nossos, no dia 10 de julho, haviam tomado a Vila de Tapicuru-Mirim, onde acharam 3.000 granadeiras e 6 peças de ferro com alguma munição; é provável que este bom sucesso fosse quem animou aos nossos a querer concluir a campanha, e dessa pressa nos veio mal; tudo tem seus descontos; o que devemos procurar é aniquilar a influência portuguesa em todas as províncias, e que nos vingamos destes demônios que, mesmo sem ter meios, se obstinam em nos perseguir: recomendo mil vezes a todo o Brasil que é preciso sustentar as armas na mão contra o inimigo Portugal, cortando pela raiz toda e qualquer esperança deste resto de vândalos que ainda nos armam traição em nossa terra, pondo principalmente a mira nos movimentos do gabinete do Rio, que conserva dois ministros portugueses, e em vários conselheiros e outras suspeitas da mesma terrinha que enganam o nosso imperador, cantando-lhe como as sereias, etc.

Além de tudo, o Ceará vai muito mal por falta de dinheiro; saíram do verdadeiro plano de conservar muitas guerrilhas e milícias e pouca tropa de primeira linha; pelo contrário, criaram um novo batalhão, e para maior ruína fizeram 2 tenentes-coronéis, 7 majores efetivos e 6 graduados, 3 capitães, 3 ajudantes, 12 tenentes, 2 quartéis-mestres, 26 alferes, etc. Que desordem! Que confusão! Que louco governo e povo! E qual é o resultado? O erário no princípio de julho tinha 60 rs. de resto e total; e os soldados já repugnavam fazer o serviço por não ter soldo e até ameaçavam cobrá-lo à força; bela desordem; eu sei que ela, em parte, vem da natureza dos tempos; mas outra parte vem do louco ministério passado, que meteu nas províncias o sistema da intriga e divisão, supondo que com isso poderia dominar a todos; meus senhores brasileiros, acomodem-se, sosseguem, sirvam à sua pátria como eu, não se intriguem nem se oprimam uns aos outros, reparem que o tempo é de perigos, guardem o valor para bater os infames inimigos portugueses, as armas devem ser empregadas só em defesa da Independência, da Constituição livre e da nossa pátria, que ainda tem perigos, e com ela a nossa liberdade. Muito mais temos a dizer sobre o Ceará, mas guardamos para outra ocasião.

Bahia

Eu mesmo tive uma carta de pessoa muito conspícua, que me dá as seguintes notícias: para não ser longo, apresento o extrato.

Chegou ali a 18 do corrente agosto o mil vezes infame marechal Luiz Paulino Pinto da França, vindo em um paquete português, com bandeira parlamentar: foi ao Palácio do Governo acompanhado do intendente da Marinha, e daí para a casa de seu filho, o major de Cavalaria, onde esteve até a noite do dia 19, em que foi embarcado pelas 10 horas; o senhor comandante Falcão foi quem o conduziu por ordem do senhor comandante-chefe – Lima. O povo já se havia alvoroçado e clamava que o traidor era espião, etc. O tal bandalho Luiz Paulino trazia um laço realista no chapéu; o imperial, no peito; enfim, vinha mais enfeitado que um bobo [?]; forte patife, traidor, sem vergonha! Gabou muito seu rei; forte patife sem-vergonha, etc. – na carta se lê este bocadinho... também se sabe que ele, nesse pequeno espaço que aqui esteve, falou a algumas pessoas para seguirem o partido de Lisboa e se afirma que ele vinha aclamar o rei despótico e revoltar os povos, pois consta que afirmara ao rei que respondia pelo bom êxito da sua província, etc.

Breves observações

Que Luiz Paulino viesse como pateta arriscar-se a levar bofetões do povo, não me admira que viesse como bobo, D. Falperra ou D. Pepino, coberto de fitas e adornos como russim de cavallhada, não me admira que viesse como um zópiro às portas de Babilônia (à Bahia) para fazer dela entrega aos inimigos, não me admira, pois é traidor de profissão, que promettesse ao rei tudo, isto é, revoltar os baianos e entregar-lhe a sua província, não me admira porque sempre viveu de enganos, etc. O que me admira, porém, é que o governo civil da Bahia o deixasse saltar, que lhe falasse e, mais que tudo, que o consentisse em terra um só minuto; também me admira que o povo esteja ali ainda tão abatido e tão sem liberdade que o não cercasse e não lhe fosse ao menos cuspiendo na cara, e dando-lhe bofetadas até embarcar: ah! Bom povo pernambucano! Só tu sabes no Brasil reconhecer que coisa é ser livre! Só tu sabes sustentar teus direitos, tua liberdade e o sublime caráter que há de para o futuro servir de farol e de sustentáculo ao nome e glória brasileira, etc.!

Extrato de um artigo da *Permanbucana*

Como achamos na *Gazeta Pernambucana* nº 20 [?] um parágrafo que muito vem a propósito para corroborar as doutrinas que temos expendido acerca da fidalguia, enquanto dura a moléstia que nos impede a aplicar ao trabalho, vamos a transcrevê-lo.

Mas que desgraça não é para o gênero humano o sistema seguido pelos reis e imperadores e de mais potentados da Terra! Eles querem conservar a todo custo esta casta de vadios chamados fidalgos e seus aderentes e cúmplices para lhes dar todos os cargos, empregos e dignidades, a fim de conspirarem juntos e sufocarem os cidadãos e a pátria; servindo os ditos fidalgos de escoras ao governo absoluto e colunas da tirania. O Abbade Rainald diz, com razão, que daqui é que nascem os males da sociedade, pois deles podem sair maus governadores e péssimos generais; nem há maior desaforo dos que governam as nações do que formarem uma classe de homens ignorantes e viciosos, e incapazes ainda de coisas pequenas, e enriquecerem esta classe e fazerem dela uma ordem de senhores para dominarem e de governadores para governarem; enquanto o povo que é todo da sociedade passa uma vida isolada e triste no meio dos trabalhos e vexames da sociedade que ele alimenta e defende, nós temos um excelente diálogo em Volnei, entre o povo produtor, ativo e patriota; e os reis, fidalgos e grandes dissipadores, ociosos e destruidores do bem da pátria; e por ser curiosa a entrevista, eu a traduzo aqui para autorizar melhor o que havemos dito.

Falam os dois corpos, o povo e os nobres...

“E postos estes dois corpos defronte um do outro, depois de se medirem com espanto, eu vi nascer de um lado a cólera e indignação, e de outro um movimento de horror: e o grande corpo (isto é, o povo) disse ao mais pequeno (isto é, aos nobres)

O povo

Por que vos separais de nós? Porventura não sois vós do nosso número?

Os fidalgos

Não, responderam os nobres: vós sois o povo; nós outros somos um corpo distinto, uma classe privilegiada, que temos nossas leis, nossos usos, nossos direitos à parte.

O povo

E de que trabalho viveis vós na nossa sociedade?

Os fidalgos

Nós não nascemos para trabalhar.

O povo

E como adquiristes tantas riquezas?

Os fidalgos

Cansando-nos em vos governar.

O povo

Que! Nós trabalhamos e vós possuis! Nós produzimos e vós dissipais?

As riquezas procedem de nós e vós as absorveis e chamais a isto governar? Classe privilegiada, corpo distinto que nos sois estranho, formai vossa nação à parte e vejamos o como vós subsistis...”

Enfim, é preciso lembrar que os verdadeiros e únicos fidalgos toleráveis devem ser segundo a definição que já dei na *Pernambucana* nº 18, sempre sem morgados, nem vínculos, nem coisa alguma que passe de suas pessoas e vidas: eis aqui a verdade, eis aqui o que pede o bem da pátria e do Brasil inteiro.

N. 26 CONTINUANDO A MOSTRAR A CÂMARA ÓTICA


SENTINELA

DA LIBERDADE

A BEIRA MAR DA PRAIA GRANDE

ALERTA ESTÁ

QUINTA-FEIRA, 23 DE OUTUBRO DE 1823

 Animados pela não vulgar aceitação que teve o nosso nº 22, em que mostramos só dez vistas da Câmara Ótica, rogados agora com instância a prosseguirmos com as demais que existem em nosso poder, vamos a satisfazer os ardentes votos deste ilustre e generoso público, e por isso recomendamos banhem, senhores, os seus olhos com a água rosada, só a fim de limpá-los de alguma remela noturna, e chegue-se da segunda vez cada um ao seu respectivo vidro dos cinco indicados e apropriados.

Aí aparece, ilustríssimos senhores, pela décima primeira vista uma augustíssima sala e um grande ajuntamento de pessoas apinhoadas umas sobre as outras, e sub-repticiamente convocadas ou convidadas para tratarem de altíssimos, importantíssimos e urgentíssimos negócios políticos de que assentam, depende a salvação do Estado. Pelas misteriosas e triplicadas pancadas que batem sobre as mesas triangulares, os três figurões que ali presidem, e pelos trapos de cozinha que trazem pendurados ao ventre, julgaram talvez, ilustríssimos senhores, que esta súcia é pedreiral ou maçônica; estão enganados se tal pensam, reparem bem no primeiro desses três capatazes e nele verão um fofo, trobo e bazófia autor de letras falsas; e de outras belas obras que os maçons não fazem; reparem na maneira que a sala está arrumada no modo porque os convocados se acham dispostos na desordem com que falam na irregularidade com que obram e nas matérias incongruentes de que tratam, e dirão depois se isso é maçoneria.

Vejam como o figurão que está na primeira cadeira estende a mão submisso e carinhoso para entregar certo pauzinho que nela tinha a um indivíduo a quem todos repetem suas profundas zumbaias ou salamaleques para tentar a sorte e ver se em troco delas lhe cai nas mãos a canoa do leme do Estado que todos julgam em perigo de naufrágio.

Talvez que, ilustríssimos senhores, desconheçam a maior parte destes indivíduos que, outrora liberais e tesos, impunham ao povo e ao monarca, agora

curvados e pedizéquos da papelanice, rastejam como lacraias para obter uma fita, uma medalha, um lugarzinho proveitoso que os console ou fanfarrônico que os divinize; porém, senhores, se apurarem bem a vista, conhecerão um por um, todos estes Protheos, increpadores das ações que eles mesmo não podem obrar. Dizem os de vidro verde, ah, patifes! Ah, embusteiros! Ah, venais egoístas! Ainda que tarde, nós bem vos conhecemos. O liberalismo destes sevandijas era encaixarem-se nos lugares que outros ocupavam e delapidar a nação a seu bel-prazer, o que bem prova a liga que agora fizeram com os inimigos da nossa Independência e do sistema liberal que a nação tem abraçado.

Os do vidro amarelo exclamam graças a Deus que chamou ao seu curral as ovelhas errantes, já muito destes hereges são dos nossos católicos, e bem se vê que o poder real vem de Deus, pois os despachos dos reis fazem milagres. Dizem os do vidro azul: que labregões! Que vis! Que interesseiros! Com estas bandeirolas é que o Brasil quer-se prosperar? Pobre do Brasil? Mas não lastimemos a sua sorte, que para nós é uma fortuna; pois no fim da história obteremos de o recolonizar. Dizem os do vidro escuro: eis a sacrílega corja de incrédulos, ateus e revolucionários que separou o Brasil de Portugal e fez aclamar o imperador. Ah! Porque não há já uma inquisição que os asse todos, e um senhor D. João VI que os persiga, esbandalhe e desterre para o centro da África! Ou Francisco II, que os mande para Spitzberg: contudo, devemos ficar obrigados a estes demônios sectários do grande arquiteto, pois, com a sua errada arquitetura, nos vão dando uma boa escada para subirmos a apanhar as peras. Os do vidro branco dizem: que farsa é esta? Parece-se muito com o Labirinto de Creta. Custa muito a crer que no Brasil haja tantas crianças. São estes os pais da pátria? Que miséria! Julgam que são maçons e que os maçons fazem destas molecagens? Coitados! Que é dos diplomas, das doutrinas, das instituições, das hierarquias necessárias para constituir um G. O...? Ó, vergonha! Quatro gatos que miam querem ser o Pantomegas de uma instituição que, nos seus grãos simbólicos, não admite matérias políticas e locais, e fazem bernardas nas lojas, como nas praças da cidade: as desgraças que desunem o Brasil datam o infausto dia desta infernal sessão em que a adulação e o egoísmo tiraram sub-repticiamente o macete da mão em que se achava, para o entregar a quem, segundo os institutos da Ordem, não o podia ter por forma alguma: os verdadeiros maçons ainda um dia hão de anatematizar este ato impolítico e antimaçônico; assim como hão de dar um pontapé nos Puchinellas, que querem ser o que não são nem jamais foram.

Pela décima segunda vista, senhores, passam muito dos ex-soldados portugueses vestidos de paisanos, que, aproveitando-se da célebre portaria do Exmo. Ministro da Guerra, vão fazerem-se aprovar pelos respectivos comandantes dos corpos, que são quase todos portugueses, como substitutos de outros soldados brasileiros. Os do vidro verde dizem: eis aí uma nova invenção

do Exmo. Sr. Ministro para nos encher por meio da filtração os batalhões com os seus patrícios, visto que se lhe malogrou o plano de nos dar em massa de presente os refugos de madeira. Os do vidro amarelo mastigam entre dentes com amargura e se desconfiam muito. Os do vidro azul não aprovam totalmente o fim para o qual é feita essa introdução, mas como o resultado mostra tender à recolonização que ambicionam, ficam calados. Os do vidro escuro vociferam; bom, bom, bom, vamos assim e deixemos falar a quem fala. E os do vidro branco dizem: não sabemos quem é que tem a razão, como, porém, este ministro, contra quem todos clamam e até na mesma augusta Assembleia se crimina de traidor, acaba recentemente de ser premiado com um crachá, é sinal que obra bem acertado e sabe o que faz.

Aí vai, senhores, pela décima terceira vista, uma réstea de cavaleiros de fita encarnada criados neste Brasil um ano depois da Proclamação da Independência. Esta ordem é estrangeira, gritam os do vidro verde; o imperador do Brasil tem a do Cruzeiro à sua disposição, ou outra que a nação pode criar para recompensar os méritos sem ser preciso mendigar ornamentos de nações estranhas; fazer o contrário é dar motivos a recear que o Brasil ainda há de ficar unido a Portugal. Dizem os do vidro amarelo: que mal faz uma insígnia tão bela e tão santa, não é nestas coisas que consiste a nacionalidade. Dizem os do vidro azul: melhor fora que não houvesse nenhuma, porém, os vendedores e joieiros fariam um grande motim: bom é que se dê de comer a todo o mundo. Dizem os do vidro escuro: esta ordem é sagrada e respeitável pela sua antiguidade, e bom é que no Brasil se conserve para que os seus habitantes se confundam mais com os nossos. Os do vidro branco dizem: por esta marcha que se leva, antes que o Brasil se torne Brasil, devem ainda morrer quatro gerações.

Enche, senhores, a décima quarta vista um bando de dignitários, oficiais e cavaleiros da nova Ordem do Cruzeiro, a maior parte risonhos e contentes pela fitinha azul que os enfeita, mas entre eles alguns oficiais militares, que se distinguiram no Campo da Glória e expuseram o peito às balas em defesa da nação, olhando para as suas medalhas e as da multidão que os rodeia, ficam em um ato de perplexidade, no qual parecem dizer: com que gosto, com que honra, traremos nós este distintivo que vemos pregado no peito de indivíduos cujo préstimo, serviços e merecimentos não conhecem e ficam *in abscondito Tabernaculi*? Tem razão, dizem os do vidro verde, é inconsequência que se apremeie um guerreiro com o mesmo distintivo que se dá a um porta-bandeja e limpa-botas e outros bigorrilhas. Isso não faz mal, dizem os do vidro amarelo, a honra sempre é honra, não importa se quem a desfruta não a mereça. Dizem os do vidro azul: este cruzeiro cruza muito com as vontades da gente de merecimento e com os artigos do decreto que o estabeleceu. Os do vidro escuro ficam desesperados por ver que todas as medalhas não foram chuchadas exclusivamente pelos seus amigos, e que algumas coubessem em prêmio

a estrangeiros que destroçaram as forças dos seus caros patrícios. Os do vidro branco dizem: oh, que olia espanhola!

Não se assustem, senhores, por nesta décima quinta vista uns poucos de *Tambores* estarem tocando a rebate no Campo da Aclamação: isto não é nada; é um rebate falso, porém vejam a agitação e confusão dos ânimos; vejam como o espírito patriótico faz aparecer de todas as partes armas e armados, cavalos e cavaleiros, e truculentos heróis de espada virgem que cortam o ar em fatias. Não estranhem, senhores, por uns aparecerem vestidos de farda de Corte, outros com o uniforme militar e outros em traje de arlequins, pois, na perturbação repentina com que acudiram, não sabendo bem se primeiro iriam defender seu amo ou a sua pátria, uns vestiram a casaca de cortesão, outros a farda militar, e finalmente, outros a metade de um e a metade de outro vestuário. Os do vidro verde dizem, é bem natural esta mistura, porque como os chefes militares quase todos participam de duas naturezas, não é de admirar que nenhuma circunstância destas não saibam o que eles são e o que devam fazer. Dizem os do vidro amarelo, não importa que aconteça este ridículo inconveniente, basta que os batalhões estejam bem seguros com estes chefes e que obedeçam cegamente. Dizem os do vidro azul: tudo irá bem, porque eles são portugueses pela maior parte, mas sobre este ponto há muito que dizer. Os do vidro escuro exclamam: oxalá que todos estivessem na mesma atrapalhação, porque neste caso mais facilmente acorrentaríamos os revolucionários. E os do vidro branco sorrindo-se dizem: parece que nós nos achamos no carnaval de Milão.

Lá vai, ilustríssimos senhores, uma belíssima vista pela décima sexta, e é este jardim do passeio público em que hão de reparar lá em uma daquelas aladas o Fuão P... da Rua do Ouvidor, que já dissemos que manda apedrejar as janelas do redator da *Sentinella*, que está passeando com uma desmedida bengala de estoque na mão, cuja é aquela mesma que tinha e aquele estoque pelo qual puxou: quando, na Rua do Canno, estando a namorar certa senhora, lhe esfregaram as costas com uma massada de pão. Reparem bem, senhores, como diligente procura por todas as partes a encontrar o redator da *Sentinella*, a quem jura pelo Stix e pela barca de Caronte que há de enfiar com o seu espeto como se fosse um chouriço e fazer, como carrasco, o que os senhores jurados, para aprazer-lhe, não quiseram fazer. Os do vidro verde dizem: o que é que vai procurando esta judaica harpia? Quer ter negócios com o redator da *Sentinella*? Aproveite-se do anúncio 27 do *Diário* de 11 do corrente, e não venha a procura-lo onde não está. Os do vidro amarelo dizem: ora, este chumbeiro, por que não cuida em pagar aos seus antigos credores. Os do vidro azul dizem: bom seria que ele sempre esmagasse o *Sentinella*, porque é liberal, sim, mas é também nosso inimigo. Os do vidro escuro dizem: bom patrício, mata este cachorro. Os do vidro branco se riem.

Signori si Scapellino, elle ginocchia prieghino. Tirem os chapéus, senhores, e dobrem os joelhos aos santos mistérios que vão ver nesta sétima vista que

oferece as sete encarnações do Vixnu da Índia Ocidental; a primeira em cão, que ladra a lua chamado reclamador; a segunda, em mulo teimoso, que justifica os latidos; a terceira, em leão que tudo despedaça com a sua força para fundar sobre sofismas o império despótico do Equador; a quarta em delfim, que, ensinando o roteiro político, conduz nos abrolhos a nau do Estado; a quinta, em mulher babilonesa do apocalipse, *sedentem super aquas, et fornicantem cum Regibus* chamada Atalaia; a sexta, em estúpido marreco que quer despertar o corcovado; a sétima, finalmente, em bêbado marujo que, estando de vigia em uma gávea, vê no horizonte de Pernambuco os cavaleiros aéreos dos tempos dos macabeus e diz blasfêmias de todo o lote. Dizem os do vidro verde: ainda fala este pateta, este velharrão com o pé na cova, esta candeia expirante, que fede a morrão que trescala; mas deixemo-lo; a parca vai tomar conta dele. Dizem os do vidro amarelo: aí vai a honra do Brasil e o *luminare mans* da nossa literatura, ele é o único dos escritores que tem guardado o posto da honra. Dizem os do vidro azul: de que servem os estudos e sabedoria no Brasil, se ali conduzem o homem a perder o uso da razão; grande homem é esse brasileiro, dizem os de vidro escuro, a não ser a diferença da pátria, poderia merecer o mesmo conceito dos autores do clarim e da tripa virada. Dizem os do vidro branco: quem muda nome a cada instante não pode mostrar a cara por ter culpas no cartório.

Vai, senhores, pela décima oitava vista, um grande espetáculo acontecido na Vila de Campos: veem, senhores, todo aquele barulho e tumulto que se tem formado no largo da matriz? Aquilo é *ex vi* de um grande aprisionamento de toda uma tropa de vinte e tantos ciganos com mulheres, filhos e crianças de peito, 14 ou 15 seus escravos, 50 e tantos cavalos carregados de baús e efeitos, mandado executar pelo Ilmo. Sr. Comandante Moraes sob pretexto que esta gente, que pacificamente vivia negociando naqueles contornos, causava desordens e desconfianças, sendo, aliás, o seu verdadeiro motivo de o chefe daquela tropa, por nome Serafim, ter recusado vender-lhe por 40U um cavalo russo queimado, pelo qual o dito Serafim tinha rejeitado 95U000. Reparem, senhores, como estão chorando e arrancando-se os cabelos pela desesperação todas aquelas infelizes mulheres, que junto às suas crianças de toda idade são enfiadas sem crime, nem processo, nas enxovias da cadeia entre as pretas criminais, ao mesmo tempo que sem inventário ou formalidade alguma legal o Ilmo. Sr. Comandante tem o piedoso cuidado de arrecadar na sua augusta casa todos aqueles baús cheios de vestidos, dinheiros e prendas de valor? E até quando esta infernal instituição dos despóticos Baehas destes comandantes das armas haverá de praguejar o Brasil? Dizem os do vidro verde. Os do vidro amarelo respondem: pouco importa que o gênero humano fique esmagado, basta que com o nosso *fiat* tudo vá à nossa vontade; e de mais a mais esse Moraes é brasileiro. Os do vidro azul aproveitam-se deste excesso de poder para dizer: eis aí onde vai a expirar o liberalismo brasileiro. Os de vidro escuro dizem: caso que alguém pudesse tirar àquele Moraes a mancha de caboclo e fazê-lo nosso,

então seria ele um excelente governador das armas. E os do vidro branco dizem: há de ele ter risca e talvez mais desempenhado os seus deveres, pois o temos premiado. Atenção, senhores, a esta décima nona importantíssima vista em que aparecem objetos de diferentes espécies, acolá um canto remoto sentados sobre as ruínas de um régio palácio, em meditabunda postura estão os tristes e magoados redatores do *Regulador* e do *Espelho*, chorando as asneiras e heresias políticas que pregaram, e o mau fruto que delas colheram: e ao pé deles o velharrão caduco de Atalaia, que os repreende de o terem desamparado e deixado só lutar em campo contra a enchente do liberalismo, protestando que nem por isso há de desistir do seu desesperado assunto. Não te zangues, honrado velho, lhe diz o redator da *Negra Estrela*, eu aqui estou em teu socorro com o espírito de Luís XVIII, que enquanto os brasileiros e os liberais não me açoitarem, nunca te abandonarei: leve o diabo quantos corcundas a gritar endiabrado, e com razão, o ex-redator do *Diário do Governo*: apanharam-se servidos e deram-me um pontapé para chamar em meu lugar este chumbeiro hermafrodita, indicando com o dedo o redator do *Sylpho*, que, por não ter nunca dito nada de significativo no seu periódico, acharam-no em caso de os servir melhor do que eu, brasileiro. Do lado oposto, aparece um indígena com arco e flecha atirando a pássaros europeus, mas encarando com um soldado que está de sentinela à beira do mar e que lhe pergunta “quem vem lá?”, para no seu caminho e diz: temíveis são tuas balas, temíveis são minhas flechas, ambos atiramos ao mesmo alvo; responde o soldado: melhor é que estejamos em paz; assim seja, diz o outro, livremos nós do inimigo comum, e safos dele se houverem divergências entre nós, as ajustaremos? Os do vidro verde dizem: com efeito, a divergência dos escritores foi tal, que enredando-se continuamente, em lugar de edificar, destruíam. Os do vidro amarelo lastimam o mau sucesso do *Regulador*, *Espelho*, *Atalaia* e *Diário* e a pouca aceitação da escura estrela. Os do vidro azul lastimam-se que não houvesse ao menos uma dúzia de *Sylphos*. Os do vidro escuro dizem: irra, não há um só que fale por nós, mas nós barulhamos quanto é possível. E os do vidro branco dizem: nunca temos visto uma semelhante Babilônia. Não se admitem, senhores, que nesta vista precedente entre os periodistas não aparecesse o redator do *Correio*, pois é tamanho e tão volumoso que ele só teria enchido toda a vista; portanto, vamos a mudar os vidros de convexos para côncavos a fim de diminuir o objeto. Gratos ao recurso que ele nos sugeriu desta Câmara Ótica, o temos mandado pintar de propósito para o expor aos olhos do público, visto que por estar de gaiola não pôde comparecer com os outros. Aqui o verão, senhores, sob a figura simbólica de um hipopótamo ou cavalo marinho. Mal apenas aparece esta figura, uma gargalhada universal arrebenta em todas as bocas dos espectadores: e mostra que só quando aparecem animais destes calibres, todas as opiniões mais divergentes se acham concordes no seu juízo para gritarem unanimemente: Oh! Oh! Que bicho!!!!...

N. 27

SENTINELA

DA LIBERDADE

A BEIRA MAR DA PRAIA GRANDE

ALERTA ESTÁ

SÁBADO, 25 DE OUTUBRO DE 1823



CORRESPONDÊNCIA

Senhor Redator.

Por honra e dever de brasileiro, não deixarei passar por alto a maquiavélica e aterradora notícia de que a Bahia está anárquica republicana, e até Santa Bárbara! Valham-nos as onze mil virgens! Propensa à união do velho Portugal, o que todo há muito podia estar desfeito, mas não acontece assim, a maneira da epidemia vai grassando com bastante prejuízo a crise atual em que nós nos achamos, cercados de inimigos internos aqui assistentes, por não quererem, de propósito, acompanhar a caiporada que ora estará gozando da saudável viração do padre Tejo, esperando boas novas do que deixou naquele palmo da terra, por não poderem conduzir: graças aos escritores públicos dos periódicos *Independente* e *Eccho da Pátria* engolem mosquitos e camelos sem se jamais engasgarem. É tão impossível, Senhor Redator, a Bahia estar em anarquia, quão impossível é querer a união com os seus encarniçados inimigos, que prometiam *caens de filu* na mesma ocasião em que ela, aflita e consternada, pedia auxílio e proteção. A Bahia que há pouco acaba de lutar com os caiporas, experimentando não pequenos rasgos de generosidade do seu imperante constitucional, quererá abraçar o sonhado sistema que só pode ter cabimento nas vertiginosas cabeças dos taberneiros atrabiliários, quebrar-muros e outros *ejusdem funfuris*, sendo perjura ao juramento prestado à face de toda nação? Ora, os tais farfantes [?] ainda cuidam que os brasileiros comem palha ou julgam que eles têm tanto juízo quanto teve o fujão Madeira seu protetor, que, trazendo consigo chumbo e sebo, negociou ouro e diamantes, além dos muitos frutos que lhe deu a árvore das pacatas adorada por fé em Portugal: a Bahia ama aos brasileiros e a todos os que defendem a sagrada causa, e não queiram os caiporas, para se justificarem, mentir descaradamente dizendo que

ela menoscaba aos fluminenses, em resposta ao que contento-me chamar em seu abono o honrado Joaquim Francisco Catete e toda a mais tropa que lá se achava expedicionada; os farfantes chegam aqui e não devem dizer quem os obrigou a estes incômodos, aliás, volta-se o feitiço contra os feiticeiros: por exemplo, um coronel, que no dia 19 se achou a par do Madeira, que continuou naquele exercício até que desprezado procurou asilo nesta Corte, onde obteve um emprego que muito bem pôde atrasar nossos interesses, sendo que o dito coronel mandou a família para o sul da Bahia, poderá este encarar com atenção para quem disser tais verdades?... Um clérigo, capelão de certo batalhão, que insultava a cabralhada, que espezinhava aos brasileiros e seu chefe... pode falar bem da Bahia? Um capitão do 2º Regimento de Milícias, que fez uma representação ao compadre Madeira para serem excluídos os militares que se achavam de licença no Recôncavo, obtendo despacho à medida de seus desejos, o que tudo se acha impresso, e conversando ele em certa ocasião, com outro da sua mesma profissão, isto é, de ferreiro, que ele perguntava o que fazia, respondeu que fazia adereços para os pescoços das mulheres dos cabras, fabricando ele nesta ocasião gargalheiras e correntes, pode ser amante da Bahia? Outro capitão denominado X e Companhia, que fazia mais que mil diabos, não respeitando magistrados, calcando leis, entrando pelas casas a tirar escravos sem decência nem atenção, pode amar a Bahia? Um soldado da companhia dos limpos, que protegido do pretinho Madeira apontava edifícios para serem demolidos, árvores para serem cortadas com manifesto prejuízo dos proprietários, alegando para paliar seus enormes atentados, o título de segurança pública, este herói pode amar a Bahia? Ela ainda se lembra de um infame filho, que tendo praça de ajudante em certo batalhão, era o primeiro em acudir à chamada da corneta inimiga, denunciando ao fujão Madeira os pontos por onde fugiam os facciosos, e hoje (graças a certos baianos) está empregado e dizem que desertor, por não ter obtido licença, este pode amar a Bahia? Ela ainda se lembra de certo coronel, que por aqui passeia livremente tendo insultado quanto pôde a nação, e alega que seguia a sua causa, isto é, da caiporada; a Bahia ainda conserva escritos dos taberneiros e tarimbeiros metamorfoseados em periodiqueiros os que apenas sabiam escrever as palavras – saques, mulatos, negros, facciosos, Congresso, Boni faciosos, etc.; a Bahia ainda se recorda das palmatoadas que levaram homens casados, dos saques, sacrilégios, assassinios e outras violências perpetradas; lembre-se ela de tudo isso, veja-os passear livremente e viva contende, sofrendo ainda o que tenho a dizer nas suas seguintes folhas, se permitir faculdade, reconhecendo-me sempre como patrício e amante do Brasil.

O Epaminondas.

Observações

Desejávamos que o Senhor Epaminondas, prova de ser bem liberal, mostrasse ao público e à nação que é igualmente bem franco; e por isso, que não limitando só a indicar vagamente os indivíduos, que muito pouco podem adivinhar quais sejam, dissesse e manifestasse claramente os nomes dos sujeitos que figuram nos fatos que aponta, para a nação conhecê-los e podê-los ter sempre debaixo daquela vigia, que é tão necessária em épocas melindrosas como a presente, para a salvação e sossego da pátria.

O Redator.

Carta traduzida do idioma turco

Sr. Redator.

Bela coisa, Sr. Redator! Com efeito, não vai mal de todo a homem de bem o fazer gastar aos seus benévolos leitores o seu dinheiro. Eu estou terrivelmente zangado: ontem não só corri, mas até voei sobre as asas da curiosidade, a trocar quatro vinténs contra certa *Ordem do Dia* saída do Quartel General da Carioca, escrita, pelo que parece, por algum negro agoniado por ter levado alguma surra de bacalhau, cuja, por não vir assinada por algum dos ajudantes das ordens, se torna de nenhum valor.

Impelido, como acabo de lhe dizer, pela curiosidade, pus-me logo no meio da rua a ler essa Ordem do Dia: acreditar-me-á, Sr. Redator, que se uma alma pia e benfazeja que por acaso passava, me não tivesse acudido logo, cairia eu em terra por ter me deixado adormecer em pé, mal apenas começava a ler: ó, que violenta e irresistível modorra! Aquele diabo do negro surrado a chicote, com o seu barril de água na cabeça no Quartel da tamina da Carioca, possui exclusiva e superlativamente o segredo das sereias. Quem me dera o poder conhecê-lo para não arriscar o vintém que me custaria o barril d'água que lhe comprasse: a mesma água vendida por ele há de ter a virtude do Suco Thebaico. Esta é uma ladroeira; chupar-me quatro vinténs para de mais me fazer adormecer contra a minha vontade! E dando de presente ao público uma *Senhoria de Venecia o Genova buenas son*, etc. Maldito papagaio!... É verdade que esta papelada poder-me-á servir para certa ocasião, porém, contudo, me veio a custar muito cara.

Porém, Sr. Redator, vossa mercê mesmo é a causa de tudo isto, a força de chicotear os asnos, haveria de conhecer que acabam por ralhar como desesperados e dão coices como os machos namorados; faça por uma vez o favor de lhes cortar as orelhas, pelo menos ou... por outra parte, como o diabo neste ano teima obrar milagres às barbas dos santos, se esta *Ordem do Dia*, preta-cariocana, tem força e vigor, meu estimabilíssimo Sr. Redator, eu vejo a vossa mercê em

maus lençóis, pois parte do seu corpo há de ir exulado ao Nordeste, outro ao Sudeste, outra ao Ramalho, os joelhos à porta do Paço da Assembleia, os... é lástima, que em virtude da dita ordem, os seus pés não sejam destinados a aquecer o traseiro ou *macrum aeretanum* do pobre diabo do negro secretário escritor, ó, quão bom seriam eles empregados! De toda a forma, faça boa viagem à sua fazenda e tenha a mor certeza que os seus amigos que cá ficam farão o seu dever, tendo o gosto de tomar o conhecimento e relações com esse negro a fim de... e lhe testemunhar a alta admiração que lhes causou o seu raro gênio angolista.

Sr. Redator, vossa mercê sabe muito bem que eu nasci em Constantinopla, mas não obstante isso, e apesar de ser turco, não posso livrar de um mal do ventre e ânsias de vômito quando ouço celebrar e exaltar desavergonhadamente os santíssimos fins da santíssima aliança...! Que diabo de escravo negro carioca! Pode ele mormente prostituir a sua pena? Graças a Deus grande, pelo meu natural Soberano S. A. I. Mahamud II (a quem o Grão Profeta Mafoma implore dilatada vida) não ter a honra de participar desta santíssima manada de assassinos políticos que despojaram um grande ladrão, o qual, porém, de per si só valia mais do que todos eles juntos... Ah, Sr. Redator, os meus conterrâneos são escravos sim, mas não são capazes de sentimentos tão rasteiros e tão vis que cheguem a divinizar e louvar ao *non plus ultra* o despotismo como este negro congo, que mal apenas sendo capaz de encher o seu barril de água no chafariz se deixou arrastar pela mania de redigir aquela tão estúpida quão subversiva *Ordem do Dia*... Os negros ensinarem ordem política...! Ensinarem ordem os que não conhecem senão escravidão e choram pelo amo que os açoita! Vergalhadas neste, Sr. Redator! Bacalhau e bem de peso neste, Sr. *Sentinella*! Quando não fosse por outro fim, ao menos para vingar a todos os que, como eu, foram logrados por este impostor dos seus 4 vinténs.

Um turco.

Carta

Sr. Redator.

Há mais outro *Sylpho* que se propõe a dar volta à opinião dos liberais brasileiros, o amaldiçoado navegador aerostático com velas latinas, e ora o vil e indigno escravo que, habitando nas margens do rio Stigio, diz estar no Quartel da Carioca, talvez enchendo de água a válvula que lhe é tão prezada para nela molhar a fateixa. Fora patife, fora atrevido! Foste corrido do Império aéreo quando por lá navegaste com o teu leque da China, talvez por queres lá pregar a favor desse lote de tiranos, concordes em querer infringir as sagradas leis da natureza e degradar a espécie humana de seus imprescindíveis e inalienáveis direitos.

Este patife teve o descaramento de defender neste mesmo Brasil, Império constitucional e liberal, a corja dos tiranos da infernal amalgamada denominada Santa Aliança, sem temer que os brasileiros o ensinassem a ser homem, já que tão sem vergonha se degrada do que a este pertence. Sevandija, pois tu tens a ousadia de dizeres quando tratast desses, que são o teu ídolo, e de quantos são do teu péssimo caráter, que todos somos cunha do mesmo pau.

O nosso amado e adorado imperador é brasileiro e constitucional: e como, ó, atrevido absolutista, poderá ele ser cunha do mesmo pau? Ah, infame! Não abocanhes a honra da maior das almas grandes, tapa essa maldita boca com um e... os brasileiros, ressentidos do íntimo de seus corações, talvez não te perdoem a infâmia com que ousas inculcar a S.M.I. membro dessa infernal aliança. É deste modo, vil escravo de paixões, que pretendes roubar os 80 réis dos incautos leitores? Anda, patife, restitui-lhes, porque isso é roubo manifesto, e nós, ó brasileiros, estejamos alerta contra este e seus semelhantes chumbados, dizendo com o caçador atirando à arara pernambucana.

De patifes, infame corja porca.

E outros por quem, há muito, espera a força.

O Tupiniquim.

Matérias políticas do redator

Autorizaríamos, talvez, com o nosso silêncio, certos incautos ou pouco sagazes leitores que todo o dia são soprados pelas palmélicas espias ou outros escritores mercenários da rele do vergonhoso anônimo redator da *Ordem do Dia*, a crer que nós fôssemos republicanos-demagogos em nosso modo de pensar, e que os nossos escritos, como caluniosamente se nos increpa, fossem dirigidos a fim de promover a república no Brasil, e por isso é que hoje vamos a consagrar algumas linhas desta nossa folha para fazermos algumas distinções, observações ou explicações e darmos algumas verdadeiras ideias dos vocábulos dos quais todos os dias ouvimos muito confusamente fazer o uso, para havermos de entender sem confusão ou ao menos para nós nos instruímos quando estejamos enganados na acepção acertada das palavras carbonário, demagogo, republicano, revolucionário, anarquista, desorganizador, subversivo, alarmante, pedreiro-livre, ateu, irreligioso, império, reino, império-constitucional, império-constitucional liberal, república disfarçada em império constitucional, república democrática, república aristocrática, etc.

Por carbonário entendemos certos homens pertencentes a uma associação secreta, instituída na Itália pela defunta rainha de Nápoles Carolina Bourbon e dirigida a reunir toda aquela desgraçada península um só corpo da nação capaz de fazer resistência às incursões e invasões contínuas dos seus prepotentes

vizinhos à Áustria e França, que sempre a escolhem para teatro das suas contendas e que, não tendo força para lhes resistir pelo estado da divisão em que a conservam com infernal política, sangram-na a seu bel-prazer e roem-na sempre e todas as vezes que lhes faz conta. A Carbonaria é uma instituição local, que nunca teve nada que fazer com a religião que foi instituída na Itália, que se pode, com modificações, aplicar a todos os países que se acharem na mesma infeliz posição política daquela cuja nunca existiu no Brasil nem no Rio de Janeiro, onde só existem três estrangeiros, que com diferentes graus entre si, conhecem o que é a Carbonaria: estes, porém, não têm iniciado nem feito prosélito algum, e por conseguinte, todos quantos falam em Carbonaria e carbonários, são outros tanto charlatões ou impostores que têm repetido o que têm ouvido dizer, ou inventam e espargem quantas calúnias julgam que possam convir à propagação das suas diabólicas-despóticas doutrinas, e a desacreditar aos que, na realidade, lhes disputam o campo.

Por demagogos entendemos os chefes e capatazes de um partido republicano; mas estes não existem senão na imaginação dos visionários, onde não existe o sistema republicano. Por republicano entendemos os partidistas de um sistema de governo popular, sem único chefe e hereditário, chamado democracia. Por anarquista entendemos o inimigo de toda a ordem de governo, o homem, enfim, que quer tudo barulhar, por navegar nas águas turbas. Por desorganizador entendemos pouco mais ou menos o que dissemos do anarquista, com alguma menor odiosidade. Por subversivo entendemos tudo quanto tenta a destruir a forma de governo atual de um Estado. Por alarmante entendemos tudo quanto desassossega e alvoroça os povos e as nações sem motivos e sem causas. Por pedreiro-livre entendemos os membros da maçonaria, e como disto podemos falar *ex cathedra*, asseveramos que os maçons em toda a anarquia simbólica, e até o décimo oitavo grau (que é o que havia e há de maçons no Brasil) se se não afastar dos preceitos da sua instituição, não pode nem deve excitar a menor desconfiança, pois não é mais do que um jogo de crianças que tem imposto até agora aos crédulos, só com o ar de importância e de segredo com que os membros dela ostentavam de calar o que não sabiam: ou, aliás, uma irmandade composta de indivíduos que, por não defini-los, nós dirigimos os nossos leitores a uma das notas, *des ruines ou méditation sur les revolutions des empires de Volney*. Por ateu entendemos o que não admite divindade de forma alguma, nem sequer a mesma natureza, e deste cremos que nunca tenha havido, e que esta palavra se possa riscar dos dicionários sem causar algum dano à exação da arte da eloquência. Por irreligioso entendemos o homem que não acredita nas doutrinas que a sua religião lhe ensina, ou mal observa os preceitos que lhe manda. Por império entendemos uma forma de governo monárquico indistintamente, cujo chefe é um imperador, mas como a este vocábulo de imperador podem-se-lhe dar diferentes sentidos e todos

apoiados nas histórias passadas e presentes, aqui não o definimos por reservarmos a fazê-lo em outro artigo separado. Pelo reino entendemos o mesmo que dissemos do império, com a só e única diferença do nome. Por império constitucional entendemos uma forma de governo representativo, tendo um monarca à sua testa, com mais ou menos extensão de autoridade, representação ou regalias, e tudo isto conforme as condições estabelecidas entre ele e a nação na formação do seu pacto social, chamado Constituição.

Continuar-se-á.



edições câmara
LEGADO



CÂMARA DOS
DEPUTADOS